

GOVERNADOR DO ESTADO:

Laudo Natel

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO:

Professor Doutor Alpíno Lopes Casali

**COORDENADORIA DO ENSINO SUPERIOR DO
ESTADO DE SÃO PAULO:**

Professor Doutor Doriyal Teixeira

DIRETOR DA FACULDADE:

Professora Doutora Olga Pantaleão

DEPARTAMENTO DE LETRAS:

Língua e Literatura Alemã: Dr.^a Zelinda Tognolli Galatti Moneta (Professora-Chefe do Departamento). Assistente: Prof.^a Maurília Galatti Gottlob. **Língua e Literatura Inglesa e Literatura Norte-Americana:** Dr. Sol Biderman. Assistentes: Prof.^{as} Sílvia Mussi da Silva Claro, Lúcia Helena de Carvalho Alves, Arlete Bonatto Figueiredo. **Língua e Literatura Francesa.** Assistente: Prof.^a Pina Maria Coco. **Literatura Portuguesa:** Dr. João Décio. Assistente: Prof. Carlos Alberto Iannone. **Língua Portuguesa:** Dr. Ataliba Teixeira de Castilho. Assistentes: Dr. Clóvis Barleta de Moraes, Profs. João de Deus Mendes e Eunice Rino Guimarães. **Língua e Literatura Latina:** Dr. Enzo Del Carratore. Assistentes: Dr. Salvatore D'Onofrio e Prof. Mauro Wanderley Quintino de Almeida. **Literatura Brasileira:** Osman Lins. Assistente: Dr.^a Suzy Sperber. **Filologia Românica:** Dra. Maria Tereza Camargo Biderman. Assistente: Prof. José de Almeida Prado. **Teoria da Literatura:** Dr.^a Nelly Novaes Coelho. Assistente: Prof.^a Odette Penha Coelho. **Linguística:** Dr. Paulo A. A. Froehlich. Assistente: Prof.^a Lélia Erbolatto de Mello.

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

Profs. Paulo A. Froehlich e Osman Lins

DIRETOR DA REVISTA:

Prof. Ataliba T. de Castilho

Errata

Os trabalhos "Hinduísmo" (pp. 175-87) e "A Reconstituição da Fábula Schleicheriana" (pp. 321-38) ficaram bastante prejudicados pela falta de sinais especiais nas letras, defeito impossível de corrigir aqui.

Em "A Semana Hebdomadária" (pp. 17-59), "Cena Pura" (pp. 85-105) e nas "Divagações Terminológicas", (pp. 107-113), as palavras gregas saíram sem acentos nem espíritos. Especialmente no segundo trabalho, o rô foi substituído pelo dzeta ("pazaskeué", "eme-zôn", "kathazá", em lugar de "paraskeué", "emerôn", "kathará").

P. 37, linha 11, deve ser "dialeípon-tes", e não "dialpontes".

P. 42, l. 5ª, "+sámbata", por "+sábba-ta".

P. 90, l. 5ª, "trophé" por "tdzphe".

P. 108, l. 7ª, "prólogos" por "prololos".

P. 166, nota 22, substituir a segunda linha por "clusão de observações relativas ao inglês, a despeito do título e dos".

P. 167, l. 28, "Ataliba" por "Atabila".

P. 374, l. 4ª, "hagiasteto" por "agi-asyeio".

No estudo "Formas de Tratamento", algumas letras ficaram sem os sinais competentes nos quadros apresentados.

A falta de quadros e setas prejudicou também o trabalho "A Significação Lingüística".

Outros erros não puderam ser corrigidos ou passaram despercebidos.

A Direção

ALFA

0313036727



FFCL DE MARÍLIA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

N.º 18/19

1972 - 1973

ALFA. Departamento de Letras.
Marília, Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras.

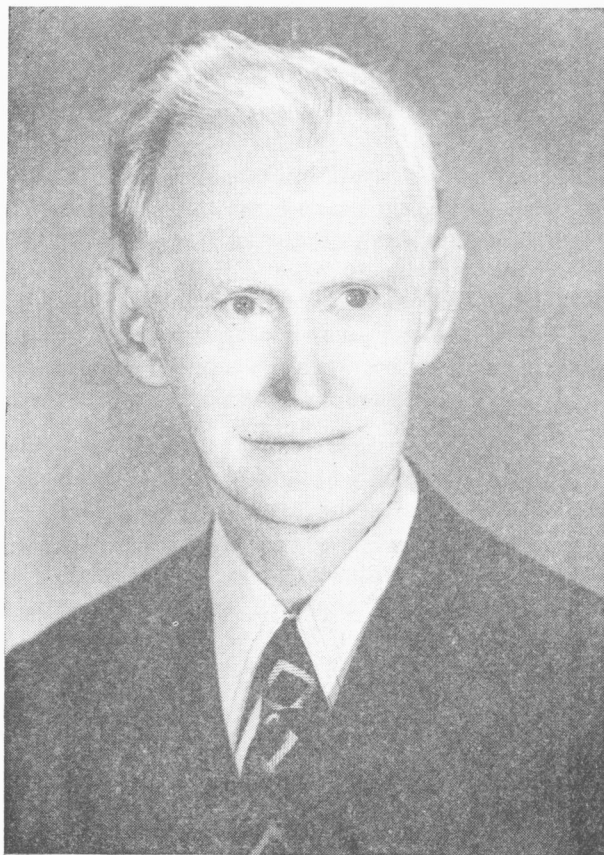
1962- . anual.
1962-1971: 1-17

BL ISSN 0002-5216

CDD 405
805

CDU 4 (05)
8 (05)

**MISCELÂNEA DE ESTUDOS DEDICADOS AO PROFESSOR
THEODORO HENRIQUE MAURER JÚNIOR**



Theodoro Henrique Maurer Júnior

APRESENTAÇÃO

Biografia

O Prof. Theodoro Henrique Maurer Jr., filho de Henrique Maurer e Rosette H. Maurer, nasceu na Colônia Suíça "Campos Sales", estabelecida em Cosmópolis, então região rural do município de Campinas (S.P.), a 13 de maio de 1906. Seus pais vieram de Zurich (Suíça), com essa colônia, para o Brasil em 1898. Passou ele a sua primeira infância até os 5 anos no interior dos Estados Unidos da América do Norte, para onde se transferiram temporariamente os seus pais.

De volta ao Brasil, foram residir em Rebouças, hoje Sumaré, onde ele viveu dos 5 aos 15 anos, ali fazendo os estudos primários. Os secundários foram feitos como autodidata, em Campinas, enquanto se preparava para ingressar no Seminário Teológico Presbiteriano, onde prestou exames das disciplinas ginasiais para habilitar-se a seguir os Cursos Pré-Teológico e Teológico, ali realizados de 1925 a 1928. O exame das anotações marginais feitas por ele a lápis nas edições escolares de obras de Cícero, Vergílio, Horácio e Ovídio, enquanto estudava, nessa época de esforço de autodidata, são assaz edificantes e seriam uma boa inspiração para os estudantes de hoje, que se queixam da dificuldade do Latim.

Contraiu núpcias em Campinas a 24 de junho de 1931, com D. Maria Branca Vogel, filha do Prof. Henrique Vogel, lente de Grego do Ginásio do Estado, de Campinas, e de D. Eduarda Andrade Vogel, indo residir em Franca, onde era Pastor da Igreja Presbiteriana.

De 1930 a 1934, foi professor de Inglês e de Latim na Escola Normal Livre de Franca. Em maio de 1934, prestou concurso para a cadeira de Latim do Ginásio do Estado, de Campinas, onde defendeu a tese O Caso Ablativo (estudo sintático), tendo sido classificado em 1.º lugar pela Comissão Examinado-

ra. Como, porém, a Congregação do Ginásio, ao organizar a lista tríplice, alterou a classificação, não foi ele o nomeado. Transferiu-se então para São Paulo, onde se dedicou ao ensino secundário.

Em São Paulo, foi professor de Latim e Português do Ginásio do Instituto Mackenzie, de 1935 a 1937. Ao mesmo tempo lecionou Português, Francês, Latim e Grego no Instituto José Manuel da Conceição, em Jandira (subúrbios da E. F. Sorocabana), no curso Pré-Teológico. De 1935 a 1938, na Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana Independente, em São Paulo, lecionou Exegese do Velho e do Novo Testamento e Arqueologia Bíblica.

Tendo-se submetido a Exame de Madureza em 1937 — pois naquela época o diploma de Curso Teológico ainda não dava direito a exame de ingresso ao Curso Superior —, entrou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde se licenciou em Letras Clássicas e Português (de 1938-1940).

Foi professor de Grego no Colégio Oswaldo Cruz, de 1943 a 1945, de Filosofia e Lógica na Faculdade de Teologia da Igreja Metodista do Brasil, de 1944 a 1952. Continuou também até 1943 no Instituto José Manuel da Conceição.

Mas, ao licenciar-se em Letras Clássicas e Português na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, já era, nessa Faculdade, Professor Assistente de Grego e de Latim, tendo logo depois passado a Assistente de Latim apenas. Doutorou-se em Latim em 1944, tendo defendido a tese *A Morfologia e a Sintaxe do Genitivo Latino (estudo histórico)*.

Tendo-lhe sido oferecida uma bolsa da Rockfeller Foundation de Research Fellow na Universidade de Yale, durante o ano letivo de 1945-1946, seguiu naquela Universidade cursos de Linguística Indo-Européia, Sânscrito e Hitita com Leonard Bloomfield, Franklin Edgerton e Edgard Sturtevant. Ecos desses estudos são os dois artigos que ele publicou em *Language*: 1) "Unity of the Indo-European Ablaut System: The Dissyllabic Roots" (*Language*, vol. 23 (1947), p. 1-22); 2) "The Romance Conjugation in -esco (isco)/-ire" (*Language*, 27 (1951), p. 135-145).

Ao voltar de Yale, em 1947, foi contratado para reger a Cadeira de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Dedicou-se então aos estudos românicos, ficando, três anos depois, também encarregado do curso de Glotologia Clássica, que então passou a denominar-se Lingüística Indo-Européia, por sugestão sua. Realizou em 1951 brilhantes provas em Concurso de Livre-Docência em Filologia Românica, no qual defendeu a tese A Unidade da România Ocidental. Em 1952, submeteu-se a Concurso de Cátedra, com a tese O Latim Vulgar: Estudo Crítico, também brilhantemente defendida.

Foi então nomeado Professor Catedrático de Filologia Românica, e, só então, como era a norma, em Regime de Tempo Integral, (RTI), como então se dizia.

Como Professor Catedrático de Filologia Românica, encarregado do curso de Lingüística Indo-Européia, sem ônus para a Faculdade, foi quem iniciou, em cursos de Especialização, os estudos de Lingüística Geral na Faculdade, antes de a Lingüística ser incluída no Currículo Mínimo pelo Governo Federal. Depois de incluída, foi o Prof. Maurer que se encarregou do Curso de Lingüística, em graduação e pós-graduação (regime anterior), até a sua aposentadoria.

Aposentou-se em março de 1967, continuando a dedicar-se aos estudos lingüísticos, assim como aos estudos cooperativistas e políticos. Como durante a sua atividade docente, à Universidade de São Paulo, de que era Professor, e a outras Universidades brasileiras vem ainda, depois de aposentado, prestando excelente colaboração pela sua participação em Bancas examinadoras de teses de Doutorado e de Livre-Docência, assim como pela publicação de trabalhos de alto valor científico, tanto pelos resultados a que chegaram como pelas sugestões metodológicas indiretas e pela atitude crítica, de modéstia, seriedade e rigor. Desses trabalhos esta notícia só mencionou de passagem aqueles que estavam diretamente ligados à sua carreira universitária, visto que a lista essencial será dada logo a seguir.

O Prof. Dr. Theodoro Henrique Maurer Jr. é um dos grandes professores que honraram os Cursos de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo — continuada hoje no setor das Ciências Humanas pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas — pela sua cultura, pela sua dedicação ao trabalho, pela seriedade e rigor com que investiga, pela sua modéstia e pelas qualidades do seu caráter: bondade, mansidão, equilíbrio, e probidade. Por tudo isso, é ainda uma inspiração para aqueles que tiveram ou têm contacto com ele ou com sua obra.

Bibliografia

Parece-nos conveniente, antes da enumeração da obra do Prof. Maurer, ressaltar sucintamente a origem e o mérito de seus trabalhos principais. Destacaremos algumas delas em quatro grupos. São as que resultam da sua formação universitária na Universidade de São Paulo, como estudante, e, mais tarde, na sua carreira docente, assim como no ano letivo que ele passou na Universidade de Yale.

1. Os dois artigos publicados na revista *Language*

O estudo "Unity of the Indo-European Ablaut System: the Dissyllabic Roots" é um ensaio de 22 págs., publicado em janeiro-março de 1947, exatamente quando, de volta de Yale, assumia a Cadeira de Filologia Românica, deixando os estudos indo-europeus. Foi publicação acoroçada por L. Bloomfield. Antes de ir a Yale, havia ele, na sua tese sobre a Morfologia e Sintaxe do Genitivo, procurado a explicação do genitivo indo-europeu como ligado ao ablativo; esse trabalho saiu em 1948, mas foi defendido em 1944.

O outro artigo, "The Romance Conjugation in -escō (-iscō) -ire: its Origin in Vulgar Latin", publicado em abril-julho de 1951, é uma feliz revisão da explicação tradicional da origem dessa conjugação mista nas línguas românicas, que produzirá a segunda conjugação viva dessas línguas com desenvolvimentos diversos na România: manutenção do estado latino vulgar de -esco/-isco só nas formas rizotônicas do indicativo, imperativo e subjuntivo na Dácia, na Récia e na Itália, extensão desse sufixo a todo o infectum (com exceção apenas do infinitivo e do futuro e condicional) na Gália, e extensão a todo o quadro verbal na Ibéria, mesmo ao perfectum e ao particípio passado. Segundo o Prof. Maurer, a fusão de -esco/-isco não se deu com verbos em -eo (da segunda conjugação, verbos apenas de estado), mas com derivados causativos em -io: assim, os incoativos e os causativos se amalgamam. Em 1959 o assunto foi resumido na Gramática do Latim Vulgar, pp. 133-135.

2. As obras maiores sobre o legado latino na România

Partindo duma preciosa sugestão indireta de A. Meillet sobre a unidade lingüística da România (em Ling. hist. et ling. gén., I, p. 322), resolveu o Prof. Maurer estudar os fatores da Unidade da România Ocidental, como tema de sua tese de Li-

vre Docência. O método não poderia ser outro senão o histórico-comparativo, naturalmente sem desprezar as luzes que o “método filológico” poderia oferecer. O Prof. Maurer tomou o romeno e o sardo (e outros dialetos culturalmente isolados da România) como pontos de referência e, numa partição da România diversa da de W. von Wartburg, impressionada antes com os fatos culturais do que com os fonéticos, elaborou uma tese que produziu um livro bastante sólido: *A Unidade da România Ocidental*. Essa obra, lamentavelmente esgotada, foi um pouco prejudicada pela sua modesta apresentação gráfica, e, como sempre se dá, pela bibliografia desigual. Mas o trabalho de elaboração pessoal, com aproveitamento crítico de todos os dados válidos das leituras de cada dia — e o Prof. Maurer é um especialista nesses aproveitamentos — fazem dele um estudo sólido.

Quando reunia a matéria, tomando especialmente o romeno anterior à sua relatinização — pois o romeno nasceu e viveu no Oriente só das heranças latinas — ele sentiu bem que esse estudo tinha duas faces: de um lado, a comparação ou contraste das línguas românicas da Itália à Ibéria com as dos Balcãs ia mostrando o que foi inovação medieval estendida da Gália à Itália e à Ibéria, e, de outro lado, ia revelando o que era segura herança latina vulgar. Essas informações levaram-no a conceituar corajosamente o latim vulgar como essencialmente plebeu e rústico, e não como um “latim de classes médias”, “latim apenas falado”, “latim corrente”, como é a caracterização tradicional. Daí a sua valorização do romeno como excelente ponto de referência na aplicação do método histórico-comparativo.

Alcançada a *Livre Docência*, continuou a exploração do veio que lhe deu a tese de cátedra — *O Latim Vulgar: Estudo Crítico* (1952) — mais tarde reelaborada e editada. Surgiu daí a trilogia *O Problema do Latim Vulgar* (1962), *Gramática do Latim Vulgar* (1959) e *A Unidade da România Ocidental* (1951). Essa cronologia mostra como a pesquisa com suas vicissitudes, de um lado, e a diferença entre a visão do autor e a do editor, do outro lado, têm a sua lógica inesperada.

Na verdade, *O Problema* e a *Gramática do Latim Vulgar* são a partição do mesmo estudo em dois tomos. E foi a busca da unidade das inovações românicas no Ocidente que o levou a se propor o problema do Latim Vulgar. Como o Prof. Maurer sempre insistiu em seus cursos, o conceito de Latim Vulgar para um romanista não depende de uma opção pessoal: na Ro-

manística, Latim Vulgar só pode ser o "latim falado pelas classes que latinizaram o Império". É o latim falado pelos soldados romanos, pelos colonos e pelos mercadores, sem desprezar, é natural, a contribuição da administração provincial, a escola (rarefeita), o prestígio cultural e a ação da Igreja. Mas aí já se anuncia outro fator: o legado culto.

No exame, pois, do legado latino, o Prof. Maurer vê e destaca dois fatores: a) uma herança latina, que veio com a latinização; essa é plebéia e rústica; b) uma contribuição cultural, que veio com a relatinização do romance, para a qual ele aponta fases antigas e medievais, insistindo em que não foi a Renascença que trouxe esse fator. Desse modo, retomando-se a velha metáfora da lingüística do séc. XIX, há uma dupla fonte para as línguas românicas: o latim vulgar da latinização é a "mãe" e o latim medieval da relatinização é a "ama-de-leite". A relatinização do romeno, mais recente, é especialmente de cunho neolatino.

3. Os estudos do infinitivo

Entre os trabalhos elaborados entre o Doutoramento e a Livre Docência, figurava Dois Problemas da Língua Portuguesa: o infinito pessoal e o pronome se (1951). O problema do pronome se, de reflexivo tornado partícula apassivadora e daí chegando à expressão da impessoalidade, retoma os fatos que se operaram na mesma linha da origem indo-européia da passiva e da passiva impessoal latina. Quanto ao infinitivo, nessa obra o Prof. Maurer apenas se preocupou com rever as teorias da origem da forma flexionada. Mais tarde, em 1957, na Revista Brasileira de Filologia, sob o título "O Emprego do Infinito Pessoal e Impessoal", reexaminou a matéria do ponto de vista sincrônico: o uso do infinitivo flexionado ou não flexionado.

Esses dois estudos foram a origem do belo volume O Infinito Flexionado Português (estudo histórico-descritivo). É esse um dos mais rigorosos e objetivos estudos desse problema específico do português, tanto do ponto de vista diacrônico como do sincrônico: original, claro, seguro, modesto. Dentro do tom de modéstia que ele tem imprimido aos seus trabalhos, evita os termos diacrônico e sincrônico, porque histórico e descritivo lhe parecem mais claros para qualquer leitor. Mas aí apresenta uma doutrina suculenta, e, indiretamente, oferece boas sugestões metodológicas de exame organizado dos fatos.

4. O estudo da locução DO QUE

Em 1967, para a miscelânea Estudos Filológicos (Homenagem a Serafim da Silva Neto) organizada por Leodegário A. de Azevedo Filho, publicou um excelente estudo da origem e expansão da locução do que comparativa. Com a mesma modestia, mas também com a mesma segurança, examina em três fases a petrificação dessa locução em que, na origem, do (de + pronome demonstrativo o) é o complemento da comparação e que é o relativo de que o é o antecedente. Usa um corpus modesto e acessível, mas não o chama corpus, nem entra em requintes de precisão rigorosa das faixas das três fases mencionadas. O que lhe interessa são os fatos e o método de captá-los e interpretá-los. Por isso, também esse estudo é uma excelente lição metodológica.

A soma de seus estudos portugueses (o problema da partícula apassivadora se, o do infinitivo pessoal, e, em cursos sem elaboração escrita, o do condicional românico, o do futuro do subjuntivo, o da crase, o do perfeito simples e composto português) representa a exploração de veios muito originais nos estudos românicos.

É pena que seus trabalhos, editados com pobres recursos tipográficos, se achem esgotados e assim inacessíveis às novas gerações de estudiosos.

Espera o editor desta Miscelânea que esta homenagem o estimule a repor em circulação tais trabalhos, que representam valiosa contribuição para os estudos românicos e portugueses. Passaremos agora a mencioná-los:

I — DOMÍNIO LINGÜÍSTICO

- 1934 — *O caso Ablativo (estudo sintático)*. Franca (edição particular), 150 p.
- 1943 — “*Perto e Varão*”; duas etimologias, in *Boletim da Sociedade de Estudos Filológicos de São Paulo*, 1943, p. 70-74.
- 1945 — “*A Voz Médio-Passiva e o Impessoal do Indo-Europeu*”, in *Boletim da Sociedade de Estudos Filológicos de São Paulo*, 1945, p. 307-319.

- 1947 — “Unity of the Indo-European Ablaut System: the Dissyllabic Roots”, in *Language*, vol. 23, n.º 1, January-March, 1947, p. 1-22.
- 1948 — *A Morfologia e a Sintaxe do Genitivo Latino (estudo histórico)*, São Paulo, 1948. Boletim n.º LV da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 96 p. (Tese de Doutorado).
- 1949 — “O Catalão, o Ibero-Romance e o Provençal”, in *Filosofia, Ciências e Letras* (órgão do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo), n.º 12, 1949, p. 11-41.
- 1951 — *A Unidade da România Ocidental*, São Paulo, 1951 (Boletim n.º 118 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo), 232 p. (Tese de Livre-Docência).
- 1951 — *Dois Problemas da Língua Portuguesa*. São Paulo, 1951 (Boletim n.º 128 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo), 74 p.
- 1951 — “O superlativo latino em *-issimus*: sua identidade original com a forma em *-rimus* e com o superlativo céltico”, *Humanitas* vol. III, Coimbra (Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), 1951, p. 207-214.
- 1951 — “The Romance Conjugation in *-esco (-isco)/-ire*, its origin in Vulgar Latin”, *Language*, vol. 27, n.º 2, April-June, 1951, p. 135-145.
- 1953 — “A Lingüística e a Gramática”, *Filosofia, Ciências e Letras* (órgão do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo), n.º 14, 1953, p. 5-25.
- 1957 — “O Emprego do Infinito Pessoal e Impessoal”, *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, vol. 3, tomo 1, junho de 1957, p. 19-57.
- 1959 — *Gramática do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1959, 300 p.
- 1962 — *O Problema do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1962, 202 p.

- 1967 — “A Origem da Locução Conjuntiva *do que* introduzora do segundo termo de comparação em Português”, *Estudos Filológicos*, Homenagem a Serafim da Silva Neto, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967, p. 269-286.
- 1968 — *O Infinito Flexionado Português*. São Paulo, Companhia Editora Nacional em coedição com a Editora da Universidade de São Paulo, 1968, XII + 250 p.

II — OUTROS DOMÍNIOS

- 1950 — *O Cooperativismo — Um Ideal de Solidariedade Humana na Vida Econômica*. São Paulo, edição particular, 1950, 120 p.
- 1960 — *A Democracia Integral*. São Paulo, edição particular, 1960, 84 p.
- — *Cristianismo e Cooperativismo*. São Paulo, Igreja Cristã de São Paulo, s/d, 20 p.
- 1966 — *O Cooperativismo — Uma Economia Humana*. São Paulo, edição particular, 330 p.
- 1973 — “As Cooperativas de Consumo Brasileiras: Crise, Recuperação e Necessidades na Conjuntura Nacional”, *A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, 1973, p. 201-234.

A SEMANA HEBDOMADÁRIA: ORIGENS, EXPANSÃO E DESIGNAÇÕES

Isaac Nicolau Salum

INTRODUÇÃO

Este estudo respiga e refunde matéria de capítulos diversos de trabalhos meus ainda inéditos sobre a semana astrológica e a judeo-cristã. Sendo o seu objetivo apresentar apenas uma vista geral do assunto, não entrará em todos os problemas estruturais ou em pormenores do sistema de designação dos dias da semana nas línguas européias modernas, em seus vários domínios. Mas também não fugirá a domínios que, ficando além da minha formação específica, nem por isso estão inteiramente fora do meu alcance para julgá-los, com o aproveitamento dos subsídios e sugestões que nos ofereçam os entendidos ou alguns dos estudos especializados destes últimos cem anos. E, como não visa a levar uma mensagem a especialistas, mas a trazer, no assunto, modesta colaboração à cultura nacional, dirigindo-se a pessoas de nível superior, ou médio, interessadas em problemas histórico-filológicos ou lingüístico-culturais, aqui e ali se ajuntam informações que seriam supérfluas para os especialistas de além-mar, dando-se a tradução de textos gregos — estes poucos e curtos — e latinos que forem citados na documentação dos fatos.

O que de início se pretendia neste apanhado era examinar apenas as designações da semana quanto aos seus sentidos e como distribuição de formas nas várias línguas semitas e indo-européias — entre estas, particularmente as românicas —, dentro de cujo domínio ela se estendeu. Seria um trabalho despretensioso de lingüística diacrônica. Pareceu-me, depois, que isso devia ser precedido de uma rápida informação histórica das origens, das lutas e da expansão da própria semana no mundo mediterrâneo como um curioso problema que in-

teressa à história da cultura, de modo que os nomes da semana continuam aguardando ocasião, ficando aqui apenas a parte introdutória. Naturalmente, o vôo pode ser ambicioso demais, mas, se realizado com cautela, beneficiará a leigos que tenham curiosidade intelectual e por isso têm direito a uma exposição pelo menos inteligível hoje em dia. E é para não criar problemas de compreensão aos leigos que a documentação vai indicada de modo menos conciso do que é costume em trabalhos de especialistas. Aos leigos os franceses chamam *profanes*, mas eu creio que no domínio das Letras e das Ciências Humanas não é desejável que alguém de nível superior receba esse epíteto.

A parte central deste estudo ficará, pois, dividida em quatro secções, devidamente tituladas. Suas divisões e subdivisões são apenas marcadas por números e letras. Só a conclusão e esta introdução ficam livres dessas amarras, mas toda a exposição se nega a prender-se demais às amarras do jargão que se costuma chamar científico.

A bibliografia específica sobre a semana é bastante volumosa, pois vem se acumulando já há alguns séculos. Apesar disso, não é pequeno o número de trabalhos de alto valor assinados por especialistas nestas últimas décadas. Muitos deles funcionam como análises críticas, outros como fontes ou semi-fontes supletivas de dados. O levantamento bibliográfico do fim, disposto em ordem cronológica, parte do ano de 1864, para reunir, não tudo, mas o que pude ter em mãos daquilo que de mais importante escreveram acerca da semana especialistas em Cronologia, Filologia, Linguística, História, Lexicologia, Teologia, Geografia Linguística e, talvez, em Linguística Estrutural. É apenas o essencial e moderno. Omitem-se, em sua maioria, verbetes de dicionários especializados — da Bíblia, de Teologia, de História —, para não espichar demais a lista, bem como artigos e monografias anteriores a 1864, alguns outros posteriores, de menor importância, e algumas importantes recensões críticas de artigos recentes (1).

Entre os títulos enumerados figura o *Lyall's Guide*, 1951. Ao leitor poderá parecer estranha a sua inclusão entre estudos

(1) Omitem-se também concordâncias bíblicas — da *Septuaginta*, da *Vulgata*, do *Novo Testamento Grego* — e outros trabalhos, que ocasionalmente, vêm citados nestas notas de rodapé. Da lista de 46 títulos, três, os precedidos de asterisco, não pude ter em mãos, dois outros são ampliações de microfímes que devo ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, do Rio de Janeiro, dezessete são igualmente ampliações

especializados. A mim não parece. Paulo Ronai chamou-o “precioso companheiro de viagem”. Ante a nossa carência de informações, quem não é poliglota, nem “especialista em tudo”, dá as boas-vindas a quaisquer fontes honestas de informação e usa tudo, inclusive as de alto porte, com cautela e espírito crítico (2). Sem abusar do trocadilho, este me foi um “guia leal”. Poderia até, como nossos estudantes, dizer que é um “guia legal”.

Aliás, esses 46 títulos, entre os quais 3 precedidos de asterisco, a indicar que estão na pauta mas não me vieram às mãos, não pretendem ser outra coisa que uma pequena ajuda a interessados no assunto, que, se pode ficar prejudicado pelas suas raízes diacrônicas, retoma e redobra o seu interesse no prisma em que tentei encará-lo, que tem algo de estrutural e de sociolinguístico, sem desprezar o diacrônico, mas sem confundir critérios de abordagem.

I — A SEMANA PRÉ-HEBDOMADÁRIA

1 — A Antigüidade Oriental e a Clássica nos dão notícia de três partições do mês que não coincidem com a nossa semana: seria uma divisão regular do mês assírio em seis períodos de cinco dias, a divisão regular do mês grego em três décadas, que se chama a década grega, e a partição latina do mês em três conjuntos desiguais, limitados por três datas fixas: *Kalendae*, *Nonae* e *Idus*.

a — Segundo P. Jensen (3), os cuneiformes capadócios do 3.º milênio A.C. indicam que entre os assírios os dias 5,

de microfilmes que devo ao Serviço de Documentação da CODAC da Reitoria da USP e cinco outros devo à gentileza de amigos, que me conseguiram cópias em xerox, ou manuais — estas com rigor “diplomático”, os demais 24 são obras a que tive acesso diretamente. Registro aqui os meus agradecimentos às pessoas e aos serviços que me prestaram essa excelente colaboração, bem como ao Mosteiro de São Bento, pelo acesso à sua Biblioteca. O uso de siglas nestas notas fica esclarecido pela indicação no final de cada título na Bibliografia.

- (2) A referência de Paulo Ronai está em *O Estado* de 30/7/1953. As págs. de maior interesse do *Lyall's Guide* são: a) para os “dias da semana”: 14-15 (l. românicas), 76-77 (l. germânicas), 142-143 (l. eslavas), 206-207 (fino-úgricas e bálticas), 270-271 (grego, albanês, turco, árabe, esperanto); b) para a “semana” (na mesma ordem): 56-57, 120-121, 186-187, 250-251, 314-315.
- (3) P. Jansen, *DsWBN*, 1901, p. 150-151. Em matéria de Assiriologia, só rastreando mesmo os assiriólogos.

10, 15, 20, 25 e 30 de cada mês eram dias especiais, consagrados os três primeiros aos deuses Anu, Ea e Bel e os três últimos aos astros Lua, Sol e Vênus. Parece aí haver, regularmente, seis conjuntos no mês. Seria isso o que se poderia chamar *pêntada* ou *quintana*.

b — A designação dos dias do mês em grego, como já se pode ver em Hesíodo, em *Trabalhos e Dias* v. 765-825, baseia-se na sua divisão em três décadas:

1.º) na primeira o dia é designado pela fórmula: *νουμηνία* (“lua nova”) e ordinal, em série crescente, de “segundo” a “décimo” + part. pres. passivo no genit. *ισταμενον* (sc. *μηνος*), isto é: “neomênia” (= lua nova” = 1.º, 2.º, 3.º... dia da parte “iniciante” (4);

2.º) na segunda, o dia é designado pela fórmula: ordinal, em série crescente, de “primeiro” a “décimo”, + *επι δεκά* (ou “o part. pres. ativo no genitivo *μεσουνητος*”), isto é, “1.º, 2.º, 3.º... dia depois de dez” (= do dia dez), ou “1.º, 2.º, 3.º... da parte “mediante”;

3.º) na terceira, se usavam dois processos diferentes:
— ordinal, em série crescente, de “primeiro” a “décimo” + *επι εικαδι*, isto é, “1.º, 2.º, 3.º... dia depois da década” (= 1.º, 2.º, 3.º... depois do dia 20);

— ordinal, em série decrescente, de “décimo” a “primeiro”, + um dos parts. pres. seguintes no genit.: *φθανοντος* (= “findante”), *ληγοντος* (= findante), *ταυομενου* (= cessante), *απιοντος* (= “partinte”, ou *εξιοντος* (= “sainte”), como acima, isto é, “10.º, 9.º, 8.º... dia do (segmento) “findante”, “cessante”, “partinte” ou “sainte” (5).

O processo de designação dos dias é complicado, mas a partição é bastante regular (6).

(4) O primeiro dia do mês era a lua nova (*νουμηνία*), o uso do ordinal começava com o 2.º dia.

(5) Essas traduções literalistas são ditadas apenas pelo espírito pedagógico: quem puder traduzir não precisa delas.

(6) Essa sistematização está baseada nas de Macróbio, *Saturnalia*, I, XVI, 40-42, e nas informações de Thomas Hewitt Key, no art. *Calendarium*, em William Smith, *A Dict. of Greek and Rom. Antiquities*, London, John Murray, 1878, p. 223 (art. todo, p. 222-232). As gramáticas gregas, mesmo as boas, são omissas, e Laurand et Lauras, *Man. des Études grecques et latines* (1957) I, p. 119, dão informações discordantes.

c — A partição latina não é tão regular: as *Kalendae* incidiam no 1.º dia de cada mês, e as *Nonae* e os *Idus*, respectivamente, nos dias 7 e 15 dos meses de março, maio, julho e outubro, e nos dias 5 e 13 dos outros oito meses. Desse modo, as três faixas eram de largura diversa no mês e nos meses, e apenas a do meio era sempre de 8 dias:

- em janeiro, agosto e dezembro, eram de 4, 8 e 19 dias;
- em fevereiro, eram de 4, 8 e 16 (nos bissextos, 17) dias;
- em abril, junho, setembro e novembro, eram de 4, 8 e 18 dias;
- em março, maio, julho e outubro, eram de 6, 8 e 17 dias.

A partição não é regular, a designação é complicada, mas fácil de se encontrar exposta em gramáticas latinas.

2 — Mas, nessas mesmas civilizações, há outras partições, ou traços, que mais se aproximam da semana hebdomádica, ou que parecem denunciá-la.

a — Os assiriologistas observam que, com a partição em seis faixas de cinco dias, coexiste nos documentos outra de sete em sete dias, entre assírios e babilônios: os dias 7, 14, 19, 21 e 28 eram considerados nefastos". Aí só o dia 19 é que quebra a regularidade. Além disso, as fontes assírio-babilônicas dão nome especial ao 15.º dia do mês: chamam-no *sha(b)batu* ou *sha(p)pattu* (7). Segundo Pinches, citado por Schürer (8), esse termo se ligaria ao sumério *sha-bat*, composto de *shag*, "coração", e *bat*, "chegar ao fim", donde a interpretação, "repouso do coração" ou "repouso médio" (9). Seria um dia de festival lunar: "o repouso da lua cheia" (10).

(7) Por falta de matrizes para representar a sibilante palatal — *s* alongado ou encimado por um acento circunflexo invertido —, uso o dígrafo *sh* da tradição gráfica inglesa, que já é, aliás, corrente entre nós em nomes próprios japoneses. Cabe, até, notar que o *h* é de uso tradicional em nossa ortografia para indicar a palatização duma consoante, por ex.: *lh*, *nh*, *ch*. Assim, *sh* não ficará muito estranho. Assim, também, por dificuldades técnicas, não se distinguirá o *sheva* do *e* comum, nem vogais longas de breves, nem o *alef* do *ayin*, que serão ambos transcritos por um apóstrofo (').

(8) Em *DsWGchK*, 1905, p. 14.

(9) "Repouso médio", certamente por ser o coração, "o centro"; cf. metáfora nas línguas eslavas: *sreda* (raiz *kra* = coração), para "quarta-feira", que era o centro da semana. Ver adiante, III, 4, *a* a *d*, e notas.

(10) Para ligar o "repouso do coração" à lua cheia, seria possível ver alusão à forma do coração como do plenilúnio. De resto, num dos documentos assírios se diz que os "primeiros cinco dias do mês são os dias da *foice*,

b — A semelhança formal e semântica de *shabattu* com o *shabbath*, “descansar”, “repousar”, isto é, “parar” (cf. Ex, 20,11 e Gn, 2, 2-3), aludindo não ao “repouso” da Lua, mas ao “repouso” de Deus na “Semana Criativa”, salta aos olhos e é compreensível. Por um lado, a tradição hebraica parte de Ur dos Caldeus, de onde saiu Abraão (cf. Gn, 11, 16, 31 e 12, 1 e ss.), e, por outro lado, não deixa de ser notável que algumas das mais antigas referências ao *shabbath* no Velho Testamento o oponham à lua nova, parecendo denunciar resíduo de festival lunar. Assim, Amós (8, 5), Oséias (2, 13), e Isaías (1, 13 e 14), profetas do século VIII A.C., nas únicas referências que a ele fazem, sempre mencionam o par — *hôdesh weshabbath*, “lua nova e *shabbath*” — e, além deles, nos textos exílicos e pós-exílicos, mais dez vezes recorre a expressão (11).

c — Quanto à relação da partição em séries de sete com a semana astrológica e em geral, ao chegar ao fim do seu estudo sobre a semana entre os assírios e babilônicos, P. Jensen enumera, meio céptico, as conclusões seguintes, que eu traduzo literalmente:

1.^a) “Uma semana como a nossa não é demonstrável entre assírios e babilônicos”;

2.^a) “tampouco é demonstrável entre assírio-babilônicos o nosso modo de designar os dias da semana, nem mesmo nome algum de dia-da-semana”;

3.^a) “haveria, talvez, sem ligação com “semana”, a característica série de epônimos (= os sete planetas)”;

4.^a) “essa série não prova nenhuma semana com nossos nomes de dia” (12).

Aí está a opinião de um especialista. E eu não posso ir além.

os segundos os do *rim*, os outros cinco dias, os do *barrete* (ou da coroa real) (cf. Jensen, *DsWBN*, 1901, p. 150), onde se vêem as imagens da “lua nova”, do “crescente” e da “lua chela” expressas por metáforas.

(11) Eis alguns deles: 2Re, 4, 23; 1Cr, 23, 31; 2Cr, 2, 4; Es, 5,52. A bibliografia sobre o *shabbath* é vastíssima. Lembrem-se aqui apenas: a) a precisa e concentrada de Gesenius-Robinson-Brown, com a colaboração de S. R. Driver e Ch. A. Briggs, em *A Hebrew and English Lexicon of the O.T.*, Oxford (1952), art. *shabbath*, p. 992; b) art. de Robert Smith Marti, na *Encycl. Bíblica* de Cheyne (1903), §§ 6-8, cols. 4177 e 4180; c) art. *sabbaton*, 1964, de Ed. Lohse, em Kittel, *Sabbaton*, 1964, p. 1-2, onde se levantam 70 títulos bibliográficos.

(12) *DsWBN*, 1901, p. 160.

d — Também os gregos parecem ter conhecido um “embrião” de semana, expresso pela contagem por grupos de sete. Em quatro passagens da Odisséia, se põe nos lábios do narrador — Ulisses em três delas, Eumeu na quarta — a menção de seis dias de navegação e um sétimo de chegada ao porto, seis dias de banquete e um sétimo de partida pelo mar. Parece, pois, hábito de contagem, talvez inspirado pela sucessão das fases da Lua. Mas ainda não será a semana (13).

e — O terceiro vestígio — este, porém, de “semana” de oito dias — é a “semana” nundinal latina. Chamava-se *nundinae* (sc. *feriae*) ou *internundinum* (sc. *tempus*). Na verdade, a preferência pela primeira designação mostra que o centro de interesse estava antes nas *feriae nundinae*, que era o “feriado” para os homens do campo virem a Roma vender seus produtos, fazer compras e resolver problemas administrativos e forenses. Era feriado na vida rural apenas. As *nundinae* recorriam regularmente (14) de oito em oito dias (15). Essas eram mais parecidas com a nossa semana, apesar de não partirem da mesma base: o *internundinum* podia emendar meses e sempre emendava anos (16). Afinal, no séc. IV A.D., um decreto de Constantino realizou a fusão das *nundinae* com o *dies Solis / dies Dominicus* das duas semanas hebdomadárias em processo de amalgamação: é o que se acha em *C.I.L.*, III, 4121, e diz que o Imperador determinou que as *nundinae* coincidissem com o *dies Solis* em todo o ano.

- (13) Citadas por Boll, art. *Hebdomas*, em Paulys-Wissowa, vol. VII, 1912, col. 2555. São elas *Od.*, X, 80-83; XII, 397-400; XIV, 249-254; XV, 467-477. Mas em VII, 253-255 (também cit. por Boll), o período é de nove (e não seis) dias de viagem e um décimo de chegada à ilha de Calipso.
- (14) Havia 45 *nundinae* no ano. Usava-se o dia intercalar para evitar que elas coincidissem com as *Kalendae Ianuariae* ou com as *Nonae* de qualquer mês. (Cf. Macróbio, *Saturnalia*, I, XIII, 16-19). Também a *Tabula Maffeana* (*CIL*, I, p. 294 e 303-309). Riccardo Carnali, em P. Ovidio Nasone, *I Fasti* (comento e note), Chiantore, 1945, *Introduzione*, p. XL-XLVIII, traz essa *tabula* e boas informações.
- (15) *Nundinus*, a, um significa “relativo ao nono dia”. E que a contagem romana inclui o *terminus a quo* e o *terminus ad quem*. Contudo, Varrão deixa ver que, apesar disso, não havia aumento real de dia: *Itaque annum diuiserunt (uiri nostri maiores) ut nonis modo diebus urbanas res usurparent, reliquis septem ut rura colerent* (*RR*, II, 1) (= “Portanto nossos maiores dividiram o ano, a fim de que os camponeses pudessem aproveitar os nonos dias em negócios urbanos e nos sete restantes cultivar os campos”).
- (16) Para as *nundinae*, além do que já ficou citado, na nota 14, ver o art. *Calendarium* de Th. Hewitt Key, na nota 6, p. 226-228 e o art. *Nundinae*, de Leonhard Schmitz, p. 315-316, da mesma obra.

f — Assim, tais “semanas” pré-hebdomadárias não chegaram a exportar-se: nasceram e viveram apenas para uso local. Também nem chegaram a ter nome enquanto vivas, salvo as *nundinae*. Os nomes *pêntada* ou *quintana*, *década* e *semana nundinal* são da metalinguagem moderna.

II — A SEMANA HEBDOMADÁRIA

1 — A semana hebdomadária é que nos deu os nomes para “semana”: no mundo greco-romano, *εβδομας*, é que produziu as duas formas latinas, *hebdomas* e *hebdomada*, sobre as quais em parte se modelou *septimana*, as três, como se está vendo, evocando o número “sete”. As palavras para “semana”, nas civilizações que nestes três milênios operaram no Mediterrâneo ou de lá partiram, podem exprimir três noções, aqui enumeradas na ordem crescente de generalização:

1.^a) a específica, de “período de sete dias”, devidamente “batizados”, que recorrem sistematicamente através do mês e do ano, começando sempre com o mesmo dia, que pode ser o sábado, o domingo ou a segunda-feira (17);

2.^a) a genérica usual, de “período qualquer de sete dias”, como simples medida de tempo, contáveis a partir de qualquer dos dias “batizados” da semana específica;

3.^a) a genérica técnica da linguagem da Cronologia, de “período qualquer regular de tempo dentro do mês (e do ano)” entre *dia* e *mês*, na série: *instante*, *segundo*, *minuto*, *hora*, *dia*, *semana*, *mês*, etc.

a — No primeiro sentido, ela recorre 52 vezes no ano, em geral emendando meses e emendando anos (18). No segundo, *semana* funciona como medida de tempo decorrido, em decurso ou a decorrer, com possibilidade de soma ou mul-

(17) Pelo *sábado* (*dies Saturni*) começava a semana astrológica romana; pelo “sábado” (*assabt*) começa a semana islâmica; pelo *domingo* — *yom 'ehadh* ou *yom ri'shon*, ou *'ehad bashshabbath* (ou *bashshabbetha*), “dia primeiro”, ou “primeiro dia da semana”, ou *dies dominicus* — começa a judeo-cristã; pela “segunda-feira”, começa a semana popular cristã, e até a culta nos domínios italiano, balcânico e eslavo. A razão é que o dia de descanso tem que vir no fim: só se descansa depois de se ter cansado!

(18) Sete dos nossos meses têm 31 dias, quatro 30, e fevereiro, 28 (29 nos anos bissextos); não há, pois, meses divididos exatamente pela semana. Em 1973, a semana só não emendou abril com março e julho com junho; em 1974 só não emendará setembro com agosto e dezembro com novembro. Até 1974 foi emendado a 1973.

tiplicação, como qualquer outra unidade: *há uma semana, dentro de duas semanas, daqui a quatro semanas*, etc. O terceiro sentido comporta “semanas” de diferentes dimensões, existentes teórica ou historicamente, como as pré-hebdomadárias: é o do uso metalingüístico.

b — Como atrás se disse, as formas *hebdomas*, *hebdomada* — donde nos veio *hebdomadário* — e *septimana*, partindo do número “sete”, levam o nosso espírito etimológico a sentir paradoxal ou pleonástico o uso de expressões como *semana pré-hebdomadária* ou *semana hebdomadária*. Não é essa a impressão que nos dá o alemão *die siebentägige Woche* ou o inglês *the seven days week*, aí certamente porque *Woche* e *week* nada falam imediatamente ao nosso espírito etimológico. Mas o sentido genérico-técnico, metalingüístico, é legítimo.

2 — A semana hebdomadária é de origem semita e conhecida sob duas variedades — uma hebraica, a judeo-cristã, e outra caldaica, a astrológica ou planetária —, que parecem ter surgido inteiramente desvinculadas uma da outra (19). Se adotarmos para os fatos assírio-babilônicos a posição cautelosa de Jensen, as atestações mais antigas são as da hebraica, ali pelo séc. IX A.C. Para se entenderem bem as datas que aqui se darão para as atestações mais antigas da semana hebraica, são necessárias algumas indicações sobre a formação do Pentateuco.

a — A chamada *teoria documentária* da formação do Pentateuco é hoje admitida pacificamente entre os especialistas em Filologia Bíblica. Até edições católicas modernas, destinadas ao público em geral — como a da famosa Bíblia de Jerusalém —, as expõem tranqüilamente (20). O Pentateuco resultaria da fusão de quatro documentos fundamentais, de origens e épocas diferentes, com interferências de redatores. Sem dar atenção a pormenores de “amalgamadores”, alinhamos aqui os principais documentos:

1.º) o Javista (J), do Reino de Judá, do séc. IX A.C.: chama a Deus *IHWH (Yahweh)*: *Gênesis*, *Êxodo*, *Números* (e pontos raros do *Deuterônômio*);

(19) Mesmo que o *sabbatu/sappattu* assírio e o *shabbath* hebraico se relacionassem já desde tempos remotos, a visão astrológica parece muitíssimo mais recente que a judaica, que é pré-exílica.

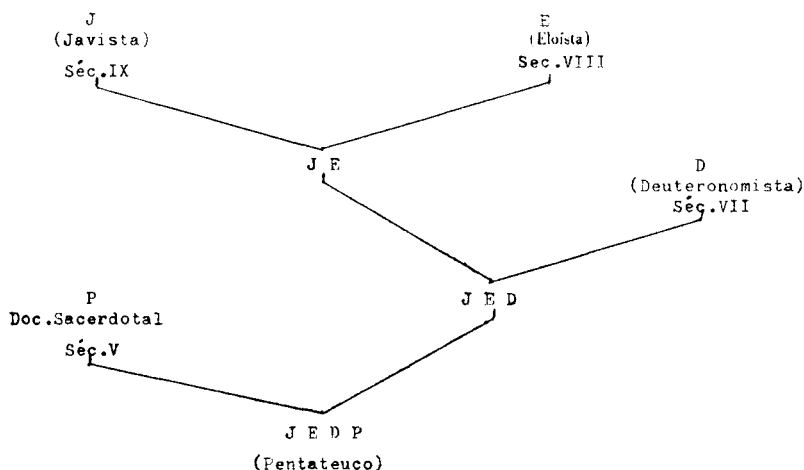
(20) *La Sainte Bible* da E. B. de Jerusalém, Cerf, 1953, p. 4-7 (Nouvelle édition entièrement revue et augmentée, 1973, p. 24-29). Ver ainda: *La Sainte Bible*, de Maredsous, 1949, p. XII; Pirot Clamer, *La Sainte Bible*, Letouzey, 1953, tome I, 1ère partie, p. 20-57.

2.º) o Eloísta (E), do Reino de Israel (Norte), do séc. VIII A.C.: chama a Deus *Elohim*: *Gênesis*, *Êxodo*, *Números* (e pontos raros do *Deuteronômio*);

3.º) o Deuteronomista (D), da época de Josias (de 622 A.C.): o livro de *Deuteronômio* quase integral.

4.º) o Sacerdotal (P) (inicial de *Priester*) do séc. V A.C.: *Levítico* integral e partes apreciáveis de *Gênesis*, *Êxodo*, *Números*, e pontos do *Deuteronômio* (21).

b — O esquema de Lucien Gautier, de 1916, dá uma vista global, clara e simplificada, de como se teria condensado a coleção (22). Naturalmente, a admissão da teoria não obriga a imaginar que os dados históricos e as tradições explicativas sejam da época dos documentos: estes devem repousar em tradições seculares, remontando boa parte delas aos tempos mosaicos. Eis o esquema de Gautier:



(21) Esses levantamentos condensam a distribuição minuciosa dada por L. Gautier, *Intr. à l'Ancien Testament*, Lausanne, Bridel, 2e éd. revue, 1914, vol. I, p. 81-84 (a 1.ª ed. é de 1906 e a 3.ª de 1939).

(22) *Op. cit.* p. 50. Os quadros de Wellhausen e de Dillmann podem ser vistos em Ad. Lods, *Histoire de la littérature hébraïque et juive*, Paris, Payot, 1950, p. 113 e 114. Mas o de Gautier é mais claro e serve melhor ao nosso intuito.

c — Os textos do Pentateuco que interessam à semana são os que levanto no quadro abaixo:

Shabbath e alusões à “semana” no Pentateuco (23)

Textos	Documento	Época
Êxodo 16, 4-5; 29-30	J	Séc. IX A.C.
Êxodo 20, 8-11 35, 1-3	E (ou JE)	Séc. VIII A.C.
Deuteronômio 5, 12-15	D (ou JED)	Séc. VII A.C.
Gênesis 1 e 2, 1-3 Êxodo 16, 22-28 31, 12-17 Levítico 16, 31 19, 3 23, 3-4 24, 8 25, 1-22 15, 32 Números 28, 9-10	P (ou JEDP)	Séc. V A.C.

d — As principais fontes para o estudo da semana hebraica e dos seus prolongamentos eclesiásticos são o *Velho Tes-*

- (23) Esse quadro se baseia em levantamentos de Concordâncias bíblicas da LXX, da *Vulgata* e da Bíblia inglesa de King James (Conc. de Strong, s.v. *Sabbath*), comparados com a distribuição por documentos de Gauthier citada na nota 21. Só Gn, 1, e 2, 1-3 se referem a *dia* precedido do cardinal: outras ocorrências de *1º dia*, *7º dia* na Torah, referindo-se à semana, não foram aqui levantadas. Outros textos antigos do V.T., que se referem ao *shabbath*, são: Am, 8, 5 (760 A.C.), Os, 2, 11 (750 A.C.), Is, 1, 13 (740 A.C.), Jr, 17, 21-27 (626 A.C.), Ez, 46, 1, 4, 12 (592 A.C.), O Dêutero-Isaías, 56, 58 e 66 (c. 540 A.C.). Poucos mais, mais recentes. O *shabbath* ocorre 110 vezes no V.T., apenas em 15 dos 39 livros, contra 60 no N.T., aqui só em 6 dos 27 livros (4 Evangelhos, Atos e Epist. aos Colossenses).

tamento hebraico, a *Septuaginta*, o *Novo Testamento grego*, a *Vetus* e a *Vulgata Latina*, os dois escritores judaicos — Filão de Alexandria (fl. c. 30-45 A.D.) e Flávio Josefo (de 37 a depois de 93 A.D.) —, a literatura rabínica da época talmúdica, a *Patrística Grega* e a *Latina* dos oito primeiros séculos.

e — A literatura rabínica é o vasto repertório chamado *Talmud* e *Midrash*, que reúne toda a cultura judaica do séc. II ao séc. XII A.D. O *Talmud* (= “disciplina”) consta da *Mishna* (= “instrução”, “lei”), obra dos *tannaim* (= “instrutores”) em 63 tratados, pronta no séc. II A.D., e da *Gemara* (= “complemento”), obra dos *amoraim* (= “intérpretes”), em duas tradições — a palestina (39 tratados), acabada no séc. IV, e a babilônica (37 tratados), acabada no séc. V. A *Midrash* (= “exegese”, “pesquisa”), composta da *Halakah* (= “exposição”) e da *Haggada* (= “narração”), foi elaborada no séc. XII (24).

3 — A tradição bíblica, nas duas linhas hebraica e grega, e a rabínica e a patrística, documentam três épocas da semana judaica e judeo-cristã, que vão aqui descritas com relativo pormenor, em virtude do seu interesse para compreender a expansão e a evolução da semana asiática e europeia.

a — *Época clássica* (pré-exílica) — Desde a origem até o séc. VI A.C. Documentação apenas veterotestamentária, nos textos já lembrados para o *shabbath*. Os testemunhos da *LXX* e da *Vetus* e *Vulgata* latinas, nos títulos de alguns salmos e em *Judith*, 8, 6, ficam excluídos por inexistirem no hebraico e serem respectivamente do séc. II A.C. e dos sécs. II e IV A.D., portanto, reflexos das épocas seguintes.

b — Apenas o *shabbath* tem nome: os demais dias, salvo o primeiro, exprimem-se pelo “ordinal”, às vezes precedido de “dia” (cf. Gn, caps. 1 e 2; Ex, caps. 16, 20 21); o primeiro

(24) Cf. A. Cohen, *Le Talmud*, Payot, Paris, 1950, p. 17-39. Ver também o excelente trabalho de exegese neotestamentária de H. L. Strack e P. Billerbeck, *Kommentar zum Neuen Testament aus Talmud und Midrasch*, München, C. H. Beck'sche (em 4 vols. e 5 tomos) 1922-1928, com um volume de índices, de Joachim Jeremias e Kurt Adolph, de 1963: especialmente vol. I, p. 1052-1054 (anotações a Mt, 28, 1) e outras, como *Introd.* e vol. de índices.

dia é expresso ou pelo “cardinal” (25), ou por *ri'shon*, “capital” (26). Formas hebraicas:

- (*yom*) + *'ehadh* (ou *ri'shon*), “(dia) um” (ou “capital”);
- (*yom*) + *shani*, “(dia) segundo”;
- (*yom*) + *shelishi*, “(dia) terceiro”;
- (*yom*) + *rebhi'i*, “(dia) quarto”;
- (*yom*) + *hamishi*, “(dia) quinto”;
- (*yom*) + *hashshishshi* (27), “o (dia) sexto”;
- shabbath* (ou *hashshabbath*), “sábado” (ou “o sábado”).

c — *Época helenística* (pós-exílica e neotestamentária). Podemos estendê-la, quanto às fontes, desde o séc. II A.C. (tradução dos salmos na *LXX*) até ali pelo ano 90 A.D., data aproximada do Apocalipse, que atesta a primeira inovação cristã, e também data do concílio rabínico de Jâmnia, que marca a instituição do judaísmo pós-bíblico. A elaboração foi em vivência aramaica, mas a documentação que se tem é apenas grega, quase decalques do aramaico. As versões latinas do séc. II e IV A.D. e os escritos patrísticos decalcam o grego. São 5 passos da *LXX* — títulos dos salmos 23, 47, 80, 91 e 93 e Jd, 8, 6 — (28), e mais 15 passos neotestamentários: Mt, 28, 1; Mc, 16, 2 e 9; Lc, 18, 12 e 24, 1; Jo, 20, 1 e 19; At, 20, 7; 1 Cor, 16, 2; Mt, 27, 62; Mc, 15, 42; Lc, 23, 54; Jo, 19, 14, 31 e 42. A *Vetus* e a *Vulgata* dão as transposições latinas. Acrescente-se a documentação das obras de Filão e Josefo.

d — A inovação mais notável nesta época é que o *shabbath*, tornado o centro afetivo da semana, tomou tal significação que o termo *shabbath* passou a acumular dois sentidos: “sábado” e “semana”. Seu uso como “semana” se generalizou, como se pode ver desta amostra não estereotipada em Lc, 18, 12, onde, na Parábola do Fariseu e do Publicano, Jesus põe estas palavras nos lábios do primeiro: *νηστευω δις του σαββατου*, *ieiuno bis in sabbato* (*Vulg.*), que não se poderia

(25) Vestígios desse cardinal são as traduções literalistas do *N.T.* grego e as latinas, e até, algumas modernas. Seria extensão dele o uso do cardinal pelos árabes e pelos cristãos sírios de fala aramaica para todos os dias?

(26) Derivado de *r'osh*, “cabeça”. Cf. port. *rês*, vindo do árabe: “cabeça de gado”.

(27) Pela sua vizinhança com o *shabbath*, que era em geral articulado, “o sexto dia” também é articulado na “Semana Criativa”, e depois.

traduzir, *jejua duas vezes no sábado*, o que não teria sentido, mas: *jejua duas vezes na semana*. Como, porém, o hebraico tinha já para indicar “um conjunto de sete” o termo *shabhua* — derivado de *sheba* e *shíbea*, “héptada”, “período de sete” (“dias”, “anos”, “meses”) (29) —, que o aramaico não ignora, a concorrência dos dois termos parece ter estereotipado o uso de *shabbath* como “semana” apenas no sintagma “ordinal” + *be*, “em”, + art. + *shabbath*, decalcado pelo grego e deste pelo latim na forma “ordinal” + (του) σαββατου, “ordinal” + *sabbati*.

e — Os dias são, pois, designados pela fórmula: cardinal (ou ordinal) grego para “primeiro” e ordinal do “segundo” ao “quinto” (no fem.) + (του) (ou των) + σαββατου (ou σαββατων). Dos 20 textos acima indicados, 13 dão a fórmula, e destes, 7 trazem σαββατων no plural e 6 trazem o sing. σαββατου. É que o grego se deixou influenciar pela forma aramaica *shabbetha*, transliterada σαββατα e entendida como plural, mas falso plural, que deu, por derivação regressiva, o sing. σαββατου (30), donde o lat. *sabbata* e *sabbatum*. O “sexto dia” é expresso pelas formas παρασκευη, “preparação” (sc. “do sábado”) e, mais rara, προσαββατον (Jd, 8, 6). Assim, desprezando variantes, se exprimem na κοινή os seis dias, indicando-se entre colchetes as fórmulas só documentadas nos escritores patrísticos:

μία (ou πρώτη) (του) σαββατου,	“primeiro da semana”;
δευτερα (του) σαββατου,	“segundo da semana”;
[τριτη (του) σαββατου],	“terceiro da semana”;
τετρας (του) σαββατου,	“quarto da semana”;
[πεντητη (του) σαββατου],	“quinto da semana”;
παρασκευη,	“preparação”;
το σαββατον (ou ημερα του σαββατου)	“sábado” (ou “dia de sábado”).

f — A documentação patrística e a talmudo-midrásica da época seguinte, assim como as formas de semanas orien-

(28) Os salmos, naturalmente, aqui numerados segundo a LXX e a *Vulgate*, e não segundo o texto hebraico.

(29) *The Exhaustive Concordance of the Bible*, New York/Nashville, Abingdon, 1950 (19.^a impr.) (1.^a ed. de 1894), no seu suplemento de *Hebrew and Chaldee Dictionary*, p. 111 da 3.^a série da paginação, verbete 7620, traduz literalmente *shabhua* por “sevened”: o termo ocorre no V.T. 19 vezes, 15 no plural.

(30) A forma plural é mais freqüente na LXX e sobretudo nos escritores judeus helenísticos; o N.T. prefere o singular, sem ignorar o plural.

tais derivadas da judaica ou da judeo-cristã, preenchem todos os claros. Mas não é conveniente “avançar o sinal”: é bom só contar aqui com os dados anteriores ao séc. I A.D. Cabe, porém, observar que os cristãos sírios de fala aramaica têm ainda hoje a forma aramaica completa dessa semana, indicando os cinco primeiros dias pelo *cardinal* + *bshabba*, sem o nome cristão do “domingo”: *hadh bshabba, tren bshabba, tlatha bshabba, arba'a bshabba, hamsha bshabba, arubhta, e shabtha*, “um na semana”, “dois na semana”, “três na semana”, “quatro na semana”, “cinco na semana”, “véspera” e “sábado” (31).

g — *Época Talmudo-Midrásica e Patrística* (judeo-cristã). Podemos delimitá-la entre o fim do séc. I A.D. e o séc. VIII A.D., quando teria cessado o uso oral geral do latim, ou, talvez, mais tarde, no séc. XII, que marca a conclusão da *Midrash*. As duas tradições separam-se e seguem linhas paralelas com alguns contactos ocasionais. São três as línguas: a aramaica — com resíduos hebraicos —, o grego e o latim (32). Cada uma das três tradições documenta duas variantes A e B, bastante semelhantes. Mas aqui só tratarei da tradição rabínica, visto que a semana eclesiástica é já uma derivação e expansão, que será exposta na última secção deste estudo.

h — *Tradição rabínica*. A documentação da tradição rabínica está no *Talmud* e na *Midrash* e, indiretamente, na Patrística Grega e Latina. Evidentemente, alguns prolongamentos românicos, bem como célticos, germânicos, eslavos, helênicos e orientais, são excelentes testemunhos de soluções especiais, de alomorfes aramaicos certamente anteriores à participação cristã na expansão da semana judaica. Vejamos o essencial da tradição rabínica.

Variante A — Esta é a continuação da helenística. Os primeiros cinco dias — com a ressalva sobre o primeiro — são expressos pela fórmula: “ordinal” + *be* + art. + *shab-*

(31) Tomado a Nöldeke, *DNWS*, 1901, p. 162. Fórmulas um pouco diversas são as de Schürer, *DsWGchK*, 1905, p. 9.

(32) Para a documentação aramaica, que aqui, a partir d'agora, será resumida para a 3.^a época, servi-me dos levantamentos seguintes: 1) de Nöldeke, em *DNWS*, 1901, p. 162-163; 2) de Schürer, em *DsWGchK*, 1905, p. 3-8 (inclusive os de Lightfoot, aí citados, p. 4-5, nota 2; 3) de Strack-Billerbeck, em *Kommentar*, etc. (cf. *loc. cit.*, na nota 24 acima).

bath ou alomorfes (33). O “sexto dia” é expresso por *erebh shabbath* ou variantes de um e outro elemento (34). Outras variantes ocorrem, mas é de especial importância um sintagma só documentado em latim, mas com certa frequência em inscrições, em glossários e nos escritores eclesiásticos, de sentido ainda pouco claro — *cena pura* —, que deu as formas sardas mencionadas acima (35).

Variante B — Esta é a continuação da linha clássica: o *shabbath* na forma hebraica e os seis primeiros dias — feita sempre a reserva do primeiro dia — expressos pelo sintagma (*yom*) + “ordinal” (36). É essa linha a que se perpetua na semana neo-hebraica.

A variante B é simplesmente a “Semana Criativa”, tal como ficou atrás levantada (37). A variante A assim se apresenta, ignorados alguns alomorfes:

<i>'ehadh bashshabbath</i> (ou <i>bashshabbetha</i>)	— “um na semana”;
<i>shani bashshabbath</i> (ou <i>bashshabbetha</i>)	— “2. ^o na semana”;
<i>shelishi bashshabbath</i> (ou <i>bashshabbetha</i>)	— “3. ^o na semana”;
<i>rebhi'i bashshabbath</i> (ou <i>bashshabbetha</i>)	— “4. ^o na semana”;
<i>hamishi bashshabbath</i> (ou <i>bashshabbetha</i>)	— “5. ^o na semana”;
<i>hashshabbath</i> ou <i>shabbetha</i>	— “o sábado” ou “sábado”.
<i>erebh (arubhtha, arubhath) hashshabbath</i> ou <i>shabbetha</i>	— “véspera do/de sábado”;

(33) São eles: *shabbetha*, *shubba*, **shabba*, **shambetha* e **shamba*; essas formas nasaladas, conforme testemunho do etiópico, do persa, do turco, do alemão, dos dialetos românicos do caminho das missões góticas, “Danúbio-acima e Reno abaixo”, (francês, rético, romeno) e de várias línguas eslavas.

(34) As de *shabbath* são as que foram enumeradas na nota precedente; as de *erebh* são: *arubhath* e *arubhtha*.

(35) *Parasceve*, em latim, em sentido genérico, é raro. *Cena pura*, como “sexta-feira”, é forma judaica que sobrevive na Sardenha: no logudorês e no nuorês. Ver, nesta *Miscelânea*, exaustivo estudo de D. João Mehlmann sobre esse sintagma na Patrística.

(36) Cf., p. ex., as atestações que tomo a Schürer (*DsWGchK*, 1905, p. 3 e 4), nos seguintes passos da *Mishna*: *bashani webahamishi*, “no 2.^o e no 5.^o” (*Megilla*, 10^o tratado de *Moed*, III, 6 e IV, 1) *shani wehamishi we-shani*, (2^o e 5^o e 2^o), (*Taanith*, 9^o tratado de *Moed*, II, 9); *layom hahamishi... layom harbishi'i, bayom hashshani webayom hahamishi*, “para o dia 5.^o... para o dia 4.^o, no dia 2.^o e no dia 5.^o” (*Kethuboth*, 2^o tratado de *Nahim*, I, 1). Assim também as indicações em *Tamid*, VII, fim (9.^o tratado de *Kodashim*), indicações dos dias em que seriam cantados os salmos 23, 47, 81, 93, 80, 92, 91.

(37) Cf. quadro acima, em II, 3 b.

4 — A variedade caldaica, talvez nascida no Egito, ali pelo séc. II ou I A.C., é a semana astrológica, baseada no Septizônio, que, entre os gregos, é conhecido já desde Pitágoras (séc. V, A.C.) (38), e que enumera os cinco planetas conhecidos então, a partir de Saturno, o mais distante do Sol, e incluindo entre eles, nos seus lugares, o Sol e a Lua, nesta ordem:

Saturno — Júpiter — Marte — Sol — Vênus — Mercúrio — Lua

a — As fontes antigas para o conhecimento da semana astrológica são mais abundantes do que as da judeo-cristã. Podemos distinguir três tipos:

1.º) as de atestação ou documentação do seu uso: são especialmente inscrições populares, em geral latinas — ou gregas do mundo romano —, pagãs e cristãs, ou textos de natureza pragmática;

2.º) os escritos patrísticos, muitas vezes de apologia da semana eclesiástica e de combate à planetária, em geral entendendo como de “deuses” do paganismo, e não de “planetas”, o genitivo nas fórmulas;

3.º) os trabalhos específicos de Cronologia ou Cronografia antigos, ou referências ocasionais em obras de Historiografia.

b — Detenho-me por uns momentos nestes últimos. Não é pequena a lista de trabalhos antigos de Astrologia ou Cronografia levantada por Schürer no *Excursus* que ele faz nas doze páginas finais do seu substancioso estudo, dando especial atenção a Paulo Alexandrino (39). Aqui — apenas a título de informação, pois só tive acesso à obra do último nomeado —, se dão os nomes dos autores de mais interesse:

(38) Censorino — *De Die Natali Liber* cap. 13 (ed. de Fr. Hultsch, Leipzig, Teubner, 1867, p. 22-24), o designa como *επταχορδον*, “heptacórdio” (= de sete cordas), noção musical pitagórica. Também Plínio o Antigo (*H.N.* II, XX (ou 22) (ed. de Jean Beaujeu, Paris, Col. des Univ. de France, 1950, p. 36). Cita-se ainda Ptolomeu, *Almagesto*, IX, 1 (Cf. Jensen, *DsWEN*, 1901, p. 156).

(39) *DsWGchK*, 1905, p. 55-56.

Ptolomeu (séc. II), Manethon (séc. III), Paulo Alexandrino (séc. IV), Fírmico Materno (séc. IV), Sexto Empírico (séc. III, início), e naturalmente, o “Cronógrafo do Ano 354” (40).

c — Não me parece de pequeno interesse examinar as omissões de duas obras latinas, não de Astrologia mas de Cronografia romana, dos sécs. III e IV: o *De Die Natali* de Censorino (fl. 238 A.D.) e o *Saturnaliorum Liber I* de Macróbio (fl. 400 A.D.) (41). É estranho que, tratando especificamente da divisão do tempo, ignorem completamente a semana astrológica, ou qualquer outra, além das *nundinae*.

d — Vejamos Censorino. No cap. 11, 6, ele fala do número septenário, “pelo qual toda a vida humana se divide”, *ut et Solon scribit et Iudaei in dierum omnium numeris se-cuntur* (= “como escreve Sólon e como seguem os judeus nos números de todos os dias”), e, depois, lembra o famoso passo das *hebdomades* de Hipócrates. Logo adiante (11, 8), fala em *dies ducenti octoginta, id est hebdomadae quadraginta* (= 280 dias, isto é, 40 “hebdômadadas”) como o que dura a gestação, e em *illius hebdomadis primo die* (= “no 1.º dia da última hebdômada”), como o dia do nascimento. No cap. 14, 3 e ss., fala de novo nas divisões septenárias que Sólon e Hipócrates, e, depois, Varrão, fazem da vida, chamando-as *hebdomas* (14, 7). Passando, depois, às divisões do tempo, vai do *saeculum* (cap. 17) ao *annus* (caps. 18-21), ao *mensis* (cap. 22), não ignorando as *nonae septimanae* e *quintanae* (nonas do dia 7 e do dia 5), e assim inicia o cap. 22: *Superest pauca de die dicere, qui, ut mensis aut annus, partim naturalis partim civilis est* (= “resta dizer algo sobre o dia, que, como o mês ou o ano, é em parte natural e em parte civil”). Embora aí se usem *hebdomas* (e *hebdomada*) e *septimana* (adj.) e se fale da tradição judaica quanto ao “número sete”, e, até, nos *fragmenti* (p. 57-60 da ed. cit.), se trate de *stellis fixis et stantibus* (ou *errantibus*) e dos sete astros do Septizônio, não se fala da “semana”: a série decrescente é *saeculum, annus, mensis, dies*.

(40) Ver MGH, *Auctores Antiquissimi*, t. IX, *Chron. Min. saec. IV, V, VI, VII*, Berolini, Apud Wedmannos 1892, vol. I, p. 42-46.

(41) Macróbio, na ed. de Fr. Eyssenhartdt, Leipzig, Teubner, 1983 (contém os 7 livros dos *Saturnalia* e o texto e o Comentário do *Somnium Scipionis*). O nome inteiro das *Saturnalia* vem logo no início: *Ambrosii Theodosii Macrobiani viri clarissimi et illustris Conuiviorum primi diei Saturnaliorum liber primus*.)

e — Macróbio é o outro enigma. Enigma ou revelação?! Ele, igualmente, no *Conviviorum Primi Diei Saturnaliorum Liber I*, caps. XV e XVI, pelo seu porta-voz, Praetextatus, responde a uma consulta do egípcio Horus sobre as denominações dadas entre os romanos a cada dia — aos fastos e aos que trazem outros nomes — e sobre as *Kalendae*, as *Nonae* e os *Idus*, e as *nundinae* (cf. I, XV, 1-3). Ao fim da exposição, diz Praetextatus:

Plene, ut arbitror, anni ac mensium constitutione digesta habet Horus quoque noster, quod de dierum uocabulis et observatione consuluit. Et scire equidem uelim, numquid sit, quod argutus Niligena et gentis accola numerorum potentis ex hoc ordine Romanae dispensationis inrideat, aut Tuscum quoque Tiberim aliquid ex disciplinis suis hausisse consentiat (I, XVI, 37).

Creio agora que o nosso Horus tem o apanhado completo da organização do ano e dos meses sobre a qual consultou quanto aos nomes e ao uso dos dias. E eu gostaria de saber se há aí alguma coisa de que o arguto niligena e vizinho de um povo entendido em números possa rir dessa organização da dispensação romana ou se ele não reconhece que o Tibre etrusco bebeu algo dos conhecimentos egípcios.

f — Essas omissões de Censorino e de Macróbio numa época em que as inscrições, as alusões patrísticas e já as informações de cronógrafos populares falam da semana astrológica, parecem indicar que o meio em que essa tradição inicialmente e até então operou foi o meio popular, e não o oficial romano. E esses dois autores são já da época da expansão da semana astrológica latina na România e na periferia septentrional e ocidental da România, isto é, na Germânia e no mundo céltico.

g — Díon Cássio nasceu em Nicéia, na Bitínia, em 155 A.D. Era romano, mas de meio e fala helênica e ficou conhecido até nós pela sua *Ρωμαία Ιστορία* (42). Para o nosso caso, ele é de interesse por ser o seu depoimento a mais antiga atestação das duas teorias que tentam explicar a origem da semana planetária. E não deixa de ser curioso ou sintomático o fato de que o famoso passo do livro XXXVII, caps. XVI, XVII, XVIII e XIX da *História Romana*, inicie o amálgama que iriam sofrer as duas semanas na România, na periferia românica. Os caps. XV-XVIII contam como Jerusalém

(42) Duas edições acessíveis da *Romana Historia* de Díon Cássio: a de Dinsdorf-Melber, da Teubner, de 1890 (XXXVII, XV-XIX, vol. I, p. 416-420) e a de Cary Foster, da Loeb, vol. III, p. 123-131.

foi tomada por Pompeio, assaltada num *shabbath*, que Díon Cássio designa como *η του κρονου ημερα* (XVI, 4) (= “o dia de Saturno”) (43). E, depois, no cap. XVIII, numa digressão, esquece ele a semana judaica para registrar as duas explicações sobre a origem da planetária, correntes no seu tempo.

1.^a) A primeira baseia-se na teoria musical de Pitágoras, da “harmonia das quartas”, e consiste em tomar-se o Septizônio e percorrê-lo quase três vezes em seguida, partindo de Saturno, fazendo parada sempre no quarto planeta, contando-se o *terminus a quo* e o *terminus ad quem*, e reiniciando-se a contagem por este até o quarto seguinte, e assim por diante, conforme o esquema abaixo, em que os números, indicando inícios e fins de contagens, vão dando, na ordem, a seqüência dos epônimos da semana, a partir de Cronos (= Saturno):

Cronos	—	Zeus	—	Ares	—	Helios	—	Afrodite	—	Hermes	—	Selene
1						2						3
Cronos	—	Zeus	—	Ares	—	Helios	—	Afrodite	—	Hermes	—	Selene
				4						5		
Cronos	—	Zeus	—	Ares	—	Helios	—	Afrodite	—	Hermes	—	Selene
				6						7		

2.^a) A segunda teoria é a dos deuses governadores de cada hora do dia na ordem do Septizônio. Embora o dia se iniciasse pela noite precedente — Díon Cássio não trata disso, mas as tábuas do “Cronógrafo do Ano 354” o revelam —, era o deus que governava a primeira hora matutina do dia — a matutina, e não a vespertina — o que governava o dia e lhe dava o nome, a partir de Saturno, o primeiro do Septizônio. Assim, no primeiro dia, *Saturno* governava a 1^a, a 8^a, a 15^a, e a 22^a horas; a 23^a, era de *Júpiter*, a 24^a, de *Marte* e a 1^a do dia seguinte era do *Sol*. Continuando-se a contagem, a 1.^a hora do terceiro dia caberia à *Lua*, e assim por diante. As

(43) Dion Cássio fala no “dia de Saturno” em três momentos de sua *História*: a) quando trata da conquista da Judéia (em 63 A.C.) por Pompeio (*Hist. Rom.*, XXXVII, 16), que é o passo presente; b) quando trata da guerra de Antônio contra Antônio (em 36 A.C.) (*ibid.*, XLIX, 22, 4 e 5); c) quando trata do ataque a Jerusalém por Tito (em 70 A.D.) (*ibid.*, LXV, 7, 2). E em todos esses passos é o *shabbath* que está em foco: dia estratégico para ataques aos judeus.

tabelas do “Cronógrafo do Ano 354” parecem dar mais força a esta teoria do que à primeira (44).

h — Importa ressaltar os seguintes pontos no depoimento de Dión Cássio:

1.º) É o *shabbath* judaico que o leva à digressão sobre a semana: a esse dia ele se refere quatro vezes nesse texto, dando-lhe três vezes, não o seu nome, mas o nome planetário e com variação de formas, como quem não parece estar habituado a usar as designações:

- | | |
|---|--|
| — νυν δε τας κρονου δη
ονομασμενας διαλποντες, | “mas cessando (eles) (o trabalho) nos (dias) chamados de Cronos” (XVI, 2); |
| — ταις δε δη ημεραις
εκειναις, | “e nesses dias” (XVI, 3); |
| — εν τη του κρονου ημερα, | “no dia de Cronos” (XVI, 4); |
| — και την ημεραν
την του κρονου
καλουενην ανεθεσαν, | “e dedicaram-lhe o dia chamado de Cronos” (XVII, 3); |

2.º) ao expor as duas teorias, vai indicando cada dia — na ordem, o de Cronos, o de Hélios, o de Selene... o de Afrodite — mas pondo no dativo o nome do planeta-deus, como complemento do particípio *διδους*, “dando”, e evitando a fórmula, como quem não a usa;

3.º) fala em “contar as horas do dia e da noite”, dando a impressão de que a contagem começa pelas do dia e que a noite era a que seguia, diversamente dos quadros do “Cronógrafo do Ano 354”;

4.º) diz que “o costume de consagrar os dias aos sete astros denominados planetas foi estabelecido pelos egípcios” e, naquela ocasião, era recente, “estendia-se a todos os homens” e era, que ele soubesse, totalmente ignorado dos gregos antigos, mas “já estava firmado por toda parte”, e “entre os romanos já se tinha tornado um costume *nacional*”.

(44) O “uso brasileiro” reclamaria a transcrição e tradução completa do texto original, como uma “antologia” do assunto. Mas este é um pouco longo demais, pelo que me vi obrigado a resumir-lo e interpretá-lo.

Tudo isso faz pensar em algo já radicado na massa popular, mas não de vivência culta. Nesse caso a *expressão* de Díon Cássio e as *documentações* populares não contradizem as *omissões* de Censorino e de Macróbio. Ao contrário, aí se ilustram duas vivências diversas: o mundo apenas oral da massa ignara e o mundo culto dos escritores e da classe dominante, como veremos a seguir.

i — Na sua forma grega, a semana astrológica assim se apresenta:

ημερα κρονου,	“dia de Cronos”;
ημερα Ηλιου,	“dia de Hélios”;
ημερα Σελεης,	“dia de Selene”;
ημερα Αρεως,	“dia de Ares”;
ημερα Ερμου,	“dia de Hermes”;
ημερα Διου,	“dia de Zeus”;
ημερα Αφροδιτης,	“dia de Afrodite”.

A forma geral do sintagma é com o genitivo planetário posposto e sem artigo. No levantamento de Thumb, se não contei mal, de 18 exemplos — 14 de inscrições, 4 de escritores, sendo 3 dos passos de Díon Cássio —, 4 têm o genitivo planetário anteposto e 14 o têm posposto; no levantamento de Gundermann, de 12 exemplos — 1 deles de escritor e 11 de inscrições —, 7 têm o genitivo posposto e 5 o têm anteposto; no de Schürer, de 13 exemplos, 11 pospõem o genitivo e só dois o antepõem (45). E o exame individual dos casos de anteposição corrobora a impressão de que eles são excepcionais, sendo a ordem normal “dia” + genit. planetário. Quanto à forma latina do sintagma — antecipemos o resultado —, também a esmagadora maioria das atestações acusa a ordem *dies* + *genit. planetário*. Basta apenas atentar-se para o levantamento de Bruppacher. De 93 exemplos — 61 de inscrições e 32 de escritores —, as 61 inscrições têm todas o genitivo posposto, e dos 32 de escritores, 22 o pospõem e apenas 10 o antepõem. Mais: de 32 outros, eclesiásticos, com *dies Dominicus* e *dies sabbati* (a fórmula é comparável), 18 pospõem *Dominicus* e 7 pospõem *sabbati* a *dies*, 6 pospõem *dies* a *Dominicus* e apenas 1 a *sabbatorum* (46).

(45) Ver: Thumb, *DNWG*, 1901, p. 171-172; Gundermann, *DNWR*, 1901, p. 179-184; Schürer, *DsWGchK*, 1905, p. 35-39.

(46) O levantamento que fiz em Bruppacher abrange boa parte da sua obra — *DNWR*, 1948 — mas houve aí uma triagem, e exclusão de três ou quatro exemplos inexatos ou discutíveis.

III — A EXPANSÃO DA SEMANA HEBDOMADÁRIA

1 — As duas semanas, caldeadas no Oriente Médio — ou uma, a judeo-cristã, na Antigüidade Oriental, talvez da época mosaica, a outra, a planetária, nas regiões sul-orientais do Mediterrâneo — vieram para a România.

a — A primeira, pouco antes de se expandir para o Ocidente latino, lançava raízes no mundo camito-semítico e no helenístico da *κοινή*. Mas, antes disso, já ela viera “encaixotada”, para uso interno, nas comunidades da Diáspora (47), na forma judaica, antevista pelos de fora apenas no *shabbath*, conhecido no mundo greco-romano pela forma de falso plural *σαββατα/sabbata*, transliteração do aramaico *shabbetha* (48).

b — A segunda parece ter-se mesmo deslocado do seu lugar de origem, logo após a sua criação, do mundo helenístico — e camito-semítico —, definitiva e exclusivamente para a România (49). Mas aí ela penetrou firme na classe humilde e iletrada e expandiu-se *no* e *com* o latim, transferiu-se por empréstimo, em latim, ao substrato céltico, continental e insular, e transpôs-se, por decalque, ao mundo germânico — onde se falava a *theodisca lingua* —, ao norte do Danúbio e a leste do Reno, e, talvez, ainda, por empréstimo do nome planetário e decalque do sintagma, ao substrato da faixa oriental do Adriático (50). A presença dela, quase pura, em parte

(47) Da Diáspora no mundo romano já se tem notícia no séc. II A.C. Cf. *Orac. Sybill.* III, 271 (de 140 A.C.); *Val. Max.* I, III, 2 (referência a 139 A.C.); Cic., *Pro Flacco*, 28 (62-61 A.C.). Ver longo art. documentado de E. Schürer, em *Dict. of the Bible* de J. Hastings (Extra-volume, de 1909), pp. 91-109.

(48) Em trabalho inédito, *INTROD.*, 1967, p. 105-117, dediquei um capítulo, sob o título — “O Cartão de Visita Judaico — Um parêntese antissemita” —, ao exame das atestações pré-cristãs de *sabbata* em grego e latim, fora do meio judaico. Sua edição está sendo preparada.

(49) A documentação grega é escassa, é mais tardia, e pertence sobretudo ao mundo greco-romano: Magna Grécia (Sicília e Itália), com poucos exemplos do Egito e de colônias gregas da România. As inscrições gregas dos exemplários de Thumb, Gundermann e Schürer, não chegam a duas dezenas.

(50) No albanês, o “domingo”, a “segunda” e a “quinta-feira” decalcam o *dies Solis*, o *dies Lunae*, o *dies Iouis*, a “terça” e a quarta-feira”, também, mas tomando de empréstimo *Mart* e *Merkur* (Cf. *DaW*, 1901, p. 173). O decalque germânico inverteu, porém, a ordem dos termos, antepondo o determinante; além disso, as três línguas nórdicas apresentam, para o “sábado”, solução diversa. Quanto à superposição cristã, não cabe entrar nela aqui.

do mundo céltico e em certos dialetos germânicos autoriza-nos a supor que, entre o fim do séc. I A.C. e o séc. III A.D., ela se fixou na România e se transpôs para a periferia setentrional.

c — A sua mais antiga atestação conhecida em latim está num distico do *Corpus Tibullianum* (de entre 30 e 20 A.C.):

*Aut ego sum causatus aues, aut omina dira
Saturniue sacram me tenuisse diem* (51).

É certo que esse passo alude, não ao caráter “nóxi” do *dies Saturni*, mas ao *shabbath* judaico (52). Outras alusões literárias ao *dies Saturni* referem-se na verdade ao *shabbath* (53). A segunda atestação em data da semana planetária é uma inscrição de Pompéia, e essa em grego (pouco antes de 79 A.D.) (54). Mas não deixa de ser singular o fato de a primeira atestação latina da planetária referir-se antes ao *shabbath*, assim como o de a famosa digressão teórica de Dión Cássio ter sido, também ela, inspirada pelo *shabbath* (55). Era bem a advertência de que as duas variedades iriam competir na România e na sua periferia, acabando por amalgar-se nalgumas regiões.

d — A forma latina decalca a grega, também na ordem *dies + genit. planetário*, como se viu. Mas as formas dos genitivos da 1ª e da 2ª declinações que nela entram — *Lundae*, *Mercurii* e *Saturni* — aparecem freqüentemente com terminação *-is*, por integração dentro dum sistema, na documentação epigráfica popular, e *Mércuris*, como atestam as línguas

(51) “Ou acusei os auspícios ou os cruéis presságios, ou disse que o que me tinha impedido fora o dia sagrado de Saturno” (I, III, 17-18).

(52) Cf. Max. Ponchont — *Tibulle et les auteurs du Corpus Tibullianum*, Soc. d'Ed. “Les Belles Lettres”, p. 24, nota 3 in loco. Notar que Horácio chama *sacram*, e não *noxiam* ou *nefastam*, o *diem Saturni*.

(53) É o caso de *Tác. Hist.*, V, 4, 6, 7, que fala em “*septimus dies*” “em honra a Saturno”, e de Sexto Júlio Frontino (*Strateumata*, II, 1, 17) (entre 81 e 96 A.D.). De *sabbata* as atestações latinas mais antigas são Hor., *Sat.*, I, 9, 69-70 (entre 37 e 33 A.C.) e Ovid., *Rem. Am.*, 219-220 (3 ou 2 A.C.) e *Ars Am.*, I, 411-414 (c. 5 A.D.).

(54) *Notizie degli scavi*, 1879, p. 44, apud Gundermann, *op. cit.*, p. 179, Schürer, *op. cit.*, p. 27 n. 1 (cf. Ferrua, *DGDGD*, 1934, p. 137, n. 1).

(55) Verdade é que Plutarco, nas *Quaestiones Coniuvales*, IV, 7, ali pelo primeiro quartel do séc. II A.D. (ele morreu depois de 120 A.D.), formula esta pergunta: “Por que não se enumeram os dias homônimos dos planetas na ordem destes, mas em ordem diversa?” Sua pergunta antecedeu de um século a reflexão de Dión Cássio. Mas de Plutarco só nos chegou a pergunta: foi Dión Cássio quem tentou dar a resposta.

românicas (56), com o acento na antepenúltima (57). Esses traços populares bem mostram qual o nível do meio em que a semana planetária se fixou: foram as formas mais populares que vingaram. Apesar disso, aqui transcrevo as duas formas:

Forma Normal

dies Saturni
dies Solis
dies Lunae
dies Martis
dies Mercurii
dies Iouis
dies Veneris

Forma Popular

dies Saturnis
dies Solis
dies Lunis
dies Martis
dies Mércuris
dies Iouis
dies Veneris

Acrescente-se que, na Sardenha, na Itália setentrional, na Récia e na Dalmácia, para o *dies Iouis* surgiu uma forma adjetiva sem *dies*, mas concordando com *dies* feminino, *iouia*, de que, além das atestações românicas, temos uma só atestação latina, relativamente tardia no *Oribasius Latinus* (58).

e — A semana judaica ficou olhada de fora, e o *shabbath*, alvo da incompreensão e do anedotário no meio romano. Veio, então, ela mesma, depois, na segunda metade do séc. I A.D., numa onda conquistadora, sob a forma judeo-cristã, em grego, no mundo helenístico, e, um século depois, no fim do séc. II A.D., em latim. A semana eclesiástica greco-latina — a grega tinha sido o modelo da latina — apresentou, em dois momentos diversos, mas que em parte se superpuseram, duas variedades, na mesma linha da rabínica: uma variante A, e outra variante B.

f — Eis as duas variantes da eclesiástica grega:

Variante A

— O “primeiro dia da semana” passou a chamar-se *κυριακή ημερα* (cf. Ap, 1, 10);

(56) Cf. p. ex., esp. *miércoles*, fr. *mercredi*, it. *mercoledì*, rom. *miércuri*.

(57) Ou por analogia com *Veneris*, ou pelo fato de todos os demais, menos *Saturni*, terem o acento na sílaba inicial.

(58) *Synopsis IX*, 61, apud Rohlf, *Sermo Vulgaris Latinus*, Halle/Saale, Max Niemeyer, 1951, p. 37 (também em Bruppacher, *DNWIR*, 1948, p. 28).

- Os seguintes, do “segundo” ao “quinto”, continuaram a ser designados pelo sintagma da época helenística, e o “sexto” e o “sétimo”, pelos seus nomes daquela época: *παρασκευή* e *σαββατον* (este com as variantes *σαββατα* e **σαββατα*).

Variante B

O sintagma *ordinal* + (*του*) *σαββατου* haveria de parecer estranho ao povo pelo fato de *σαββατον* entrar no mesmo conjunto com dois valores diversos: o de “sétimo dia” e o de “semana”. Daí a simplificação na mesma linha da rabínica atrás exposta:

— O “primeiro dia”, o “sexto” e o “sétimo” mantiveram os seus nomes como na variante A, cada um expresso por uma só palavra: assim, o “domingo” passou a ser apenas *κυριακη*;

— Os demais dias, do “segundo” ao “quinto”, passaram a ser designados apenas pelo ordinal.

g — Como se vê, passa-se da “descrição” à “denominação” dos dias: cada designação se reduz a um só termo. É essa variante que se prolonga na época bizantina e chega à Grécia atual. Eis como se apresenta a semana helênica, na variante B, com artigo facultativo:

η κυριακη
η δευτερα
η τριτη
η τεταρτη (*ου τετρας*)
η πεμπτη
η παρασκευη
το σαββατον (59).

2 — A semana eclesiástica latina, no seu início, decalca a grega, na variante A, tanto no nome do “primeiro dia”, e no do “sábado” como nos do “segundo” ao “quinto” — o sintagma

(59) A neo-helênica difere dessa, na pronúncia, em não ter variante para “quarta-feira” e em *σαββατο* não ter -ν final.

de *ordinal* (no fem.) + *sabbati* (60). Para o “sexto dia”, o uso de *parasceue* é raro e se restringe à Sexta-Feira da Páscoa. Essa é também a sua variante A. Seu esquema é o seguinte:

- | | | |
|-------|---|--------------------------------------|
| 1.º — | { | <i>Dominicus, Dominica</i> |
| | | <i>dies Dominicus, dies Dominica</i> |
| | | (raro: <i>prima sabbati</i>) |
| 2.º — | | <i>secunda sabbati</i> |
| 3.º — | | <i>tertia sabbati</i> |
| 4.º — | | <i>quarta sabbati</i> |
| 5.º — | | <i>quinta sabbati</i> |
| 6.º — | | <i>sexta sabbati</i> |
| 7.º — | { | <i>sabbatum</i> |
| | | <i>dies sabbati, dies sabbatum</i> |

a — Essa é a ordem comum dos termos, havendo variantes ocasionais apenas quanto à posição de *dies* na designação do “primeiro” e do “sétimo”, mas, como atrás se viu, o normal é a anteposição. Evidentemente, o sintagma que designa os dias do “segundo” ao “sexto” seria sempre insólito para a massa cristã de fala latina. A oposição de gênero *Dominicus* / *Dominica* resulta da hesitação do gênero de *dies*, e a preferência pelo feminino coincide com a região oriental e setentrional da România. As ocorrências do sintagma com *sabbati*, que é o que a distingue da variante B, começam com Tertuliano e com as primeiras versões latinas da Bíblia (61) e ainda ocorrem em escritores tardios do séc. VII.

b — A variante B representa uma solução mais popular, que evita o sintagma de decalque servil do aramaico, não pelo recurso ao simples ordinal, como o rabínico, de retorno ao da “Semana Criativa”, ou da grega, mas fazendo uso de outro sintagma constituído de *feria*, no singular, com o sentido de “dia da semana”, modificado pelo *ordinal*, naturalmente no feminino. É esse sintagma que caracteriza a variante, pois os nomes do “domingo” e do “sábado” continuam:

(60) O uso de *prima sabbati*, ou, mais raro, *una sabbati*, para o “domingo”, e o do plural *sabbatorum*, é residual e exegético.

(61) *Vetus Latina* (c. de 180 A.D.), Tertuliano (197-222 A.D.). Esta vista geral dispensa e desaconselha documentação mais precisa.

- 1.º — { *Dominicus, Dominica*
dies Dominicus, dies Dominica
prima feria (62)
- 2.º — *secunda feria*
- 3.º — *tertia feria*
- 4.º — *quarta feria*
- 5.º — *quinta feria*
- 6.º — *sexta feria*
sabbatum
- 7.º — { *dies sabbati, dies sabbatum*
septima feria (63)

c — A mais antiga ocorrência de *ordinal* + *feria* acha-se em Tert., *De Ieiunio*, 2: *quartae et sextae feriae*, “(os dias) de quarta e sexta feira” (início do séc. III). Depois, o sintagma é ilustrado especialmente, mas não exclusivamente, por escritores africanos e ibéricos: O *Ambrosiaster*, e Etéria na *Peregrinatio* (séc. IV); Santo Agostinho (sécs. IV e V); João Cassiano, Leão Magno (séc. V); São Bento, São Cesário de Arles, São Martinho de Braga (séc. VI); Santo Isidoro (sécs. VI e VII); o Venerável Beda (sécs. VII e VIII) (64). Dois passos agostinianos — Ep. 36 (*ad Casulanum*), 13, e Ep. 54 (*ad inquisitiones Ianuarii*), V, 6 — parecem deixar claro que *quarta feria* e *quinta feria* são formas populares, por oposição às cultas *quarta sabbati* e *quinta sabbati* (65). São Jerônimo, que usa estas últimas, silencia-se completamente sobre as outras: nem uma só vez usa *ordinal* + *feria*!

3 — Fechemos a longa digressão, que, por antecipação, estabelece, em largas penadas, as estruturas da semana eclesiástica grega e latina, e vejamos qual foi a sua sorte atrás da planetária. Esta, como vimos, deve ter entrado na camada

(62) *Prima feria* e *septima feria* documentam-se um número razoável de vezes, e, até em textos tardios, mas não são as formas que se tornaram “denominações” dos dias correspondentes, como se vê da expansão de *Dominicus* e *sabbatum*, nas línguas românicas e noutras línguas europeias. Mas são de especial interesse para se determinar o sentido assumido por *feria* (= “dia da semana”). A explicação de como se deu a alteração semântica ainda se procura.

(63) A ordem *Feria I*, *Feria II*, sobretudo expressa com algarismos romanos, é freqüente, mais não é a que se estereotipou.

(64) Escapa ao plano deste apanhado documentá-lo aqui com precisão: em *INTROD.*, 1967, Parte II, cap. VII, §§ 4-8, p. 144-156, examinei esses autores e suas atestações.

(65) *INTROD.*, 1967, p. 146-149.

popular do séc. I A.C. ao séc. III ou IV A.D. A eclesiástica grega entrou na Grécia no séc. I A.D., mas aí não encontrou concorrente. A latina entrou na România no séc. II A.D., também no meio popular e, logo depois, no seio da classe dirigente, e aí encontrou resistência.

a — Aí encontrou ela arraigada a semana planetária. Nos nomes dos planetas viam os pregadores cristãos nomes de deuses e seus caracteres. Na massa popular, em várias regiões da România, vicejava o culto do *Sol Inuictus* e o de Júpiter Doliqueno. O *dies Iouis* era o dia propício para início. A reação contra as designações planetárias, iniciada por Tertuliano se manifesta em vários momentos e regiões (66).

b — Mas só o *sabbatum* e o *Dominicus* se generalizam na România. No mundo céltico do bloco britônico — cimbriço ou galês, cornoico, bretão — permaneceu intacta a semana planetária (67). No do bloco goidélico — irlandês, gaélico e manês — entrou o *dies Dominicus*, por empréstimo, e a “quarta”, a “quinta” e a “sexta-feira”, como “dia do 1.º jejum”, “dia de entrejejum” e “dia do último jejum”, mas o “sábado” continuou — *dies Saturni* (68). É que na Irlanda, na Escócia, e na Ilha de Man, com a obra de São Patrício e de Paládio (séc. V) e de São Colombano (séc. VI), os dias de interesse eclesiástico se superpuseram à semana planetária, amalgamando-se as duas (69).

c — A semana basca, meio enigmática, designa a “segunda”, a “terça” e a “quarta-feira”, a seu modo, como um subsistema; a “quinta”, a “sexta” e o “sábado” parecem ecos vernáculos da planetária: o “domingo”, *igande*, é enigmático. Apenas o dialeto biscainho acusa superposição cristã: *domeka*, “domingo”, e *zapatu*, “sábado” (70).

d — As semanas albanesa e germânica não parecem apresentar ecos da eclesiástica latina. Ambas receberam da România a planetária, como atrás se viu: a germânica em decalque, com exceção parcial do *dies Saturni*, que tomou *Saturni* de empréstimo, mas todos com inversão da ordem dos

(66) Transcrevi, traduzi e discuti os principais textos dessa reação em *A Problemática* etc., 1968, cap. II, “Os Flagrantes da Luta”, p. 46-107.

(67) Cf. Thurneysen, *DNWKD*, 1901, p. 186-188.

(68) Cf. Thurneysen, *ibid.*, 189-190.

(69) Cf. Pierre de Labriolle, in *Histoire de l'Eglise*, Bloud et Gay, 1948 (Dir. de A. Fliche e V. Martin), vol. 4, p. 398 e s.

(70) Para o basco, ver: Tagliavini, *StPPCr*, 1963, p. 489-492; Gorostiaga, *LSV*, 1947, p. 51-56.

termos; a albanesa também, em parte por empréstimo, e sempre por decalque (71). Mas, numa e noutra, a superposição cristã parece ter vindo da eclesiástica grega. Retornemos, pois, à semana grega.

4 — A semana eclesiástica grega é, aparentemente, a que teve menor sorte: apenas se continua na neo-helênica, a única herança da κοινή, e que ficou praticamente confinada à Grécia atual. Esse encurtamento é, porém, aparente: não coincide com o do neo-helênico, pois, além do fato de que a latina quase em tudo a decalca, ela veio a criar um foco inovador balcânico, nos confins da România Oriental, donde se irradiou, renovada, para todo o Oriente europeu e navegou “Danúbio-acima e Reno-abaixo”, deixando traços da sua passagem na Alemanha sul-ocidental e, até, na longa faixa da România banhada por esses dois grandes rios.

a — Ali pela segunda metade do séc. IV ela se deve ter superposto, ou em empréstimo ou em decalque germânico e latino, à semana planetária germânica dos godos, na *Moesia Inferior*, onde estabeleceu Úlfilas o seu episcopado ariano. As principais inovações parecem ter sido as seguintes:

1.º) O σαμβατα parece ter-se disseminado nessa forma nasalada e plural neutra, ou feminina, oriunda duma pronúncia “subterrânea”, mas de que há resíduos atestados por dialetos que se estendem numa vasta região. Estariam nesse caso: a) as atestações etiópicas, persas e turcas, que resultariam de fonte aramaica ou judeo-cristã (72); b) as atestações romena, albanesa (talvez), friulana, rética, alemã e francesa, que resultariam das missões arianas (73); c) as atestações búlgara, eslovena antiga (em parte), sérvio-croata, húngara, polábica (ant.) e russa, que resultariam da evange-

(71) Ver atrás, nota 50.

(72) No etiópico, o “domingo” é *sambata krestyan*, “sábado dos cristãos”, ou *sambata ehud*, “sábado um (= primeiro)”, e o “sábado” é *sambata aihua* “sábado dos judeus”, ou *qadamit sambat*, “sábado mais antigo” (cf. Nöldeke, *DNWS*, 1901, p. 163). No persa, os cinco primeiros dias contêm *-shamba*, “da semana” (*yakshamba*, *doshamba*, *sishshamba*, *tshaharshamba*, *pandshamba*, “um da semana”, “dois da semana”, etc.), (cf. Nöldeke, *op. cit.*, p. 163). No turco, certamente tomadas ao persa, apenas a “quarta” e a “quinta-feira” contêm *-shamba*: *çarshamba*, *pershembe* (informações de formas devidas ao Rev. Aharon Sapseztian e comparadas com as do *Lyall's Guide*, 1951, p. 271). Todos com “sábado” nasalado. Ver também *REW*, 7479 e *Skok*, *LSSI*, 1925, p. 19.

(73) *Al. Samstag* (<**Sambatistag*), fr. *samedi* (<**sambati+di*) rom. *sîmbata*, eng. *sanda*, *sonda* (as formas eslavas são aquelas em que a 1.ª sílaba tem vogal *u*, ou outra que não *o* ou *a*).

lização dos eslavos por Cirilo e Metódio, mas dependeriam ou seriam eco desse centro cultural ariano do séc. IV (74).

2.^a) A “quarta-feira” passou a ser designada por duas fórmulas sinônimas, que eu aqui suponho em grego e latim, por ser a *Moesia Inferior* do séc. IV a região onde Úfilas se instalou, entre *Sistov* e *Tirnov* na atual Bulgária, o limite entre a România e o mundo grego: *καρδια + εβδομαδος, *cor hebdomadis*, ou *μεση εβδομας, *media hebdomas*. Essas fórmulas explicam as formas eslavas (e húngara), assim como as germânicas e românicas, e algumas bálticas, da “quarta-feira” (75).

b — A documentação grega inexistente, e da latina parece que só se conhece um passo de São Jerônimo (76), ao introduzir a discussão do Sl 93, e que me parece merecer registro aqui:

Semper de titulo disputamus, ut ex titulo intellegatur et psalmus. Psalmus David quarta sabbati. Quarta sabbati in medio sabbati est: quasi in corde sabbati, hoc est, in medio hebdomadis. Dies enim quarta est, et quarta dies ex utroque latere aequales dies habet. Habet enim ex uno latere diem primum, secundum, tertium: et ex alio latere habet diem quintum, sextum, septimum. Videtis igitur quoniam dies quarta, hoc est, quarta sabbati, ex utroque latere duplici trinitate firmatur. (Tract. in Psalmos, XCIII, v. 1) (76).

Discutimos sempre o título, para, a partir do título, entender-se o salmo. *Salmo de Davi*, “quarto (dia) da semana”. O “quarto (dia) da semana” fica no “meio da semana”: está, por assim dizer, no “coração da semana”, isto é, no meio da semana. É o quarto dia, e o quarto dia tem número igual de dias de um lado e de outro. Tem de um lado o primeiro, o segundo e o terceiro dia, e do outro lado o quinto, o sexto e o sétimo. Vedes, pois, que o quarto dia, a *quarta sabbati*, é protegido por uma dupla trindade de um e outro lado”.

(74) Tais hipóteses me parecem necessárias porque essa ampla região, além de *sambata*, apresenta, como se verá logo a seguir, outra inovação solidária: a designação da “quarta-feira” como “coração” ou “meio da semana”.

(75) Citem-se o finlandês (*keskivikko* (cf. Rohlfs, *NJSLR*, 1949, p. 93, n. 10) o prússio *possissawaite*, o lituano *pussewaite* (cf. *Miklosich, ChTslSp*, 1876, p. 20).

(76) Devo a indicação dessa passagem a D. João Mehlmann, que em 14/6/1967, ao examinar meu trabalho *INTROD.*, 1967, me deu notícia dela. Note-se que S. Jerônimo, natural de *Strido* na Dalmácia, e do séc. IV, é da época e da região da fórmula. Rohlfs, pelo passo citado acima, parece não conhecer esse precioso texto. Entzmayer supôs a fórmula de origem gótica: *midjis sabbata. Bruppacher (cf. *DNWIR*, 1948, p. 131, n. 4 e p. 132) contesta, dizendo que não há no got. *sabbato* = “semana”. Mas há: *fasta twaim sintham sabbatans*, “jejuei duas vezes na semana” (Lc, 18, 12).

c — Esse texto “mata dois coelhos com uma só cajadada”, pois atesta *cor sabbati*, donde *cor*, apenas, explica as formas eslavas, e *medium sabbati*, *medium hebdomadis*, donde se poderia extrair a variante *media hebdomas*, da qual vieram, por decalque, as formas germânicas arcaicas e *Mittwoch* (e o ingl. dos quacres *midweek*) e as românicas: velh. *mis-sedma*, ret. (Alpes dolomíticos) *misedma*, eng. *mezemda* ou *mietserna*, sobress. *mesjamna*, tosc. *mezzedima*, *mezezima* e *mezelima* (77).

d — Os dicionários gregos apenas registram os sentidos de “centro”, “meio” para *καρδια* e os latinos de Lewis-Short e Forcellini os ignoram para *cor*. O de A. Blaise (78) os registra com suficiente destaque. Mas os dicionários de hebraico começam por esses sentidos os verbetes *lebh* e *lebbabh*, que significam também “coração”. É o caso de Gesenius, que define esses dois termos como *inner man*, *mind*, *will*, *heart* (79). É por isso que “coração do mar”, “coração da terra”, tem certa frequência bíblica. Eis as passagens fundamentais: Ex, 15, 8, *belebh yamim, in medio maris* (LXX, εν μεσω); Sl, 46, 3 *belebh yamim, in corde maris*; Pr, 23, 34, *belebh yam, in medio mari*; 30, 19, *idem* (LXX: trad. livre); Ez, 27, 4, *belebh yamim, in corde maris*, 27, 25, *idem, idem*; 27, 26, *idem, idem*; 27, 27, *idem, idem*; 28, 2, *idem, idem*; 28, 8, *idem, idem*; Jn, 2, 4, *idem, idem*. Todos esses passos, com “mar”, apenas no 1.º e no 5.º deles a LXX traduz *belebh* de modo diverso e em três deles — o 1.º, o 3.º e o 4.º — a *Vulgata* usa *in medio*. No *Novo Testamento* há o célebre passo de Mt, 12, 40: *συνως εσται ο υιος του ανθρωπου εν τη καρδια της γης* (...), *sic erit Filius hominis in corde terrae* (...) partindo do decalque grego (80). Assim, os dois novos nomes da “quar-

(77) Para essas, ver: REW 4090; Skok, *LSSI*, 1925, p. 14-15; Rohlf, *art. cit.*, p. 92-93; Bruppacher, *op. cit.*, p. 116-117, 128, 131-132, e carta nº 5, p. (129); Tagliavini, *op. cit.* (na 70) p. 98-99 e 488; Kluge-Mitzka, *Etym. Wört. der deutsche Sprache* (17.ª ed.), s.v. *Mittwoch*.

(78) Os latinos de Lewis-Short e Forcellini o ignoram totalmente; o de Blaise, *Dict. lat.-fr. des auteurs chrétiens*, Strasbourg, 1954, registra, com destaque, sentido e exemplos. O grego, de Liddell and Scott, só dá o passo de Ez, 27, 4. O de Bailly faz o mesmo, acrescentando indicação de dois exs. clássicos aproximados — Arist., *Probl.*, 16,8 e Teofrasto, *Hist. das Plantas*, 1, 2, 6 —, que não pude verificar.

(79) Refiro-me ao da Oxford de 1952, citado na nota 11; o de Josiah W. Gibbs, de 1832, compilado dos de Gesenius, põe *heart* como primeiro sentido; igualmente, o de Zorell.

(80) Infelizmente, nos restos góticos da versão de Úlfilas faltam os passos todos, inclusive o de Mt, 12,40. Teria sido interessante tê-los e consultá-los no caso.

ta-feira” — o eslavo e o germano-românico — são, ao que parece, um deles, decalque, o outro tradução de uma só expressão hebraica.

e — No séc. IV, portanto, pelo caminho das missões góticas, espalharam-se inovações na România e na Germânia, e no séc. VII e VIII, partindo da mesma vivência balcânica, a semana grega, com variantes vernáculas e por decalque, foi introduzida entre os invasores eslavos. A consulta a um mapa da Europa mostra que *sreda* e *media hebdomas*, e *sambata* são solidários.

IV — CENTROS DE IRRADIAÇÃO

1 — Tal como ficou esboçada a história da semana hebdomadária, é lícito ver na sua irradiação uma série de centros de onde procedem ondas, algumas delas prolongando-se em cadeia. A variedade astrológica tem história bem mais simples e mais limitada que a judeo-cristã.

a — A semana planetária, se surgiu no Egito, de lá se deslocou definitivamente, estabelecendo-se na Itália, donde se irradiou por toda a România e dela se comunicou por empréstimo e/ou decalque a quatro regiões de substratos e/ou adstratos da România Antiga:

- 1) à *Macedônia*, orla oriental, de que é atestação o albanês;
- 2) à *Germânia*, extensa e ampla orla setentrional, distribuindo-se em todo esse domínio;
- 3) à *Céltica*, orla ocidental, ou antes, parte ocidental da România, durante o período bilingüe, que foi depois assimilada parcialmente;
- 4) à *Vascônia*, insula lingüística pré-latina montanhosa, por tradução, ou expressão vernácula, do conteúdo da fórmula de três dos dias.

Dessas quatro regiões, enumeradas segundo o movimento retrógrado, a primeira e a terceira são excelentes testemunhos do estado latino, por apresentarem elementos residuais, a quarta não diz muito nem é muito certa, e a segunda, conforme a índole germânica, inverteu a ordem dos termos, ao decalcar as fórmulas latinas.

b — A semana judeo-cristã tem história um pouco mais complicada: como um galho de árvore, ela se foi subdividindo, à medida que avançava. Cada nódulo é um centro de divulgação. Os principais são os que adiante se enumeram:

1.º) *Centro judaico* — É o inicial, já descrito. Dele procede a semana dos cristãos de fala aramaica, a etiópica, a armênia, a persa, a árabe (islâmica), a eclesiástica greco-latina, e, naturalmente, a neo-hebraica. Algumas destas, por sua vez, se tornaram centros de irradiação.

— A dos cristãos de fala aramaica, que ignora a inovação cristã do “primeiro dia”, foi já exposta (81).

— A etiópica não ignora a inovação cristã, mas parece tê-la realizado como inovação vernácula. Também já foi em parte descrita, a propósito do *shabbath* nasalado, para o “primeiro” e o “sétimo dia” (82); os do meio, do “segundo” ao “quinto”, exprimem-se pelo ordinal apenas, e o “sexto” é *arb*, “véspera” (cf. hebr. *'erebh*).

— A armênia exprime os dias, do “segundo” ao “quarto”, pelo cardinal armênio + *shapti*, “da semana” (é o sintagma aramaico decalcado, com empréstimo do último elemento): o “sexto” é *urpat*, “véspera” (empréstimo aramaico de *arubhatt*), o “sétimo” é *shapát*, “sábado” (empréstimo aramaico com *or*, “dia”, posposto); o “domingo” é *guiriagui* (arc. *kiriaki*) *κυριακη*, cuja pronúncia denuncia empréstimo ao grego. É, pois, a aramaica com cardinal e a inovação cristã tardia, de procedência grega (83).

— A persa justapõe ao *cardinal*, nos cinco primeiros dias, o adnominal *shambá* — que é o *shabbath* nasalado, com sentido de “semana” —; o “sexto dia” é *adhina*, “lei”, “religião”, e o sétimo é *shambá*, “sábado”. *Adhina*, para a “sexta-feira”, é a inovação islâmica (84).

2.º) *Centro islâmico* — O centro árabe apenas expande a semana no mundo islâmico, pela expansão da língua árabe, com apenas duas inovações: os cinco primeiros dias

(81) Cf. acima, II, 3, f, e nota 31.

(82) Cf. acima, nota 72.

(83) Informações fornecidas pelo Rev. Aharon Sapsezian e pelo Prof. Yessal O. Kerouzian, regente do curso de armênio da FFLCH da USP, aos quais agradeço. Para o turco, ver também *Lyal's Guide*, 1951, p. 270-271.

(84) Cf. Nöldeke, *DNWS*, 1901, p. 163; Tagliavini, *SPPC*, 1963, p. 109, fim do § 19. Como se vê, apesar de *adhina*, a semana persa é antes empréstimo aramaico.

são designados pelo sintagma *yom* (ou *nahar*), “dia”, + *al* (artigo) + o cardinal — *yom* (ou *nahar*) + *alahad*, “dia, o um” (literalmente), etc. —, o “sexto” por *yom* (ou *nahar*) + *aljuma’a* “dia, o (da) reunião religiosa”, e o “sábado” por *yom* (ou *nahar*) *assabt*, “dia, o sábado”. Aí está a explicação do persa *adhina*: é outra a imagem, mas sempre a religião islâmica (85). É *juma’a* também o “sexto dia” (aliás, o último) da semana turca, na qual, porém, não entrarei agora.

3.º) *Centro Cristão* — Este, no Oriente, como no mundo ocidental greco-latino, correu parilha com a Diáspora. Por isso, no domínio semita não inovou quase. No greco-romano, como atrás se viu, além da inovação do nome do “domingo” — *κυριακή ημέρα*, *dies Dominicus*, e variantes — seguiu impulsos e caminhos comuns ao judaísmo. As fórmulas já ficaram expostas.

b — A semana eclesiástica grega é também a que ficou acima exposta. Foi ela que, por decalque e empréstimo, para todos os dias, e, para o “sábado”, apenas por empréstimo, deu a latina. No séc. IV, no centro balcânico, surgiram impulsos e inovações que subiram o Danúbio e desceram o Reno, fixando-se em vários pontos marginais. Mas na România encontraram a semana astrológica arraigada e a réplica latina da eclesiástica grega em processo final de amalgamação. Aí, o *sabbatum* local terá recebido o impulso nasalizante e a forma feminina, esta estimulada pelo uso feminino dos contactos com *ημερα* —, sem hesitação, ao contrário de *dies* —, *Dominicus* e *dies Dominicus* terá recebido o sopro “femininizante”. Assim, alta Itália, Récia e Gália setentrional recebem algumas dessas inovações. Uma das fórmulas reveladas pelo texto de São Jerônimo acima citado fixa-se como *media hebdomas*. Creio que assim se explicam os fatos dessa faixa.

c — Na orla germânica desse caminho fluvial, encontra a onda balcânica a semana planetária pura, decalcada da latina; implanta-se *sambata* e decalca-se em germânico *media hebdomas*. Ao mundo eslavo, dois ou três séculos mais tarde aberto ao impulso da evangelização, vai a semana grega na forma balcânica e, não encontrando ali a planetária, não se amalgama. Não me parece necessário entrar em pormenores da semana eslava e húngara. Lembre-se apenas que os nomes

(85) E *yom aljuma’a* é também como dizem árabes cristãos. Para todas as fórmulas, ver: Nöldeke, *DNWS*, 1901, p. 162-163; *Lyall's Guide*, 1951, p. 271. Pode-se também suprimir *yom* ou *nahar*.

do “domingo”, da “quarta-feira” e do “sábado” trazem as marcas balcânicas: *nedelia*, “feriado” (cf. *feriae nundinae* = *dies Solis* da inscrição da Panônia), *sreda*, “coração”, e *sambata* (86).

d — Vemos aí como são solidários o mundo eslavo, o germânico meridional e ocidental, o românico circunvizinho e o texto de São Jerônimo — o dalmático. Se agora atentarmos para o fato de que os turcos entraram para a História com o seu contacto com os persas no séc. VII e a sua conversão ao islamismo e que, três séculos mais tarde, vieram para o Ocidente e “reencontraram” os húngaros, irmãos de língua, entenderemos a colcha-de-retalhos que é a semana turca:

- Domingo — *Pazar gunu*, “dia da feira” (cf. húng. *vasarnap*, “dia da feira”, e eslavo *nedelia*, “(dia do) feriado”, ou “não trabalho”);
- Segunda — *Pazar ertesi*, “depois da feira” (cf. eslavo, búlgaro, p. ex., *ponedelik*, “depois do feriado”);
- Terça — *Sali*, “terceiro” (cf. etiópico *salus*, hebr. *shelishi*, “terceiro”);
- Quarta — *çarshambá*, “quarto da semana” (cf. persa *tshaharshambá*, “quarto da semana” (empréstimo e decalque do aramaico));
- Quinta — *Pershembe*, “quinto da semana” (cf. persa *pandshambá*) (empréstimo e decalque do aramaico);
- Sexta — *Cumá* (pron. *jumá*), “reunião” (cf. árabe *juma’a*, “reunião”);
- Sábado — *Cumá ertesi*, “depois (do dia) da reunião” (cf. idêntico processo relativo na expressão da “segunda feira” nas línguas eslavas).

Essa colcha-de-retalhos marca a caminhada dos turânios turcos, passando pela Pérsia, “indo-europeizando-se” (*çar*, *per*), “aramaizando-se” (*sali*, *shambá*), “islamizando-se” (*cumá*), “balcanizando-se” e “magiarizando-se” (*pazar gunu*) (87) e “eslavizando-se” (*pazar ertesi*, *cumá ertesi*) (88).

(86) Para as línguas eslavas ver: Miklosich, *DChTslSp*, 1876, p. 19-21; Skok, *LSSI*, 1925, p. 14-21; *Lyall's Guide*, 1951, p. 142-143.

(87) Cf. o nosso *bazar*, “mercado” (= “feira”), recebido através da Índia (cf. J.P. Machado, *DELP*, 2.^a ed., s.v.).

(88) Cf. nota 81. Ver *Lyall's Guide*, 1951, p. 270-271. Escuso-me de entrar nesses domínios e com essa linguagem, mas parece-me que não há aí imaginação demais: no que toca à semana, todos os fatos são solidários e o quadrado mágico se vai decifrando e recompondo.

2 — A semana aramaica, no Oriente, não se amalgamou, mas sofreu enxertos ou substituições culturais. A eclesiástica grega, no mundo da κοινη, não se amalgamou porque não encontrou o terreno ocupado; nos Balcãs e no mundo eslavo, ela sofreu inovações resultantes de heranças orientais, aramaicas, talvez: nasalação do *sabbatum* e forma feminina *sambata*, e desenvolvimentos resultantes da base semântica inicial de *lebhabh* e *lebh*, “coração”, “meio”, ecoados em καρδια, bem como do sentido “sabático” (= repouso) do “domingo”.

a — Mas as ondas missionárias, godas, encontrando a planetária na forma germânica, provocaram nalguns dialetos o amálgama em nome de dias que tinham sentido religioso: a “quarta-feira” e o “sábado”. Na Macedônia seria na “sexta-feira” e no “sábado”.

b — A eclesiástica latina bem cedo impôs o *sabbatum*, cujo caminho teria sido pelo menos preparado pela Diáspora e cuja presença é insinuante nos textos bíblicos. O *dies Dominicus* e variantes — com ou sem *dies*, no masculino ou no feminino — penetrou, depois de enfrentar luta árdua com o *die Solis*, por causa do culto do *Sol Inuictus*. As designações da “quarta” e da “sexta-feira” na România abriram cunhas, certamente porque, sendo dias de jejum, a designação eclesiástica tinha entre o povo vivência especial.

c — No mundo céltico a sorte foi bipartida: a semana cimbérica — a cimbérica antiga, a bretã e a galesa — ficou planetária pura (89); a semana goidélica — a escocesa (gaélica), a irlandesa e a manesa — amalgamou-se: sobre a planetária, a cristã, nos sécs. V e VI, superpôs o *dies Dominicus* e os nomes ligados ao jejum para a “quarta” e a “sexta”, e a “quinta”, “ensanduichada” entre as duas. O *sabbatum*, ali e àquela altura, não tinha nenhum sentido para desarraigar o *dies Saturni*, que ficou firme (90).

d — Outros fatos há, e muitos, que poderiam ainda espichar essas considerações, como a colaboração da semana eclesiástica na Dácia, na Dalmácia, na Itália, na Sardenha, na Gália Meridional e na Ibéria — excluído Portugal — para a supressão de *dies* da fórmula, assim como a colaboração do frâncico teodisco para a inversão da ordem de *dies* no frân-

(89) Cf. Thurneysen, *DNWKD*, 1901, p. 186-187.

(90) Idem, *ibidem*, p. 189.

cico românico. Mas não entrarei aqui e agora nesse empolgante assunto.

e — Da reação eclesiástica contra as designações planetárias, algumas delas já sem muita convicção de êxito, como a de Santo Agostinho e a de Santo Isidoro, que o repete, não houve muita consequência. Só a de S. Martinho de Braga, confinada a uma diocese ou a um bloco de dioceses do noroeste ibérico, pouco abaixo da Galiza, e auxiliada pela Reconquista, que foi varrendo os mouros para a África e ocupando e repovoando o centro e o Sul da estreita faixa ocidental da Ibéria, que é Portugal, é que conseguiu produzir fruto. Assim se implantou ali, no fim da época latina e nos inícios da românica, a semana eclesiástica, fórmula B, sem exceções e sem polimorfismos.

3 — Ajuntemos ainda esta breve secção, de breves alíneas e revisão global, embora, pela sua natureza e intenção, sumarie matéria atrás exposta. À guisa de fecho, levanta problemas de antropologia cultural e de lingüística. Os fatos europeus e do Oriente Médio são mais ou menos claros. Para os novos, que desabrocharam com o alargamento do mundo depois do séc. XVI, cabe a antropólogos, a orientalistas, a missionários, a busca das soluções.

a — O panorama geral no Oriente médio e na Europa, depois das lutas, é este:

— semana oriental: — só judaica ou judeo-cristã, com ligeiras superposições islâmicas;

— semana helênica judeo-cristã: — eclesiástica pura, na Grécia, e, com inovações cristãs, por elaboração de ingredientes judaicos, no mundo eslavo e húngaro;

— semana portuguesa: — eclesiástica latina pura;

— semana românica: — amalgamada no resto do mundo românico, na faixa dos limites da România e da Alemanha e no céltico goidélico, que também é limite entre a România e a Alemanha;

— semana românica e grega: — amalgamadas, no albanês; a românica, planetária, e a grega, eclesiástica;

— semana românica: — planetária pura no mundo céltico cimbriaco e, parcialmente, no germânico.

b — E a semana saiu da Europa no séc. XV, levada pelo movimento colonizador e pelos missionários católicos. No séc. XVII, saiu também com as missões protestantes. Veio para a América e foi para a África, a Ásia, a Antártida e a Oceania. Saiu amalgamada em espanhol, em francês, em inglês e em holandês, e, na linha eclesiástica pura, em português.

c — O que então aconteceu escapa à minha informação. Mas nem tudo. Onde essas línguas se implantaram, implantou-se com elas a semana. Onde não se implantaram, é preciso examinar como reagiram as falas ou línguas locais: empréstimos, decalques, criações vernáculas. O levantamento de todas as denominações dos dias, nas variedades que aqui vimos, e o seu exame do ponto de vista estrutural não seria desinteressante, mas não cabe fazê-lo agora. Agora só me cabe concluir.

CONCLUSÃO

Podemos — aliás, devemos — concluir este estudo, lembrando que a semana dos povos civilizados é um precioso legado semítico, e, como tal, teve por veículos especiais — salvo o ramo popular, que usou apenas o grego e o latim, ou quase só o latim — as três línguas da inscrição de Pilatos:

Et erat scriptum hebraice, graece et latine (...)
(Jo, 19, 20) (91).

A caminhada lado a lado, ou antes, a superposição das duas — da eclesiástica, mais culta, sobre a astrológica, a popular — é o símbolo das duas correntes que iriam somar o legado latino na România: a astrológica espalhou-se com a latinização e a eclesiástica veio com um fator mais tardio, mas que consolidou a latinização, conservou a cultura clássica através da Idade Média e foi um dos mais eficientes canais da influência culta e da unidade da România. Foi nessa vivência que surgiram os primeiros textos das línguas românicas.

Nessas duas linhas paralelas e no exame desses dois veios, operaram os trabalhos fundamentais do Prof. Theodoro Hen-

(91) Nas citações bíblicas adotaram-se as abreviaturas que serão usadas na *Bíblia de Jerusalém*, edição brasileira, que está sendo preparada pelas Edições Paulinas: as duas primeiras consoantes, se o nome do livro começa por consoante; a vogal e a consoante seguinte, se começa por vogal; a consoante e a vogal seguinte, se não tem mais que uma consoante.

rique Maurer Jr. sobre o legado latino na Romanística: 1) herança latina — *O Problema do Latim Vulgar e Gramática do Latim Vulgar*; 2) influência culta — *A Unidade da Romância Ocidental*. Este estudo lexicológico é, assim, agradecimento e homenagem simbólica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1864 — VON REINSBERG-DÜERINGSFELD, O. Freiherr — “Volkstümliche Benennungen von Monaten und Tagen bei den Romanen”, in *Jahrbuch für Romanische und Englische Literatur*, Leipzig, Brockhaus, 1864, p. 361-392 (abrev.: *VBMTR*, 1864).
- 1867 — ROCHHOLZ, E. L. — *Deutscher Glaube im Spiegel der heidnischen Vorzeit*. Berlin, Ferd. Dümmlers Verlagsbuchhandlung, 1867, 2 vol. (“Die deutschen Wochentage. Geschildert nach dem Grund ihrer wechselnden und Zeitbräuche” — vol. II, p. 1-63) (abrev.: *DdW*, 1867).
- 1876 — MIKLOSICH, Franz — *Die christliche Terminologie der slavischen Sprachen* — Eine sprachgeschichtliche Untersuchung — Wien, 1876, 58 p. (sobre a semana: § 20, p. 19-21) *Denkschriften der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften* (Philosophisch-Historische Classe), Band XXIV) (abrev.: *DchTslSp*, 1876).
- 1895 — KLUGE, Fr. — “Die deutschen Namen der Wochentage Sprachgeschichtlich erläutert”, in *Beiheft 8 zur Zeitschrift des allgemeinen deutschen Sprachvereins*, 1895, p. 89-98 (o artigo apresenta-se como I, mas não saiu continuação) (abrev.: *DdNWSpe*, 1895).
- 1900 — FISCHER, Hermann — “Die Namen der Wochentage im Schwäbischen”, in *Württembergische Vierteljahrshefte für Landesgeschichte* (neue Folge), IX Jahrgang, 1900, p. 158-196 (índice alfabético de todo o volume: p. 513-528) (abrev.: *DNWSch*, 1900).
- 1901 — JENSEN, P. — “Die siebentägige Woche in Babylon und Niniveh”, in *Zeitschrift für deutsche Wortforschung*, I (ZfdW.I, 1901), p. 150-160 (abrev.: *DsWBN*, 1901).
- 1901 — NÖLDEKE, Th. — “Die Namen der Wochentage bei den Semiten”, in *Zeitschrift für deutsche Wortforschung*, I, Strassburg, 1901, p. 161-163 (abrev.: *DNWS*, 1901).
- 1901 — THUMB, Albert — “Die Namen der Wochentage in Griechischen”, in *Zeitschrift für deutsche Wortforschung*, I, Strassburg, 1901, p. 163-173 (abrev.: *DNWG*, 1901).
- 1901 — THUMB, Albert — “Die albanesischen Wochentage”, in *Zeitschrift für deutsche Wortforschung*, I, Strassburg, 1901, p. 173-175 (abrev. *DaW*, 1901).

- 1901 — GUNDERMANN, G. — “Die Namen der Wochentage bei den Römern”, in *Zeitschrift für deutsche Wortforschung*, I, Strassburg, 1901, p. 175-186 (abrev.: *DNWR*, 1901).
- 1901 — THURNEYSEN, R. — “Die Namen der Wochentage in den keltischen Dialekten”, in *Zeitschrift für deutsche Wortforschung*, I, Strassburg, p. 186-191 (abrev.: *DNWKD*, 1901).
- 1901 — MEYER-LÜBKE, W. — “Die Namen der Wochentage im Romanischen”, in *Zeitschrift für deutsche Wortforschung*, I, Strassburg, 1901, p. 192-193 (abrev.: *DNWR*, 1901).
- 1902 — *VENDRYES, J. — *De hibernicis uocabulis quae a lingua latina originem duxerunt* (dissertationem scripsit atque indices construxit J. Vendryès), Paris, Klincksieck, 1902, 200 p.
- 1902 — DRIVER, S. R. — Art. “Sabbath”, in *A Dictionary of the Bible*, ed. de J. Hastings (abrev. *DB*), vol. IV, 1902, p. 317-323 (abrev.: *Sabbath*).
- 1905 — SHÜRER, Ed — “Die sibentägige Woche im Gebrauche der Christlichen Kirche der ersten Jahrhunderte”, in *Zeitschrift für NT Wissenschaft und die Kunde des Urchristentums*, VI, Giessen, 1905, p. 1-66 (abrev.: *DsWGchK*, 1905).
- 1908 — GILLIÉRON, J. e ROQUES, Mário — “Les noms gallo-romans des jours de la semaine”, in *Revue de Philologie Française et Provençale (RFFP)*, XXII, 1908, p. 266-290 (abrev.: *LNGRJS*).
- 1920 — DUMAINE, H. — Art. Dimanche, in *Dictionnaire d'archéologie chrétienne et de liturgie*, Paris, Letouzey, t. 4, p. 1ère, cols. 898-994 (espec. 858-931) (abrev.: *Dimanche*).
- 1922 — CABROL, Dom. F. — Art. “Les fêtes chrétiennes”, in *Dictionnaire d'archéologie chrétienne et de liturgie*, t. V, p. I, 1922, cols. 1403-1453 (espec. 1403-1414) (cit: Les fêtes chrétiennes).
- 1925 — SKOK, Petar — “La semaine slave”, in *Revue des Etudes Slaves (RESL)*, v. p. 14-24 (abrev.: *LSSL*, 1925).
- 1927 — FRINGS, Th. e NIESSEN, J. — “Zur Geographie und Geschichte von Ostern, Samstag, Mittwoch “im Westgermanien”, in *Indogermanische Forschungen*, vol. LIV, Berlin — Leipzig, p. 276-306 (Festschrift für R. Thurneysen) (abrev.: *ZGGOSMW*, 1927).
- 1928 — KUBITSCHKE, W. — *Grundriss der antiken Zeitspreschung*, München, C. H. Beck'sche, 1928: “Antike Wochen” (§ 8, p. 30-40) (abrev.: *GaZ*).
- 1928 — SKOK, Petar — “Les noms des jours de la semaine”, in *Revue des Etudes Slaves*, VIII, p. 87-88 (abrev.: *LNJS*, 1928).
- 1929 — *KRANZMAYER, Eberhard — *Die Namen der Wochentage in den Mundarten von Bayern und Österreich*, Wien — München, 1929.

- 1934 — FERRUA (S. J.), A. — "Dal Giorno di Dio al Giorno degli Dei", in *Civiltà Cattolica*, Roma, ano 15.º, vol. II, 1934, p. 128-143 (abrev.: *DGDGD*, 1934).
- 1939 — 1941 — PAIVA BOLÊO, Manuel de — *Os nomes dos dias da semana em português* (influência moura ou cristã?) Coimbra Editora Ltda., 1941 (São artigos de um diálogo entre o Autor e W. Giese (incluídos os deste) publicados em *Biblos*, vol. XV, t. II, pp. 579-582 (1939) e *Boletim de Filologia*, VI, 1940, p. 197-213) (abrev.: *Os nomes*, 1941).
- 1942 — ROHLFS, G. — "Zu den toskanischen Wochentagsnamen", in *Archiv für Studium der neueren Sprachen*, vol. 180 (1942), p. 117-120 (abrev.: *ZtW*, 1942).
- 1947 — GOROSTIAGA, J. — "La Semana Vasca: El sistema y los nombres de los días", in *Eusko-Yakintza*, in *Revista de Estudios Vascos*, Bayonne, I, p. 51-56 (abrev.: *LSV*, 1947).
- 1948 — BRUPPACHER, Hans Peter — *Die Namen der Wochentage in Italienischen und Rätoromanischen*, A. Francke, Bern, 1948 (V + 234 p. (+ p. 235-245 com cartas (Romanica-Helvetica 28) (abrev.: *DNWIR*)).
- 1949 — ROHLFS, G. — "Les noms des jours de la semaine dans les langues romanes", Lisboa, 1949, in *Boletim de Filologia X*, Centro de Estudos Filológicos de Lisboa, 1949, p. 88-94, Miscelânea Fr. Adolpho Coelho (= *An den Quellen der Romanischen Sprachen*, Halle, 1952, p. 40-50) (abrev.: *LNJSLR*).
- 1950 — VON WARTBURG, Walther — in *Französisches Etymologisches Wörterbuch* (FEW) Art. *luna*, vol. V, p. 451-454 (abrev.: *luna*, in *FEW*, V, 1950).
- 1951 — HENRI, Albert — "Les noms des jours de la semaine en ancien français", in *Romania* LXXII, p. 1-30 e 224-226 (abrev.: *LNJSAF*, 1951).
- 1951 — LYALL, Archibald — *A Guide to the Languages of Europe* (a Practical Phrase Book), London, Sidgwick and Jackson, (2.ª ed., 9.ª reimpressão) (abrev.: *Lyall's Guide*, 1951).
- 1952 — DA SILVA NETO, Serafim — *História da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, p. 326-328 (2.ª ed., 1970, mesmas págs.) (abrev.: *HLP*, 1952).
- 1953 — 1954 NYKROG, Per — "Dilun — lun — lundi: une mise au point", in *Studia Neophilologica*, Uppsala, vol. XXVI, p. 117-142 (abrev.: *Dilun*, 1953/54).
- 1953 — VAN DEN BESSELAAR, José — "Quaestinculae Chronologicae", in *Anuário de 1953 da Faculdade de Filosofia do Instituto "Sedes Sapientiae" da Universidade Católica de São Paulo*, p. 163-177 (abrev.: *QCh*, 1953).

- 1954 — ROHLFS, Gerhard — *Diferenciación Léxica de las Lenguas Romanicas*. Madrid, RFE, 1960 (Trad. de M. Alvar, de *Die lexikalische Differenzierung der romanischen Sprachen. Versuch einer rom. Wortgeographie* (mit 50 Karten) München, Sitzungsberichte der Bayer. Akad. der Wiss. Phil. Hist. Klasse, Jahrgang 1954, Heft 4) (citada pela trad. esp. mas com data do original. abrev.: *DLLR*, 1954).
- 1954 — * GIESE, W. — “Die Namen der Wochentage und Monate in Albanesischen”, in *Homenaje a Fritz Krüger*, t. I, Mendoza, 1954, p. 50-69.
- 1958 — BAHER, Rudolph — “Zu den romanischen Wochentagsnamen”, in *Romanica Festschrift für Gerhard Rohlfis*, Halle (Saale), Veb Max Niemeyer Verlag, p. 26-56 (abrev.: *ZrW*, 1958).
- 1958 — MANECA, Constant — “Consideratii cu privire la numele zilelor săptămîni în limbele romanice”, in *Omagiu lui Iorgu Iordan*, Bucureste, Editura Academiei Republicii Populare Romine, 1958, p. 547-555 (abrev.: *Consideratii*).
- 1961 — VON WARTBURG, Walther — in *Französisches Etymologisches Wörterbuch (FEW)* vol. XI, — art. *Sabbatum Samstag*, p. 2-5 (abrev.: *Sabbatum Samstag* 1961).
- 1963 — TAGLIAVINI, Carlo — *Storia di Parole Pagane e Cristiane attraverso i Tempi*, Brescia, Marcelliana, XIX + 643 p. (espec. p. 13-144; 445-459; 481-492) (abrev.: *StPPCr*, 1963).
- 1964 — LOHSE, Eduard — Art. (em caracteres gregos) “*Sábbaton, Sabbatismós, Paraskeué*”, in *Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament*, W. Kohlhammer Verlag, Stuttgart — p. 1-35 (nas p. 1-2 levantam-se 70 títulos bibliográficos) (abrev.: *Sabbaton*, 1964).
- 1967 — SALUM, I.N. — *A Semana Astrológica e a Judeo-Cristã* (Introdução à Problemática da Nomenclatura Semanal Românica). São Paulo, 1967, 240 p. mimeografadas (Tese de Livre-Docência inédita) (abrev.: *INTROD.*, 1967).
- 1968 — SALUM, I.N. — *A Problemática da Nomenclatura Semanal Românica*, São Paulo 1968, X + 194 + 34 p. mimeografadas (as 20 últimas com 28 cartas) (Tese de Cátedra, inédita) (abrev.: *A Problemática*, etc., 1968).
- 1972 — LI CHING — “Os nomes dos dias da semana no Extremo Oriente, influenciadas pela língua portuguesa” in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. IV, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 711-713.

TIMIDEZ DO ROMANCE

(Estudo sobre a justificativa da ficção
no começo do século XVII)

Antônio Cândido

1.

A literatura é uma atividade sem sossego. Não só os “homens práticos”, mas os pensadores e moralistas questionam sem parar a sua validade, concluindo com frequência e pelos motivos mais variados que não se justifica: porque afasta de tarefas mais sérias, porque perturba a paz da alma, porque corrompe os costumes, porque cria maus hábitos de devaneio. Outro modo de questioná-la, às vezes inconscientemente, é justificá-la por motivos externos, mostrando que a gratuidade e a fantasia podem ser convenientes como disfarce de coisa mais ponderável. Este ponto de vista do tipo Manneken Piss (“sou útil mesmo brincando”) está, por exemplo, na base do realismo socialista, como foi ensinado nos anos do stalinismo. Mas no fundo, Platão e Bossuet, Tolstoi e Jdanov, por motivos diversos e com diversas formulações, manifestam a desconfiança permanente em face de uma atividade que lhes parece fazer concorrência perigosa aos messianismos e dogmas que defendem.

Isto faz que a literatura quase nunca tenha consciência tranqüila e manifeste instabilidades e dilaceramentos, como tudo que é reprimido ou contestado: tem dramas morais, renuncia, agride, exagera a própria dignidade, bate no peito e se justifica sem parar. Não é raro ver os escritores envergonhados do que fazem, como se estivessem praticando um ato reprovável ou desertando de função mais digna. Então, enxertam na sua obra um máximo de não-literatura, sobrecarregam-na de moral ou política, de religião ou sociologia,

pensando deste modo justificá-la não apenas ante os tribunais da opinião pública, mas ante os tribunais interiores da própria consciência.

2.

Segundo Spingarn, o tema central da crítica do Renascimento foi a justificativa da literatura de imaginação. Isto seria mais ou menos o eixo em torno do qual giraram os teóricos e analistas, combinando o ponto de vista estético de Aristóteles (verdade ideal, purgação das paixões) com o ponto de vista pragmático de Horácio (disfarce estratégico da verdade).¹

Se passarmos da literatura de imaginação, em geral, para o caso restrito da literatura de ficção em prosa, veremos que o problema se agrava, por tratar-se de um gênero que não tinha dignidade teórica aos olhos da opinião erudita. Uma coisa, com efeito, era encontrar razões justificativas para a epopéia ou a tragédia, a ode ou a sátira, ungidas por uma tradição venerável e beneficiando dos grandes exemplos da Antigüidade, restaurados então em toda a sua força; outra coisa era abonar a pacotilha duvidosa das narrações romanescas, que deviam parecer aos intelectuais o que hoje parecerá a fotonovela. Tratava-se, portanto, de uma dupla justificativa: com relação aos escritos religiosos e filosóficos, enquanto literatura; e com relação à literatura, enquanto sublitteratura.

Um estudioso norte-americano, Arthur Jerrold Tieje, pesquisou exaustivamente o que se poderia chamar a formação de uma teoria do romance através do intuito ou propósito ("purpose") manifestado expressamente pelos próprios romancistas, em prefácios e trechos vários de suas obras. Segundo ele, o conhecimento do intuito importa na medida em que este influi na composição do romance; mormente na caracterização dos personagens, objeto principal da sua investigação. Esta abrange a ficção pós-renascentista em prosa até 1740, data de publicação da *Pamela*, de Richardson, que os críticos de língua inglesa consideram uma espécie de ponto inicial do

(1) Joel E. Spingarn, *Literary Criticism in the Renaissance*, New York, Harcourt, Brace & World, Inc., 1963. (A 1.ª edição é de 1899).

romance psicológico e de costumes ("novel") e, portanto, do romance contemporâneo.²

Tendo feito um levantamento minucioso, Tiejé concluiu que nos pronunciamentos dos romancistas há cinco intuitos expressos: (1) divertir, (2) edificar e (3) instruir o leitor; (4) representar a vida quotidiana; (5) despertar emoções de simpatia. ("The Critical Heritage", p. 418-425). Digamos de passagem que Tiejé extrai algumas conclusões interessantes deste levantamento, mostrando, por exemplo, como o tipo de intuito, a combinação dos intuitos e a hierarquia entre eles estão estreitamente ligados ao tipo de romance, podendo ao mesmo tempo decorrer dele e influir nele. Assim, o intuito de edificação moral tende a conferir unidade à narrativa, enquanto o de simples divertimento tende a dar-lhe uma certa difusão. ("The Expressed Aim", p. 12).

Mas não cabe expor agora pormenorizadamente as idéias e conclusões deste valioso pesquisador, pois o que interessa é apenas indicar a sua conclusão principal neste tópico: o levantamento analítico e a tabulação mostram que os três primeiros propósitos são de longe os mais frequentes, em graus diversos de combinação; que o 4.º é bastante raro e o 5.º, ocasional.

Refletindo nisto, podemos do nosso lado concluir duas coisas. Primeiro, que os *intuitos* arrolados por Tiejé, e na proporção que ele estabeleceu, podem ser também *justificativas*, usadas pelos romancistas e pelos teóricos. Segundo, que o grosso da teoria do romance, nos séculos clássicos, se organiza à volta de três objetivos-justificativas, cujo cunho ideológico é visível.

Com efeito, "edificar" significa elevar a alma segundo as normas da religião e da moral dominantes; "instruir" significa inculcar os princípios e conhecimentos aceitos; "diver-

(2) Arthur Jerrold Tiejé, "The Critical Heritage of Fiction in 1579", *Englishe Studien*, N.º 47, p. 415-448; "The Expressed Aim of the Long Prose Fiction from 1579 to 1740", *Journal of the English and Germanic Philology*, N.º 11, p. 402-432, julho de 1912; "A Peculiar Phase of the Theory of Realism in the Pre-Richardsonian Fiction", *Modern Language Publications*, N.S., N.º 21, p. 213-252 (1912?); *The Theory of Characterization in Prose Fiction Prior to 1740*, The University of Minnesota, Studies in Language and Literature, N.º 5, Minneapolis, 1916. Cotas na Biblioteca da Universidade de Yale, respectivamente: Hai 80.912t; Ia 105.En3; Hai 24.812t; Hai 53.916t.

A ausência de data ou a data duvidosa nestas referências vêm do fato de terem sido consultadas separatas desprovidas de indicação do ano das revistas.

tir” significa quase sempre facilitar as operações anteriores por meio de um chamariz agradável, ou proporcionar “honesto passatempo”. É claro que, muitos romances eram neste sentido anti-romances, entrando pela irreverência e a obscenidade, ou oferecendo um divertimento de cunho reprovado, — mas isto não impedia os seus autores de apresentá-los como obras de propósito moral, destinadas a despertarem o horror do vício e a reforçarem as ideologias dominantes.

A distorção ideológica é provavelmente responsável, em parte, pela baixa ocorrência do quarto tipo de intuito (ou justificativa) e pela quase inexistência do quinto, pois eles não se ligam diretamente ao sistema de valores religiosos, políticos e morais, mas à representação da vida e ao conhecimento da natureza da ficção. Isto embotava o enfoque dos romancistas quando pensavam como teóricos, contribuindo para aumentar a insegurança em face do romance como gênero válido e digno. Com efeito, se as justificativas mais nobres eram a edificação moral e a instrução, inculcadas por meio do divertimento, porque não apelar de uma vez para as obras “sérias”, — de teologia, filosofia, moral ou política?

As tentativas de solução deste impasse ficam bem claras na imagem da “pílula dourada”, ou do “remédio adoçado”, a saber: assim como os médicos e farmacêuticos misturam açúcar num remédio amargo mas necessário, ou pintam da cor do ouro uma pílula de gosto repelente, para levarem as crianças a ingeri-los em seu próprio benefício, a verdade crua e por vezes dura pode ser disfarçada com os encantos da fantasia, para chegar melhor aos espíritos. Tal raciocínio se tornou lugar comum na teoria do romance, e talvez tenha como origem o famoso preceito de Horácio, — que é preciso instruir e divertir simultaneamente. Se leio bem um trecho de Spingarn, esta imagem de imensa fortuna seria devida a Bernardino Daniello, teórico de estrita obediência horaciana. (Spingarn, cit., p. 13). Mas venha de quem vier, exprime o estado de timidez envergonhada em que se achava o romance até o século XIX, e mostra a possante cortina ideológica de fumaça que impedia os teóricos e romancistas de desenvolverem os instrumentos mais adequados de conceituação e análise; justamente os que estavam implícitos nos desprezados argumentos 4 e 5 arrolados por Tieje.

3.

Este estado de coisas leva a pensar que a justificativa triádica mais corrente (“divertir-edificar-instruir”) favorecia de maneira especial a ficção alegórica, cuja voga foi grande no século XVII e entrou pelo XVIII. Naquele tempo o enfoque alegórico estava no fim de um dos seus momentos de maior aceitação, e entrava aliás como componente de qualquer leitura, mesmo de obra não declaradamente baseada em alegoria.³ Muito mais do que em nossos dias, os personagens, as ações, os enredos eram submetidos a uma espécie de segunda leitura, que tendia a identificar, atrás e acima deles, outros sentidos de natureza mais elevada, — justamente os que puxavam a idéia de instrução e edificação, amenizados pelo atrativo do divertimento. Na medida em que esta fórmula era considerada específica do romance, a alegoria se impunha como solução ideal. O “manto diáfano da fantasia” se tornava um sistema de chaves para abrir os esconderijos da sólida verdade, e deste modo se justificava, tranquilizando as consciências e as potências.

Daí ter sido o começo do século XVII um tempo fértil em ficção alegorizante, para muitos a forma suprema a que o gênero poderia aspirar. Mas os seus produtos são pífios vistos de hoje, pois quando a camada alegórica deixava de ser uma espécie de leitura possível de qualquer texto, para se tornar objetivo principal e consciente dos autores, o resultado foi quase sempre péssimo e mesmo nulo. De fato, a alegoria é um modo não-ficcional de ver o mundo; é mesmo anti-ficcional apesar das aparências, na medida em que nela a ficção é um pretexto e um veículo, a ser dissolvido quanto antes pelos fluidos da noção e da informação (moralmente condicionados), que devem suplantar a aparência romanesca. Importantes seriam a idéia abstrata ou o princípio ético, integrantes do sistema ideológico de um dado tempo; e isto faz que a alegoria se torne fetichizadora e fique presa demais ao seu momento histórico, sendo um código contingente que perde

(3) Considero *alegórico* o modo que pressupõe a *tradução* da linguagem figurada por meio de chaves uniformes, conscientemente definidas pelo autor e referidas a um sistema ideológico. Uma vez traduzido, o texto se lê como um segundo texto, sob o primeiro, e se torna tão claro quanto ele. Está visto, portanto, que o deciframento do código é altamente convencional, em relação a outros modos de ocultação de sentido, como o simbólico.

o interesse para a posteridade, mesmo quando esta possui a chave do segredo.

Tanto assim, que nenhum romance alegórico alcançou a grandeza e quase nenhum ficou, salvo as *Viagens de Gulliver*, de Swift e, em parte, alguns outros, — como *Pilgrim's Progress*, de Bunyan, que veio até os nossos dias por motivos de instrução religiosa, e as *Aventuras de Telêmaco*, de Fénelon, para consumo escolar cada vez mais reduzido. Um dos azares da moderna ficção portuguesa ou luso-brasileira foi ter começado, no século XVIII, com essas traquitanas de mau trânsito, como *O Peregrino da América*, *As Aventuras de Diófanes* e *O Feliz Independente*.

Mas no princípio do século XVII o romance alegórico cresceu viçoso, ao lado dos romances de complicação sentimental e de sátira, havendo alguns que fascinaram o público e tiveram a mais larga influência, como o *Argenis*, de John (ou Jean) Barclay, publicado em latim em 1621, em francês em 1623 e em inglês em 1625, — alcançando só o texto latino mais de 40 edições até o fim do século.

Este escritor franco-escocês que acabou a vida em Roma era, como seu pai, o jurista William Barclay (professor de Direito na França), partidário do poder monárquico fortemente centralizado, contra a autoridade dos grandes senhores. Em lugar de escrever um tratado para defender as suas idéias, escreveu um romance, onde *Argenis*, princesa de Sicília, filha do rei Meleandro, é pretendida ao mesmo tempo por Poliarco e Licógenes, seguindo-se uma série de intrigas e lutas que envolvem muitos outros figurantes. Lido alegoricamente, este esquema queria dizer que a Coroa de França (*Argenis*) era disputada, à sombra do fraco Henrique III (Meleagro), por Henrique de Navarra (Poliarco) e o Duque de Guise (Licógenes), — ou seja, oscilava entre a autoridade monárquica, que dava segurança ao país, e a anarquia da Liga, que a comprometia. Os personagens eram portanto figuras históricas e ao mesmo tempo princípios políticos.

Por que fazer de tudo isto um romance? É o que o Autor explica no Capítulo XIV, quando, sob o pseudônimo de Nicopompo, participa ao sacerdote Antenor (Grande Druida) a intenção de, por meio da ficção, denunciar a politicagem e narrar a história dos acontecimentos referidos. E se justifica assim:

“Não sabe que artifício usam os médicos para fazerem as crianças achar agradáveis os remédios? porque assim que elas vêem o boticário com a mezinha, não cuidam mais da saúde, que se deve pagar a tal preço. Mas os que têm o governo das pessoas dessa idade corrigem o azedo da mezinha com alguns doces, ou as estimulam a pensar na saúde com belas promessas: e cativando os seus olhos com a beleza do copo, não as deixam ver nem saber o que precisam tomar. Eu também quero fazer o mesmo; não desejo com queixas súbitas e rigorosas denunciar à Justiça como criminosos os que perturbam o Estado; pois não subsistiria contra tantos inimigos. Mas enquanto não estiverem atentos, quero passeá-los por certos atalhos, de tal modo que acabarão gostando de ser censurados sob nomes supostos. (...) Construirei uma grande fábula em forma de História e nela cruzarei aventuras maravilhosas, misturando combates, casamentos, crueldades, e alegria pelos encontros inopinados. A vaidade natural dos homens os fará gostar dessa leitura, e aceitar melhor o que eu vou escrever, porque não o acolherão como ensinamento, nem como instrução severa. Contentarei os seus espíritos pelo espetáculo das diversidades, como se fosse uma paisagem. Pela apresentação dos perigos, excitá-los-ei à piedade, à crueldade, ao horror; e quando estiverem assim em suspenso, aliviá-los-ei, e dissiparei a perturbação do seu espírito. Soltarei os destinos e farei sucumbir os que desejar. Eu conheço o humor do nosso país; pensando que conto frivolidades, quererão ler-me, e se divertirão como num espetáculo de comédia ou nalgum combate. Depois de os ter feito tomar gosto por esta poção, juntarei nela ervas medicinais; usarei os vícios e as virtudes, com recompensas graduadas a uns e outros. Enquanto lerem isto, em louvor ou vitupério de outras pessoas, irão encontrando a si próprios, e, como num espelho em face de outro, verão a aparência e o mérito de sua reputação. Talvez se envergonhem de continuar desempenhando por mais tempo no teatro da vida o papel que reconheceram lhes calhar tão bem nesta fábula. E para que ninguém se queixe de ser a pessoa de quem falo, a representação de ninguém estará inteira aqui. Pois para os disfarçar, inventarei muitas coisas que não podem convir aos que são referidos, pois não me obrigando a escrever segundo a fidelidade da História, esta liberdade ser-me-á permitida. Assim, atacarei somente os vícios, e não os homens; e nenhum terá motivo para ficar ofendido, salvo os que, por uma confissão envergonhada, confessaram os crimes aqui verberados. Além disso, servir-me-ei com abundância de nomes imaginários, para salientar, como personagens, apenas as virtudes e os vícios: de maneira que se enganará, tanto quem referir tudo à verdade, quanto quem nada referir a ela.”⁴

(4) *L'Argenis de Jean Barclay*, Traduction nouvelle enrichie de figures. A Paris, Chez Nicolas Buon, rue St. Jacques, à l'enseigne St. Claude, et de l'Hôte Sauvage. M.DC.XXIII, p. 298-301. Cota na Coleção Beinecke da Biblioteca de Yale: Gr 12 — B 235 — A7H. (Nota: esta e as demais traduções que seguem são minhas).

Este longo trecho é exemplar e contém toda a justificativa mais corrente da atividade ficcional, como vem sendo comentada aqui. Não conheço outro onde a imagem do remédio disfarçado seja elaborada com tanta minúcia, inclusive pelo relacionamento a uma concepção ampla de romance. A sua análise confirma a hipótese aqui sugerida, que o tipo de teoria do romance que destacava a tríade “divertir-edificar-instruir” parecia levá-lo a explorar a alegoria, que nela se encaixava como numa matriz ideológica.

Daí a pertinência da argumentação de Barclay, interessado em usar estrategicamente a ficção como simples veículo para divulgar a sua teoria do poder e a sua visão histórica. E não podemos deixar de ver que a preeminência daquela tríade, como justificativa e definição dos objetivos do romance, deve ter prejudicado a orientação deste por melhores caminhos, pois relegava a plano secundário o que havia nele de melhor: a validade em si mesma da mimese e do livre jogo da fantasia criadora.

Ora, favorecer o cunho alegórico (explícita ou implicitamente), era não apenas descarnar a realidade por meio de fetiches, mas propiciar na ficção o desenvolvimento do *kitsch*, — por usar um objeto para função alheia à sua, ou hipertrofiar desmedidamente os sinais desta função. Fazer sob forma de romance um tratado moral, como Bunyan, político, como Barclay, ou educacional, como Fénelon, é mais ou menos o mesmo que usar um elefantinho de barro para cofre, um porquinho de louça para jarra d’água ou, para vaso de flores, as asas abertas dum cisne de porcelana.

4.

Um passo a mais seria, não inventar histórias e remetê-las à verdade por meio da chave alegórica, mas narrar a própria verdade com ar de quem está contando histórias. Desse modo, a perigosa ficção estaria realmente sufocada, por meio de um engodo que o leitor sequioso de imaginação enguliria sem perceber, por estar devidamente disfarçado. E como a finalidade seria o bom exemplo, o inculcamento de princípios morais, as situações narradas ganhariam o caráter remissivo da alegoria.

É o que encontramos num romancista que manifesta ao extremo a consciência culposa em busca de justificação:

Jean-Pierre Camus, Bispo de Belley, autor de livros quilométricos, de uma prolixidade sufocante. Nele, a autonegação do romance é máxima. Ele os achava tão perniciosos, tão contrários à moral, à religião e ao exercício da inteligência, que... resolveu escrever romances para os combater! É o nível quase mórbido do sentimento de inferioridade, que leva ao absurdo, — como certos amantes só conseguem amar vilipendiando e maltratando a sua amada, de quem são todavia incapazes de se desprenderem.

A idéia de Camus corresponde a uma prática de que encontramos outros exemplos na história do romance: contar casos verdadeiros, de um modo que parece ficcional, chegando, no limite, à reportagem, como fez Truman Capote em *A sangue frio*. Só que ele os queria narrar com a unção da piedade, para atrair do lado do bem os leitores habituais de romance. Mas o fato é que, apesar das precauções e da auto-ilusão, ele próprio acabou acusado de publicar frivolidades indignas de um sacerdote, vendo-se obrigado a defender, em causa própria, o gênero que dizia desprezar, e praticar apenas por virtuosa estratégia. E assim foi que escreveu um pequeno tratado, ou estudo crítico, anexado a um dos seus livros, *Le Cleoreste*, de 1626.⁵

Nele, Camus só reconhece categoria à verdade, apegando-se à idéia que a ficção é um disfarce acessório para servi-la e conduzir até ela. Daí duas conseqüências: (1) o elemento central de um romance devem ser fatos reais, acontecidos; (2) o elemento inventado se justifica para torná-los mais atraentes e ressaltar neles a verdade. Pois, diz ele, o disfarce não a altera; preserva-a, funcionando como as máscaras usadas nas festas pelas senhoras que conhecemos; e lembra que tanto São Paulo, quanto o próprio Cristo, baralhavam a identidade das pessoas que desejavam censurar. (P. 678). Há disfarces, continua, cujo fim é ornar, e outros cujo fim é expor o assunto, consistindo sempre, todavia, em pormenores e recursos acidentais (ao inventá-los, Camus não percebe que já está especificamente num primeiro patamar da ficção pura e simples):

(5) "Défense de Cleoreste", em *Le Cleoreste de Monseigneur de Belley. Histoire Francoise-Espagnolle. Representant le Tableau d'une parfaite amitié. Divisé en deux Tomes*. A Lyon. Chez Ant. Chard à l'enseigne du S. Esprit. M.DC.XXVI, vol. 2.º, p. 663-819. Cota na Biblioteca Nacional de Paris: Y² 9774-9775.

“Sei que há mil pequenos incidentes e circunstâncias miúdas que são de minha lavra, e não do acontecimento básico, mas a verdade fica turbada com isto? não sai, pelo contrário, ilustrada e esclarecida?” (680-681)

O seu desejo é escrever romances que inculquem o amor da moral e da religião, pondo de lado a sensualidade, a irreverência e a impiedade, ingredientes normais dos romances de amor e aventuras, que são obras indiretamente viciosas, por meio das quais os seus autores corromper o leitor, sem que este perceba; e isto as torna piores do que as declaradamente viciosas, que podem ser logo desmascaradas e devidamente punidas. (695-696) Daí a necessidade de propor narrativas novas, para atrair os leitores e enfrentar no próprio terreno os corruptores, que também inventam novidades ou atualizam velhas histórias. (698-699) Com isto, fica justificado o uso das ficções, desde que não se afastem da verossimilhança e da possibilidade. E nós, um pouco divertidos, vemos entrar pela porta o que o ríspido censor tinha posto fora pela janela:

“(...) semeai as vossas Narrativas de Poesias, Cartas, Alocuções, negociações, suspiros, queixumes, reptos, enigmas, apóstrofes, descrições, Quadros, Epitáfios, e todas as flores de embelezamento de que são prenes as artes Poéticas e Oratória, e com todos estes temperos fazei uma vianda tão apetitosa, pela solidez da verdade que lhe servirá de corpo, que deleitará os que a provarem, de tal sorte que este maná fará esquecer e desprezar as cebolas do Egito.” (711)

A singular ilusão de Camus fica bem clara para nós, seus pósteros. Não só porque pouco nos interessa, nem temos meios de averiguar qual seja o “fundamento real” de suas narrativas, mas sobretudo porque ele as transformou em legítimas ficções, no instante em que abordou os tais fatos verídicos com as técnicas de disfarce e embelezamento que o vimos expor. As suas alegorias “verdadeiras” são (descontado o valor) tão ficcionais quanto *Vermelho e Preto* ou *Guerra e Paz*, — que nunca deixaram de o ser pelo fato de contarem uma parte apreciável de fatos ocorridos.

5.

A perplexidade em face do romance e os esforços para justificá-lo atingiram a uma espécie de projeção estrutural num livro que, encarnando a divisão das opiniões, foi composto em duas partes antitéticas, a primeira exprimindo os

argumentos contrários e a segunda, os favoráveis. É a tensão levada ao beco sem saída das antinomias, que este livro enfrenta com habilidade, não só para tentar um esclarecimento mais satisfatório por meio da oposição polar dos argumentos, mas para insinuar estrategicamente uma apologia do gênero duvidoso.

Quero referir-me a *Le Tombeau des Romans*, editado anonimamente em 1626, mas atribuído sem discrepância a François Langlois, vulgo Fancan, Cônego da Igreja parisiense de Saint Germain l'Auxerrois e autor de várias obras de assunto moral e político.⁶ É com certeza o primeiro tratado sobre o romance em prosa, mas apesar de conhecido e mencionado pelos especialistas do assunto, sei de apenas um que lhe deu certa atenção, reconhecendo o seu papel na história da teoria do romance: Max Ludwig Wolff.⁷ E antes de ir mais longe, registremos que um século depois apareceu outra obra de estrutura antinômica, mas em volumes distintos e muito mais importantes que a de Fancan: *De l'Usage des Romans* (1734) e sua contrapartida *De l'Histoire justifiée contre les Romans* (1735), de Lenglet Dufresnoy, que usou prudentemente no primeiro o pseudônimo de Chevalier Gordon de Percel, deixando o próprio nome para o segundo.⁸

(6) *Le Tombeau des Romans ou il est discoursé I...Contre les Romans, II. Pour les Romans*. A Paris, Chez Claude Morlot, au mont saint Hilaire, à la Diligence. MDC.XXVI. Avec Privilege du Roy. O exemplar consultado na Biblioteca Nacional de Paris (Cota: Y² 6010) traz na folha de guarda, em caligrafia seiscentista, a nota: "par Fancan". A mesma autoria é dada por Lenglet Dufresnoy, na sua preciosa *Bibliothèque des Romans* (v. abaixo). Registra-a igualmente o Catálogo Geral da Biblioteca Nacional de Paris. É curioso notar que Gustave Lanson, no *Manuel Bibliographique de la Littérature Française*, onde o livro vem sob o número 4297, depois de mencionar a autoria de Fancan, pergunta entre parênteses: "(Charles Sorel?)".

(7) Max Ludwig Wolff, *Geschichte der Romantheorie mit besonderer Berücksichtigung der deutschen Verhältnisse*, Nürnberg, Verlag der Carl Koch'schen Buchhandlung, 1915, p. 30-35.

(8) *De l'Usage des Romans*, Où l'on fait voir leur utilité & leurs differens caracteres: Avec une bibliothèque des Romans, Accompagnée de Remarques critiques sur leur choix & leurs Editions. Par M. le C. Gordon de Percel. A Amsterdam, Chez la Veuve de Poilras, à la Vérité sans fard. MDCCXXXIV. 2 vols. Cota na Biblioteca Nacional de Paris: Rés. Y² 1212-1213.

(Curiosidade: este exemplar está encadernado com as armas da Rainha Maria Antonieta, a cuja biblioteca particular certamente pertencia). *L'Histoire justifiée contre les Romans*. Par M. L'Abbé Lenglet Dufresnoy, Amsterdam, Aux dépens de la Compagnie. MDCCXXXV. Cota, ibidem: Y² 6013.

O plano do livrinho de Fancan (98 páginas, formato pequeno) é simples e corresponde a uma atitude dialética tradicional: apresentar o pró e o contra de um argumento. O motivo histórico (válido também para a "Deffense", de Camus) deve ter sido a onda de repressão contra a literatura e os costumes que teve lugar no tempo de Luís XIII, e talvez possa ser vista como sinal para a liquidação daquela liberdade de maneiras, palavras, escritos, que tinha marcado o Renascimento. Agora, ia começar um movimento de disfarce, que alcançaria o máximo no fim do reinado de Luís XIV e que, sem alterar essencialmente os costumes, alterou a fundo a sua manifestação. O *Tartufo*, de Molière, exprime alguns resultados desse processo.

Os historiadores da literatura sabem que o momento culminante da repressão foram a prisão, processo e exílio de Théophile de Viau, acusado de sodomita, sacrílego e libertino (isto é, irreligioso). Isto começou em 1623 e teve o desfecho legal em 1625, semeando pânico entre os intelectuais. Exemplo: em 1623 Charles Sorel publicou um dos grandes romances do século, a *Histoire Comique de Francion*, com uma extrema liberdade de linguagem. Mas na 2.^a edição, em 1626, limpou-o prudentemente para se acomodar à onda de moralismo.⁹

Observando as datas, vemos que o livro de Fancan, editado também em 1626, como a "Deffense", de Camus, foi pensado e escrito em plena crise repressiva. Daí, talvez, a composição antitética, que lhe permitia condenar um gênero suspeito, e assim tranquilizar as autoridades, mas em seguida reabilitá-lo, sob pretexto de oferecer a contrapartida lógica da argumentação. E isto mostra que, agindo com astúcia, não agiu sem coragem, num momento difícil para o exercício do pensamento crítico.

As primeiras páginas (um "Aviso ao leitor", sem numeração) contam que a autoridade suprema da Justiça resolvera não dar mais licença para publicar romances; decisão grave, diz Fancan, que precisaríamos aceitar, mesmo ignorando as razões; mas que leva a um esforço de análise, para ver se não as haveria em sentido contrário, de maneira a justificar os romancistas e garantir o seu direito:

(9) Antone Adam, "Le Roman Français au XVIIe. Siècle", em *Romanciers du XVIIe. Siècle*, Textes présentés et annotés par (), Paris, Bibliothèque de La Pléiade, 1958, p. 33-34.

“Acabo de chegar duma reunião, onde soube que o Senhor Guarda dos Selos está negando o privilégio para os *Romances*. Aventaram-se diversas razões, que poderiam tê-lo movido a esta recusa, a qual deveríamos reputar justa, mesmo sem conhecer as razões. Tenciono expor algumas aqui, e depois relatar outras que poderiam talvez dar esperanças aos Autores dos *Romances* de serem menos maltratados.”

E qualifica pitorescamente o seu método do seguinte modo:

“Este discurso tem duas alças e duas caras, como uma infinidade de outras coisas, e é apenas uma parte dos que redigi outrora, por recreação e jogo de espírito, sobre alguns mistérios da *Eloquência Francesa*.”

Isto dito, entra na matéria, expondo inicialmente as razões que se poderiam alegar contra os romances. E nós vemos que o seu ensaio é não apenas um arrazoadado hábil, adequado às circunstâncias, mas também manifestação em forma antitética do problema da validade moral e epistemológica do gênero, como se verá pela análise seguinte.

É justo, diz ele, condenar os romances, — livros mentirosos e inimigos das virtudes, que acovardam os homens e excitam as suas paixões. (P. 1-3) Começa, portanto, por um argumento de ordem epistemológica (os romances vão contra a verdade) e outro de ordem moral (os romances pioram os homens). Mas imediatamente entra uma atenuação meio irônica no plano epistemológico, pois observa que pior ainda do que isto é a história romanceada, errada e falsa; é o que ocorre nos velhos livros sobre a história da França, onde o que se dá ao leitor são fábulas. (5-8) Tomados como verdade, tais livros disfarçadamente fictícios são perigosos (9-13) e resultam em descrédito para a França, não obstante aconteça o mesmo noutros países. (13-16) Isto leva a pensar que os povos em geral gostam desses desvarios do espírito, e de atribuir a si próprios origens fabulosas, (16-19) embora alguns deles proscrevam a mentira. (19-23) O problema da ficcionalização da História leva a uma pergunta importante, que será a chave da conclusão, na 2.^a parte:

“Mas donde vem este apetite de escrever coisas falsas e fabulosas? Donde vem este prazer que têm os homens de se deleitarem com a narrativa e a leitura do que sabem ser desprovido de verdade? O destino não nos oferece um número suficiente de assuntos agradáveis, admiráveis e prodigiosos, para serem lembrados, escritos e transmitidos à pos-

teridade, sem ser preciso disfarçar, mudar, arrebicar e alterar esta verdade, cuja luz nos deve ser tão clara quanto a do Sol?" (23-24)

Sob a censura, reponta o problema da necessidade universal de ficção, que será devidamente considerada adiante; mas já aqui pode-se dizer que Fancan toca no ponto central, embora esteja na etapa consagrada a demonstrar a inferioridade essencial da ficção, que só se justificaria nas fases primitivas. Nesta altura do livro, apresenta com efeito a verdade como equivalente da religião, da qual a mitologia seria uma espécie de esboço incorreto; nela, a invenção fabulosa corresponde a uma deficiência que precede a plenitude do conhecimento certo, e que não se justifica mais quando a mitologia é sucedida pela verdadeira religião. (24-28)

Aliás, diz ele, mesmo dentro do paganismo alguns gregos repudiaram a mitologia por ser mentirosa, como foi o caso de Teognis. (28-29) E lembra que, apesar da importância dos autores clássicos, a instrução não depende das ficções pagãs, que podem mesmo ser perniciosas para os jovens. Se assim é, o que dizer então dos romances, cuja leitura nos desvia daqueles autores (que são bons apesar das ficções que veiculam)? (29-31) Como dizia Montaigne nos *Ensaio*s, Livro II, Capítulo 35, os fatos verdadeiros são mais romanescos do que as invenções fictícias. (31-32)

Naquele tempo de mentalidade estritamente mimética, considerava-se elemento principal do romance a matéria narrada, isto é, a representação direta ou alegórica da vida, através de um certo poder de verossimilhança. Daí dois problemas teóricos que regem o pequeno tratado de Fancan e custaram tanto a ser superados ou postos no devido lugar na história da crítica: o da legitimidade da ficção e o da sua validade moral.

Com efeito, se o conteúdo narrativo é o elemento central a ser considerado criticamente, cabe saber se ele se justifica ante o relato dos acontecimentos reais, pois logicamente o real é mais importante que o fictício; além disso, seria moralmente melhor. Daí o beco sem saída que levou Fancan a compor o seu livro como oposição de duas partes com igual validade lógica.

As transformações do pensamento crítico mostrariam cada vez mais que o romance é sobretudo um certo teor e um certo modo do discurso, e que a sua validade deve ser discutida

nestes termos, em função da coerência interna. A partir daí é possível, inclusive, refluir sobre o aspecto mimético e estudá-lo como componente de um tipo especial de mensagem. No século XVII, a consciência crítica das articulações internas do discurso ficcional (coerência) apenas se esboçava; por exemplo, nos momentos em que os autores estudavam a ligação do romance com outros gêneros e, conseqüentemente, perguntavam qual seria o tipo de linguagem a ser usada. Esboçava-se, ainda, no juízo sobre a pertinência das ações e dos sentimentos, isto é, na decisão sobre quais seriam os tipos de ação e de sentimento mais adequados à organização de um dado romance, no quadro da espécie a que pertencia (pastoral, heróico, histórico, cômico, etc.).

Estas preocupações estilísticas e estruturais, que não encontramos em Fancan, tinham aflorado nalguns tratadistas do século XVI, sobretudo Giraldo Cinthio e Pigna, e só avultarão a partir dos meados do século XVII, com Sorel, Chapelain, Huet e sobretudo Du Plaisir.

Em compensação, *Le Tombeau des Romans* se alarga nos aspectos que chamaríamos hoje psicológicos ou psico-sociais, inclusive o efeito sobre a conduta e a interferência nos sentimentos, sem falar no já mencionado problema da necessidade de ficção como componente normal do espírito, que encontraremos daqui a pouco.

Naquele sentido, Fancan resume o problema evocando o mito de Narciso, como imagem da poderosa indução exercida sobre nós pela imagem da nossa vida. O romance sugere paixões perigosas, que se tornam nossas, que puxam as nossas para fora e nos fazem naufragar no atrativo da beleza artística:

“Por certo esses romances são como belas fontes, mas cuja água é corrompida, e como belas flores cujo cheiro tem veneno; fontes cujas nascentes seria preferível secar, para impedir tantos Narcisos de se mirarem nelas e nelas buscarem o seu naufrágio; flores que se deveria cortar, antes que produzissem frutos tão funestos.” (34-35)

Daí a hipótese que talvez os escritores excitam maliciosamente as nossas paixões para ganharem fama, já que as paixões são muito mais excitáveis do que a razão e os bons sentimentos. (36) De tal modo, que o nosso juízo crítico fica embotado e nós não percebemos os defeitos de estilo e de composição, que seriam logo notados noutros tipos de escritos, onde não fosse amortecida a vigilância da razão.

Isto quer dizer que a matéria narrada desperta em nós um mecanismo de identificação, porque vemos soltas, e sentimos como nossas, as paixões que trazemos presas e não ousamos manifestar; em consequência, a vigilância intelectual cede e nos torna criticamente pouco rigorosos. A propósito surge um problema estético, pois Fancan menciona a excessiva complicação dos romances do seu tempo como traço de composição ruim, que seria intolerável em gêneros mais sérios:

“Os erros que se cometem nos discursos e na tessitura desses Romances parecem ficar acobertados pelas asas do Amor, de que celebram os erros e as aventuras; mas além disto, digo que a narrativa dos acidentes estranhos com que engodam os que os lêem, faz perder o cuidado de examinar o que existe de lacunoso e contrário à solidez do bem dizer. De tal modo, que só aqueles cuja prudência despreza tais frioleiras percebem, como se deve, taras que apareceriam notavelmente noutros assuntos. Por exemplo, quando o Autor, pelo desejo excessivo de passar por competente, amontoa confusamente acidentes, contos e encontros um sobre o outro, com tão pouco propósito quanto o de quem para fazer brilhar mais a chama de uma lâmpada, enche-a excessivamente de óleo; ou como quem, para tornar mais cortante uma faca, afia-a tanto que embota o fio.” (37-38)

Note-se a marcha curiosa do pensamento crítico: o aspecto moral ou psicológico do conteúdo age sobre a forma, que é contaminada por ele. De tal maneira, que a pedra de toque, o ponto de partida da análise, é sempre o conteúdo, que representa no romance a ideologia da sociedade e é apresentado como devendo reger a composição. Haveria muito que dizer sobre este problema, tocado por Fancan em termos insuficientes, que aliás só o nosso tempo proporia de novo com maior êxito; fique apenas a idéia da correlação funcional entre forma e matéria, considerada esta, no texto citado, como fator determinante.

Logo depois Fancan tira a conclusão inevitável do seu pensamento nesta primeira etapa: o romance, com todos esses atrativos perigosos, proporciona uma leitura que agrada os nossos impulsos e adormece a razão, além de nos desviar de leituras mais sérias, como a das “histórias verdadeiras”, que dão mais proveito e no fundo mais prazer. 42) Basta lembrar as grandes figuras que se nutriram delas (42-49) para ver que, de fato, o gosto pelo romance é uma corrupção do gosto, como ocorre nas mulheres grávidas que rejeitam os alimentos bons para comerem terra e carvão. (49-50)

6.

A defesa do romance, na segunda parte, é bem expressiva das concepções críticas do tempo. Quando estavam em jogo os gêneros por assim dizer *oficiais*, havia uma espécie de acordo tácito, mediante o qual a ficção, embora inferior à verdade, era aceita como fonte de elevação e prazer do espírito. Mas quando se tratava daquele gênero duvidoso, tudo recomeçava e era preciso fazê-lo passar como mercadoria suspeita. Em parte, talvez, porque enquanto a tragédia, a pastoral ou a epopeia possuíam em alto grau traços distintivos específicos, o romance podia parecer demais com a narrativa verídica; podia parecer uma modalidade espúria de História e, deste modo, não deixava suficientemente clara a sua natureza de produto da imaginação. Posta em face dessa confusão, que é força de verossimilhança, a crítica vacilava e retomava o problema do *status* e da justificativa da ficção.

A maneira de toda gente no seu tempo, Fancan a admite como recurso ameno, cuja desculpa é propagar mais facilmente a verdade. Esta é freqüentemente desagradável, daí ser preciso enfeitá-la ou disfarçá-la, porque tal é a nossa imperfeição, que repelimos o que não vier ajustado à nossa superficialidade. (51-66) E aí surge o tópico inevitável do remédio camuflado: assim como o médico doura a pílula ou esconde a lanceta na esponja, (63-64) o romancista enrola a verdade na fantasia (60-61); e nos dois casos o engano é para o nosso bem. Por outras palavras, a mentira pode ser às vezes um auxiliar da verdade, e isto a justifica.

Não argumentava de outro modo um romancista que depois se revelaria crítico muito superior a Fancan, — Charles Sorel, no prefácio da licenciosa *Histoire Comique de Francion*, onde este ponto de vista tem um ar de piada:

“(...) confesso que não me custava atacar os vícios seriamente, a fim de mover os malvados mais ao arrependimento que ao riso. Mas há uma coisa que me impede de seguir este caminho: a necessidade de usar um certo chamariz para atrair a gente. É preciso imitar os Boticários, que adocam por cima as beberagens amargas a fim de as fazer melhor engulir.” (Ed. Adam, cit., p. 61-62).

Voltando a Fancan, conclui-se que, seja como for, tomada em si mesma a fantasia não tem *status* (que só lhe seria reconhecida a partir do fim do século XVIII); e que o romance só pode ser justificado quando, por meio da ficção, puder funcionar como instrumento moral de educação do homem:

“Os Romances dignos de estima são os que nos enganam para nosso proveito; não os que degradam o nosso espírito a um amor vil pelas coisas caducas, mortais e indecentes, mas os que nos elevam até às coisas dignas de um homem, que nos tornam melhores e tocam em nossas taras e defeitos para curar.” (60-61)

Tais romances se redimem porque, como o *Argenis*, de Barclay, encontram “o meio de serem verdadeiros sem dizer a verdade.” (62) Já vimos que a verdade é sobretudo a religião, mais a moral baseada nela; mas como somos corruptos e defeituosos, não podemos exigir que haja apenas obras religiosas, e devemos aceitar as outras, desde que não sejam contrárias à religião. (69-71) A verdade dos fatos narrados pela História também é de categoria superior, e bom seria se se escrevessem tais verdades; mas ainda aí, infelizmente, o fraco espírito do homem vacila, e é preciso nutri-lo de fantasias, pois é de

“tal humor que se estimula com os seus sonhos, se orgulha dos seus fantasmas, se apegas às suas fábulas e se empenha nos próprios erros.” (72)

Há na fábula um certo peso positivo, e algumas delas têm inspirado e feito bem aos homens, como a da Guerra de Tróia ou a da fundação de Tiro (72-76), não se devendo esquecer que um homem como Du Bellay gaba o *Amadis* de Herberay des Essarts (79-82) e que Montaigne, apesar do que diz em contrário (e fora usado negativamente na primeira parte do livrinho) pôs muita fábula em sua obra. (83-84) Mais do que tudo, porém, é preciso não esquecer as parábolas de Cristo, uma forma de chegar à verdade pela ficção. (84-86)

Neste ponto, e com argumento de tal gravidade para o tempo e o meio, não custa a Fancan dar mais um passo e lembrar que freqüentemente não há oposição marcada entre verdade e ficção, pois muitas fábulas são História e muitas narrativas históricas são fábulas. E observa:

“Concordo que louvem à vontade, entre outros, a Ciropédia de Xenofonte, por causa do proveito oriundo de sua leitura, contanto que confessem também que este autor lançou por escrito, não quem foi Ciro, mas o que Ciro deveria ser.” (91)

Aos poucos, vamos percebendo qual foi o progresso efetuado por Fancan: a seu modo, embora insatisfatoriamente,

justificou como coisa digna e natural a utilização da fantasia e portanto da ficção romanesca, ao lado das justificativas de cunho ético e pragmático. A esta altura surge em contexto positivo a pergunta que, no contexto negativo da primeira parte, servira para abalar o romance, mas agora vai permitir a sua redenção, satisfazendo a diversas dúvidas semeadas pelo texto: qual é, de uma vez por todas, a causa desse amor do homem pelas coisas inventadas; por que motivo elas lhe dão tanto prazer, apesar dos acontecimentos insólitos que poderiam satisfazer a sua curiosidade na vida cotidiana? (92)

Fancan cede então a palavra ao “divino Scalígero” e, graças a ele, termina numa certa escala de grandeza o seu modesto tratado, onde, ultrapassando o convencionalismo da argumentação precedente, reconhece com plenitude os direitos da fantasia:

“É preciso saberes, acrescenta ele [Scalígero], que nosso entendimento é de sua natureza infinito. Eis por que apetece as coisas mais distantes e estranhas, e se deleita nas coisas falsas e na pintura dos monstros, tanto mais quanto isto tudo supera e transpõe os limites vulgares da verdade. A inteligência humana despreza a prescrição de limites certos, de tal modo é ampla a sua capacidade. Assim, o próprio sábio louva a perfeição de uma pintura, embora saiba que é falsa, gostando às vezes mais de uma bela imagem pintada que de uma real e viva. Pois as coisas parecem ser mais bem contrafeitas pela arte do que feitas pela natureza. É assim que as ficções nos agradam e são admiradas por nós. E a admiração não deve ser chamada filha da ignorância, mas mãe da ciência. A Filosofia cuida mais de procurar e discutir o que pode ser e o que não pode ser, do que o que verdadeiramente é. Os fantasmas, os espaços imaginários, as extravagâncias, impressionam mais do que tudo que é real e cai sob os nossos sentidos. Somos idólatras e admiradores dos nossos devaneios. O Poetas que simulam um Pígalion amoroso de sua obra, figuram os nossos humores e as nossas paixões. O próprio Aristóteles bem sabe disto, como Platão, seu mestre, de quem falamos no começo deste discurso, pois segundo ele o Filósofo é um amador e Autor de fábulas, um Filomito, numa palavra.” (93-96)

Aqui estamos fora da surrada tríade “divertir-edificar-instruir”. Como todos os que abordaram o assunto, Fancan procura também mostrar a eventual utilidade do romance na formação do homem segundo essa perspectiva convencional. Mas em seguida abre uma janela para outros tipos de função

e motivação, que acarretam outras justificativas, reconhecendo na ficção, como elemento básico, certa necessidade de superar as vias normais de conhecimento, por meio da fantasia. Se a História representa o desejo da verdade, o romance representa o desejo da efabulação, com a sua própria verdade. Esta é a sua grande, real justificativa; e ao propô-la, Fancan realizou a melhor apologia possível do gênero ameaçado pelo Ministro da Justiça de então, mostrando que não se trata de um recurso estratégico para reforçar os valores sociais, ideologicamente conceituados; mas de resposta a uma necessidade do espírito, que se legitima a si mesma.

CONTRIBUIÇÃO DO DIALETO NAPOLITANO AO ITALIANO MODERNO

G. D. Leoni

Em alguns ensaios (1) já reuni vários materiais acerca da contribuição dos dialetos ao italiano moderno: o estudo desse fenômeno é interessante, porque — sem querer entrar no complicado e às vezes pouco claro problema da formação da língua — interessa notar como, desde do início do século, muitos vocábulos dialetais, quando na forma não contrastam com a tradição lingüística, entraram no falar quotidiano: a razão é lógica, pois tais palavras contêm um particularíssimo sabor e uma agradável eficácia que nem sempre podemos encontrar nas correspondentes palavras literárias.

Eis aqui novo material que vou escolhendo do meu vasto fichário, que reúne vocábulos de origem napolitana: são mais ou menos cinquenta palavras que cada pessoa de outra região compreende perfeitamente. Vamos começar com o conhecido *scugnizzo* (que os estudiosos fazem derivar de *scognare*, isto é, “arranhar”: propriamente um moleque que arranha com o seu pião o do companheiro) no sentido do característico guri, que todos admiram nas ruas de Nápoles, menino vivo, arguto, astucioso e insolente. Muito conhecido é também *gualione* (talvez voz onomatopaica dos meninos: *gua...gua*) que indica “moço, rapaz, juvenzinho”: às vezes tem, mas impropiamente, um sentido vulgar. Nápoles foi, durante mui-

(10) “Saggio sul contributo dei dialetti all'italiano moderno” in *Anuário da Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae” da PUCSP*, 1961-62, págs. 150-157; — “Secondo saggio sul contributo dei dialetti all'italiano moderno” in *Anuário da Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae” da PUCSP*, 1962-63, págs. 91-99. — “Appunti per uno studio delle influenze del portoghese sui dialetti italiani a São Paulo del Brasile” in *Orbis — Bulletin international de documentation linguistique*, Louvain, tome XIII, n.º 1, 1963, págs. 212-20.

to tempo, lembrada como centro da *malavita*, termo usado de modo geral por *camorra* (de *morra*, gregi), associação organizada de *camorristi*, “malandros, salteadores, bandidos”: sob este aspecto são usados também *barabba* (nome do ladrão que Pilatos libertou em troca de Jesus), *teppista* (mais propriamente vocábulo milanês, de *teppa*, musgo), *bulo* (do alto alemão *bule*, íntimo amigo) ou *bravaccio* (talvez do latim *pravus*, “indômito, arrogante”). Sinônimo de *camorra* é também *guapparia*, do espanhol *guapo*, “valentão”. Ficando no ambiente, devem ser lembrados *trastola* (do latim *trasto*, “assento dos remadores?”), “armadilha, engano, fraude”; *scippo* (propriamente rasgo, de *scippare*, talvez onomatopaico, “arrancar”), “roubo com destreza”; *sfregio*, “golpe de navalha, ofensa produzida no rosto, por vingança amorosa”; *zompata*, “duelo com navalha entre *camorristi*” (*si zompa*, pula-se ao lado para esquivar o golpe do inimigo); *fattura* (do latim *factura*), “feitiço, sortilégio, bruxaria”; a já bem conhecida *bustarella*, benefício segredo, fechado em envelope, para obter um favor ilícito (é um pouco maior do nosso jeito...); e *ammoína*, termo marinhesco no sentido de confusão, amiúde usado, mas erradamente, por “revolta, rebelião”; afinal, o nosso “conto do vigário”, que em napolitano é *scartiloffio* (da *scar-toffia*, “papelada?”).

Para não entender demais, vamos para a cozinha, onde encontramos as famosas *vóngole*, variante de *góngole* (do latim *conchula*, diminutivo de “concha”, concha), mariscos; a não menos afamada *mozzarella* (melhor: *muzzarella*), queijo fresco não fermentado, moçarela; o *calzone* (na forma de calça), pizza recheada com moçarela ou fritada recheada; a *pastetta*, massa para bolinho (a milanese “torta”), palavra que é mais usada no sentido de logro, subterfúgio, ardil; os *strufoli*, massa frita no mel; e o tomate, que é mundialmente conhecido como *pommarola*.

O caracol é *maruzza* (e *maruzzaro* é o vendedor de caracóis cozidos); o *ciuccio* (com o diminutivo *ciucciariello*) é o burro (voz onomatopaica, de *ciu-ci*, provavelmente do som do zurro). *Acquaiola* é a mulher que vende água ou bebidas nas ruas; como *posteggiatore* é o músico ambulante. Também Dante Alighieri na sua “Comédia” (Inferno, XXII, 10) lembra a gaita de fole com o nome napolitano de *ciaramella* (“né giá con sí diversa cennamella”: do latim *calamellus*, diminutivo de *calamus*, através do antigo francês *chalemel*), seguido por Giovanni Pascoli numa sua linda poesia (“udii tra il sonno

le ciaramelle"): quem toca esse instrumento é chamado *ciaramellaio*. Interessante e característico é o *putipù*, instrumento musical de acompanhamento, formado por um tambor furado no meio; e no meio há um pau, que é esfregado pela mão (a mesma palavra indica também o barulho provocado percutindo uma panela: é o toscano "sonar la pentolaccia").

O advogado é mais conhecido com o nome de *paglietta*, pois antigamente ele usava o chapéu preto de palha; e *sciassa* é o vestido masculino com fraldas. Característica é a *carrozzella* (melhor: *carruzzella*), a carruagem de praça, a romana "botticella". *Passaggio* — explica Salvatore Di Giacommo, afamado poeta napolitano — é "a pequena ousadia para com uma mulher": *struscio* (do latim *extrusus*) é o estrépito dos pés (especialmente durante a visita aos Sagrados Túmulos na quinta e sexta-feira santa); *sfizio* é o divertimento, a recreação, como capricho de criança é *'nziria*; *periódica* é uma pequena festa, em tempo indeterminado; *cerógena* é a vela esteárica; e a *accoppatura* é aquilo que se acrescenta em cima (*coppa*) nas embalagens.

Quatro verbos bem napolitanos: *pazzire*, "brincar"; *scocciare* (e *scocciatura*, *scocciatore*), "amolar, aborrecer"; *sfruculiare*, "estimular, picar, ridicularizar"; e *pittare*, geralmente usado nas regiões meridionais da Itália para *dipingere*, "pintar".

Na casa, *vanella* (de *vano*, quarto) é o quintal fechado, divisão entre edifícios: na Sicília *vanedda* é o beco, a viela. Na pavimentação napolitana usam-se em grande parte as pedras vesuvianas, chamadas *basoli* (na realidade: *vásula*), formando o assim chamado *basolato*.

É interessante um grupo de adjetivos usados para indicar características pessoais: *scombinato* é "inconcludente, desatinado"; *bevuto*, "bêbado, embriagado"; *ammosciato*, "enfadado, aborrecido"; *ciancioso* (ou *ciancioso*), "gracioso, mimoso, formoso"; *fetente*, "fétido, vil, corrupto, obsceno, bobo, ridículo, abjeto". Assim, *farinello* é "néscio, fátuo, vaidoso, galante"; muito usado é *sbruffone* (com a relativa *sbruffonata*) por "fanfarrão, faroleiro, garganta" (e fanfarrice, bravata). Ainda mais usado é *dispiaciuto* no sentido de *dispiacente*, "desgostoso, pesaroso".

Não será inútil acrescentar, e para finalizar, algumas palavras ou formas fraseológicas que entraram no uso comum: por exemplo, *mannaggia*, seja maldito, que deriva de “male n’aggia”; *passa’a vacca*, miséria, não ter vintém; *passare ’nu guaio*, estar em perigo; *státeve buono!*, exclamação para dizer “chega!”; *faccia ’e cuorno* por cara que atrai bofetada (“faccia da schiaffi”); e a tradicional *far la scarpetta*, “limpar o prato com um pedacinho de pão”... Nem deve ser esquecido que para os napolitanos — como em geral nas várias regiões da Itália meridional, onde no passado houve muita emigração — qualquer emigrante que volte para a sua aldeia é o *americano* (ou, melhor, *mericano*).

CENA PURA

D. João Mehlmann O. S. B.

1 — Em alguns dialetos da Sardenha a “sexta-feira” é chamada *kenápura*, *kenáβura* ou *cenábara*, palavras que nada mais seriam do que adaptações do latim *cena pura*, expressão usada pelos judeus como alternativa de *parasceve*, “o dia que precedia o sábado”, e que seria, por sua vez, tradução do grego *δειπνον καθαρον* (1). A palavra *παζασκενη* nos é conhecida do Velho Testamento em seu sentido primitivo de “preparação” (2), enquanto no Novo, nas seis passagens em que ocorre, sempre designa o dia anterior à Páscoa, ou, mais especialmente, o dia da Paixão de Jesus, que nele caiu (3), como ainda hoje a Liturgia romana, um tanto pleonasticamente, fala na *Feria Sexta in Parasceve*, para designar a “Sexta-feira Santa”. cremos que é sobretudo devido aos textos evangélicos, e não, quiçá, a influências judaicas (4), que a palavra *παζασκενη* — que continua a ser usada em seu sentido

-
- (1) M. L. WAGNER, “Sardisch kenábura ‘Freitag’”, *Zeitschrift für romanische Philologie* 40(1020)619-621; G. BONFANTE, “Tracce del calendario ebraico in Sardegna?”, *Word* 5(1949) 171-175. — Trata-se, na ordem em que pusemos os termos no texto, dos dialetos nuorês, logudorês e campidanês. — Escrevemos sempre *cena*, de acordo com o *Thesaurus Linguae Latinae* (abreviamos *Thesaurus*) III, Lipsiae 1906-1912, 778-780; A. BLAISE, *Dictionnaire latin-français des auteurs chrétiens*², Turnhout 1962, 142, e outros.
- (2) Ex 35, 24; 39, 22 (42); Idc 2, 17; 4, 5; 1Mac 9, 35; 2Mac 15, 21; ver E. HATCH-H. A. REDPATH, *A Concordance to the Septuagint* II, Graz 1954, 1064, col. a. Quanto ao grego profano ver A. BAILLY, *Dictionnaire grec-français*, Paris 1950, 1475, col. b-c.
- (3) Mt 27, 62; Mc 15, 42; Lc 23, 54; Jo 19, 14. 31. 42.
- (4) Ver JOSEFO, *Antiguid.* 16, 6, 2§ 163; SINÉSIO DE PTOLEMAIDE, *Epistola* IV (PG 66, 1332B). — Dizia-se igualmente η *πίζο του σαββατου* como em 2Mac 8,26; JOSEFO, *Antiguid.* 3, 10, 7 § 255, etc., e *πίζο-σαββατου*, como em Jdt 8, 6; Sl 91, 1S; Sl 91, 1. Mc 15, 42; EUSEBIO, *De Solemnitate Paschali*, c. 12 (PG 24, 705C); S. EPIFANIO, *Adversus Haereses*, *Haer.* 75, 3 e 7 (PG 42,508B.512C), etc.; ver G. W. H. LAMPE,

de “preparação”, “treino” ou “prática” (5), passou a designar, na linguagem eclesiástica antiga e moderna, em grego ou na sua transliteração latina *parasceve*, “uma sexta-feira qualquer”, sempre incluindo, evidentemente, a Sexta-feira Santa, a *Santa* ou *Grande Parasceve* (6). Contudo, é nossa intenção estudar aqui apenas os textos antigos que designam a “sexta-feira” como *cena pura*, textos que se encontram arrolados, com maior ou menor exatidão, em diversos lugares (7). Com efeito, algumas das fontes antigas geralmente aduzidas necessitam de revisão crítica quanto à sua autenticidade, e de análise mais exata quanto ao seu conteúdo, como, por outro lado, se podem acrescentar outras, o que, de algum modo, vem mo-

A Patristic Greek Lexicon, Oxford 1968, 1163. — Mc 15, 42 pode ver-se também num fragmento do Diatessaron de Taciano, encontrado em Dura Europos. Ver, por ex., M.-J. LAGRANGE, *Introduction à l'étude du Nouveau Testament. II^{me} Partie. Critique textuelle. II. La critique nationale* (EB), Paris 1935, 627-633.

- (5) G. W. H. LAMPE, *ib.* 1025.
- (6) Ver *Didaqué*, c. 8, 1 (FB 5; J.-P. AUDET, *La Didachè. Instructions des Apôtres* [EB], Paris 1958, 234); *Martírio de Policarpo*, c. 7, 1 (FB 123; SC 10, 250; PG 5, 1035C); Pseudo-Inácio, *Ad Philippenses*, c. 13, 3 (F. X. FUNK-F. DIEKAMP, *Patres Apostoli* II³, Tubingae 1913, 166; *id.* *Ad Trallianos*, c. 9, 5-6 (*ib.* 104-106); S. IRENEU, *Adversus Haereses*, I. I, c. 14, 6 (PG 7, 608A); CLEMENTE DE ALEXANDRIA, *Stromata*, I. VII, c. 12 (PG 9, 504B); ORIGENES, *Excerpta in Psalmos*, Ps. 77, 31 (PG 17, 144 D), *Constitutiones Apostolorum*, I. V, c. 13, 3. c. 14, 10. 20 (PG 1, 864A-865A. 876B. 880B:c. 15), et saepius; *Canones Apostolorum*, 69 (F. X. FUNK 584); *Apocalypsis Ioannis Apocrypha Secunda*, 18 (F. NAU, *Une deuxième Apocalypse apocryphe grecque de saint Jean*, Revue biblique, N.S. 11 [1914], 217); *Epistola Iesu de Dominica* (A. de SANTOS OTEIRO, *Los Evangelios apócrifos* [BAC 148], Madrid 1963, 676 e 677); S. BASÍLIO MAGNO, *Epistola XCIII* (PG 32, 484B), etc. — TERTULIANO, *Adversus Marcionem* I. IV, c. 6 (CC 1, 570; PL 2 [1879], 414A); *De Ieiunio Adversus Psychicos*, c. 14, 2 (CC 2, 1273; *ib.* 1024C); S. IRENEU (latino), *Adversus Haereses*, I. V, c. 23, 2 (PG 7, 1186A; SC 153, 294); S. VITORINO DE PETTAU, *De Fabrica Mundi*, c. 4 (CSEL 49, 5; PL 5, 305A); Anônimo Africano de 455 d.C., *De Computo Paschali* I. II (PL 59, 553A); S. JERÔNIMO, *Commentariorum in Epistolam ad Galatas* I. II, c. 4, 10-11 (PL 26 [1884], 404B/C); S. AGOSTINHO, *In Ioannis Evangelium Tractatus CXXIV*, Tract. 117, 2 e 120, 5 (CC 36, 651. 663; PL 35, 1945. 1954), etc. — Ver, por ex., G. W. H. LAMPE, *ib.* 1025; A. BLAISE *ib.* 593 etc.
- (7) M. L. WAGNER, *ib.* 620; G. BONFANTE, *ib.* 171; *Thesaurus* 779; A. BLAISE, *ib.* 142; C. DU FRESNE DU CANGE-L. FAVRE, *Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis* II, Paris 1937, 389, col. a-b, dos quais citamos os glossários que não pudemos consultar pessoalmente: Vett. Glossae cap. de Festis p. 275: *Coena pura*, πασσεβη. Gloss. Latino-Arabic. et Papias: Parasceve, cena pura, id est, praeparatio quae fit pro Sabatto. Ver também o *Glossarium Amplonianum*, do séc. IX, citado em G. ROHLFS, *Sermo Vulgaris Latinus. Vulgärlateinisches Le-sebuch, Halle/Saale* 1951, 61: parasceuen: cenapura.

dificar o quadro até agora apresentado. Está igualmente sujeita a dúvidas a correspondência conjetural de *cena pura* com *δειπνον καθαζον*, que não encontramos confirmada em parte alguma, assim como também a derivação da expressão do fato de se tratar de uma ceia em que se comiam ázimos ou não se comia carne, bem como a suposição de que aquele termo latino tenha sido introduzido na Sardenha pelos quatro mil judeus aí exilados por Tibério (8).

2 — A menção mais antiga que se conhece de *cena pura* atribui-se a S. Ireneu de Lyon, concluindo-se daí que já na sua época, séc. II/III, a *sexta dies* ou *feria sexta*, formas igualmente usadas por ele, podia ser designada como *cena pura*, expressão que teria designado a ceia judaica, em que não se comia pão ázimo, e isto também pelos judeus de outras partes do Império. Com efeito, o pão ázimo ainda hoje na Sardenha se chama *pane púrile* ou *purilondzo*, o que poderia ser mais uma herança judaica legada aos dialetos daquela ilha (9). Citam-se de S. Ireneu duas passagens em que ele falaria de *cena pura*: *Adversus Haereses*, l. I, c. 14, 6 e l. V, c. 23, 9 (10). O primeiro texto diz, na versão latina, o único texto completo conhecido até agora da obra toda: *in sexta die, quae est in cena pura*; o segundo: *Parasceve, quae dicitur cena pura, id est, sexta feria, quam et Dominus ostendit passus in ea*. Vê-se, pois, que na primeira passagem se diz que *sexta dies* cai na *cena pura* ou com ela coincide, enquanto na segunda se identifica *Parasceve* com *cena pura* e *sexta feria*, tratando-se de

-
- (8) M. L. WAGNER, ib. 620s; G. BONFANTE, ib. 171. Vejam-se JOSEFO, *Antiquid.* 18, 3, 5 § 84; SUETÔNIO, *Tiberius* 36; CASSIO DIÓN, *Historia Romana* 57, 18, 5a; TÁCITO, *Annales* II, 85; SENECA, *Epistola* 108, 22; L. H. FELDMAN, *Josephus with an English Translation* IX, London/Cambridge, Mass. 1965, 60s e 576: *Appendix L. Selected Literature on the Expulsion of the Jews by Tiberius*, onde se dá destaque a E. M. SMALLWOOD, *Some Notes on the Jews under Tiberius*, *Latomus* 15 (1956) 314-329.
- (9) M. L. WAGNER, ib. 626s; G. BONFANTE, ib. 171. — Ambos os autores se referem, sem indicação do título do artigo, a H. RÖNSCH, *Zeitschrift für wissenschaftliche Theologie* 18 (1875) 431-436.
- (10) Ver ambas as passagens em PG 7, 607A e 1186A, a segunda ainda em A. ROSSEAU-L. DOUTRELAU-CH. MERCIER, *Irénee de Lyon. Contre les hérésies. Livre V. Édition critique d'après les versions arménienne et latine, Tome II. Texte et traduction* (Sources chrétiennes 153), Paris 1969, 294, obra que citamos como SC 153, como citamos SC 152 dos mesmos autores o *Tome I. Introduction, notes justificatives, tables*, Paris 1969. — As duas passagens de S. Ireneu são citadas, por ex., por G. BONFANTE, ib. 171; *Thesaurus*, ib. 779, a segunda por M. L. WAGNER, ib. 620¹.

três nomes diferentes para o mesmo dia. Ora, em ambas as passagens a expressão *cena pura* não é de S. Ireneu, mas de seu tradutor latino, como deste igualmente provém a *sexta feria* na segunda passagem. Com efeito, o primeiro texto é citado por S. Epifânio de Sálamis no texto original grego na exposição das doutrinas fantásticas dos gnósticos marcosianos sobre números e letras do modo seguinte *εν δε εκτη των ημεζων ητις εστι παζασκευη*, tratando-se no contexto da “Sexta-feira Santa” (11). Vemos, portanto, que o tradutor latino de S. Ireneu aqui usou *cena pura*, termo que lhe deveria ser familiar, para traduzir *παζασκευη*, pois não se vê por que S. Epifânio teria substituído em sua citação esta palavra por *δειπνον καθαζον*, se tivesse lido esta expressão em seu texto de S. Ireneu.

3 — Na segunda passagem as palavras *quae dicitur cena pura, id est, sexta feria*, onde não se conservou o texto original grego, faltam na versão armênia, que existe dos livros IV e V do *Adversus Haereses* (12). Ora, informam-nos que a língua armênia em geral se presta de modo todo especial a versões literais do grego, sem por isso fazer violência ao caráter do próprio idioma (13). Quer dizer que também aqui não se vê por que os tradutores armênios deveriam ter deixado de verter *δειπνον καθαζον*, se o tivessem lido no texto original, e concluímos que nos deparamos com uma glosa do tradutor latino de S. Ireneu, o qual no primeiro texto usou *cena pura* para traduzir *parasceve*, e no segundo explicou *parasceve* por *cena pura, id est, sexta feria* (14). Considerando, pois, que as atestações certas mais antigas de *cena pura* provém todas da África, como veremos, e considerando, ainda, que o uso do termo *feria* para designar “dia da semana” igualmente se atesta pela primeira vez em Tertuliano e outros escritores

(11) *Adversus Haereses*, Haer. 34, 7 (PG 41, 596B), texto reproduzido também em PG 7, 607A, ao lado da versão latina de S. Ireneu.

(12) Ver SC 153, 294 e a nota crítica de SC 152, 318, citada na nota 14.

(13) Ver, por ex., a descrição encomiástica da versão armênia do Velho Testamento feita por F. C. CONYBEARE, *Armenian Version of the OT*, in: J. HASTINGS, *A Dictionary of the Bible* I, Edinburgh 1906, 152. — O mesmo em outros autores.

(14) Ver SC 152, 318: On notera la curieuse glose dont le texte latin est agrémenté: ‘hoc est Parasceve, quae dicitur cena pura, id est sexta feria’. La même interprétation du mot *παζασκευη* s’était déjà rencontrée dans la version latine, en I, 14, 6, ou le grec...était traduit: ‘in sexta die, quae est in *cena pura*’.

africanos (15), estaríamos inclinados a ver nas duas passagens do tradutor latino de S. Ireneu um argumento a favor daqueles que mantêm que esta versão se fez precisamente naquela região do Império, e que ela é muito antiga, anterior, talvez, ao próprio Tertuliano, como veremos mais adiante (16). De qualquer modo, porém, podemos ter como certo, que a expressão *cena pura* nada tem a ver com S. Ireneu, e, portanto, que ela igualmente não provém das Gálias, onde ele escreveu, e nem mesmo da Ásia Menor, onde nasceu. É preciso distinguir cuidadosamente entre S. Ireneu e seu tradutor latino. Não se pode, pois, concluir (17), que os textos de S. Ireneu demonstram que *cena pura* era usado também pelos judeus de outras partes do Império, fora dos da África do Norte, uma vez que nem S. Ireneu nem seu tradutor latino mencionam os judeus no contexto de ambas as passagens.

4 — Tendo, pois, eliminado o nome de um autor, S. Ireneu, do rol de atestações de *cena pura*, visto que são do seu tradutor latino, temos que eliminar um texto de autor anônimo, do *Corpus Hermeticum*, e igualmente de um tradutor latino, isto é, o tratado anônimo *Asclepius*, também já atribuído a Apuleio de Madaura (18). O último capítulo deste trabalho termina com uma oração ao deus supremo, e conclui: *Haec optantes convertimus nos ad puram et sine animalibus cenam* (19). Temos, por conseguinte, a expressão *cena pura*, e ao mesmo tempo sua definição, pois trata-se, no caso, de

- (15) TERTULIANO, *De Ieiunio Adversus Psychicos*, c. 2, 3 (CC 2, 1258; PL 2 [1879], 1007A); [CIPRIANO], *De Pascha Computus*, c. 6-9 (CSEL 3, iiii, 253-256; PL 4 [1891], 1031A-1035B), passim; TICÓNIO, *Liber de Septem Regulis*, Reg. V. De Temporibus (PL 18, 47C-49B), passim; OPTATO DE MILEVE, *De Schismate Donatistarum*, l. I, c. 23 (CSEL 26, 26; PL 11, 931A); QUINTO JÚLIO HILARIANO, *De Ratione Paschae et Mensis*, 15 (PL 13, 1141B/C); Anonymus, *De Genealogiis Patriarcharum Liber* (PL 59, 536C/D); Anônimo Africano de 455 d.C., *De Ratione Paschae seu Computus Carthaginensis* (ib. 545C); MAXIMINO ARIANO, *De Lectionibus Evangeliorum Hom. XVII* (B. CAPELLE, *Revue bénédictine* 40 [1928], 67; PL 57, 822B); [PÓNCIO MAXIMO], *De Solstitiis et Aequinoctiis* (PLS 1, 559), etc.
- (16) Ver J. QUASTEN, *Patrologia I^a* (BAC 206), Madrid 1968, 290, citado na nota 50, e o nosso n. 10.
- (17) Como faz M. L. WAGNER, ib. 620¹.
- (18) Aduzido por G. BONFANTE, ib. 171, o qual anota sua omissão no *Thesaurus*, o que, como veremos, se justifica mais do que amplamente.
- (19) *Asclepius*, c. 41 (A. D. NÖCK-A. J. FESTUGIERE, *Corpus Hermeticum* II [Collection des Universités de France], Paris 1945, 355). Ver também P. THOMAS, *Apulei Platonici Madaurensis De Philosophia Libri*, Lipsiae 1908, 81.

uma *cena* vegetariana do tipo pitagórico (20). Com efeito, as palavras *sine animalibus* parecem definir o que seja, no caso, uma *cena pura*, sendo a conjunção *et* explicativa ou epe-
 xegética, e não propriamente conjuntiva e distintiva (21). Por
 outro lado, se temos a expressão *τῶν ἀγνῆ καὶ καθαῶν* em
 Porfírio, descrevendo a refeição vegetariana dos Essênios,
 expressão acrescentada por ele ao texto de Flávio Josefo, a
 quem cita (22), não nos foi dado encontrar em parte alguma
 a expressão *δειπνον καθαῶν*, nem para designar alguma
 ceia pitagórica ou outra qualquer, nem a ceia pascoal
 judaica, e isto nos papiros, na Septuaginta, no Novo Testa-
 mento, e até mesmo na literatura patrística, o que sempre
 poderia ser possível, tomando-se a ceia pascoal como figura
 da Eucaristia, ou a esta como realização do sacrifício puro
 — da *θυσία καθαῶν* — a ser oferecida a Deus, conforme
 profetizara Malaquias (23). Por outro lado, a ceia pascoal
 judaica, antes da destruição do Segundo Templo em 70 A.D.,
 não era vegetariana — *sine animalibus* —, porque nela se
 comia o cordeiro pascoal, e também depois daquele fato, além

-
- (20) A. D. NOCK-A.-J. FESTUGIÈRE, *ib.* 401 (nota 359), onde se cita Por-
 fírio, *De Abstinentia* I, 2 (86,5), 52 (126,8) e I, 46 (121, 24), e 354,
 onde se traduz: Avec ces vœux, nous nous rendîmes à une cène pure,
 que ne souillait nul aliment ayant eu vie; A.-J. FESTUGIÈRE, *La ré-
 vèlation d'Hermès Trismégiste* I (EB), Paris 1944, 31.
- (21) Ver S. AMBRÓSIO, *Expositio Psalmi CXVIII*, Sermo 18, 33 (CSEL 62,
 415; PL 15 [1887], 1540B/C): Quoniam ergo "et" syllaba, ut grammatici
 appellant, conjunctiva sit, habet tamen distinctionem quo confusio
 disiungitur ac separatur...
- (22) *De Abstinentia* IV, 12 (247, 21-22N.), citado em A. D. NOCK-A.-J. FES-
 TUGIÈRE, *ib.* 401, onde se trata de palavras que Porfírio junta à descri-
 ção da refeição vegetariana dos Essênios dada por JOSEFO, *Bell. Iud.* 2, 8,
 5 § 131. Ver também A. ADAM, *Antike Berichte über die Essener*
 (Kleine Texte 182), Berlin 1961, 28, onde se lêem as variantes de Por-
 fírio no rodapé. — TH. REINACH, *Textes d'auteurs grecs et romains
 relatifs au Judaïsme*, Hildesheim 1963, 204s, citando a mesma obra de
 Porfírio, passa de IV, 11 para IV, 14, omitindo infelizmente a passagem
 em apreço, que teria permitido a comparação entre seu texto e o de
 Josefo.
- (23) Mal 1, 11. — Verificamos *δειπνον* e *καθαῶν* em H. STEPHANUS,
Thesaurus Graecae Linguae III, Graz 1954, 960s e V, *ib.* 766s; H. G.
 LIDDLE-SCOTT, *A Greek-English Lexicon* I^o, Oxford 375, 850s; E.
 HATCH-H. A. REDPATH, *ib.* I, 288, col. a e II, 698, col. c-699, col. c;
 A. BAILLY, *ib.* 440.991; I. H. MOULTON-G. MILLIGAN, *The Vocabulary,
 of the Greek Testament Illustrated from the Papyri and Other Non-Li-
 terary Sources*, London 1952, 139.311; W. BAUER, *Griechisch-deutsches
 Wörterbuch zu den Schriften des Neuen Testaments und der übrigen
 urchristlichen Literatur*⁵, Berlin 1963, 344.766s; G. W. H. LAMPE, *A Pa-
 tristic Greek Lexicon*, Oxford 1968, 335.684-685.

de incluir os ázimos, e somente naquela ocasião (24), incluía igualmente, como ainda hoje inclui, lauto banquete festivo, no qual também se come carne. Temos, por conseguinte, mera coincidência nas expressões, e nenhuma relação com a *cena pura* dos judeus, que aqui nos interessa.

5 — Os primeiros textos que ligam expressamente a *cena pura* com os judeus encontram-se em Tertuliano. Diz ele que certos pagãos achavam que o Sol era o deus dos cristãos, porque sabiam que estes oravam em direção ao Oriente, e observavam o dia do Sol, o domingo (25). Ora, os próprios pagãos, afetando por vezes as coisas celestes, fazem “vibrar seus lábios” em direção ao nascer do Sol, assim como também incluíram o Sol na lista dos sete dias, regulando-se por ele para determinar em que dia vão banhar-se, ou adiar seu banho para o entardecer, ou quando dedicar-se ao ócio ou aprestar o almoço. Agindo desta forma, nada mais fazem do que afastar-se da sua própria religião, para adentrar-se na dos outros (26). *Iudaei enim festi sabbata et cena pura et Iudaici ritus lucernarum et ieiunia cum azimis et orationes litorales, quae utique aliena sunt a diis vestris* (27). Vós, portanto, conclui ele ironicamente, que criticais em nós o Sol e seu dia,

(24) Conforme JOSEFO, *Antiguid.* 3, 6, 6 § 142 e 10, 7 § 255 e a tradição rabinica também os pães da proposição ou da face deviam ser ázimos, embora isto não fosse previsto pela Lei; ver H. L. STRACK-P. BILLERBECK, *Kommentar zum Neuen Testament aus Talmud und Midrash* III, München 1926, 719-721.

(25) O dia do Sol já aparece em S. JUSTINO, *Apologia I*, c. 67 (PG 6, 429B-432A).

(26) *Ad Nationes*, l. I, c. 13, 1-4 (CC 1, 32; PL I [1879], 650A/B): Alii plane humanius solem Christianum deum aestimant, quod innotuerit ad Orientis partem facere nos precationem, vel die solis laetitiam curare. 2. Quid vos minus facitis? Non plerique affectatione adorandi aliquando etiam caelestia ad solis initium labra vibratis? 3. Vos certe estis, qui etiam in laterculum septem dierum solem recepistis, et ex diebus ipsorum praelegistis, quo die lavacrum subtrahatis aut in vesperam differatis, aut otium et prandium curetis. 4. Quod quidem facitis exorbitantes et ipsi a vestris ad alienas religiones. — Ver também a passagem paralela no *Apologeticum*, c. 16, 9-10 (ib. 116; ib. 426A-427A). Quanto à expressão *labra*, respectivamente *labia* (na 2.ª passagem) *vibrare*, ver HORÁCIO, *Epistola I*, 16,60: *labra movet metuens audiri*; PÉRSIO, *Satyra V*, 184; *Labra movet tacitus*. — Temos a impressão de que se trata de uma oração silenciosa, onde só se movem os lábios, como na oração de Ana, mãe de Samuel, em *1Sam 1, 13*. Outro parece ser o sentido em S. AGOSTINHO, *Contra Adversarium Legis et Prophetarum*, l. I, c. 24, 52 (PL 42, 636): *auris infidelitas claudit, avertit faciem, exasperat vultum, linguam vibrat, blasphemias iaculatur*.

(27) *Ib.*, 4 (ib. 32; ib. 650B). — Estas expressões faltam na passagem paralela do *Apologeticum*, c. 16, 9-11 (ib. 116; ib. 426A-428A).

reconhecei a vizinhança: não estamos longe de Saturno e dos vossos sábados (28). Tomando *Iudaei* como adjetivo masculino plural e subentendendo *dies (festi)*, traduzimos do modo seguinte: “Pois são dias de festa judaica os sábados e a ceia pura e são judaicos os ritos das candeias e os jejuns com ázimos e as orações à beira-mar, coisas estas inteiramente alheias aos vossos deuses” (29). Notemos que *cena pura* vem no singular e depois dos sábados no plural, pelo que poderíamos pensar, não em “sexta-feira qualquer”, isto é, o dia anterior ao sábado, mas na *cena pura* que precede a páscoa judaica, a que podem referir-se igualmente as candeias, e certamente se referem os jejuns e os ázimos. As *orationes litorales* simplesmente aludem ao costume judaico de reunir-se para orar ou construir suas sinagogas à margem dos rios ou à beira-mar para facilitar os ritos de purificação (30). Mencionam-se estas orações, porque se havia falado no banho dos pagãos regulados pelo Sol, como se fala do *prandium* precedido de jejum.

6 — Numa segunda passagem, no *Adversus Marcionem*, ao analisar a Epístola aos Gálatas, fala dos elementos débeis e mesquinhos, mencionados por S. Paulo (Gal 4, 9) e diz que aí não se trata dos elementos do mundo — *στοιχεῖα τοῦ κόσμου* —, o Sol, a Lua e as estrelas, como às vezes se dá (31), mas, sim, dos primeiros elementos, das primeiras letras dos romanos, do alfabeto, enfim (32), isto é, da letra da Lei do Velho Testamento, pois assim os entende o próprio Apóstolo quando declara no verso seguinte: *dies observatis*

(28) Ib., 5 (ib. 32; ib. 650B/C).

(29) Outra é a tradução de A. BLAISE, ib. 142: c'est de la fête juive que font partie le sabbat et le banquet. — O autor entende a passagem da sexta-feira comum.

(30) Ver Esd 8, 15.21; Act 16, 13, onde os judeus de Filipos se reúnem fora da cidade perto do rio; JOSEFO, *Antiguid.* 12, 2, 13 § 106 e 14, 10, 23 § 258; JUVENAL, *Satyra III*, 13s: Nunc sacri fontis nemus et delubra locantur Iudaeis; TERTULIANO, *De Ieiunio Adversus Psychicos*, c. 16, 6 (CC 2, 1275, PL 2 [1879], 1028A): per omne litus.

(31) Ver, por ex., L. E. SCHEU, *Die 'Weltelemente' beim Apostel Paulus (Gal. 4, 3.9 und Kol. 2, 8.20)*, Washington, D.C. 1933; L. HUBY, *ΣΤΟΙΧΕΙΑ dans Bardesane et dans saint Paul*, Biblica 15 (1934) 365-368; G. DEL-LING, *στοιχεῖον*, Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament VII, Stuttgart 1964, 670-687.

(32) Ver TERTULIANO, *Adversus Mencionem l. V*, c. 4, 5 (CC 1, 672; PL 2 [1879], 508B): Elementa autem apud Romanos quoque etiam primae litterae solent dici; ORIGENES-RUFINO, *In Numeros Homilia II*, 2 (PG 12, 592A/B): Omnes qui litteras norunt, certum est quod viginti quattuor, si Graeca, viginti tria, si Latina, litterarum elementa didicerint, et ex his omnia, quaecumque scribenda sunt, scribunt.

et menses et tempora et annos (Gal 4, 10). A isso Tertuliano ajunta: *et sabbata, ut opinor, et cenas puras, et ieiunia et dies magnos* (33). Se podemos supor que Tertuliano quer definir os termos do texto de S. Paulo na mesma ordem, teríamos *dies* explicado por *sabbata*, *menses* por *cenas puras*, *tempora* — *καίροι* — por *ieiunia*, e *annos* por *dies magnos*. Isso quer dizer que *cenas puras*, embora desta vez se diga no plural, poderia outra vez corresponder à “ceia pascoal”, pois novamente vem depois dos sábados, e depende da observância de um determinado mês, precisamente aquele no qual se celebrava a Páscoa. Contudo, para não forçarmos demasiadamente o texto, podemos dizer que Tertuliano simplesmente começa sua enumeração pela festa judaica que mais chamava a atenção dos pagãos, o sábado (34). Por outro lado, não escapamos do fato de a *cena pura* em ambos os textos seguir os sábados e estar no singular no primeiro texto, pois o plural no segundo poderia muito bem referir-se à ceia pascoal anualmente repetida. Estaríamos, enfim, inclinados a ver na *cena pura* o dia da ceia pascoal, a nossa Sexta-feira Santa, ainda mais que Tertuliano conhece a *sexta feria*, *sexta sabbati* e *parasceve* para designar a “sexta-feira comum”, a de cada semana (35).

7 — Temos, em seguida, o famoso *Liber de Septem Regulis* do donatista Ticônio (c. 400), no qual este expõe alguns princípios fundamentais da exegese bíblica cristã, que granjearam larga influência, devido, provavelmente, ao fato de S. Agostinho os ter comentado e recomendado (36). Na *Regula V*, que trata *De Temporibus*, ele discute, entre outras coisas, o texto de Mt 12, 40, onde Jesus diz que, assim como Jonas passou três dias e três noites no ventre do monstro marinho (Jon 2, 1s), assim ficaria o Filho do Homem três dias e três noites no coração da terra. Ora, diz Ticônio, não se podem interpretar como uma das três noites — a primeira, portanto,

(33) *Adversus Marcionem* l. V, c. 4, 5-6 (CC 1, 672; PL 2 [1879], 508C).

(34) Ver TH. REINACH, *ib.* 374, no índice alfabético, onde se indicam as passagens onde os diversos autores falam do sábado, estranhando o fato de os judeus ‘perderem’ inutilmente um dia inteiro por semana.

(35) *De Ieiunio Adversus Psychicos*, c. 23 (CC 2, 1258; PL 2 [1879], 1007A): *quartae feriae et sextae*; *ib.*, c. 14, 2 (*ib.* 1273; *ib.* 1024C): *Cur stationibus quartam et sexta sabbati dicamus et ieiuniis parasceven*; *Adversus Marcionem* l. IV, c. 12, 6 (CC 1, 570; PL 2 [1879], 414A): *in biduum legi manna solummodo permisit in parasceve*.

(36) PL 18, 15B-66B. — Infelizmente não conhecemos a edição clássica de F. C. BURKITT, *The Rules of Tyconius* (Texts and Studies III, 1), Cambridge 1894. Quanto a S. Agostinho, ver a nota 47.

das três — as trevas que se fizeram da hora sexta à nona, hora em que Jesus morreu (Mt 27, 45; Mc 15, 33; Lc 23, 44), como, de fato, alguns interpretavam (37), porque durante este espaço de tempo Jesus ainda estava vivo, e, por conseguinte, ainda não se encontrava no coração da terra. Isto se deu apenas quando ele morreu e foi sepultado, durante as três horas restantes daquela *sexta feria* (38), da nona à duodécima, pela qual terminava o dia (39). Para provar este último fato acrescenta ele: *Quoniam post occasum solis non licebat Iudaeis sepelire: cum esset pura cena initium sabbati sicut Ioannes dicit: Illic ergo, propter cenam puram Iudaeorum, quoniam proximum fuerat monumentum, posuerunt Iesum* (Jo 19, 42) (40). Temos, pois, a expressão *pura cena* na boca de Ticônio e a declaração de que ela era o *initium sabbati*, e uma citação literal de Jo 19, 42 para prová-lo, onde novamente fala Ticônio em *cena pura*. Isto parece provar, ao mesmo tempo, que ele lia *cena pura* em Jo 19, 42 em seu códice, enquanto ele mesmo inverte a ordem e diz *pura cena* (41). De qualquer forma, ficamos novamente com a *cena pura* ou *pura cena* referindo-se apenas à Sexta-feira Santa.

8 — Temos agora a examinar dois textos de S. Agostinho. No *Sermo CCXXI* tenta ele explicar a seu povo como é que Jesus ressuscitou no terceiro dia (1Cor 15, 4), ou seja, como havia feito Ticônio, depois de três dias e três noites (Mt 12, 40). Diz que os dias no Novo Testamento se contam incluindo a noite anterior, e continua: *Dies igitur dominicae passionis, quo crucifixus est, iam transactam noctem propriam*

(37) Ver, por ex., AFRAATES, *Demonstratio XII. De Paschate*, 7 (Patr. Syr. 1, 520s); *Didascalia Apostolorum*, l. V, c. 14, 9-13, e *Constitutiones Apostolorum*, l. V, c. 14, 16-18 (PG 1, 877B-880A; F. X. FUNK, *Didascalia et Constitutiones Apostolorum* I, Torino 1970, 274-276.277); S. AMBRÓSIO, *De Interpellatione Iob et David* l. I, c. 5, 14 (CSEL 32, ii, 219; PL 14 [1882], 841C/D); *Explanatio Psalmi XLIII*, 69 (CSEL 64, 511; ib. 1176C: n. 68); PSEUDO-TEÓFILO, *Commentarius in Quattuor Evangelia*, l. I, 36 PLS 3, 1307), etc.

(38) *Liber de Septem Regulis*, Reg. V (PL 18, 49B): Non enim potuit esse in corde terrae, nisi ex quo mortuus vel sepultus est, quod factum est in tribus horis sextae feriae, intra duodecimam.

(39) Ver, por ex., J. KROMEYER-G. VEITH, *Heerwesen und Kriegführung der Griechen und Römer*, München 1928, 347; CENSORINO, *De Die Natali* 23, 2: naturaliter dies est tempus ab exoriente sole ad solis occasum...6. in horas XII diem divisum esse noctemque in totidem vulgo notum est...; MACRÓBIO, *Saturnaliorum* I, 3, 14, que cita as XII Tábuas: solis occasus suprema tempestas esto.

(40) Ib. (ib. 49B).

(41) Quanto aos códices do Novo Testamento ver o n. 12.

sequebatur; ideoque clausus et terminatus est usque ad parasceven, quam Iudaei etiam cenam puram vocant, ab eius noctis exordio incipiente sabbati observatione (42). Vê-se que para S. Agostinho *cena pura* e *parasceve* são propriamente a tardinha da Sexta-feira Santa, quando começa a segunda noite das três em apreço, como, aliás, é por esta ocasião que as passagens do Novo Testamento falam em *parasceve*, como disse-mos acima (n. 1). Quanto aos judeus mencionados, explica-os ele no segundo texto, posterior ao primeiro (43). Com efeito, ao comentar Jo 19, 42 em seus Tratados sobre este Evangelho, onde se narra que Jesus foi sepultado num túmulo novo que havia perto do lugar da crucifixão (44), dá ele a seguinte explicação: *Acceleratam vult intelligi sepulturam, ne advesperasceret; quando iam propter parasceven, quam cenam puram Iudaei Latine usitatius apud nos vocant, facere tale aliquid non licebat* (45). Temos, por conseguinte, os judeus em apreço localizados na África do Norte — *apud nos* —, embora esta expressão possa igualmente referir-se, mais em particular, à região de Hipona, onde consta a existência de judeus (46). Por outro lado, S. Agostinho, no texto que comenta, segue a Vulgata. O fato, pois, de ele mencionar a *cena pura* dos judeus precisamente nesta passagem e como que *per transennam* — como, aliás, também na anterior —, sugere que ele conhecia códices neotestamentários que liam aquela expressão em Jo 19, 42, ou que se lembrava do texto de Ticônio

(42) *Sermo CCXXI* (PL 38, 1090, onde se lê: *ab eius noctis exordio incipientes sabbati observationem*). Este trecho de um *Sermo* foi tirado de EUGÍPIO, *Excerpta ex Operibus S. Augustini*, c. 120, 135 (CSEL 9, 445s; PI 62, 764A/D: c. 128); ver o n. 13. O *Sermo* completo, o *Guelferbytanus V. Tractatus de Nocte Sancta ii*, foi publicado por G. Morin, *Miscellanea Agostiniana I*, Roma 1930, 457-460. Ver nossa passagem, c. 4, ib. 459, como também em PLS 2, 552, onde se encontra o texto crítico que citamos. O *Sermo* é citado em A. BLAISE, ib. 142, e pode ser acrescentado ao *Thesaurus*.

(43) Conforme A. KUNZELMANN, *Die Chronologie der Sermones des hl. Augustinus: Miscellanea Agostiniana II*, Roma 1931, 437 e 516, o *Sermo Guelferbytanus 5* é anterior ao ano de 405, ou, mais exatamente, foi proferido entre 393 e 405. Os *Tractatus in Ioannem*, pelo contrário, foram proferidos e parcialmente ditados entre 413 e 418; ver F. MORIONES, *Enchiridion Theologicum S. Augustini* (BAC 205), Madrid 1961, 707.

(44) Túmulo pertencente a José de Arimatéia, como se diz em Mt 27, 60.

(45) *In Ioannis Evangelium Tractatus CXXIV*, Tract. 120, 5 (CC 36, 663; PL 35, 1954).

(46) Ver, por ex., J. JUSTER, *Les Juifs dans l'empire romain I*, Paris 1914, 208: Numídie. Hippo Regius, onde se cita de S. Agostinho, *Sermo 196*, c. 4, 4 (leia-se PL 38, 1020s, em lugar de PL 33, 713): *Christiani estis omnes; Deo propitio, Christiana est civitas. Duo genera hominum hic sunt, Christiani et Iudaei*.

(n. 7), cuja obra bem conhecia e freqüentemente citava (47), ou, enfim, que quis passar a seus ouvintes e leitores aquela informação, que talvez nem todos conhecessem. Diz, pois, na primeira passagem, que os judeus também — *etiam* — chamavam a parasceve *cena pura*; na segunda, que o faziam *usitatus* ao falar em latim.

9 — Diante disso é interessante notar um terceiro texto seu nos mesmos Tratados sobre S. João, onde ele diz, pouco antes do texto que vimos: *Parasceve autem Latine praeparatio est; sed isto verbo Graeco libentius utuntur Iudaei in huiusmodi observationibus, etiam qui magis Latine quam Graece loquuntur* (48). Diante disso temos o quadro seguinte: os judeus da África do Norte, incluindo os que falavam mais o latim do que o grego, preferiam a palavra grega *parasceve* à latina *praeparatio*, mas também diziam *cena pura* em lugar de *parasceve*, e até o faziam *usitatus*. Concluímos que, se é “mais freqüentemente” que usavam *cena pura*, nem todos os faziam. Veremos mais adiante (n. 13s), de um lado, como o segundo texto de S. Agostinho, límpido e claro, se transmitiu mais ou menos inalterado até à Idade Média, e, do outro, que foi ampliado o seu conteúdo e alterado o seu sentido, a ponto de incluir todos os judeus do Ocidente latino.

10 — Resumindo as informações dos escritores africanos, temos o quadro seguinte: Tertuliano fala duas vezes da *cena pura* dos judeus, e parece provável que em ambas se referia à ceia pascoal (n. 5s). Ticônio usa *cena pura* e *pura cena*, e parece ter lido *cena pura* em seu texto de Jo 19, 42 (n. 7). Também S. Agostinho menciona ao menos duas vezes a *cena pura* dos judeus, e nos informa expressamente que os judeus da África do Norte, quando se exprimiam em latim, usavam de preferência *cena pura* em lugar de *parasceve* (n. 8s). Seria, pois, interessante poder definir a eventual relação, direta ou indireta, entre estes escritores e a versão latina do *Adversus Haereses* de S. Ireneu. É certo que S. Agostinho a cita em seus livros *Contra Iulianum*, escritos em 422 (49). Trata-se

(47) *De Doctrina Christiana* l. III, c. 30, 42-37, 56 (CC 32, 102-116; PL 34, 81-90); *De Genesi ad Litteram* l. XI, c. 24-25 (PL 34, 441-443); *Quaestio-num in Heptateuchum* l. II, Qu. 47,3 (CC 33, 89; PL 34, 611); *Epistola* XLI, 2 (CSEL 34, ii, 83; PL 33, 159); *Epistola* XCIII, c. 10, 43 (ib. 486-488; ib. 342s), etc.

(48) *In Ioannis Evangelium Tractatus* CXXIV, Tract. 117, 2 (CC 36, 651; PL 35, 1945).

(49) Ver B. ALTANER, *Augustinus und Irenäus: Kleine patristische Schriften* (TU 83), Berlin 1967, 194.

de saber se a mesma é anterior ou posterior a Tertuliano, ou seja, se este pode depender dela. Há quem diga que ela é anterior a 250, porque S. Cipriano dela se teria servido, e há quem a ponha já pelo ano 200, precisamente na época de Tertuliano, que igualmente a teria conhecido (50). Infelizmente não temos à mão nenhuma das obras fundamentais a respeito desse problema. O fato é que Tertuliano cita nominalmente a S. Ireneu, dele depende em sua descrição do sistema gnóstico de Valentino, e com ele concorda igualmente em muitos outros pontos (51), mas como ele lia e escrevia perfeitamente o grego, ainda não sabemos se ele depende do texto grego ou da versão latina de S. Ireneu, embora haja certos elementos que nos façam suspeitar que se trata da segunda alternativa (52). Quanto à *cena pura* e à *sexta-feira* em particular, termos comuns a Tertuliano e à versão latina mencionada, podem eles simplesmente refletir o uso africano, e mais de perto o dos judeus da África do Norte, sem que haja qualquer dependência mútua entre ambos os escritores. Se a versão latina de S. Ireneu emprega duas vezes *cena pura* para explicar ou substituir *parasceve* (n. 2s), pode estar empregando um termo mais conhecido para explicar outro menos comum, enquanto Tertuliano expressamente nos informa que esses termos eram usados pelos judeus. De qualquer modo convém lembrar que a versão latina de S. Ireneu parece ser

- (50) J. QUASTEN, *Patrologia* I^a (BAC 206), Madrid 1968, 290 diz sobre a versão latina: H. Jordan y A. Souter opinan que esta traducción se hizo en el Africa del Norte, entre los años 370 y 420. H. Koch en cambio, sostiene que debe de ser anterior al año 250, porque Cipriano se sirvió de ella. W. Sanday va aún mas lejos y le asigna la fecha del 200. — Na seção bibliográfica, ib. 291, cita destes autores: W. SANDAY-C. H. TURNER, *Novum Testamentum sancti Irenaei*, Oxford 1923; SOUTER, ib. LXVss; TURNER, ib. CLXXss; H. KOCH, *I rapporti di Cipriano con Ireneo e altri scrittori greci*, Ricerche Religiose (Roma) 5 (1929) 137-163; *Ancora Cipriano e la letteratura cristiana greca*, ib. 523-537; H. JORDAN, *Armenische Irenaeusfragmente* (TU 36,3), Leipzig 1913.
- (51) Ver TERTULIANO, *Adversus Valentinianos*, c. 5, 1 (CC 2, 756; PL 2 [1879], 583A): Irenaeus, omnium doctrinarum curiosissimus explorator. — Ver CC 2, 758-778, onde aparecem as citações de S. Ireneu no aparato das fontes do *Adversus Valentinianos*.
- (52) Ver, por ex., A. D'ALÈS, *La traduction latine de saint Irénée*, Revue des études grecques 29 (1916) XLVIII-XLIX. — Trata-se de uma comunicação oral, feita em 3 de junho de 1915, numa sessão da *Association pour l'encouragement des études grecques*. O autor se baseia em duas traduções erradas do texto de S. Ireneu — I. I, 2, 4: *cum appendice passione... crucifixam...*, e I, 2, 3, onde o nome do gnóstico Epifanes é traduzido por *clarus* — comuns ao tradutor latino de S. Ireneu e a Tertuliano, e acha ser mais viável concluir para uma dependência do último do primeiro, do que vice-versa.

antiquíssima e talvez seja de origem africana, confirmando o emprego de *cena pura* na África do Norte para designar o dia da ceia pascoal dos judeus e a esta mesma ceia.

11 — *Cena pura* aparece ainda várias vezes no *Prologus Paschae* ou *Computus Paschalis* de 395 de autor anônimo, que diz, num latim por vezes ininteligível e numa ortografia atroz: *Sequitur et dispositio de cursu lunae et de diebus legitimis pasche iuxta iuris domini ordinem adque ipsius veritatis examen luce clarius expressum ex diae primo, qui in mense primo, hoc est, marcio, caena purius nobis designatus est, id est ex XIII k.ap. usque in XIII kl mal cena poris* (53). E mais adiante: *Quaeramus totidem, ex qua die XIII. mensis primi debeat cena puris pascha observari*, e ainda: *ut a quarta decima luna caena puris usque in XXmam primam sabbati lex paschae custodiat* (54). Se este tratado realmente estivesse de algum modo ligado ao computista Vitório Aquitano, de meados do séc. V, como se tem aventado (55), levar-nos-ia ele ao sul da França, mas os códices — um alemão, outro italiano — nos aconselham a falar da Europa em geral, e o próprio texto indica idade anterior (56). Contudo, embora os textos nada mais nos ofereçam do que a expressão *cena pura* — ou mais exatamente *caena purius*, *cena poris* e *caena puris* —, para designar a “Sexta-feira Santa”, sem falar dos judeus, aqui os consignamos para constarem no levantamento das fontes (57).

12 — Quanto aos códices latinos do Velho e do Novo Testamento, levam-nos eles à Itália e países vizinhos, embora um dos mais antigos, o codex Bobbiensis (=k), do séc. IV/V, provenha da África (58). Além da presença muito

(53) *Prologus Paschae*, 8 (PLS 3, 433).

(54) *Ib.*, 12 (ib. 435 e 436).

(55) Ver A. HAMMAN, *ib.* 380: forte eiusdem Victorii Aquitani est opus.

(56) Ver E. DEKKERS-AE. GAAR, *Clavis Patrum Latinorum*² (Sacris Erudiri III), Steenbrugis 1961, 512, n. 2292, onde o título da obra é *Computus Paschalis a. 395*, e s fala de fragmentos contidos num códice de Colônia e noutro de Milão.

(57) Em C. DU FRESNE DU CANGE-L. FAVRE, *Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis* II, Paris 1937, 389, cita-se ainda a versão latina antiga de S. JOÃO CRISÓSTOMO, *Sermo in Natalem Ioannis Baptistae*: *Qua die conceptus est Dominus, eadem die et passus est. Eadem ipsa die coena pura fuit, in qua et luna decima quarta occurrit. Não conseguimos identificar e consultar este texto, que igualmente consignamos para constar.*

(58) B. FISCHER, *Vetus Latina. I. Verzeichnis der Sigel für Handschriften und Kirchenschriftsteller*, Freiburg 1949, 11, n.l. — Verificamos as cita-

provável de *cena pura* em Jo 19, 42 no texto usado pelo africano Ticônio (n. 7), citam-se:

— Jdt 8, 6 em dois códices da *Vetus Latina* (= VLat), onde se lê: *praeter cenam puram et sabbatum*, respectivamente: *praeter cena pura*, onde os Setenta lêem

, outro nome para a “sexta-feira”, o que indica que aqui *cena pura* significa a “sexta-feira de cada semana” (59).

— Mt 27, 62 no códice d, o codex Bezae Cantabrigiensis, do séc. V, talvez proveniente de Lyon: *in crastinum... quae est post cena<m> puram convenerunt* (60).

— Mc 15, 42 no códice de Bobbio já mencionado: *cum factum esset cenae purae sabbati* (61), e no códice n, de São Gal, do séc. V, proveniente de Roma: *quia cena pura erat* (62).

— Lc 23, 54 no códice c, o Colbertinus, do séc. XII/XIII, do sul da França: *dies cenae purae ante sabbatum* (63), no códice a, o Vercellensis, do séc. IV, no códice b, o Veronensis, do séc. V: *dies erat cenae purae* (64), e no códice ff¹, de Corbie, do séc. X/XI: *dies erat cena pura* (65).

cões do *Thesaurus* nas poucas fontes que temos à mão. Em PL 12, 141-838 encontramos publicados, lado a lado, os códices *Vercellensis*, *Veronensis*, *Cobensis* e *Brixianus* = a, b, ff¹ e f. Damos as citações deles por concordarem com o que encontramos em outros autores, que consultaram edições mais recentes.

- (59) Ver, por ex., *Thesaurus* 779, onde se indicam os códices Reg. Sangerm. e Sangerm. 15. O primeiro não conseguimos identificar, enquanto sobre o segundo, do séc. IX, hoje sigla g¹, veja-se B. FISCHER, ib. 11, n. 7; H. HOPFL-B. GUT, *Introductio Generalis in Sacram Scripturam*², Neapoli/Romae 1950, 368. — Quanto a *παρασάββον*, ver a nota 4.
- (60) Ver *Thesaurus* 779 e B. FISCHER, ib. 11, n. 5; A. JÜLICHER-W. MATZKOW, *Itala. I. Das Matthäus-Evangelium*, Berlin 1938, 210.
- (61) Ver A. BLAISE, ib. 142; *Thesaurus* 779 e A. JÜLICHER-W. MATZKOW, *Itala. II. Marcus-Evangelium*, Berlin 1940, 155.
- (62) Ver *Thesaurus* 779; A. JÜLICHER-W. MATZKOW, ib. 155 e B. FISCHER, ib. 12, n. 16.
- (63) Ver *Thesaurus* 779; H. J. VOGELS, *Evangelium Colbertinum. I. Text* (Bonner Biblische Beiträge 4), Bonn 1953, 129 e B. FISCHER, ib. 11, n. 6. — Infelizmente não pudemos consultar a edição dos Evangelhos de Lucas e João de A. JÜLICHER.
- (64) Ver *Thesaurus* 779; PL 12, 709 e 710 e A. GASQUET, *Codex Vercellensis II* (Collectanea Biblica Latina III, ii), Romae 1914, 146s.
- (65) Ver *Thesaurus* 779; PL 12, 710 e B. FISCHER, ib. 12, n. 9.

— Jo 19, 31 nos códices a e b (supra): *quoniam* ou *quia cena pura erat* (66) e no códice ff¹ (supra), onde se lê: *quoniam parasceve cenam paraverunt* (67).

— Jo 19, 42 no códice c (supra): *propter cena pura*, leitura confirmada pelo africano Ticônio (68).

Vemos, pois, que, além dos escritores africanos atrás examinados — Tertuliano, Ticônio, S. Agostinho, e provavelmente ainda o tradutor latino de S. Ireneu —, também entre os códices do Novo Testamento diversos indícios apontam para a África, sem que nos seja possível desenvolver aqui o problema complicado das origens da *Vetus Latina* (69). Por outro lado, a presença de *cena pura* nos códices europeus prova que a expressão era conhecida nos diversos países que vimos, mas não que fosse usada na linguagem do povo cristão, e muito menos ainda pelos judeus da Itália, pois isto não se atesta em parte alguma.

13 — Com efeito, o único exemplo de *cena pura* que até agora encontramos na Itália, fora dos códices mencionados, está no abade Eugíprio de Pizzofalcone, subúrbio de Nápoles (c. 509), que incorporou aos seus *Excerpta ex Operibus S. Augustini* um trecho que se revelou ser parte do *Sermo CCXXI* deste último, por nós acima analisado (n. 8) (70). Este fato pode ter contribuído para tornar conhecida na Itália aquela expressão. À falta de outros textos providos daquele país, que ali atestem o emprego de *cena pura*, cremos que nada de certo podemos concluir sobre uma eventual influência dos mencionados judeus ou do texto de Eugíprio no uso da expressão na Itália. Como, por outro lado, por enquanto não nos consta tenham os judeus da Itália usado aquela expressão, e, portanto, a tenham podido levar à Sardenha já no tempo de Tibério, nada impede propormos como hipótese alternativa que ela tenha sido levada para lá, entre outros, pelos fiéis e bispos africanos para lá exilados pelos vândalos arianos nos sécs. V e VI (71). Com efeito, se o uso da expressão por parte dos

(66) Ver *Thesaurus* 779; PL 12, 485 e 486 e A. GASQUET, *ib.* I (ib. III, i), Romae 1914, 233.

(67) PL 12, 486.

(68) Ver *Thesaurus* 779.

(69) Pode conferir-se, por ex., F. STUMMER, *Einführung in die lateinische Bibel*, Paderborn 1928, 4-76; H. HÖPFL-B. GUT, *ib.* 352-372.

(70) C. 120, 135 (CSEL 9, 445s; PL 62, 764B/C: c. 128).

(71) Ver, por ex., VICTOR DE VITA, *Historia Persecutionis Africanae Provinciae*, I. II, 23 (= II, 7) (CSEL 7, 32; PL 58, 208B): *Censet primo tyrannus (= Huniricus) iussione terribili, ut nemo in eius palatio mili-*

judeus africanos é relativamente bem atestado, ela o é precisamente pelos cristãos, que até a liam em códices do Velho e do Novo Testamento, onde é de salientar sua presença em alguns códices do Livro de Judite, que os judeus não admitem. Este fato, e o de ocorrerem variantes com *cena pura* por *parasceve* em passos neotestamentários, denuncia extravasamento do uso da expressão do meio judaico africano para o cristão. Sabemos, por outro lado, que os bispos africanos exilados na Sardenha continuavam ativos, e não estavam privados de livros, como consta, por ex., pelo fato de possuímos um códice do *De Trinitate* de Hilário de Poitiers com glosas marginais autógrafas, ao que parece, de S. Fulgêncio de Ruspe, um daqueles bispos (72).

14 — Talvez fosse de interesse investigar o destino de dois dos textos de S. Agostinho acima analisados (n. 8), pesquisa de que já fizemos menção. Conhecida como é a influência enorme daquele santo nos escritores medievais, podemos, com efeito, demonstrar, que essa influência, no ponto que aqui nos interessa, se exerceu de duas maneiras: uma série de escritores simplesmente transmitiu mais ou menos inalteradas suas informações sobre o uso de *cena pura* entre os judeus da África do Norte, enquanto outra, confundindo suas informações ou misturando-as, nos oferece um quadro adulterado dos fatos. Quanto à primeira série, temos, por ex., o Comentário sobre o Evangelho de S. João outrora atribuído a S. Beda, que simplesmente reproduz a explicação de S. Agostinho sobre Jo 19, 42 no Tratado 120: *Acceleratam vult intelligi sepulturam, ne advesperasceret, quando iam propter parasceven, quam cenam puram Iudaei Latine usitatius apud nos vocant, facere tale aliquid non licebat* (73). O mesmo

taret neque publicas ageret actiones, nisi sese Arrianum fecisset. Quorum ingens numerus, vigore invicti, ne fidem perderet, militiam temporalem abiecit; quos postea domibus projectos omnique substantia expoliatis in insulis Sicillia et Sardinia relegavit; FERRANDO DIACONO, *S. Fulgentii Episcopi Ruspensis Vita*, c. 20, 40-21, 45 e c. 25, 49-28, 55 (PL 65, 137B-140C e 142A-145B). Ver também brevemente J. FRAIPONT, na introdução às obras de S. Fulgêncio em CC 91, p. V-VI.

- (72) Ver E. DEKKERS-AE. GAAR, ib. 185, n. 818; A. HAMMAN em PLS 3, 1349s; J. FRAIPONT em CC 91, p. X; E. DEKKERS, *Les autographes des Pères latins: Colligere Fragmenta*, Beuron 1952, 138, e sobretudo A. WILMART, *L'Odyssée du manuscrit de San Pietro [D 182] qui renferme les oeuvres de saint Hilaire: Classical and Mediaeval Studies in Honor of E. K. Rand*, New York 1938, 293-305.
- (73) [BEDA], *In S. Ioannis Evangelium Expositio*, c. 19 (PL 92, 917B). — Ver o texto de S. Agostinho citado no n. 8.

fazem Haimo de Auxerre (74) e S. Tomás de Aquino (75), enquanto Alcuíno muda o final do texto do modo seguinte: *quam cenam puram Iudaei Latine usitatus praeparationem apud nos vocant* (76), o que confunde as coisas. Não devemos, contudo, esquecer-nos de que os comentários bíblicos medievais muitas vezes nada mais são do que catenas de textos patrísticos, e os chamados “Sermões”, por vezes extremamente longos, igualmente querem oferecer ao leitor material patrístico exegético para a explicação dos Evangelhos dominicais, etc. Mas é por isso mesmo que podem induzir em erro o leitor desprevenido, como quando, em nosso caso, simplesmente transcrevem o *apud nos* de S. Agostinho, que certamente se referia à África do Norte. Isto poderia dar a entender a quem não soubesse tratar-se de uma citação daquele santo, que também nos respectivos países daqueles autores os judeus chamavam a “Sexta-feira Santa” *cena pura*, quando falavam em latim, quando até agora não se apontou ainda nenhuma fonte judaica, mas somente textos cristãos.

15 — Outra série de escritores, encabeçada, ao que parece, por S. Beda, confunde e interpreta a seu modo diversos textos de S. Agostinho, desejando, quicá, aproveitar as informações de todos eles. Diz, pois, aquele escritor sobre Lc 23, 54: *Parasceve praeparatio interpretatur, quo nomine Iudaei, qui inter Graecos conversabantur, sextam sabbati, quae nunc a nobis sexta feria vocatur, appellabant, quod eo videlicet die quae in sabbatum fuerint necessaria praepararent, iuxta quod de manna quondam erat praeceptum: Sexta autem die colligitis duplum* (Ex 16, 5), *et cetera. Qui vero inter Romanos vitam ducunt Iudaei usitatus eam Latine cenam puram cognominant* (77). Esta informação é repetida, por ex., por

- (74) *Homiliae de Tempore*, Hom. LXVIII. *Feria Sexta Parasceves* (PL 118, 413D-414A). — As Homílias vão sob o nome de Haimo de Halberstadt, mas veja-se P. GLORIEUX, *Pour revaloriser Migne. Tables rectificatives* (Mélanges de Science Religieuse IX [1952], Cahier supplémentaire), Lille 1952, 57.
- (75) *Catena Aurea*, In *Ioannis Evangelium*, c. 19. — Na própria *Super Evangelium S. Ioannis Lectura*, c. 19, Lectio VI (R. CAI, *S. Thomae Aquinatis Super Evangelium S. Ioannis Lectura*, Taurini/Romae 1952, 457, § 2469) nada diz a respeito.
- (76) *Commentarius in Ioannem*. l. VII, c. 40 (PL 100, 987A). — O autor provavelmente tomou a *praeparatio* do Tract. 117, 2, citado no n. 9. — LUDOLFO DA SAXÔNIA, *Vita Iesu Christi* IV, Parisiis/Bruxellis 1878, 148 (Pars II, c. 66, 1) cita o texto de S. Agostinho, mas omite a informação sobre *cena pura*.
- (77) *In Lucae Evangelium Expositio*, l. VI, c. 23, 54 (CC 120, 409; PL 92, 621C/D). Repete a primeira parte In *Marci Evangelium Expositio*, l. IV, c. 15, 42-43 (ib. 637; ib. 293A).

Esmaragdo de St. Mihiel-seur-Meuse (78), Amalário de Metz (79), Rabano Mauro (80), Ruperto de Deutz (81), e Sicardo de Cremona (82). Na primeira parte trata-se, a nosso ver, da interpretação errônea do que S. Agostinho havia dito no Tratado 117, 2 sobre o Quarto Evangelho, onde afirma que *parasceve* significa *praeparatio* em latim, e que também os judeus que falavam mais o latim do que o grego, preferiam servir-se de preferência daquela palavra grega (n. 8). Ora, nada nos obriga a supor que o santo não esteja falando apenas dos judeus da África do Norte. A segunda parte refere-se ao Tratado 120, 5, onde S. Agostinho explica que os judeus lá mesmo — *apud nos* — mais freqüentemente, falando latim, chamavam à *parasceve cena pura* (n. 8). Portanto, no tempo de S. Beda já se dividiam os judeus em dois grandes grupos: *qui inter Graecos conversabantur* e que diziam — no imperfeito — *parasceve*; *qui inter Romanos vitam degunt* e dizem — no presente — *cena pura*. O simples *apud nos* de S. Agostinho, referindo-se apenas aos judeus da África do Norte, que já se haviam transferido para a Europa com os escritores da primeira série, como vimos (n. 14), para S. Beda e seus seguidores são os judeus que vivem *inter Romanos*, como os judeus que falavam grego na África do Norte de S. Agostinho se mudaram em judeus que viviam entre os gregos. É interessante observar a mudança dos tempos, ao falar dos judeus que viviam entre os gregos, e dos que levam a vida entre os romanos. Por estes últimos S. Beda certamente devia entender os que em seu tempo viviam no Ocidente latino. Contudo, como é muito pouco provável que os judeus da Inglaterra de S. Beda falassem o latim, tampouco quanto os judeus da Alemanha de Ruperto de Deutz ou os da Itália de Sicardo, vê-se que os dois textos de S. Agostinho foram simplesmente fundidos e seu conteúdo transferido, sem mais, para

(78) *Collectiones in Epistolas et Evangelia, Passio Domini Nostri Iesu Christi* (PL 102, 197C).

(79) *De Ecclesiasticis Officiis l. I, c. 13* (PL 105, 1024A): *Parasceve, ut Beda ait, praeparatio interpretatur. Quo nomine... Qui vero inter Romanos vitam ducunt Iudaei, usitatus eam Latine coenam cognominant.* — Supomos ter caído a palavra *puram*.

(80) *Commentaria in Matthaeum*, l. VIII, c. 27, VIII (PL 107, 1147B), onde, contudo, não fala em *cena pura*, porque cita o texto de S. Beda sobre Mc 15, 42s. Ver a nota 77.

(81) *Commentaria in Evangelium S. Ioannis*, l. XIII, c. 19, 13-14 (CC-Cont. Med. 9, 737; PL 169, 785A); *De Divinis Officiis l. VI, 1* (CC-Cont. Med. 7, 187; PL 170, 153A/B).

(82) *Mitræ*, l. VI, c. 13 (PL 213, 311B/C).

a Europa, e passados adiante pelos séculos, sem que seja possível concluir daí para o que os judeus realmente diziam em grego ou latim. Provavelmente falavam entre si em hebraico do *erev pesach*, “véspera da Páscoa” (83), como ainda hoje, e com os outros na língua de cada qual, ou, então, na eclesiástica, dizendo *parasceve*, o que todos entendiam, pois a palavra se lia no Novo Testamento e se ouvia nas igrejas. Por outro lado, convém notar que Ruperto de Deutz, nas duas vezes que cita o texto de S. Beda — não importa se direta ou indiretamente —, corrige a mudança dos tempos e diz: *Qui vero inter Romanos vitam ducebant... cena puram cognominabant* (84). Isto parece significar que ele em seu tempo já não conseguiu verificar a exatidão daquelas palavras, mas supunha que os fatos assim se tivessem dado no passado, uma vez que assim referiam os escritores anteriores a ele.

16 — Concluimos que a história de *cena pura* demonstra ser ela mais complicada do que se pensava. As fontes mais antigas — e entre elas nos parece podermos incluir, como a mais antiga, a tradução latina de S. Ireneu (n. 3.10), e uma das mais antigas o códice de Bobbio (n. 12) —, nos levam todos à África do Norte. Tertuliano e S. Agostinho ligam a expressão aos judeus, sem, contudo, dar a conhecer sua origem ou seu significado, como igualmente não faz nenhuma das outras fontes antigas que pudemos verificar (n. 5s.8). Não se explica sua origem pelo caráter vegetariano da ceia pascoal dos judeus, que nunca existiu (n. 4), nem se conseguiu provar ainda que se tratasse de tradução do grego *δειπνον καθαζον* (n. 4). Pode simplesmente ser de origem local africana e referir-se aos ázimos que se usavam na ceia pascoal, como se tem aventado (n. 2), o que confirmaria que a expressão originariamente se limitava, ao que tudo indica, a designar “a Sexta-feira Santa”. Passou ela para a Europa talvez com os códices da *Vetus Latina*, e certamente se tornou conhecida também através das obras de Tertuliano, das de S. Agostinho, o mais lido e citado de todos, da versão latina de S. Ireneu, etc., pois não se pode demonstrar sua existência anterior naquelas paragens. Desta forma, ao invés de uma hipotética origem galicana da expressão com S. Ireneu, cujo texto eventualmente teria inspirado a Tertuliano

(83) H. L. STRACK-P. BILLERBECK, *Kommentar zum Neuen Testament aus Talmud und Midrasch* I, München 1922, 1052.

(84) Nas duas passagens citadas na nota 81.

(n. 10), estaríamos diante do processo contrário: a expressão *cena pura*, de origem judaica africana, paulatinamente se tornou conhecida na Europa por intermédio dos escritores africanos, entre os quais podemos incluir o tradutor latino de S. Ireneu. Vimos o caminho que seguiram os textos de S. Agostinho até à alta Idade média, e suas diversas interpretações, fazendo com que se atribuisse aos judeus em geral, o que ele afirmava dos da África do Norte em particular (n. 14s). Isto prova ao mesmo tempo que a expressão nunca entrou no uso popular, porque, enquanto conseguimos verificar até ao presente, ela só aparece com os textos de S. Agostinho, citados corretamente, ou mal interpretados. Não se provou ainda que os judeus da Itália tenham usado a expressão já em tempos de Tibério (n. 1), e nem mesmo em época alguma, tendo, por outro lado, podido levá-la à Sardenha os bispos e cristãos africanos exilados (n. 13), pois são precisamente as fontes cristãs africanas que dela nos falam em primeiro lugar. Caberia aos sardos resolver o problema de quando exatamente a *cena pura* entrou na Sardenha e quando começou a ser usada para designar todas as sextas-feiras.

17 — Se conseguimos aumentar o número de atestações de *cena pura* nos escritores cristãos antigos, e delinear rapidamente sua história posterior, maior talvez teria sido seu número, se tivéssemos tido à mão todas as edições das obras antigas que tratam da data da Páscoa e outros pontos de cronologia, cujos autores costumam designar-se complexivamente como “computistas” (85). Fazendo o que nos foi possível, esperamos ter esclarecido algumas dúvidas e contribuído de algum modo para a história do problema interessante da expressão *cena pura*, embora — confessamo-lo sem mais — esta investigação toda muitas vezes nos obrigasse a aventurarmo-nos em territórios que não são propriamente os nossos. Esperamos, contudo, que estas indagações e considerações tenham interesse para o nosso caro homenageado. Afinal de contas, foram versados problemas de crítica textual e de exegese bíblica e patrística a respeito de uma expressão que não é sem interesse na Romanística. E embora seja nossa opinião de que a *cena pura* nada tenha a ver com a dieta vegetariana (n. 4), até esse ponto, ao menos no seu aspecto anecdótico, não há de ser-lhe sem interesse.

(85) Ver E. DEKKERS-AE. GAAR, ib. 502-518: *Opera de Tempore*.

DIVAGAÇÕES TERMINOLÓGICAS

Segismundo Spina

Quando compulsamos os manuais de teoria literária, antigos ou modernos, mas sobretudo os antigos (em que as questões terminológicas costumam ser estabelecidas e definidas com certa precisão), não raro ficamos mal informados com relação ao conceito de EPISÓDIO. Termo originário da dramaturgia grega primitiva, foi assimilado mais tarde pelos teóricos da poesia épica, e é aqui que a sua acepção tem dado margem a equívocos, empregado frequentemente com impropriedade ou com valores diferentes.

Um pequeno excursus sobre esse problema, pois, não faria mal a ninguém. Se a sua acepção na tragédia antiga não oferecia dúvidas (embora esta acepção evoluísse acompanhando as modificações da primitiva estrutura da dramaturgia grega, na poesia épica, para onde o termo foi posteriormente transplantado, o conceito de *episódio* nunca foi preciso.

Etimologicamente o termo corresponde ao grego *επεισοδιον*, forma substantiva do adjetivo *επεισοδιος*, *ον*, que se decompõe em *επι* (sobre) e *εισόδος* (passagem para entrar, que por sua vez é decomponível em dois outros elementos: *εις* (in, dentro) e *οδος* (caminho). Donde: *aquilo que sucede na entrada*. Na tragédia primitiva o episódio correspondia, então, àquela parte do drama que se situava entre duas entradas do coro. E o que sucedia entre duas entradas do coro? — O *dilálogo trágico*. Se considerarmos que a tragédia grega primitiva era essencialmente lírica, compreende-se que o *diálogo* não era a sua parte fundamental, mas um elemento *acessório* do drama. O diálogo trágico, com o tempo, foi-se impondo sobre o elemento lírico-coral, a ponto de tornar-se

a parte fundamental da representação, sobretudo a partir de Sófocles, pois ainda em Ésquilo o coro é de importância primordial. De acessório, portanto, o EPISÓDIO passou a ser o elemento substantivo da fábula dramática.

Esquemmatizando a estrutura da tragédia grega primitiva, teremos então:

- | | |
|---------------------------|---|
| PRÓLOGO (προλογος) | — monologado, ou dialogado, no qual o autor informava os fundamentos e objetivos da peça, referindo antecedentes da fábula (ação), ou resumindo a própria ação da peça. |
| PARODOS (παροδος) | — entrada do coro — dançando e gesticulando ao som da música. |
| 1.º EPISÓDIO (επεισοδιον) | — trecho dialogado. |
| STÁSIMON (στασιμων) | — ode coral que o coro cantava sem mudar de lugar. (Às vezes substituído pelo <i>αομος</i> (<i>planctus</i>), canto de dor executado pelo coro, juntamente ou com cada um dos autores). |
| 2.º EPISÓDIO | |
| STÁSIMON | — (o coro permanecia em cena até o final da peça). |
| 3.º EPISÓDIO | — (normalmente os <i>episórios</i> eram em número de três). |
| ÊXODO (εξοδος) | — cena final em que se verifica a retirada do coro. |

Na ordem trina a que subordina Aristóteles na sua *Poética* o desenvolvimento da fábula dramática na sua fase de maturidade (PRÓLOGO, EPISÓDIO, ÊXODO), o EPISÓDIO constitui o corpo da tragédia, o sustentáculo da composição, constituído pelos *incidentes* (que formam quatro grupos: a *Peripécia*, a *Anagnórise*, o *pathos* e o *coro*, este último compreendendo o *párodos*, o *stásimon* e o *commos*).

A sua aceção, portanto, não oferece dúvida. Mas emprestado que foi à terminologia da poesia épica, o termo EPISÓDIO não teve a mesma sorte. Vulgarmente é empregado com aquela significação primitiva de incidente acessório da ação épica; neste caso, ainda que o incidente concorra para a impressão geral do assunto, a sua relativa autonomia estética

permite-lhe constituir um pequenino poema à parte, susceptível de ser destacado do conjunto sem prejuízo da ação. É o caso, por exemplo, da descrição do escudo de Aquiles na *Iliada* (XVIII, 478-608); é o caso do aedo Demódoco na *Odisséia*, quando canta os amores de Ares e Afrodite durante o banquete que os feácios realizam na mansão de Alcinoos em homenagem a Ulisses (VIII, 46-103); o caso da cena fatal em que perecem os dois valentes jovens Niso e Eurialo, quando, vendo o cerco dos troianos cada vez mais fechado por Turno após o incêndio das naves troianas, saem à noite abrindo caminho pelo campo inimigo a fim de prevenir Eneas; é o caso da maioria dos episódios camonianos — o de *Inês de Castro* (III, 118-135), o do *Adamastor* (V, 37-60), o do *escorbuto* (V, 8183), o dos *12 de Inglaterra* (VI, 43-69), o da *Ilha Enamorada* (IX, 51-92).

A acepção técnica, porém, é outra, ainda que ela deite raízes na primitiva estrutura da dramaturgia grega. A parte substantiva da fábula épica (tanto a *fábula real* — a que o herói vive no momento presente da ação —, como a *fábula episódica* — a parte da ação que é narrada pelo herói) é formada por quatro elementos:

1. EPISÓDIOS
2. NÓS
3. SUPERAÇÃO
4. ACESSÓRIOS

Com exceção do quarto, estes elementos constituem, portanto, a efabulação do poema. Por *acessório* entendemos a parte com que o poeta decora as cenas, caracterizando assim o lugar e o tempo; é a parte descritiva, em que o poeta localiza a ação. Hoje denominamos “encenação”. Lembremo-nos da mudança de rota que teve de fazer Eneas após a tempestade nas costas da Sicília, dirigindo seus barcos para a Líbia. Ao avistar a baía de Cartago, Vergílio descreve-a (I, 159-168):

*Est in secessu longo locus: insula portum
Efficit objectu laterum, quibus omnis ab alto
Frangitur inque sinus scindit sese unda reductos.
Hinc atque hinc vastae rupes geminique minantur
In caelum scopuli, quorum sub vertice late
Aequora tuta silent; tum silvis scaena coruscis
Desuper horrentique atrum nemus imminet umbra.
Fronte sub adversa scopulis pendentibus antrum;
Intus aquae dulces vivoque sedilia saxo,
Nympharum domus.*

Vênus, fazendo o Gama desviar de Quíloa a leda frota, dirige suas velas para outro porto, a *ilha* de Mombaça, assim descrita (I, 103):

*Estava a Ilha à terra tão chegada,
Que um estreito pequeno a dividia;
Hũa cidade nela situada,
Que na frente do mar aparecia,
De nobres edifícios fabricada,
Como por fora, ao longe, descobria,
Regida por um Rei de antiga idade:
Mombaça é o nome da Ilha e da cidade.*

O EPISÓDIO é tudo aquilo que precede o NÓ (ou melhor: tudo aquilo que sucede entre dois nós). Ora, os nós, que são os obstáculos que se opõem à empresa ou ao desígnio do herói, constituem propriamente o elemento “trágico” do poema épico, a parte realmente substantiva da ação épica; o EPISÓDIO é a parte da ação que liga simplesmente os NÓS. Não têm, portanto, a importância que apresentam os nós na efabulação. Ou esquematizando:

EFABULAÇÃO ÉPICA = ... episódio // preparação do NÓ — desenvolvimento do NÓ — superação do NÓ // episódio / ... NÓ ... etc.

Que se conclui? — Que o poema épico, dada a sua extensão, tem nos nós o seu fundamento poético; por outras palavras: o poema épico é formado por uma sucessão de manchas poéticas (os nós), ligados por *episódios* (espécie assim de versos narrativos, que servem apenas para conectar esses momentos poéticos). Como se vê, a nossa tendência é para chamarmos de *episódios* os nós.

Por outro lado, quando falamos em *episódios*, pensamos sempre na *fábula real*; daí os cantos III, IV e grande parte parte do canto V (até à est. 89) d’Os LUSÍADAS, nos quais o Gama simplesmente narra ao rei de Melinde a história da sua terra e a primeira parte de sua viagem — de Lisboa até Melinde —, constituírem um só *episódio* da *fábula real*. A *fábula episódica*, que como vimos é a parte vivida pelo herói no passado (e por ele narrada), pode comportar a mesma estrutura, isto é, constituir-se de uma sucessão de *episódios* e de nós. Nela, porém, a força dos nós é bem menor que a dos nós da *fábula real*. Em relação à real, a *fábula episódica* não passa, todavia, de mero episódio.

Outra dificuldade que se coloca na conceituação técnica do EPISÓDIO, reside na sua delimitação em relação ao NÓ. O nó apresenta uma curva ascendente e uma descendente, ou melhor, uma prótase, um climax e uma apódose — diríamos —, isto é, três elementos: a sua preparação, o NÓ propriamente dito e a sua superação. A *causação*, fator responsável pela verossimilhança, deve presidir não só à preparação, mas à superação do nó. Entre as causas humanas e naturais que determinam o nó podem estar a ignorância do herói, a sua fraqueza, a sua excessiva credulidade (no caso do Gama), a sua imprudência etc.; como causas sobrenaturais — os Fados, o desejo ou a vingança dos deuses. Da mesma forma, a superação ou vencimento do nó pode ser humana (a prudência, o valor, a astúcia etc. do herói), ou sobrenatural (a ajuda celeste ou os azares da Fortuna). O episódio, a fim de não comprometer a integridade do nó, deve cessar no momento em que se prepara o nó. Suponhamos a estrutura do primeiro canto d'OS LUSÍADAS segundo a terminologia que vem sendo exposta:

1. PROPOSIÇÃO	est.	1-3
INVOCÇÃO	"	4-5
DEDICATÓRIA	"	6-18

2. NARRAÇÃO (*fábula real*):

— Início do 1.º Episódio (os Lusos navegam no Índico)	"	19
— Interrupção do episódio (Concílio dos deuses)	"	20-41
— Reinício do episódio (no canal de Moçambique)	"	42
— Fim do 1.º episódio (na Ilha de Moçambique)	"	68
1.º NÓ	"	71-94
a) Preparação (o ódio do Mouro e a indignação de Baco)	"	71-83
b) Desenvolvimento do nó (refrega)	"	84-92
c) Superação do nó (solução humana: a <i>dura artelharía</i> vence os Mouros)	"	93-94
— Início do 2.º episódio (seguem viagem c/o Piloto)	"	95-96

2.º NÓ	"	97-100
a) Preparação (o Piloto condú-los a Quíloa) ..	"	97-99
b) Superação (solução divina: intervenção de Vênus)	"	100
3.º NÓ (est. 101-105 (vs. 1-4) Canto II, est. 18)	"	101-104
a) Preparação (o Piloto condú-los a Mombaça)	"	103
(<i>Acessório</i> : descrição da Ilha)	"	105 (vs. 1-4)
b) Desenvolvimento		
(<i>Epifonema</i>)		(105, vs. 5-8, 106)
c) Superação (solução divina: Vênus e as Nereídes) Canto II, est. 18 (vs. 5-8) até est. 28		

Examinemos de perto o nosso esquema. Os componentes da NARRAÇÃO são três: a) *Fábula* (o *μυθος* na *Poét.* de Aristóteles, ou a *forma* na *Epistula ad Pisones* de Horácio), b) os *Caracteres*, c) os *Pensamentos*. Por sua vez a FÁBULA, que é o argumento, a ação do poema, deve oferecer as seguintes qualidades: *unidade, simplicidade, grandeza, verossimilhança e integridade*. A *Integridade* (Cf. Arist., *Poét.* VII), consiste na ordem trina: 1. *Princípio* (que no poema épico corresponde ao desígnio do Herói e à preparação das causas e das máquinas da ação épica, feita pelo poeta); 2. *Meio* (parte nuclear da fábula, por outras palavras o *Enredo*, a EFABULAÇÃO, que compreende os esforços do Herói para pôr em execução o seu desígnio, com as dificuldades que se opõem à empresa, e como as vence; 3. *Fim* (a solução total ou superação de tudo que se opôs à ação).

Sendo assim, se o *Concílio dos deuses* é um episódio na aceção vulgar, não o é na aceção técnica. A efabulação época corresponde ao *meio* da fábula épica: o *princípio* da fábula, no caso d'OS LUSÍADAS, reside na missão do Gama no Oriente (implícita no verso 4 da estrofe 20) e no jogo das *causas* e preparação das máquinas (expostas no Concílio olímpico, em que os deuses se dividem e apresentam as razões por que se declaram protetores dos Lusos ou seus adversários). Logo, a reunião dos deuses no Olimpo, convocados por Júpiter, faz parte do princípio da fábula, não da sua efabulação.

O que se observa no 1.º Canto e parte do segundo, é propriamente uma predominância de *nós* e farrapos de *episódios*. Por outro lado, nem sempre o *nó* se desenvolve: nas estrofes

97-99 verifica-se apenas uma preparação de nó, quando o Piloto falso recebido pelo Gama em Moçambique conduz os Portugueses a Quíloa, imaginando lá a perdição da frota lusa. O nó não chega a realizar-se, abortado como foi pela intervenção de Vênus, que providencia “ventos contrários” e muda a rota. Além de nós abortados, ou pela ajuda celeste ou por expedientes humanos, há outros que chamaríamos de NÓS-CEGOS, obstáculos aparentes à ação épica. Seria o caso do *Adamastor*. Segundo a informação cronística a transposição do Cabo Tormentório se realizou em condições altamente favoráveis, no início da tarde e com o mar bonançoso. Camões, transpondo para a fábula do Poema os sucessos que viveu quando ultrapassou o Cabo na sua viagem de exílio para a Índia em 1553, pensou situar no centro do Poema o maior dos obstáculos à empresa lusa; “mas não lhe sucedeu como *cuidou*”, pois a passagem do Adamastor não chega a ser um nó. O Cabo, personificado na figura do Adamastor, faz a sua aparição, discursa, é interpretado pelo Gama, conta a sua história e desaparece. A sua figura é medonha e má quando aparece sob a forma de uma nuvem, vocifera, narra a sua genealogia e os seus amores frustrados, e com *medonho choro* súbito se aparta; desfaz-se a nuvem negra, um sonoro bramido soa o mar muito distante, e a “caravana” desliza tranqüilamente pelas águas, ingressando no Oceano Índico. O suposto NÓ não exigiu para a sua superação a ação do Herói, muito menos a intervenção do plano olímpico.

RUMOS DA DIALETOLOGIA PORTUGUESA

Ataliba T. de Castilho

0. O texto que segue reúne as aulas ministradas em cursos optativos oferecidos aos quartanistas de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília nos anos de 1972 a 1974 (*).

Dividi a matéria em quatro partes: na primeira, exponho algumas questões teóricas sobre a variação lingüística, o dialeto, o falar, a língua padrão (§§ 1-3). Na segunda parte vêm informações de caráter geral sobre o desenvolvimento da Dialectologia na România e os rumos que vem tomando (§§ 4-6). Na terceira parte, "Dialectologia Rural Portuguesa", historio o desenvolvimento desse ramo da Lingüística em Por-

(*) Alguns alunos prepararam monografias sobre matéria dialectológica, a título de treinamento. Em 1972 tivemos os seguintes trabalhos: Cleusa R. Z. Pedroza, Evelyn Sucaria e Darci D. Monici — "Aspectos da linguagem popular de Ubirajara"; Maria Angela B. Soila e Maria Luísa M. Costa — "Linguagem e Religião no Distrito de Jafa"; Maria Aparecida F. Furtado e Virgínia Maria Kachan — "A linguagem da cultura do bicho-da-seda"; Marilena M. Guimarães, Mécia Brandão Siqueira e Yolanda B. Aquino — "A linguagem popular em Ocaucu". Em 1973 estudamos a linguagem dos colegiais da cidade de Marília, tendo-se realizado inquéritos em estabelecimentos de ensino secundário da zona urbana e rural: Amarílis V. Calçada e Maria José Nucci — "O artigo e o nome"; Antonia Mariscal e Valfredo Cintra — "Os pronomes pessoais e o tratamento"; Maria M. Ottoboni e Dyva N. Mussi — "Os pronomes possessivos e demonstrativos"; Rachel Reis Alves e Regina L. O. Losasso — "Os pronomes interrogativos e indefinidos"; Rosa Maria G. Montelero e Belanice Belisário — "Formas verbais simples e compostas e seu emprego"; Ivete Maria Lucas e Keuko Numasawa — "As perífrases verbais"; Aurea M. Jorente e Roosevelt Barro — "Os advérbios"; Vera Lúcia Valente e Raul Lobo — "As preposições"; Maria Lúcia Lopes Miranda e Maria Cássia Nardi — "Inventário do léxico por áreas semânticas"; Lúcia Encida Mattar e Antonio Carlos Basso — "Problemas de formação de palavras".

tugal e no Brasil, e me detenho nos passos dados pela pesquisa dialetológica (§§ 7-13). Finalmente, na divisão consagrada à “Dialetologia Urbana Portuguesa” menciono esse novo desenvolvimento de uma ciência sempre nova, e relato as atividades do “Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta de Algumas das Principais Capitais do Brasil” (§§ 14-17).

A Dialetologia constitui uma das mais brilhantes afirmações da Lingüística Românica, e acaso um de seus campos mais desenvolvidos. Eis por que me ocorreu homenagear por esta forma o Doutor Henrique Maurer Jr., a quem tanto devem os estudos românicos no Brasil.

I — A variação lingüística

1. Um fato de grande importância no estudo das línguas é o da variação lingüística. Como se sabe, as línguas não são absolutamente uniformes, pois variam no tempo, no espaço geográfico que ocupam, e em função dos indivíduos e das comunidades que delas se servem.

A variação espacial ou horizontal — de que nos ocuparemos aqui — processa-se numa gradação que vai desde pequenas alterações no foneticismo e no material léxico, sem prejuízo de uma fácil compreensão, até uma diferenciação mais avançada, que atinge também a morfologia e chega a acarretar dificuldades à comunicação. No primeiro caso temos os *falares*, e no segundo, os *dialetos*. Quando as pessoas que se servem de falares distintos entram em contacto percebem apenas que procedem de regiões geográficas diferentes. No caso dos dialetos os embaraços à compreensão deixam escassamente entrever um fundo lingüístico comum, e isso é tudo. Naturalmente a distinção entre falar e dialeto representa um esforço de classificação dos graus da variabilidade lingüística espacial, não podendo ser entendida em sentido absoluto. Uma série de variáveis pode matizar o material lingüístico de que nos servimos nas diferentes situações, com o que a distinção aqui definida nem de longe esgota o assunto. Praticamente cada recorte da fala representa uma variação, e por isso Bernard Bloch propôs o termo *idioleto* para representar a fala de uma pessoa tratando de um assunto, com um mesmo interlocutor, durante certo período de tempo. Esta concepção denuncia a preocupação do lingüista quando se põe a analisar determinado corpus: é justo considerá-lo representativo de toda a língua em questão? Ou será mais prudente restringir as

conclusões que pudermos tirar unicamente ao material analisado, evitando generalizações? Haveria uma variante considerada típica de uma dada língua?

2. O fenômeno da variação lingüística — matéria apenas aflorada no parágrafo anterior — acarreta ainda novas perplexidades. Com efeito, se há uma variação temporal que nos leva em nosso caso ao português arcaico, ao português clássico e ao português moderno; uma variação espacial que nos leva ao português continental, ao português insulano, ao português do Brasil e respectivos falares; uma variação sócio-cultural que nos põe diante do português culto e do português popular, e, finalmente, uma variação individual que nos conduz ao português coloquial, ao português formalizado e ao português das distintas faixas etárias — como justificar a compreensão entre os diversos membros da comunidade lusófona? Por trás dessas variantes todas deve haver, com segurança, um cerne comum, imune à variação, em nome do qual os falantes do português estabelecem a intercomunicação.

Neste quadro de indagações surgiram algumas teorias voltadas para oferecer-lhes solução. A primeira delas foi a célebre dicotomia *langue* (língua) *parole* (fala) estabelecida por Ferdinand de Saussure.

Para Saussure a língua é um sistema de signos rigorosamente definidos pelos contrastes e correspondências que se podem firmar entre si. Os signos são insensíveis à instabilidade decorrente do elemento individual, uma vez que se dispõem num sistema que tem uma existência apenas virtual. A língua é, em suma, uma abstração a que chegamos examinando a massa de dados fornecida pelas diversas variantes. Já a fala é a manifestação ou a realização da língua pelo indivíduo, é a fonação, é toda a atividade do sujeito falante. Ou, nas próprias palavras de F. de Saussure:

“O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independe do indivíduo; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psicofísica” (*Curso*, p. 27).

O uso dos termos “social” para caracterizar a língua, e “individual” para caracterizar a fala induziu muitos dos leitores de Saussure em erro. Supôs-se que para ele a língua fosse o uso genérico e indiferenciado do material lingüístico, e a fala o uso particular e personalizado desse material. Algo

assim como dizer que o emprego do imperfeito do indicativo com seu valor de duração no passado representasse um uso de língua, enquanto que o emprego da mesma forma com valor de presente (no chamado imperfeito hipocorístico, ou de fantasia) representasse um uso da fala. Evidentemente, nos dois casos estamos diante da fala, pois ocorre sempre uma utilização real, concreta.

Em suas “Noções de Estilística”, de edição póstuma, J. Mattoso Câmara Jr. refere-se à má compreensão aqui referida nos seguintes termos:

“A distinção entre língua e fala ou discurso é hoje um lugar-comum nos estudos lingüísticos desde que a formulou de maneira explícita e lapidar F. de Saussure. Entretanto, nem sempre é bem apreendida consoante o espírito do mestre, pois se tende a associar o discurso com a linguagem individual e a língua com a coletiva. A conceituação justa é muito diversa: fala ou discurso (*parole*, de Saussure) é a enunciação vocal integralmente considerada, ao passo que a língua é o sistema, o padrão, a estrutura, a pauta, que transponta do discurso e estabelece a comunicação lingüística; o discurso é o fenômeno físico da enunciação lingüística, a língua é o que nesta enunciação funciona como símbolo e serve de veículo à comunicação de idéias. A língua está contida no discurso, como uma figura geométrica está contida nas coisas físicas que temos diante de nós. Da mesma sorte que o geômetra em face de uma pedra deduz o sólido geométrico que dela se depreende (desprezando todos os elementos que ficam fora desse sólido ideal), o lingüista em face de uma enunciação deduz o sistema, a estrutura, a “língua” enfim, que está imanente e é ali o conjunto simbólico. Que esse conjunto é coletivo decorre necessariamente de ser simbólico, pois o símbolo é um fenômeno social para servir à vida social”.

Em síntese, é a língua que assegura a comunicação entre os homens, a despeito da extensa variabilidade da fala, e com isto o problema proposto no parágrafo anterior teria encaminhada sua solução.

3. Sucede porém que entre o edifício abstrato da língua e as diversas execuções concretas da fala ocorre uma variante de prestígio, ensinada pela escola, e capaz de fornecer ao falante um meio de comunicação não eivado de regionalismos: é o padrão ou a norma. Assim, entre os dois extremos representados pela língua e pela fala foi incluído o padrão, com o que passamos a ter uma visão tripartida da realidade lingüística. Como as denominações aqui utilizadas para designar a terceira modalidade lingüística têm assumido diversas acepções,

importa examiná-las para melhor completar a resposta oferecida às perguntas anteriormente formuladas.

3.1 — Para alguns, o padrão confunde-se com a *langue* saussuriana, como na exegese de J. Mattoso Câmara Jr., transcrita no § anterior. Especialmente na América, muitas vezes o termo *pattern* traz esse sentido.

3.2 — Outros entendem o padrão como o conjunto de hábitos lingüísticos que asseguram a compreensão e a coesão do grupo social. As línguas, como se sabe, estão sujeitas a duas tendências contrárias, a da inovação e a da conservação. Há nas línguas um mecanismo auto-regulador que impede as mudanças muito rápidas, pois isto dificultaria a compreensão. Tal mecanismo é conhecido de todos os falantes, mesmo os incultos. É em nome dele que as mães corrigem os filhos quando dizem “não sabo”, por exemplo. Neste sentido, o padrão representa uma defesa da estabilidade lingüística e, por via de consequência, confunde-se com a própria coesão do grupo social.

3.3 — Um terceiro sentido é aquele em que por padrão se entende a modalidade regional de prestígio cultural ou político, por isso mesmo suscetível de se impor a toda uma comunidade. Tal é o caso do toscano na Itália, do dialeto da íle-de-France na França, do castelhano na Espanha, e assim por diante. No caso do português de Portugal dividem-se as opiniões, uns optando por Lisboa, outros por Coimbra. No Brasil as áreas que mais se interessaram pela matéria — o canto erudito e o teatro — realizaram congressos, nos quais se tomou por padrão o falar carioca: Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada (São Paulo, 1937) e Primeiro Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro (Salvador, 1957). O assunto foi retomado por ocasião do Primeiro Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea (Coimbra, 1967), tendo-se apresentado pelo menos duas opiniões: a de Aryon Dall’Igna Rodrigues e a de Brian Head. Para o primeiro, “o que se pode dizer no momento sobre a língua portuguesa no Brasil repousa ampla e perigosamente numa base impressionística e, por conseguinte, muito precária”. Para o segundo, deve-se renunciar à busca da variedade de maior prestígio, determinando-se em seu lugar o “sistema comum às principais variedades cultas dos respectivos países” (*Actas*, respectivamente pp. 45 e 69). Mas é provável que em razão das dimensões continentais do Brasil seja

mais prudente identificar os padrões dos diversos centros culturais, assinalando então suas diferenças.

Também neste sentido padrão é tomado como um ideal, e é nesta acepção que se usa com maior frequência esse vocábulo. É fácil ver que se trata de uma abstração menor que a envolvida pelo conceito saussuriano de língua, e maior quando a comparamos ao conceito de fala.

Sintetizando, à dicotomia saussuriana podemos agora contrapor uma visão tripartida do fenômeno da linguagem, de grande valor operacional: a língua como estrutura abstrata, o padrão como uma abstração intermédia e variante de prestígio a que a comunidade deve ajustar-se em sua utilização da língua, e a fala como cada uma das variantes não conformadas ao padrão. Se há, pois, compreensão a despeito da variabilidade lingüística, deve-se à língua e à sua virtualidade simbólica.

Esta é a visão de E. Coseriu, que usa os termos *sistema*, acaso menos inequívoco que língua, *norma* e *fala*. Mantivemos os termos “língua” e “fala”, mas substituímos “norma” por “padrão” pelo seguinte motivo: o termo “padrão” refere-se à realidade lingüística múltipla de uma comunidade de prestígio; partindo dessa realidade, mas fazendo intervir critérios tais como gosto, tradição literária e senso de perfeição em matéria lingüística, o gramático seleciona a norma ou conjunto de regras para o “uso bom” da língua. Assim, pareceu-nos melhor reservar o termo “padrão” para a análise lingüística ampla, deixando “norma” para as necessidades práticas da Gramática Normativa.

Parece ter sido Dante Alighieri o primeiro a ocupar-se com o problema da variação lingüística espacial; em seu *De Vulgari Eloquentia* ela classificou catorze dialetos italianos e distribuiu as línguas românicas em três grupos, tomando como critério de classificação o advérbio de afirmação utilizado: línguas *de si*, *d’oc* e *d’oil*. A palavra *dialeto* tem tomado várias acepções; o étimo grego *diálekto* significa “conversação”, “linguagem”, “língua própria de um país”, donde servir à indicação de diferentes línguas (como o latim, o grego, etc.), tanto quanto à das variantes de uma mesma língua (como o ático, o dórico, o jônico e o eólio, no caso do grego). Também às vezes se usa esse termo para referir cada um dos fragmentos do latim vulgar. Modernamente, considera-se o dialeto um conjunto de isoglossas, que são linhas que unem pontos de mesma particularidade lingüística (fonética, morfológica, sintática ou léxica).

Sobre o conceito de língua, fala e padrão, v. F. de Saussure — *Curso de Lingüística Geral*, 2.^a ed., São Paulo, Cultrix, 1970, passim; J. Mattoso Câmara Jr. — “Noções de Estilística” (súmula), *Littera* 2

(maio-agosto de 1971), 87-92; Eugenio Coseriu — “Sistema, norma y habla”, *Teoría del Lenguaje y Lingüística General*, 2.^a ed., Madrid, Gredos, 1967, pp. 11-113; Angel Rosenblatt — “El criterio de corrección lingüística. Unidad o pluralidad de normas en el español de España y de América”, *El Simposio de Bloomington*, Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1967, pp. 113-146; Aryon Dall’Igna Rodrigues — “Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil”, *Actas do I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1968, pp. 41-55; Brian F. Head — “A descrição das variedades cultas do português contemporâneo como língua padrão”, *ibidem*, pp. 63-77.

II — A Dialectologia: generalidades

4. O estudo da variação espacial se fez inicialmente de um modo assistemático: o pesquisador recolhia os elementos que fosse reconhecendo ocasionalmente, depois tecia alguns comentários sobre o material levantado — em via de regra, muito desigual — e isso era tudo.

Só com o desenvolvimento da Geografia Lingüística — método científico de recolha sistemática de dialetismos — é que se venceu essa fase de improvisações. O novo método prevê os seguintes passos, que desenvolvo melhor na terceira parte deste trabalho:

a) Preparação do inquérito lingüístico, composto de uma série de questões relativas aos hábitos de vida dos habitantes da região a estudar. Nesta fase a Dialectologia combina seus caminhos com os da Etnografia.

b) Aplicação do inquérito: pronto o inquérito e selecionada a área a estudar, o documentador põe-se a campo, para o que deve aliar qualidades pessoais (facilidade de abordar estranhos, capacidade de inspirar confiança, respeito pelo informante, etc.) a uma formação específica (sólidos conhecimentos lingüísticos, prática de transcrição fonética aí incluída). O informante, por sua vez, deve ser nascido no local, filho de pessoa também nascidas no local e pertencente a uma camada sócio-cultural bem determinada. Requisitos tais como viagens feitas e outros dependem da modalidade de pesquisa que se esteja cometendo.

c) Interpretação dos fatos recolhidos, de que decorre o enriquecimento de nossos conhecimentos sobre o foneticismo, o léxico, a história e a variabilidade da língua.

5. A Dialectologia tal como acabamos de caracterizar desenvolveu-se grandemente, marcando de modo particular a Lin-

güística Românica. Não seria para aqui historiar esse desenvolvimento, tarefa de que se ocuparam vários tratadistas, enumerados no final desta parte.

De qualquer forma, e apenas para dar uma pequena idéia de sua amplitude, passamos a enumerar numa tábuia cronológica suas principais realizações, tais como a publicação de atlas lingüísticos e de revistas especializadas. Para o levantamento desses dados vali-me da bibliografia adiante indicada. A Dialetologia Portuguesa e Brasileira vêm historiadas na terceira e quarta partes deste trabalho.

- 1887 — *Revue des patois gallo-romans*, fundada por J. Gilliéron e pelo Abade Rousselot.
- 1902 — 1910 — Gilliéron e E. Edmont — *Atlas linguistique de la France* (ALF), com 1920 mapas, cobrindo 639 pontos de pesquisa; o questionário constava de 1900 perguntas.
- 1906 — A. Dauzat — *Géographie linguistique d'une région de la basse Auvergne*. Esse autor publicou depois vários estudos dialetológicos: *Essais de géographie linguistique: noms d'animaux*, 1921; *La Géographie linguistique*, 1922; *Les patois*, 1927, etc.
- 1909 — G. Weigand — *Linguistischer Atlas des dacorumänischen Sprachgebietes*, elaborado a partir de um inquérito direto principiado em 1895.
- 1909 — *Revue de dialectologie romane. Wörter und Sachen*.
- 1910 — G. Millardet — *Petit atlas linguistique d'une région des Landes*, com 573 mapas, questionário com 800 perguntas.
- 1912 — 1914 — A. Terracher — *Les aires morphologiques dans les parlers populaires du nordouest de l'Angoumois*: a grande inovação deste trabalho consistiu em valorizar os fatos morfológicos sobre os fonéticos, por serem mais estáveis, e assim mais caracterizadores da variante sob estudo.
- 1913 — *Bulleti de dialectologia catalana*.
- 1914 — 1915 — J. Gilliéron e E. Edmont — *Atlas linguistique de la Corse*, continuação do ALF.
- 1914 — 1926 — Charles Bruneau — *Enquête linguistique sur les patois d'Ardenne*: levantamento de 93 pontos e organização de um léxico com as palavras respondidas.
- 1917 — O Bloch — *Atlas linguistique des Vosges méridionales. Lexique patois-français des Vosges méridionales*. Esse Autor estuda a penetração da língua culta nas camadas populares.
- 1923 — 1939 — A. Griera — *Atlas lingüístic de Catalunya*.

- 1924 — L. Gauchat, J. Jeanjaquet, E. Tappolet — *Glossaire des patois de la Suisse normande*: publicação em fascículos, ainda não terminada.
- 1928 — 1940 — K. Jaberg e J. Jud — *Sprach- und Sach-Atlas Italiens und des Sudschweiz* (AIS: Atlas lingüístico e etnográfico da Itália e da Suíça Meridional).
- 1933 — 1942 — G. Bottiglioni — *Atlante linguistico-etnografico italiano della Corsica*.
- 1938 — 1942 — Sever Pop e E. Petrovici — *Atlasul Linguistic Roman, e Micul Atlas Linguistic Român*.
- 1948 — Tomás Navarro Tomás — *El Español de Puerto Rico* (contém um atlas com 75 mapas).
- 1950 — 1956 — P. Gardette — *Atlas linguistique et ethnographique du Lyonnais*.
- 1952 — *Orbis*, órgão do Centro Internacional de Dialectologia Geral, (ligado à Universidade Católica de Lovaina.), fundado e dirigido por Sever Pop.
- 1953 — 1955 — Jean Haust — *Atlas linguistique de la Wallonie*.
- 1954 — 1958 — J. Séguy — *Atlas linguistique et ethnographique du Massif Central*.
- 1957 — Pierre Nanton — *Atlas linguistique et ethnographique du Massif Central*.
- 1961 — (desde) — Manuel Alvar — *Atlas lingüístico y etnográfico de Andalucía* (ALEA).
- 1962 — (desde) — *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica* (ALPI): v. § 12.
- 1963 — Nelson Rossi — *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFBP: v. § 12).

6. Vejamos a seguir os rumos que a Dialectologia vem tomando desde que se constituiu com o célebre ALF.

6.1 — Durante muito tempo, e em parte ainda agora, a maior preocupação da Dialectologia concentrou-se na recolha e descrição de resíduos lingüísticos do passado, que importa documentar antes que desapareçam, tragados pelo nivelamento forçado da vida moderna. Daqui sua concentração nos níveis mais vulgares das línguas examinadas. Interessantes descobertas foram feitas por este meio; eles perdidos da evolução lingüística se localizaram, e não há dúvida que a Dialectologia prestou aqui enormes serviços à salvação de traços da România Antiga.

6.2 — Presentemente nota-se uma grande mudança quanto ao objeto mesmo do estudo dialetológico, deslocando-se os interesses da recolha da variante residual para a descrição do padrão lingüístico tal como o definimos no § 3.1. Passamos, assim, da Dialetologia horizontal para a Dialetologia vertical. Diversos fatores concorreram para essa mudança.

Primeiramente, o reconhecimento da importância da civilização urbana nos quadros da sociedade contemporânea. É de nossos dias a formação das grandes comunidades urbanas, agremiando muitas vezes uma notável parcela da população nacional. Tem sido lembrado neste particular que 1/7 dos mexicanos e 1/3 dos argentinos residem em suas respectivas capitais. No caso brasileiro, particularizando o do Estado de São Paulo, quase 1/2 dos habitantes vivem na capital, São Paulo. Tais centros, auxiliados pelos modernos meios de comunicação, transformam-se em centros irradiadores de padrão lingüístico, o qual importa descrever.

Em segundo lugar, deve lembrar-se o desenvolvimento de um ramo promissor da Ciência da Linguagem — a Sociolingüística — entre cujas finalidades se inclui o estudo dos falares urbanos, a que nos referimos na quarta parte deste trabalho.

Para uma introdução à Dialetologia, ver Silvio Elia — “A Geografia Lingüística”, *Orientações da Lingüística Moderna*, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1955, pp. 97-120; Eugenio Coseriu — *La Geografia Lingüística*, Montevideu, Publicaciones del Departamento de Lingüística de la Universidad de la República, 1956; Nelson Rossi — “A Dialetologia”, *Alfa* 11 (1967), 89-116; Manuel Alvar — *Estructuralismo, Geografía Lingüística y Dialectología*, Madrid, Gredos, 1969.

Para uma história da Dialetologia na România, v. Sever Pop — *La Dialectologie*. Aperçu historique et méthodes d'enquête linguistiques. Louvain, 1950, 2 vols.; Serafim da Silva Neto — *Manual de Filologia Portuguesa*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Acadêmica, 1957, pp. 197-279; Zdenek Hampejs — “Estado de los trabajos de Geografía Lingüística en los países románicos”, *RBF* 4 (1958), 111-135; Iorgu Iordan — *Lingüística Románica*, Madrid, Alcalá, 1967, pp. 251-503, especialmente 453-471. Sobre o papel da Dialetologia na România Nova, v. Jose Pedro Rona — *Algunos Aspectos Metodológicos de la Dialectología Hispanoamericana*, Montevideu, Dep. de Lingüística de la Universidad de la República, 1958.

Para a distinção entre Dialetologia horizontal e Dialetologia vertical, v. o capítulo homônimo de Celso Cunha — *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970, pp. 50-56.

III — A Dialetologia Rural Portuguesa

7. No § 4 referimo-nos aos dois momentos do estudo dialetológico, antes e depois do advento da Geografia Lingüística.

Neste parágrafo historiaremos brevemente a Dialectologia Rural em Portugal e no Brasil, encerrando por uma sumária apreciação do contributo da primeira fase dos estudos dialectológicos, conhecida como Dialectologia tradicional.

7.1 — Os estudos dialectológicos em Portugal compreendem dois momentos, tendo por marco divisor, segundo J. G. Herculanho de Carvalho, o ano de 1943, em que saiu o último número da *Revista Lusitana*.

O primeiro momento vem ligado a essa revista e à figura de seu Diretor, José Leite de Vasconcelos, que publicou os *Estudos de Filologia Mirandesa*, 2 vols., 1900-1901, e a *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, 1901. Além disso, o incansável lingüista português estimulou toda uma série de estudiosos de dialetos, cujos trabalhos ia publicando em sua revista.

O segundo momento principia com os trabalhos de Manuel de Paiva Boléo à testa do Instituto de Estudos Românicos da Universidade de Coimbra. É bem verdade que o Centro de Estudos Filológicos de Lisboa, fundado em 1932, tinha como objetivo a organização de um Atlas Lingüístico de Portugal e Ilhas. Mas, como assevera Serafim da Silva Neto em seu *Manual de Filologia Portuguesa*, ed. cit., p. 227, nota 1, “antes mesmo da fundação do Centro, em 1932, o Prof. Boléo, então a estudar em Hamburgo, preconiza a vantagem de se organizar em Portugal um atlas lingüístico cuja necessidade é urgentíssima”.

O Prof. Paiva Boléo preparou em 1942 um inquérito lingüístico por correspondência, substituído em seguida por um inquérito direto, de que havia em 1971 cerca de 2.950 preenchidos. A massa de informações assim recolhida constitui uma inesgotável fonte de estudos sobre os falares portugueses, desde que compulsados com o espírito crítico que o Prof. Boléo é o primeiro a recomendar. Diversas dissertações de licenciatura e estudos monográficos adiante apontados têm sido preparados mediante consulta a esse material. Em 1947 ele fundou a excelente *Revista Portuguesa de Filologia*, declarando na apresentação: “Embora possa publicar trabalhos sobre fonética, morfologia, sintaxe e estilística, dedicará especial atenção à lexicologia, ao onomástico, à toponímia, à dialectologia e à geografia lingüística, contribuindo assim para um melhor conhecimento de nossos falares, ameaçados de desaparecer antes de haverem sido cuidadosamente recolhidos”.

A partir de 1953 o Prof. Luís Felipe Lindley Cintra passou a colaborar no Atlas Lingüístico da Península Ibérica (v. § 12)

e em 1958 o Prof. José G. Herculano de Carvalho elaborou uma análise estrutural do dialeto mirandês (v. § 13.2).

7.2 — Os estudos dialetológicos no Brasil têm seu divisor de águas no período compreendido entre 1953 (fundação do Centro de Estudos de Dialectologia Brasileira, no Rio de Janeiro) e 1958 (I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, em Porto Alegre).

Na primeira fase, à semelhança do que ocorreu em Portugal, em idêntico período, não se aplicavam inquéritos, apesar do projeto de inquérito por correspondência preparado por Cândido Jucá Filho, em 1937. Essa fase foi aberta por Amadeu Amaral, em *O Dialeto Caipira*, em 1920. Seguiram-se-lhe: Antenor Nascentes, *O Linguajar Carioca*, 1922; Clóvis Monteiro, *A Linguagem dos Cantadores*, 1933; Mário Marroquim, *A Língua do Nordeste*, 1934; Pereira da Costa, *Vocabulário Pernambucano*, 1937; comunicações diversas apresentadas ao I Congresso da Língua Nacional Cantada, São Paulo, 1937; José d'Aparecida Teixeira, "O falar mineiro", *Revista do Arquivo Municipal* 45 (1938), e *Estudos de Dialectologia Portuguesa: A Linguagem de Goiás*, 1944; Artur Neiva, *Estudos da Língua Nacional*, 1940; Édison Carneiro, *A Linguagem Popular da Bahia*, 1951; Florival Seraine, *Dicionário de Termos Populares*, 1958. Em 1964 sai o *Vocabulário Sul-Riograndense*, incorporando os glossários de Pereira Coruja (1851), Romaguera Correia (1897), Roque Callage (1926) e Luís Carlos de Moraes (1935).

A segunda fase corresponde à intensa pregação de Serafim da Silva Neto, que tudo fez para implantar no país uma "mentalidade dialetológica". Para tal, fundou em 1955 a *Revista Brasileira de Filologia*, que dirigiu até a morte. A melhor resposta aos trabalhos de Serafim da Silva Neto foi dada por Nelson Rossi, que publicou em 1963 o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, e concluiu mais recentemente o *Atlas do Sergipe*, ainda inédito. Heinrich Bunse e Áttico Vilas Boas da Mota integram também este momento de nossos estudos dialetológicos.

7.3 — A primeira fase da Dialectologia portuguesa em Portugal e no Brasil deu como resultado o preparo de descrições incompletas das variantes regionais estudadas, nas quais se assinalava o que divergia da língua literária. A maior atenção era consagrada ao léxico. Não há dúvida que os autores ligados a este momento desempenharam um importante papel, pois chamaram a atenção das gerações seguintes para o interesse e a urgência da realização da pesquisa dialetal. Devia-se agora sistematizar em grandes fichários toda a sua atividade.

Esse trabalho já começou em Portugal, com a “Amostra dos materiais do Dicionário dos Falares Portugueses Modernos”, de Manuel de Paiva Boléo e José Gonçalo Herculano de Carvalho, Coimbra, 1959 (a reedição, com uma “Informação Complementar” de Paiva Boléo, em 1967, foi distribuída aos participantes do IX Congresso Internacional de Linguística Românica, Lisboa, 1959). Num folheto informativo de 1971, intitulado “Materiais do Dicionário dos Falares Portugueses Modernos”, informava o Prof. Paiva Boléo que até essa data tinham sido preparados 80.000 verbetes que “permitem desde já enriquecer o nosso tesouro lexical sob quatro aspectos: 1) dando a conhecer vocábulos que não vêm registrados nos dicionários mais completos da língua; 2) mencionando sentidos de palavras que neles não figuram; 3) tornando possível, na fase ulterior da elaboração dos materiais, seriar melhor os sentidos das palavras, segundo a sua vitalidade; 4) indicando com mais precisão a distribuição geográfica dos diferentes vocábulos e expressões, em vez de nos contentarmos com as designações genéricas de alguns dicionários, tais como: provincianismo minhoto, alentejano, etc.”

Pensamos preparar algo semelhante, e assim, a título de experimentação, temos orientado diversos alunos quartanistas no fichamento dos trabalhos mencionados no § 7.2. Numa segunda fase, pretendemos atacar os textos regionalistas, tenham ou não glossário final, como ocorre com alguns.

A segunda fase da Dialectologia Portuguesa, por envolver atividades mais complexas, será examinada nos parágrafos subsequentes, da seguinte maneira: o inquérito linguístico (§ 8), a seleção da área e dos informantes e a aplicação do inquérito (§ 9), a fixação da área dialetal (§ 10), a monografia dialetal (§ 11), os atlas dialetais (§ 12) e a interpretação dos fatos dialetais (§ 13).

Para a história da Dialectologia rural, v. Antenor Nascentes — “Études dialectologiques au Brésil”, *Orbis* 1 (1952), 181-184 e 2 (1953), 439-444; J. G. Herculano de Carvalho — “Os estudos dialectológicos em Portugal nos últimos vinte anos”, *Revista Portuguesa de Filologia* 11 (1961), 307-321, reproduzido com aditamentos nos *Estudos Linguísticos*, vol. I, Lisboa, Editorial Verbo, 1964, pp. 167-182. Noticiário sobre a fundação do Centro de Estudos de Dialectologia Brasileira: *Revista Brasileira de Filologia* 1 (1955), 83-85. Sobre o I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, v. *Ibérica* 2 (1959), 157-161.

Para um levantamento dos estudos portugueses e brasileiros da primeira fase, v. respectivamente J. G. Herculano de Carvalho, *o.c.*, 307-310, Serafim da Silva Neto — *Introdução ao Estudo da Língua Portu-*

guesa no Brasil, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1963, pp. 163-185, e Heinrich Bunse — *Estudos de Dialectologia no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Edições da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969.

8. O inquérito lingüístico constitui-se num elenco de perguntas a formular ao informante, objetivando obter materiais lingüísticos mais completos e representativos da fala espontânea. Em seu preparo, pressupõe-se o conhecimento da realidade etnográfica da comunidade cuja língua se vai estudar. Por isso, a Dialectologia e a Etnografia têm andado juntas.

Os inquéritos compõem-se em geral de perguntas organizadas à volta dos seguintes itens: o homem, a terra, os animais. Cada divisão dessas comporta diversas áreas semânticas, e assim temos os chamados inquéritos léxicos. Há-os também fonéticos, que são aqueles que buscam documentar palavras em que figuram fenômenos fonéticos de interesse. O inquérito morfológico prevê situações em que o falante deve apresentar palavras flexionadas; o sintático consta de gravuras com cenas que o informante deve descrever ou narrar, produzindo textos mais extensos.

É comum incluir nos inquéritos questões tais como: dizer os dias da semana, contar até 21, dizer algumas rezas, narrar histórias, etc.

Entre os inquéritos que utilizam desenhos, conhece-se o de Stanley Sapon, *A Pictorial Linguistic Interview Manual* (PLIM). Consta de 135 pequenos desenhos de objetos familiares ao meio urbano e rural, 12 desenhos maiores, de animais domésticos, cada qual com sua cria, e de 8 desenhos de página inteira, ilustrativos de cenas de novela. Diante desse material, o informante é levado a dizer palavras isoladas (para a análise fonológica), duas ou três sentenças (para a análise morfológica e sintática), e textos mais extensos (para o estudo da entonação), respectivamente. Uma quarta parte traz desenhos em que uma personagem faz alguma coisa. Pondo-se o informante no papel da personagem do desenho, obtêm-se dados de morfologia nominal, verbal, etc. (v. bibliografia do § 9).

O inquérito pode ser aplicado por correspondência — modalidade hoje praticamente abandonada — ou diretamente. O inquérito direto, por sua vez, pode ser feito mediante transcrição imediata das respostas, ou gravando-se para transcrição e análise posteriores.

Para o português foram preparados os seguintes inquéritos por correspondência: Manuel de Paiva Boléo, 1942; Cândido Jucá Filho, 1959 (preparado em 1937); Ático Vilas Boas da Mota, 1964; Heinrich Bunse, 1969. Para aplicação direta são conhecidos os seguintes: Serafim da Silva Neto, 1955; Antenor Nascentes, 1958-1961; Manuel de Paiva Boléo, 1962; Nelson Rossi, 1965.

Em 1956 o Centro de Filologia Românica da Faculdade de Letras de Estrasburgo convocou um "Colóquio de Dialetoologia Românica" para examinar exclusivamente o problema dos questionários dialetológicos. Apresentaram comunicações Sever Pop, Monsenhor Gardette, G. Straka, J. Fouquet, R. Gsell, E. Schule, E. Legros e E. Beyer. Dentre as conclusões ressalta o problema central deste gênero de pesquisa: até que ponto se pode responder pela autenticidade de respostas dadas a perguntas feitas por um estranho? Lembrou-se a diversidade de respostas dadas à mesma pergunta (pág. 357) e recomendou-se extremo cuidado em sua formulação, devendo a pesquisa indicar como a questão foi apresentada (pág. 251). Afinal, como diz Eugênio Coseriu, não se deve considerar o método geográfico "como uma panacéia para todos os problemas lingüísticos. Os mapas não refletem todo o falar correspondente a uma língua, como já assinalava Gilliéron. (...) A variedade 'horizontal' que a geografia lingüística comprova esquematicamente não é toda a variedade da linguagem: existe também uma variedade 'vertical', entre camadas sociais e culturais, e no falar do mesmo indivíduo, segundo as diferentes situações e diferentes momentos expressivos" (*La Geografia Lingüística*, p. 43).

Cândido Jucá Filho — "Questionário lingüístico-etnográfico brasileiro", *Revista de Portugal*, série A, Língua Portuguesa, 24 (1959), 14-20; Manuel de Paiva Boléo — *Inquérito Lingüístico*, Coimbra, 1942, e "Os Inquéritos lingüísticos da Revista Portuguesa de Filologia", RPF 2 (1948), 474-505; Ático Vilas Boas da Mota — *Mutirão*, Inquérito lingüístico-etnográfico-folclórico, I, Questionário, Goiânia, Imprensa Universitária, 1964; Heinrich Bunse — *Estudos de Dialetoologia no Rio Grande do Sul*, Problemas, Métodos, Resultados, Porto Alegre, Edições da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969; Serafim da Silva Neto — *Guia para Estudos Dialetoológicos*, Florianópolis, Faculdade Catarinense de Filosofia, 1955 (há uma segunda edição publicada em Goiânia, 1957); Manuel de Paiva Boléo — *Inquérito Lingüístico* (Questionário), 2.^a ed., Coimbra, 1962, com numerosas gravuras; Antenor Nascentes — *Bases para a Elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, vol. I, 1958, vol. II, 1961, contendo um inquérito léxico e um fonético, e a enumeração dos pontos de pesquisa de interesse para o Atlas Lingüístico Nacional; Nelson Rossi — *Atlas Prévio dos Faltres Baianos*, Introdução, Questionário comentado, elenco das respostas transcritas, Rio de Janeiro, Instituto Nacional

do Livro, 1965, em que se descreve a experiência alcançada na elaboração do APFB. Os textos das comunicações ao Colóquio de Dialectologia de Estrasburgo saíram no *Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg*, 35^e. année, fasc. 5-6 (1957), 231-357, de que se imprimiu separata.

9. A preparação do inquérito ocorre paralelamente com a seleção do local para pesquisar, visto que aquele deve adequar-se a este. Não são incomuns as aplicações preliminares do inquérito, com o fito de aperfeiçoá-lo, tendo em vista as peculiaridades da área a estudar.

9.1 — A região a ser estudada é então dividida em pontos nos quais se aplicarão o inquérito. A obra acima citada de Antenor Nascentes traz os números dos pontos a inquirir no Brasil. Há vários critérios para a divisão da área em pontos:

a) Critério geométrico: quadricula-se o território, estudando cada um dos quadros da rede então formada.

b) Critério histórico: os pontos são selecionados de acordo com seu interesse histórico.

c) Critério cultural: os pontos representam centros de irradiação cultural, tais como sedes de bispado, escolas, etc.

d) Critério étnico: na seleção do ponto leva-se em conta seu povoamento.

No caso de *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, informa seu Autor, Nelson Rossi, que para a seleção dos cinquenta pontos inquiridos começou-se pelo que A. Nascentes propusera para a Bahia, submetendo essa proposta a uma revisão de acordo com os seguintes critérios: “antiguidade, maior grau de isolamento, maiores probabilidades de oferecer fisionomia própria, distância relativa entre elas para evitar os riscos de passar ao largo de possíveis limites linguísticos” (o.c., p. 27). Para essa revisão, procedeu-se a um cuidadoso levantamento na bibliografia histórica e geográfica da Bahia.

9.2 — Escolhido o ponto, selecionam-se os informantes. Para assegurar uma autenticidade maior nos resultados, o ideal é dispor de seis deles em cada localidade, sendo três homens e três mulheres, distribuídos por faixas etárias diversas (jovens, adultos e velhos). É também prudente que mais de um pesquisador aplique o inquérito.

A seleção do informante se faz de modo a garantir a maior autenticidade da fala que se está recolhendo; por isso, ele deve ser natural do lugar, filho de pais também do lugar, se possível

casado com uma pessoa nas mesmas condições. Tratando-se de Dialectologia Rural, não deve ter permanecido muito tempo fora do lugar, e de preferência deve ser analfabeto.

O documentador deve ter tato para conduzir o inquérito com naturalidade e respeito pelo informante, em cujas respostas não deve influir (por isso suas perguntas serão sempre indiretas) e precisará acompanhar com espírito crítico as reações do informante, para garantir a espontaneidade e a autenticidade das respostas.

As respostas podem ser transcritas na hora, ou gravadas e transcritas depois. Daqui a necessidade de o dialectólogo contar com sólida formação em Fonética. No caso da língua portuguesa parece que o mais antigo sistema de transcrição é o de Rodrigo de Sá Nogueira, preparado em 1936 a pedido do Centro de Estudos Filológicos de Lisboa. Em 1952 Armand de Lacerda e Göran Hammarström editaram um novo sistema. No Brasil, J. Mattoso Câmara publicou em 1957 um manual de transcrição voltado para os interesses da Linguística Indígena. E em 1971, Nelson Rossi, a pedido da Comissão Nacional dos Responsáveis pela Execução do Projeto da Norma Linguística Culta — da qual faz parte — adaptou o sistema proposto pelo projeto congênere de autoria de Juan M. Lope Blanch, fazendo gravar uma fita com ilustrações das substâncias fônicas ali catalogadas. O VI Seminário do “Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo”, GEL, reunido em Franca, em 1971, propôs um sistema que está atualmente sendo experimentado nas Faculdades de Letras do Estado.

Como já ficou dito no § 6.2, ao tratamento puramente fonético do material recolhido soma-se agora seu estudo fonológico, de que indicamos alguns espécimes no § 13.2.

Assumiram grande importância na gravação de inquéritos dialectológicos os Laboratórios de Fonética de Coimbra e de Salvador, que organizaram arquivos sonoros dos falares portugueses e brasileiros.

Para uma enumeração dos pontos de pesquisa de interesse para a elaboração do Atlas Nacional, v. Antenor Nascentes — *o.c.*, vol. I, pp. 19-22

Sobre a metodologia dos inquéritos linguísticos: Sever Pop — “Enseignements sur les méthodes d’enquêtes linguistiques”, *Revista Brasileira de Filologia* 1 (1965), 85-88, em que resume o que de principal aparece em seu *La Dialectologie*; G. Hammarström — “Inquéritos linguísticos”, *Revista de Portugal*, série A, *Lingua Portuguesa* 24 (1959), 252-268,

súmula de suas experiências no Algarve, Stanley Sapon — “Contribución metodológica a la encuesta dialectal”, *Boletim de Filologia* 20 (1961), 69-75, em que refere a aplicação do seu *A Pictorial Linguistic Interview Manual*, Columbus, The Ohio State University, 1957. Sobre a aplicação desse manual, v. Maria José de Moura Santos — “O uso de desenhos em inquéritos lingüísticos (a propósito do PLIM)”, *Revista Portuguesa de Filologia* 12 (1962-1963, 199-211 e Paul Lazarescu — “Remarques sur l'emploi du PLIM dans les enquêtes dialectales”, *Revue roumaine de linguistique* 11 (1966), 85-100. São muito judiciosas as indicações metodológicas de Nelson Rossi — *o.c.*, pp. 15-38, e as de Manuel Alvar — *Estructuralismo, Geografía Lingüística y Dialectología Actual*, ed. cit., pp. 99-169.

Sobre a transcrição fonética, v. Rodrigo de Sá Nogueira — “Alfabeto fonético”, *Boletim de Filologia* 4 (1936), 14-23; Armando de Lacerda e G. Hammarström — “Transcrição fonética do português normal”, *Revista do Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra* 1 (1952), 119-135; J. Mattoso Câmara Jr. — *Manual de Transcrição Fonética*, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1957; a adaptação de Nelson Rossi, inédita, partiu no volume *Cuestionario Provisional para el Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica*, México, UNAM, 1968.

Sobre a importância dos laboratórios de fonética na pesquisa e organização de arquivos dialetológicos, v. Armando de Lacerda — *O Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra*, separata da *Rev. Lab. Fon. Exp. de Coimbra* e “Recolha, arquivo e análise de falares regionais portugueses”, Nelson Rossi — *Laboratório de Fonética na Bahia*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1965.

10. As respostas obtidas mediante a aplicação do inquérito são fichadas, separando-se os fatos apurados segundo os níveis lingüísticos. Cada fato é então anotado num mapa, ou mediante inscrição direta, ou colorindo-se, de acordo com um critério previamente estabelecido. Essa atividade vai revelar-nos a área dialetal, de contornos sempre flutuantes, a ponto de constituir-se numa verdadeira abstração.

Há um modo subjetivo e um objetivo de determinação das áreas dialetais.

A determinação subjetiva parte da consciência lingüística do falante; por isso, em inquéritos organizados na Holanda, no Japão e em Portugal, consta uma indagação sobre o nome do falar local. Naturalmente essa impressão dos falantes nativos tem de ser confirmada pelo modo objetivo.

A determinação objetiva se faz por meio das *isoglossas*, que são linhas que ligam pontos de mesmo traço fonético (isófonas), morfo-sintático, ou léxico (isolexas). Traçando isoglossas num mapa, observamos que se formam determinados feixes dessas linhas. Concluímos então — não sem algum

arbítrio — que naquela região há um falar ou dialeto. Evidentemente a extrema variedade do fenômeno lingüístico leva a imbricações de toda ordem, e por isso é necessário descartar certos dados discordantes em favor daqueles mais caracterizadores. Em decorrência disso encontramos bolsões de um dialeto encravados dentro de outro e constatamos que as áreas dialetais não coincidem com as divisões geográficas. Apesar disso, damos aos dialetos as designações cômodas que a geografia estabelece. Em suma, não foi sem razão que se afirmou que os dialetos são “mais um produto de nossa conceituação e desejo de simplificação do que um fenômeno lingüístico natural” (R. W. Langacker).

A divisão do Brasil em áreas dialetais atende até aqui a critérios extralingüísticos, pois ainda não dispomos de um atlas nacional.

Antenor Nascentes divide os falares brasileiros em dois grupos, o do Norte e o do Sul, cada qual com seus subfalares. O falar do Norte compreende dois subfalares: o amazônico e o nordestino. O falar do Sul compreende quatro subfalares: o baiano, o mineiro, o fluminense e o sulista.

As divisões mais recentes dos falares de Portugal incluem estudos de M. de Paiva Boléo, Maria Helena dos Santos Paiva e Luís Felipe Lindley Cintra.

Manuel de Paiva Boléo — “Linguistique, géographie et unités lexicales subjectives au Portugal”, *Actele celui de-Al XII Congres International de Lingvistic si Filologie Romanica*, Bucaresti, Éditions de l'Académie de la République Socialiste de Roumanie, vol. II, 1971, pp. 323-342. Sobre o conceito de isoglossa citarei apenas Ronald W. Langacker — *A Linguagem e sua Estrutura*, Petrópolis, Vozes, 1972, pp. 54-60.

A divisão de Antenor Nascentes vem em seu *O Linguajar Carioca*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Simões, 1953, pp. 25-26. Para um estudo comparativo das propostas feitas, v. Silvio Elia — “Nota sobre as áreas dialetais brasileiras”, *Ensaio de Filologia*, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1963, pp. 303-312. A divisão dos falares portugueses de M. de Paiva Boléo e Maria Helena dos Santos Silva intitula-se “O Mapa dos Dialetos e Falares de Portugal Continental”, *Boletim de Filologia* 20 (1961), 85-112, e foi comentada pelo primeiro dos autores na comunicação “O Estudo dos Falares portugueses, antigos e modernos, e sua contribuição para a história da língua”, apresentada ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiro, v. *Actas*, vol. II, Lisboa, 1960, pp. 418-428. De L. Felipe Lindley Cintra é a “Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses”, *Boletim de Filologia* 22 (1964-1973), 81-116.

11. O estudo dialetológico de uma pequena região pode conduzir à elaboração de uma monografia dialetal.

As monografias constam em geral das seguintes partes:

a) Introdução, em que se situa a ambiência histórico-geográfica do ponto, ou dos pontos estudados, freqüentemente ilustrados por meio de fotografias e mapas, além de indicações sobre a metodologia utilizada.

b) Estudo fonético.

c) Estudo morfo-sintático.

d) Estudo léxico, com um inventário de palavras, referindo problemas semânticos e de formação vocabular.

Algumas monografias acrescentam como apêndice espécimes do folclore local.

Em Portugal, a exigência de uma dissertação de licenciatura e o interesse que a Dialectologia suscitou em Lisboa e Coimbra deram como resultado toda uma floração de trabalhos desta espécie, inéditos em sua maior parte. J. G. Herculano de Carvalho, no artigo citado na bibliografia do § 7 deste assim classifica essas dissertações: 1) monografias sobre o falar de uma localidade ou de uma pequena região; 2) aspectos particulares da atividade rural e do falar de uma região ou localidade (a cultura da vinha, por exemplo) ou de uma linguagem técnica (a linguagem corticeira, por exemplo); 3) dissertações de caráter onomasiológico (*o.c.*, pp. 312-314).

Sobre as monografias publicadas no Brasil, v. bibliografia a seguir.

Preciosas sugestões metodológicas sobre a elaboração da monografia dialetal aparecem em Juan M. Lope Blanch — *La Filología Hispánica en México*, Tareas más urgentes, México, UNAM, 1969, pp. 55-60.

Para um levantamento de parte das dissertações de licenciatura em Portugal que tenham interesse dialectológico, v. Marilina Luz — "Dissertações de licenciatura de caráter lingüístico apresentadas à Secção de Filologia Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra", *Revista Portuguesa de Filologia* 9 (1958-1959), 511-537; Manuel de Paiva Boléo — "Dissertações de Licenciatura em Lingüística Portuguesa", *ibidem* 15 (1969-1971), 837-852, e Maria F. Gottschalk e Maria da Graça T. Barata — "Dissertações de licenciatura de caráter dialectológico", *Boletim de Filologia* 22 (1964-1973), 427-446.

Algumas monografias dialetais brasileiras: Antonio José Chediak — "Aspectos da linguagem do Espiraiado", *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro*, Rio de Janeiro, MEC, 1958, pp. 321-379; Walter Spalding — "Comparações do linguajar diário do gaúcho", *Orgunon* 8/9 (1963-1964), 75-94; Carlos Augusto Caminha — *A Pesca na Freguesia da Lagoa*, Florianópolis, Faculdade Catarinense de Filosofia,

1958; para uma enumeração dos trabalhos de Heinrich Bunse, v. seus *Estudos de Dialectologia no Rio Grande do Sul*, ed. cit., pp. 15-16; Mário Bonatti — *O Dialeto Trentino de Pomeranos, SC, Lorena*, 1968 (tese de doutoramento, publicada em 1974 pela Faculdade Salesiana de Filosofia e pelo Instituto de Estudos Históricos do Vale do Itajaí sob o título *Aculturação Lingüística*).

12. A coleção dos mapas dialetais referidos no § 10 constituiu o atlas lingüístico.

Os mapas podem ser fonéticos ou léxicos, segundo representem variantes fônicas de um mesmo fonema, ou palavras correspondentes a um mesmo conceito. São ainda raros os mapas de interesse morfológico.

Já nos referimos aos principais atlas românicos no § 5. Neste particular, tem-se notado uma mudança de orientação, cedendo os atlas nacionais aos atlas regionais, em que o número de pontos é maior e, portanto, mais acurados os resultados obtidos. Mas nem sempre se põe aqui o problema da opção entre um tipo e outro de atlas. Tal é o caso da maioria dos países latino-americanos (com exceção de Porto Rico), que não contam ainda com uma coisa nem com outra.

No campo específico da língua portuguesa não dispomos ainda de atlas nacionais.

Em 1932 o Centro de Estudos Filológicos de Lisboa planejou levantar o “Atlas Lingüístico de Portugal e Ilhas”, tarefa que não pôde executar até aqui.

Por volta de 1946, o Prof. Manuel de Paiva Boléo intentou organizar o “Atlas Lingüístico de Portugal”, plano de que desistiu em face de dificuldades materiais. Posteriormente, Portugal foi cartografado graças ao projeto do “Atlas Lingüístico da Península Ibérica”, ALPI.

Coube a Navarro Tomás, especialista em Fonética e Dialectologia da Secção de Filologia do Centro de Estudos Históricos de Madrid planejar em definitivo e dirigir a execução do ALPI (o projeto primitivo é de Menéndez Pidal, e foi concebido em 1907). O questionário foi elaborado por Navarro Tomás, Amado Alonso e Menéndez Pidal, e está dividido em duas secções: Fonética, Morfologia e Sintaxe de um lado, Léxico e Etnografia de outro. Uma vez preparados os colaboradores, entre os quais Rodrigo de Sá Nogueira e Armando Nobre de Gusmão, tiveram início os trabalhos de campo, em 1931, principiando o levantamento pelo leonês, castelhano, andaluz, aragonês, parte do catalão e do galego. Irrompe nesta altura a

Guerra Civil Espanhola, e os materiais do ALPI migram sucessivamente para Valência, Barcelona, Paris e Nova Iorque, já ao término da guerra, em 1939, permanecendo na América até 1950. Funda-se nesse ínterim o "Consejo Superior de Investigaciones Científicas" (1940), que decide pela prossecução dos trabalhos. Trazidos os materiais de volta à Espanha, encarrega-se Rafael Balbín de reencetar os trabalhos, sob a supervisão de Menéndez Pidal.

Em 1953 o Instituto de Alta Cultura de Lisboa, que já havia proporcionado a colaboração de Sá Nogueira e de Armando Nobre Gusmão, volta a interessar-se pelo projeto, encarregando o Prof. Luís Felipe Lindley Cintra de prosseguir os inquéritos na área portuguesa, o que foi feito com o concurso de Anibal Otero. Esse trabalho estende-se de 1953 a 1956, concluindo-se a coleta de dados para o ALPI.

Veio então a delicada tarefa de passar as respostas para o mapa, trabalhando nesse sentido equipes de foneticistas e desenhistas. O alfabeto fonético adotado é o que vem definido por Navarro Tomás em seu *Manual de Pronunciación Española*. Em cada mapa, além da palavra espanhola, figuram as suas equivalentes em português e catalão. O primeiro volume publicado consta de 75 mapas, e saiu em 1962; a publicação desse atlas ainda não terminou.

A execução do ALPI não anula a necessidade de se preparar um "Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e Galiza", projeto apresentado por M. de Paiva Boléo, J. G. Herculano de Carvalho e L. F. Lindley Cintra ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Lisboa, 1957). Segundo os proponentes, o trabalho compreenderia cerca de 300 pontos do domínio lingüístico português, percorridos preferentemente por um só inquiridor, aplicando-se um questionário que associasse a experiência dos autores do projeto e de outros atlas românicos.

No Brasil, deve-se destacar o papel de Serafim da Silva Neto que em cursos e reuniões científicas insistiu no estudo dos falares brasileiros por meio de monografias e atlas regionais até que, amadurecidos os meios científicos, pudéssemos nos atirar à tarefa da elaboração do atlas nacional. Suas idéias relativas aos atlas regionais aparecem melhor explicitadas na comunicação que apresentou de parceria com Celso Ferreira da Cunha ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros já aqui citado. Propõe-se ali preparar sete atlas lin-

güístico-etnográficos do Brasil, segundo a divisão das áreas culturais brasileiras propostas por Manuel Diegues: Amazônica, Nordeste Litoral, Nordeste Mediterrâneo, Planalto, Centro-Oeste, Centro-Leste, Extremo Sul.

Coube a Nelson Rossi realizar o primeiro estudo lingüístico-geográfico de um falar brasileiro. O *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, APFB, recolhe em 154 cartas palavras e expressões de 50 localidades. Publica ainda 44 cartas-resumo em que se indicam as diferentes denominações da mesma coisa. A transcrição fonética adotada foi a de Lacerda-Hammarsström, com alterações. O questionário abrange os seguintes setores: o homem biológico, a pecuária, a terra, os vegetais. Em cada localidade foram inquiridos dois informantes, desenvolvendo-se os trabalhos entre 1963 e 1965 com a colaboração de uma equipe composta por ex-alunos do Prof. Nelson Rossi. Aguarda-se atualmente a publicação do "Atlas do Sergipe", cujos trabalhos foram encerrados recentemente.

Sobre o projeto do Centro de Estudos Filológicos, v. *Boletim de Filologia* 1 (1932) 1. Sobre os planos de M. de Paiva Boléo — "A vida e a obra de Karl Jaberg", *RPF* 10 (1956), 419. M. de Paiva Boléo, J. C. Herculano de Carvalho e L. F. Lindley Cintra — "Projeto de um Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza", *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, ed. cit., vol. II, pp. 413-417. *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, vol. I, Parte 1, Fonética 1962. (v. M. Sanchis Guarner — *La Cartografía Lingüística en la Actualidad y el Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*, Madrid, CSIC, 1953).

Um relato das atividades de Serafim da Silva Neto em favor da formação de uma "mentalidade dialetológica" entre nós aparece em seu *Guia para Estudos Dialectológicos*, ed. cit., pp. 5-7. Celso F. da Cunha e Serafim da Silva Neto — "Atlas Lingüístico-Etnográfico do Brasil", *Actas do III Colóquio*, ed. cit., vol. II, pp. 405-412. Nelson Rossi — *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, Rio de Janeiro, MEC/INL, 1962; colaboradores principais: Dinah Maria Montenegro Isensee e Carlota da Silveira Ferreira.

13. São muitas as lições que podemos tirar do exame das cartas e das monografias dialetais. Por uma razão meramente didática resumimos aqui essas lições em três direções, naturalmente não exclusivas: contribuições para a história da língua, estudo de seu foneticismo, e estudo de seu léxico.

13.1 — A maior contribuição da Dialectologia à história das línguas está em que descobre e documenta as formas lingüísticas, indicando, ademais, sua dispersão pela área estuda-

da. Do estudo de seus resultados tiramos conclusões sobre o caráter inovador ou conservador de determinadas áreas, matéria esta que já se prestou à elaboração de teorias como as da Neolingüística italiana.

O estudo clássico de Manuel de Paiva Boléo, "Dialectologia e isoglossas da língua", opera com três fenômenos fonéticos: a africada *ts* inicial e medial, a troca de *v* por *b*, o ditongo *ui* em *chuiva* e a velar oclusiva sonora em *gacho*. Estudando a distribuição desses fones no mapa dialetológico português, conclui que há uma nítida distinção entre o Norte e o Sul, embora as isófonas de *ts/s*, *v/b*, *ui/u* e *g-/c-* não coincidam totalmente. Adiantando que os fatos documentados nas cartas apenas ao seu trabalho demonstram que o português não se originou da elevação de um dialeto a língua nacional, rejeita as teses dos que localizam o berço da língua em Lisboa, Coimbra, ou no Norte, pois "na constituição primitiva do nosso idioma entram elementos de várias províncias".

A contribuição de Lúcia M. dos Santos Magno, *Áreas Lexicais em Portugal e na Itália* consiste na comparação de algumas cartas do AIS com as respostas oferecidas ao ILB, com o fim de avaliar a tese da influência sul-italiana no processo de romanização da Península Ibérica. Ela pôde mostrar que alguns mapas indicam uma concordância entre essas áreas (como os das designações para "fermento", "galinheiro", etc.). Outros assinalam discordâncias, como o das designações para "ervilha". As discussões suscitadas por seu trabalho põem em causa o auxílio que o método geográfico-lingüístico pode trazer para o exame de problemas de caráter histórico. Com efeito, é preciso avaliar preliminarmente se as palavras estudadas foram herdadas ou se constituem empréstimos posteriores à época estudada.

13 2 — O estudo fonético sempre constituiu o ponto de maior interesse nos trabalhos da Dialectologia, a que ficou, aliás, devendo muito de seu desenvolvimento.

L. F. Lindley Cintra em "Alguns Estudos de Fonética com Base no Atlas Lingüístico da Península Ibérica" estuda a ocorrência no Brasil do *s* pré-dorso-dental e a inexistência do *s* ápico-alveolar, o que representaria a conservação de um traço fonético típico do Sul de Portugal. Em outros casos pode-se igualmente aproximar a pronúncia brasileira da meridional portuguesa: a monotongação do ditongo *ei* (*âi* no Norte por-

tuguês), a distinção entre *v* e *b* (alternantes no Norte português) e a inexistência da africada *ts* (recuando no Norte português, mas ainda perceptível). Como justificar essa possível influência do Sul português na pronúncia brasileira? Lembra o Prof. Lindley Cintra que a tese da predominância de sulistas na colonização do Brasil hoje não mais se aceita. Pensa o Autor, fundamentando-se nos dados do ALPI, que se vem processando em Portugal uma irradiação das peculiaridades dos falares meridionais, talvez devido ao prestígio de centros urbanos tais como Lisboa e Coimbra. Com isto, mesmo os colonos nortistas vindos para o Brasil manifestam uma tendência a dar vitória às peculiaridades dos falares meridionais portugueses.

O Estruturalismo abriu à Dialectologia uma nova perspectiva de interpretação do material fônico, introduzindo a descrição do sistema fonológico da variante examinada e renunciando ao levantamento, aparentemente impossível, da totalidade das variantes fônicas.

O estudo fonológico caracteriza-se pela depreensão dos fonemas do dialeto considerado, especificando as condições em que se realizam (combinatória) e organizando o respectivo quadro. A grande diferença entre essa atitude e a fonético-descritiva está em que ela deixa de lado as variantes acidentais sem interesse para o sistema, e que eram normalmente recolhidas pelas descrições do tipo anterior.

A nova inclinação levou a observar que por vezes os sistemas fonológicos podem oferecer semelhanças parciais entre si, o que acarretou o desenvolvimento do conceito de *diassistema*, já antevisto por N.S. Trubetzkoy:

“Certos fenômenos fonológicos repartem-se geograficamente de tal sorte que figuram em diversas línguas não aparentadas, mas geograficamente vizinhas, ou, ao contrário, faltam em domínios geográficos maiores ocupados por diferentes línguas” (“Phonologie et géographie linguistique”, p. 349).

A aplicação dos princípios estruturalistas ao trabalho dialectológico pode ser proveitosa, desde que não descartemos fatos de interesse lingüístico com os quais a Dialectologia sempre se tem defrontado. Como ensina Manuel Alvar, “por muito fechada que seja a estrutura de uma língua, sempre há elementos ou processos íntegros que só se podem explicar a partir da história, ou a partir de outros ingredientes culturais, aos quais não se deve renunciar se não quisermos mutilar nosso

próprio conhecimento" (*Estructuralismo y Dialectología*", p. 19).

A primeira abordagem estruturalista de um falar português coube a Francis M. Rogers, com sua tese de doutoramento "The Pronuntiation of the Madeira and Azores Dialects as compared with Standard Portuguese", Harvard University, 1940.

Em 1958 o Prof. J. G. Herculano de Carvalho publicou o vol. I de sua *Fonologia Mirandesa*, em que refaz os *Estudos de Filologia Mirandesa* de Leite de Vasconcelos, velhos então de cinquenta anos. O estudo enquadra-se na moderna Dialectologia de orientação estruturalista e consta — no volume editado — de uma análise sincrônica do material fônico, assim organizada: enumeração dos fonemas e sua realização, os fonemas no sistema, a distribuição e a combinação de fonemas. Em apêndice vêm textos em transcrição fonética e fonológica. O Autor identifica entre os fonemas as africadas alveolar surda /ts/ e pré-palatal surda /tʃ/ (apesar de extremamente precárias, p. 81), as fricativas ápico-alveolares /s/ e /z/, que parecem constituir novidade no sistema português (deve-se lembrar que o mirandês se prende ao leonês).

Num trabalho também de 1958, só recentemente publicado, Nelson Rossi trata da iotização do *lh* em algumas localidades baianas, fenômeno comumente considerado pã-brasileiro e até aqui dado à conta da influência indígena ou africana no português do Brasil. Examinando o material recolhido em cinco localidades baianas, constatou uma larga (e surpreendente) predominância da não iotização (20 casos) sobre a iotização (2 casos), concluindo provisoriamente que "a ausência da passagem /-lh-/ > /-y-/ se explicaria por um esforço de reconstrução, partido da ação escolar ou da de emigrados que voltassem (mas de onde?) com prestígio da ação escolar ou da de emigrados que voltassem (mas de onde?) com prestígio que inspirasse à comunidade o desejo de imitá-los" (p. 169).

O mesmo Autor examina em outro local a distribuição das africadas [ts] e [dz] no Brasil, comparando sua ocorrência no Mato Grosso de um lado, e na Bahia e Sergipe de outro. Suas conclusões são as seguintes: 1) No Mato Grosso as africadas predominam sobre as fricativas, enquanto que na Bahia as duas substâncias fônicas concorrem em pé de igualdade; 2) assim, Bahia e Sergipe podem ser incluídos na área de ocor-

rência das africadas, mas seu valor estrutural não é o mesmo nas duas regiões citadas: enquanto no Mato Grosso as africadas só ocorrem em posição inicial e medial, na Bahia e Sergipe só se pode afirmar com segurança que ocorrem em posição medial intervocálica, nos casos em que no padrão ideal ocorreria um ditongo, como em *muito* [mutsu], *oito* [ótsu], etc. Parece ter sido esta a primeira vez que se aplicam critérios fonológicos à interpretação de fenômenos dialetais brasileiros, donde a importância do texto referido.

Os critérios sociolinguísticos de recolha e interpretação dos dados dialetológicos incluem entre as causas da variação linguística a atitude do falante, além daquelas já contempladas pelo comportamento tradicional: extração sócio-cultural e geográfica do indivíduo, faixa etária, vida pregressa. O novo ingrediente poderá alterar profundamente nossa visão do problema, pois implica em que o mesmo falante poderia selecionar material linguístico diverso em situação diversa.

O artigo de Brian F. Head sobre o *r* “caipira” (retroflexo) foi elaborado dentro das novas exigências metodológicas, e mostra que essa articulação predomina na classe popular, sendo mais freqüente entre os mais velhos; na linguagem refletida da classe elevada cai a freqüência de seu uso, tudo o que evidencia tratar-se de variante estigmatizada em via de desaparecimento.

13.3 — São inúmeras as contribuições léxicas trazidas pela Dialectologia, começando pela ajuda no levantamento do tesouro léxico de uma língua e passando pela elucidação de interessantes questões de natureza etimológica, homonímica, semântica, etc.

Muitas são as palavras não dicionarizadas — por não aparecerem em textos escritos — que o método geográfico-linguístico documentou. Já no § 7.3 chamamos a atenção para a necessidade de recolher em grandes fichários os resultados das pesquisas lexicológicas efetuadas pela Dialectologia, e aludimos à importante iniciativa do Prof. M. de Paiva Boléo nessa direção.

Em outros ambientes científicos presta-se a maior atenção a esse tipo de trabalho, que permite inclusive situar em termos mais objetivos o problema dos regionalismos. Com efeito, a Dialectologia não só inventaria os termos, como assinala sua distribuição geográfica pelas “áreas lexicais” e as fontes de difusão das palavras.

Um exemplo nesse particular é o artigo de Luís Felipe Lindley Cintra sobre "Áreas lexicais no território português". Ele analisa aqui as respostas que recolheu para o ALPI aos quesitos "ordenhar", "úbere de vaca", "soro", "fêmea estéril", "cria de ovelha" e "cria de cabra", concluindo que se podem identificar duas zonas lexicais: uma conservadora, a noroeste e oeste, e outra inovadora, a leste e sul. A razão da diversidade estaria no processo de povoamento dessas zonas: a primeira manteve-se povoada entre os sécs. VIII e XI, enquanto a segunda despovoou-se intensamente, por razões históricas sabidas, até que fosse repovoada nos sécs. XII e XIII por uma população de várias procedências, "população propensa a criar ou a admitir formas de viver e de falar novas ou modificadas". Estas considerações nos reconduzem ao relacionamento da Dialectologia com a história da língua, atrás referido.

No campo da etimologia lembraremos apenas um exemplo, citado por M. de Paiva Boléo: "sem o conhecimento das formas antigas e das dialetais modernas não é possível descobrir, por exemplo, que *melgos* 'irmãos gêmeos' vem, como a forma *gemelgos*, do lat. *gemellicus*". Tanto *melgo* como *gemelgo* são regionalismos.

Interessantes soluções populares para os casos de colisão homonímica têm igualmente sido descobertos; o mais célebre foi constatado na Gasconha, onde o grupo consonantal *ll* em posição final evolui para *t*, confundindo-se com isso *gallus* e *cattus*, pois evoluem ambos para *gat*. Para contornar a dificuldade oriunda de se chamarem dois animais tão comuns pelo mesmo nome, o povo adota duas palavras para substituir *gat* "galo": *faisan*, denominação pretensiosa, e *vicaire*, denominação jocosa, tendo-se em conta as associações estabelecidas entre o galo e o vigário.

Uma importante contribuição dada pela Dialectologia à Semântica foi o estudo de "coisas e palavras", hoje relacionado com a própria concepção de campo semântico. Esse tipo de investigação parte da noção para os vocábulos que a designam; o material léxico assim encontrado é disposto segundo uma ordem semântica, deixando-se de lado o arranjo alfabético, por aleatório. O próprio questionário dialectológico é ordenado segundo áreas semânticas, como já se disse.

Sobre Dialectologia e história das línguas, v. Manuel de Paiva Boléo — "Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas", *Boletim de Filologia* 12 (1951), 1-44. O estudo de Lúcia M. dos Santos Magno — "Áreas lexicais em Portugal e na Itália", *Revista Portuguesa*

de *Filologia* 11 (1961), 25-100 (foi editado também como separata) foi discutido por ocasião do IX Congresso Internacional de Filologia Românica: v. *Boletim de Filologia* 18 (1959), 11-22. Álvaro Galmés de Fuentes — "El arcaísmo fonológico de los dialectos del Norte portugués y su importancia para la Lingüística Románica Actual", *Boletim de Filologia* 20 (1961), 19-30.

Sobre Dialectologia e estudos fonéticos e fonológicos, v. Luís Felipe Lindley Cintra — "Alguns Estudos de Fonética com base no Atlas Lingüístico da Península Ibérica", *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*, ed. cit., pp. 186-195. Sobre o relacionamento entre Dialectologia e Estruturalismo, v. N.S. Trubetzkoy — "Phonologie et géographie linguistique", *Principes de phonologie*, Paris, Klincksieck, 1957, pp. 343-350; Uriel Weinreich — "Is a structural dialectology possible?" *Word* 9 (1954), 388-400; Eugenio Coseriu alude à possibilidade de elaboração de um atlas fonológico da Europa: "*La Geografía Lingüística*", ed. cit., p. 22; Diego Catalán, em sua comunicação ao I Congresso Brasileiro de Lingüística e Etnografia (Porto Alegre, 1958), recomenda o aproveitamento de algumas contribuições do Estruturalismo como meio de tirar a Dialectologia tradicional da estagnação a que a levaram os trabalhos puramente descritivos ou históricos, todos eles com seu caráter de "produtos em série": v. "Dialectologia y estructuralismo diacrónico", *Miscelánea A. Martinet*, Canarias, Universidad de La Laguna, vol. III, 1962, pp. 68-80; o conceito de *diassistema* reaparece em E. Pulgram — "Structural Comparison, Diasystems and Dialectology", *Linguistica* 4 (1964), 66-82; esse trabalho vem comentado em artigo homônimo, escrito por Giuseppe Francescato, no qual se mostra que o italiano e o túnica, língua ameríndia, têm o mesmo sistema vocálico: v. *ZrPh* 81 (1965), 484-491; são do maior interesse as apreciações de Manuel Alvar em "Estructuralismo y Dialectologia", *Estructuralismo, Geografía Lingüística y Dialectologia*, ed. cit., pp. 17-33; Juan Martínez Ruiz em "Dialectologia y Estructuralismo Lingüístico", *Problemas y Principios del Estructuralismo Lingüístico*, Madrid, CSIC, 1967, pp. 241-249 repertoria os estudos de fonologia dos diferentes dialetos espanhóis. Sobre o relacionamento entre a Dialectologia Portuguesa e o Estruturalismo aludiu-se no texto ao trabalho de Francis M. Rogers, que foi publicado parceladamente na *Hispanic Review* 14 (1946), 235-253, 16 (1948), 1-32 e 17 (1949), 47-70; José Gonçalo Herculano de Carvalho — *Fonologia Mirandesa*, Coimbra, vol. I, 1958 (separata de *Bíblis*, vol. 36); Nelson Rossi — "A iotização do [-lh] em algumas localidades baianas", *Anais do Simpósio de Filologia Românica*, Rio de Janeiro, MEC, 1970, pp. 161-182; Nelson Rossi — "Sobre 'africadas' no Brasil", *El Simposio de México*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1969, pp. 207-221 Brian F. Head — "O Estudo do R-Caipira no contexto social", *Vozes* 67, n.º 8 (outubro de 1973), 43-49.

Sobre Dialectologia e estudos léxicos, v. Kurt Baldinger — "L'importance du vocabulaire dialectal dans un thesaurus de la langue française", *Lexicologie et lexicographie française et romane*, Strasbourg, CNRS, 1965, pp. 149-176; Luís Felipe Lindley Cintra — "Áreas lexicais no território português", *Boletim de Filologia* 20 (1961), 273-307; M. de Paiva Boléo — "Metodologia do estudo etimológico de palavras antigas e modernas", *Lições de Filologia Portuguesa* (II Parte), Coimbra, ano letivo de 1953-1954, p. 310. Sobre "coisas e palavras", v. Ataliba T. de Castilho e Enzo Del Carratore — "A onomasiologia no léxico e na sintaxe", *Alfa* 11 (1967), 129-149, com bibliografia. Devem destacar-se os se-

guintes trabalhos: Karl Jaberg — “Géographie linguistique et expressivisme phonétique: les noms de la balançoire em português”, *Revista Portuguesa de Filologia* 1 (1947), 1-44, e o “Aditamento ao artigo anterior”, de M. de Paiva Boléo, *ibidem*, 45-58; J. G. Herculano de Carvalho — *Coisas e Palavras*, Alguns problemas etnográficos e lingüísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica, Coimbra, 1953; Serafim da Silva Neto — “Notas sobre o balouço”, *Revista Brasileira de Filologia* 2 (1956), 41-50.

IV — A Dialectologia Urbana Portuguesa

14. No § 6.2 indicamos as motivações que determinaram o surgimento deste ramo da pesquisa dialectológica.

Nesta parte referimos brevemente o desenvolvimento contemporâneo da Dialectologia Urbana e seu surgimento no campo da Lingüística.

15. Constitui tema básico dos estudiosos da chamada România Nova a comparação do padrão lingüístico americano ao europeu. Sobre isso indicamos alguma bibliografia no § 3.

José Pedro Rona em seu formoso ensaio já aqui citado “Alguns Aspectos Metodológicos de la Dialectología Hispanoamericana” afirma que na Europa o ideal de língua coincide com a língua culta, muito mais estável e influente “por ser a norma literária de universal vigência”. Na América, o ideal lingüístico e a língua culta não coincidem, e assim o nível superior expõe-se mais que na Europa à fala popular ou vulgar, dialectando-se. Daqui a necessidade de desenvolvimento de um novo tipo de Dialectologia — e talvez J. P. Rona estivesse pensando no trabalho que descreveremos no § 18.

Podia-se objetar que, admitida a diversidade de natureza entre a língua culta européia e a americana, deviam-se buscar razões nas diferenças da estrutura social dos dois lugares: efetivamente, a sociedade americana parece bem mais móvel que a européia, o que instabiliza os estratos lingüísticos.

16. No Brasil, a fixação da norma culta tem preocupado vários especialistas.

Antônio Houaiss reconhece que “a realidade nua e crua é que, malgrado o número ponderável de estudos gramaticais, não sabemos efetivamente o que é e como é a língua portuguesa, sobretudo no Brasil, e assistimos estarecidos ao divórcio crescente entre a norma gramatical canônica e a criação literária viva”.

É de Celso Cunha a afirmação segundo a qual nossas gramáticas são “códigos de impedimentos ao uso dos meios expressivos de que nos servimos na fala corrente”.

Já nos referimos à posição de Aryon Dall’Igna Rodrigues e Brian F. Head no tocante ao assunto (§ 3).

A. Houaiss — *Sugestões para uma Política do Idioma*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1960, p. 73. Celso Cunha — *Uma Política do Idioma*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1964, p. 23. Jean Roche em “A difusão da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro”, *Revista de Portugal*, série A, Língua Portuguesa 33 (1968), 435-446 insiste na necessidade de um levantamento sistemático da língua escrita e falada. Dentro de uma perspectiva um pouco diversa, mas igualmente empenhados na apreensão da realidade lingüística brasileira, devem lembrar-se o estudo inédito de Joselice Macedo sobre o português fundamental do Rio de Janeiro e de Salvador, o projeto do português fundamental de Adriano da Gama Kury (v. *Alfa* 16, 1970, 384-397) e de alguns professores da PUC do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal de Santa Catarina (*Alfa* 17, 1971, 91-101). Gravações de conversas radiofônicas entre brasileiros foram publicadas pelo Prof. John Hutchins, da Academia Naval de Anápolis, Estados Unidos.

17. A Dialetolegia Urbana tem despertado interesse em vários centros de pesquisa.

O nome exponencial aqui é sem dúvida o de William Labov, que estudou o sistema vocálico no inglês novaiorquino em relação ao contexto social. Ele demonstra que a pressão social age sobre a estrutura lingüística, tirando importantes conclusões sobre o mecanismo da evolução lingüística. Para isso, teve de rejeitar diversas afirmações da Lingüística do séc. XX — hoje consideradas limitadoras da indagação lingüística —, tais como: o sistema estrutural sincrônico e a evolução lingüística diacrônica devem ser estudados isoladamente; a evolução fonética não pode ser observada diretamente; os sentimentos a respeito da linguagem são inacessíveis ao lingüista enquanto lingüista; não se devem usar dados não lingüísticos para explicar a evolução lingüística.

Na mesma direção da Dialetolegia urbana encontra-se o livro de Shuy-Wolfram-Riley, verdadeiro relatório da metodologia empregada no levantamento da fala de Detroit (1966-1967). O grupo encarregado do trabalho percorreu as seguintes fases: 1) escolha ao acaso de 700 residentes em Detroit, entre recém-chegados e nativos, subdividindo-os por 4 faixas etárias; 2) gravação de entrevistas com os informantes, valendo-se de um questionário que apresentava três estilos de fala: estilo familiar, respostas breves, leitura; 3) obtenção de dados

sobre o informante: raça, sexo, idade, cidade natal, tempo de educação, etc.; 4) análise dos dados lingüísticos em correlação com a informação sociológica.

Com a ajuda de sociólogos, traçou-se preliminarmente o perfil da população de Detroit, que foi dividida em dez áreas, constituindo quatro grupos religiosos; os informantes provenientes dessas áreas constituíam a amostra básica para a pesquisa. Paralelamente, organizou-se uma amostra étnica, destinada a incluir os informantes provenientes de outras áreas de possível interesse lingüístico. Nos dois casos os informantes — adultos e crianças — eram procurados a partir das escolas primárias, em seguida eram classificados segundo escalas educacionais e profissionais que compreendiam sete itens.

O questionário constava de quatro secções: jogos e lazer, escola, estrutura do grupo, brigas ou acidentes e doenças.

A pesquisa sociolingüística do francês falado em Orléans tomou como informantes 147 pessoas escolhidas dentre 600, divididos em três grupos de idade: 18 a 30 anos, 31 a 50 anos e de mais de 51 anos. As gravações se estenderam por cinco semanas e basearam-se em questionário constante de três elementos: questionário aberto (perguntas gerais sobre a experiência individual e coletiva do informante), questionário sociolingüístico (perguntas sobre a atitude do informante com respeito à linguagem) e questionário fechado (questões sobre os hábitos culturais do indivíduo). Também se recolheram gravações de conversas espontâneas, discussões em forma de mesa-redonda, etc. O total das gravações ascendeu a 300 horas, tendo-se acrescentando a esse *corpus* documentos da língua escrita (jornais, estudos especializados sobre a região, papéis administrativos). O objetivo da pesquisa é dispor de materiais para o ensino do francês a estrangeiros, de sorte que a análise propriamente lingüística vai cingir-se ao vocabulário, tempos verbais, mecanismos de ligação, oposição, restrição, hipótese, além do estudo das redundâncias, hesitações, etc.

William Labov — *The Social Stratification of English in New York City*, Washington, Center for Applied Linguistics, 1966; Roger W. Shuy, Walter A. Wolfram and William K. Riley — *Field Techniques in an Urban Language Study*, Washington, Center for Applied Linguistics, 1968; Michel Blanc et Patricia Biggs — "L'enquête socio-linguistique sur le français parlé à Orléans", *Le Français dans le Monde* 85 (décembre 1971), 16-25. O estudo intitulado "A linguagem padrão do Vale do Rio dos Sinos", *Estudos Leopoldenses* 20 (1972), 3-14; 21 (1972), 187-189; 22 (1972), 285-286 é um exercício escolar de interesse para despertar a atenção pela Dialectologia Urbana.

18. Passaremos agora a tratar do “Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta de cinco das principais capitais brasileiras”.

18.1 — A idéia original desse projeto coube a Juan M. Lope Blanch, do Colégio do México, e referia-se às cidades americanas de fala espanhola. Seu plano foi apresentado à Comissão de Lingüística e Dialectologia Iberoamericana do Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Línguas, PILEL, por ocasião do seu II Simpósio (Bloomington 1964). O plano conseguiu despertar o interesse de grande número de lingüistas latino-americanos.

A “Oficina Internacional de Información y Observación del Español” patrocinou a primeira reunião de especialistas para o estudo do projeto (Madri, 24 a 29 de outubro de 1966). A segunda reunião, convocada para o exame do guia-questionário que servirá de base à descrição, foi realizada em Bogotá, de 29 de maio a 3 de junho de 1967, dela tendo tomado parte o dialetólogo brasileiro Prof. Nelson Rossi. Novas reuniões foram realizadas: em São Paulo, de 9 a 14 de janeiro de 1969 e em San Juan de Puerto Rico, de 14 a 19 de junho de 1971. Aderiram ao trabalho as cidades de Montevideu, Buenos Aires, Santiago do Chile, Bogotá, Lima, Caracas, Havana, México, San Juan e Madri.

Desde o primeiro momento esteve presente entre os participantes do projeto a idéia de que o mundo de língua portuguesa deveria integrar-se nele. Foi convidado o Prof. Nelson Rossi, da Universidade Federal da Bahia, para estudar as possibilidades de ingresso do Brasil, o que ocorreu por ocasião do IV Simpósio do PILEL, realizado no México em janeiro de 1968. No relatório então apresentado, o Prof. Rossi pondera que o estudo tão somente da linguagem do Rio de Janeiro não daria uma imagem completa do português culto do Brasil, e assim propôs que as pesquisas se realizassem em cidades com um mínimo de um milhão de habitantes e suficiente estratificação social para atender às exigências do trabalho quanto à seleção de informantes, a saber: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Aprovado seu relatório, foram indicados os coordenadores para cada uma dessas cidades: Recife, Prof. José Brasileiro Vilanova; Salvador, Prof. Nelson Rossi, que foi também o primeiro coordenador geral; Rio de Janeiro, Prof. Celso Cunha; São Paulo, Prof. Isaac Nicolau Salum e o autor deste artigo; Porto Alegre, Prof. Albino de Bem Veiga.

A Comissão brasileira realizou, por sua vez, oito reuniões para tratar do assunto: I, Porto Alegre, 3 a 7 de novembro de 1969; II, Capivari, 24 a 29 de agosto de 1970; III, Recife, 26 a 30 de abril, de 1971; IV, Rio de Janeiro, 27 de setembro a 2 de outubro de 1971; V, Salvador, 17 a 21 de julho de 1972; VI, Porto Alegre, 16 a 20 de abril de 1973; VII, São Paulo, 1 a 5 de julho de 1974; VIII, Recife, 16 a 20 de dezembro de 1974.

18.2 — Após esse breve histórico, daremos uma caracterização do trabalho.

O projeto consta de três etapas:

a) Gravações

Serão selecionados 600 informantes entre homens e mulheres repartidos na mesma proporção e distribuídos pelas seguintes faixas etárias: primeira geração, informantes compreendidos entre os 25 e 35 anos, 30%; segunda geração, de 36 a 55 anos, 45%; terceira geração, de 56 anos em diante, 25%. É preciso que os informantes sejam filhos de falantes da língua portuguesa, tenham nascido na cidade ou nela residam desde os cinco anos, tendo aí passado pelo menos três quartas partes de sua vida. Os pais devem também ter nascido na cidade a analisar, admitindo-se um máximo de 40% de informantes que não atendam a essa exigência. Todos devem ter formação universitária completa.

Quanto à natureza das gravações, que deverão ascender a 400 horas, obedecer-se-á ao seguinte esquema: gravação secreta de um diálogo espontâneo, 10%; diálogo entre dois informantes, 40%; diálogo entre o informante e o documentador, 40%; elocuções em atitude formal, 10%. O assunto a versar consta do Guia-Questionário, e abrange as seguintes áreas semânticas: o corpo humano, a alimentação, o vestuário, a casa, a família, a vida social, a cidade, transportes e viagens, meios de comunicação e difusão, cinema, televisão, rádio, teatro, comércio exterior e política nacional, sindicatos e cooperativas, profissões e ofícios, dinheiro e finanças, instituições (o ensino, a igreja), meteorologia, o tempo cronológico, a terra, os vegetais e a agricultura, animais.

Tem havido grande dificuldade na seleção dos informantes que sejam filhos de pais também nascidos na cidade, dada a mobilidade social brasileira. Essas dificuldades aumentam quando se tem de selecionar informantes da terceira geração, dada a obrigatoriedade de terem formação universitária.

b) Transcrição do corpus

Todas as fitas de gravação serão transcritas datilograficamente, usando-se o código escrito e marcando-se as hesitações com reticências.

c) Análise do corpus

Para permitir a comparação dos resultados, a análise do corpus far-se-á a partir de um guia-questionário, cujo plano geral é o seguinte:

1. FONÉTICA E FONOLOGIA

- 1.1 — Vogais
- 1.2 — Consoantes
- 1.3 — Supra-segmentos

2. MORFO-SINTAXE

2.1 — Classes de palavras:

- 1. Substantivo
- 2. Adjetivo
- 3. Artigo
- 4. Pronome e numeral
- 5. Verbo
- 7. Nexos

2.2 — Frases

- 1. Frase nominal
- 2. Frase verbal

2.3 — Oração e período

2.4 — Estruturas coloquiais

3. LÉXICO

O projeto na área hispano-americana não concluiu ainda o item 2.4. A comissão brasileira está adaptando o Guia-Questionário ao português, tendo procedido a uma primeira redação que agora está sendo revista. Em ambas as perspectivas geográficas a preparação do Guia-Questionário tem constituído uma fascinante experiência intelectual, pois pela primeira vez especialistas oriundos dos centros universitários mais respeitáveis da América Latina e da Península Ibérica tentam achar um denominador comum em suas posições científicas relativas à estrutura da língua. A edição final dará uma boa idéia da média das opiniões e constituirá importante documento para a história da Lingüística nesta parte do mundo. Só por isso já se justificaria o projeto.

18.3 — Enumeraremos a seguir algumas apreciações críticas ao projeto da norma urbana culta. Acreditamos que a pesquisa poderia ser aperfeiçoada em alguns pontos, por meio de *iniciativas paralelas*, visto que a comissão brasileira encarregada de sua execução imprimiu desde logo aos trabalhos um caráter conjunto e coordenado com a pesquisa congênere hispano-americana. A decisão tem sua razão de ser: agindo coordenadamente, interessantes comparações poderão ser estabelecidas entre o português e o espanhol da América. É por isso que quaisquer alterações no plano original a esta altura só teriam cabimento se constituíssem projetos autônomos, de caráter complementar.

A primeira observação diz respeito ao local de nascimento do informante e de seus pais: segundo o projeto, tanto o informante quanto seus pais devem ter nascido na cidade sob estudo, estes numa proporção de pelo menos 60% do total. A exigência parece indicar um compromisso talvez injustificável desse projeto com os estudos dialetológicos voltados para a recolha de falares residuais, tais como os caracterizamos no § 6.1. A enorme mobilidade social que marca nossas grandes cidades indicam que o cumprimento dessa exigência — sem que disponhamos de dados de controle — levará à descrição de uma variante residual acaso distanciada da norma de cada uma das cidades envolvidas. Daqui a necessidade de incluir entre os informantes aqueles representativos do restante da comunidade urbana, tais como os imigrantes externos e internos, e ainda os que uma análise sociológica das cidades sob estudo poderia indicar.

A segunda apreciação relaciona-se com o nível sócio-cultural do informante: todos devem ter formação universitária. A inclusão de informantes de outros níveis esteve inicialmente entre as cogitações do projeto; seu autor, o Prof. Juan M. Lope Blanch, declara-o no texto “El proyecto de estudio coordinado de la norma lingüística culta de las principales ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica”, p. 225: “decidiu-se investigar detidamente a *norma* (uso geral) *da fala culta* das diversas cidades ibero-americanas, confrontando-a rigorosamente com as modalidades lingüísticas próprias dos demais níveis sócio-culturais das grandes cidades”. A nota 8 dessa mesma página informa, porém, que “posteriormente, durante a primeira reunião de trabalho da subcomissão executiva do projeto, a maioria de seus membros considerou que a investigação deveria circunscrever-se à *fala culta média* (habitual) de cada

cidade. Não resta a menor dúvida que a manutenção da proposta original — que poderia conseguir-se sem acréscimo de trabalho mediante a redução do total de horas a gravar com informantes cultos, distribuindo-se o saldo para “os demais níveis sócio-culturais das grandes cidades” — seria do mais alto interesse, pois entre outras coisas poderia fornecer elementos sobre os níveis de padronização linguística.

Os dois novos tipos de informantes poderiam, ademais, ser seleccionados de acordo com uma representatividade por bairros da cidade.

Outra crítica foi formulada por Brian F. Head, em seu artigo “A Teoria da Linguagem e o Ensino do Vernáculo”, nos seguintes termos: “o projeto não inclui nenhum plano para o estudo sistemático das atitudes dos informantes perante as variantes linguísticas. Outras investigações mostram que o padrão linguístico de um centro urbano deve ser caracterizado não em termos da atitude verbal manifestada, mas antes segundo as atitudes dos falantes, uma vez que estas são mais estáveis do que o uso”.

Finalmente, teria sido oportuno constituir um *corpus* paralelo de textos escritos, para uma análise complementar; felizmente esta é uma tarefa que poderá ser a qualquer momento empreendida, graças à permanência dos textos escritos.

Mas se algumas críticas podem ser apresentadas, muitas são as vantagens que todos unanimemente reconhecem no desenvolvimento do projeto da norma urbana culta entre nós; além de um conhecimento mais preciso de nossa realidade linguística, ele propiciará o desenvolvimento harmonioso da Linguística entre nós (pelo enfoque de uma temática de avaliação exequível em nossos meios científicos) e estimulará o surgimento de uma nova geração de estudiosos da Língua Portuguesa.

A proposta inicial relativa ao projeto da norma urbana culta coube a Juan M. Lope Blanch — “Proyecto de estudio del habla culta de las principales ciudades de Hispanoamérica”, *El Simposio de Bloomington*, Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1967, pp. 255-266. Sobre o desenvolvimento do projeto podem ser consultados os seguintes textos: “Proyecto de estudio coordinado de la norma lingüística culta de las principales ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica”, *Español Actual* 9 (marzo de 1967), 17-21; “Estudio coordinado del habla culta de las principales ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica”, *Thesaurus* 22 (1967), 328-330; Juan M. Lope Blanch — “El proyecto de estudio coordinado de la norma lingüística culta de las

principales ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica", *El Simposio de México*, México, UNAM, 1969, 222-233; *Boletín Informativo de la Comisión de Lingüística y de Dialectología Iberoamericanas del PILEI* 1 (junio de 1969), 2 (junio de 1970), 3 (junio de 1971), 4 (diciembre de 1971); Ambrosio Rabanales — "La norma lingüística culta del español hablado en Santiago de Chile", *Actas del Primer Seminario de Investigación y Enseñanza de la Lingüística*, Instituto Central de Letras de la Universidad de Concepción, 1971, pp. 121-130. Parte do Guia-Questionário saiu em edição provisória, primeiramente: *Questionário Provisional para el Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica*, I, México, UNAM, 1968. Em 1971 o Prof. Humberto Lopes Morales, da Rice University, distribuiu a edição mimeografada referente ao § 2.2-3 do plano geral, parte essa não incluída na edição acima. A partir também de 1971 o Conselho Superior de Investigaciones Científicas de Madri começou a distribuir a edição definitiva do Guia-Questionário, começando pelo vol. referente ao Léxico, com o mesmo título acima (vol. III, Léxico, Madrid, CSIC, 1971). Sairam nos anos subsequentes os volumes referentes à Fonética e Fonologia, e à Morfo-Sintaxe. Sobre a distribuição dos informantes por bairros, em trabalho semelhante, veja-se de Beatriz R. Lavandera — "La variedad ecológica en el habla de Buenos Aires", *Filología*, año 15 (1971), 61-86.

Sobre o projeto no Brasil, veja-se a proposta de Nelson Rossi — "El proyecto de estudio del habla culta y su ejecución en el dominio de la lengua portuguesa", *El Simposio de México*, ed. cit., pp. 248-254. Esse e os principais documentos mencionados acima saíram no volume *Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta de Algumas das Principais Capitais do Brasil*, Marília, Conselho Municipal de Cultura, 1970, que mereceu recensões publicadas nos seguintes locais: Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo* de 14-3-1971, *Alfa* 16 (1970), 345-349 e *Littera* 3 (1971), 99-104. Artigos de divulgação do projeto: Ataliba T. de Castilho — "A Descrição do Português Culto", Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo* 23-3-1969, reproduzido na revista *Letras de Hoje* 3 (1959), 117-123; Celso Cunha — "Dialectologia horizontal e dialectologia vertical", *Lingua Portuguesa e Realidade Brasileira*, ed. cit., pp. 50-66; Isaac Nicolau Salum — "Pesquisa da fala culta", *O Estado de São Paulo*, 28-11-1971; Nelson Rossi — "Norma lingüística culta", *A Tarde* (Salvador), 12-7-1972; Ataliba T. de Castilho — "O Estudo da Norma Culta do Português do Brasil", *Vozes* 67, n.º 8 (outubro de 1973), 621-626; Dinah Maria Isensee Callou e Maria Helena Duarte Marques — "Os estudos dialetológicos no Brasil e o Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta", *Littera* 8 (1973), 100-111; Adriano da Gama Kury — "A estrutura móvel da realidade lingüística", *Jornal do Brasil*, 6-10-1973.

Conclusão

Do que fica dito, algumas conclusões podem ser tiradas.

Primeiramente, a divisão da Dialectologia em duas direções bem marcadas, que vão da documentação dos falares residuais à apreensão da norma lingüística das grandes comunidades, deveria levar os estudiosos da Língua Portuguesa a um

planejamento eficiente de pesquisas, pondo em funcionamento o centro de documentação dialetológica freqüentemente reclamado em congressos e simpósios.

Em segundo lugar, o aproveitamento da Sociolinguística nas pesquisas reforçará um dos lados mais atraentes da Dialetoлогия: o de uma ciência sempre preocupada com o homem, em grau maior do que outros rumos da Linguística, que por vezes se desumanizam por uma teorização excessiva.

Lembre-se, finalmente, que do aprimoramento dos estudos dialetológicos no Brasil poderá surgir uma nova geração de estudiosos, certamente mais empenhados no desvendamento da variedade brasileira do português do que aqueles que passam seu tempo esforçando-se por dominar as últimas correntes de uma ciência inesgotável, como a Linguística.

ÍNDICE

	págs.	§§
Duas palavras	157	
Explicação preliminar	158	
Introdução	168	
Orações subordinadas adverbiais aditivas	175	1
Orações substitutivas	186	30
Orações comparativas contrastivas	194	48
Orações locativas	209	83
Orações concessivas indefinidas	216	100
Orações causais irreais	221	116
Orações finais irreais	224	124
Orações causais intensivas	227	135

ALGUNS TIPOS DE ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS

(Português, galego, espanhol, italiano, francês)

Clóvis Barleta de Moraes

DUAS PALAVRAS

De minha dissertação de mestrado, defendida na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo em 1970, extraí algumas partes que agora se publicam pela primeira vez. Procurei escolher as mais originais, isto é, casos especiais ordinariamente pouco estudados em obras de sintaxe portuguesa. Procurei corrigir os erros dessas partes, que agora saem consideravelmente aumentadas. Muitas vezes aproveitei idéias, bem definidas ou não, de vários autores, principalmente franceses, e tentei verificar de que recursos dispõem as línguas românicas para exprimir certas noções por meio de orações subordinadas adverbiais (sc. adição, substituição, contraste, lugar, objeção indefinida, intensificação de uma causa, causa e fim irrealis).

Como hoje os estudos de lingüística teórica se acham muito valorizados, compreende-se que hajam causado espécie as referências a antigos gramáticos franceses, portugueses e brasileiros. Note-se, porém, em primeiro lugar, que alguns deles são respeitáveis, e em sua época foram excepcionais, como por exemplo Epifânio Dias e Said Ali. Em segundo lugar, essas referências não têm o escopo de fundamentar posições, mas servem simplesmente de mostrar como certas questões foram tratadas no passado.

Agradeço aos colegas as críticas, correções e sugestões que me fizeram. Reconheço que assim mesmo este trabalho tem defeitos e senões que não vi ou não soube emendar, de

modo que ficarei grato a todos quantos me enviarem críticas ou informações novas. Quem tem vontade de aprender e quer fazer alguma coisa — dizia Machado de Assis — prefere a lição que melhora ao ruído que linsonjeia.¹

Clóvis Barleta de Moraes

Faculdade de Filosofia

17500 — Marília

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

Este trabalho é histórico-comparativo, e pretende ser, tanto quanto possível, interpretativo. Quer dizer, além de fazer uma descrição de fatos e tentar reconstituir sua transformação no tempo, pretendo também descobrir valores semânticos e estilísticos.

Procurando uma conceituação de sintaxe, que pretende ser ampla mas não revolucionária, pode-se recordar a de Eduardo Carlos Pereira, que abrange amplamente os fenômenos pertencentes ao domínio da sintaxe: «Sintaxe () é o estudo da frase, isto é, da proposição e do período gramatical, bem como das relações dos seus respectivos membros. Entra ainda no quadro sintático o estudo subsidiário de certas funções das categorias gramaticais e da pontuação, que discrimina e clareia o sentido da frase.»²

Fazendo ao quadro de Carlos Pereira algumas adaptações sugeridas pelo Dr. I. Salum e modernizando-lhe o vocabulário, tem-se o seguinte esquema:

1) A construção

a — Estrutura da oração

(1) Machado de Assis, *Ressurreição*, «Advertência da Primeira Edição».

(2) E. C. Pereira, *Gramática Expositiva*, § 359, p. 213. Autores mais recentes têm apresentado a conceituação da sintaxe e o seu domínio em termos mais modernos. Vejam-se Matoso Câmara, *Princípios de Linguística*, § 89, p. 199; F. S. Borba, *Introdução aos Estudos Linguísticos*, p. 236; H.-A. Gleason, *Introduction à la linguistique*, cap. 10; John Lyons, *Linguistique générale*, 5.4.1, p. 149; O. Ducrot et T. Todorov, *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, «Composantes de la description linguistique», p. 71.

- b — Estrutura do período composto
- c — Usos e empregos das classes de palavras (tanto das palavras significativas [morfemas plenos] como dos instrumentos gramaticais [morfemas vazios livres])

2) Os processos de relação

- a — Regência
- b — Concordância
- c — Colocação

3) Modulação ³

O estudo das orações adverbiais insere-se, portanto, no estudo da estrutura do período composto, que compreende ainda as orações independentes e as subordinadas substantivas e adjetivas.

Este trabalho surgiu do interesse pela sintaxe, um dos campos mais fascinantes e mais importantes da investigação lingüística.⁴ É na sintaxe que melhor se reflete o pensamento, em seus cambiantes e em suas variedades.⁵

Há quem se refira à palavra como «veículo da idéia». A comparação parece boa, tanto mais se tivermos presente o íntimo entrelaçamento de palavras e idéias. A comparação seria fraca se *veículo* não sugerisse o entrosamento, a interligação que existe entre pensamento e palavra. Quem não observou que ~~— muitas vezes —~~ para se ter nítido na mente o conceito de alguma coisa, basta encontrar o termo que o ~~ref~~ *presente*⁷

(3) A palavra *pontuação*, usada por Carlos Pereira, está presa demais à idéia de linguagem escrita, e dificilmente nos lembraria as entidades fônicas supra-segmentais.

(4) «Tomando-se a palavra como a unidade gramatical básica, pode-se dizer que o *coração da gramática* é aquela parte que trata das inter-relações padronizadas de palavras nas orações de uma língua, e dos meios de analisá-las e expressá-las gramaticalmente. Este é o campo tradicional da sintaxe e pode-se afirmar com justiça que *a sintaxe é a parte mais importante da gramática*.» (R. H. Robins, *General Linguistics*, cap. VI, p. 223. Os grifos são meus.)

(5) Vide Arsène Darmesteter, *Cours de grammaire historique*, 4^e partie, Syntaxe, p. 1.

Não pretendo nem tenho forças para discutir as intrincadas questões da origem da linguagem e da possibilidade ou não de pensarmos sem palavras.⁶ Deve ter havido uma influência mútua entre pensamento e linguagem, de modo que os dois se vieram, talvez, desenvolvendo paralelamente durante os milênios que viveu o homem primitivo, de tal maneira que a linguagem ia moldando o pensamento e o pensamento ia plasmando a linguagem.⁷

Não é difícil imaginar-se que sem a linguagem articulada o pensamento humano seria massa informe, um como caos nevoento e brumoso.⁸ Em geral não nos damos conta de que é a linguagem que nos dá a capacidade de generalização e abstração, bem como a possibilidade de estabelecer comparações e realizar as demais operações intelectuais. Os professores de crianças surdas de nascença afirmam que o pensamento delas é concreto, que é grande a dificuldade que têm de usar os instrumentos gramaticais (morfemas vazios livres), justamente os elementos mais abstratos da linguagem. Gordon Childe diz que o instrumento social a que chamamos linguagem contribuiu para o que é grandiloquentemente descrito como «a emancipação do homem da dependência do concreto».⁹

Sem a linguagem articulada o homem não seria o que é; e ela não é espontânea no ser humano, mas adquirida pela

- (6) G. Révész, *Origine et préhistoire du langage*. E. Sapir, *A Linguagem*, cap. I, pp. 27-8 e 29-30. G. Mounin, *Histoire de la linguistique*, cap. I, n.º I, § 2, pp. 19-22. R. W. Langacker, *A Linguagem e Sua Estrutura*, pp. 25-6 e 45-50. Archibald A. Hill, *Aspectos da Lingüística Moderna*, pp. 53-61 e 174. John B. Carroll, *O Estudo da Linguagem*, pp. 113-5 e 117-9.
- (7) P. Chauchard, *Le langage et la pensée*, p. 11.
- (8) «Antes da formulação idiomática [sc. verbalização], nosso pensamento não é mais do que uma massa amorfa» (Amado Alonso, prefácio ao *Curso de Lingüística* de Saussure, p. 8). «A linguagem, atividade especificamente humana, instrumento fundamental de comunicação e de elaboração do pensamento» (Hécaen et Angelergues, *Pathologie du langage*, p. 5).
- (9) G. Childe, *O Homem Faz-se a Si Próprio*, cap. II, p. 35. E também: «Em nosso pensamento, () conseguimos conceber o corpo como se não tivesse forma, ou a forma como se não tivesse cor; () consideramos isoladamente o volume, o peso, o cheiro ou o sabor de uma laranja, como se cada uma dessas qualidades existisse por si só, independentemente de qualquer das outras. Essa operação por meio da qual separamos mentalmente coisas de fato inseparáveis constitui o que se chama *abstração*. () as mais altas produções de nosso espírito — os juízos e os raciocínios — jamais chegariam a ser elaborados, se a inteligência não dispusesse do incomparável mecanismo que lhe permite dissociar ou abstrair os elementos com que opera.» (Iago Pimentel, *Noções de Psicologia*, pp. 192-3).

criança no contacto com os adultos. Diante disso parece presunçosa a afirmação de que o homem é um animal racional: «Tirai aos homens a vantagem das línguas e idiomas, e os vereis reduzidos talvez à inferior categoria dos bugios e orangotangos.»¹⁰ Podemos afirmar com mais exatidão que o homem é um animal que pode tornar-se racional se, convivendo com outros homens, adquirir o uso da linguagem articulada e desenvolver sua inteligência.

Muito mais modesta é a definição de uma personagem de Camilo Castelo Branco: «O homem é um cabide», isto é, uma armação vazia onde a sociedade dependura hábitos, valores sociais, políticos e éticos, e também a linguagem articulada.¹¹

Essa digressão tem a finalidade de realçar o grande valor humano da linguagem. Há uma dependência e relação mútua entre pensamento e linguagem; e recordando que é na sintaxe que se reflete melhor o pensamento, em seus matizes e variedades, fica explicado o grande interesse que têm esses estudos.

A escolha do tema se justifica, outrossim, pela esperança de poder contribuir, ainda que modestamente, para uma melhor descrição e compreensão de certos fatos da sintaxe portuguesa, uma das menos exploradas entre as línguas românicas, ao contrário do francês, que nesse particular é a mais privilegiada das irmãs. Criado de Val chega a dizer que «A sintaxe espanhola mal saiu dos moldes tradicionais. Modernamente, destacam-se os esforços da investigação hispano-ame-

(10) Marquês de Maricá, *Máximas*, n.º 2484. A título de curiosidade, vejam-se outras definições de *homem*: «Definição de homem é seer criatura razoável.» (D. Pedro, *Virtuosa Benfeitoria*, livro III, cap. IV, p. 188) «O homem é animal sociável, nisso nos distinguimos dos brutos.» (Vieira, *Sermões*, vol. I, col. 830) Nas *Cenas da Foz*, em cujo frontispício aparece apenas o pseudônimo João Júnior, diz uma personagem de Camilo Castelo Branco: «desenganos acerbos, sendo o mais pungente de todos a certeza a que vim de que o homem não é, como disse Platão, um animal implume, nem a sombra dum sonho, como disse Píndaro, nem o rei da criação, como disse Moisés, nem animal racional, como dizem alguns filósofos, que se excluem, vistas as muitas irracionalidades que escrevem. O homem, enquanto a mim, é um pedaço d'asno!» (*Cenas da Foz*, livro I, cap. XVI, pp. 87-8)

(11) «O homem, na minha opinião, é um cabide, e mais nada. O que a mão da boa ou má fortuna dependura nele é que distingue a criatura de Deus entre os seus irmãos. Não há substância de homem: há só forma de homem.» (*Cenas da Foz*, p. 88)

ricana, que faz com que seja *menos desolador o campo da sintaxe espanhola que o da portuguesa*. (O grifo é meu.)¹²

Não é preciso, portanto, insistir mais na importância e necessidade dos estudos de sintaxe portuguesa. E dentro da sintaxe, ocupa lugar relevante o estudo do período, sua estrutura e evolução: «Todas as questões concernentes à estrutura da frase são da maior importância teórica e prática, visto que não há reflexão, não há regra, não há ensinamento relativos ao emprego da língua a serviço do pensamento que não apele a noções gerais dessa ordem.»¹³

Anotando, durante anos de leitura, exemplos de construções para as quais geralmente não encontrava explicação, vim a ter em mãos um material que, examinado, estudado, comparado, me levou a certas conclusões; é preciso dizer que encontrei boas explicações principalmente nos tratadistas franceses. Os estudos teóricos faziam com que eu examinasse os textos com olhos mais perspicazes; a leitura de textos confirmava, aclarava, retificava ou invalidava as explicações dos teoristas.

Quem conhece as dificuldades de um estudo simplesmente descritivo, facilmente avaliará os embaraços que surgem nos trabalhos de sintaxe diacrônica. Longe de mim, pois, qualquer intenção de fazer uma evolução da sintaxe do período em português, muito menos em latim. As referências ao português dos séculos passados têm o objetivo de mostrar o que é comum à linguagem atual e à antiga, o que sobrou de uma seleção que pôs de lado algumas construções e certos conectivos.

Os estudos de sintaxe remontam aos gramáticos da Antiguidade.¹⁴ O exame da estrutura do período composto, todavia, é bem mais recente; a respeito da *Grammaire générale et raisonnée* de Claude Lancelot, conhecida como *Grammaire de Port-Royal* e publicada em meados do século XVII, diz o

(12) Criado de Val, *Sintaxis del verbo español moderno*, p. 22.

(13) A. Sechehaye, *Essai sur la structure logique de la phrase*, p. 1.

(14) «Dionísio [da Trácia, gramático do fim do século II a.C.] não tratou de maneira explícita da sintaxe, isto é, dos princípios que regem a combinação das palavras em frases; esse aspecto da descrição gramatical do grego foi realizado cerca de três séculos mais tarde por Apolônio Discolo (século II d.C.).» (John Lyons, *Linguistique générale*, p. 13).

Diz F. L. Carreter sobre a sintaxe: «Parte da gramática criada por Apolônio Discolo (séc. II d.C.) para o estudo das relações que as palavras adquirem na frase. A palavra *syntaxis* era usada até então em termi-

seguinte o linguísta dinamarquês L. Kukenheim: «aqui assistimos ao próprio nascimento da análise do período composto.»¹⁵

É preciso confessar que nem tudo está explicado; quer por haver a sintaxe ficado muito tempo marginalizada, quer porque realmente não é simples chegar-se a uma sistematização completa.¹⁶ A realidade lingüística é mais rica do que os nossos pobres esquemas, e os fatos se encaixam mal, ou não se encaixam, nas classificações tradicionais. O campo da sintaxe apresenta dificuldades especiais: os fatos são muitas vezes escorregadios, difusos, adversos a classificações rigorosas ou simplesmente claras. Não é fácil explicar fenômenos que muitas vezes se interpenetram uns nos outros.

Tem este trabalho um objetivo modesto: estudar certos tipos de orações adverbiais que ordinariamente não aparecem em obras de sintaxe portuguesa. Trata-se de construções que, embora não sejam muito freqüentes, são espontâneas, aparecem também na linguagem falada, e existem na língua há séculos. Todavia, o estudo isolado de certos tipos de orações adverbiais poderia parecer específico demais, uma vez que não se trata de trabalho exaustivo, como por exemplo o de Ângela Vaz Leão sobre as condicionais e o de Paul Imbs sobre as

nologia militar para designar um determinado agrupamento de soldados; metaforicamente era empregada pelos gramáticos para designar a união das letras (ou sons) para formar palavras. Apolônio a aplicou pela primeira vez no sentido mencionado.» (*Diccionario de términos filológicos*).

V. também Marouzeau, *Lexique de la terminologie linguistique*, «syntaxe».

(15) Louis Kukenheim, *Esquisse historique de la linguistique française*, p. 35.

(16) «A verdade, observarei eu, é que, em relação à língua portuguesa, o terreno da sintaxe, embora fértil, continua a ser pouco explorado.

Se excetuarmos Júlio Moreira, Epifânio Dias, Mário Barreto e Said Ali — e mesmo os três primeiros com bastantes restrições, visto se terem limitado, geralmente, a registrar fatos sem procurar explicá-los — poucos mais sintaxistas verdadeiramente expressivos haverá a mencionar". (Manuel de Paiva Boléu, *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa*, pp. 93-4).

Verdade é que recentemente houve uma intensa renovação de interesse para com a sintaxe, provocada principalmente por Noam Chomsky, do Massachusetts Institute of Technology. As razões por que durante várias décadas a lingüística descritiva deu ênfase primordial ao sistema de sons das línguas, com relativamente pouca atenção dada ao significado ou à sintaxe, acham-se expostas por R. W. Langacker em *A Linguagem e Sua Estrutura*, p. 18.

temporais no francês arcaico, este com cerca de 600 páginas!¹⁷ Além disso, separando-se esses tipos de orações do conjunto das adverbiais, corria-se o risco de se perder a visão do todo. Pareceu conveniente, portanto, apresentar o conjunto das orações adverbiais, pelo menos como pano de fundo, e chamar a atenção para os casos menos estudados. Talvez tenha certa originalidade o estudo das causas intensivas; das causais e finais irreais; das concessivas indefinidas; das orações introduzidas por *ao passo que*, *além de*, *em vez de*; das relações de conectivos, matérias que não se encontram geralmente em outras obras.¹⁸

Numa época em que se insiste tanto na importância do estudo da língua falada, estranhar-se-á que este trabalho faça a ela apenas referências restritas e casuais.¹⁹ Acontece que a linguagem falada é relativamente pobre em orações subor-

-
- (17) Angela Vaz Leão, *O Período Hipotético Iniciado por SE*, Belo Horizonte, 1961. Paul Imbs, *Les propositions temporelles en ancien français*, Paris, Les Belles Lettres, 1956. Outro trabalho é citado pelo professor Kurt Baldinger, que fez uma crítica desta dissertação na revista *Zeitschrift für Romanische Philologie*, 1970, band 86 Heft 5/6, p. 672: «Es ist natürlich ein unmögliches Unterfangen, in einer Arbeit von 140 Seiten sämtliche unterordnende Konjunktionen (kausal, final, konzessiv, temporal, etc.) in allen romanischen Sprachen behandeln zu wollen. Besser wäre es gewesen, etwa nach dem Muster von Klare, den der Verf. nicht kennt (Entstehung und Entwicklung der konzessiven Konjunktionen im Französischen, Berlin 1958), ein Kapitel und nur für das Portugiesische zu bearbeiten. Immerhin enthält die Arbeit manche Belege zum Portugiesischen aus eigener Lektüre.»
- (18) Como se disse anteriormente, para esta *Miscelânea* foram escolhidas apenas essas partes do trabalho que parecem mais originais, exceto as relações de conectivos. Ficam também para outra ocasião as observações sobre a modificação de orações adverbiais por advérbios, o entrelaçamento de orações subordinadas por meio de elementos correlativos, bem como os processos de encarecer e depreciar as afirmações contidas em orações subordinadas.
- (19) A lingüística moderna vem dando especial atenção à linguagem falada e popular, até agora relegadas a segundo plano. Basta citar os trabalhos de Werner Beinhauer, *El español coloquial*; Charles E. Kany, *Sintaxis hispanoamericana*; Earl W. Thomas, *The Syntax of Spoken Brazilian Portuguese*. Embora tenha procurado evitar uma posição purista ou normativa, confesso minha preferência pelo estudo da linguagem escrita literária. «É justo que a gramática normativa dê grande atenção à língua escrita. É ela que a escola tem de ensinar em primeira mão. Acresce o primado da língua escrita nas sociedades do tipo do nosso, dito «civilizado». Aí, do ponto de vista sociológico, a língua escrita se sobrepõe inelutavelmente à língua oral, pois rege toda a vida geral e superior do país. () Dá-se assim uma inversão, em termos sociais, da verdade puramente lingüística de que a escrita decorre da fala e é secundária em referência a esta.» (Matoso Câmara Júnior, *Estrutura da Língua Portuguesa*, p. 10).

dinadas adverbiais; a tendência geral é usar orações absolutas, justapostas ou coordenadas.²⁰ E especialmente não era minha intenção estudar a linguagem falada, mas sim a linguagem escrita literária.

Não é necessário insistir no interesse da comparação das línguas. Entretanto, além das gramáticas das línguas românicas de Diez, Meyer-Lübke e Lausberg, não conheço outras obras que estudem em conjunto a sintaxe das línguas românicas. Aqui procuro fazer um estudo comparativo das orações

- (20) Vide Walther von Wartburg, *Problèmes et méthodes de la linguistique*, p. 104. Mário Barreto, *Através do Dicionário e da Gramática*, cap. XV, pp. 94-5; *Últimos Estudos*, pp. 14-6. Silvio Elia, *Dicionário Gramatical*, «Parataxe».

«A causa do aparecimento da subordinação é puramente intelectual, pois seu desenvolvimento e aperfeiçoamento é um traço próprio das línguas mais evoluídas, que procuram expressar o pensamento de maneira mais lógica. Só com o desenvolvimento da língua é que surgem as vozes de relação, especialmente os pronomes relativos (faltam em algumas línguas) que, por sua natureza, unicamente aparecem em orações dependentes. () A hipotaxe é de época relativamente moderna e de formação gradual e inconsciente (supõe amadurecimento intelectual). Os meios gramaticais de que dispomos hoje para marcá-la são tidos como anteriores à sua existência.» (F. da Silva Borba, *Introdução*, pp. 365-6).

«Entre estes três modos de agrupamento das idéias: *subordinação*, *coordenação*, *justaposição*, muitas vezes só há uma diferença de *forma*, não uma diferença de *sentido*; apenas, de um a outro, o llame lógico que une as idéias é cada vez menos marcado. / Afastando-se do latim, que ligava fortissimamente as idéias, e tornando-se uma língua expedita, rápida e cômoda, o francês empregou menos freqüentemente as conjunções subordinativas e mesmo as coordenativas, de sorte que o modo de construção que se torna habitual é a justaposição. Essa mudança aparece claramente se se compara a frase de Bossuet, a de La Bruyère, a de Voltaire». (Crouzet, Berthet et Galliot, *Grammaire française*, § 328, p. 146).

«O tipo mais simples de ligação de orações independentes é o de justaposição, ou assindeto, que só se baseia na pontuação: modo sintático que em tempos recentes deixou de ser mera arquitetura das palavras e se arvorou em feição de culto do fragmentismo.» (Giacinto Manuppella, *A Língua Italiana*, vol. II, § 80, p. 53).

«Nas línguas primitivas, como nos falares populares, a coordenação ou parataxe é bem mais empregada que a subordinação. Começa-se por justapor as frases antes de subordiná-las uma às outras. Eis o que diz a esse respeito A. Meillet: 'A língua falada, que dispõe de todas as variações da voz e, ademais, do gesto, não tem necessidade de exprimir por meio de palavras especiais as ligações entre as idéias tanto quanto o faz a língua escrita'. / As conjunções são principalmente necessárias na linguagem solene ou ritual, em que a gente dispõe menos livremente das inflexões da voz; elas são indispensáveis na língua escrita. É por isso que o discurso tenso e a língua literária conservam sempre um grande número de conjunções, substituídas ou desprezadas pela língua falada.» (Kr. Nyrop, *Grammaire historique*, vol. VI, § 139, pp. 146-7).

subordinadas adverbiais, tomando como centro o português e estendendo o exame especialmente às línguas românicas mais conhecidas entre nós: espanhol, italiano e francês. Incluo agora algumas observações sobre o galego que, apesar de ter constituído com o português um só idioma e ser ainda hoje muito semelhante à nossa língua, é ignorado entre nós. Essa inclusão foi possível graças à atenção e gentileza do Professor Ricardo Carballo Calero, da Universidade de Santiago de Compostela e autor da *Gramática elemental del gallego común*, o qual me respondeu em carta de janeiro de 1971 às consultas que lhe fiz sobre os tipos de oração que são estudados aqui.²¹ A presença do latim serve de salientar as semelhanças e principalmente as diferenças entre as línguas românicas e o velho tronco de onde provieram, mostrando assim quanto houve de criação e inovação na sintaxe do período composto. E aí está um campo inexplorado para quem quiser procurar a origem de várias construções que aqui apenas descrevo e tento interpretar.²²

As convenções são poucas. Na citação de exemplos, forçosamente muito numerosos num trabalho da natureza deste, dispensei as aspas por considerá-las desnecessárias, segundo a prática de diversos autores, igualmente antigos que modernos.²³

-
- (21) «Verbo das consultas que me tem feito sobre aspectos sintácticos do galego, diréille que tres séculos de silencio literario e de lingua oficial castelá, nivelaron case completamente coa désta a sintaxe do galego falado, e do literario renacido no século XIX. Conserváronse, endebén, algúns xiros enxebremente galegos; pero a construción de oracións segue por vía de regra as normas do español xeral.»
- (22) Apesar de uma crítica quase unânime e um pouco severa contra a inleção, diréille que tres séculos de silencio literario e de lingua oficial cas-objetivos deste estudo, conservo-as aqui, e especialmente agora, visto que se referem única e exclusivamente às construções pouco conhecidas e não estudadas pelos tratadistas tradicionais. Quis mostrar que essas construções não são excepcionais nem mesmo fora do domínio românico. Eliminadas do texto, porém, essas referências foram relegadas às notas de rodapé.
- (23) Autores igualmente antigos que modernos. Causou estranheza, com razão, essa correlação igualmente... que, a qual, de fato, é praticamente desusada. Como se poderá observar no decorrer deste trabalho, evito em geral o preciosismo e o rebuscamento da linguagem, procurando usar as construções mais frequentes no português de hoje. Neste caso, porém, não consegui resistir à tentação e deixei escapar o preciosismo, de que apresento alguns exemplos: «uma sentença igualmente compendiosa que verdadeira» (Bernardes, *Os Últimos Fins do Homem*, 1728, p. 165). «outras infinitas miudezas igualmente impertinentes que ridículas» (Idem, *Nova Floresta*, vol. I, 1706, p. 176). *Ibidem*, p. 339. Antônio Pereira de Figueiredo, 1866, *Juízes*, 20.16. Camilo, *Coração, Cabeça e Estômago*, 2.ª ed., p. 83. Idem, *O Bem e o Mal*, 7.ª ed., cap. II, p. 30. Idem, *Mosaico e Silva*, p. 113. Mário Barreto, *Novíssimos Estudos*, 2.ª ed., p. 12.

A inicial minúscula indica que o exemplo não foi copiado desde o começo, e a ausência de ponto final mostra que o período não se transcreveu até o fim; os parênteses vazios () assinalam a omissão de palavras no texto citado. Os exemplos vêm em tipo menor, o que serve para os distinguir do resto do texto. Os colchetes separam palavras minhas entressachadas num texto citado. Nas citações bibliográficas os colchetes distinguem as indicações que não constam do frontispício das obras citadas, mas em outra parte (verso da página de rosto, capa, colofão). Foram traduzidas as citações de textos estrangeiros; apesar, porém, de algumas diferenças de vocabulário, não vi sentido em «traduzir» textos galegos.

E aqui ficam os agradecimentos a todos quantos auxiliaram a realização deste trabalho: ao Prof. Dr. Teodoro Henrique Maurer Júnior, o orientador inicial, que me sugeriu o tema; ao Prof. Dr. Isaque Nicolau Salum, o orientador do trabalho, que sempre me atendeu com boa vontade e redigiu de próprio punho mais de duzentas observações no exemplar apresentado para a defesa; ainda que eu tenha tentado aproveitá-las, nem sempre terei conseguido ou terei sabido fazê-lo como convinha; aos outros dois membros da Banca Examinadora, Professores Doutores Sigismundo Spina e Cidmar Teodoro Pais, cujas críticas e sugestões, provenientes do saber e da experiência, me abriram os olhos para problemas, lacunas e defeitos do trabalho. Fique, porém, bem claro, que a inteira responsabilidade de erros e senões que persistem ou aparecem agora nesta reelaboração é inteiramente minha. Agradeço ainda ao Prof. Dr. Atabila Teixeira de Castilho, Titular da Disciplina de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia de Marília, que me tem incentivado e ajudado constantemente e que, tendo solicitado para mim uma bolsa de estudos em Portugal, possibilitou meu afastamento da Faculdade, assumindo, até, encargos que eram meus; à Fundação Calouste Gulbenkian de Lisboa, que me concedeu uma bolsa de estudos, permitindo-me uma permanência de seis meses em Coimbra, onde pude entrar em contacto com os Professores Doutores Manuel de Paiva Boléu e J. G. Herculano de Carvalho, contacto que me foi extremamente proveitoso.

A quantos, finalmente, se dignarem ler o trabalho e enviar-me suas críticas, meus agradecimentos antecipados.

INTRODUÇÃO

Em geral se afirma que o período composto pode ser formado por coordenação ou subordinação. De algum tempo a esta parte alguns autores brasileiros acrescentam a justaposição e a correlação às antigas divisões. Os principais defensores dos quatro processos são José Oiticica e Rocha Lima.²⁴

G. C. de Melo não se refere à justaposição, mas admite a correlação como um terceiro processo ao lado da coordenação e da subordinação.²⁵

A Nomenclatura Gramatical Brasileira, assim como a Portuguesa, não incluem nenhuma das duas novas divisões, e Evanildo Bechara e Matoso Câmara se declaram francamente contrários à inovação.²⁶

Em vez de se falar em processos, melhor seria dizer que o período composto pode ser formado por orações independentes ou por orações principais e subordinadas. Muitos supõem que coordenação e subordinação são fenômenos afins, o que não é verdade. O termo *coordenação* é usado em dois sentidos: pode referir-se à natureza de uma oração ou ao modo de ligação das orações; assim, *oração coordenada* pode significar, por um lado, *oração independente*, e por outro *oração justaposta* ou *conexa*. Para evitar confusão, há quem diga «orações independentes coordenadas».²⁷

O conceito de subordinação é de essência, e se refere à natureza da oração; o de coordenação, no sentido de modo de ligação das orações, é acidental, e não interfere na natureza das orações. Por coordenação se podem unir orações da mesma natureza; uma independente a outra independente, uma principal a outra principal, uma subordinada a outra subordinada. Trata-se, pois, de um processo formal de ligação ou relacionamento de orações que não se opõe, de modo nenhum, à subordinação; tanto assim que pode haver orações subordi-

(24) José Oiticica, *Manual de Análise*, 10.^a ed., 1953, pp. 244-5 e 248. *Teoria da Correlação*, 1952, com 2.^a ed. em 1962. Rocha Lima, *Gram. Normativa*, 2.^a ed., pp. 258-60 e 261-3.

(25) G. C. de Melo, *Iniciação à Filologia Portuguesa*, 3.^a ed., p. 191. *Novo Manual de Análise Sintática*, 3.^a ed., pp. 113-25. *Gram. Fundamental*, 1968, pp. 237-42.

(26) E. Bechara, *Lições de Português*, 2.^a ed., pp. 127-8. Matoso Câmara, *Dispersos*, pp. 64-9.

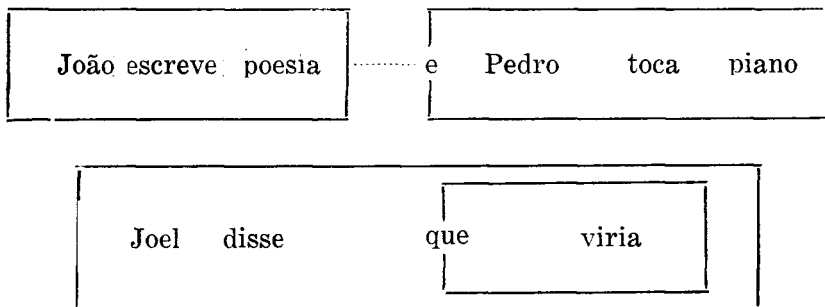
(27) A. da Gama Kury, *Lições de Análise Sintática*, 5.^a ed., 1970, § 83, p. 58.

nadas a uma mesma principal e coordenadas entre si — isto é, são por natureza orações subordinadas, e estão ligadas («coordenadas») entre si. Observe-se o seguinte trecho:

se esta representação vos não enternecer e tiveres entranhas para o ver sem grande dor, executai-o embora. (Vieira, *Sermões*, vol. III, 1683, p. 486)²⁸

Há nele uma oração principal (*executai-o embora*) a que se subordinam as duas outras (*se esta representação vos não enternecer e tiveres entranhas para o ver sem grande dor*); na segunda a conjunção subordinativa está subentendida. Trata-se de orações adverbiais coordenadas entre si. Vê-se, portanto, que coordenação e subordinação são fenômenos distintos que podem coexistir.

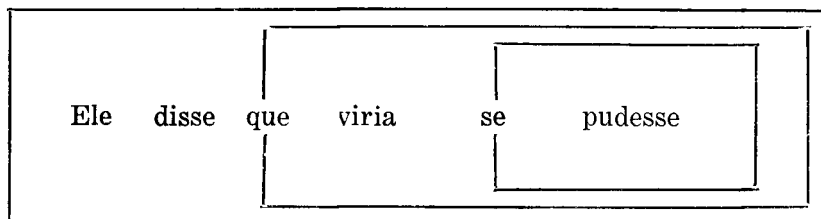
Convém lembrar que subordinada é a oração que se apresenta como termo ou elemento de outra oração, denominada por isso *principal*.²⁹ Oração principal é a que tem pelo menos um de seus termos em forma de oração. Graficamente se poderiam fazer as seguintes representações (as elipses representam termos da oração, os retângulos as orações):



(28) Causa tanta estranheza esse «vós tiveres» que parece necessário justificá-lo. No tempo de Vieira era comum, posto que não sistemática, a omissão do *d*, o que identificava a forma da segunda pessoa do plural com a da segunda do singular. O restabelecimento da dental se deveu a uma reação conservadora. Depois de apresentar vários exemplos de formas sem *d*, Said Ali explica: «A manutenção definitiva da dental deve-se naturalmente à necessidade ou conveniência, no tratamento cerimonioso, de diversificar a 2.^a do plural da 2.^a do singular.» (*Gram. Histórica*, § 633, pp. 130-1).

(20) A Nomenclatura Portuguesa não usa o termo «principal», mas «subordinante».

Como se vê, a subordinada faz parte, fica dentro da principal. Uma subordinada pode ser elemento de outra subordinada:



É indispensável salientar que são coisas diferentes a *natureza*, o *valor*, a *função* das orações, e o *modo de ligação* entre elas.

Quanto à *natureza* as orações podem ser independentes, subordinadas e principais. Entre as independentes se incluem as absolutas, as independentes justapostas («coordenadas assindéticas») e as independentes conexas («coordenadas sindéticas», simples e correlativas); as subordinadas são dependentes, as principais subordinantes.

Quanto ao *valor*, as orações subordinadas podem ser substantivas, adjetivas ou adverbiais.

Quanto à *função* podem as subordinadas ser subjetivas, objetivas diretas, objetivas indiretas, predicativas, completivas nominais, apositivas (as substantivas); adjuntos adnominais (as adjetivas restritivas), apostos (as adjetivas explicativas); adjuntos adverbiais (as adverbiais).

Quanto ao *verbo*, as subordinadas podem ser desenvolvidas (indicativo, subjuntivo) ou reduzidas (de infinitivo, de gerúndio ou de particípio).

Quanto ao *modo de ligação* as orações podem ser justapostas (as que não têm conectivo) ou conexas (as que têm conectivo).

Por justaposição (conceito de acidente) podem unir-se orações independentes (*natureza*), e podem ligar-se às principais as subordinadas sem conectivo.

A conexão (conceito de acidente) é simples quando as orações são ligadas por conjunções ou relativos; por conexão simples podem ligar-se orações independentes («coordenadas

sindéticas»); pelo mesmo processo se ligam às principais as subordinadas conjuncionais e as adjetivas introduzidas por relativo.

A conexão é enfática quando a ligação entre as orações é mais forte. Nesse caso há na primeira oração um elemento que avisa o ouvinte que a seguir vem uma segunda oração; nesta aparece outro elemento que corresponde ao elemento «prevenidor» da primeira. O processo é muito conhecido e tem sido denominado «correlação». Por conexão enfática ou correlação podem ligar-se entre si orações independentes ou dependentes. Uma subordinada pode ligar-se por correlação à principal (como no caso das consecutivas), duas subordinadas podem ligar-se (coordenar-se) entre si por correlação.

Há conexão simples em:

Sustenta a família *E* ajuda os pobres.

Há conexão enfática ou correlação em:

NÃO SÓ sustenta a família *MAS TAMBÉM* ajuda os pobres.

Trata-se de um *processo de ligar orações*, que não afeta em nada a natureza delas. Observe-se:

Saiu da sala *porque* estava cansado *E porque* não gostava do visitante

Há aí duas subordinadas ligadas entre si por conexão simples. Note-se:

Saiu da sala *NÃO SÓ porque* estava cansado *MAS TAMBÉM porque* não gostava do visitante

As duas subordinadas estão ligadas entre si por conexão enfática, ou correlação.

Não é a mesma coisa, a meu ver, o que sucede com certas conjunções que aparentemente têm um elemento «correlativo» na oração principal:

posto figure aqui o próprio Aires, () *nem assim* deixava de ser a narrativa estranha à matéria (Machado de Assis, *Esau e Jacó*, p. 5)

Embora haja ênfase nesses casos, não há aí correlação, nem conexão enfática; o que se enfatiza não é a ligação das orações, mas a noção expressa pela oração subordinada. Precisamente por não ser obrigatória a presença do segundo ele-

mento é que ele se presta para realçar a noção adverbial indicada pela oração dependente; não pode ser enfático um elemento cuja presença na oração é obrigatória. Comparem-se:

Embora tivesse estudado bastante, não conseguiu ser aprovado.

Embora tivesse estudado bastante, *contudo* não conseguiu ser aprovado.

No segundo exemplo, o advérbio de concessão *contudo* vem retomar, na oração principal, a noção de concessão, já expressa na subordinada pela conjunção *embora*. Dessa maneira, ainda que o ouvinte se houvesse esquecido de que a primeira oração era concessiva, a presença de um advérbio de concessão na oração principal vem recordar-lhe o fato.

Esses advérbios exprimem a mesma noção que o conectivo da subordinada: *quando... então* (tempo); *assim como...* *assim também* (comparação); *como... por isso* (causa); *ainda que...* *contudo* (concessão); *longe de...* *pelo contrário* (substituição):

Quando estou fraco, *então* estou forte. (II Coríntios, 12.10)

a complexa delicadeza de um navio de guerra moderno, *longe de* ser vantagem real, será *pelo contrário* origem contínua de confusão, perplexidade e fraqueza. (Rui Barbosa, *Cartas de Inglaterra*, p. 267)

onde há ciúme e contenda, *ali* há inconstância e toda a obra má. (Figueiredo, *Tiago*, 3.16)

A nós, hoje, parece estranho o costume de escritores mais antigos de inverter a ordem das orações de modo a aparecer antes o advérbio enfatizante e depois a subordinada:

Vulgar mas certíssima sentença é aquela de que *então* doem todos os membros *quando* a cabeça está doente. (F. M. de Melo, *Carta de Guia*, cap. XLV, p. 208)

então mais facilmente se delinqüe, *quando* o delito se dá por seguro de suspeita. (Bernardes, *Floresta*, vol. II, pp. 288-9)

Como não há advérbio de condição, depois de uma oração condicional o que se usa é um advérbio de concessão:

Se Deus não quer que as minhas contas com o infortúnio estejam saldadas, casa *embora* com Leonor. (Camilo, *Romance de um Homem Rico*, cap. XII, p. 173)

Com construções diferentes muitas vezes não é o sentido que varia, mas a ligação das orações é que se torna mais explícita:

É um rapaz simpático, possui grande talento.

É um rapaz simpático *E* possui grande talento.

ALÉM DE ser um rapaz simpático, possui grande talento.

ALÉM DE ser um rapaz simpático, possui *TAMBÉM* grande talento.

NÃO SÓ é um rapaz simpático, *MAS TAMBÉM* possui grande talento.

A fim de evitar confusões, convém distinguir os casos de equivalência semântica ou estilística de certas construções e os casos de interferência de diversas noções numa mesma construção.

Vai e verás.

Ele é bom mas não gosto dele.

Esses períodos são semanticamente equivalentes a estoutros:

Se fores, verás.

Embora seja bom, não gosto dele.

No primeiro caso, porém, temos orações independentes, no segundo subordinadas e principais. Semelhança de sentido, portanto, não exige identidade de construção.

Em certas construções há superposição, ou interferência, de duas ou mais noções, de tal modo que não é possível dizer qual delas é a predominante. Talvez se possa dizer que há então ambigüidade ou polissemia. Casos há, é verdade, em que a predominância de uma das noções é flagrante, sendo a outra bastante secundária. Alguns gramáticos, paradoxalmente, classificam certas construções de acordo com a noção secundária, quase apagada, deixando de lado a noção principal, que se apresenta com toda a evidência. Naturalmente nesses casos não se pode falar em interferência, como sucede muitas vezes nas orações reduzidas de gerúndio, que acumulam as noções de tempo e causa, ou tempo, causa e modo, simultaneamente.

É um tanto controvertido o conceito de locução conjuntiva. Soares Barbosa rejeitava-o, e rejeitam-no modernos linguistas

como Bernard Pottier e Herculano de Carvalho.³⁰ Preferi, porém, atentar para o resultado final, para o último estágio a que chegou a gramaticalização de uma construção, a desmembrá-la em suas partes constituintes,³¹ e há autores que continuam a admitir o conceito de locução conjuntiva.³²

É verdade que em certos grupos de palavras se sente ainda o valor individual dos elementos componentes; não se consumou ainda a gramaticalização. O falante comum não é capaz de decompor a conjunção *embora* em seus elementos constituintes, nem vê sentido nenhum nessa decomposição. A locução *ainda que* é sentida como um todo único. Mas em *mesmo quando* se percebem ainda as noções de inclusão e tempo, que dão como resultado a noção de concessão.

Para terminar, transcrevo as observações de Gladstone Chaves de Melo a respeito das construções analisáveis: «Uma observação importante também é que só são analisáveis as frases conceituais ou aquelas em que o elemento racional predomina sobre o elemento emotivo ou o ativo. Uma frase como — «Fogo!» — é inanalísável, do mesmo modo que o é um anacoluto. Certos teóricos supõem resolver a dificuldade, substituindo a frase por outra equivalente e analisando a segunda. A verdade é que ficamos na mesma, pois a primeira continua inanalísada. () Quando dizemos que só se analisam frases conceituais, queremos referir-nos à análise racional, que vai discriminar as partes que normalmente se encontram numa

(30) O Prof. Pottier expôs sua posição numa palestra proferida na Aliança Francesa de São Paulo, há poucos anos. Em conversa particular o Dr. Herculano de Carvalho afirmou concordar com o lingüista francês; foi no seu exemplar da *Gramática Filosófica*, e na mesma ocasião, que verifiquei o que dizia Soares Barbosa (2.^a ed., 1830, p. 347).

(31) «GRAMATICALIZAÇÃO — Processo que consiste em transformar vocábulos lexicais, ou palavras (), providos de sementema, em vocábulos gramaticais (). É em princípio a origem diacrônica de todos estes últimos vocábulos.» (Matoso Câmara, *Dicionário de Filologia*). Alguns preferem dizer «lexicalização».

(32) Sílvio Elia, *Dicionário Gramatical*, «Locução». Matoso Câmara, *Dicionário de Filologia*, 3.^a ed., «locução». A Nomenclatura Gramatical Brasileira e a Portuguesa. Lázaro Carreter, *Diccionario de términos filológicos*, 2.^a ed., «locución». Marouzeau, *Lexique de la terminologie linguistique*, 1961, «locution». Le Bidois, *Syntaxe du français moderne*, 1967, vol. II, § 1119, p. 228. Chevalier et alii, *Grammaire Larousse du français contemporain*, [1964], §§ 74 e 186, pp. 56 e 124. Celso Cunha, *Gramática da Língua Portuguesa*, p. 543. E. Bechara, *Gramática*, p. 195. Entre os mais antigos: Sousa Lima, *Gramática*, § 312, p. 218. Carlos Pereira, *Gramática*, § 282, p. 172. Epifânio Dias, *Gramática*, § 25, Obs., p. 17.

proposição. Aquela outra análise intuitiva é claro que se faz de qualquer frase, uma vez que se lhe perceba o conteúdo significativo.³³

1. Orações subordinadas adverbiais aditivas

além de repugnar-lhe o escândalo, sorriu-lhe a idéia de ter um tutor a quem dominasse. (Alencar, *Senhora*, Melhoramentos, 8.^a ed., II parte, cap. VIII, p. 163)

Indicam as orações aditivas um fato a que se acrescenta outro, expresso na oração principal. Ainda que equivalham pelo sentido às independentes aditivas, não se confundem com elas. Tanto em português como em outras línguas, as subordinadas aditivas são introduzidas por locuções conjuntivas subordinativas; ou por preposições, quando reduzidas de infinitivo; e equivalem a um adjunto adverbial de adição. Comparem-se:

É bonita e tem muito dinheiro.

Não só é bonita mas também tem muito dinheiro.

Além de ser bonita, tem muito dinheiro.

Nos dois primeiros exemplos há orações independentes coordenadas entre si; no terceiro há uma subordinada aditiva seguida de uma principal. No exemplo de Alencar, à repugnância que causava o escândalo, veio juntar-se a circunstância de haver sorrido à personagem a idéia de ter um tutor a quem dominasse.

2. Nem a Nomenclatura Gramatical Brasileira nem a Portuguesa se referem às orações subordinadas aditivas. Apesar das gramáticas francesas as virem estudando há muito tempo — como se verá adiante —, as italianas, espanholas e portuguesas não as mencionam, embora tal tipo de oração não seja raro nem moderno.³⁴

3. É verdade que Evanildo Bechara faz referência às orações de infinitivo precedido de *sobre*, mas classifica-as como reduzidas independentes, afirmando que exprimem adição en-

(33) Gladstone Chaves de Melo, *Iniciação à Filologia Portuguesa*, 3.^a ed., cap. IX. Vejam-se no *Dicionário de Matoso Câmara* os verbetes «Afetividade» e «Linguagem».

(34) O mesmo sucede com as gramáticas inglesas.

fática.³⁵ Gama Kury segue-o de perto, reproduzindo-lhe o exemplo citado e aceitando a noção de adição enfática; não é de admirar, pois, que este último coloque francamente a oração como um tipo das independentes coordenadas, ao lado de outras, justapostas ou ligadas por *e*, *não só... mas também*.³⁶ Eis os exemplos citados:

É que as toucas e lencinhos pudibundos, *sobre não serem* mui sedutores, algumas vezes tornam a virtude rançosa (Camilo, *A Queda dum Anjo*, cap. XXI, p. 111 da ed. de 1953 da Organização Simões; p. 177 da 2.^a ed., de [1873])

Além de que a fumarada do charuto, *sobre ser* purificante e antipútrida, dava aos alvéolos solidez, e consistência aos dentes. (Idem, *ibidem*, cap. XX, p. 108 da ed. de 1953 e p. 171 da 2.^a ed.)

4. Admitir que tais orações sejam independentes parece estranho.³⁷ Há orações absolutas reduzidas de infinitivo; há também orações independentes alternativas reduzidas de infinitivo não regido de preposição («Ou ficar a Pátria livre, ou morrer pelo Brasil»); mas considerar independentes as orações regidas de preposição parece insólito. Seria, pelo menos, um caso único, já que não existem adversativas, nem alternativas, nem conclusivas reduzidas de infinitivo regido de preposição. Como se vai ver, em outras línguas elas são dependentes, e o mesmo acontece em português. É mais coerente, outrossim, alinhá-las com as subordinadas adverbiais, uma vez, também, que existem adjuntos adverbiais de adição.

5. Gama Kury inicia a relação dos adjuntos adverbiais com os de «*acréscimo: Além da medalha, ganhou vários prêmios*».³⁸ Sousa Lima classifica como «complemento circunstancial de acréscimo» o do seguinte exemplo:³⁹

(35) Bechara, *Moderna Gramática*, 3.^a ed., p. 290. V. também do mesmo autor as *Lições de Português*, 2.^a ed., [1961], pp. 189 e 207.

(36) Gama Kury, *Lições de Análise Sintática*, 5.^a ed., [1970], § 83 f, p. 59.

(37) Existe também um tipo de subordinadas comparativas contrastivas (cf. infra § 48), que se assemelham muito, pelo sentido, às independentes adversativas, sem se confundirem com elas quanto à natureza. O mesmo acontece com as independentes explicativas e as dependentes causais, embora neste caso seja praticamente impossível ver diferença entre elas; Bechara propõe que se elimine a distinção entre coordenadas explicativas e subordinadas causais (*Lições de Português*, p. 134, nota de rodapé). Em sua *Sintaxis*, Gili y Gaya não diz nada a respeito de orações independentes explicativas.

(38) Gama Kury, *Lições de Análise*, § 64, p. 48.

(39) Sousa Lima, *Gramática Expositiva*, 1937, § 67, pp. 48-9.

A luz, sem ser muito intensa, era-o demais para ladrões; *além disso* notei que era fixa e igual (Machado de Assis, *Várias Histórias*, p. 31; p. 29 da ed. Jackson de 1952)

6. Em português os adjuntos adverbiais de adição podem ser constituídos por um advérbio apenas:

Mais (), *adv.* também; além disso: E *mais* se dizia que por uma noite de lua cheia... (Camilo.) (Aulete, *Dicionário*, 2.^a ed. s.v.)

Demais, o espanto de D. Dorotéia () foi tal que me tirou o ânimo de rejeitar. (Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, 1952, cap. II, p. 30). Também em Machado de Assis, *Ressurreição*, Garnier, cap. III, p. 35.

E *ademais*: ela terá vinte anos, se tiver, e tu já vais nos quarenta e seis (Camilo, *Os Brilhantes do Brasileiro*, 7.^a ed., 1951, cap. XV, p. 113)

Ou por alguma expressão:

E desde essa noite não tornei a encontrar a mana de V. Ex.^a em intimidade. Apenas de longe, na missa...

De resto, pouco residia agora em Oliveira (Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*, 1966, cap. III, p. 95)

Rigorosamente podíamos dispensar-nos de falar todos os dias; era até melhor, metia a saudade de permeio nos amores. *Aos demais*, eu galgara os quarenta anos, e não era nada, nem simples eleitor de paróquia. (Machado de Assis, *Memórias Póstumas*, INL, cap. XCIX, p. 247). Também em *Quincas Borba*, cap. CXVIII, p. 253, § 1142 *in fine*.

Não vos fieis de que sois bautizados, e que tendes fé e doutrina, e recebeis a sagrada comunhão, e esperais em Deus; porque isso tudo tem⁴⁰ os fiéis que se condenam, e contudo são muito mais em número do que os que se salvam. É necessário *de mais a mais* agradar a Deus com virtudes e santas obras. (Bernardes, *Os Últimos Fins do Homem*, 1728, p. 203)

A pessoa que (), tendo achado alguma coisa perdida, e sobre negá-la acrescenta um juramento falso (), restituirá ao dono a quem fez o dano por inteiro tudo o que quis usurpar por fraude, e *de mais a mais* a quinta parte. (Figueiredo, *Levítico* 6.2-5)

esquisita sensibilidade que chora mortos desconhecidos, e, *de mais a mais*, defuntos de novelas. (Camilo, *Memórias de Guilherme do Amaral*, 5.^a ed., 1918, cap. V, p. 57) Também nos *Doze Casamentos Felizes*, 8.^o ed., 1947, Quarto Casamento, cap. IV, p. 66; Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, 1948, cap. XXIII, p. 176; *Serões da Província*, 1955, p. 209.

(40) Até o começo do século passado não se fazia distinção entre *tem* e *têm*, *vem* e *vêm*; *crê*, *dê*, *vê*, *lê* opunham-se a *crem*, *dem*, *vem*, *lem*. Cf. Epifânio Dias, *Gramática Elementar*, 11.^a ed., 1901, § 84, p. 58, nota 2; p. 62, verbo *ter*, *Obs.* 1. A distinção atual, imposta pelos gramáticos, não aparece na linguagem falada nem na poesia.

7. Ou então podem os adjuntos adverbiais de adição ser introduzidos por *afora*, *demaís de*, *ademaís de*, *por cima de*; *sobre* é literário, *além de* é o mais comum:

E que *sobre mirrados, sobre afogados, sobre comidos*, ainda se vejam pisados e perseguidos dos homens: *Conculcatum est?* (Vieira, *Sermões*, vol. I, 1679, "Sermão da Sexagésima", § I, col. 9)

Interrogar a moça era inútil, *sobre perigoso*. (Machado de Assis, *A Mão e a Luva*, Jackson, [1957], cap. XV, p. 191)

E teve Salamão setenta mil que acarretavam as cargas, e oitenta mil caboqueiros no monte, *afora os aparelhadores* de cada obra (Figueiredo, *III Reis* 5.15-16) Também em Alexandre Herculano, *Inquisição*, vol. II, pp. 203-4; Camilo, *A Neta do Arcediago*, 3.º ed., 1874, cap. II, p. 16; *A Filha do Dr. Negro*, 3.º ed., 1904, Prefácio, p. 11.

Os fidalgos que se embarcaram nesta armada, () foram, *demaís de D. João de Castro*, D. Afonso de Portugal (), D. Afonso de Vasconcelos (Jacinto Freire de Andrade, *Vida de D. João de Castro*, 1861, p. 8)

mandou aos oficiais que () repusessem o dinheiro de cada um nos seus respectivos sacos, dando-lhes *demaís disso* mantimentos para o caminho (Figueiredo, *Gênesis* 42.25)

ademaís da casa, nosso ninho,
Temos no arrabalde um lindo quintalinho.

(Castilho, tradução do *Fausto*, Rio de Janeiro, [1968], quadro XIII, cena I, p. 248)

às vezes tão salobre *por cima de escandalosa*, que se não pode nem deve sofrer (Fr. Heitor Pinto, *Imagem da Vida Cristã*, Sá da Costa, vol. II, p. 52)

Além de queda, coice: cegara em plena pobreza. (Galeão Coutinho, *Confidências de Dona Marcolina*, [1949], cap. VIII, p. 50)

Se faltara com a verdade, era possível que tivesse razões para isso e, *além do mais*, este procedimento não lhe dizia respeito. (Osmã Lins, *O Visitante*, 2.º ed., cap. V, p. 39)

8. O adjunto adverbial de adição introduz-se em latim por *praeter*; em espanhol por *además de*, *sobre*; em italiano por *oltre*; em francês por *outré*, *en plus de*, *en sus de*.⁴¹

9. Parece que nem o latim clássico nem o vulgar conheceram construção semelhante à das adverbiais de adição. Deve tratar-se, portanto, de criação românica, e seria oportuno efetuar-se um exame de textos para se verificar em que época começou a ser usada a construção.

(41) Em inglês por *besides*, *in addition to*.

em cima de fazeres o mal, o ensinaste *também* aos outros (Figueiredo, *Jeremias*, 2.33)

por que não fugimos do mundo que nos quer confundir, pois nos está ameaçando com a fim, *por cima* de nos estar enganando com suas lisonjeiras esperanças ()? (Fr. Heitor Pinto, *Imagem da Vida Cristã*, Sá da Costa, vol. II, p. 17)

— Pois o fidalgo ainda me ameaça com a justiça!... Pois ainda *por cima* de me fazer a maroteira, me ameaça com a cadeia!... (Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*, cap. V, p. 162)

demais de [as regras de línguas estranhas] serem inaplicáveis aos idiotismos portugueses, te são ignotas e mais difíceis. (Antônio de Moraes Silva, *Epítome de Gramática Portuguesa*, 1913, p. I, 2.º col.)

livros há que, *ademais* de terem uma relação das “obras consultadas” ou “obras citadas” têm, *também*, uma “bibliografia” da matéria (Antônio Houaiss, *Elementos de Bibliologia*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1967, vol. II, p. 151)

13. *Juntamente* com pode ser um hápax:

a qual [nau] *juntamente* com ir negociar suas cousas às partes orientais, leva *também* os peregrinos que vão a Jerusalém (Fr. Pantalão de Aveiro, *Itinerário da Terra Santa*, 7.º ed., Coimbra, 1927, cap. I, p. 7; a 1.ª ed. é de 1593)

14. As reduzidas de *afora* são raras:

a água dos poços, *afora* ser tão pouca, estava tão longe que [...] (Francisco de Andrade, *Crônica de D. João III*, cap. LII, p. 202, apud Magne, *Dicionário*, s.v.)

De então para cá, São Paulo, *afora* ter servido de tema de inspiração para Mário de Andrade e Alcântara Machado, () transformou-se num grande centro cultural. (Massaud Moisés, in *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*, p. 226)

Earl Thomas consigna, sem nenhuma restrição, este estranho exemplo de *trás*:

Trás haver trabalhado o dia inteiro, ainda teve que andar a pé para casa. / In addition to working all day, he still had to walk home. (Earl Thomas, *The Syntax of Spoken Brazilian Portuguese*, [1969], § 440 b, p. 284)

Terá havido alguma confusão com o espanhol *trás* de (V. *infra* § 20)?

15. Oriunda do latim *super* através da forma arcaica *sôber*, a preposição *sobre* usa-se em sentido próprio e no figurado: «*sobre* queda couce, e daqui, *sobre* feia, indiscreta;

sobre ignorante, presumido.»⁴³ Seguida de infinitivo, a preposição *sobre* introduz uma oração subordinada aditiva. A construção, já anotada por Carneiro Ribeiro, é própria da linguagem escrita tensa.⁴⁴ É muito comum aparecer o verbo *ser*:

Felisberto Taveira, *sobre ser* rico, é um gentil moço. (Camilo, *Estrelas Propícias*, 2.^a ed., cap. V, p. 43) Também no *Romance de um Homem Rico*, cap. VII, p. 132; cap. XVI, p. 212; *Coração, Cabeça e Estômago*, 2.^a ed., 1864, p. 11; *O Esqueleto*, 8.^a ed., 1948, cap. VII, p. 68; *O Bem e o Mal*, cap. I, p. 11 da 7.^a ed. de 1917 e p. 39 da ed. de 1955 da Organização Simões; *Doze Casamentos Felizes*, Sétimo Casamento, cap. I, p. 107; *A Queda dum Anjo*, 2.^a ed., cap. XXI, p. 177. De outros autores: Vieira, *Sermões*, vol. IV, p. 2; Euclides da Cunha, *Os Sertões*, 12.^a ed., 1933, p. 573; Fernando Sabino, *A Companhia de Viagem*, [1965], p. 55.

Com outros verbos:

sobre apartá-la dos rigores da mãe, poupava-se a aumentar em casa as testemunhas do seu desgraçado viver (Camilo, *Estrelas Funeestas*, 2.^a ed., 1869, I parte, cap. II, p. 41) Também na II parte, cap. III, p. 139; *As Três Irmãs*, 8.^a ed., 1922, I parte, cap. VIII, p. 100; *Coisas Espantosas*, cap. XXIII, p. 163; Machado de Assis, *A Mão e a Luva*, Jackson, cap. XV, p. 186; Rui Barbosa, *Cartas de Inglaterra*, 2.^a ed., 1929, pp. 123, 270; Euclides da Cunha, *Os Sertões*, p. 66; Aquilino Ribeiro, *O Malhadinhas*, cap. IX, p. 144; Figueiredo, *Levítico* 6.2-5.

16. Em geral, porém, a oração infinitiva se constrói com *além de*, que é o conectivo mais comum, e próprio tanto da linguagem falada como da escrita. Os exemplos mais antigos que foi possível encontrar são do século XVI:

Em 1567: com muito maior fervor lhe recuperemos seu perdido estado, e () lho ofereçamos melhorado do que no-lo deixou. O que assi fazendo, *além de cumprirmos* com a leal servidão que lhe devemos, honra nossa é grande vingá-lo de seus inimigos (Jorge Ferreira de Vasconcelos, *Memorial das Proesas da Segunda Távola Redonda*, 2.^a ed., Lisboa, 1867, cap. IV, p. 14)

se me houvera de pôr a contar por extenso todas as particularidades dela [vitória], assi do muito que os nossos fizeram como do grande esforço com que os inimigos se defenderam, *além de não ter* eu cabedal para tanto, me fora necessário fazer um processo muito mais largo (Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, vol. II, cap. LX, p. 3)⁴⁵

(43) Soares Barbosa, *Gramática Filosófica*, 2.^a ed., 1830, p. 324.

(44) Carneiro Ribeiro, *Serões Gramaticais*, 5.^a ed., 1950, p. 652.

(45) Texto crítico preparado por Antônio José Saraiva, [1.^a ed.], Lisboa, Sá da Costa, [1962], cotejado com a edição diplomática de Adolfo Casais Monteiro, [Lisboa], [1952]), vol. I, p. 328; a edição *princeps* data de 1614, mas o autor faleceu em 1583.

Em 1589: *além de carecerem* do lume da fé, tem escurecido o da razão.⁴⁶ (Fr. Amador Arrais, *Diálogos*, 1589, diálogo III, cap. XIV, fl. 74 b; p. 160 da ed. Rolandiana de 1846)

1752: Não foi difícil ao pai despachar uma petição que, *além de ser* muito conforme com a sua devoção, lhe pareceu justa (Manuel da Fonseca, *Belchior de Pontes*, cap. I, p. 5)

17. Exemplos modernos aparecem em variados autores, e também na linguagem da imprensa:

dizendo que sua filha, *além de estar* habituada a não cear, sentia um leve incômodo que a privava de vir à mesa (Camilo, *Estrelas Funestas*, 2.^a ed., 1869, II parte, cap. III, p. 143)

— Pelo contrário, penso que deve aceitar. *Além de haver* consentimento de minha tia, parece ser um grande desejo do pai de Eugênia. (Machado de Assis, *Helena*, Jackson, [1952], cap. VIII, p. 88)

Como não há interesse em transcrever exemplos semelhantes, aqui se mencionam apenas as obras onde aparecem: Camilo, *Novelas do Minho*, vol. I, 5.^a ed., 1945, p. 132; *Doze Casamentos Felizes*, 8.^a ed., 1947, Sétimo Casamento, cap. II, p. 109; *Vingança*, cap. III, p. 29; cap. VI, p. 60. Alexandre Herculano, *Inquisição*, vol. II, p. 211. Machado de Assis, *Ressurreição*, X, 117; XIII, 143; XVIII, 198; *Esau e Jacó*, cap. VIII, p. 45; *Iaiá Garcia*, cap. XIII, p. 187; *Histórias da Meia-Noite*, «As Bodas de Luís Duarte», p. 99; *Relíquias de Casa Velha*, vol. I, «Suje-se Gordo!», p. 95; «O Caso Barreto», p. 284. José de Alencar, *O Garatuja*, cap. V, p. 33; cap. XVIII, p. 91; cap. XXII, p. 107; *Senhora*, II parte, cap. VIII, p. 163; *Til*, vol. II, cap. XXI, p. 146. Rui Barbosa, *Cartas de Inglaterra*, 2.^a ed., p. 192. Aquilino Ribeiro, *O Malhadinhas*, pp. 18, 69, 106, 109, 145. Monteiro Lobato, *América*, 2.^a ed., 1934, cap. IX, p. 71. Lima Barreto, *Clara dos Anjos*, [1948], cap. I, p. 27. Galeão Coutinho, *Confidências de Dona Marcolina*, [1949], cap. III, p. 20. Rubem Braga, *Um Pé de Milho*, 2.^a ed., [1964], p. 176. Érico Veríssimo, *O Senhor Embaixador*, 2.^a ed., [1965], cap. II, p. 11.⁴⁷

18. Em galego, «Para as oracións que indican adición, ademáis de «ademáis de», é normal «encima de». Esta derradeira locución envolve sempre un matiz de protesta ou queixa, máis ou menos vivo.»⁴⁸

(46) V. *supra* nota 40.

(47) Não há subordinada de adição neste passo de Eça de Queirós: «nunca lhe conhecemos outra ambição além de compreender bem as Idéias Gerais» (*A Cidade e as Serras*, cap. I, p. 11). É preciso entender: nunca lhe conhecemos outra ambição além da de compreender, i.e., além da ambição de compreender, etc.

(48) Carta do Prof. Carballo Calero.

Benaventurados os que padecen persecucion pol-a xusticia, porque *ademaís de ir* á cadea pagarán as costas. (Fr. Marcos de Portela, *Catecismo do labrego*, [7.^a ed.], Vigo, 1967, fac-símile da 1.^a ed. (1889), p. 40)

19. Em espanhol as orações de adição, quando desenvolvidas, constroem-se com *a más de que*, *aparte de que*, *sobre que* e indicativo:⁴⁹

A más de que con ello rinden un merecido tributo de respecto y admiración a la gloriosa e inefable lengua de Rosalía y de Curros, acrescientan la cultura peninsular con una nueva recopilación lírica.

20. As reduzidas de infinitivo são introduzidas por *sobre*, *a más de*, *además de*, *aparte de*, *tras de*:

Sobre ser pobre era altanero. Outre qu'il était pauvre, il était hautain. (Une réunion de professeurs, *Langue espagnole*, 3^e degré, § 700, p. 226)

Esta comparación, *además de afinarles* el sentido de la observación, les enriquecerá con conceptos y matices de expresión en que son maestros los clásicos.

A más de realizar por entero los proyectos de sus antecesores, ensanchó el horizonte para sus más ambiciosas empresas.

A parte de poner guarniciones en algunas ciudades y de nombrar unos cuantos condes francos, no hizo el menor intento para separar de sus cargos a los funcionarios lombardos.⁵⁰

TRAS DE. () 4. 'Además de': *tras de ser* mulo, *es* caro. (Manuel Seco, *Diccionario de dudas*, [5.^a ed.], [1970])

21. O italiano *oltre*, assim como o francês *outré*, representam o latim *ultra*. *Oltrachè* e *oltredichè* são raros; *oltre che* e *oltre a* se constroem com o infinitivo:

Quando denota idea d'aggiunzione, porta meglio Al che Il, secondo l'ingenito valore dall'A. Accoppiase anche all'inf. Oltre all'essere ricca, è letterata. (Tomaseo e Bellini, *Dizionario*, 4.^a ristampa dell'edizione integra, Torino, 1924, vol. V, "Oltre")

oltre chè perdonargli, l'ho fatto anche mio amico (Palazzi, *Dizionario*, Milano, [1951], "oltre")

Oltre ad essere ignorante è anche superbo. (Francesco Zambaldi, *Grammatica della lingua italiana*, [1905], p. 124)

(49) Rodolfo Lenz, *La oración y sus partes*, 3.^a ed., 1935, p. 549, cita «*sobre que* (=además de que)». O *Nuevo pequeño Larousse* declara que «*sobre que*, por *aparte de que*, é barbarismo. Não foi possível encontrar exemplo de *sobre que* nem de *aparte de que*.

(50) A negativa da oração principal esbate a noção de adição, deixando visível a idéia de exclusão, que também se exprime com *afora*, *exceto*, *senão*, *a não ser*: «Não se podia concentrar num livro ou ouvir qualquer gravação, ou fazer qualquer coisa além de recordar as imagens que passavam continuamente pelo seu espírito.»

nessuno può disconoscere i meriti di quell'ardito e strenuo indagatore francese, che, *oltre a rivelare* i tesori dell'antica lingua e letteratura provenzale, tentò *anche* una prima comparazione delle diverse lingue romanze. (Angelo Monteverdi, *Manuale di avviamento agli studi romanzi*, [1952], p. V, nota)

I quali (religiosi), *oltrachè* non pagano gravezze, nè sono loro imposti carichi straordinarii, non hanno dove spendere le loro grossissime entrate nè più piamente, nè con maggior lode (Apud Tomaseo e Bellini, *Dizionario*)

il Grizo, *oltre all'essere*, senza paragone, il più valente della famiglia, era *anche* una prova di ciò che il suo padrone aveva potuto attentare felicemente contro le leggi (Manzoni, *I promessi sposi*, Milano, Hoepli, [1948], cap. VII, p. 102)

22. Os franceses é que estudaram melhor, pelo que se sabe, esse tipo de oração. Lê-se o seguinte na p. 309 da *Grammaire des grammairies* de Girault-Duvivier, edição de 1863: «As *conjunções aumentativas* são assim nomeadas porque, além da idéia modificativa de ligação, têm uma idéia acessória (sic) de acréscimo e aumento, e designam uma adição feita a qualquer coisa que precede.» Entre alguns exemplos infelizes, vem este da Academia Francesa: «Rien n'est plus amusant que l'histoire; *outré* qu'on y trouve d'excellentes instructions sur la politique, elle renferme d'utiles leçons de morale.»

23. Embora um tanto confusamente, Ayer estudava essas orações em sua *Grammaire comparée*, 1900, p. 685: «Compreende-se ainda nas *conjunções condicionais* (sic) a locução *outré que*, que indica *extensão* e equivale, pelo sentido, a uma *conjunção aumentativa* (§ 264); pede o *indicativo*: *Outre* qu'il est paresseux, il est indocile (= *non seulement* il est paresseux, *mais* il est *encore* indocile).»

24. Observa Brunot a pp. 28 de *La pensée et la langue*, edição de 1965: «*Outre* que acrescenta sempre alguma coisa». E mais adiante, na p. 714, dedica um parágrafo à «proposition d'addition». A *Grammaire Larousse du XX^e siècle*, [1952], estuda as subordinadas que indicam adição na p. 107, § 158. O mesmo faz Grevisse a pp. 1094, § 1045, de *Le bon usage*, [1964]. Wartburg e Zumthor, no *Précis de syntaxe*, [1958], § 171, p. 106, dizem que a língua francesa possui algumas *conjunções* que indicam, entre os fatos principal e subordinado, uma relação que se assemelha ao mesmo tempo com a concessão e com a condição, mas onde predomina uma certa idéia restritiva. Esta pode tomar diversos aspectos, entre os quais a adição de dois fatos, pela *conjunção outré que*.

25. «A adição ou adjunção de um fato, de uma idéia, de um motivo, é introduzida numa subordinada por diversas locuções conjuntivas: *sans compter que, outre que...*» (Dauzat, *Grammaire raisonnée*, [1958], p. 391). Fischer e Hacquard, na parte referente a «Les outils de subordination», apresentam uma relação das noções que esses instrumentos exprimem, notando laconicamente a pp. 451 de *A la découverte de la grammaire française*, [1959]: «*Addition. Outre que... sans compter que...* (indicatif).» É curiosa a observação de Dubois e Jouannon, que explicam o valor de *outre que* na lição dedicada às orações causais: «*Outre que (non seulement, parce que)* indica uma razão acessória, que se acrescenta à principal.» (*Grammaire et exercices de français*, [1956], § 261, p. 280)

26. *Outre que* era empregado pelos clássicos franceses e, segundo Brunot, «Il est encore très en usage» (*La pensée et la langue*, p. 714). Podem-se ler alguns exemplos nessa mesma obra, no *Grand dictionnaire universel du XIX^e siècle* de P. Larousse, em *Le bon usage* de Grevisse. Usa-se o indicativo ou o futuro do pretérito conforme o sentido.

Lorsque Charles et La Lune nouèrent des relations, ils se connaissaient de vue depuis longtemps. *Outre qu'ils étaient voisins*, ils se rencontraient souvent sur les bords de la rivière où ils étaient, l'un et l'autre, assidus. (Marcel Aymé, *Romans de la province*, Paris, Gallimard, NRF, 1956, *Brûlebois*, cap. III, p. 20)

27. *En même temps que* pode introduzir uma oração de adição; nesse caso não tem o sentido de «à la même époque» mas de «aussi bien que» (Brunot, *Pensée*, p. 715):

En même temps que Jésus admettait pleinement les croyances apocalyptiques () il admettait () la résurrection des morts (Ren., Jés., VII)

28. Brunot apresenta ainda exemplos de orações iniciadas por *joint que, avec cela que, sans compter que, non sans que*, os quais, contudo, não convencem. Pode-se admitir como equivalente estilística da aditiva subordinada uma coordenada do tipo «Il est payé et, en outre, on le nourrit» (de plus, en sus de).⁵¹

(51) O inglês pode usar *besides, in addition to, aside from* e gerúndio:

No known animal could have traversed this extent of country in one night, *besides* having to cross an estuary of the sea two miles broad. (Eric Frank Russell, *Great World Mysteries*, p. 27).

In addition to, aside from, being pretty, she has a lot of wealth. *Besides* disliking the idea of scandal, it pleased her the idea of having a tutor that she could dominate.

29. Na oração principal pode figurar algum advérbio que reforce a noção de acréscimo expressa pela subordinada: *Também, ainda*, em português; *anche* em italiano; *aussi, encore* em francês.

Maria, sobre ser profetiza muito alumiada de Deus, era *também* de maior idade que Moisés e Arão (Vieira, *Sermões*, vol. VI, p. 78)

Outre que j'aurais mauvais goût, il faudrait *encore* que j'eusse bien peu d'amitié por vous (Sév., dans Littré, apud Grevisse)

Outre que ce parti s'accordait à merveille avec les nécessités sociales auxquelles il était soumis, il plaisait *aussi* à M. Vincent le père (E. Psichari, *L'Appel des armes*, p. 45, apud Grevisse)

Quanto ao italiano, vejamos-se os exemplos do § 21.

30. Orações subordinadas substitutivas

Em vez de ir para um lado, fui para outro. (Machado de Assis, *Relíquias de Casa Velha*, Jackson, vol. I, p. 29)

As orações iniciadas por *em vez de*, *em lugar de*, encerram um fato que podia realizar-se, cuja realização era certamente esperada; contudo não se realiza, visto que é o fato da principal que realmente se efetua. Isto é, na oração principal está contido o fato que se realiza em substituição ao fato que vem indicado na subordinada. No exemplo transcrito acima não se realizou o fato, provavelmente esperado, de a pessoa ir para um lado, mas sim o de ir para outro. Essas orações equivalem a um adjunto adverbial de substituição.

31. Em português os adjuntos adverbiais de substituição podem ser introduzidos pela preposição *por* e pelas locuções *em lugar de*, *em vez de*, *ao invés de*, *em troca de*, *a troco de*, *em câmbio de*, *em logo de* (arc.):⁵²

dar-lhes coroa *por cinza*, óleo de gozo *por pranto*, *em lugar de espírito de tristeza* manto de louvor (Figueiredo, *Isaías* 61.3)

em lugar de cobre trarei ouro, e *em vez de* ferro trarei prata; e *por madeira* cobre, e *por pedras* ferro; e porei no teu governo a paz, e nos teus presidentes a justiça. (Idem, *ibidem*, 60.17)

(52) Maximino Maciel, *Lições Elementares de Língua Portuguesa*, 6.^a ed., p. 111. Idem, *Gramática Descritiva*, 1925, p. 304. Gama Kury, *Lições de Análise*, § 64, p. 49. Na locução *em logo de*, *logo* é a continuação do latim *locu-*, «lugar».

Por alguns bens que [a civilização] produziu para aqueles homens primitivos, trouxe-lhes o pior dos males, a perversão moral. (Alexandre Herculano, *Eurico*, 41.^a ed., cap. I, p. 2)

Em vez da águia eu poria como símbolo da América a formiga. (Monteiro Lobato, *América*, 1934, cap. X, p. 79)

Ergueu as mãos ao Senhor, pedindo-lhe que aliviasse as mágoas de seus pais, e lhes desse, *em troca da riqueza perdida*, a esperança de maior felicidade no céu. (Camilo, *Carlota Ângela*, 1874, cap. XIII, p. 115)

eu dou-lhe *a troca da injúria* esta revelação da minha credence (Idem, *Anos de Prosa*, 1904, cap. XVIII, p. 178)

Nicolau () pactuara com o anjo das trevas a facilidade deste mundo *a troca da eterna perdição* da alma? (Idem, *O Esqueleto*, 1948, cap. VI, p. 59)

Tomou-lhe do coração os dons que mal soubera merecer-lhe o homem amado; e, *em câmbio deles*, bafejou-lhe de eterno maio as flores da face e a juventude do espírito. (Idem, *Estrelas Funestas*, 1869, cap. III, p. 50)

Vai ao gaado, e trage-me dous cabritos mui bôos, e farei deles de comer pera teu padre, que se paga muito deles, por tal que el coma, e te dê a beençom *em logo de Esaú* ante que moira. (*Bíblia Medieval Portuguesa*, INL, 1958, vol. I, p. 49)

32. Até agora as gramáticas portuguesas não têm estudado as orações de substituição, apesar de serem antigas na língua e não muito raras. Na edição de 1904 da *Gramática* de Bento José de Oliveira, emendada e acrescentada por A. A. Cortesão, § 111, p. 107, as locuções *em vez de*, *bem longe de*, são incluídas entre as conjunções subordinativas condicionais, «(para significar condição, hipótese, exceção, etc.)». Essas locuções não apareciam na edição de 1895. Mais modernamente Evanildo Bechara, nas *Lições de Português*, p. 207, inclui entre as orações reduzidas fixas «as que denotam pensamentos para cuja expressão não existem conjunções subordinativas, como as que indicam: / 1) *exclusão*»; seguem-se exemplos de orações iniciadas por *em vez de* e *longe de*.

33. Parece que o latim não conhecia as orações de substituição, usando outros torneios para exprimir a substituição.⁵³ Em português elas são reduzidas de infinito, em francês de-

(53) O grego usava *antí e infinitivo*: «*q̄q̄f. dev. un inf. sans article*: *antl ár-khestai hyp'allôn, árkhlein hapántôn*, HDT. 1, 210, au lieu d'être commandé par d'autres, commander à tous; cf. THC. 7, 28; XEN. Cyr. 6. 2. 19» (Bailly, *Dictionnaire grec-français*, «*antí*»).

O inglês dispõe de *instead of* para indicar substituição: «Now, Mr. Bum-ble was a fat man, and a choleric; so, *instead of* responding to this open-

sempre envolvidas. Encontram-se em espanhol e italiano. Embora raras, pode haver orações independentes justapostas (adversativas?) equivalentes pelo sentido às substitutivas: «O estertor regularizou-se; o homem não estertorava: ressonava» (= em lugar de estertorar, ressonava?).

34. As orações de substituição colocam-se geralmente antes da principal. As desenvolvidas são excepcionais em português;⁵⁴ parece que o *se* dos seguintes exemplos equivale a *em lugar de (que)*:

quando pilhou a porta aberta, ó pernas, p'ra que vos quero!... A tola, *se* havia de procurar o namoro [= namorado], foi meter-se em casa duma tia (Camilo, *A Filha do Arcediago*, 1868, cap. VI, p. 38)⁵⁵

Se havias de ir à missa, ficaste a beber, borracho! (Idem, *No-velas do Minho*, vol. II, p. 134)

hearted salutation in a kinkred spirit, he gave the little wicket a tremendous shake» (Charles Dickens, *The Adventures of Oliver Twist*, London, Oxford University Press, [1959], cap. II, p. 6) «*Em vez de rirem, vocês deviam levar a coisa a sério. Instead of laughing, you ought to take this thing seriously.*» (Earl W. Thomas, *The Syntax of Spoken Brazilian Portuguese*, [1969], p. 186).

No dicionário francês-latino, verbete «lieu», Quicherat observa que *au lieu de* diante de um infinitivo não tem equivalente em latim, e apresenta diversas manelras de vertê-lo, modificando a construção.

A Tradução Brasileira lê do seguinte modo *Isaias* 60.15: «Em lugar de seres abandonada e aborrecida sem que ninguém por ti passe, far-te-ei uma excelência perpétua, delícias de muitas gerações.» E a Vulgata Clementina: «Pro eo quod fuisti derelicta / Et odia habita, / Et non erat qui per te transiret, / Ponam te in superbiam saeculorum, / Gaudium in generationem et generationem.»

- (54) Uma coordenada adversativa introduzida por *mas (ao contrário)* pode ser considerada equivalente estilística de uma substitutiva: As ovelhas não acompanham o estranho, *mas (ao contrário)* fogem dele. Em vez de acompanharem o estranho, fogem dele.
- (55) Pareceu-me que o sentido era: A tola, *em vez de* procurar o namorado, foi meter-se, etc. O Dr. Ataliba de Castilho pergunta se não há aí noção de concessão: A tola, *ainda que houvesse de* procurar o namorado, etc. Em todo caso a divergência serve de mostrar que a construção não é clara, nem espontânea, nem usual. Seria alguma particularidade da linguagem falada de Portugal do século passado?

Podia-se supor que *em lugar que* introduzisse uma substitutiva desenvolvida. Porém o único exemplo que encontrei exprime comparação contrastiva (cf. § 48 e ss.): «a mesma vaidade que nos faz ser ingratos para com os mais homens, é a que nos faz ser agradecidos para com os príncipes. E com razão, porque nestes o favor sempre é puro e generoso, *em lugar que* nos mais homens sempre é inficionado de algum gênero de interesse. Nos príncipes os benefícios nascem de liberalidade, nos mais homens procedem de premeditação (Matias Aires, *Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens*, 1752, p. 76).

35. As reduzidas de infinitivo iniciam-se por *em logo de* (arcaica), *em vez de*, *em lugar de*, *longe de*, *bem longe de*, *muito longe de*, *ao invés de*. De uma confusão ou cruzamento de *em vez de* e *ao invés de* surgiu um *ao em vez de*, que a linguagem literária não usa. Pelos exemplos se verá que as orações de substituição não são novidade em português:

A primeira natureza da poomba é que *em logo de* cantar, geme. (*Livro das Aves*, INL, reprodução de manuscrito do século XIV, p. 20; transcrito também nos *Textos Medievais Portugueses* de Serafim da Silva Neto, p. 41)

36. Há muitos exemplos de *em vez de*, tanto na linguagem clássica como na moderna:

Se os pregadores semeiam vento, se o que se prega é vaidade, se não se prega a palavra de Deus, como não há a Igreja de Deus de correr tormenta *em vez de* colher fruto? (Vieira, *Sermões*, vol. I, 1679, col. 65) Também no vol. VII, pp. 26, 38.

e tornaram para trás *em vez de* irem para diante. (Figueiredo, *Jeremias* 7.24) Facitque sunt retrorsum, et non in ante (*Vulgata Clementina*) Também em *Ezequiel* 16.34.

Um dia de jejum lhe puseram diante certo peixe de grande estimação esquisitamente cozinhado. O santo, *em vez de* mostrar no gesto os primeiros movimentos da vontade de o comer, entristeceu-se. (Bernardes, *Nova Floresta*, vol. I, 1706, p. 15) Também na p. 342 e no *Estímulo Prático*, p. 101.

37. Exemplos modernos podem ver-se em Camilo, *Estrelas Propícias*, cap. II, p. 13; *Coisas Espantosas*, cap. VI, p. 45; Machado de Assis, *Iaiá Garcia*, cap. I, p. 10; *Relíquias de Casa Velha*, vol. I, p. 262; Monteiro Lobato, *América*, cap. XXI, p. 156; Ciro dos Anjos, *O Amanuense Belmiro*, § 46, p. 119; Carlos Drummond de Andrade, *Fala, Amendoeira*, p. 25; Fernando Sabino, *Encontro Mercado*, p. 229.

D. Vitória perdeu totalmente a cabeça, e *em vez de* tomar as providências que o caso pedia, deu em ralar (Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, 1952, cap. XXVI, p. 423)

38. Menos freqüente que *em vez de*, a locução *em lugar de* aparece também em escritores clássicos e modernos:

em lugar de se ressentir dos favores que o pontífice lhe fazia, () enxergava-se-lhe em obras e palavras levar gosto de que Sua Santidade o estimasse e honrasse. (Fr. Luís de Sousa, *Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, 1760, livro II, cap. XXV, vol. I, p. 224)

Carlos V () fez esfriar o zelo dos ministros da Inquisição ordenando que, *em lugar de* herdarem uma quota dos bens das suas vítimas, vencessem um estipêndio regular. (Alexandre Herculano, *Inquisição*, vol. I, 1879, livro I, p. 40)

E *em lugar de* acalmar as penas, antes
Busca novo pesar com que as avive.

(Olavo Bilaque, *Poesias*, soneto VI da Via Láctea, p. 48)

Outros exemplos em Vieira, *Sermões*, vol. XI, n.º 96, p. 104; Bernardes, *Exercícios Espirituais*, vol. II, 1686, p. 19; Soares Barbosa, *Gramática*, 1830, pp. 354-5. Excepcionalmente *no lugar de*:

sai de uma conferência de três ilustres médicos friamente resolvido a dar um tiro na cabeça, *no lugar de* fazer a operação que eles tinham resolvido. (Rubem Braga, *A Cidade e a Roça*, [1964], p. 48)

39. *Longe de, bem longe de, muito longe de* são da linguagem moderna.⁵⁶

Longe de procurarem pôr a salvo suas riquezas, os cristãos-novos reduziam-nas a propriedade territorial (Alexandre Herculano, *Inquisição*, vol. I, 1879, p. 167) Também no vol. II, 1880, p. 164; Camilo, *Anátema*, cap. XV, pp. 179, 180; Machado de Assis, *Ressurreição*, XXII, 241; Iaiá García, cap. III, p. 46; Rui Barbosa, *Cartas de Inglaterra*, p. 267.

— É preciso que o Sr. Vasco, *bem longe de* contrariar os meus planos, seja o meu auxiliar para encaminharmos Leocádia ao destino que lhe tracei (Camilo, *Cenas da Foz*, livro II, cap. IX, p. 179) Também em José de Alencar, *Senhora*, I parte, cap. I, p. 11.

diga-o às mulheres, que, *muito longe de* se ofenderem, lisonjeiam-se com a esperança de o conquistarem (Camilo, *Onde Está a Felicidade?*, 1919, cap. I, p. 45) Também em *O Sangue*, 1907, cap. VI, p. 90.

40. *Ao invés de* é um neologismo; *invés* está registrado nos dicionários modernos, e já aparece na 9.^a edição do de Moraes (que não tem data mas é posterior a 1891, data da 8.^a edição), com a forma *envez*. A locução é usada por escritores brasileiros; não foi possível localizar exemplos portugueses.⁵⁷

(56) Pode acontecer que uma oração infinitiva seja complemento nominal de *longe*; nesse caso evidentemente não há subordinada de substituição: «talvez não chegasse a ser repugnante mas estava longe de ser figura agradável.» (Carlos Heitor Cony, *A Verdade de cada Dia*, cap. I, p. 18).

(57) A construção do verbo *preferir* com o complemento *do que* é condenada pelos puristas; parece, porém, que não foi notada ainda a construção de *preferir* com uma oração de substituição, fato que seria condenado como o outro:

Em vez de encarar a novidade e justificá-la objetivamente, *preferia* remontar ao passado com argumentos artificiais e contestáveis.

Ao invés de pensar, vocês lêem — lêem coisas que, por *mal pensadas*, vão contribuir para a formação da maçaroca. (Monteiro Lobato, *Mr. Slang e o Brasil*, p. 13) Também nos *Urupês*, p. 241.

ao invés de descobrir tudo, podia acontecer aquilo que eu mais temia: indispor-me com ela. (Galeão Coutinho, *Confidências de Dona Marcolina*, cap. X, p. 94)

Outros exemplos: Euclides da Cunha, *Os Sertões*, p. 111; Carlos Heitor Cony, *Informação ao Crucificado*, p. 70; *A Verdade de cada Dia*, 2.^a ed., [1963], p. 76. De preferência a é raro:

De preferência a afrontar a hostilidade de tal ambiente, apartar-me cada vez mais da sociedade.

Qualquer que seja a nossa profissão, temos sempre a liberdade de aplicar parte dos rendimentos que dela tirarmos, no que possa aperfeiçoar o nosso ser, de preferência a entesourarmos uma fortuna puramente material.

41. Em galego, «As oracións que indican sustitución son introducidas as más veces polo nexu «en troques de»»⁵⁸

42. O espanhol serve-se em *em vez de*, *em lugar de*, *lejos de*.

Guevara, *em vez de* ordenar silencio, asumíó solemnemente el mando de las tropas (Manuel Gálvez, *Los caminos de la muerte*, [1957], cap. I, p. 17) Também em T. Luca de Tena, *La mujer de otro*, cap. X, p. 181.

EN VEZ DE Frase prepositiva que significa 'en sustitución de': *ha venido su hermana en vez de ella*; o 'al contrario de, lejos de': *en vez de acercarse y saludarnos, volvió la cabeza*. (Manuel Seco, *Diccionario de dudas*)

Longe de embargar o plano de Carlota Joaquina, a princípio D. João preferiu apoiá-la indireta e misteriosamente.

Ao invés de aceitar as verdades cruéis ou dolorosas para corrigi-las ou elidi-las, preferem dissimulá-las (Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*, vol. I, p. XXII).

Entretanto, em Paris-Madri, o Diabo Coxo divertia-se da mesma maneira: *em vez de entrar* pelas portas, *preferia* levantar o tecto das casas (Paul Hazard, *A Crise da Consciência Européia*, p. 282).

Parece que o italiano pode usar essa construção com o verbo *preferire*, o qual geralmente pede a preposição *a* (preferire la morte alla viltà — Petrocchi), ou a conjunção *che* (Mistruzzi, *Grammatica*, pp. 301-2, analisa-a como oração comparativa: *Preferirebbe lasciarsi uccidere che cedere*.): «con l'unica differenza che *invece* di rimandare a speciali appendici le regole () di minor conto, *ho preferito* reggupparle in appositi paragrafi dentro il testo stesso di ogni singolo capitolo (Boselli, *Grammatica spagnuola*, p. 5) O significado do verbo terá influído na construção: scegliere cosa o persona *invece di* un'altra (Palazzi, *Dizionario*).

(58) Carta do Prof. Carballo Calero.

LEJOS DE. () En este último sentido [i.e. figurado] es frecuente la construcción con infinitivo, significando 'muy al contrario de': *lejos de sentirse satisfecho, empezó a preocupar-se*. (Idem, *ibidem*) V. outro exemplo na Gramática da Academia Espanhola, [1959], p. 398. T. L. de Tena, *La mujer de otro*, cap. XI, p. 195.

43. O italiano constrói essas orações com *piuttosto di*, *piuttosto che*, *non che*, *invece di*, *in vece di*, *invece che*, *in luogo di*, *in cambio di*, *anzichè*, *lontano da*.

Anzichè umiliarsi non so cosa fareble. *Piuttosto di* (o *che*) passare il ponte face un lungo giro. () Egli, *non che* pentirsi, fa peggio di prima. (Fancesco Zambaldi, *Grammatica*, [1905]), p. 124, que classificava essas orações como "modais comparativas")

Si è preferito seguire questa via, *piuttosto che* cercare una maggiore completezza in un'unica direzione.

In cambio (invece) di studiare si trastulla (si diverte; va a spasso). (Regula e Jernej, *Grammatica italiana descrittiva*, [1965], § 134, p. 257, onde se fala em "opposizione")

I muri interni delle due viottole, *in vece di* riunirsi ad angolo, terminavano in un tabernacolo (Manzoni, *I promessi sposi*, cap. I, p. 15)

la *Grammaire générale et raisonnée* di Port-Royal () animata dall'ardore, tutto racionalista o cartesiano, di spiegare *in luogo di* constatare e di render ragione *in luogo di* meramente descrivere. (*Enciclopedia italiana*, Treccani, 1933, "Grammatica")

Lontano dal vedere, nei nuovi aspetti lessicali del portoghese in Brasile, una traccia e un avvio a una nuova lingua, il Raimundo sostiene l'opportunità che si additi () il fenomeno della permanenza () di modi sintattici del Cinquecento (Giuseppe Carlo Rossi, *Letteratura brasiliana*, [1971], cap. III, pp. 16-7)

44. Embora não as considerem um tipo especial de oração subordinada, Warburg e Zumthor incluem entre as orações «circunstanciais de oposição (concessivas)» as seguintes:⁵⁹

(*Bien*) loin que apresenta o fato ou a idéia enunciados como particularmente distanciados da idéia ou do fato principal: *loin qu'il m'en impose, je serais plutôt porté à le mépriser* [longe de ele me enganar, eu seria antes levado a desprezá-lo].

Au lieu que introduz o enunciado de um fato que não se realizou, mas ao qual se substituiu o fato principal: *au lieu qu'on lui permit de répondre tranquillement, l'interrogateur lui posa aussitôt d'autres questions* [em lugar de se lhe permitir que respondesse tranquilamente, o examinador fez-lhe logo outras perguntas].

O modo verbal é o subjuntivo:

(59) Warburg et Zumthor, *Précis de syntaxe du français contemporain*, 2.^a éd., 1958, § 169, p. 106.

L'adversité, *loin qu'elle soit un mal*, est souvent un remède et le contrepoison de la prospérité. *Au lieu que* l'adversité l'eut aigri, son humeur était devenue plus enjouée et plus égale. (Ayer, *Grammaire comparée*, 4^e éd., 1900, p. 658)

Littrée, *Dictionnaire*, ed. de 1889, vol. III, p. 305, n.º 24, cita três exemplos do século XVII de *au lieu que*, mas Wartburg e Zumthor referem-se a essa construção como viva no francês de hoje: *Syntaxe*, §§ 169, 426 e 457. V. também Grevisse, *Le bon usage*, §§ 981 e 1033, 1.⁶⁰

45. Com o infinitivo ocorria *en lieu de* no século XVI:

En lieu de le recueillir, luy tyrerent de grans coups de canon (Commynes, *Mémoires*, VII, 1, apud Littré)

O que se usa é *au lieu de*, (*bien*) *loin de*, *plutôt que de*:

*au lieu d'*aviser a les recevoir, tu songes à mille sottises. (Anatole France, *Le crime de Sylvestre Bonnard*, p. 241)

Le cert eut un présent, *bien loin d'être* puni (La Fontaine, apud Ayer, *Grammaire*, p. 658)

Plutôt que de vous obstiner à nier, vous feriez mieux d'admettre votre erreur (syn.: AU LIEU DE). (Jean Dubois et alii, *Dictionnaire du français contemporain*, [1967], s.v.)

Ainsi parlerait une mère qui voudrait garder son fils bossu *plutôt que de* le voir redressé. (Léon Clédat, *Grammaire raisonnée de la langue française*, 2^e éd., 1894, § 21, p. 13)

46. Le Bidois observa que «La langue populaire fait volontiers suivre *plutôt (que)* de la négation corsée *non pas*: (Drôle d'idée, dit la Françoise de Proust, de) «rester dans cette misérable ville *plutôt que non pas* aller à Cambray!» *Guermantes* I, 22; la même bonne femme avait, disait-elle, «renfermé [le veston] *plutôt que non pas* le laisser à la pousière» ID. *A l'ombre des J. F...* III, 180.» (*Syntaxe du français moderne*, 2^e éd., 1967, vol. II, § 1203, p. 275)

47. Na oração principal a noção pode vir retomada por um adjunto adverbial: *ao contrário*, *antes*, em português; *plutôt*, *au contraire*, em francês. Releiam-se os exemplos citados nos parágrafos anteriores, e note-se o seguinte:

Os caracteres vingativos, quando sofrem alguma ofensa, *em vez de* afastarem o pensamento dessa recordação dolorosa, *ao contrário* revolvem-se nela e saturam-se de fel, como para exacerbar a própria ira e prelibar o prazer da vingança. (José de Alencar, *O Sertanejo*, Melhoramentos, 2.^a ed., parte I, cap. IX, p. 78; também na parte II, cap. X, p. 112)

(60) A informação e o esclarecimento são do Dr. I. N. Salum.

48. Orações comparativas contrastivas

Os sonhos acabam ou alteram-se, *enquanto que* os maus maridos podem viver muito. (Machado de Assis, *Quincas Borba*, INL, 1969, cap. CXIX, p. 255)

Em geral se analisam quase automaticamente como temporais as orações introduzidas por *quando*, *enquanto*, *enquanto que*, *ao passo que*, sem se indagar se é realmente de tempo a noção que exprimem. Examinando uma série de exemplos anotados, observei que em muitos deles não havia noção de tempo. Qual é, então, a noção que essas orações exprimem? Alguns autores se referem a contraste e oposição.

49. Pelo sentido essas subordinadas podem considerar-se equivalentes estilísticas das independentes adversativas, embora as construções sejam diferentes:

Os sonhos acabam ou alteram-se, *mas* os maus maridos podem viver muito.

Quicherat, em seu dicionário francês-latino, verte por meio de independentes adversativas as subordinadas francesas de *au lieu que*, o que não quer dizer que o latim não dispusesse de recurso para exprimir essa idéia por meio de orações subordinadas. Nem sempre, porém, existe essa correspondência com as adversativas, as quais podem equivaler também, às vezes, a uma concessiva:

Ele é bom *mas* não gosto dele.

Embora seja bom, não gosto dele.

50. Por isso não satisfaz a admissão de um novo tipo de oração: as subordinadas adversativas.⁶¹ Há apenas coincidência parcial dos campos compreendidos por esses dois tipos. Já se observou que nessas orações há confronto por diferença, e aí está a pista para a solução: confronto é comparação, e as orações ficam sendo uma modalidade das comparativas. Vejamos quais são os tipos de orações comparativas.

(61) Aditem as subordinadas adversativas: Renzo Cristiani, *La grammatica latina*, Pisa, Vallerini, [1941], p. 321; Regula e Jernej, *Grammatica italiana descrittiva*, Bern und München, Francke, [1965], p. 284; Kr. Sandfeld, *Syntaxe du français contemporain*, Les propositions subordonnées, Genève, Droz, 1965, livre IV, chap. II, §§ 181-4, pp. 301-6.

51. Matoso Câmara, seguindo por Evanildo Bechara e Gama Kury, opõe as comparativas assimilativas às quantitativas.⁶² A comparação é assimilativa (i. e. «assemelhativa») quando «consiste em assimilar uma coisa, pessoa, qualidade ou fato a outra mais impressionante, ou mais conhecida». É quantitativa quando «consiste em comparar, na sua quantidade ou intensidade, coisas, pessoas, qualidades ou fatos». As comparativas assimilativas constroem-se com *como*; as quantitativas com *tão... como* (de igualdade), *mais... (do) que* (de superioridade) e *menos... (do) que* (de inferioridade).

52. Ao lado desses dois grupos, pode-se admitir um terceiro: o das comparativas contrastivas.⁶³ Além de se tratar de uma noção bastante clara, é interessante observar em diversos idiomas uma tendência para usar conectivos especiais nessas orações, diferentes dos conectivos das orações temporais.⁶⁴

53. As conjunções que introduzem as comparativas contrastivas, nitidamente temporais pela origem, mostram que o novo tipo de comparação se derivou das orações temporais. Em algumas construções — as que indicavam simultaneidade — foi-se insinuando a idéia de contraste, a qual chegou a predominar e excluir qualquer noção de tempo.⁶⁵ Não há razão,

(62) Matoso Câmara, *Gramática*, II, 48 apud Bechara, *Lições de Português*, pp. 128-9. Gama Kury, *Lições de Análise*, § 113, p. 82.

(63) Na redação primitiva usei sempre os termos *oposição*, *opositivo*. O Dr. Isaque Salum observou-me que essas orações são mais exatamente *contrastivas*. Quis também evitar confusão com o francês *opposition*, usado tanto para indicar contraste como concessão (impedimento ineficaz); os franceses têm dificuldade em ver diferença entre as contrastivas e as concessivas: «Por outro lado, no caso em que de dois fatos contrários um deveria excluir o outro, é difícil fazer distinção nítida entre orações adversativas e orações concessivas.» (Sandfeld, *Syntaxe*, § 181, p. 301).

(64) A respeito dos tipos de comparação ou associação, que aliás não se reduzem aos dois mencionados de semelhança e diferença, vejamos: Max Apel, *Diccionario de filosofia*, 1.^a ed. en español, México, Uteha, [1961], verbete «asociación»; R. S. Woodworth, *Contemporary Schools of Psychology*, revised edition, New York, Ronald Press, [1948], pp. 38, 44.

(65) No seguinte exemplo se pode ver essa transição da noção de tempo para a de contraste: «Enquanto cristãos deixavam perecer à míngua uma desgraçada, tu [um mouro] a salvavas.» (Alexandre Herculano, *O Monge de Cister*, 11.^a ed., 1907, vol. I, cap. V, p. 94). Esse *enquanto* já não é claramente temporal, pois não equivale a *ao mesmo tempo que*; por outro lado observem-se os contrastes *perecer/salvar*, *cristãos/mouro*.

pois, para confundir as comparativas contrastivas com as temporais; o fato de serem introduzidas pelas mesmas conjunções não é significativo, além de se notar uma tendência para uso de conectivos específicos. *Desde que* pode indicar tempo, causa ou condição; *porque* causa ou fim. Não se diz que nas orações de *porque* há acúmulo das noções de causa e fim: a oração é causal ou final, e uma classificação exclui a outra. Nas orações de *enquanto que* notam alguns autores que há um *matiz* ou *alguma coisa* de contraste ou oposição. Ora, aí é que bate o ponto; o que se considera *matiz* é, na realidade, a noção fundamental, predominante; noções de tempo podem entremostrear-se nas comparativas contrastivas, mas são secundárias, acessórias, casuais, despiciendas. Em «Os sonhos acabam ou alteram-se, enquanto que os maus maridos podem viver muito», contrasta-se a transitoriedade ou fugacidade dos sonhos — que sempre acabam quando acordamos ou se alteram com facilidade —, e a possível «durabilidade» dos maus maridos, que não desaparecem nem se transformam tão rapidamente nem tão facilmente como os maus sonhos ou os pesadelos. Percebe-se bem a comparação, mas não se vê aí noção de tempo.

54. Embora sejam raros, existem adjuntos adverbiais de comparação contrastiva, em forma não oracional, introduzidos por *ao contrário de*, *ao inverso de*, *à diferença de*, *contrariamente a*.

A órfã, *ao contrário da filha do capitão-mor*, tinha uma dessas naturezas que não sabem viver em si e para si. (José de Alencar, *O Sertanejo*, I parte, cap. XIX, p. 173)

Ao inverso das parasitas, que absorvem a seiva estranha e nutrem-se dela, estas naturezas pródigas transmitem a sua substância. (Idem, *ibidem*)

Contrariamente a certos delirantes sistemáticos cujas perturbações são mais ou menos polarizadas por um assunto determinado e cujas reações se podem por conseguinte prever, os jovens esquizofrênicos de que falamos têm atos discordantes, imprevisíveis, pelo próprio fato de que o estado de espírito deles muda sem cessar e as idéias mais contraditórias se sucedem de minuto a minuto.

L'histoire gréco-romaine nous est visible en perspective, et peut être embrassée dans son ensemble parce qu'elle est terminée — *par opposition à l'histoire de notre monde occidental* qui est un spectacle inachevé dont nous ne savons pas ce que sera le dénouement définitif et dont ne pouvons même pas voir l'aspect général actuel, nous trouvant placés comme des acteurs d'un moment parmi la multitude et l'agitation de la scène.

55. O latim podia exprimir contraste com orações justapostas, que melhor se classificam como independentes: *Verba uolant, scripta manent*. Mas usava também *cum* seguido de subjuntivo para introduzir uma subordinada comparativa contrastiva: «Contraste. *Alors que, tandis que*. EGO APUD BARBROS ERAM CUM TU ESSES IN GRAECIA. J'étais chez les barbares, alors que toi, tu étais en Grèce.»⁶⁶

56. Em português também se pode indicar contraste com orações independentes adversativas assindéticas, equivalentes estilísticas das comparativas contrastivas.⁶⁷

Ele perseguia as aves e alimárias inocentes: eu perseguia-o a ele. (Alexandre Herculano, *O Monge de Cister*, vol. I, cap. III, p. 43)

A amante vivia num bonito chalé; a família morava numa velha casinha arruinada e suja. Na casa da mão esquerda havia o luxo, o conforto, o bem-estar; na casa da mão direita reinava a mais severa economia. Ali os guardanapos eram de linho; aqui os lençóis de algodão. Na rua do Matoso havia sempre o supérfluo; na rua de São Cristóvão muitas vezes faltava o necessário. (Artur Azevedo, *Contos Fora da Moda*, 4.^a ed., Paris, Garnier, [1924], p. 49)

Os ricos rezavam a São Jorge na Matriz de Ilhéus, as mãos alvas do Bispo levantadas na bênção da safra daquele ano. Os pobres rezavam a Oxossi, São Jorge também, no candomblé de Salu, as mãos negras levantadas em agradecimento. (Jorge Amado, *São Jorge dos Ilhéus*, p. 183)

57. As subordinadas contrastivas são iniciadas por *quando*, *enquanto*, *enquanto que*, *entretanto que*, *entanto que*, *ao passo que*. Na maioria das vezes *quando* é temporal, mas também pode indicar contraste, embora raramente:

Conta Pausânias que no templo maior da Arcádia, estava um espelho, no qual os homens que olhavam para ele, não se viam a si, mas só viam as imagens dos deuses. E *quando* os gentios adoradores dos deuses falsos entenderam que nos espelhos dos templos não se haviam de ver outras imagens que as dos mesmos deuses, tem⁶⁸ nome e fé de cristãs as que levam os espelhos aos templos do Deus verdadeiro () para verem e enfeitarem o modo com que desejam ser vistas?

(66) Greiner et Billoret, *Grammaire du latin*, p. 357. São um pouco diferentes desse os exemplos de *cum* «adversativo» apresentados por Jacques Michel na *Grammaire de base du latin*, 1967, § 498, p. 284: *Fuit pauper cum diuitissimus esse posset*. Nota-se a confusão das concessivas com as contrastivas.

(67) Quando a independente adversativa encerra um adjunto adverbial de concessão, desaparece a equivalência com as comparativas contrastivas, e estabelece-se correspondência com as concessivas: «Depois de religioso ficou fora da jurisdição da fortuna; mas *nem por isso* fora das variedades do mundo.» (Vieira, *Sermões*, vol. I, col. 393).

(68) V. *supra* nota 40.

(Vieira, *Sermões*, vol. XI, 1696, Sermão do demônio mudo, § VII, n.º 337, p. 300)

quando todos aqui estão a tagarelar como um bando de maitacas, ficas amuado a um canto, tu que de ordinário és a garrulice em pessoa? (Bernardo Guimarães, *Rosaura*, Paris, Garnier, [1914], vol. I, cap. I, p. 1)

mocinhas supõem comprar romances, *quando na realidade* estão se provendo de noções da eterna e tenebrosa ciência de amar⁶⁹ (C. Drummond de Andrade, *Fala, Amendoeira*, "Nobre rua São José", 4.ª ed., p. 20)

58. *Enquanto*, de emprego relativamente comum nas orações contrastivas, tem distribuição diferente de *enquanto que*. Quando a subordinada antecede a principal, *enquanto* pode exprimir tempo ou contraste; quando a subordinada vem depois da principal, *enquanto* geralmente exprime tempo, menos vezes contraste; mas neste último caso *enquanto que* parece ser mais freqüente, vem quase sempre nessa posição e muito raramente indica tempo.⁷⁰ Esquemáticamente:

<i>Enquanto</i> (temporal)	}	oração principal
<i>Enquanto</i> (contrastivo)		

Oração principal	{	<i>enquanto</i> (geralmente temporal)
		<i>enquanto</i> (menos vezes contrastivo)

Mas normalmente:

Oração principal + *enquanto que* (contrastivo)⁷¹

59. Vejam-se alguns exemplos de *enquanto* temporal antes da principal:

enquanto é tempo / Pensa e resolve (Basílio da Gama, *O Uruguai*, in *Épicos Brasileiros*, [Lisboa], 1845, canto II, vv. 165-6)

(69) *Quando na realidade*: o adjunto *na realidade* realçou a noção de contraste; cp. o francês *tandis qu'au contraire*, *infra*, § 81.

(70) Por contrariar a tendência da língua parecem estranhos estes exemplos de *enquanto que* temporal: «serve-se delas como de almofadas para recostar-se, *enquanto que* pensa». (Arnaldo Gama, *Montim Há Cem Anos*, cap. III, apud Heráclito Graça, *Fatos da Linguagem*, 1904, cap. XXXIV, p. 248). Com mais-que-perfeito do indicativo: «O conselheiro estendeu a Henrique a parte telegráfica, *enquanto que* uma visível satisfação se lhe desenhara no semblante.» (Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, 1952, cap. XXXIII, p. 537).

(71) Seria interessante verificar numa série de exemplos espanhóis, italianos e franceses — o que não pude fazer — se as contrastivas também se colocam geralmente depois da principal.

Enquanto ela repetia a declaração da véspera, Carlos Maria abria os olhos, estirava os membros (Machado de Assis, *Quincas Borba*, INL, 1969, cap. LXXIV, p. 201)

Ainda temporal, em subordinada posposta à principal:

outras [aves fabricaram seus ninhos] nos cerros mais altos, *enquanto* não havia torres (Vieira, *Sermões*, vol. XI, 1696, n.º 110, p. 115)

os olhos brilhavam *enquanto* ela ria. (Jorge Amado, *Gabriela*, [38.ª ed.], p. 155)

60. A noção de contraste fica mais nítida quando a subordinada vem antes da principal:

Enquanto nas colônias inglesas setentrionais da América do Norte sempre predominou a pequena propriedade, nas do sul firmou-se, como entre nós, o tipo da cultura em grande escala.

Enquanto a análise fonética se preocupa tão-somente com a articulação, a fonêmica atenta apenas para o som que, reunindo um feixe de traços que o distinguem de outro som, permite a comunicação lingüística.

Enquanto lhe minguavam as horas para os prazeres de que se fartava, aquelas três senhoras ali desfiavam as compridas noites sem outro entretenimento além da tarefa jornalreira (José de Alencar, *Senhora*, Melhoramentos, 8.ª ed., I parte, cap. VI, p. 54)

enquanto os primeiros me indigitavam como o maior responsável pelo advento do novo regime, crime irredutível, os outros reduzem a zero o meu merecimento nessa transformação (Rui Barbosa, *Cartas de Inglaterra*, 2.ª ed., 1929, p. 290)

61. Há orações contrastivas de *enquanto* pospostas à principal, mas nem sempre a noção de contraste fica tão nítida como nas outras.

E tu, mal-aventurado, pensas que és vencedor, *enquanto* és cativo e roubado e tomado por prea deste cruel leão (*Boosco Deleitoso*, INL, 1950, p. 42)⁷²

Tendo-se entregado com fervor ao estudo como um meio de afugentar pensamentos cruéis, criam que o amor da ciência o obrigava a passar as noites sobre os livros, *enquanto* ele o fazia só porque a vigília sobre o livro mais sensabor é um folguedo comparado com a vigília no leito do repouso, que tantas vezes se converte em Getsêmani de agonia. (Alexandre Herculano, *O Monge de Cister*, 11.ª ed., 1907, vol. I, cap. III, p. 60) Também no cap. IV, p. 79; cap. X, p. 141.

A criatura passa horas e horas sentada no tapete, *enquanto* as outras me estão sempre a convidar a passeios (Camilo, *Estrelas Proícias*, 2.ª ed., cap. VIII, p. 81)

(72) O texto é provavelmente de fins do século XIV.

Tu ainda sobes ao Calvário e respiras ar desafogado, *enquanto* eu a custo me desatasco da lama (Idem, *O Sangue*, 3.^a ed., 1907, Introdução, p. 6)

Possuindo, porém, este caráter em comum com a preposição, [a conjunção] dela se diferencia em ser conectivo de proposições, *enquanto* aquela o é de palavras, de modo que a conjunção é conectiva *interpropositional*, e a preposição *intervocabular*. (E. Carlos Pereira, *Gramática Histórica*, 1916, § 209, p. 136)

D. Paculdina () é uma porção bestial de gorduras, *enquanto* Carmélia é uma porção de harmonias. (Ciro dos Anjos, *O Amanuense Belmiro*, 3.^a ed., [1949], § 45, p. 116)

convencidos assombrosamente de que tinham o direito de comer o quanto quisessem, *enquanto* outros não podiam comer nada. (Paulo Mendes Campos, *O Anjo Bêbado*, p. 45)

Silvio da Cunha. Era este o contrário de mim, mestre de vários ofícios e artesanatos, *enquanto* eu ciscava pelo mundo como a galinha que busca minhocas na terra árida. (Idem, *ibidem*)

62. No português atual, *enquanto que* é relativamente comum para indicar comparação contrastiva. Foi condenada por alguns puristas sob a alegação de ser tradução do francês *tandis que*, que realmente deve ter tido alguma influência no seu bom êxito. Insistiu-se no uso exclusivo do simples *enquanto*, sem se notar que essa conjunção, em oração posposta à principal, não servia para exprimir claramente a noção de contraste; ficando ambígua a expressão, os escritores não tiveram dúvida em recorrer à locução *enquanto que*, a qual sempre exprime com clareza a noção de contraste e encabeça orações que se pospõem à principal. O «desvio» era motivado por uma necessidade nova de expressão. A locução é recente na língua, não tendo sido possível encontrar exemplos anteriores ao século XIX.

parecia-me que a beleza é uma flor boa para se aspirar e deixá-la ainda viçosa para que no-la invejem e furem; *enquanto que* a obrigação de conservar em casa a flor murcha é um pesadelo. (Camilo, *Estrelas Propícias*, 2.^a ed., cap. VIII, p. 68)

Não há interesse especial em transcrever aqui uma série de exemplos semelhantes (noção de contraste, subordinada posposta à principal); por isso indicam-se apenas os passos onde se podem ler outros exemplos: Camilo, *Amor de Salvação*, 6.^a ed., «Observação» inicial; *A Mulher Fatal*, 3.^a ed., cap. II, p. 30. Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, 1948, cap. I, p. 6. José de Alencar, *As Minas de Prata*, Melhoramentos, 7.^a ed., vol. I, cap. III, p. 32; p. 436 do vol. II da edição Aguilar. Guerra Junqueiro, *A Morte de D. João*, 10.^a ed., 1921, p.

XII. Machado de Assis, *Memórias Póstumas, INL*, 1960, cap. VII, p. 123; *Memorial de Aires*, Jackson, [1955], p. 270. Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*, Lelo, 1966, cap. V, p. 198. Agustina Bessa Luís, *O Manto*, p. 50.⁷³

63. Os principais autores que denunciaram o *enquanto que* foram Leite de Vasconcelos e Epifânio Dias em Portugal, Mário Barreto e Evanildo Bechara no Brasil. Preceituava Leite de Vasconcelos: «*d) enquanto que: / Não se dirá assim, mas enquanto. Cf. o provérbio: Enquanto se capa, não se assobia. Muitas vezes podemos substituir essa conjunção por ao passo que, ou quanto a («eu não vou; quanto a ele, vai», ou «ao passo que ele vai»).* / *Enquanto que* provém de imitação do francês *tandis que*. Manuel Bernardes, na *Nova Floresta*, II (1759), 334, tem todavia: «Mas destes conselheiros () dissera eu o mesmo em contrário sentido, ENQUANTO *res sacra* quer dizer *c o u s a m a l d i t a* ».⁷⁴ A condenação de Epifânio Dias foi feita a propósito da tradução de locuções conjuncionais francesas: «*Pendant que, tandis que e tant que, e n q u a n t o* (e não: enquanto que), *e n t a n t o q u e*, *e n t r e t a n t o q u e*, designam simultaneidade de duas ações».⁷⁵

64. Mário Barreto associa o aparecimento de *enquanto que* à tendência de se juntar um *que* às conjunções simples: «visto que há um sem-número de locuções em que entra *que* como elemento, e a língua se avezou a elas, aparece a dita partícula junto a palavras que já têm sentido conectivo».⁷⁶ E coloca *enquanto que* ao lado de *apenas que*, *embora que*, *mal que*. Essas formas, porém, raríssimas e exóticas (além de não terem a abonação de bons escritores) não expressam nenhuma noção especial, ao passo que *enquanto que* tem valor e emprego próprios, e está vivo na língua. Embora não condene explicitamente a locução, Mário Barreto não consegue reprimir uma

(73) Levando-se em conta o fato de que a gramática de Soares Barbosa foi escrita em fins do século XVIII, seria de estranhar que ela registrasse a locução *enquanto que*, como afirmou Heráclito Graça nos *Fatos da Linguagem*, 1904, cap. XXXIV, p. 241, citando a 6.^a ed., livro 4, cap. 6, art. 2, n.º 5. O que se lê, aliás no livro 3, p. 358 da 2.^a ed., 1830, é o simples *enquanto*, e não *enquanto que*. Carlos Góis, certamente sem ter verificado a citação, copia o engano: «A forma *enquanto que* é aceita por Jerônimo S. Barbosa». (*Dicionário de Galicismos*, 1920, s.v.).

(74) J. Leite de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1959, p. 347.

(75) Epifânio Dias, *Gramática Francesa*, 8.^a ed., [1895], § 388, p. 365.

(76) Mário Barreto, *Novos Estudos*, 2.^a ed., cap. XI, p. 176.

leve ironia: «Também Machado de Assis, esquecendo o valor relativo de *enquanto*, e só reparando em que num grande número de locuções que servem para enlaçar uma oração com outra, figura *que*, pôs esse penduricalho a *enquanto* no seguinte trecho: «Mas eu creio que Capitu olhava para dentro de si mesma, *enquanto que* eu fitava deveras o chão, o roído das fendas, duas moscas andando, e um pé de cadeira lascado.» (*Dom Casmurro*, cap. XLII, p. 130 [pp. 126-7 da edição do INL]).»⁷⁷ À hipótese do ilustre gramático pode-se contrapor outra, que parece explicar melhor o fato: Machado de Assis quis, simplesmente, exprimir, sem equívoco, a noção de contraste, o que o simples *enquanto* não lhe permitia fazer.⁷⁸ Aliás, o próprio Mário Barreto usou a locução, para exprimir contraste:

Do mesmo modo, *louer* que deu *louange*, vem do latim *laudare*, ENQUANTO QUE *louer*, que deu *louage*, vem de *locare*. (Mário Barreto, *Últimos Estudos*, 1944, p. 5)

65. Apoiado certamente na autoridade de Mário Barreto, Evanildo Bechara considera também excessivo o *que* de «*enquanto que*, *apenas que*, *embora que*, etc., construções que os puristas não têm visto com bons olhos, apesar dos exemplos dos escritores corretos: / «...porque a ciência é mais lenta e a imaginação mais vaga, *enquanto que* o que eu ali via era a condenação viva de todos os tempos» (M. de Assis, *Memórias Póstumas*, [cap. VII], p. 24 [p. 123 da edição do INL]).»⁷⁹ Como se vê, coloca-se o *enquanto que*, usual, ao lado de outras locuções desusadas, e não se insiste na diferença de significado.

66. É raro antepor-se a oração de *enquanto que* à principal. Em alguns casos não fica muito claro que noção há na subordinada.

Enquanto que Margarida recuava, ele, cada vez mais próximo, ia de novo repetir a súplica. (Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, Lisboa, A Editora, s.d., cap. XLI, p. 410)

(77) Idem, *Op. cit.*, p. 177.

(78) «Adotando o estado de espírito do observador que se recusa a corrigir o que existe, debrucei-me sobre a vida dos signos com o único cuidado da objetividade, para verificar em quê os erros são condicionados pelo funcionamento da linguagem e como eles o refletem; pois é muito improvável, amigo leitor, que o senhor cometa erros pelo simples prazer de ser incorreto.» (Henri Frel, *La grammaire des fautes*, 1929, p. 9).

(79) Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa*, 3.^a ed., p. 201.

Enquanto que eu tropeço, um grito ao longe rola (Castro Alves, *Espumas Flutuantes*, apud Maximino Maciel, *Gramática*, 1925, pp. 363-4, que a classifica como temporal)

É contrastiva em:

Enquanto que Fernandinho alardeava nas salas e espetáculos, elas passavam o serão na sala de jantar. (José de Alencar, *Senhora*, I parte, cap. VI, p. 49)

Enquanto que ambas () se desagregam, eu () imagino e executo. (Guerra Junqueiro, *Pátria*, cena VII, p. 54)

Certos autores não usam *enquanto que*. Parece ser o caso de Jorge Amado, que indica contraste com o simples *enquanto*; pode ser que ele não tenha entrado na corrente da inovação, uma vez que seria difícil acreditar-se na influência coercitiva de gramáticos sobre ele.

67. *Ao passo que* raramente indica proporção, ao contrário do que se poderia supor.⁸⁰ Como contrastivo talvez seja relativamente freqüente, mas é tão novo na língua como *enquanto que*; todavia os gramáticos não o condenaram, como fizeram com este último. Do século passado há exemplos um tanto confusos, nos quais talvez exprima tempo.

a opulência dos judeus, *ao passo que* os habilitava para viverem com esplendor, alcançava conciliar-lhes a tolerância dos magistrados, que os deixavam manifestar na magnificência dos trajes e adornos a sua riqueza. (Alexandre Herculano, *Inquisição*, vol. I, 3.^a ed., 1879, p. 101) Também no vol. II, 1880, p. 160, duas vezes; alguns exemplos em *O Monge de Cister*.

Essa afeição ardente, profunda, sublime de abnegação, *ao passo que* lisonjeava-lhe o amor próprio, ainda mais o prendia a essa formosa menina, de quem o arredavam fatalmente seus instintos aristocráticos e o terror pânico da mediania laboriosa. (José de Alencar, *Senhora*, II parte, cap. V, p. 144)

Em vista de tão conciso nome, cessaram as minhas averiguações, *ao passo que* a curiosidade se foi aumentando. (Camilo, *As Três Irmãs*, I parte, cap. I, p. 19)

68. Todavia é claramente contrastiva em:

Na terra havia dous jornais, e nenhum lhe tinha ainda chamado virtuosa, *ao passo que* a sua presumida rival D. Benedita por mais duma

(80) «A locução *ao passo que* pode ser empregada sem idéia proporcional, para indicar que um fato não se deu ou não tem as características de outro já enunciado» (Evanildo Bechara, *Lições de Português*, p. 168) V. também a observação de Leite de Vasconcelos transcrita no § 63.

vez tinha sido abençoada pelas gazetas. (Camilo, *Amor de Salvação*, 6.^a ed., cap. I, p. 11)

As reticências são pontos em forma literal porque só com elas se consegue não dizer nada, *ao passo que* todas as indelicadezas se acham contidas no *abc* (Idem, *Novelas do Minho*, 1945, p. 47) Também nas *Estrelas Finestras*, 2.^a ed., 1869, I parte, cap. III, p. 58.

O calor do sol está dizendo aos homens que vão descansar e dormir, *ao passo que* a frescura relativa da noite é a verdadeira estação em que se deve viver. (Machado de Assis, *Contos Fluminenses*, vol. I, Jackson, [1955], p. 49) Também em *Quincas Borba*, INL, 1969, cap. XCIX, p. 226; *Memórias Póstumas*, cap. XCVIII, pp. 246 e 247; *Ressurreição*, cap. V, p. 64; cap. XVIII, p. 198; Rui Barbosa, *Cartas de Inglaterra*, 2.^a ed., 1929, p. 290.

69. *Entretanto que* é só da linguagem literária tensa, e de emprego muito raro. Neste exemplo se pode notar a interferência das noções de tempo e contraste:

Entretanto que tinha tinha o sentido na fermosura do edificio espiritual que fabricava, descuidou-se de lançar mais profundos os alicerces de humildade. (Bernardes, *Estímulo Prático*, 1730, p. 61)

Mas é nitidamente contrastivo em:

E, *entretanto que* os perdulários, por feiras e romarias esbanjavam o oiro não sagrado do suor de seu rosto, tanto o brasileiro como o doutor, previstos como todos os velhacos espiritados pela fortuna, mudaram residência para Braga. (Camilo, *O Demônio do Ouro*, vol. II, 5.^a ed., 1927, cap. I, pp. 17-8)

A senhora, procurando-me no céu entre as estrelas e os anjos, e não me achando aí, sofreria uma cruel decepção; *entretanto que* eu na terra, ficarei reduzido à sombra da mulher que amei. (Alencar, *A Pata da Gazela*, [1924], cap. XVI, p. 197)

Outros exemplos em Rui Barbosa, *Obras Completas*, vol. XLVI, tomo I, pp. 212-3; Camilo, tradução das *Riquezas do Pobre*, cap. V, p. 18 (comentário de Otoniel Mota sobre esse texto nas *Lições de Português*, 8.^a ed., 1937, p. 322); cap. XVIII, p. 75 (comentário do mesmo gramático na *Seleta Moderna*, 7.^a ed., 1940, p. 74).

70. *Entanto que*, como comparativo, ocorre excepcionalmente em textos atuais; mas é próprio do português medieval e clássico, e provavelmente podia exprimir comparação.⁸¹

fui conseqüentemente obrigado a transliterar os caracteres desses sistemas em letras romanas. Para este fim escolhi os versaletes, *entanto que* as palavras latinas as cito em romano espacejado (Gonçalves Viana, *Apostilas*, 1906, vol. I, p. VIII)

(81) Os exemplos de *entanto que* são muito raros; Heráclito Graça apresenta alguns nos *Fatos da Linguagem*, 1904, p. 242, dos quais a maioria indica tempo.

71. Às vezes a conjunção *se* aparece em oração que exprime contraste.

Se os séculos do Renascimento criaram a burguesia que conquistou o poder, o século XIX, com a máquina, criou os proletariados (Fidelino de Figueiredo, *Motivos de Novo Estilo*, p. 33)

Não me culpeis a mim de amar-vos tanto
Mas a vós mesma, e à vossa formosura:
Que, *se* vos aborrece, me tortura
Ver-me cativo assim do vosso encanto.
(Vicente de Carvalho, *Poemas e Canções*, p. 218)

Se por vinte anos nesta furna escura,
Deixei dormir a minha maldição,
Hoje, velha e cansada da amargura,
Minha alma se abrirá como um vulcão.
(Olavo Bilaque, *Poesias*, p. 225)

72. O seguinte exemplo de *em lugar que* indicando contraste deve ser um caso isolado:⁸²

a mesma vaidade que nos faz ser ingratos para com os mais homens, é a que nos faz ser agradecidos para com os príncipes. E com razão, porque nestes o favor sempre é puro e generoso, *em lugar que* nos mais homens sempre é inficionado de algum gênero de interesse: nos príncipes os benefícios nascem de liberalidade, nos mais homens procedem de premeditação (Matias Aires, *Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens*, 1752, p. 76)

73. Em galego, «Os nexos «enquanto que», «ao passo que» non están en uso, aínda que o segundo acharía cómodo lugar no sistema. Oise, en troques, «mentras que»»⁸³

O português, impulsado pela independencia política, desenrolouse coma unha lingua de estado e de cultura, *namentras que* o galego, non apoiado por um poder local, perde a sua categoria de idioma oficial e literario para persistir, con notabre capacidade de resistencia, como fala coloquial. (Carballo Calero, *Sobre lingua e literatura galega*, p. 211)

74. O espanhol pode exprimir contraste com *en tanto que*, *al paso que*. Semelhantemente ao que sucede em português, há tendência para usar-se *mientras* como temporal e *mientras que* como comparativo.

La Real Academia Española, defensora del criterio tradicional — heredado de la gramática latina — afirma que las coordinadas causales expresan la razón o causa lógica, *en tanto que* las subordinadas causales expresan el motivo o causa real. (Pérez-Rioja, *Gramática*, p. 400)

(82) Note-se a semelhança com o francês *au lieu que*, usado para marcar contraste (*infra*, § 77).

(83) Carta do Prof. Carballo Calero.

AL PASO QUE. Frase conjuntiva temporal que significa 'al mismo tiempo que'. Suele tener el mismo matiz (sic) de contraposición que *mientras*: *El descansaba todas las tardes, el paso que nosotros siempre trabajábamos.* (Manuel Seco, *Diccionario de dudas*, s.v.)

purificáis por fuera la copa y el plato, *mientras* por dentro están llenos de rapiña e intemperancia (Biblia de Jerusalén, *San Mateo* 23.25)

Resolveremos estos asuntos, que son urgentes y cuya documentación está completa, *mientras que* no sucede eso en los otros. (In Bello, *Gramática*, p. 149)

Yo he hablado siempre bien de él, *mientras que* él no pierde ocasión de meterse conmigo. (M. Moliner, *Diccionario*, "mientras")⁸⁴

75. No *Diccionario de dudas* escreve Manuel Seco em MIENTRAS: «Conjunción temporal que expresa simultaneidad entre las acciones de las oraciones principal y subordinada: no *puedo oír la radio mientras estudio*. Toma un matiz (sic) adversativo cuando las ideas de una y otra oración son contradictorias: *te amo, mientras tú me aborreces.*» E em MIEN-TRAS QUE: «Conjunción temporal equivalente a *mientras*: *Mientras que puedas, mantente en tu postura*. Pero es más frecuente que el valor puramente temporal el matiz (sic) adversativo: *él trabajaba, mientras que ella no hacía nada; el amo había pecado deliberadamente, mientras que el criado lo hizo por ignorancia.*»

76. O italiano usa *mentre, mentre che, se, laddove, quando, quando invece*.⁸⁵ Os dicionários de Petrocchi e Palazzi distinguem o valor temporal do valor «adversativo» dessas orações:

In significato avversativo. *Volete voi che vi tolleri con pazienza [mentre] che glie ne fate di tutti i colori.* (Petrocchi)

cong. avversativa, laddove, quando invece: non lo vuole, mentre tutti ne vanno pazzi (Palazzi)

Mentre al Messico il castigliano ha conservato pressoché intatta la propria purezza, in Argentina *invece* la sua pronuncia è orribilmente corrotta.

Se il Seicento italiano era valso a incidere segni profondi nell'arte di là dai confini della penisola, col Settecento la nostra pittura s'inserisce direttamente nel gran giuoco europeo.

Continua a volergli bene, *quando* quello tradisce. (Petrocchi)

(84) Na mesma obra, exemplo de *mientras* temporal: «Tiene costumbre de cantar mientras se afeitaba. (En tanto que, a la vez que)».

(85) V. Vittorio Mistruzzi, *Grammatica italiana*, [2.ª ed.] [1965], pp. 307 e 309.

77. No francês falado é comum justapor-se duas orações independentes cujos sentidos se opõem por contraste. Principalmente na língua escrita aparecem as conjunções *quand, lorsque, alors que, tandis que, pendant que, au lieu que, cependant que, si*.⁸⁶

J'avais connu jadis Lucien Sabatini au Lycée de Rouen. Il était en "taupe" *lorsque* j'étais en philosophie (André Maurois, "Le diable dans la mine", apud W. Lough, *French Tales of Our Time*, [1961], p. 129)⁸⁷

"alors qu'on vous attendait, vous n'êtes pas venu" (exemplo qui montre le passage du sens temporel au sens adversatif) (Dauzat, *Grammaire raisonnée*, 5^e éd., [1958], p. 390)

V. «alors que» no dicionário Petit Robert. *Cependant que* arcaizou-se, como o seu correspondente português *entretanto que*. *Au lieu que* e *si* devem ser raros:

Il est fainéant et dissipé, *au lieu que* (= tandis que) son jeune frère travaille et entretient toute la famille. (Ayer, *Grammaire comparée*, 1900, p. 658)

Si le problème de l'origine du langage ne comporte aucune solution satisfaisante, il n'en va pas de même du problème de l'origine de l'écriture. (J. Vendryes, *Le langage*, 1921, p. 367)

Haase ensina que *où* contrastivo é raro e só se encontra no começo do século XVII:⁸⁸

Il distingue la prudence d'avec la subtilité d'esprit, en ce que celle-ci se porte indifféremment au bien et au mal, où la prudence est constante et invariable. (Balzac, *Prince*, XXVI)

78. No século passado Girault-Duvivier tentou distinguir os empregos de *pendant que* e *tandis que*: «*Pendant que* indica a simultaneidade de dois acontecimentos (). *Tandis que* indica não a simultaneidade (), mas uma oposição (). — *Tandis que vous vous divertissez, je me consume dans le chagrin*. Aqui não se quer indicar precisamente a simultaneidade

(86) Na *Syntaxe* de Sandfeld, vol. III, há seis páginas dedicadas às «propositions adversatives», estudadas logo depois das temporais. Leitura indispensável.

(87) Há quem considere ambíguo o exemplo, não se podendo dizer se é temporal ou contrastivo. «En tant qu'elles sont primitivement des propositions temporelles, il est impossible de fixer rigoureusement des limites qui permettent de les distinguer nettement de celles-ci.» (Sandfeld, *Syntaxe*, vol. III, § 181, p. 301).

(88) A. Haase, *Syntaxe française du XVII^e siècle*, traduite par M. Obert, 5^e éd., 1965, § 38.H, p. 79.

de duas coisas, mas a oposição de duas coisas que são simultâneas.»⁸⁹

79. Bescherelle contradisse-o inteiramente: «Essa distinção está em contradição com o uso de nossos melhores escritores.»⁹⁰ Na realidade, tanto uma locução como a outra aparecem quer nas temporais, quer nas comparativas. São extremas, pois, as posições dos dois gramáticos. A distinção não é rígida, como parecia acreditar Duvivier; mas há realmente uma tendência para usar-se *pendant que* como temporal e *tandis que* como comparativo —, o que Bescherelle provavelmente não percebera: «M. E. Philipot () soutient () que l'emploi temporel de *tandis que* est en baisse; en revanche, l'emploi oppositionnel est on ne peut plus vivant.»⁹¹

80. Esse fato enquadra-se na tendência assinalada neste estudo de se empregarem, cada vez mais, conectivos diferentes nessas orações que, originariamente, eram só temporais. O êxito de *enquanto que* no português moderno pode ter sido favorecido pela semelhança com o *tandis que* francês. Interferência de tempo e contraste se vê em:

Je voulus écarter les deux hommes, mais ils saisirent mes bras, sans aucune brutalité d'ailleurs, et m'immobilisèrent, *tandis qu'un* troisième, avec dextérité, tirait de la poche de mon pantalon le revolver que

(89) Ch. P. Girault-Duvivier, *Grammaire des grammaires*, nouvelle édition, Bruxelles et Leipzig, A. Lacroix, Verboeckhoven et C^{ie}, 1863, p. 316. (A respeito dessa obra existe o trabalho de Jesse Levitt, *The Grammaire des grammaires of Girault-Duvivier*, Janua Linguarum, series major, The Hague-Paris, Mouton, 1968, 338 pp.)

(90) M. Bescherelle, *Grammaire nationale*, 10^e édition, Paris, Garnier, 1860, p. 837.

(91) Kr. Nyrop, *Grammaire historique de la langue française*, tome VI, Copenhagen, Gyldendalske Boghandel Nordisk Forlag, [1930], § 154 a, p. 405. Vejamos também: 1. Le Bidois, *Syntaxe du français moderne*, 2^e édition revue et complétée, tome II, Paris, Picard, 1967, §§ 1408, 1410 e 1573. 2. Joseph Hanse, *Dictionnaire des difficultés grammaticales et lexicologiques*, Amiens, Les Editions Scientifiques et Littéraires, [1949], verbete «tandis que». 3. A. Epifânio da Silva Dias, *Gramática Francesa*, 8.^a ed., Porto, Livraria Universal, [1895], III parte, seção II, cap. VII, § 388, pp. 365-6.

«Littré also makes the distinction but says it is not always observed. [Littré under *pendant que*] Nineteenth-century writers make little or no distinction, [Sandfeld, II, 270] and may use the two conjunctions for stylistic variation: / Et alors, *tandis que* la lutte continuait, *pendant que* les balles se croisaient au-dessus de sa tête, il gagna l'avant du train. [Verne, *Tour du monde* (Sandfeld, II, 270).] (Jesse Levitt, *The Grammaire des grammaires of Girault-Duvivier*, The Hague, Mouton, 1968, p. 239).

Cp.: «Cherchez l'Éternel *pendant qu'il* se trouve; / Invoquez-le *tandis qu'il* est près.» (Louis Segond, *Ésaie* 55. 6).

j'avais coutume d'y porter. (André Maurois, apud W. Lough, *French Tales of our Time*, p. 134)

81. A noção de contraste da locução *tandis que* pode ser realçada pela expressão *au contraire*:

Peu à peu Venise et les autres ports méditerranéens entrèrent en décadence *tandis qu'au contraire* les ports de l'Atlantique virent leur prospérité s'amplifier.

82. A ênfase pode ser expressa pela retomada da noção de contraste, na principal, por um adjunto adverbial de contraste. Em português, *na verdade, na realidade, ao contrário*; no italiano, *invece*.⁹²

83. Orações locativas

Onde houver soberba, aí haverá também ignomínia; onde, porém, há humildade, aí há igualmente sabedoria. (Figueiredo, *Provérbios*, 11.2)

Posto que costumem estudar os adjuntos adverbiais de lugar, subdividindo-os em quatro grupos (lugar onde, aonde, donde e por onde), em geral as gramáticas portuguesas não se referem às orações que indicam lugar. A Nomenclatura Gramatical Brasileira e a Portuguesa concordam nesse ponto, não abrindo subdivisão para as locativas. A primeira gramática portuguesa que as registrou parece ter sido a de Júlio Ribeiro, desde a 1.^a edição em 1881, § 379, p. 204: «Onde quebraste o pote procura a rodilha.» Adolfo Coelho não falava em orações locativas, mas incluiu entre as «proposições adverbiais» a do seguinte exemplo: «Lisboa está situada *onde* o Tejo se

(92) Em inglês, *whereas* é raro como concessivo (although), e parece que nunca indica tempo, mas é comum como contrastivo equivalendo a «but in contrast», «while on the contrary», «while on the other hand», implying opposition or contrast to what precedes (Webster): («Some people like fat meat, *whereas* others hate it.» «It fuses, *whereas* tungsten resists fusion.» *While* exprime tempo, concessão e contraste, mas neste último caso prefere-se *whereas*: «Jane was dressed in brown *while* Mary was dressed in blue.» «There are lamentable gaps in our knowledge of some of the early pioneers of linguistics, *while* in the contemporary history of current trends the problem is an opposite one, that of trying to select from the great mass of published material that which is likely to be of permanent historical significance.» (R. H. Robins, *A Short History of Linguistics*, [London], 1967, p. v).

O alemão usa *während* para exprimir a comparação por diferença: *wohingegen, während, wo... doch* (bei Gegensätzen): *he is lazy whereas his father works hard* er ist faul, während sein Vater schwer arbeitet.

alarga em golfo.»⁹³ Ribeiro de Vasconcelos diz: «*Irei para onde o clima for mais benéfico* (adverbial de lugar).»⁹⁴ Também Carlos Pereira, sem usar denominação especial, colocava entre as adverbiais orações do tipo «*Para onde eu vou não podeis ir agora.*» (Figueiredo).⁹⁵ Joseph Hüber dedica o § 481 do *Altportugiesisches Elementarbuch*, 1933, às «Lokal-sätze».

84. Ayer procura distinguir claramente as adverbiais locativas, as adjetivas, as substantivas interrogativas indiretas e as concessivas indefinidas.⁹⁶ As gramáticas latinas e gregas não fazem menção de orações locativas; consignam-nas as obras de Kruisinga, Jespersen, Zandvoort;⁹⁷ a *Grammaire Larousse du XX^e siècle*, *Le bon usage* de Grevisse, a *Gramática* da Academia Espanhola, a de Regula e Jernej;⁹⁸ Haase interpreta-as como temporais, e Le Bidois as classifica como adjetivas, mas observa que «elas exercem sempre a função de objeto circunstancial de lugar ou de tempo».⁹⁹

-
- (93) F. Adolfo Coelho, *Noções Elementares de Gramática Portuguesa*, Porto, 1891, p. 120.
- (94) António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Gramática Portuguesa*, [1898], p. 203.
- (95) Carlos Pereira, *Gramática Expositiva*, 99.^a ed., [1956], § 525, B. *Gramática Histórica*, 1916, § 507, 3.^o, p. 352; § 804, p. 568. Entre os modernos Gama Kury, *Lições de Análise*, § 130, p. 92 e Bechara, *Lições de Português*, que diz que as orações adverbiais locativas reduzidas podem enquadrar-se nas que exprimem meio e instrumento (pp. 201 e 207).
- (96) Ayer, *Grammaire comparée*, 1900, § 298, p. 642. A. A. Cortesão faz exatamente essa distinção quádrupla na 26.^a ed., emendada e acrescentada, da *Nova Gramática Portuguesa* de Bento José de Oliveira, Coimbra, 1904, p. 121. Embora não cite Ayer nesse local, é muito provável que tenha sido influenciado por ele; o gramático suíço é muitas vezes mencionado nas notas de rodapé.
- (97) E. Kruisinga, *A Handbook of Present-Day English*, Part II, English Accidence and Syntax, 3, fifth edition, Groningen, P. Noordhoff, 1932, § 2300, p. 401: Fools rush in where angels fear to tread. It must be Bruddersford, for there, where so many roads meet, is the Town Hall. (Priestley, *Good Companions*, ch. I, § I, p. 2) Otto Jespersen, *Essentials of English Grammar*, London, [1954], p. 369: Dick lay where grass was thickest. *Whither* thou goest, I will goe; and *where* thou lodgest, I will lodge (AV.). Vide também Zandvoort, *A Handbook of English Grammar*, § 631.
- (98) Félix Gaiffe et alii, *Grammaire Larousse du XX^e siècle*, Paris, [1952], § 156, p. 105. Maurice Grevisse, *Le bon usage*, § 1020, p. 1056. Real Academia Española, § 401, p. 353. Regula e Jernej, *Grammatica italiana descrittiva*, § 163, p. 281; § 109, II, 4, p. 208.
- (99) A. Haase, *Syntaxe française du XVII^e siècle*, 5^e éd., 1965, § 38.G, p. 79. Le Bidois, *Syntaxe du français moderne*, 2^e éd., 1967, vol. II, § 1357, pp. 385-6.

85. Indicam as orações locativas o lugar onde se realiza, se realizou, se realizará ou se realizaria o fato mencionado na oração principal. Ensina Grevisse que o indicativo e o condicional indicam, em francês, respectivamente fato real e fato eventual (o português usa o subjuntivo em lugar do futuro do pretérito);¹⁰⁰ talvez se possa dizer também que exprimem lugar determinado e lugar indeterminado, mas é claro que no segundo caso a ação não se realiza: é uma ação possível, no presente, no passado ou no futuro.

86. Em português as locativas são introduzidas principalmente por *onde* e *onde quer que*. Os que não admitem a existência das orações adverbiais locativas, considerando-as adjetivas, analisam esse *onde* como pronome ou advérbio relativo sem antecedente, ou com antecedente subentendido (a palavra *lugar*). Segundo esse raciocínio, não existem orações adverbiais temporais, modais, causais, etc., porque é necessário, por coerência, considerar relativos o *quando*, o *como*, o *porque* (ou *por que*):

Estou pronto a sustentar o que avancei (no lugar) onde ele quiser, (do modo) como ele quiser e (no tempo) quando ele quiser.

Como não se admite antecedente para as outras orações adverbiais, não se pode também admiti-lo para o *onde* das locativas. A solução que naturalmente se impõe é considerar esse nexos uma verdadeira conjunção subordinativa, que não se deve confundir com o advérbio interrogativo (*Onde estás?*) nem com o advérbio relativo (*A casa onde moro é bonita*). Só se podem coordenar elementos da mesma natureza, da mesma função; não se coordena um substantivo com um verbo, nem um sujeito com um objeto direto, nem uma oração adjetiva com uma adverbial. Se as locativas fossem adjetivas, não poderiam coordenar-se, como de fato se coordenam, com as adverbiais:

os albigenses () nem davam ouvidos às prêdicas dos dominicanos e de outros controversistas, nem cediam à violência, *onde e quando* achavam em si recursos e força para a repeliem. (Alexandre Herculano, *Inquisição*, vol. I, livro I, p. 16)

Onde e quando os herejes ou reputados tais podiam recorrer às violências para obter desforço, não as poupavam. (Idem, *ibidem*, p. 36)

é preciso dizer a este senhor que estou pronto a sustentar o que avancei, *onde, como e quando* ele quiser!... (Joaquim Manuel de Macedo, *O Moço Loiro*, p. 14)

(100) Grevisse, *op. cit.*, § 1021, p. 1056.

Porque o Espírito Santo espira *onde*, e como, e quando quer (Bernardes, *Estímulo Prático*, 1730, p. 69)

Perante esse paralelismo, parece natural aceitar-se *onde* como conjunção subordinativa, sem função sintática na oração que introduz; trata-se de um mero conectivo (instrumento gramatical, vocábulo gramatical, morfema vazio livre).¹⁰¹

87. *Onde* deveria ser usado, por coerência, apenas quando o verbo da principal não indicasse movimento, mas não é essa a prática dos escritores.

Onde não há quem governe, perecerá o povo; *onde*, porém, há muitos conselhos, ali haverá salvação. (Figueiredo, *Provérbios*, 11.14)

como se deixaram levar *onde* não pretendiam ir? (Vieira, *Sermões*, vol. I, col. 633)

à vista de todos o levou consigo *onde* nunca mais foi visto. (Bernardes, *Floresta*, vol. I, p. 406)

onde o caminho é único, a deliberação é ociosa. (Idem, *Estímulo Prático*, p. 15. Cp. com exemplo semelhante no § seguinte)

Há uns infames fortes que vão *onde* querem ir com intrépido ânimo. (Camilo, *Coisas Espantosas*, cap. IV, p. 33)

88. Com verbos de movimento aparecem *aonde*, *para onde*, e é lícito subentender-se o mesmo verbo na subordinada.

O político deseja levar o povo *aonde* lhe convém [levá-lo].

Manda-lhe dar piloto que de jeito
Seja astuto no engano e tão prudente,
Que os leve *aonde* sejam destruídos,
Desbaratados, mortos ou perdidos.
(*Os Lusíadas*, I, 82)

Com todas juntamente se partia
Pera estorvar que a armada não chegasse
Aonde pera sempre se acabasse.
(*Ibidem*, II, 19)

ainda nos maiores rigores de vossa justiça, nunca chegais com a severidade do castigo *aonde* nossas culpas merecem [que chegueis]. (Vieira, *Sermões*, vol. III, p. 473)

Aonde estiver meu corpo, ali correrão as águias. (Idem, *ibidem*, vol. I, col. 606)

aonde o caminho é único, o parar-se a cuidar é ocioso. (Bernardes, *Floresta*, vol. V, p. 153. Cp. o exemplo semelhante do § anterior)

(101) V. a *Gramática Resumida* do irmão Arnulfo (Celso Pedro Luft), 2.^a ed., [1963], pp. 164-5.

Vá *aonde* quiser, mas fique morando conosco (Machado de Assis, *Dom Casmurro*, cap. V, § 39, p. 73)

Só vou *para onde* fores.

A nossa pobre irmã irá *para onde* nós formos. (Camilo, *Vingança*, cap. V, p. 45)

89. Às vezes aparecem outras preposições:

Estiravam-lhe a consciência *até aonde* a elasticidade deu de si. (Camilo, *A Filha do Regicida*, cap. X, p. 89)

Começou *por onde* devia acabar.

90. *Onde quer que*, mais vago por exprimir lugar indeterminado, pode construir-se com o indicativo ou com o subjuntivo. Eis alguns exemplos do primeiro caso:

Tanto os sectários da supremacia temporal como os da espiritual buscavam fazer triunfar as próprias opiniões *onde quer que* o seu voto PODIA pesar ou ser ouvido. (Herculano, *Casamento Civil*, p. 215)

No meio desta acrimônia que lhe inspirava a sociedade, não perdera porém Amélia de todo a crença na nobreza d'alma, e sabia respeitá-la *onde quer que* a DESCOBRIA. (José de Alencar, *Senhora*, II parte, cap. VIII, p. 166)

Mais frequentes são os exemplos de subjuntivo:

Enquanto apascentar o largo pólo
As estrelas, e o sol der lume ao mundo,
Onde quer que eu VIVER, com fama e glória
Viverão teus louvores em memória.
(*Os Lusíadas*, II, 105)

Faça pazes com os desprezos, calúnias e adversidades; e *onde quer que* ENCONTRAR esta cruz, adore-a e arroje-se a abraçá-la (Bernardes, *Luz e Calor*, p. 357)

As dúvidas o acompanharão *onde quer que* nos ACHEMOS, porque elas moram eternamente no seu coração. (Machado de Assis, *Ressurreição*, cap. XXIII, p. 252)

Que a oração era sempre oração, *onde quer que* a alma FALASSE a Deus. (Idem, *Esau e Jacó*, cap. VII, p. 36)

O mundo era assaz vasto, e eu tinha os meios de viver *onde quer que* HOUVESSE ar puro e muito sol (Idem, *Brás Cubas*, cap. LXIII, § 546, p. 204)

Aparecia Tomás *onde quer que* o ódio político LEVEDASSE uma conspiração. (Camilo, *Doze Casamentos Felizes*, 7.º casamento, cap. II, p. 108)

Todas as flores te hão de festejar, minha filha, e o meu coração te será companhia *onde quer que* VÁS. (Idem, *Estrelas Propícias*, cap. XIII, p. 133)

91. Também se usam as preposições *para* e *de* para indicar direção e ponto de partida:

Tudo no mundo é vão, por isso a vaidade é a que move os nossos passos; *para donde quer que* vamos a vaidade nos leva, e imos por vaidade. (Matias Aires, *Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens*, p. 23)

Não temas nem hajas medo; porque o Senhor teu Deus é contigo *para qualquer parte que fores*. (Figueiredo, *Josué*, 1.9)

o ar, *para onde quer que* me voltasse, aparecia recortado de convulsões. (Machado de Assis, *Várias Histórias*, p. 160)

Os jornais são monstros tentaculares que, se drenam do público rios de ouro, em troca lhe dão acepipes dos mais finos, mandados vir *de onde quer que* se encontrem, custem o que custarem. (Monteiro Lobato, *Na Antevéspera*, p. 61)

92. *Antes que* normalmente indica tempo, mas no seguinte exemplo indica lugar:

Nos baixios da Jussara, *antes que* comece o riacho, viu a fumaça cegando. (Adonias Filho, *Corpo Vivo*, pp. 13-4)

Por estar em correlação com um *desde* usado para indicar lugar, *até*, no seguinte exemplo, parece também exprimir idéia de lugar, embora esteja regendo um infinitivo:

Depois ouvi o reboar dos trovões que rolaram, rolaram *desde* os confins do céu *até* rebentarem sobre a minha cabeça. (Camilo, *Anátema*, cap. XIX, p. 274)

93. *Per u* e *atam longe como* são arcaicas.

Pois esto disse, começou-se a ir o mais toste que pode *per u* cuidou que a besta siia. (*A Demanda do Santo Graal*, ed. de 1955, vol. I, cap. CXXII, p. 163)

Entam lhes aveeo que virom sair de uũ vale a besta ladrador (). Galaaz, *atam longe como* a viu, conheceu-a (*Ibidem*, cap. CXXI, p. 159)¹⁰²

94. O espanhol usa *donde*, *por doquiera*, etc.

donde esté tu tesoro, allí estará también tu corazón. (Bíblia de Jerusalén, *Mateo*, 6.21)

Y esto mismo sucedía en el Paraguay y en Chile y *por doquiera* la Iglesia Romana enviaba a sus hijos.

(102) Cp este exemplo citado por Grevisse, § 1018, a, Rem., p. 1057: «Néron d'aussi loin qu'il me vit, laissa sur son visage éclater son dépit (Rac., *Brit.*, I, 1)». Cp. também: «*Au plus loin que* (avec le subjonctif), *loc. adv. de lieu*, à la plus grande distance possible. Au plus loin que *ma* vue puisse s'étendre, je n'aperçois rien.» (Littré, *Dictionnaire*, édition intégrale, [Paris], Jean-Jacques Pauvert, 1957, tome 4, «loin», 9.º)

95. O italiano usa *dove*, *dovunque*.

La lingua batte *dove* il dente duole.

Dovunque girassimo lo sguardo, dappertutto apparivano i segni della recente battaglia.

Regula e Jernej, entretanto, não consideram locativa, mas «prop. oggettiva di scopo» a seguinte: «Siamo andati dove ci chiamava il dovere».¹⁰³

96. O francês usa *où* para lugar definido e *où que* para lugar indefinido.

J'irai *où* vous voudrez.

Son talent consistait à s'enrichir *où* d'autres se ruinent. (G. Boissier, apud Epifânio Dias, *Gramática Francesa*, § 311, Obs. 1, p. 302)

Où je crois vivre plus tranquille, là je m'estime plus heureux. (Berni, apud eundem, *ibidem*)

Où qu'il porte les yeux, il y porte la mort. (Brébeuf, apud eundem, *ibidem*)

Où que vous alliez, je vous suivrai.

97. A ênfase exprime-se pela retomada da noção de lugar, na oração principal, por meio de um adjunto adverbial de lugar (port. *aí*, *ali*, *lá*; esp. *allí*; ital. *là*, *dappertutto*; fr. *là*). Releiam-se os exemplos citados nos §§ anteriores.

98. Há certas orações que indicam não um lugar material, como as estudadas até aqui, mas por assim dizer um lugar «figurado» ou virtual; parecem exprimir também assunto ou matéria. Estaria aí mais um tipo de oração adverbial? Examinem-se os exemplos:

O essencial do intenso e fértil labor de Miguel Ângelo está *em se refletir* nas suas obras o seu caráter veemente.

Neste tempo, os olhos de toda a corte ocupavam-se *em ver* o bem aposto donzel (Jorge Ferreira de Vasconcelos, *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda*, cap. VI, p. 23)

Em duas cousas peço a V. A. que ostente aqui seu poder: *em castigar* ladrões e *em me defender* deles, pois fico arriscado com os descobrir (*Arte de Furtar*, p. VII)

teriam fechado o horizonte das suas ambições *em serem* mordomos ou causídicos de algum degenerado e requítico descendente de Bayard ou do Cide, ou *em vestirem* a opa de meninos de coro de algum pecunioso cabido. (Herculano, *Inquisição*, vol. I, p. X)

(103) Regula e Jernej, *Grammatica italiana descrittiva*, § 163, 1.

Muito siso teve ele *em reconhecer* o nenhum remédio do seu mau destino (Camilo, *Estrelas Funestas*, I parte, cap. I, p. 16)

— Então o rapazola tinha orgulho *em ser* filho do sacristão?... (Idem, *Os Brilhantes do Brasileiro*, cap. IX, p. 45) Também em *A Filha do Dr. Negro*, cap. XXI, p. 219.

Pensou mesmo *em galopar* para Vila Clara (Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*, cap. XI, p. 413)

— Muito gosto *em o ver*, Sr. Dr. Júlio... (Idem, *ibidem*, p. 416) Também em *Alves & Cia.*, cap. I, pp. 24-5.

Ao jantar, contei a Rita o que me dissera o desembargador *sobre haver ido* a sobrinha passar alguns dias ao Flamento (Machado de Assis, *Memorial de Aires*, p. 50)

Essa pouca lealdade tinha a explicação *em que eram* realmente inferiores e não queriam confessá-lo. (João Ribeiro, *História do Brasil*, p. 441)

toda sua ambição se cifrou *em obter* um pequeno emprego (Lima Barreto, *Clara dos Anjos*, cap. I, p. 29)

Quem é que acha graça *da menina fazendo bola?* (C. Heitor Cony, *Da Arte de Falar Mal*, p. 130) folclore que porteiros e moradores antigos tinham empenho e glória *em conservar* e transmitir aos novos (Idem, *Matéria de Memória*, p. 37) não nos envergonhamos *de amar* (*Ibidem*, p. 51) Também em Érico Veríssimo, *O Senhor Embaixador*, cap. XVI, p. 141.

99. Em francês:

J'employai les jours qui suivirent *à achever* l'inventaire des manuscrits de la bibliothèque de Lusance. (Anatole France, *Le crime de Sylvestre Bonnard*, p. 127)

100. Concessivas indefinidas

Confesso também minha rotunda ignorância das leis, *embora* um princípio de direito estabeleça que a ninguém é lícito ignorá-las. (Carlos Drummond de Andrade, *Fala, Amendoeira*, p. 96)

Qualquer que tenha sido o seu pecado, a gente de bom coração tem pena dela (Camilo, *A Filha do Arcediago*, cap. XXV, p. 164)

As orações concessivas «concedem», admitem a existência de um obstáculo, objeção ou dificuldade que não invalidam o fato da oração principal. Em outras palavras: algumas circunstâncias podem embaraçar a realização de certos fatos. Indicam as concessivas um impedimento ineficaz, uma circunstância que, podendo prejudicar a realização do que se afirma na principal, contudo não o faz. Isto é, a ação se realiza ou se realizaria, apesar de haver uma circunstância que pode ou poderia obstá-la.

101. É útil notar, embora nossos gramáticos não façam isso comumente, que a objeção contida nas concessivas pode ser *real* ou *irreal*. Algumas concessivas exprimem um impedimento que existiu ou existe de fato, e para indicar esse matiz os autores usam as expressões *objeção real*, *oposição real*, *fato ou circunstância real*, *caso real*.¹⁰⁴

Apesar de ter ido à festa [e realmente foi], não encontrou o amigo.

102. Outras indicam um impedimento que não existiu ou não existe realmente, mas que poderia ter existido ou pode vir a existir. *Objeção possível*, *objeção suposta*, *alguma coisa de hipotético*, *circunstância suposta*, *coisa suposta*, *caso suposto*, são as expressões de que se servem os gramáticos para indicar esse segundo matiz, o de irrealidade:

Ainda mesmo que amigos e credores o ajudassem, como de feito o ajudariam, [mas não ajudaram] esse bálsamo não fecharia a chaga. (Camilo, *Carlota Ângela*, cap. XIII, p. 112)

103. Paralelamente, pode a oração principal enunciar, por um lado, um fato real (algo que já se realizou, que se está realizando ou que se vai realizar imediatamente); por outro lado um fato irreal ou potencial (alguma coisa que se poderia ter realizado ou que se poderá realizar).

104. Tanto o impedimento real como o irreal são conhecidos, definidos, determinados, como no exemplo de Carlos Drummond de Andrade no § 100. Há ainda outro matiz nas concessivas: o impedimento pode ser mais ou menos vago, como no supracitado exemplo de Camilo. Tem-se impedimento definido em «embora seja uma assassina»; o impedimento é indefinido em «qualquer que tenha sido o seu pecado».

105. Esse tipo de impedimento indefinido geralmente não tem sido estudado pelos que tratam da sintaxe das subordinadas. Jerpersen separa das concessivas as orações desse tipo e as agrupa sob o título de «indiferença».¹⁰⁵ Todavia, já que predomina nelas a noção de concessão, não há necessidade de criar mais uma classe de orações adverbiais: pode-se denominá-las *concessivas indefinidas*, e por oposição as outras serão *concessivas definidas*.

(104) Real Academia Española, *Gramática*, [1959], § 438, p. 397. E. Lasserre et J. Grandjean, *Cours de langue française*, II, §§ 166-7, p. 247. Kr. Nyrop, *Grammaire historique*, tome VI, § 157, p. 164; § 364, p. 366. Epifânio Dias, *Sintaxe Histórica*, § 273, a, 9, p. 210.

(105) Otto Jespersen, *Essentials of English Grammar*, p. 372.

106. As concessivas indefinidas podem apresentar-se sob duas formas: como justapostas ou como alternativas. Examinemos em primeiro lugar as justapostas, que já existiam em latim:

Vtrumcumque feceris, reprehenderis. Faça uma coisa ou outra, serás repreendido.

Quisquis es, obserua legem. Quem quer que sejas, respeita a lei.

107. Nas justapostas portuguesas pode-se dar a repetição de um verbo no subjuntivo:

Conhecia-a, fosse donde fosse. (Machado de Assis, *Brás Cubas*, cap. LIX, p. 198)

fossem quais fossem as opiniões dos seus ministros, o rei estava resolvido a fazer triunfar os desígnios da intolerância. (Alexandre Herculano, *Inquisição*, vol. I, p. 206) Também no vol. II, p. 69.

Suceda o que suceder (Camilo, *As Três Irmãs*, III parte, cap. VI, p. 242. Galeão Coutinho, *Confidências de Dona Marcolina*, cap. I, p. 7; cap. III, p. 20; cap. IV, p. 21)

108. Às vezes aparecem construções em que o segundo verbo, igual ao primeiro, parece estar subentendido:

Se há saudade inconsolável, o morrer é certo, digam lá o que quiserem os pessimistas do coração humano. (Camilo, *As Três Irmãs*, III parte, cap. III, p. 212)

Podia soprar o vento que quisesse, cair toda a chuva do céu, que eles confiavam, que os corpos deles não se amoleciam, não se desmanchavam. (José Lins do Rego, *Pureza*, cap. III, p. 8)¹⁰⁶

109. Essas orações também podem ser iniciadas por um indefinido (*quem quer que, qualquer que*):

qualquer que fosse a natureza dos seus afetos, ela os sentia sinceramente (Machado de Assis, *Ressurreição*, cap. IV, p. 48)

(106) «Quando as concessivas têm um sentido *interrogativo* (sic), podem ser indicadas pelos *pronomes relativos* e pelo advérbio pron. *onde*, designando a *pessoa*, a *coisa*, a *qualidade* ou a *circunstância* da ação. Ex.: QUEM QUER QUE o fez, está mal feito. — De QUEM QUER QUE SEJA que vos queixeis, ser-vos-á feita justiça. — Que quanto (dizia) se fizesse na terra, fossem QUAIS fossem os meios e os princípios (ou — quaisquer que fossem), tudo vinha traçado do céu (S[ousa, *Vida do Arcebispo*]). — ONDE QUER QUE apareça uma censura... há uma quebra na independência do homem (H[erculano]).» A. A. Cortesão, *Gramática* de Bento José de Oliveira, 1904, p. 119, nota 1) No último exemplo a oração é antes locativa (V. supra § 83 e segs.) Carlos Pereira exemplifica esses diversos tipos na *Gramática Histórica*, 1916, p. 580, § 827 *in fine*.

— Qualquer que seja a resolução que tomares, () não recues um passo. (Idem, *ibidem*, p. 56)

no fim de um mês viria embora, qualquer que fosse o estado do doente. (Idem, *Várias Histórias*, p. 158)

Quaisquer que sejam os costumes novos e ligações de família, e por maior que tenha sido a ausência, o lugar onde alguém passou os primeiros anos há de dizer à memória e ao coração uma linguagem particular. (Idem, *Memorial de Aires*, p. 105)

Qualquer que fosse o crime daquele desgraçado, a rebuscada e caprichosa desumanidade dessa punição revolta profundamente o sentimento contemporâneo. (Rui Barbosa, *Cartas de Inglaterra*, p. 135) Outros exemplos em Machado de Assis, *Iaiá Garcia*, cap. I, p. 10; Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, cap. XXIX, p. 270.

110. O espanhol usa *sea como (se) quiera... como quiera que sea... sea lo que fuere... vengam sobre lo que vinieren... llevase lo que llevase... digan lo que digan... esté donde esté... que quieras que no...*

Tú me conoces, tú, y sabes bien cuán lejos estoy de rebuscar adrede paradojas, extravagancias y singularidades, *piensen lo que pensaren* algunos majaderos. (Miguel de Unamuno, *Vida de Don Quijote y Sancho*, p. 13)

Pero, en realidad, sus hijos y su marido jamás coincidirían con Del Cerro, *cualquier tema que se discutiese*. (Manuel Gálvez, *Los caminos de la muerte*, cap. II, p. 21)

111. Em italiano, «*checcché e checchessia*, pron. lett. pedantesco. Qualunque cosa.» (Petrocchi, *Dizionario*, s.v.)

Checchessia il Suo male, La guarirò. Qualquer que seja o seu mal, curá-lo-ei.

Checché (=qualunque cosa) accada, noi non ci moveremo. Aconteça o que acontecer, nós não nos moveremos.

Checché Lei dica, non mi persuaderà. Diga o que disser, o senhor não me persuadirá.

112. O francês dispõe de recursos semelhantes: *quel(s) que, quelle(s) que, quelque(s)... que, qu'il que, quoi que, où que, comme que*;¹⁰⁷ e também *qu'il que ce soit qui... (ou que, ou dont)*.

Quel que soit le temps, nous sortirons.

Quelle que soit votre opinion, faites-la connaître.

Quoi qu'il fasse, il réussit toujours.

quoi qu'on fasse, / Rien ne change un tempérament. (La Fontaine)

(107) *Comme que* é desusado e causa estranheza ao falante moderno.

Où que vous soyez, vous êtes mort pour moi. (Rousseau)
Comme que je fasse, il m'empoisonnera. (Idem)¹⁰⁸

A expressão *quelque... que* pode enquadrar um substantivo: *Quelque chose qu'il fasse...*¹⁰⁹

113. Pode-se incluir entre as concessivas indefinidas os grupos de duas orações justapostas ligadas por *ou* ou por expressões correlativas (*quer... quer*; espanhol *tanto... como...*). A construção já existia em latim:

Tantum digne euangelio Christi conuersamini: ut siue cum uenero et uidero uos, siue absens audiam de uobis, quia statis in uno spiritu unanimes, conlaborantes fidei euangelii (*Philippenses*, 1.27)¹¹⁰

114. Parece admirável a intuição de Maximino Maciel e de Otoniel Mota, os primeiros entre nós, ao que parece, que incluíram essas construções entre as concessivas.¹¹¹

Os dias da minha vida — diz Jó — ou eu queira, ou não queira, não-se de acabar brevemente. (Vieira, *Sermões*, vol. I, col. 1089)

Somente vos recomendo que vos porteis conforme ao evangelho de Cristo; para que, ou seja que eu vá a ver-vos, ou que esteja ausente, ouça de vós que permaneceis unânimes em um mesmo espírito, trabalhando concordemente na fé do Evangelho (Figueiredo, *Filipenses*, 1.27)

ou o Cordeiro suba, ou desça, sempre o acompanham (Bernardes, *Estímulo Prático*, p. 69)

(108) Os três últimos exemplos foram tomados a Bescherelle, *Grammaire nationale*, pp. 817 e 833.

(109) Nyrop estuda essas expressões no vol. V da *Grammaire historique*, §§ 307, 329, 336, 345-6. Jespersen exemplifica em inglês: *Go where he will, he is sure to find people who speak English*. (*Essentials of English Grammar*, p. 327)

(110) «hína elte elthòn kal idòn hymàs elte apòn akoùo tà perl hymòn, hótì ()» (E. Nestle, *Nouum Testamentum Graece*, *Filipenses*, 1.27) «Only, let your conduct be worthy of the gospel of Christ, so that whether I come and see you for myself or hear about you from a distance, I may know that you are standing firm, one in spirit, one in mind, contending as one man for the gospel faith». (*The New English Bible*, Cambridge University Press, 1961, *Philippians*, 1.27)

(111) Maximino Maciel, *Gramática Descritiva*, 9.ª ed., p. 155. Otoniel Mota, *Lições de Português*, 3.ª ed., p. 89; 8.ª ed., § 327. Diz o seguinte Gama Kury na *Gramática Fundamental*, p. 58: «NOTA — Duas orações concessivas em coordenação alternativa prescindem de conectivo subordinativo: / «Na história da minha mágoa / ouvirei a vida inteira, / [quer eu queira, quer não queira], / a dança do pingo d'água.» (Cass. Ricardo, AP, 20.)» Observação semelhante vem nas *Lições de Análise Sintática* do mesmo autor, mas uma disposição gráfica infeliz faz supor que se trate de outra coisa: é que o título sobreposto ao § 116, onde está a OBS. 2, diz *Orações concessivas intensivas*. V. também Bechara, *Lições de Português*, p. 162.

se não vem o selo dentro, sempre tendes ação pública contra o governador, descarregando sobre ele a culpa, quer ele a tivesse por não restituir, quer a não tivesse por não haver furtado o selo. (Idem, *Floresta*, vol. I, p. 385)

Quer ele matasse, quer mandasse matar o padre Luís, o ato merecia castigo (Camilo, *A Filha do Regicida*, cap. VI, p. 44)

Mas seja este ou aquele o objeto preponderante nesse tirocinio, demore-se mais a preparação naval nos bancos da classe ou no trato do oceano, todos estão de acordo em que há de ser lenta, complicada, paciente. (Rui Barbosa, *Cartas de Inglaterra*, p. 267)¹¹²

115. Em espanhol e francês:

para que tanto si voy a veros como si estoy ausente, oiga de vosotros que os mantenéis firmes (Bíblia de Jerusalém, *Filipenses*, 1.27)

Qu'il pleuve, qu'il vente, je partirai.

Qu'il vienne ou qu'il reste (ou: "qu'il vienne ou non"), peu m'importe. (Dauzat, *Grammaire raisonnée*, p. 382)

— Croyez-vous qu'on n'a jamais parlé de nous? Qu'on sache ou qu'on ne sache pas, on parle.

Seulement, conduisez-vous d'une manière digne de l'Évangile de Christ, afin que, soit que je vienne vous voir, soit que je reste absent j'entende dire de vous que vous demeurez fermes dans un même esprit, combattant d'une même âme pour la foi de l'Évangile (Louis Segond, *Philippiens*, 1.27)

116. Orações causais irrais

Os dois homens passaram à varanda, sob a alegação de que era mais fresco. Cada um com seu copo de uísque, começaram logo, baixinho, a trocar anedotas, entre risadas. (Fernando Sabino, *O Homem Nu*, p. 94)

Indicam as orações causais o motivo, a razão, o porquê daquilo que se enuncia na oração principal, noção que pode opor-se à idéia de impedimento ineficaz (concessão):

(112) No seguinte trecho estão coordenados por meio de *seja* vários substantivos seguidos de oração adjetiva. Embora não se trate de orações concessivas, há nesse conjunto a noção de impedimento indefinido: «Todos pensam na sua amada durante o dia, nas horas de trabalho. Seja o milionário que ganha rios de dinheiro com um simples telefonema, seja a datilógrafa que bate à máquina no escritório mediocre, seja o revolucionário que espera a morte num campo de concentração, seja o inútil que dorme até o meio-dia e que não tem o que fazer durante a tarde, seja o mestre de saveiro atravessando as águas com seu barco. Todos pensam um momento em seu amor (Jorge Amado, *São Jorge dos Ilhéus*, p. 122)

É bom por ser teu filho / É bom apesar de ser teu filho.

O reitor da colegiada de Santa Maria de Celorico, posto que assaz duro da orelha latina, ou antes porque o era, não se cansava de elogiar o licenciado pela sua proficiência na língua do mantuano. (Alexandre Herculano, *O Monge de Cister*, cap. XI, vol. I, p. 178)

117. As orações causais geralmente estudadas nas obras de sintaxe, de ordinário introduzidas por *porque*, indicam a verdadeira causa da realização ou da não realização do fato expresso na oração principal. Mas tanto o latim como as línguas românicas dispõem de recursos apropriados, de construções especiais para indicar, não a causa verdadeira, mas um pretexto.¹¹³

118. Costuma-se dizer que o latim usava *quod* ou *quia* com o subjuntivo quando a subordinada encerrava as palavras, o pensamento, o sentimento do sujeito da oração principal, ou quando a causa era apresentada como falsa. Talvez fosse mais simples dizer que essas orações exprimem causa irreal.

Noctu ambulabat in publico, quod somnum capere non posset.

Aristides expulsus est, quod praeter modum iustus esset.

119. Tanto quanto é possível observar, não se tem dado atenção às construções portuguesas que exprimem causa irreal. As mesmas locuções que introduzem as causais irrealis

(113) *Pretexto* é a «razão aparente que se alega para encobrir o verdadeiro motivo por que se fez ou deixou de fazer alguma coisa». (Aulete, *Dicionário*, s.v.) *Achaque* também significava «pretexto», mas arcaizou-se: «Cor, pretexto. *B. Eufr.* 1.3. *Inéd.* 1. 408. «foi mais *achaque* que causa verdadeira.»» (Morais, *Dicionário*, 1813, s.v.) Para exprimir a mesma idéia os romanos usavam *species*, *simulatio*, mas também *causa*; em português, porém, *causa* e *motivo* se opõem a *pretexto*: «frequentemente divórcios, para os quais nos parentes verdadeiros ou supostos se iam buscar as causas ou pretextos (Alexandre Herculano, *Composições Várias*, p. 250. Também na *Inquisição*, vol. I, pp. 206 e 218; vol. II, p. 229) «com o pretexto ou o motivo de que em Santa Teresa ficava mais só, alcançou que Estela fosse lá estar algum tempo (Machado de Assis, *Iaiá Garcia*, cap. VI, p. 92. Também no *Memorial de Aires*, pp. 212-3 V. ainda Vieira, *Sermões*, vol. IV, p. 3. *Fingido pretexto* parece pleonasma: «um soldado seu lhe pediu licença para tirar alguma cinza do palácio do rei Sardanapalo, alegando para isso o fingido pretexto de certo voto.» (Bernardes, *Exercícios Espirituais*, vol. I, p. 479)

Existem também adjuntos adverbiais de causa irreal: «Cogitava ele no ferrete de desonra que lhe infamaria o nome, se *sob cor de enfermidade* se esquivasse à vida militar.» (Camilo, *Bruza*, XI, 95). «recusou jantar de homenagem a *pretexto de indisposição intestinal* (J. Amado, *Tenda dos Milagres*, p. 85)

podem também indicar fim irreal, de modo que só o contexto decidirá se se trata de causa ou fim. *Sob o pretexto de que* parece ser mais comum que *sob pretexto de que*; *sob a alegação de que*, *sob a desculpa de que*, *com o pretexto de que* são expressões modernas talvez ainda não completamente gramaticalizadas.

O ministro tirou-me as bandeiras *sob o pretexto de que* eu exigia um preço excessivamente elevado. (Machado de Assis, *Crônicas*, vol. IV, p. 39) Também em Dálton Trevisan, *A Guerra Conjugal*, p. 16. Érico Veríssimo, *O Senhor Embaixador*, cap. XI, p. 95; cap. XXV, p. 208.

A hostilidade, a guerra, a destruição da economia paulista, *sob pretexto de que* estava em desequilíbrio com o resto do país (Monteiro Lobato, *Mr. Slang e o Brasil*, cap. X, p. 58) Também em A. Herculano, *O Monge*, vol. I, cap. XIII, p. 242. *Sob pretexto que*, sem preposição, em Camilo, *Fani*, cap. L, p. 100. *Com o pretexto de que* em Agustina Bessa Luís, *O Manto*, p. 40. Camilo, *Novelas*, vol. II, p. 129.

A maioria se adapta ao estalão comum, *sob a desculpa de que* moral pública e moral privada são diferentes

120. As reduzidas de infinitivo iniciam-se com *a pretexto de*, *sob pretexto de*, *com o pretexto de*.

A primeira idéia foi retirar-me logo cedo, *a pretexto de* ter meu irmão doente (M. de Assis, *Várias Histórias*, p. 162) Camilo, *Anos de Prosa*, cap. XI, p. 114.

D. João d'Ornelas parecia meditabundo e, despedindo-se dos hóspedes, *com o pretexto de* ter de ocupar-se naquela mesma noite de graves negócios da sua ordem, saíra ao anoutecer (A. Herculano, *O Monge*, vol. II, cap. XXIII, p. 201)

E passou a estragar, a azedar a vida dos seus contemporâneos, *sob pretexto de* refrear a corrupção e forçá-los à volta aos bons costumes antigos. (Monteiro Lobato, *Na Antevéspera*, p. 195)

121. *Socolor de*, *sob color de*, *sob cor de*, sempre foram muito raras, assim como *com achaque de*.

Devia ser Serges o alugador das casas, *sob color de* querer armazenar nelas os seus gêneros (Camilo, *O Regicida*, cap. XVIII, p. 147)

com achaque de Odvacro lhe ordenar traição, o convidou para um banquete, onde o matou (Gaspar Barreiros, *Corografia*, f. 232 v., apud Moraes, *Dicionário*, 9.^a ed., "Achaque")

122. Obras espanholas e italianas não estudam as causas irreais. Os espanhóis consideram incorreta a locução *a pretexto de*, e sentem como arcaica *so pretexto de*; parece que se pode usar *bajo pretexto de que*. O italiano serve-se de *sotto il pretesto che*.

Los profesores suelen dejar este cuidado a las familias, *bajo pretexto de que se trata principalmente de una educación.*

Non é più lecito, *sotto il pretesto che le leggi psicologiche non possono essere leggi e per tema di cadere nell'arbitrario, mettersi a pescare nel mare obbligato e...* infinito del latino il materiale bell'e creato e determinato delle lingue romanze.

123. Em geral as gramáticas francesas explicam muito bem as causais irreais.¹¹⁴ As locuções empregadas são *sous (le) prétexte que, sous (le) prétexte de, sous couleur de*. O francês clássico apresentava às vezes *sur le prétexte que*.

Sous prétexte qu'il était fatigué, il n'a pas fait son travail. (Martin et Lecomte, *Grammaire française*, p. 55)

124. Orações finais irreais

Nos dois cantos viam-se as rimas de autos velhos, que o moço pedira aos escrivães *a pretexto de estudar certas questões*; mas realmente para dar à sua banca o aspecto forense. (José de Alencar, *Sonhos d'Ouro*, cap. XXII, p. 220)

As orações finais de *para* ou *para que* indicam uma finalidade real, isto é, que a ação expressa na oração principal foi realmente realizada com vistas ao objetivo indicado na subordinada. Mas, assim como as causais podem expressar causa irreal, assim também as finais podem exprimir finalidade irreal; quer dizer, o escopo apresentado na oração adverbial é reconhecidamente falso; a finalidade verdadeira às vezes vem declarada em seguida, numa segunda oração final coordenada à anterior. Tanto quanto foi possível verificar, as sintaxes portuguesas não se referem a essa distinção que é nítida e antiga na língua.

125. Existem também adjuntos adverbiais de fim irreal, como se pode ver pelo seguinte exemplo:

Gabriel encolheu-se como fulminado pelo raio e sumiu-se da presença do Eterno com pretexto de uma vista d'olhos pelo Éden. (Monteiro Lobato, *Cidades Mortas*, p. 210)

126. O latim exprimia fim irreal em oração subordinada com *per causam* ou *per speciem* e gerúndio, *ob eam causam quod* e subjuntivo e talvez por *causam praetexens* ou *iactans*.

(114) Wagner et Pinchon, *Grammaire*, p. 582. *Grammaire Larousse du français contemporain*, § 224. Wartburg et Zumthor, *Syntaxe*, § 144, p. 95. Le Bidois, *Syntaxe*, vol. II, § 1476 («allégation spécieuse»). Não foi possível encontrar indicações para o inglês, mas é provável que se use *under colour of* e gerúndio.

127. Em português as finais irrealis só se constroem com o infinitivo, e vêm regidas pelas mesmas locuções prepositivas que introduzem as causais irrealis; o contexto decide se se trata de causa ou fim. As locuções mais comuns são *a pretexto de*, *com (o) pretexto de*, *sob (o) pretexto de*.

Mas Horácio se sentiu terrivelmente ferido quando, *a pretexto de* fazê-lo descansar, quiseram entregar a chefia do partido a um homem jovem, um advogado, novo na zona, rapaz de grande habilidade e de maior ambição. (Jorge Amado, *São Jorge dos Ilhéus*, [13.^a ed], p. 94)

Aos maiores foi usurpando as fazendas para os igualar com a plebe, *com pretexto de* castigar delitos impostos ou esquecidos, cobrindo a tirania com sombras de justiça (Jacinto Freire de Andrade, *Vida de D. João de Castro*, ed. Rolandiana de 1861, p. 33) Também em Camilo, *Aventuras de Basílio Fernandes Enxertado*, 3.^a ed., cap. IX, p. 108.

com o pretexto de passar comigo a última noite da minha estada aqui, veio realmente chorar tantas e tais lágrimas, como nunca as vi chorar jamais (M de Assis, *Páginas Recolhidas*, p. 73) Herculano, *Inquisição*, vol. II, pp. 202 e 246.

aproveitando a intimidade que tinha na casa e indo ao interior *sob pretexto de* dar exercício às pernas. (M. de Assis, *Histórias da Meia-Noite*, p. 109)

Ruboriza-se, compõe-se, reage, se for preciso, como já aconteceu, certa vez que o Silviano, *sob o pretexto de* despedir-se tentou abraçá-la. (Ciro dos Anjos, *O Amanuense Belmiro*, § 26, p. 74) J. de Alencar, *O Sertanejo*, parte II, cap. VI, p. 68 da 2.^a ed. Melhoramentos; p. 1161 da ed. Aguilar.

A maioria dos exemplos encontrados apresenta a locução *a pretexto de*:

J. de Alencar, *Senhora*, I parte, cap. VI, p. 55; cap. IX, p. 79; cap. X, pp. 86, 87; III parte, cap. III, p. 205; cap. IX, p. 251; cap. X, p. 261. *O Sertanejo*, parte I, cap. XIX, p. 175; parte II, cap. II, p. 24. *A Patu da Gazela*, cap. VII, p. 78. Jorge Amado, *Gabriela*, pp. 37-8, 47, 94. Urbano Tavares Rodrigues, *A Noite Roxa*, p. 24.

128. Outras locuções são mais raras, mas ocorrem na linguagem moderna: *sob o disfarce de*, *com o disfarce de*, *com a finalidade aparente de*, *com o fim aparente de*.

Este proteccionismo () foi restaurado pelo governo republicano *sob o hábil disfarce de* favorecer o intercâmbio com a Metrópole (Monteiro Lobato, *Na Antevéspera*, p. 170)

fui () procurar Albertina, *com o disfarce de* lhe oferecer o meu préstimo. (Camilo, *A Filha do Dr. Negro*, 3.^a ed., p. 8. Também no cap. VIII, p. 96)

129. *Sob (a) capa de* ocorre uma ou outra vez.

Os tios cônegos e capitães-mores, *sob capa de* administrarem os bens da viúva reclusa nas Ursulinas, introduziram em Calvados um capelão também encarregado de feitorizar as quintas (Camilo, *A Enjeitada*, cap. VI, p. 54)

macumba de grã-finos, onde, *sob a capa de* dançar uma dança religiosa, deixavam que explodissem todos os desejos recalcados. (J. Amado, *São Jorge dos Ilhéus*, p. 188)

130. *Socolor de, sob color de, sob cor de* são somente da linguagem escrita altamente estilizada.

Aqui verás com que infernais mistelas, / *socolor de* atacar a epidemia, / fomos por todas estas vizinhanças / muito mais peste do que a própria peste. (Castilho, *Fausto*, p. 76)

esta frota, *sob color de* carregar trigo no Helesponto, fora enviada a Lemnos para socorrer de feito aos de Selimbria (Latino Coelho, *Oração da Coroa*, p. 16)

Se, pelo contrário, *sob color de* defender a causa comum, conseguia que o elegessem por capitão, esperava lograr facilmente a sua empresa, já pela persuasão, já pelo engano. (Idem, *ibidem*, p. 31)

É isso que faz a propaganda oficial: estupidescer *sob color de* guiar e governar. (Fidelino de Figueiredo, *Um Colecionador de Angústias*, cap. XI, p. 86)

Saía só nas suas carruagens, e *sob cor de* pagar visitas, saía muitas vezes. (Camilo, *Coisas Espantosas*, cap. XXXV, p. 248) *A Filha do Dr. Negro*, cap. VI, p. 71.

131. *A título de* ocorre em textos clássicos e *com achaque de* arcaizou-se completamente.

Vem o regimento moderno, aguarenta-lhes tudo *a título de* poupar à Fazenda Real (*Arte de Furtar*, cap. XLI, p. 200)

os fariseus, *a título de* conservarem a Lei e tradições, a dissiparam, e suas santificações pararam em profanidades. (Bernardes, *Floresta*, vol. I, p. 11. Também no vol. V, p. 235, e no *Estímulo Prático*, pp. 143-4)

os cartagineses, *com achaque de* socorrerem a cidade de Cález, () se fizeram senhores da mor parte dela (João de Barros, *Panegíricos*, Sá da Costa, p. 35)

132. Às vezes, depois da oração final irreal, vem outra final, agora com a declaração do fim real; apresenta-se como coordenada adversativa à anterior, e o matiz de realidade pode vir realçado por *na verdade, na realidade, de fato, efetivamente, verdadeiramente*. V. o exemplo do § 124.

Amélia conservou-se algum tempo de pé, com o pretexto de arranjar a cadeira, *mas para* dar ocasião a Leopoldo de falar-lhe. (J. de Alencar, *A Pata da Gazeta*, cap. XIII, p. 154)

sairam os amigos a pé, com o pretexto de dar uma volta de passeio; *mas efetivamente para* mostrar a Seixas a falada menina (Idem, *Senhora*, II parte, cap. IV, p. 132)

Muitos, sob color de conservar vestígios visíveis da origem das palavras, *mas em realidade por* pedantear e incutir sabença etimológica à massa inculta, reintroduzem em dições vulgares letras superfluas e mudas (Mário Barreto, *Fatos da Língua Portuguesa*, cap. XIX, p. 241)

Nesse dia foram necessários dez chopes para abafar a inquietação do Indalício; e ao recolher-nos, lá pela meia-noite, sai com ele a pretexto de consolá-lo, *mas na realidade para* impedi-lo de passar pelo Viaduto. (Monteiro Lobato, *Negrinha*, p. 165)

133. As construções espanholas são semelhantes às portuguesas. Quanto ao italiano não foi possível localizar exemplos, mas é provável que se usem *sotto il pretesto di, con la scusa di*.

A título de preservar los derechos de su hermano, pretendió que se le reconociera soberanía sobre los dominios americanos.

Em 1811 un ejército brasileño invadió el Uruguay *so pretexto de* poner fin a la anarquía revolucionaria.

Guevara *con pretexto de* elogiar la nobleza de Mitre, que alababa a un enemigo, referió a todo el mundo sus palabras (Manuel Gálvez, *Los caminos de la muerte*, cap. II, p. 22)

134. No verbete «prétexte» do *Dictionnaire fondamental*, apresenta Gougenheim as locuções «*sous prétexte de, sous prétexte que*, en donnant une cause qui n'est peut-être vraie». Seria preciso acrescentar: causa ou fim; e substituir «*peut-être*» por «*jamais*». Dos dois exemplos apresentados nessa obra, o primeiro indica finalidade: «*Il est parti sous prétexte d'aller chercher son frère.*»

— Nous alertons Lopez. Celui-ci monte, pénètre dans la galerie avec des hommes sûrs, *sous prétexte d'exorciser le Démon* (André Maurois, apud W. Lough, *French Tales of our Time*, p. 139)

135. Orações causais intensivas

Tem oito anos mas bem podia ter cinco ou seis, *de tal maneira é pequenino*. (Fernando Sabino, *A Companhia de Viagem*, p. 64)

Os adjuntos adverbiais de causa real, bem como as orações causais reais, podem ser simples ou intensivos. Isto é, assim

como o português dispõe de recursos especiais para exprimir enfaticamente um impedimento ineficaz (concessivas intensivas), assim também conta com meios específicos para denotar mais fortemente o motivo por que se realiza ou não o fato expresso na oração principal.

136. Os adjuntos adverbiais de causa real, intensivos, podem ser formadas por *de (tão)* e um adjetivo, ou por *à força de*, *à custa de* e um substantivo.

As pernas dela mal sustinham o ritmo do pedal, as veias do pescoço quase estouravam *de tensas*. (José Cardoso Pires, *Jogos de Azar*, p. 52)

a cena das *Prigioni de Edimburgo*, que, *à custa de esforços* seus, foi o mais bem ensaiado possível. (J. de Alencar, *Ao Correr da Pena*, p. 30)

Lábios entreabertos a sorrir, parado, sem pestanejar, quase cômico *à força do enleio*, assim o artista a escutava. (Aquilino Ribeiro, *O Homem que Matou o Diabo*, cap. I, p. 2)

À força, todavia, *de perseverança*, () chegou a obter a aceitação de um termo médio entre os dous contratos (A. Herculano, *Inquisição*, vol. II, p. 267)

137. Said Ali denominou «concessivas intensivas» as orações introduzidas por *por muito... que*, *por mais... que*, *por menos... que...*, *por... que*, e que indicam enfaticamente um impedimento ineficaz.¹¹⁵ Semelhantemente se podem denominar causais intensivas as que exprimem causa de um modo mais forte que as causais simples. Comparem-se:

Podia ter cinco anos *porque é pequenino*.

Podia ter cinco anos *de tal maneira é pequenino*. (= porque é muito pequenino)

138. O latim podia construir uma causal intensiva, por exemplo, com a ajuda de *tantus*.

Nec potis est dulcis Musarum expromere fetus / Mens animi (*tantis fluctuat ipsa malis* (Catulo, *Poesias*, 65, vv. 3-4)

não pode o espírito dizer as suaves produções das Musas, *tão grandes são as desgraças que o agitam* (Tradução de Agostinho da Silva, Coimbra, 1933)

(115) M. Said Ali, *Gramática Secundária*, 2.^a ed. 1927, pp. 191-2; pp. 138-9 da ed. de [1964]. V. Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa*, p. 283; *Lições de Português*, p. 161. Gama Kury, *Lições de Análise Sintática*, § 116, p. 85; *Gramática Fundamental*, p. 58.

139. Em português pode-se usar *de tão... que, de tanto que*.

a raiva apertava-lhe o gasnete, e com violento esforço apenas esguichou uma palavra, que levou a rilhar entre os dentes, *de tão cerrados que* estavam os queixos. (J. de Alencar, *O Garatuja*, cap. XVII, p. 87) I. e.: porque os queixos estavam *muito* cerrados.

espigavam no meio da ervagem couves gigantes, já com pretensões a arbustos, *de tão velhas que* eram. (Idem, *Til*, vol. I, cap. XVI, p. 118)

Veja um campo onde pastam ovelhinhas; não andam aos pares e não se distinguem, *de tão iguais que* elas são (Agustina Bessa Luís, *O Manto*, p. 34)

Possuía enormes olhos sem pestanas e sempre rodeados por um halo vermelho, *de tanto que* chorava. (Eadem, *ibidem*, p. 31)

140. A origem dessa construção parece clara: um adjunto adverbial de causa, introduzido pela preposição *de* e contendo um elemento intensivo (*tão, tanto*) que pede uma oração consecutiva; o conjunto gramaticalizou-se, formando uma causal intensiva, que é o que o falante moderno sente. O advérbio pode omitir-se, sem desaparecimento da ênfase (*de... que*):¹¹⁶

o vento *de* débil *que* era, mal podia agitar as folhas movediças das árvores (Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, cap. XIV, p. 162)

Era meio-dia, um meio-dia de verão, ardente, asfíxiante, calcinador, a hora em que tudo repousa, em que as aves se escondem na folhagem, as plantas inclinam as sumidades, desfalecidas de seiva, e os ribeiros quase nem murmuram, *de* débeis e *de* exaustos *que* vão. (Idem, *As Pupilas do Senhor Reitor*, cap. XVII, p. 145)

de azoada *que* ia nem se lembrou de ajoelhar. (Camilo, *A Sereia*, cap. XV, p. 119). Também em *O Sangue*, cap. XI, p. 138; *Vingança*, cap. XX, p. 201; *Novelas do Minho*, vol. I, p. 65

141. A simplificação da expressão, sempre facultativa, foi até restar o simples *que*. Pode tratar-se de um fato estilístico, em que no nível afetivo tenha havido uma supressão de termos lógicos, sem nenhuma diminuição do valor enfático da construção.

(116) Epifânio Dias não admitia a gramaticalização da construção, nem analisava o *que* como conjunção consecutiva, mas como pronome relativo: «O pronome *que* (servindo de nome predicativo ou aposto) pode estar referido a um adjetivo, v.g. os ribeiros quase não murmuram *de* débeis e exaustos *QUE* vão.» (*Gramática Elementar*, § 189, 4 a, p. 113) Análise semelhante de Martins de Aguiar para as concessivas intensivas pode-se ver na *Gramática* de Bechara, p. 283.

subiu a correr a assomada da colina, curiosa *que* estava de saber donde partira o clamor. (J. de Alencar, *Til*, vol. I, cap. XIII, p. 93)

não se atreviam a trocar olhares cínicos, preocupados *que* estavam em parecer elegantes (A. Bessa Luís, *O Manto*, p. 18)

142. Por outro lado, podem aparecer somente os elementos enfatizantes, sem o *que* (*tão, tal, tanto, de tal modo, de tal forma, a tal ponto*).

TAO: não é provável que falássemos dele, *tão* pouco era o tempo para o nosso infinito. (M. de Assis, *Relíquias de Casa Velha*, vol. I, pp. 81-2. Também na p. 105) *Iaiá Garcia*, cap. VII, p. 120. *Páginas Recolhidas*, p. 92. Garrett, *Viagens*, cap. XII, p. 85. Ciro dos Anjos, *O Amanuense Belmiro*, § 6, p. 24; § 46, p. 121.

TAL: Estive quase, quase a aceitar, *tal* era o meu atordoamento (M. de Assis, *Memorial de Aires*, p. 63)

TANTO: Parecia toda a aldeia endemoninhada, *tanta* e *tão* confusa e desentoadada era a bulha, matizada e ingresia *que* aí soava. (A. Herculano, *O Monge*, vol. I, cap. IV, p. 74)

Meu encanto pela tremenda realização dos americanos sofria constantes duchas de água gelada, *tantos* eram os sinais dessa ação insidiosa, subterrânea, da sacristia aliada com a mesquinhez cerebral feminina (Monteiro Lobato, *América*, cap. XVII, p. 133) M. de Assis, *Memorial de Aires*, p. 61. José Lins do Rego, *Pureza*, cap. II, p. 6. Jorge Amado, *Gabriela*, p. 58

DE TAL MODO: E quase podia dizer que não amava Marcelo, *de tal modo* a sua alma se fatigava de temer por ele (A. Bessa Luís, *O Manto*, p. 235. Também nas pp. 13, 102, 117, 121, 279)

DE TAL FORMA: Galeão Coutinho, *Confidências de Dona Marcelina*, cap. IX, p. 71.

A TAL PONTO: Outrossim, ria largo, se era preciso, de um grande riso sem vontade, mas comunicativo, *a tal ponto* as bochechas, os dentes, os olhos, toda a cara, toda a pessoa, todo o mundo pareciam rir nele. (M. de Assis, *Dom Casmurro*, cap. V, § 37, p. 72)

143. As reduzidas de infinitivo geralmente são introduzidas por *à força de*.

Os meus olhos enfraqueceram *à força de* chorar (Figueiredo, *Lamentações*, 2.11)

E quando, finalmente, *à força de* resistir e à falta de qualquer sinal evidente de que ela a cortejasse, pôde afirmar outra vez que faltava sentido àquelas palavras, sentiu-se enganada e inútil. (Osmã Lins, *O Visitante*, I Caderno, cap. V, p. 41)

Outros exemplos: Camilo, *Estrelas Propícias*, cap. XVI, p. 173; *Amor de Salvação*, cap. XI, p. 89; *Coisas Espantosas*, cap. VII, p. 51; cap. XXIV, p. 169; *A Queda dum Anjo*, cap. IV, p. 31. A. Herculano, *In-*

quisição, vol. II, p. 338. Latino Coelho, *Oração da Coroa*, p. 5. J. de Alencar, *A Pata da Gazela*, cap. XIII, p. 163; *Senhora*, III parte, cap. I, p. 181; *Diva*, cap. XIII, p. 102. M. de Assis, *Ressurreição*, cap. VII, p. 82; *Histórias Românticas*, p. 20; *Esau e Jacó*, cap. XXIX, p. 120; *Brás Cubas*, cap. XII, p. 132; *Relíquias de Casa Velha*, vol. I, p. 165. Aquilino Ribeiro, *O Malhadinhas*, cap. VII, p. 109. A Bessa Luis, *O Manto*, pp. 18-9, 36, 68-9. Osmã Lins, *Nove, Novena*, p. 15.

144. Também se podem usar à *custa de*, tanto, ou o simples *de*.

se não se amavam, o que fariam era mutilar o coração, atrofiá-lo à *custa de* lhe abafar as sensações (Camilo, *Estrelas Funestas*, I parte, cap. I, p. 15)

à *custa de* vê-la sucumbir em ambições sem nenhum objetivo, acabarei por tornar-me seu escravo (Osmã Lins, *Nove, Novena*, pp. 18-9)

De tanto trabalhar dia e noite, fiquei com a cabeça dorida e tonta (Érico Veríssimo, *Viagem à Aurora do Mundo*, p. 1)

Cansou-se de tanto correr.

Aí vem ela, com os olhos vermelhos de chorar.

145. Para o espanhol recorro à obra de Jean Bouzet, donde extraio os exemplos.¹¹⁷ As desenvolvidas constroem-se com *de tanto (...)* como, *de tan... como*, *de... que*, *por lo... que*.

No podía respirar, *de tanto* calor como estaba. Je ne pouvais respirer, tellement il faisait chaud.

No podía tenerme de pie *de tan* cansado como estaba. Je ne pouvais me tenir debout, tant j'étais fatigué.

No acertaba a hablar *de* conmovido *que* estaba. Il n'arrivait pas à parler, tellement il était ému.

No puedo leer en este cuarto *por lo* oscuro *que* está. Je ne puis pas lire dans cette pièce, tellement elle est sombre.

146. As reduzidas de infinitivo constroem-se com a *fuerza de*: A *fuerza de* andar, a *fuerza de* ser malo.

A *fuerza de* disputar acerca de los límites de la Sociología, los sociólogos han arrancado a la palabra la parte más grande de su significación primitiva.

147. O espanhol clássico usava a preposição *de* reforçada ocasionalmente por *mucho*, *poco*, *tanto*, diante de verbos, e *puro* invariável diante de adjetivos e participios.

(117) Jean Bouzet, *Grammaire espagnole*, Paris, [1945], §§ 955-8, pp. 393-5.

Del poco dormir y del mucho leer se le secó el cerebro... (Cervantes, *D. Quijote*, I, 1) A force de dormir peu et de lire beaucoup, son cerveau se dessécha...

De tanto cantar se quedó ronco. A force de chanter, il resta enrroué.

Don Quijote se estaba boca arriba sin poderse menear de puro molido y emplastado. (*D. Quijote*, I, 16; [cap. XVII, p. 90 da ed. de [1961] da Ebro]) Don Quichotte restait couché sur le dos, sans pouvoir se remuer, tant il était (à force d'être) courbaturé et couvert d'emplâtres.

148. Em francês as construções são semelhantes, e foram estudadas pelo menos por Le Bidois, cujas observações resumo a seguir.¹¹⁸ Os advérbios de intensidade *tant*, *tellement*, como aliás o adjetivo de mesma raiz *tel*, servem frequentemente para indicar que uma ação ou qualidade levada a um altíssimo grau se torna a causa de certo efeito. Em semelhante construção, a causal vem geralmente em segundo lugar, quer porque a oração inicial pareça mais importante e ocupe primeiramente o pensamento, quer porque ela necessite de uma explicação. A causal pode também vir desligada da primeira oração por um sinal de pontuação (ponto e vírgula). A colocação da causal no início do período deixa o espírito em suspense — principalmente quando isso leva a algum imprevisto —, e tem um real valor estilístico. Note-se finalmente que a causal pode ser intercalada no corpo da outra oração.¹¹⁹ E mais adiante (§ 1475): *A force de*, seguido de um infinitivo, indica a repetição ou a intensidade da ação-causa: «Cette corruption, presque immatérielle à force d'être profonde et dissimulé» (Flaubert, *Bovary*, III, cap. V). Observe-se este exemplo de Anatole France:

Je ne suis point bousculé, je suis bercé et je pense que, à force de me balancer deçà, delà, ces gents vont m'endormir debout. (Anatole France, *Le crime de Sylvestre Bonnard*, [1947], p. 41. Também na p. 54) *Les dieux ont soif*, II, 30.

(118) Le Bidois, *Syntaxe du français moderne*, 1967, vol. II, § 1453, pp. 444-5.

(119) Para que a citação não ficasse muito longa, omiti os textos com que Le Bidois exemplifica cada uma dessas explicações: espero que a omissão não prejudique muito a exposição.

E aqui fica uma lacuna quanto ao italiano, que não pôde ser eliminada.

Em inglês: The ordinary Christian simply does not know what to make of the Revelation, so it has been left as the happy hunting-ground of cranks.

CONTRIBUIÇÃO PARA UMA ONOMASIOLOGIA DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Erminio Rodrigues

Dentre as várias pesquisas onomasiológicas que realizamos em Brasília, entre 1966 e 1971, escolhemos para esta miscelânea em honra do Prof. Theodoro Henrique Maurer Jr., mestre dos mestres, uma, que, subordinada ao item — «Vocabulário relativo a objetos, atividades e conceitos pouco familiares ao habitante dos centros urbanos e muito intimamente ligados à vida cotidiana do habitante do campo» —, apresenta as áreas brasileiras da noção «*sem rabo ou de rabo cortado*», cujos significantes se indicam, ao lado dos tipos lexicais básicos, neste quadro:

<i>COLA:</i>	coleira;
<i>COTO:</i>	cotó, cotoco, cotô;
<i>NABO:</i>	nabuco;
<i>NAMBU:</i>	nambu (similitude de forma);
<i>PITO:</i>	pitoco;
<i>RABO:</i>	rabão, rabi, rabicho, rabicó, bicó, rabote, rabuco;
<i>SURO:</i>	surô, suru, suruco, sureco;
<i>TOCO:</i>	tocó.

A recolha dessas designações foi feita através de seiscentas entrevistas diretas com informantes de todos os Estados e de todos os níveis socioculturais. Assim, começamos o inquérito pelas chamadas cidades satélites — Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Sobradinho e Taguatinga —, onde se concentram, na

maioria, os nortistas e nordestinos, que, impelidos, a princípio, por causas socioeconômicas, chegaram ao Distrito Federal e aí se fixaram, e o concluímos no Plano Piloto.

Antes de explicar rapidamente cada um dos significantes e delimitá-los geograficamente, acentuamos que todos eles refletem respostas dadas espontaneamente e de acordo com a fala da localidade do informante. Para tanto, demos preferência a adultos que viajavam de sua cidade para Brasília ou que viajavam pouco.

BICÓ ocorre a leste e ao norte do Maranhão (Barra do Corda, São Domingos do Maranhão, Caxias, São Luís), a noroeste e a nordeste do Piauí (Teresina, Pedro II), a leste de Roraima (Boa Vista), a nordeste do Pará (Belém), a leste do Amazonas (Manaus), a noroeste e a nordeste do Ceará (Independência, Crateús, Ipu, Itapagé, Fortaleza) e ao norte do Rio Grande do Norte (Mossoró).

Emprega-se em relação a aves e animais: *galinha bicó*, *cachorro bicó*.

Alguns informantes, especialmente os de Independência, Crateús, Itapagé (CE), São Luís e São Domingos do Maranhão (MA), aplicam o termo mais ao cachorro.

Forma aferética de *rabicó*.

COLEIRA localiza-se ao norte do Paraná (Maringá) e emprega-se unicamente em relação a animais: *cavalo coleira*, *cachorro coleira*.

Cremos tratar-se do espanhol *coleta* [*cola* 'rabo' + *-eta*, suf. dimin.], com mudança de sufixo. *-Eira*, que, normalmente, indica extensão (ex.: *cabeleira*), graças ao influxo de *-eta*, exprime aqui diminuição.

COTO encontra-se a sudeste do Paraná (Curitiba) e aplica-se a aves e animais: *cachorro coto*, *galinha cota* (ô), *vaca cota*.

De *coto* 'pedaço', 'toco', tomado como adjetivo.

COTÓ recobre quase todas as áreas geográficas: Norte, Meio-Norte, Nordeste, Leste, Centro-Oeste e, parcialmente, Sul (Rio Grande do Sul) e Sudeste (São Paulo). Só não o encontramos, portanto, em Santa Catarina e Paraná.

Emprega-se em relação a aves e animais: *galinha cotó*, *cachorro cotó*.

Uma informante da Bahia (Salvador) observa: «Aplica-se não só a aves e animais, mas também a coisas a que falta um pedaço: uma vela cotó, por exemplo, é uma vela muito pequena.

Vinte e nove dos seiscentos informantes usam o termo apenas em relação a animais: 6 de Pernambuco (Novo Exu, Triunfo, Vitória de Santo Antão, Palmares, Pesqueira, Caruaru), 3 do Ceará (Independência, Quixadá, Icó), 3 do Maranhão (São Domingos do Maranhão, Carolina, Caxias), 3 de Alagoas (Água Branca, Palmeira dos Índios, Maceió), 2 da Paraíba (Cajazeiras, João Pessoa), 2 de São Paulo (Guaratininguetá, São Paulo), 2 do Rio Grande do Norte (Natal, Rendeção), 1 do Piauí (Parnaíba), 1 da Bahia (Barreiras), 1 de Sergipe (Aracaju), 2 de Goiás (Anápolis, Goiânia), 2 da Guanabara (Rio de Janeiro) e 1 do Rio de Janeiro (Cambuci).

Quanto ao étimo, embora não afastemos a possibilidade de ligar-se a palavra ao francês *couteau*, preferimos explicar por *coto*, com avanço do acento tônico determinado pelo caráter expressivo da palavra. Cp.: *tocó*, *rabicó*.

COTÔ ocorre a nordeste do Maranhão (Codó) e ao sul de Mato-Grosso (Três Lagoas) e aplica-se a aves e animais: *galinha cotô*, *vaca cotô*, *cachorro cotô*.

Variante fonética de *cotó*.

COTOCO localiza-se a sueste de Minas Gerais (Manhuaçu, Espera Feliz, Simonésia, Manhumirim) e aplica-se a aves e animais: *galinha cotoca*, *pinto cotoco*, *cachorro cotoco*.

A decomposição espontânea mostra-nos *coto* e sufixo *-oco*: 'cotozinho'. Podê, contudo, ter resultado do cruzamento léxico de *coto* e *toco*.

NABUCO circunscreve-se ao oeste de Minas Gerais (Carmo do Paranaíba, Patos de Minas, Patrocínio) e emprega-se em relação a aves e animais: *cachorro nabuco*, *galinha nabuca*.

Dois informantes de Patos de Minas usam o termo apenas para animais.

De *nabo*, na acepção de 'toco', e sufixo diminutivo *-uco*.
Cp.: *rabuco*, *suruco*.

NAMBU ocorre ao norte e a leste da Bahia (Pilão Arcado, Sendo Sé, Barra, Salvador), a oeste do Rio de Janeiro (Resende), ao sul de Goiás (São Simão) e a leste de São Paulo (Araraquara).

Aplica-se geralmente a aves: *galinha nambu*, *galo nambu*.

De *nambu* 'espécie de perdiz, de bico encarnado e rabo curto' passou-se, graças à consideração deste último aspecto do ser, a designativo de aves «sem rabo ou de rabo cortado». Pode-se comparar com *sura* 'pomba', que, em razão da mesma característica, designa hoje «sem cauda ou de cauda cortada». V. *suro*.

PITOCO encontra-se a leste, centro-oeste e norte do Rio Grande do Sul (Camaquã, Porto Alegre, Novo Hamburgo, Santa Maria, Cruz Alta, Santo Ângelo, São Luís Gonzaga), ao sul, sudoeste, leste e nordeste de Santa Catarina (Tubarão, Lajes, Florianópolis, Luís Alves), ao sul, centro-oeste e leste de São Paulo (São Miguel Arcanjo, Tietê, Marília, Arealva, Rio Claro), a sudeste e ao norte do Paraná (Curitiba, Maringá, Rolândia, Arapongas), ao sul e a oeste de Mato Grosso (Campo Grande, Barra dos Bugres), ao sul de Goiás (Bela Vista de Goiás), a leste de Alagoas (Maceió) e a nordeste do Ceará (Fortaleza).

Emprega-se em relação a aves e animais: *cachorro pitoco*, *galinha pitoca*, *vaca pitoca*.

Alguns informantes usam o termo apenas para animais: 2 do Rio Grande do Sul (Santo Ângelo, São Luís Gonzaga), 1 de Santa Catarina (Florianópolis), 2 do Paraná (Rolândia, Arapongas), 1 de São Paulo (Arealva), 2 de Mato Grosso (Campo Grande, Barra dos Bugres) e 1 do Ceará (Fortaleza).

De *pitoco* 'cachimbo quebrado' passou-se, por extensão, e com adjetivação, a designar coisas ou objetos normalmente compridos, aos quais faltava um pedaço: *bengala pitoca*, *cachorro pitoco*. Pode-se ainda lembrar a atração de *-toco* com *toco* 'pedaço', 'parte'.

RABÃO ocorre ao sul, leste e centro-oeste do Rio Grande do Sul (Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Camaquã, Santa Maria) e a leste de Santa Catarina (Florianópolis).

Emprega-se mais freqüentemente a animais que a aves: *cavalo rabão, cachorro rabão, galo rabão*.

Uma informante de Jaguarão (RS) usa *rabão* para o cavalo, *cotó* para o cachorro e *suro* para as aves.

Veja-se esta quadrinha gaúcha, recolhida por Sílvio Romero e citada por Leonardo Mota, em seu *Sertão Alegre*:

«Minha galinha pintada,
Meu *galo suro rabão*,
Vou tirar minha galinha
Das unhas de um gavião.» (p. 279)

E observe-se a concorrência pleonástica dos epítetos *suro* e *rabão* relacionados com *galo*.

Do espanhol *rabón* 'que tiene el rabo más corto que lo ordinario en su especie, o que no lo tiene' (cf. Dicc. Real Academia Española, 1970, s.v.) passa-se ao português *rabão*, forma que já se documenta no século XVIII. O sufixo *-ão*, que geralmente designa aumento, aparece aqui indicando diminuição. Cp.: cordão, calção. V. Bernard Pottier, *Linguística Moderna y Filología Hispánica* (Ed. Gredos, 1968), pág. 183.

RABI ocorre a nordeste do Ceará (Cascavel, Fortaleza) e a sueste de São Paulo (São Paulo) e de Minas Gerais (Belo Horizonte).

Aplica-se geralmente a animais: *cavalo rabi, cachorro rabi*.

A julgar pelas palavras de Otoniel Mota, época houve (não distante, pois o livro é de 1937) em que muito se usou tal designação: «Tão generalizado é o termo, que nos púlpitos se costuma deslocar o acento da palavra aramáica *rabi*, mestre aplicada a Jesus Cristo. É freqüente ler-se *rabi*.» (*Horas Filológicas*, São Paulo, Editora Nacional, 1937, pág. 190).

Deriva regressivamente de *rabicó*, com possível influência de *nambi*, que, como adjetivo, significa 'privado de algum membro; troncho'.

RABICHO encontra-se a nordeste do Pará (Anajás, Ponta de Pedras, São Sebastião da Boa Vista) e ao norte de Minas Gerais (São Romão, Januária) e emprega-se em relação a animais: *cachorro rabicho, porca rabicha*.

De *rabicho* 'pequena trança de cabelo pendente', tomado como adjetivo.

Em Portugal, no Alto Minho (Concelho dos Arcos de Valdevez), diz-se (ou dizia-se), como nas áreas acima, *cão rabicho*. (Cf. *Revista Lusitana*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, vol. XXV, 1925, pág. 195).

RABICÓ localiza-se geograficamente nestas áreas: Norte (Amazonas: Manaus; Roraima: Boa Vista), Nordeste (Alagoas: Maceió; Ceará: Fortaleza, Itapagé, Tianguá; Pernambuco: Recife, Vitória de Santo Antão, Afogados da Ingazeira), Sudeste (São Paulo: Arealva, São José do Rio Preto, São Miguel Arcanjo, Casa Branca, Rio Claro, Penápolis; Paraná: Arapongas, Rolândia, Curitiba), Leste (Minas Gerais: Campanha, Belo Horizonte; Espírito Santo: São Gabriel, Itaguaçu, Vitória), Centro-Oeste (Goiás: Anápolis, Ipameri, Trindade, Goiânia; Mato Grosso: Barra do Garças).

Emprega-se em relação a aves e animais: *galinha rabicó*, *porco rabicó*.

Alguns informantes só aplicam o termo a aves: 3 do Paraná (Arapongas, Rolândia, Curitiba), 3 de Goiás (Goiânia, Anápolis, Trindade), 1 da Guanabara (Rio de Janeiro) e 1 do Amazonas (Manaus). Para animais, os três primeiros usam *pitoco* e os restantes, *cotó*.

Três informantes de São Paulo (Rio Claro, Casa Branca, São Miguel Arcanjo) só o empregam ao porco de rabo curto.

De *rabico*, com deslocação do acento tônico determinada pelo caráter expressivo da palavra. Cp.: *cotó*, *surô*, *tocó*. Antes da acutização expressiva, é possível que se tenha dito: *cachorro rabico*, a exemplo de *cachorro coto*, *cachorro toco*, *cachorro rabicho*.

RABOTE ocorre a sudeste do Espírito Santo (Vitória) e aplica-se a aves e animais: *galinha rabote*, *cachorro rabote*.

De *rabo* e sufixo diminutivo *-ote*. Compare-se com *surote*, que o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* registra, localizando-o em Minas Gerais.

RABUCO tem sua área a oeste de Minas Gerais (Paracatu, Vazante, Patos de Minas) e emprega-se com relação a aves e animais: *galinha rabuca*, *cachorro rabuco*.

De *rabo* e sufixo diminutivo *-uco*. Cp.: *nabuco*, *suruco*.

SURO recobre todas as áreas e aplica-se geralmente a aves: *franga sura*, *pinto suro*, *galinha sura*, *galo suro*, *pomba sura*.

Um informante do Maranhão (Carolina) e outro do Pará (Cametá) usam-no para aves e animais.

Como observa Arlindo de Sousa, em *A Língua Portuguesa no Brasil*, «trata-se de velho lusitanismo e não brasileirismo amazônico ou gaúcho, registrado nos vocabulários de Amado Mendes e Luís Carlos de Moraes. Vem em Jorge Ferreira de Vasconcelos (séc. XVI): *galinha çura* (com ç, em vez de s).» (pág. 204)

José Pedro Machado cita este exemplo de Gil Vicente, que ocorre no *Auto das Fadas* (1512):

«... eu nam juro nem esconjuro,

Mas galo negro *suro*

Cantou no meu monturo.»

(*Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, s.v.)

Como nos revelam os exemplos acima de Jorge Ferreira de Vasconcelos e Gil Vicente, havia certa flutuação na grafia da palavra, o que nos leva a dar o espanhol *zuro* como étimo próximo do português. Cp.: *çapato*, *zapato*; *çumo*, *zumo*; *çáfio*, *záfio*; *çaguão*, *zaguán*. Sabe-se que, a princípio, isto é, no período arcaico, ç e s não se confundiam na pronúncia, tinham valores distintos. Hoje, se escrevemos *suro*, e não *çuro*, de acordo com o étimo, bem como *supato*, *sumo*, *sáfio*, *saguão*, isso se deve à Reforma Ortográfica de 1911, que substituiu, invariavelmente, o antigo ç inicial por s. (V. Rebelo Gonçalves, *Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa*, Coimbra, 1947, pág. 45, obs. 1.^a)

Joan Corominas, no excelente verbete consagrado a «zurita, zura o zurana», informa-nos, através de Alonso Garrete e Zamora Vicente, de que em Leão «se llama a las palomas *zura*, *zura*, o bien *zurita*, *zurita*» e em Albacete «se oye *zuric*, *zuric* con el mismo valor». É provável, pois, que da voz de chamamento, talvez imitativa da voz da pomba, se passasse a designar a própria pomba e, em seguida, considerada a característica de ser não só pequena, mas também, e principalmente, derrabada, a designativo genérico de ave sem rabo ou de rabo cortado.

Em Portugal, ao menos no Alentejo, chamam *sura* à pomba brava e pequena (V. J. A. Capela e Silva, *A Linguagem Rústica no Concelho de Elvas*, ed. Revista de Portugal, Lisboa, 1947, pág. 162). Compare-se com *nambu*.

SURÔ localiza-se a sueste e a nordeste de Pernambuco (Garanhuns, Timbaúba) e a leste da Paraíba (João Pessoa).

Emprega-se em relação a aves e animais: *pinto surô*, *vaca surô*.

De *suro*, com deslocação do acento tônico determinada pelo caráter expressivo da palavra. Cp.: *cotó*, *rabicó*, *tocó*.

SURU recobre as áreas Meio-Norte e Nordeste e ainda se apresenta nestas outras: Norte (Pará: Marabá; Roraima: Boa Vista), Sueste (São Paulo: Presidente Prudente), Leste (Bahia: Jequié, Curvelinho, Cotegipe; Minas Gerais: Patos de Minas; Rio de Janeiro: Valença), Centro-Oeste (Goiás: Tocantinópolis).

Emprega-se geralmente em relação a aves.

Alguns informantes o usam para aves e animais: 1 da Bahia (Curvelinho), 1 do Rio Grande do Norte (São Tomé) e 1 do Piauí (Floriano).

Variante de *suro*, com deslocação do acento tônico determinada pelo caráter expressivo da palavra. Cp.: *cotó*, *rabicó*, *surô*.

SURUCO localiza-se geograficamente nestas áreas: Leste (Bahia: Salvador, Jequié, Vitória da Conquista, Cocos, Santana, Barreiras; Minas Gerais: Belo Horizonte, Nova Ponte, Piúí, Paracatu; Rio de Janeiro: Cambuci; Espírito Santo: São Gabriel), Centro-Oeste (Goiás: Anápolis, Nerópolis; Mato Grosso: Paranaíba), Nordeste (Pernambuco: Novo Exu, Petrolina), Meio-Norte (Maranhão: São Luís, Piauí: Bom Jesus de Gurguéia), Sueste (São Paulo: Guaratinguetá).

Emprega-se em relação a aves e animais: *galinha suruca*, *cachorro suruco*.

Alguns informantes só aplicam o termo a aves: 4 da Bahia (Salvador, Santana, Barreiras, Cocos), 1 de Pernambuco (Novo Exu), 1 do Maranhão (São Luís), 1 de Minas Gerais (Paracatu), 1 do Espírito Santo (São Gabriel) e 1 de Goiás

(Anápolis). Para animais, o de Santana (BA) usa *toco* e os outros, *cotó*.

Um informante de Minas Gerais (Piuí) emprega, ao lado de *suruco*, *suruquinho*.

De *suro* e sufixo diminutivo *-uco*. Compare-se com *na-buco*, *rabuco*.

SURECO ocorre a sudoeste de Minas Gerais (Guapé, Araxá) e a oeste do Rio Grande do Sul (Alegrete).

Emprega-se geralmente em relação a aves: *galinha sureca*, *pinto sureco*.

De *suro* e sufixo diminutivo *-eco*.

TOCO encontra-se a sueste de Goiás (Formosa, Anápolis), ao sul e a sueste do Piauí (Corrente, Bom Jesus de Gurguêia), a leste, oeste e centro-oeste da Bahia (Salvador, Jequié, Cocos, Santana, Piritiba) e nordeste de Minas Gerais (Pedra Azul).

Usa-se com relação a animais: *cachorro toco*, *cavalo toco*.

De *toco* 'coto de cauda', tomado como adjetivo.

TOCÓ localiza-se geograficamente nestas áreas: Meio-Norte (Maranhão: São Luís, ao norte; Piauí: Floriano, a oeste), Leste (Bahia: Ilhéus, a leste; Minas Gerais: Carmelo e Paracatu, ambos a oeste), Centro-Oeste (Goiás: Anápolis e Formosa, ambos a sueste).

Aplica-se a aves e animais: *galinha tocó*, *cachorro tocó*.

De *toco* 'sem rabo ou de rabo cortado', com acutização expressiva.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Dos vinte e dois significantes apresentados, dez ainda não se encontram registrados nos dicionários comuns da língua (tomamos como base o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (11.^a ed.) e o *Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos* (6.^a ed.); *coleira*, *coto*, *cotó*, *nambu*, *rebote*, *rabuco*, *sureco*, *surô*, *suruco* e *toco*.

Dentre todas, apenas três designações são comuns a Brasil e Portugal: *suro*, *rabão* e *rabicho*.

É curioso observar que, embora sem vitalidade dentro da língua, o sufixo *-uco* aparece aqui bem representado: *nabuco*, *rabuco* e *suruco*.

Nota-se a preferência popular pelas palavras agudas terminadas em vogal tônica aberta (*cotó*, *rabicó*, *tocó*) ou fechada (*nambu*, *rabi*, *surô*, *suru*).

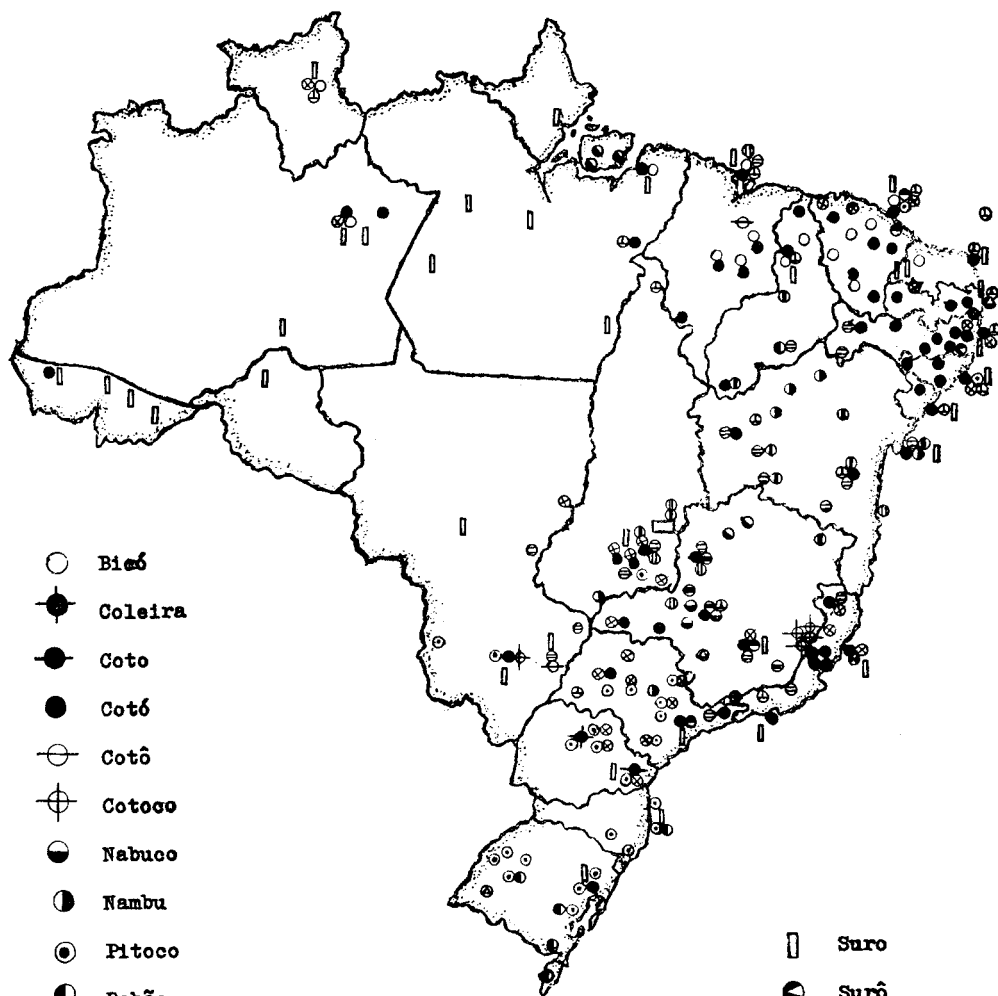
Em pesquisas paralelas a esta, encontramos alguns termos deste campo aplicados a:

- (1) «papagaio-de-papel sem rabo ou de rabo curto»:

sureco (MG);
suro (MA, BA);
suru (GO, BA).

- (2) «cabelo muito curto de mulher, que deixa a nuca descoberta»:

nambu (GO, MT, RN);
sureco (MG);
suro (MA, PI, CE, AL, PB, PE, SE, RN,
PA, BA, GB, RJ, SP, PR, GO);
suru (PB, RN);
suruco (GO, MT, MG, ES, RJ, PI).



- Bico
- Coleira
- Coto
- Cotó
- ⊕ Cotô
- ⊕ Cotoco
- ◐ Nabuco
- ◑ Nambu
- ⊙ Pitoco
- ◑ Rabão
- ◐ Rabi
- ◑ Rabicho
- ⊗ Rabicó
- ⊗ Rabote
- ◐ Rabuco

- ▮ Suro
- ◐ Surô
- ⊕ Suru
- ◐ Suruco
- ⊕ Sureco
- ◑ Toco
- ◐ Tocó

ESBOÇO DE FONOLOGIA DIACRÔNICA

Francisco da Silva Borba

I — Lingüística histórica

1. — *Conceito* — A lingüística histórica estuda as substituições que se operam na língua pela observação de etapas sucessivas de sua trajetória através do tempo.

Se a finalidade essencial da língua é estabelecer a comunicação entre as pessoas, parece estranho supor que ela esteja em constante mudança, uma vez que a intercompreensão implica a estabilidade do código. Mas, como instituição social, a língua só alcança sua finalidade no grupo e o dinamismo próprio das sociedades humanas condiciona as mudanças lingüísticas pela busca de adequação às necessidades dos usuários.

Os falantes têm a sensação de falar sempre da mesma maneira, isto é, de produzir sempre os mesmos sons, embora tal nunca aconteça. São variações de fala, irrelevantes para a forma do sistema. Na verdade, só há *mutação* quando as alterações do uso atingem a estrutura supra-individual e coletiva. Compete ao historiador determinar como e quando tal ou tal fenômeno de fala passou a ser fenômeno de língua. Por exemplo, se o [f] do latim primitivo era uma espirante bilabial passando a constituir labiodental no latim vulgar e assim chegando ao português, é fato de escassa importância, pois não alterou o conjunto de oposições da língua. Quando, porém, se sonorizou em posição intervocálica, realizando-se como [v], apareceu um novo fonema, que se integrou no sistema antigo, alterando-lhe a rede de inter-relações, como, por exemplo, a valorização do traço *surdez*.

2. — *Linguística estrutural histórica* — A difusão do estruturalismo não poderá deixar de ter sua influência nas pesquisas históricas e já é tempo de propormos a aplicação dos princípios fundamentais deste método ao estudo da problemática da evolução das línguas.

2.1 — *Estruturalismo e história* — A causa das discussões sobre a incompatibilidade entre estruturalismo e história está mais no ponto de vista em que se colocam os estudiosos do que na natureza do objeto. Num seminário organizado em 1968 pela revista *Raison Présente* e realizado na Sorbonne não se chegou a nenhuma conclusão a respeito, apesar de contar com a participação de especialistas nos dois setores, como Labrousse, Lefebvre, Souboul, Martinet e outros (1). Talvez convenha citar duas opiniões:

1.^a — Souboul: «A análise estruturalista dá um privilégio à noção de estabilidade, enquanto a análise histórica reconhece a noção de movimento. A história nunca é estável, nunca está terminada... entre análise estruturalista e análise histórica há uma oposição fundamental não porque esta última rechace o conceito de estrutura, mas porque a natureza deste conceito e suas regras de uso são essencialmente diferentes para os estruturalistas e para os historiadores. Para estes, a estrutura, atrás de uma estabilidade relativa do todo, não é mais que a configuração transitória de um processo de evolução; a estrutura tem em seu interior, sob a forma de contradições motoras internas, a necessidade de sua própria transformação...»

2.^a — Martinet: «Poderia ser útil também para os historiadores não identificar sincronia com estática. É possível fazer sincronia dinâmica, isto é, estudar como os fenômenos evoluem aos nossos olhos. A estrutura pode ser vista em seu dinamismo. A estrutura é captada na sincronia, mas traz em si o gérmen de transformações ulteriores.» (1)

Em linguística, embora sincronia e diacronia sejam pontos de vista diferentes, eles não se opõem e a contribuição do estruturalismo (sincrônico) para a linguística histórica é de caráter metodológico. Preconizando a análise estrutural de um estado de língua como condição prévia, demonstra que há mudanças de sistemas e não de formas isoladas. Assim, a linguística histórica se fará pela comparação de estados sucessi-

(1) Cf. Labrousse, E. — *Las estructuras y los hombres*, Barcelona, Ed. Ariel, 1969, p. 124.

vos, previamente descritos pelo método estrutural, o que dará aos estudos diacrônicos, uma base mais sólida e melhor compreensão do fenômeno afetado pela mudança, pois possibilita visão de conjunto (2).

2.2 — *Descrição e explicação* — Não é rara, entre os estudiosos modernos, a afirmação de que a lingüística descritiva (estrutural) apenas constata cabendo a explicação do fenômeno à lingüística diacrônica. Ora, a explicação verdadeira vai ao âmago dos fatos, procurando-lhes a causa essencial. Neste sentido, ambas as disciplinas podem ser ou não explicativas. Comumente elas se limitam a justificar os fatos, a primeira indicando como *é* assim e a segunda, como *chegou a ser* assim. Neste ponto, concordamos com Malmberg (2) quando diz que grande parte do material da lingüística histórica é tão descritivo quanto o material sincrônico recolhido em fontes antigas e modernas. Com efeito, dizer que [ũ] latino dá [o] em português nada explica. A maior parte das explicações modernas da gramática histórica sobre mutações de sons — sonorização, palatização, nasalização etc. — são pseudo-explicativas, pois somente constataam.

Uma lingüística explicativa tem de abstrair-se da materialidade dos fenômenos para buscar a estrutura *imane*nte da língua. Aliás, é o que a gramática gerativa está tentando fazer.

3. *Princípios gerais* —

3.1. — Como instituição social, a língua está vinculada à sua história e é objeto de história (produto histórico).

3.2 — Como conjunto organizado, é uma entidade estruturada, mas como força criadora, é estruturante. Por isso é dinâmica, não admitindo, entretanto, mudanças desordenadas e desorientadas: segue uma deriva (=mudança gradual e coerente) própria.

3.2.1 — Por ser estruturada, está sempre apta para o uso, razão por que o falante não toma consciência das evoluções a não ser quando reflita na língua. Lehmann (3) pondera que hoje a reflexão e a tomada de consciência diante das muta-

(2) Cf. Malmberg, B. — *Lingüística estructural y comunicación humana*, Madrid, Ed. Gredos, 1969, p. 276/277.

(3) Lehmann, W. P. — *Introducción a la lingüística histórica*, Madrid, Ed. Gredos, 1969, p. 204.

ções devem ser maiores devido aos meios de comunicação, à escola, à imprensa, que difundem mais a escrita — a educação e a escolarização são mais abrangentes hoje do que noutras épocas.

3.2.2. — Por ser estruturante, está sempre em busca de equilíbrio, isto é, procura reajustar-se às necessidades de comunicação do grupo. Tais adaptações se fazem já por nova análise da experiência e conseqüente reorganização, já por criações novas. Por exemplo, o neutro desapareceu nas línguas românicas por não corresponder mais àquela visão mítica e antropomórfica do universo; daí a reorganização dos morfemas de gênero numa oposição binária masculino/feminino. A queda do dual acarretou a oposição também binária do número (singular/plural) nas línguas indo-européias modernas. As inovações podem provir de possibilidades combinatórias latentes no sistema ou de criações novas. Ex.: A criação do fonema /z/ no latim vulgar se deve ao fato de que o fonema /s/, isolado quanto ao traço sonoridade, admitia a realização fonética [z] em posição intervocálica e o traço sonoridade já era valorizado em oposição como p/b, t/d, k/g. A transformação já estava, portanto, em gérmen na língua, tendo havido somente ampliação de traços já existentes. Por isso se diz que as criações novas quase nunca são espontâneas, mesmo admitindo-se a capacidade criadora do espírito humano. A propósito, Hermann Paul, que aceita a criação espontânea, observa que, se a língua brotou espontaneamente das necessidades de comunicação entre os homens e de seu poder criativo (à parte toda obscuridade mística que envolve a pré-história da língua e dificulta as conclusões), hoje, em geral, já não criamos mais matéria lingüística porque não sentimos necessidade disso: qualquer idéia ou sensação que surja em nós, liga-se logo à matéria lingüística tradicional por meio de associações (4). Ninguém duvida da possibilidade de criações novas, sobretudo, no léxico; frise-se, porém, que, pelo menos no domínio fônico, não se criam fonemas novos cuja substância não se manifeste nos hábitos articulatórios dos falantes.

3.3 — Desde Saussure se diz que a língua é forma e não substância. De fato, é forma enquanto conjunto abstrato de inter-relações, mas sempre se manifesta por uma substância (fônica, para os lingüistas). Se a dicotomia língua-fala

(4) Paul, H. — *Princípios fundamentais da história da língua*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1966, p. 189.

faz parte de uma mesma realidade, então a língua é forma e, depois, substância. Por ser concreta, a substância é a primeira atingida, depois a forma ou, por outras palavras, as alterações fônicas, irreprimíveis na fala chegam a perturbar a rede de relações do sistema, levando-o a reajustar-se sob risco de comprometer sua finalidade essencial — a intercompreensão.

As mutações vão, portanto, da substância para a forma por um processo lento de readaptação. A fala se caracteriza pela extrema variedade, mas enquanto a variação não atingir a forma da língua, não houve mutação. Por exemplo, as diversas realizações do fonema /r/ em português ainda não alteraram seu valor na língua.

3.4 — Por seu dinamismo próprio é a língua uma continuidade histórica cuja evolução é determinada por fatores diversos tanto externos como internos.

Apontam-se como fatores externos a interferência nos casos de bilingüismo e a ação de substratos, adstratos e superstratos que, às vezes, contribuem para simplificar, ampliar ou reestruturar o sistema. Além disso, o dinamismo das relações humanas pode determinar modificações no sentido de reajuste às necessidades de comunicação.

São internos os fatores pertencentes à própria natureza da língua: equilíbrio e economia. As alterações fonéticas incessantes afetam não só a função distintiva dos fonemas, mas também seu rendimento funcional, tornando o sistema assimétrico. A tendência será a de reação em busca de simetria e equilíbrio. O princípio da economia procura reduzir a redundância comum em qualquer língua. Há economia paradigmática e sintagmática. A primeira integra formas isoladas e aproveita ao máximo a combinabilidade de traços relevantes, a segunda abandona elementos desnecessários para o estabelecimento da comunicação. Por exemplo, os fonemas finais das palavras nem sempre são necessários. Daí desaparecerem ou permitirem truncamentos como se vê em *cinema* e *cine*, *metrô* (pelo francês) etc. É a economia sintagmática que explica a braquilogia em *canis gallicus* > *galgo*, *fructus persicus* > *pês-sego*, *vestis abbatina* > *batina* ou, na língua moderna, *batatas fritas* > *fritas*, *caracteres itálicos* > *itálicos* etc.

Assim há, nas mudanças, uma luta constante entre duas forças opostas: liberdade de realizações individuais e ação integradora do sistema.

4. *Questões metodológicas.*

4.1. — *Cortes sincrônicos* — A primeira tarefa do historiador há de ser a de estabelecer *estados de língua*, descrevê-los e, depois, compará-los para verificar como a língua evolui. A primeira dificuldade está na demarcação dos limites cronológicos. Em geral ela depende do nível a ser estudado: fonológico, morfológico, sintático ou semântico. Costuma-se dizer que a sintaxe é mais resistente do que a fonologia e, portanto, para esta, os limites de um estado seriam mais estreitos do que para aquela. Na verdade, a fonética é que se altera muito, pois o sistema fonológico muda gradual e lentamente: qualquer estrutura é sempre resistente. Por exemplo, o português moderno perdeu as africadas [ts, dz, ts, dz] que vigoraram do período romance (?) até o século XVI mais ou menos.

Os limites cronológicos devem, portanto, ser estabelecidos a partir do levantamento dos dados.

4.2. — *Método* — O estruturalismo tradicional preconiza o método indutivo-dedutivo, ou seja, observação, generalização e verificação e o mesmo se postulará para a lingüística histórica apenas com alguma diferença de técnica — a lingüística estrutural sincrônica começa pelas descrições e a histórica parte delas. Ambas são comparativas enquanto comparam contextos, distribuições, ocorrências etc., mas a lingüística histórica compara essencialmente os fenômenos em estados diferentes (de preferência sucessivos). Logo, diremos que ela se serve do método indutivo-dedutivo (cf. as leis fonéticas da lingüística histórica tradicional) e da técnica histórico-comparativa.

Neste ponto diríamos que não há duas lingüísticas (estrutural e histórica), mas duas etapas diferentes de uma mesma tarefa: compreender a língua como forma.

4.3 — *Material de observação* — Escolhido o nível de língua, o analista passa à constituição do «corpus», cuja homogeneidade se obterá por uma operação de desbastes para separar o ocasional e individual do sistemático e coletivo. Nisto poderá ajudá-lo o critério estatístico. A questão dos registros (literário, coloquial, técnico etc.) depende de suas finalidades. A extensão se prende aos níveis e registros.

Em lingüística histórica, muitas vezes a quantidade e a qualidade dos elementos do «corpus» se vinculam a disponibi-

lidades materiais. O progresso tecnológico nos fornece hoje textos da mais variada ordem, gravações com informantes, descrições de muitas línguas, que facilitam as comparações. Para estágios anteriores só contamos com textos escritos que escasseiam conforme se recua no tempo. Para o conhecimento da língua falada (e viva) nem sempre servem os textos fixados pela literatura. Neste caso só resta confiar nos diálogos reproduzidos em obras literárias, no testemunho dos gramáticos, nos manuscritos e inscrições, nos possíveis glossários e listas de 'erros' descobertos pelo cotejo de textos escritos por pessoas de pouca escolaridade com os da língua literária bem como nos possíveis 'cochilos' daqueles que estão habituados ao manejo da escrita. Auxilia também a comparação com estágios atuais ou conhecidos das línguas aparentadas.

A reconstrução de estados anteriores e o conhecimento da história de uma língua é mais fácil e oferece maiores possibilidades de êxito quando ela tem uma tradição escrita. Caso contrário, só se contará com a comparação entre as línguas aparentadas ou com os dados fornecidos pela geografia dialetal que, demarcando áreas de extensão dos fenômenos lingüísticos, aponta arcaísmos e mostra como duas línguas divergem com o tempo.

Há também o método glotocronológico pelo qual se examina o vocabulário básico através de critérios estatísticos para calcular a data de cisão entre duas línguas aparentadas.

Mesmo quando trabalha com textos escritos o historiador deverá começar pela seleção dos dados — descobrir a natureza do texto, sua autenticidade e consistência interna e até sua relação com o som físico.

5. Conceitos operacionais.

A lingüística estrutural sincrônica ou diacrônica vale-se de um conjunto de conceitos e postulados teóricos para cumprir seus fins.

Além de uma posição filosófica definida, tem necessidade de manejar certos conceitos e de colocar-se numa posição teórica determinada para não baralhar os fatos nem misturar critérios. O estruturalismo fornece conceitos como os de estrutura, sistema, estado de língua, relação, oposição, marca etc., que poderão revitalizar a lingüística histórica dando-lhe uma base mais sólida e maiores possibilidades de sucesso.

Crítica-se, aliás, na lingüística histórica tradicional, o seu caráter atomístico e busca de causas de evolução muitas vezes fora do sistema, na tentativa de sistematizar o que, por si, não comporta sistematização. Evolui o sistema como um todo, não cada parte em separado.

II — Fonologia histórica

1. *Fonética e fonologia.*

1.1. — Até agora, nossos manuais (alguns muito bons) têm-se preocupado com a evolução fonética, isto é, com um conjunto de alterações fônicas determinadas, quase sempre, por condicionamentos contextuais, o que não permite uma visão de conjunto dada a complexidade e a quantidade dessas mudanças.

Em geral, se centram num ponto de vista articulatório estudando os principais tipos e sua posição na palavra. Já é, sem dúvida, meio caminho andado, embora a fonética moderna prefira focalizar a percepção auditiva como ponto de partida das mutações.

1.2 — Determinar os acidentes fonéticos é realmente um primeiro passo, a partir do qual se verificam as alterações do sistema — o conjunto de traços relevantes e vigentes num estado e não relevantes ou não vigentes noutro, ou melhor, procura-se o quadro de fonemas (=complexos fônicos com função definida) em cada estado, suas relações e interdependências para justificar *como* e *para quê* esse estado mudou. Esta é incumbência da fonologia diacrônica, disciplina que se ocupa das mudanças do sistema fonológico por causa das alterações das relações entre os fonemas, o que pode ser ocasionado por perdas ou criações novas tanto de fonemas como de traços pertinentes.

1.3 — A fonética histórica dá conta da instabilidade das realizações — Cf. L. clássico — *i* > port. *e*, *i*, *a*, *i*, *ε*, *ø* — segundo a posição quanto ao acento ou à ambiência fônica: *vī-rīde* > *verde*; *dubīta* > *dúvida*; *picare* > *pagar* (Port.); *vin-dicare* > *vingar*; *fīde* > *fee* > *fé*. Já a fonologia diacrônica mostra as alterações do sistema e sua relativa estabilidade.

2. — *Mudança fonológica.*

2.1. — É determinada comumente por fatores internos. O fonólogo diacrônico parte do princípio de que os fonemas se

integram em unidades maiores — os morfemas e os sintagmas — e se arranjam em classes opositivas — os paradigmas. A falta de equilíbrio entre os fonemas em suas relações sintagmáticas e paradigmáticas provoca reajustes e readaptações.

Na cadeia falada (sintagmática) a mudança alofônica ou fonêmica altera a frequência dos fonemas e das oposições, vale dizer, atinge seu rendimento funcional. Por exemplo, em português, a oposição momentânea/contínua é nula em posição final; a oposição *n/ñ* só rende quando medial, é escassíssima na inicial (cf. *nu/ñu*; *nanika/ñanika* — grafia: *nu* e *nhu*, *nanica* e *nhanica*) e nula na final. Assim, um fonema ou grupo deles pode deslocar-se em todas as distribuições. Ex.

latim *ū* > francês *y* : *muru-* > *mur* [my]

latim *kt* > espanhol *ts* : *nocte-* > *noche* [nótse]

Pode também desaparecer por fusão ou assimilação. Tal sucede porque, na sequência falada, há grande dose de redundância tanto de fonemas como de traços pertinentes. Para a comunicação, convém mais reter a diferenciação no início da sequência do que no fim, pois é comum ter uma forma mais fonemas que o necessário para a compreensão. Se digo *as balas*, preciso pronunciar bem a primeira oclusiva [azbálas] para não ficar *as palas* [aspálas], mas se digo [azbála] ou [azbálas] a mensagem não fica prejudicada. Há fenômenos que anulam os fonemas ou os redistribuem por economia sintagmática. A assimilação é uma tendência econômica, pois quase nunca compromete a distintividade. Por exemplo, em latim, as probabilidades de *affero* e *adfero* confundir-se com outras palavras são praticamente as mesmas. Daí *affero* e não *adfero*. Do mesmo modo, o português arcaico *arrãs* conserva o seu caráter de plural como o redundante *as rãs*.

Parece que há uma dificuldade ‘psicológica’ em pronunciar sequências de sons iguais (cf. anti-institutivo). Daí as dissimulações ou perda de um deles: *liliu-* > *lirio*.

As alofonias causam grupos estranhos ou irregularidades distribucionais. Daí a metátese, regularizadora da distribuição, evitando as combinações insólitas por serem pouco frequentes ou por não se ajustarem às tendências gerais de estruturação fônica dos morfemas. Ex:

genũcũlu- > *geolho* > *joelho* : e-o é menos estável que o-e (Cf. *coelho*, *poejo*, *poedeira*)

sibilare > *sivilare* > *sivlar* > *silvar*. — *vl* é raríssimo em português (Morais só registra *vlamíngia*, *vlaix* e *vlemê* — nomes técnicos)

tenebras > *teevras* > *trevas* — *tr* é mais freqüente que *vr*. Já no latim a seqüência *er* em posição final átona tinha freqüência reduzida. Em português, desapareceu completamente por metátese: *inter* > *entre*, *semper* > *sempre*. Só subsiste em palavras eruditas ou técnicas: *éter*, *vômer*, *masseter*. Palavras mais populares como *cadáver*, *caráter*, *lúcifer* são pronunciadas [kadávi/e, karáti/e, lusif_ε].

2.2 — As alterações sintagmáticas impulsionam a reestruturação paradigmática, embora o paradigma também exerça pressão (ação analógica — nivelamento) sobre suas unidades no sentido de integrá-las para o devido equilíbrio. Os paradigmas mais estáveis são os que combinam mais traços, tendo, portanto, menos casas vazias. Comparando as consoantes do latim clássico com as do latim vulgar, logo averiguamos que os fonemas oclusivos eram integrados e os constrictivos, não:

Latim clássico					Latim vulgar				
p	t	k	f	s	p	t	k	f	s
b	d	g	—	—	b	d	g	v	z

No latim vulgar, os alofones [v] e [z], de diversas procedências, integraram-se no sistema preenchendo as lacunas estruturais de /f/ e de /s/. A causa da integração está no bom rendimento funcional da oposição surda/sonora já no latim clássico. Ora, esses dez fonemas do l.v. continuaram no português arcaico e são os mesmos do português moderno.

Por outro lado, as oposições isoladas, de traços distintivos assimétricos, tendem a confundir os fonemas ou a perdê-los nalgumas posições. Ex.: l/r já se confundiam desde o l.v. (Cf. *A. Probi*, 125 — *terebra* non *telebra*; inscrições: *pelegrinus* por *peregrinos*; línguas românicas — esp. *árbol* < *arbore*). Em português, além da troca já antiga (cf. arc. *para-ua* e *palavra*) ainda se perde na final, pelo menos no Brasil — oposições como *finar*/*final* neutralizam-se realizando-se por $\emptyset$ ou por *r*: [areá-arear; finá-finar].

No português moderno, l/λ e n/ñ constituem pares assimétricos porque a margem de segurança (= limite de liberdade articulatória) entre a lateral e a apical 'normais' e as correspondentes palatais é reduzida, bem como não há uma lateral

nasal nem uma bilabial nasal palatal. Por isso, *n/ñ* rende pouco e *l/λ* tende dialetalmente a confundir-se fazendo desaparecer a oposição. Ex. Bahia — *l* — [*mul_ε*, *kul_ε*] Cf. [*ka-kul_ε*] = *com a colher* e *Caculé* (nome próprio); São Paulo — *j* — [*muj_ε*, *kuj_ε*].

Em suma, a modificação da estrutura fonológica é lenta, não indo além das necessidades e das possibilidades oferecidas pelo sistema.

3. *Método* — O método e a técnica serão os mesmos já propostos com as mesmas preocupações; só que o fonólogo deverá decidir-se pela fonologia da palavra ou da frase. Esta oferece dificuldade por causa do tipo de material com que contamos para estados mais antigos.

Trabalhando com textos escritos, dar-se-á especial atenção ao sistema ortográfico da língua. Frequentemente as escritas alfabéticas têm uma orientação fonológica, ou seja, não reproduzem todas as características fonéticas perceptíveis, mas apenas o que tem um valor na língua. Essa reprodução, porém, não é precisa e nem sempre há a correspondência ideal grafema ↔ fonema. A situação real é a de inadequação parcial entre os fonemas e sua representação gráfica por motivos como os seguintes:

1.º — Certos traços pertinentes não são representados senão parcialmente. Ex. O grau de abertura em português: *belo* /*ε*/, *café* /*ε*/, *vespa* /*e*/.

2.º — Os fonemas podem ser simbolizados por grafemas simples (um só sinal) ou complexos (mais de um sinal). É comum aparecerem os dois tipos numa mesma língua. Ex. Port.:

grafemas simples — *p*, *b* → fonemas /*p*/, /*b*/.

grafemas complexos — *ch*, *nh* → fonemas /*s*/, /*ñ*/.

3.º — Em relação aos fonemas, os grafemas podem ser: monovalentes (um grafema = um fonema) — *a*, *i* → → /*a*/, /*i*/.

polivalentes (um grafema = mais de um fonema) — *s* → /*s*/ e /*z*/; *x* → /*s*/, /*z*/, /*ks*/, /*s*/.

equivalentes (segundo o contexto, mais de um grafema para um só fonema) — O fonema /*s*/ pode ser representado por *s*, *ss*, *ç*.

4.º — Uma língua pode evoluir fonética e fonologicamente e conservar o mesmo sistema gráfico. Esta situação cria confusões porque os mesmos grafemas mudam quanto ao valor do som que representam. Ex. No português arcaico ç valia por /ts/, hoje, /s/; o x valia por /s/, hoje, /s/, /z/, /s/, /ks/ (5).

Apesar disso tudo, a grafia ainda serve de guia porque (i) quanto mais grafemas monovalentes tiver, mais próxima estará do sistema fonológico, (ii) às vezes os grafemas complexos representam regularmente um traço distintivo. Ex. — Em português *ch*, *lh*, *nh* são palatais em oposição a *c* (= *k*), *l* e *n*.

Ademais, o fonólogo servir-se-á da métrica e outras convenções artísticas baseadas na estrutura fonológica: rima, aliteração, acento, quantidade para distinguir traços relevantes irreconhecíveis ou apenas suspeitos por outros processos de identificação.

4. *Conceitos operacionais* — Além dos princípios gerais já arrolados, convém ao fonólogo historiador manejar alguns conceitos específicos que o ajudarão a explicar a natureza da evolução fonológica.

4.1 *Mutação* — Qualquer alteração fônica. É alofônica ou fonêmica. Como todo fonema se realiza concretamente por alofones e como toda mutação começa por ser fonética, resulta que tal mudança atinge primeiro os fones, isto é, os traços componentes dos fonemas. Ora, as alofonias dependem diretamente da distribuição — posição na palavra ou na sílaba, vizinhança (= contexto fônico). Por isso a mudança alofônica é condicionada ou combinatória. Somente quando mudam todos os fones de um fonema dir-se-á que a mutação não é condicionada. Por outro lado, quando o condicionamento contextual deixa de atuar, a realização fonética, tornando-se livre, pode transformar o alofone em fonema pela sua liberdade de distribuição. Nesta fase, então, advêm perturbações que provocam o reajuste. Ex. O fonema /g/ latino em certa época (século V?) realizava-se como velar antes de *a*, *o*, *u* e como palatal (= *z* — fricativa côncava) antes de *e*, *i*. O [j] assilábico também permitia essa realização quando pré-vocálico isolado ou precedido de *d* ou *g* — cf. *jam* > *já* [zá]), *djur-*

(5) No nosso caso particular ainda acresce a instabilidade da nossa grafia antiga, o que gera incoerências: uma mesma palavra aparece escrita de várias maneiras — *azinha*, *asinha*, *enzinha*, *aziha* (= depressa); *angio*, *ango*, (= anjo) etc.

nale > jornal [zorná]. Houve, portanto, confluência de duas variantes que se tornaram independentes do contexto e deram o fonema /z/ em português, onde aparece diante de qualquer vogal.

4.1.1 *Mutação alofônica* — Sob a ação do contexto os fonemas se cindem em alofones. Como há posições que favorecem a realização-tipo, é comum encontrarem-se fonemas residuais (= fonemas mais antigos) e vários tipos de fusão de que resultam oposições ou fonemas novos. Por exemplo, o /f/ do l.v. se bifurcou em [f] inicial — fatu- > fado — e em [v] intervocálico — profectu- > proveito; o /w/ assilábico pré-vocálico e o /b/ intervocálico também se realizavam como [v]). A cisão continuou; os três alofones [v] de /-f/, de /w/ e de /-b-/ se fundiram, mas /f/ permaneceu como residual. O resultado foi o aparecimento de mais uma oposição: f/v.

Dois fonemas ou um alofone e um fonema contíguos também podem fundir-se. Neste caso, podem aparecer ou não fonemas novos. Ex. De /n/ + [j] resultou fonema /ñ/ em português — vinea- > vinia > vinja > /víña/, mas /k/ + [j] que se assibila nos fins do século IV — facio > faço, brachiu- > braço — não dá um novo fonema porque o /s/ já existia.

4.1.2 *Mutação fonêmica* — Sob certas condições, perdem-se ou adquirem-se fonemas sem o intermediário das alofonias. Este tipo abrange a assimilação e a dissimilação, duas forças constantes e opostas da língua, ou seja, o nivelamento e a diferenciação.

Na verdade, esses dois fenômenos raramente contribuem para a aquisição ou perda de fonemas — somente ampliam ou restringem as possibilidades distribucionais deles.

A assimilação resulta da debilitação articulatória em certas posições — ipsu- > isso, somnu- > sono, persona- > pessoa — ou da extensão de propriedades fônicas de que provêm os chamados fonemas excrescentes, na palavra, não no sistema. Ex.

port. — umeru- > ombro — /b/

esp. — homine-, nomine- > hombre, nombre — /b/

Por representar economia articulatória, a assimilação está sempre presente — fonemas contíguos tendem a assimilar-se parcialmente:

port. — *rasgar* — sg — (sd-sn) > zg (sn-sn) — [*razgar*]; *pato* — tu (sd-sn) > tu (sd-sd) — [*patu*]

latim — *leg+s* > *legs* > *lex* (= *l_εks*); * *reg+s* > *rex*

Já a dissimilação busca a diferenciação e cerceia a ação identificadora da assimilação: *liliu-* > *lírio*, *genesta-* > *geesta* > *giesta*.

4.2 *Acomodação fonológica* — A mudança alofônica, o mais importante tipo de mutação, altera o equilíbrio do sistema, cuja força integradora contribui para tornar fonemas certos alofones ou abandoná-los ou ainda reorganizá-los. No primeiro caso diz-se que há fonologização; no segundo, desfonologização e, no terceiro, transfonologização.

As variantes [v] de /u/, [v] de /-f-/ e [v] de /-b-/ deram o fonema /v/ em português.

As geminadas do latim clássico se perderam na maioria das línguas românicas. Desfonologizaram-se os traços simples/geminada. Assim a geminação do português ou do francês, por exemplo, nada mais é do que variante contextual — port. os sapos [*ussapus*], fr. *hôte taciturne* = [*ttasity n*]. O mesmo aconteceu em todas elas com relação à quantidade, que desapareceu como traço pertinente embora as vogais se realizem como breves ou como longas — as tônicas são mais longas que as átonas. Nos pares opostos pela tonicidade (ex. *pâra/para*, *dê/de*, etc.), a quantidade (*pâra/pâra*, *dê/dê*) é automática e, portanto, não funcional.

As oclusivas surdas conservaram-se quando iniciais, sonorizaram-se quando intervocálicas e apocoparam-se quando finais. A oposição latina simples/geminada se restringia a intervocálica e, em quase todas as línguas românicas, as geminadas se simplificaram. Os fonemas /p-t-k/ continuaram, portanto, apenas se transfonologizaram, isto é, se reorganizaram.

4.3 *Reação em cadeia* — As alofonias muitas vezes são causadas pela influência de umas realizações sobre outras. Neste caso, fala-se de reação em cadeia, o que não altera as relações dos fonemas entre si. Ex. Na posição intervocálica,

as geminadas surdas ocuparam o lugar das simples, que se sonorizaram provocando a queda das sonoras. Há cadeia de tração ou de propulsão segundo a alteração de um fonema atraia ou propulsione a de outros.

4.4 *Campo de dispersão* — Todo fonema tem uma área de realização permitida até uma margem de segurança que impede sua confusão com as realizações de outro, pois se tal acontecer haverá disfunção fonológica. O limite impreciso entre as realizações de /l/ e /r/ em português perturbam a oposição entre os dois fonemas — Cf. falta/farta, mal/mar [farta, mar].

III — *Fonologia Diacrônica do Português*

1. *Introdução* — Ao estudar a história do sistema fonológico de nossa língua, tentaremos estabelecer estados de língua, descrevê-los e compará-los para averiguar como ou por que vias os atuais fonemas chegaram ao que são.

1.1 Limitaremos nosso estudo à fonologia da palavra e apoiar-nos-emos na autoridade de latinistas e romanistas bem como no testemunho dos gramáticos de diversas épocas, nos fatos correntes nas línguas do mesmo grupo e nos textos escritos, estes com as ressalvas já apontadas.

1.2 Procederemos a cortes sincrônicos para comparar quatro estados: latim clássico (l.cl.), latim vulgar (l.v.), português arcaico (port.arc.) e português moderno (port.mod.).

1.2.1 Não discutiremos os conceitos de l.cl. e de l.v. Conceberemos o l.cl. não como a língua das classes cultas propriamente, mas aquela língua disciplinada e fixada pela escrita nas obras dos escritores da época clássica da literatura latina cuja vigência os especialistas fixam entre 81 a.C. (1.º discurso de Cícero no Senado) a 14 d.C. (morte de Augusto). É o latim tal qual aparece nas obras de César, Cícero, Lucrécio, Catulo; Virgílio, Horácio, Títo Lívio e outros.

Entenderemos o l.v. como a língua coloquial, falada, espontânea, de disciplina gramatical limitada, concretizante e usada em todas as circunstâncias da interação social. Desta forma, sempre existiu, desde o aparecimento da língua latina. Houve uma época em que se contrapôs ao padrão literário e duas em que vigorava como o principal veículo de comunica-

ção. Para o latim antigo, da fase primitiva e pré-literária, a documentação é escassa — inscrições, fragmentos da lei das Doze Tábuas (450 a.C.), alguns discursos de Claudius Apius Caecus (censor em 312 a.C.). Durante o período literário, as duas coexistiam, mas a língua literária procurava conscientemente afastar-se do *sermo vulgaris*, *plebeius*, tido como abastardamento, corrupção da “verdadeira” língua. Com a decadência política sobrevém a decadência da literatura. Depois da época de Augusto, a língua literária vai se tornando cada vez mais artificial e esclerosada, não só porque os escritores provinham dos mais diversos pontos do vasto império romano, mas também porque seus modelos iam perdendo a atualidade. É a época do latim vulgar propriamente dito que, sem o elemento policiador e conservador da escrita (= língua literária) e à mercê de fatores diferenciais diversos segue, sem freio, sua deriva em direção às línguas românicas. Por isso se diz que elas são herdeiras diretas do latim vulgar.

Para separação entre português arcaico e português moderno decidimos pelo século XVI não só por causa da fixação da língua literária pelo modelo camoniano como também pela influência do Renascimento, que teria seus reflexos na língua falada, através da ação dos pedagogos e da difusão gradual da escrita.

1.2.2 Os limites cronológicos adotados serão:

Para o l.cl. — época de ouro da literatura latina (81 a.C. — 14 d.C.).

Para o l.v. — até o século VI d.C. mais ou menos (6).

Para o port. arc. — do aparecimento dos primeiros documentos escritos (fins do século XII) até o começo do século XVI. No final deste século, o português já era, na essência, o que é hoje (7).

2. *Vocalismo.*

2.1 Primeiro estado — Latim clássico.

-
- (6) Para Grandgent (*Introducción al latín vulgar*, Madrid, Publicaciones de la Revista de Filología Española, 2.^a ed. fotográfica, 1952, p. 21), o latim vulgar vai de 200 a.C. a 600 d.C. mais ou menos.
- (7) Cf. Williams, E. B. — *Do Latim ao Português*, Rio, Instituto Nacional do Livro, 1961, p. 27.

2.1.1 O sistema vocálico do l.cl. compunha-se de cinco fonemas segmentais:

	Anteriores	Central	Posteriores
Altas	i	—	u
Baixas	e	a	o

Pelo quadro acima, vê-se que os traços pertinentes eram anteriores/posteriores, anteriores, posteriores/central, altas/baixas.

2.1.1.1 Comparado com as línguas românicas, este sistema relativamente simples, apresentava duas particularidades importantes — a inexistência de nasais e a relevância da quantidade (— / : traços supra-segmentais) que dobra o número de fonemas. Se a quantidade resulta da distribuição (longa ou breve por posição) ou da natureza da vogal não interessa para o fonólogo, pois o que conta são as propriedades distintivas da quantidade, pelas quais se opõem vogais longas a breves. Logo, *ā/ǣ, ē/ě, ī/ǐ, ō/ǫ, ū/ǔ*. Ex.

<i>lātus</i> (adj. largo)	/ <i>lātus</i> (subst. flanko, lado)
<i>frētus</i> (adj. apoiado)	/ <i>frētus</i> (= <i>fretum</i> , i — braço de mar)
<i>pīlus</i> (pelotão de soldados)	/ <i>pīlus</i> (pelo, cabelo)
<i>mōror</i> (v. — deliro)	/ <i>mōror</i> (v. — moro)
<i>lūtō</i> (v. — pago)	/ <i>lūtō</i> (v. — construo com barro)

Foneticamente as vogais breves eram mais baixas (= mais abertas) do que as longas correspondentes, exceto, é claro, o *a* (igual ao nosso *a* de cá [ka]). Assim, *ē* = *e*, *ě* = *ε*, *ō* = *o*, *ǫ* = .

Os tipos foneticamente baixos, [*ε*] e [], sendo condicionados pela quantidade, não tinham valor fonológico e, por isso, apresentamos *e* e *o* (foneticamente médios) como as baixas opostas às altas.

2.1.1.2 Relaciona-se com os fonemas vocálicos o problema do acento, que existia sem dúvida e incidia sobre uma das três últimas sílabas da palavra. Se era intensivo ou melódico,

é assunto controvertido e muito debatido (8). Não nos cabe aqui discutir a matéria — apenas reteremos que a acento condicionava a realização dos fonemas vocálicos, principalmente no tocante à quantidade: (i) a oposição entre longas e breves era mais nítida nas vogais acentuadas do que nas não acentuadas; (ii) sob o acento, os fonemas se realizam plenamente; a não acentuação favorece as alofonias — alteração de timbre, síncope, mudança de quantidade etc.

2.1.1.3 Quanto à distribuição, as vogais latinas constituíam núcleos silábicos e ocorriam em qualquer posição na palavra — inicial, medial e final. Os fonemas /i/ e /u/ realizavam-se como [j] e [w], isto é, como semivogais, assilábicos pós-vocálicos [ex.: *laicus* (leigo), *aurum* (ouro)]. Em posição pré-vocálica absoluta eram semiconsoantes (cf.: *iam* (já), *uiuus* (vivo)]. Logo, eram variantes combinatórias assilábicas, que possibilitavam os encontros vocálicos (ditongos) *ei*, *ai*, *oi*, *eu*, *au*, *ou*, *ui*, dos quais apenas dois lograram êxito porque *ei* > *ī* (séc. II a.C.); *ai* > *ae* e *oi* > *oe* (séc. III a.C.); *eu* > *ou* > *ū* (fim do séc. III a.C.) (9). Destes, eram comuns *ae* e *au*; *oe* > *ō* > *ū*, conservando-se em algumas palavras apenas (*poena*, *foedus*) e em helenismos; *ui*, raríssimo. Os gramáticos frisam que nestes encontros as duas articulações vocálicas eram ouvidas. Os ditongos eram, então, difonemáticos.

A seqüência de duas vogais iguais em hiato — cf. *Daas* (daas — povo da Cítia), *bee* (balido — onomatopéia), *īī* (fui), *coortus* (nascimento), *tuus* (teu) era excepcional a julgar pela sua evolução: tendem a contrair-se numa vogal longa. Ex.

la(v)atrīna > lātrīna (sala de banho, latrina)

(8) E. Faria (*Fonética Histórica do Latim*, Rio, L. Acadêmica, 1955, p. 119) acha que era intensivo e secundariamente musical; S. Silva Neto (*História da Língua Portuguesa*, Rio, Livros de Portugal, 1962, p. 163) diz que era primitivamente musical, passando depois a intensivo; para Niedermann (*Précis de phonétique historique du latin*, Paris, L. Klincksieck, 1953, p. 11) era musical desde o início da época literária até a época imperial (27 a.C. — 476 d.C.) passando a intensivo no latim vulgar; segundo Grandgent (o.c., p. 104) era provavelmente de intensidade desde o princípio; Maurer Jr. (*Gramática do Latim Vulgar*, Rio, L. Acadêmica, 1959, p. 65) sustenta que era musical no latim clássico e intensivo no latim vulgar.

(9) Cf. Niedermann, o.c., p. 58, 67.

- * ne + (h) emō (forma antiga de homo) > nēmo (ninguém)
- * dī(u)itis (gen. sing. de diues — rico) > dītis
- * co-opia (abundância; cp. in-opia, indigência) > cōpia
- * iuunios (comp. de iuvenis — jovem) > iūnior (10)

2.2 Segundo estado — Latim vulgar.

2.2.1 O l.v. apresenta essencialmente dois sistemas vocálicos por causa do acento, agora intensivo (11).

	Posição tônica			Posição átona		
	Ant.	Central	Post.	Ant.	Central	Post.
Altas	i	—	u	i	—	u
Médias	e	—	o	e	—	o
Baixas	ε	a	ɔ	—	a	—
			7			5

2.2.1.1 Em relação ao l.cl., o aproveitamento de traços dos fonemas segmentais conservou-se na posição átona, mas, na tônica, apareceram mais dois fonemas (/ε/, / /), que vieram alterar as relações paradigmáticas: em vez da oposição alta/baixa, deveremos agora considerar alta / baixa / média.

Também não é o mesmo o número de fonemas — dez no latim clássico, sete e cinco no latim vulgar nas posições tônica e átona respectivamente. Houve, portanto, novo jogo de traços.

A perda do valor distintivo da quantidade (12) (e não perda da quantidade — até hoje as línguas românicas têm

(10) Cf. Niedermann, *o.c.*, p. 77/78. Apresenta vários exemplos de contrações nos textos, em formas que os dicionários registram como seqüências.

(11) Cf. nota 8.

(12) Segundo Grandgent (*o.c.*, p. 123), durante o Império. Por volta do século III ou IV, em sílabas inacentuadas, mas a confusão já data do século II. S. S. Neto (*o.c.*, p. 175), depois de ponderar que é relativa toda cronologia de fatos da língua, fixa o século III como marco da perda da oposição quantitativa, que se estendeu a toda a România. Esse desaparecimento, que possivelmente começou nas populações alo-glolas, já estava compreendido na deriva indo-européia, como se pode deduzir da perda do ritmo quantitativo do grego e de outras línguas.

longas e breves de um ponto de vista puramente fonético) fonologizou [ɛ] e []. Assim:

No l.cl. a quantidade condicionava o timbre (= grau de abertura) das vogais: as longas eram mais fechadas e as breves mais abertas, fenômeno facilmente compreensível, pois os timbres fechados são tanto mais audíveis quanto mais longos. No séc. I essas distinções de timbre já eram bem nítidas. O desenvolvimento (?) do acento intensivo veio condicionar a quantidade, porque, como vimos, a oposição longa/breve era plena sob o acento. Este fator, somado à isocronia (cf. $\tilde{a}/\tilde{a} > \text{l.v. } a$), contribuiu para a sua desvalorização. Em compensação, o timbre, antes automático, tornou fonemas alofones como [ɛ] e [] porque foi valorizado pelo acento intensivo. Desta forma, remanejou-se o sistema:

$\tilde{a} / \tilde{a} > a$

$\tilde{e} / \tilde{e} > e, \varepsilon$

$\tilde{i} / \tilde{i} > i, e \text{ (séc. III)}$

$\tilde{o} / \tilde{o} > o,$

$\tilde{u} / \tilde{u} > u, o \text{ (séc. IV)}$

A tendência ao equilíbrio provoca a eliminação de traços redundantes: [ɛ] e [] se fonemizaram; $\tilde{a}$ e $\tilde{a}$ se igualaram por isocronia; $e (< \tilde{e})$ e $e (< \tilde{i})$ bem como $o (< \tilde{o})$ e $o (< \tilde{u})$ se fundiram. Daí os sete fonemas na posição tônica. A perda de /o, ε/e é inferida pela observação do estado atual das línguas românicas.

2.2.1.2 O acento intensivo deu ao l.v. um ritmo binário mais ou menos regular de alternância entre tônicas e átonas como se observa não só pelas mudanças fonéticas mas também por versos semipopulares do latim tardio.

2.2.1.3 Como no l.cl., as vogais vulgares constituíam núcleo silábico e apareciam em qualquer posição na palavra — inicial, medial e final — com algumas restrições de ocorrência relacionadas com a posição do acento.

Sendo tônicas, as sete apareciam na inicial e na medial — $a, \varepsilon, e, i, , o, u$ (cf. $\text{ego} > \text{l.v. } eo$ [ɛo], socra []).

Sendo átonas, reduziram-se a cinco tanto pretônicas como pos-tônicas, estas tendendo à síncope quando não finais. Ex. A. Probi: 4 — masculum non masclum, 53 — calida non calda (13).

Como o acento regula o grau de abertura, sucede que as vogais átonas tendem a fechar-se, subindo um grau — as baixas passam a médias (ϵ , $> e$, o) e as médias, a altas (e , $o > i$, u). Isto explica o desaparecimento de $[\epsilon]$ e $[\]$ e a instabilidade entre $e-i$ e $o-u$ átonos em qualquer posição. Os textos revelam confusão entre estes tipos. Ex.

A. Probi: 187 — robigo non rubigo, 203 — sirena non serena, 131 — puella non poella.

As finais *es-is* e *os-us* se trocam mutuamente. No A. Probi, de 100 a 109, há correções de *-is* para *-es* — tipo *apes non apis*. São encontráveis grafias como *anus*, *filius* por *annos*, *filios*. Os gramáticos atestam *quase*, *sibe* por *quasi*, *sibi*; *mihi*, *tibi* e *mihe*, *tibe*.

Apesar de perderem sua nitidez, as cinco átonas conservaram-se. Neste ponto concordam Maurer e Grandgent, aduzindo o primeiro que a redução a três finais (*a*, *e*, *o*) foi tardia e limitada à România Ocidental.

Dos ditongos, *ae* e *oe* reduziram-se a ϵ e e respectivamente; *au* conservou-se tendendo dialetalmente para *o*. As vogais contíguas em hiato, sendo iguais, continuaram a tendência clássica da contração — ex. *prehendere > prêndere*, *nihil > nil* (inscr. — Roma), *cohortem > côrte*, *mortuus > mortus*. Sendo diferentes, variavam muito. Não era rara a redução do grau de abertura da primeira com conseqüente inflecção da consoante contígua ou a simples queda. Cf.:

*battuere > * batt^were > * battere > port. bater, esp. batir, fr. battre, it. battere*

vinea > vinia > vinja > port. vinha, esp. viña, fr. vigne, it. vigna

2.3 Terceiro estado — Português arcaico.

(13) Dos exemplos aduzidos alguns foram tomados emprestados aos manuais citados. Na sua maioria foram colhidos em Diaz y Diaz, M. C. — *Antología del Latín vulgar*, 2.^a ed., Ed. Gredos, 1962.

2.3.1 A observação dos textos e o testemunho dos gramáticos (14) nos permitem reconstruir o seguinte quadro de fonemas vocálicos para o português antigo:

	Posição tônica						Posição átona					
	Ant.		Centrais		Post.		Ant.		Centrais		Post.	
	O	N	O	N	O	N	O	N	O	N	O	N
Altas	i	ĩ	—	—	u	ũ	i	ĩ	—	—	u	ũ
Médias	e	e	—	—	o	õ	e	e	—	—	o	õ
			ɐ	ɐ	ɔ				ɐ	ɐ		
Baixas	ɛ	—	a			—	—	—	—	—	—	—

8 orais, 5 nasais

5 orais, 5 nasais

2.3.1.1 Comparado com o latim vulgar, o sistema é basicamente o mesmo, com acréscimo de um fonema / / e do traço nasalidade nas posições átona e tônica, que, valorizando o traço oralidade (antes irrelevante) alterou as relações do fonema no sistema.

É difícil explicar o aparecimento do / /. Helmut Lütcke (15), descrevendo o vocalismo do português moderno lisboeta, diz que o português apresenta as mesmas condições do l.cl., onde o acento está ligado à distinção entre sílabas longas e breves. De fato, o acento condiciona a quantidade, que é automática e não distintiva, mas, na sua opinião, o português caminha na predominância do acento para a quantidade. Por isso nega o valor distintivo da posição do acento: enquanto em espanhol tem-se *hablo/habló/áblo~abló/*, em português tem-se *fálu/f ló (áti/atɛ)* por causa da redução das vogais. Assim, a distinção a/ seria, em princípio, quantitativa — cf. port. mod. lisboeta — *pára/p ra* — a/ ou *ã/ã*, com posteriorização automática da vogal.

(14) Para os textos antigos, servimo-nos das antologias de J. J. Nunes (*Cresomatia arcaica*, 4.^a ed., Lisboa, Livr. Clássica Edit., 1953) e J. Leite de Vasconcelos (*Textos arcaicos*, 4.^a ed., Lisboa, Livr. Clássica Edit., 1959). O levantamento dos fonemas foi deduzido das descrições fonéticas e mesmo de oposições e comutações já sugeridas por Fernão de Oliveira em sua *Grammatica* (texto da 1.^a ed. — 1536 — reproduzido em O. G. da Silveira — *A "Grammatica" de Fernão d'Oliveira* — Rio, 1954) e Duarte Nunes de Leão (*Origem e Orthographia da Lingoa Portuguesa* — Nova edição correcta e emendada conforme a de 1784 — Lisboa, Typographia do Panorama, 1864 (1.^a ed. da *Orthographia* — 1576)).

(15) Fonemática Portuguesa, II — Vocalismo. In: Boletim de Filologia, tomo XIV, Fasc. 3 e 4, Lisboa, 1953.

Fernão de Oliveira fala em *a* grande [a] e *a* pequeno [] sob a ação da quantidade: “mudar hũa quantidade de vogal grande a pequena... desfaz muito no sinificado da lingua...” (16). Para ele, a diferença entre /a/ e / / está em que a primeira “traz mais espírito” (= mais sopro, mais duração).

Hart (17) também coloca a/ no sistema fonológico do português do século XVI.

Não encontramos nenhuma referência indireta à fonologização das nasais, mas os textos nos mostram pares opostos pela nasalidade:

ca (= porque)	/	cã (adv. de intensidade)
e (= e)	/	e (= em)
vi (= vi)	/	vi in (= vim)
doo (= choro)	/	dõ (= dom)
hu (= onde)	/	hũu (= um)

Partindo da informação de Grandgent (18) de que, no l.v., a vogal precedente a *m* e *n* devia ser levemente anasalada, não é difícil inferir que nossas nasais se tornaram independentes do contexto fônico (e, portanto, fonemas) com a queda do —n— ocorrida durante o século X, segundo Williams (19). A valorização da nasalidade se deve ao fato de que nem sempre ela desaparece após a síncope do —n—: cf. arena— > area > area > areia, mas fine— > fie > fii > fi. Foi ajudada por processos assimilatórios de consoantes nasais contíguas a vogais orais: Cf. mea— > mĩa, mihi > mi > mĩ, nec > ne > ne (20).

A expansão do traço nasalidade alterou o número de fonemas em relação ao l.v.: elevou-se para treze na posição tônica, isto é, continuaram os sete orais com acréscimo de mais um e cinco nasais (21).

(16) Cf. *o.c.*, cap. XX.

(17) Cf. Hart Jr. T.R. — *Notes on Sixteenth-Century Portuguese Pronunciation*, In: *Word*, Vol. II, 1955 — p. 404/405.

(18) Cf. *o.c.*, p. 193.

(19) Cf. *o.c.*, p. 108.

(20) Mesmo para o português antigo é necessário distinguir fonema nasal e alofone nasal. Os textos às vezes marcam esses alofones: *enos* e *enos* (= nos, isto é, en + os).

(21) Havia cinco nasais porque articulatoriamente a nasalidade se combina mal com vogais muito baixas, no caso a, por causa do grau máximo de abertura do canal bucal.

2.3.1.2 Sob a ação do acento, os treze fonemas arrolados se realizavam em qualquer posição na palavra. Quando átonos, continua a tendência para a redução aos tipos mais fechados. Assim:

1.º — Como no l.v. *e/ε* e *o/* ficaram prejudicados.

2.º — Dos cinco pretônicos — *a, e, i, o, u* —, *e/i* e *o/u* se confundiam como atestam as indecisões gráficas (22). Fernão de Oliveira informa que “*antre u e o pequeno ha tanta vezinhança q quasi nos confundimos dizendo hūs somir e outros sumir; e dormir ou durmir...*” (23). Logo, os alofones eram:

$/a/ \rightarrow [æ] \text{ e } \begin{matrix} [e] \\ [i] \end{matrix} \quad /o/ \begin{matrix} [o] \\ [u] \end{matrix}$

3.º — Com os postônicos finais, a redução era a mesma:

a → como até hoje em Portugal (24)

o → *u* — já no século XII (25)

e → *i* — segundo nos informam os dados da geografia dialetal (26)

Os textos não nos oferecem nenhuma evidência além da absoluta predominância de *e* e *o* finais átonos seguidos ou não de *s*, o que atesta o caráter fonológico da ortografia. Algumas vacilações, entretanto, nos mostram a tendência da pronúncia *[i]* e *[u]* para */e/* e */o/* finais:

— lhy, lhis, lhe —	} e — i
— fez-mi, escondi-me	
— Anriquiz	
— spiritu [sanctu] (latinismo gráfico?)	} o — u
— friu	
— so, su (= sob)	
— amigo, amigu' (numa mesma poesia) (27)	

(22) Cf. século XII/XIV — outurgado,, cuberta, fuguera; outorgar, soportar, sospiro; sirvir, milhor, aligria; fegura, omeziado, tresteza.

(23) Cf. o.c., pág. 52.

(24) João de Barros sempre transcreve *a* átono final por seu *a pequeno*. (Apud Hart, o.c., pág. 408).

(25) Cf. Williams, o.c., pág. 61.

(26) Cf. Hart, o.c., pág. 408 (Algarve, Madeira, Ilha de Faial (Acores), grande parte do Brasil).

(27) Cf. Nunes, o.c., pág. 294. O exemplo *amigu* talvez não seja muito bom porque vem com apóstrofo e pode ser forma apocopada de *amiguo* (Cp: loguo por logo).

Em resumo, na posição postônica final apareciam os cinco fonemas átonos a-e-i-o-u com tendência para as alofonias $i < e$ e $u < o$.

As nasais pretônicas eram mais firmes do que as postônicas finais. Estas eram raras (28) a não ser em formas verbais — leixaram /ã/, trage /e/ (= trazem), enterrarão /õ/ (= enterraram). Mesmo assim não aparecem /ĩ/ e /ũ/, que são escassíssimas até hoje (cf. *interim*, *álbum*).

Os ditongos eram vários, resultado das alterações fonéticas: $ou < au$ e ai , ei , eu , ii , au , oa , oi — $ãa$, ee , $õe$, $õo$, $ũu$ etc., mas não apresentam problema fonológico porque eram difonemáticos já no latim clássico.

A repulsa às nasais átonas finais fez criarem-se ditongos nasais para realizar fonemas nasais. Logo, /ã/ → [ãw] — aviã [aviãw]; /e/ → [ej] — veen [véej]; /õ/ → [ãw] — falarom [f lárãw].

Duarte Nunes de Leão arrola ditongos como $ãa$, ee , ii , $õo$, $ũu$ e tal nos leva a crer que também as nasais tônicas finais se realizavam por meio de ditongos — $lãa$, bee , fii , $bõo$, $hũu$ (29) — a não ser que ele estivesse pensando apenas na grafia. Mas o português moderno também tem poucas nasais finais, tônicas ou átonas. (ver p. 271)

Quanto à sequência de vogais iguais, que se contraíam desde o latim clássico, a situação é um pouco complicada. A ortografia antiga registra:

1.º — Vogais dobradas por causas etimológicas: *paação* (< *palatianu*—), *braadar* (< *balatrare*); *creer* (< *credere*), *fee* (< *fide*—); *çidade* (< *civitate*—), *hii* (< *ite* — imperativo de *ire*); *doo* (< *dolu*—), *poboo* (< *populu*—); (h) *ũu* (< *unu*—), *nuu* (< *nu*du—).

2.º — Vogais dobradas para indicar nasalação: *mãoo*s, *peensam*, *lioões*.

3.º — No século XV e particularmente no XVI, *aa*, *ee*, *oo* representam as vogais baixas [a, ε,]: *ataa*, *aalem*, *haa* (= *ah*!); *galee*, *obedece*; *oo* (= *oh*!), *ilho*.

(28) Só documentamos *e* — *homes*, *liñage*.

(29) Cf. *o.c.*, pág. 138.

Mas José Pedro Machado (30) documenta *cidade, fe, hũ, mercê* (sic) no século XIII; *bradar, crer, dó* no séc. XIV; *bento, nu* no séc. XV. Encontramos *esquecer, imygo* (séc. XV), *cabydo* (< capitulu—) num texto de 1501 e *paço, ser, bento, gado, até* em Gil Vicente. Todas essas formas se alternam com as de vogais dobradas. A representação da nasalidade e das vogais baixas por letras dobradas oscila: Séc. XV/XVI — dante, desemparo; ceos (e ceeos), quaes (e quaaes).

Duarte Nunes de Leão, falando das letras dobradas, acen-tua que há razão para se dobrarem “*ainda que nem toda orelha sinta a diferença*” (31) (grifamos).

Concluindo, a tendência à redução continuou, generali-zando-se no final do século XVI (32).

2.. Quarto estado — Português moderno.

2.4.1 O português moderno apresenta dois sistemas vo-cálicos fundamentais por causa da importância do acento: há treze fonemas em posição tônica e dez na átona:

	Tônicas					
	Anteriores		Centrais		Posteriores	
	O	N	O	N	O	N
Altas	i	ĩ	—	—	u	ũ
Médias	e	e	—	—	o	õ
			ɐ	ɐ		
Baixas	ɛ	—	a	—	ɔ	—

(30) Cf. José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 1.^a ed., Lisboa, Ed. Confluência, [1956].

(31) Cf. *o.c.*, pág. 158.

(32) Nas cem primeiras linhas do texto da gramática de Fernão de Oliveira (1536) todas as ocorrências são de vogais contratas — *merce, ser, ci-dade, como*. A nasalidade é representada por til, m ou n (hu, hum, estender) e apenas uma vez por reduplicação (comuu); a tônica não é indicada. (Cf. fotocópia das três primeiras páginas apensada por O. G. Silveira — ver nota 14).

Átonas

	Anteriores		Centrais		Posteriores	
	O	N	O	N	O	N
Altas	i	ĩ	—	—	u	ũ
Médias	e	e	—	—	o	õ
			ɐ	ɐ		
Baixas	—	—	—	—	—	—

Este quadro se baseia na descrição do português culto do Rio feita por Matoso Câmara (33) e na de Helmut Lütke, que descreveu a pronúncia culta no centro de Portugal (33). Como Lütke, preferimos considerar o traço *nasalidade* para as vogais em vez de postular vogal oral + arquifonema nasal como quer Matoso Câmara que, reduzindo os fonemas vocálicos, complica a descrição da estrutura silábica. Por outro lado, estamos com Matoso Câmara quando diz que em português brasileiro há sete vogais orais em posição tônica — a, ε, e, i, , o, u — e não oito como no português lisboeta, pois nos falta o contraste *a* (anteriorizada, baixa) e (posteriorizada, quase média).

Os traços pertinentes advêm do jogo das cavidades (anterior/posterior ou central/anterior-posterior), da movimentação vertical da língua (altas/médias/baixas) ou da ação das fossas nasais (orais/nasais). A valorização desses traços, porém, depende do acento, da posição da vogal da palavra e da incompatibilidade combinatória de certos traços, como, por exemplo, o fato de o português não combinar vogais baixas com nasalidade, donde a não existência de ε, ã, , reduzindo para cinco o número de fonemas nasais.

Comparando-se com o português arcaico, o sistema é o mesmo, com o mesmo número de fonemas e a mesma combinação de traços. Apenas o português brasileiro perdeu a oposição a/ , por ser este último [] condicionado pelo contexto fônico — só ocorre quando tônico antes de /m/ ou /n/ — cf. [ãd mus, kãt mus, d nu].

2.4.2 A posição-chave é a tônica sob a qual os sete/oito fonemas orais e os cinco nasais se realizam plenamente

em qualquer posição na palavra. A posição átona possibilita as neutralizações e as variantes. Aqui devemos distinguir os pretônicos, os postônicos dos proparoxítonos e os postônicos finais. Na pretônica não se realizam as oposições *o/* e *e/ε*. Logo, cinco fonemas — *a, e, i, o, u*: *sapato, cebola, sineta, coberta, urubu*. No Brasil *e-i* e *o-u* constituem variantes livres: *querido* [kerídu, kirídu], *menino* [menínu, minínu], *cobrir* [kobrír, kubrír]. A realização [u] do fonema /o/ pretônico parece ser mais comum do que a realização [i] do fonema /e/. Em São Paulo, é regular a pronúncia [e] em palavras como *Teresa, cerveja, beleza, Helena, receber* [teréza, servéza, beléza, eléna, resebé]. O /a/ se realiza comumente como [] em Portugal.

Neste ponto, o sistema bem como os principais tipos de variantes continuam o português arcaico e a grafia continua incoerente como a antiga. Cp:

Grafia antiga	Grafia atual
cuberta — costume	coberta, costume — umedecer
sirvir — mericimento	servir, merecimento — sumir, bolir
molher — soportar	mulher, suportar
fezesse — correger	fizesse, corrigir

As vogais penúltimas átonas dos proparoxítonos também se reduzem a cinco — *a, e, i, o, u*. Matoso Câmara (34) exclui o fonema /o/ aduzindo que no registro informal do dialeto carioca, as oposições /o/ /u/ e /e/ /i/ ficam prejudicadas (35). Então o quadro do registro distenso deveria ser de três vogais, ou, então, se fica prejudicada, não desaparece de todo. Ora, os proparoxítonos têm realização normal num registro mais ou menos tenso, onde aparece mais comumente /o/ (/u/ é raro). Cf. *fósforo, déspota, diástole, diálogo, óbolo, mármore* [f sforu, dɛspota, diástoli, diálogo, bulu(?), mármori]. Em São Paulo, pelo menos, os proparoxítonos não ocorrem ou são escassíssimos no nível espontâneo e popular, quando desaparece justamente a penúltima vogal átona qualquer que ela seja — *fósforo, túmulo, música, chácara, número, óculo(s)* [f sfru, túmlu, múzga, sákra, númru, klu].

As cinco vogais nasais aparecem comumente nas posições até aqui descritas com as mesmas possibilidades alofônicas. Do ponto de vista fonético, a posição mais restritiva é a final, onde aparecem os três tipos mais diferenciados *a* — *i* — *u* e , *ĩ*, *ũ*. As nasais /e/ e /õ/, mesmo tônicas, realizam-se automaticamente como [ej] e [õw] — Cf. /tâbe/ → [tâbej], /bõ/ → [bãw]. Como átonas, são muito instáveis, desaparecendo na fala espontânea. Ex: órfã, gérmem, órgão [rfa, zεrmi, rgu]. É uma tendência já antiga na língua. Cf. franganu- > frângão > frango; pectine- > pentem (arc.) > pente; homine - > home (arc.) > homem [mej, mi (pop.)]

Na sílaba, as vogais são nucleares, função já definida no próprio latim clássico. As duas únicas assilábicas são /i/ e /u/ que, então, se realizam sempre como semi-vogais [j.w.] tanto no aclave — [kwál] — como no declive da sílaba — [páj] —, formadoras dos encontros vocálicos e são, portanto, variantes posicionais de /i/ e de /u/, uma vez que são condicionadas pelo contexto fônico (posição na sílaba).

Continuando estados anteriores, o português moderno não tolera a sequência de vogais idênticas — redu-las quando átonas (ex: — coordenar, cooperar, caatinga — [kordenár, koperár, katíga]) ou altera-lhes o timbre quando uma delas é tônica (ex: vôo, perdão [vow, perdow]). É fácil perceber o caráter erudito ou técnico de palavras como *caaba*, *geena*, *oonina*, *biiodeto*.

3. — Conclusões parciais

3.1. — Apesar da variedade de realizações fonéticas, o sistema vocálico é bastante estável do latim vulgar ao português moderno. Cf. — Na posição tônica continuam os sete fonemas. Na verdade, o que houve de mais importante foi a reorganização do sistema e remanejamento de traços pertinentes.

3.2. — Os fonemas novos — , ε, e os cinco nasais — estavam contidos nas possibilidades combinatórias e alofônicas da língua.

3.3. — A influência do acento contribuiu para a cisão do sistema de dez vogais do latim clássico em dois subsistemas de sete e cinco vogais do latim vulgar ao português moderno.

3.4. — O número de fonemas também não se alterou muito:

L.cl. — dez fonemas

L.v. — doze fonemas — sete tônicos e cinco átonos.

Port.arc. — treze fonemas — oito tônicos orais e cinco tônicos nasais.

Brasil — doze fonemas — sete tônicos orais e cinco tônicos nasais.

A perda da quantidade foi compensada pela valorização da nasalidade.

3.5. — Também as alofonias mais comuns — a > , e, o > i, u — bem como os acidentes na cadeia falada continuam tendências já definidas no latim clássico ou no latim vulgar.

(continua)

Araraquara, 1972.

HINDUÍSMO, LINGÜÍSTICA E SEMIOLOGIA

Izidoro Blikstein

Foi o Professor Teodoro Henrique Maurer que despertou em mim o interesse pelo sânscrito e é sempre gratificante lembrar-me de suas aulas de Glotologia Clássica — ainda no tão humano prédio da Faculdade, lá na rua Maria Antônia —, quando, com o equilíbrio e segurança habituais, abriu-nos os horizontes do vasto mundo indo-europeu. Recordo-me bem dos primeiros exemplos da lei das “três testemunhas”, fundamental para a reconstrução histórico-comparativa: com o latim *equus*, o grego *íppos* e o sânscrito *áçvas*, montava-nos o “tripé” da gramática comparada das línguas indo-européias e nos conduzia às raízes primitivas do indo-europeu. Mais tarde, teria oportunidade de introduzir-me na cultura hindu, ao acompanhar, durante quatro anos, os cursos de Lingüística Indo-Européia e Sânscrito, ministrados pelos professores M^{me} C. Caillat e M. Ch. Malamound na Universidade de Lyon, França.

Ao oferecer este pequeno artigo à coletânea em homenagem ao nosso caro Professor Maurer — muito feliz e oportuna idéia da revista ALFA — tive por objetivo arrolar e comentar, à luz da lingüística e semiologia, algumas das especulações típicas do pensamento hindu.

- 1 — “Ao que se saiba, a ciência lingüística foi fundada, em seus princípios ainda em vigor atualmente, por um hindu, de nome Panini, há muitos séculos antes de nossa era.”(1)

Com tal declaração, o lingüista americano Benjamin Lee Whorf elegeu Pānini precursor dos métodos estruturalistas da lingüística contemporânea, chegando até a relegar a um segundo plano a contribuição da cultura grega:

(1) B. L. Whorf — *Linguistique et Anthropologie* — Paris, Ed. Denoël, p. 154.

“Os gregos rebaixaram o nível dessa ciência. Mostraram-se inferiores aos hindus enquanto pensadores científicos e as conseqüências de suas confusões fizeram-se sentir durante vinte séculos.” (2)

A dureza do julgamento de Whorf em relação aos gregos tem certamente um caráter polêmico e, antes de tomá-la ao pé da letra, vale a pena considerarmos o motivo de sua exaltação do pensamento lingüístico hindu: é que Pānini considerava a linguagem de modo altamente algébrico, através de surpreendente simbolização estrutural, com fórmulas para a expressão das estruturas obrigatórias do sânscrito. Ora, pois é justamente essa descrição “algébrica” que marcará a linha de trabalho fundamental da lingüística americana. L. Bloomfield e, mais tarde, N. Chomsky divisaram muito bem o papel de Pānini. Bloomfield, bem antes de Whorf, assinala que a gramática de Pānini, datada entre 350 e 250 a.C., é “one of the greatest monuments of human intelligence”, descrevendo, com a maior minúcia possível, todas as flexões, derivações, composições e empregos sintáticos do sânscrito (3). E para Chomsky, a gramática de Pānini já é uma gramática “gerativa”, no sentido atual do termo, pois formula regras que permitem a compreensão de todas as frases possíveis da língua (4).

2 — A contraparte desse entusiasmo pela Índia está na queixosa reivindicação de Prabhatchandra Chakravarti, em sua alentada obra sobre as reflexões lingüísticas dos hindus:

“Mas, enquanto ouvimos tanto acerca dos gregos e outros investigadores da linguagem, no Ocidente, aos quais se atribui “a preparação do nascimento da ciência lingüística”, é realmente lamentável que uma escassa informação tenha sido fornecida sobre os antigos pensadores hindus, cujas observações acerca da ciência da linguagem, apesar de confinadas à restrita área de uma única língua, têm ainda um real valor.” (5)

A Índia só ficou em evidência, de fato, no século XIX, quando o sânscrito se tornou peça básica para o método histórico-comparativo e a reconstrução do indo-europeu, mas ainda não houve, por parte dos estudiosos ocidentais, um levantamento exaustivo e ordenado das idéias lingüísticas dos hindus.

(2) idem, ib.

(3) L. Bloomfield — *Language* — N. Iorque, Holt, Rinehart, Winston, 1962, p. 11.

(4) N. Chomsky — *Aspects of the theory of syntax* — M.I.T., 1965, p. 3.

(5) P. Chakravarti — *The linguistics speculations of the hindus* — Calcutá, Universidade de Calcutá, 1933, pp. 1-2.

Historiadores da lingüística têm reservado algumas páginas à Índia (Panini, particularmente), como é o caso de M. Leroy (6), G. Mounin (7) ou R. H. Robins (8). Por outro lado, a valiosa obra de Chakravarti, acima citada, deve ser atualizada — pois é de 1933 — e despojada de certo radicalismo, e até mesmo parcialidade, em proveito de uma apreciação comparativa mais completa e serena com o pensamento lingüístico ocidental.

3 — É uma redundância dizer que os hindus se preocuparam com a linguagem, pois, em certo sentido, o hinduísmo inteiro é uma especulação em torno da natureza e poder das palavras! E não estaria exagerando, se dissesse que, de fato, como quer Chakravarti, os pensadores hindus foram até mais longe do que gregos e romanos na penetração dos grandes temas e mistérios acerca da linguagem.

Para começar, basta observarmos a literatura védica, numa de suas mais representativas coleções: as Upanichadas. Trata-se de uma série de comentários poético-filosóficos em que se conduzem os fiéis ou discípulos ao conhecimento do *Brahma* “Ser ou Princípio supremo”, mas não por via racional e sim pela intuição:

avijñatam vijanatam vijñatamavijanatam /

[“(o *Brahma*) é desconhecido dos que conhecem, conhecido dos que não conhecem”] (9)

Para chegar ao *Brahma*, devemos antes compreender como ele está subjacente a todos os nossos sentidos e manifestações como prânas “respiração”, *śrotram* “ouvido, audição”, *manas* “pensamento”, *cakṣus* “olho, visão” e... *vāk* (latim *vōx*) “voz, fala, linguagem”:

*yadvacanabhyudītam yena vagabhyudyate /
tadeva Brahma tvam viddhi nedam yadīdamupasate //*

[“(isto) que não é expresso pela fala, mas a fala expressa por isto /

(6) M. Leroy — *As Grandes Correntes da Lingüística Moderna* — São Paulo, Cultrix, 1971, pp. 29-30.

(7) G. Mounin — *Histoire de la linguistique* — Paris, P.U.F., 1967, pp. 62-70.

(8) R. H. Robins — *A Short History of Linguistics* — Londres, Longmans, 1967, pp. 144-148.

(9) *Kena Upanichada*, II, 3 — trad. francesa de L. Renou, Paris, Liv. Adrien-Maisonneuve, 1952.

isto é o *Brahma*, compreende-o, e não aquilo que se reverencia aqui como tal" //] (10)

Não se trata aqui de negação da faculdade da linguagem, mas sim de uma identificação entre *vāk* e *Brahma*, a ponto de *vāk* ser a manifestação audível do *Brahma*, o "Ser supremo". É pela linguagem que a "essência" (rasas) se manifesta em todos os seres e, na *Chândogya-Upanichada*, *vāk* é mesmo definida como a "essência dos seres":

purusasya vagrasah

["a voz é a essência do ser"] (11)

E é pela linguagem que se assinala a presença do *Brahma*, através do grito ou da pronúncia da sílaba *Om*:

tasyaisa adeço yadetadvidyuto vyadyutada 3 /

["eis o seu sinal (isto é, do *Brahma*):

quando ele faísca, três vezes (o grito) 'ah!'] (12)

O sinal da visão divina seria manifestado através de *vāk*.

Por aí podemos compreender como a pesquisa da linguagem (*vāk*) é a razão de ser do hinduísmo, pois, pela pronúncia "mágica" de certos fonemas, torna-se possível o acesso ao Ser supremo. Estamos diante de um dos temas mais caros à lingüística, a saber, a relação entre som e sentido, ou por outra, o simbolismo fonético: os fiéis deveriam pronunciar as sílabas das palavras com fervor e perfeição, explicando-se assim, por exemplo, o valor mágico e invocatório da sílaba *Om* ou de *Omkāra*. Tal poder encantatório leva o praticante, o asceta a um verdadeiro delírio sinestésico em seu encontro com o *Brahma*, como se pode notar na seguinte passagem da *Atharvaçira-Upanichada* "Upanichada Principal", "Cabeça (*çiras*) das Upanichadas":

*ya sa prathama matra brahmadevatya rakta vargena
yastam dhyate nityam sa gacchedbrahmapadam*

["a primeira sílaba tem *Brahma* por divindade, de cor vermelha; aquele que nela pensa sem parar vai para a morada do *Brahma*"] (13)

(10) *Kena Upanichada*, I, 5.

(11) *Chandogya-Upanichada*, I, 1. — trad. francesa de E. Senart, Paris, "Les Belles Lettres", 1930.

(12) *Kena-Up.*, IV, 4.

(13) *Atharvaçira-Upanichada*, V. — trad. francesa de B. Tubini, Paris, Llv. Adrien-Maisonneuve, 1952.

E, nesse mesmo texto, há uma indagação semântica (tão ao gosto dos hindus) acerca dos vários epítetos do Brahma:

atha kasmaducyata omkaro

["Por que o denominam Omkara...?"]

atha kasmaducyate sarvavyapi

["Por que o denominam onipresente...?"] (15)

Para tais interrogações, há esclarecimentos de caráter mítico-poético bem fundamentados sob o ponto de vista lingüístico; é o caso da explicação de *sarvavyāpi* "onipresente":

yasmaduccaryamana eva sarvamlokamvyapnoti

["porque, tendo sido pronunciado, ocupa todos os mundos..."] (16)

Estabeleceu-se um liame não só mítico mas também formal entre o epíteto e sua explicação a partir de uma mesma raiz verbal, cujo núcleo é *PR-* "ocupar" : *vi-ā-PR-* "ocupar"; observe-se o paralelismo etimológico:

sarva — vyāpi = "(que) tudo — ocupa

sarvā lokām — vyāpnoti = "todos os mundos — ocupa"

E é notável como o *Brahma* passa a penetrar em tudo, desde que seja pronunciado (*uccāryamāna*), confirmando a primazia de *vāk* "voz, fala, linguagem" dentro do hinduísmo: de fato, o particípio *uccāryamāna* é formado com a raiz *VAC-* "falar" (a mesma de *vāk*) no grau zero.

4 — É das mais corretas, dessarte, a observação do estudioso de semântica A. Schaff, para quem as *Upanichadas* e o *Crátilo*, de Platão, constituem belos exemplos de investigação da linguagem fônica e dos signos verbais.⁽¹⁷⁾ Tal opinião é endossada por Chakravarti, em sua defesa da lingüística hindu:

"O problema central da ciência do significado, isto é, a relação entre som e sentido, nunca foi levado tão a sério como na Índia." (18)

(14) Idem, IV.

(15) Idem, ib.

(16) Idem, ib.

(17) A. Schaff — *Introducción a la Semántica* — México, Fondo de Cultura Económica, 1966, p. 198.

(18) Chakravarti, *op. cit.*, p. 323.

Explica-se, pois, a sedução que o hinduísmo exerce em nossos artistas ocidentais, fascinados pela *palavra*. Cito, para começar, um mestre na manipulação do material lingüístico, João Guimarães Rosa, que soube extrair os melhores efeitos possíveis da arquitetura fônica das palavras: *dalalala*, *chirilil*, *chugar*, *sorumbiar*, *arrejarrar* etc. Pois bem, não deixa de ser notável que Guimarães Rosa invoque justamente uma passagem da *Chândogya-Upanichada* como apoio a uma das seqüências do conto *Cara-de-Bronze*:

“O Grivo: Fui e voltei. Alguma coisa mais eu disse?! Estou aqui. Como vocês estão. Como esse gado — botado preso aí dentro do curral — jejúa, jejúa. Retornei, no tempo que pude, no berro do boi. Não cumpri? Falei sozinho, com o Velho, com Segisberto. Palavras de voz. Palavras muito trazidas. De agora, tudo sossegou. Tudo estava em ordem.*...”

Este é o trecho do conto; o asterisco remete a uma nota de rodapé em que Guimarães Rosa, depois de citar o *Fausto*, de Goethe, transcreve alguns versos da *Chândogya-Upanichada*:

“Então a Palavra se afastou. Depois da ausência de um ano, ela voltou e disse: — Como pudestes viver sem mim? (Esloca 8, 1.^a khanda, V.^a prapáthakah)” (19)

Percebe-se como Guimarães Rosa captou essa identificação entre a *palavra* (*vāk*) e a essência dos seres.

Outro exemplo notável desse sentimento do poder das palavras é o do poeta francês Henri Michaux, completamente impregnado pelo hinduísmo, como podemos depreender de suas próprias declarações:

“As religiões hindus não libertam a fraqueza do homem, mas a sua força. A prece e a meditação constituem o exercício das *forças* espirituais. Ao lado de Kali, encontra-se o quadro demonstrativo das atitudes de prece. Aquele que reza bem faz cair as pedras, perfuma as águas. *Força* Deus. A prece é um rapto. É preciso uma boa tática...” (20)

Em sua estranha obra poética, vê-se como H. Michaux persegue — muito “hinduisticamente” — a *palavra*. No poema *Souvenirs*, ele o diz claramente:

(19) J. Guimarães Rosa — *O Cara de Bronze* in *No Urubuquaquá e no Pí-nhêm* — Rio, Liv. José Olympio, 1966, p. 124.

(20) H. Michaux — *Poésies* — Paris, Seghers, 1957, p. 41.

"Au mot Hindou, pour celui qui n'alla jamais où l'on en trouve dans toutes les rues..." (21)

Em *Enigmes*, o Poeta parece estar transcrevendo um pensamento típico das *Upanichadas*:

"J'étais une parole qui tentait d'avancer à la vitesse de la pensée." (22)

Em *Le Grand Combat*, desentranham-se notáveis efeitos sonoros de uma justaposição de palavras inexistentes no dicionário:

"Il l'emparouille et l'endosque contre terre;
Il le rague et le roupète jusqu'à son drôle;
Il le pratèle et le libucque et lui barufle les ouillais;
Il le tocarde et le marmine
Le manage rape à ri et ripe à ra.
Enfin il l'écorcobalise." (23)

Por que mágica arte Michaux consegue fazer com que se ouçam sons de um combate sensual e ainda que significantes estranhos engendrem significados familiares? No poema seguinte, *L'Avenir*, a fruição de efeitos sonoros obtidos pela organizada redundância da sílaba *ma* lembra o processo de repetição da sílaba *Om* pelos *yogins* "ascetas", quando mergulham no inconsciente para encontrar o *Brahma*:

"Quand les mah,
"Quand les mah,
Les marécages,
Les malédictions,
Quand les mahahahahas,
Les mahahaborras,
Les mahahamaladihahas,
Les matratriamatratrihahas,
Les hondregordegarderies,
Les honcucarachoncus,
Les hordanoplopais de puru para puru,
Les immoncéphales glossés..."

Depois desse combate com os sons, vem a libertação — que lembra a exaltação final das *Upanichadas*:

"Oh! vide!
Oh! Espace! Espace non stratifié... Oh!
Espace,
Espace!" (24)

(21) Idem, p. 103.

(22) Idem, p. 90.

(23) Idem, p. 92.

(24) Idem, pp. 118-120.

E a sinestesia das Upanichadas parece encontrar um paralelo na obra de Henri Michaux, como observou o crítico R. Bertelé:

"Henri Michaux continua explorando o mundo dos sons, assim como o das palavras, das formas e das cores... Situa-se entre os que terão contribuído mais para sacudir as fronteiras formais que existem entre os diversos meios de que dispõe um artista para dizer o indizível e descobrir-lhes um denominador comum..." (25)

"Sacudir as fronteiras formais"... ora, não é exatamente a isto que tende a especulação mítica em torno de *vāk*, a *palavra*?

5 — Mas é claro que a pesquisa da linguagem não se confinou ao domínio mítico-poético do vedismo. Houve uma atividade *científica* propriamente, visando a um estudo organizado de todos os planos da linguagem, desde o fônico até o sintático.

A grande preocupação dos sábios hindus foi, como se pode imaginar, a relação entre *som* e *sentido* e as teorias a respeito apresentam-se um pouco ingênuas, quando não acabam num confuso misticismo. É o que acontece com o notável Bhartrhari para quem o significado de uma palavra é exatamente o que se nos apresenta ao espírito, quando é pronunciada; assim, a pronúncia da palavra *gauh* "boi" evocaria imediatamente a idéia de um ser com barbelas, bossa, cascos e chifres, e este seria indubitavelmente o significado da referida palavra, conhecido por todos. Mas a dificuldade está na explicação do liame original entre tal significado e a palavra *gauh*; para Bhartrhari, é impossível determinar a origem de tal relação, que deve ser anterior à memória humana, chegando mesmo a uma analogia entre o significado das palavras e a captação sensorial do mundo objetivo. Enfim, a conexão entre a palavra e seu significado (*śabda* e *artha*) é tão indissolúvel que uma não existe sem o outro.⁽²⁶⁾ É oportuno pensarmos num paralelo com um dos temas mais caros à moderna semiologia: a relação entre signo, conhecimento e realidade. Com efeito, Bhartrhari nos conduz à idéia de que a palavra nos leva às coisas, à realidade; contudo, é evidente a confusão entre *referência* e *referente* e a semiologia mostra como o signo lingüístico não é mais do que

(25) Idem, p. 83.

(26) *Vakyaapadiya*, 3, 29, apud Chakravarti, op. cit., p. 339.

um *recorte* da realidade, não um *decalque* (como adverte Martinet). Mas não deixa de ser sedutora a teoria de Bhartrhari, sobretudo se evocarmos as experiências da poesia *concreta* (baseadas na função poética da língua), em que se explora a arquitetura fônica dos signos para uma autêntica “recriação” da realidade. Parece, então, prudente que essas teorias semiológicas dos hindus sejam analisadas de um ponto de vista mítico-poético.

Mítica e poética é também a doutrina do *nāma-rūpa*, “nome-imagem”, segundo a qual as palavras (*nāma*) e os significados (*rūpa*) explicam a constituição do mundo, repartido em símbolos e coisas simbolizadas; é o que se pode constatar nesta bela passagem da Chandogya-Upanichada, alusiva à criação do mundo:

“...*Hanta, aham imas tisro devata anena jivena atmana anupravicya nama-rupe vyakaravani iti.*”

“...Quero entrar, pelo *atma* vivo (isto é, pela alma individual), nestes três reinos e estabelecer a distinção entre o nome e a forma (ou aparência, imagem).”] (27)

Mas é nessa explicação mítica que se encontra, surpreendentemente, uma reflexão digna da mais legítima semiologia:

“Yad agne rohitam rupam tejasas tad rupam, yac çuklam tad apam, yat krsnam tad annasya. Apagad agner agnitvam. Vaca-arambhanam vikaro nama-dheyam, trini rupani iti eva satyam.”

[“O aspecto vermelho do fogo é a aparência do *tejas* (fogo no sentido de calor, irradiação); o branco, da água e o negro, do alimento. O fogo desaparece como existência verdadeira. É uma criação da linguagem, uma modificação, um nome. Apenas os três aspectos são verdade (realidade).”] (28)

Ora, mas é exatamente este o ponto de vista da semiologia: lidamos com imagens das coisas e não com as coisas; e as imagens (*rūpa*) são “criações da linguagem” *vācā-ārambhanam*) representadas por signos (*nāma*). Não é demais transcrever aqui um dos pensamentos nodulares da semiologia: “... é o ponto de vista que cria o objeto.” (29)

(27) *Chandogya-Upanichada*, 6, 3, 2.

(28) *Idem*, 6, 4, 1.

(29) F. de Saussure — *Curso de Lingüística Geral* — São Paulo, Cultrix, 1969, p. 15.

A relação entre som e sentido suscitou outra dicotomia entre os pensadores hindus, a saber, *notya* “permanente” / *kā-rya* “convencional” que Chakravarti procurou aproximar da antítese grega *physei* “por natureza” / *thései* “por convenção”.⁽³⁰⁾ Tal dicotomia, entretanto, nada tem a ver com o programa de idéias de Platão ou a discussão de Hermógenes e Crátilo no *Crátilo*, além de não ter tido repercussão alguma no Ocidente.

6 — Um estudioso que muito se aproximou dos comparatistas europeus quanto à metodologia no estudo do léxico foi Yāska, podendo ser considerado o grande etimologista da “escola” dos gramáticos hindus. Suas explicações etimológicas são uma verdadeira antecipação do que viria a ser a análise histórico-morfológica da gramática comparada do século XIX. Em seus *Nirukta* (interpretações de palavras), Yāska distingue perfeitamente as raízes verbais de prefixos, prevérbios e sufixos, explicando a formação das palavras a partir de derivação e composição; para Yāska e seus seguidores (os *Nairuktas*), as raízes representam o ponto de partida de qualquer investigação etimológica, sendo mesmo indecomponíveis⁽³¹⁾. É notável que essa indestrutibilidade da raiz é confirmada e defendida por um lingüista como E. Benveniste, em pleno século XX (Yāska é anterior a Panini!)⁽³²⁾.

A crença na teoria da raiz levará a exageros, como é o caso de um seguidor de Yāska, o *nairukta* Ćakatāyana que chegaria a propor uma língua primitiva, só feita de raízes, de onde se originaram todos as palavras (33). Por outro lado, o valioso material levantado pela “escola” de Yāska será aproveitado e cientificamente descrito por Pānini em seus *Dhātupātha* (coleção de aproximadamente mil raízes) e *Astādhyāyī* — a tão citada gramática — Pānini define a raiz (*dhātus*), com uma de suas sintéticas fórmulas:

“bhuvadayo dhatavah”

[“bhu e outras = raízes”] (34)

(30) Chakravarti, *op. cit.*, p. 5.

(31) Idem, p. 218.

(32) E. Benveniste — *Origines de la formation de noms en indo-européen* — Paris, Adrien-Maisonneuve, 1935, pp. 147-173.

(33) Chakravarti, *op. cit.*, p. 63.

(34) Panini — *Astadhyayi*, 1, 3, 1. — trad. francesa de L. Renou, Paris, Klincksieck, 1948.

A econômica explicação significa que *bhū-* “ser, tornar-se” e outras formas semelhantes constituem *dhātus* “matéria-prima, fundamento, raiz”. Também a questão de prefixos, e prevérbios e preposições ficou perfeitamente esclarecida por Pānini, quando reúne todas essas formas sob o nome de *nipātas* “partícula”, sendo que as que se juntam a verbos passam a *upasar-gas* “prevérbio, preposição”:

“*pradaya upasargah kriyayoge*”

[“*pra* e outras = prevérbios, quando juntos de um processo (ou verbo).”]

A fórmula de Pānini quer dizer que, quando a forma *pra* e outras semelhantes se juntam a um verbo, assumem a função de *upasargas* “prevérbio”. (35)

É claro que toda essa “desmontagem” em raízes e partículas representará uma inestimável fonte de inspiração e material para a gramática comparada das línguas indo-europeias, como se pode notar, por exemplo, pela obra *Roots* (1872) do lingüista e sanscritólogo americano W. D. Whitney.

Os *Nirukta* apresentam também listas de palavras védicas classificadas conforme seus significados, o que já constitui um princípio de organização de campo léxico-semântico, além de sugestões muito claras quanto à sinonímia e polissemia (36). Outra investigação bem original atribuída a Yāska é a referente à *harmonia imitativa*: a imitação de sons teria um importante papel na criação vocabular, como se pode observar em *kāka* “corvo”, *kokila* “cuco” ou *dundubhi* “tambor”. Pānini interessou-se também pelas onomatopéias, a que chamava de *avyaktānukarānas* (37).

7 — Mas onde se pode perceber a agudeza da intuição lingüística dos hindus é na percepção que tinham da indispensável relação entre semântica e sintaxe. Compreenderam claramente que as palavras isoladas têm significados diferentes do que quando num contexto e que uma semântica autêntica emerge de uma minuciosa descrição de todas as combinações em que podem entrar as palavras. Vale citar aqui uma consideração bem atual de E. Benveniste:

(35) Idem, 1, 4, 59.

(36) Chakravarti, *op. cit.*, p. 324.

(37) Panini, *op. cit.*, 6, 1, 98.

“Ora, a expressão semântica por excelência é a frase.” (38)

E o mérito extraordinário de Pānini reside exatamente em ter descrito com notável minúcia e precisão as várias centenas de combinações possíveis com seus respectivos resultados semânticos. Eis, a título de exemplo, uma fórmula de Pānini:

“sammananotsañjanacaryakaranajñanabhrtivigananavyauesu niyah”

[“a ação de honrar, levantar, agir como mestre espiritual, conhecer, contratar, saldar, pagar = raiz *ni-*”] (39)

Pānini quis explicar que a raiz *nī-* “conduzir, com as terminações de voz média, pode significar “honrar” (*sammānana*), “levantar” (*sañjana*), “agir como mestre espiritual (*ācārya-karana*), “conhecer” (*jñana*), “contratar” (*bhrti*), “saldar” (*viganana*), “pagar” (*vyaya*).

Digno de nota é que os gramáticos hindus, e mais particularmente Bhartrhari, no *Vakyapadīya*, aludiram a uma espécie de sentimento ou intuição lingüística que permitiria aos indivíduos desenvolver as várias combinações possíveis a partir de algumas regras básicas! Tal intuição, a *pratibhā*, seria um verdadeiro guia a conduzir os falantes de uma língua a desfazer ambigüidades de sentido justamente pelo conhecimento das regras que regem as combinações de palavras (40). Não há quem não pense na *competência* da gramática gerativa! A aproximação é tentadora mas perigosa, pois a *pratibhā*, definida por Chakravarti como *inborn* ou *innate intelligence* (41), é uma noção envolvida pelo caráter mítico-poético do hinduísmo: *pratibhā* seria a inteligência que nos vem de outra vida, através do *samsāra* “ciclo das transmigrações da alma”.

8 — Por toda essa riqueza do pensamento lingüístico hindu, deveríamos aceitar sem restrições a queixa inicial de Chakravarti quanto à negligência dos ocidentais diante de tantas premonições. Mas não. Não houve negligência e sim, muito mais, o desenvolvimento de dois mundos e duas culturas paralelas; acresce o fato de que o hinduísmo foi conhecido tardiamente, com dificuldade de acesso aos documentos. Como bem

(38) E. Benveniste — *La forme et le sens dans le langage* in *Le Langage*, vol. II, Neuchatel, A La Baconnière, 1967, p. 36.

(39) Pānini, *op. cit.*, 1, 3, 36.

(40) *Vakyapadīya*, 2.145, 147, 148, 149 — apud Chakravarti, *op. cit.*, pp. 114-115.

(41) Chakravarti, *op. cit.*, p. 215.

observou G. Mounin, a Índia ficou marginalizada e suas idéias lingüísticas

“...não são fontes do pensamento lingüístico ocidental; e nem sequer premonições: tais fórmulas, por mais notáveis que sejam, jamais constituem hipóteses básicas de uma pesquisa sistemática... são observações entre tantas outras que se poderiam fazer acerca da linguagem — e seu principal caráter é ser isoladas, não produtivas...” (42)

Esta sábia advertência não impede, todavia, que continuemos a pensar num projeto de um exaustivo levantamento e exploração da cultura lingüística hindu. Sobretudo porque este povo foi capaz de ir tão longe na aventura do signo, definindo o homem e mundo através da linguagem, com fórmulas que em nada ficam a dever à moderna antropologia. Para Pānini o homem é *vyaktavāk*, isto é, o que possui “fala articulada” (43). O homem é homem porque fala.

São Paulo, maio de 1974

(42) G. Mounin, *op. cit.*, p. 70.

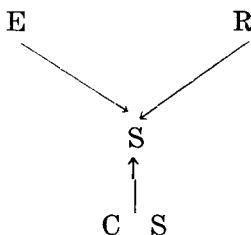
(43) Panini, *op. cit.*, 1, 3, 48.

A SIGNIFICAÇÃO LINGÜÍSTICA E A SUA ANÁLISE

João de Almeida

Toda significação tem como base o signo e, implica, naturalmente, o *emissor* e o *receptor* da mensagem, bem como a *coisa significada*. Desde que o entendimento do emissor e do receptor se encontrem no signo lingüístico, para evocar a coisa significada, estamos diante de significação.

Assim, representando graficamente o fenômeno da significação, teremos:



Para falantes só de língua portuguesa, a palavra *livro*, por exemplo, corresponde a um signo lingüístico, porque nela se encontram quem a pronuncia e quem a ouve para ambos evocarem o objeto “livro”. O mesmo não acontecerá para esses falantes em relação à palavra *book*, que por sua vez, entre aqueles que conheçam a língua inglesa, por nela evocarem idêntica *coisa significada*, também funciona como signo lingüístico.

Em geral transmitimos as nossas significações por meio de *frases*, as quais se organizam numa unidade mais ampla, que se denomina habitualmente de *discurso*. Tais frases, por sua vez, se decompõem em *sintagmas* e *palavras*, e estas na sua seqüência linear podem ainda ser partilhadas em unidades significativas menores. Chegamos então ao que se denomina

de *semantema/morfema* para Vendryes, de *monema* para Martinet, e de *morfema lexical* e *morfema gramatical* para Mattoso Câmara Jr. (1).

É preciso pois entender desde logo que, considerando o valor estrutural dos componentes de uma sequência lingüística, nenhum desses elementos deixa de ter a sua importância significativa, desde a frase mais ampla até a menor das partículas. Reconhece-se então que a significação pode ser *léxica* ou *gramatical*. No primeiro caso está a significação dos lexemas, isto é, da parte que se refere ao mundo dos objetos, dos seres e das sensações. No segundo caso a significação parte dos morfemas, ou, como diz Mattoso Câmara Jr. (2), dos elementos que enquadram os seres, os objetos e as sensações dentro das categorias mentais da língua e servem para estabelecer as relações entre determinantes e determinados. Assim, numa frase como “A professora deu os livros de xadrez a seu filho”, se aos olhos do leitor se destacam os lexemas “professora, deu, livro, xadrez, filho”, como portadores de significação léxica, não se pode deixar de reconhecer, por outro lado, que o sentido geral do segmento demonstra que o valor individual dos termos fica em estrita dependência da significação gramatical, isto é, dos elementos da estrutura pelos quais essas palavras se põem em relação. É então ver o papel da preposição *de*, que entre “livro” e “xadrez” estabelece uma relação de especificação, ou da preposição *a*, que indica a quem se destina a ação iniciada pelo verbo. E o mesmo se poderia dizer sobre o morfema *-a* de “professora”, a revelar a categoria do feminino e do singular, sobre o morfema *-s* de “livros”, a indicar a categoria do plural, ou ainda sobre o morfema *-u*, a denunciar a 3.^a pessoa, do singular, do pretérito perfeito do indicativo do verbo “dar”.

Além dessas noções que consideram os vários níveis significativos, parece-nos bastante útil, antes de entrarmos num estudo prático, referir-nos também às noções relativas ao campo associativo, como o chama Charles Bally (3), e aproveitar o ensejo para uma ligeira digressão sobre o estudo diacrônico da significação.

(1) A divergência havida entre os lingüistas, quanto a nomenclatura, não impede que fiquem precisos os conceitos referentes à significação léxica e à significação gramatical, para os quais aqui seguiremos a oposição *lexema / morfema* de Martinet.

(2) *Princípios de Lingüística Geral*, 3.^a ed. rev., Rio, Acadêmica, 1959, § 42 e 56.

(3) Cf. S. Ullmann — *Semântica: uma introdução à Ciência do Significado*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (1967) p. 477.

Desnecessário seria lembrar que a Semântica, com abordagem verdadeiramente científica, é das mais novas disciplinas lingüísticas, tendo surgido no século XIX, com Michel Bréal, que lhe deu um tratamento especificamente diacrônico (4). As idéias de Bréal, e as que Pacheco da Silva Jr., em 1903, desenvolveu para o Português, pelo livro *Noções de Semântica*, levavam em conta fundamentalmente a evolução das significações das palavras e as razões que determinam essas alterações. Dessa forma, procurava a nova ciência explicar por que uma palavra como *formidável*, que conforme o seu étimo se ligava à idéia de receio, de medo, acabou por servir à formação de sintagmas como *festa formidável*, *notícia formidável*, caracterizando fatos que nos causam alegria ou satisfação (5). Igualmente, era preocupação exclusiva da Semântica verificar e tentar explicar como *vilão*, provindo do latim *villanu-*, habitante da vila, veio a ter significados depreciativos (6). Ou ainda como é que o verbo latino *plicare*, a partir da expressão *plicare velam* (dobrar as velas), resultou no nosso verbo *chegar*, enquanto no Romeno, da expressão *plicare tentoria* (dobrar as tendas), *plicare* resultou no verbo *pleca* que veio a significar *partir* (7). Numa e noutra expressão a Semântica Diacrônica reconhece uma alteração de origem social, dada a generalização havida no emprego da expressão, a partir de seu uso em grupo social determinado (no Português os marinheiros, no Romeno os soldados de infantaria). Como *plicare velam* (dobrar as velas) correspondia à chegada a um porto, o sintagma passou a expressar a idéia de *chegar*, de princípio através de seus dois elementos, posteriormente apenas pelo primeiro por um processo de contágio. O mesmo terá ocorrido com a expressão romena, com a diferença de que, referente a uma ação de soldados, o *dobrar as tendas* significava *levantar acampamento*, portanto *partir*.

Somente com os estudos de Saussure e seus discípulos, já no final do século XIX e começos deste, é que a Lingüística verdadeiramente científica ganhou a sua contraparte sincrônica e, conseqüentemente, adveio daí a nova forma de fazer também

(4) Cf. S. Ullmann — op. cit. p. 16 e sgts.; e também Pierre Guiraud *La Sémantique*, Paris, PUF, 1955, p. 7 e sgts.

(5) Cf. Francisco da Silveira Bueno — *Tratado de Semântica Brasileira*, 3.^a ed., São Paulo, Saraiva, 1960, p. 73.

(6) Idem, *ibidem*, p. 88.

(7) Cf. José Pedro Machado — *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 1.^a ed., Lisboa, Ed. Confluência. S/d., Vol. I, p. 579, verbete "chegar".

uma abordagem semântica. É bem verdade que os estudos sincrônicos, configurados numa atitude estrutural, manifestaram-se de princípio numa extensão bem definida do fato lingüístico, como é o seu plano fonológico. A seguir, a abordagem estrutural atingiu o plano morfo-sintático, chegando por último a ter vez a Semântica quanto a esse tipo de enfoque, dada obviamente a extensão indefinida do léxico de uma língua. E é com satisfação que vemos a ciência das significações revigorada em nossos dias, por novos métodos estruturais, muitos dos quais naturalmente em verdadeira fase de experiência (8). Talvez fosse ocioso citar aqui, como noções que se vão impondo, as contribuições valiosas que, além de P. Guiraud, S. Ullmann e outros, têm procurado dar a Semântica os lingüistas Bernard Pottier (9), Kurt Baldinger (10) e A. J. Greimas (11).

A noção do campo associativo ou campo lingüístico — importante para o nosso estudo — provém basicamente do conceito saussuriano de que qualquer fato lingüístico tem o seu valor relativo, sendo intimamente determinado pela estrutura a que pertence, quer no plano sintagmático, quer no plano associativo ou paradigmático ou ainda, como o prefere Roland Barthes, plano sistemático.

Dentro das relações que uma palavra paradigmaticamente apresenta, Saussure acentuava as ligações pelo significado e pelo significante, a partir da constelação semântica que tem como centro a palavra "enseignement" (12). O esquema de Saussure fazia prever uma ampliação de linhas de força que estabelecem as relações da palavra central, em razão do que Charles Bally aprofunda a idéia e discute, no artigo "L'arbitraire du signe", as três séries de idéias partidas da palavra *boi* (13). Liga Bally, respectivamente às três séries, as ex-

(8) Cf. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1970 n. 7.

(9) *Lingüística Moderna y Filología Hispánica*, Madrid, Gredos, (1968); Ver especialmente os capítulos X e XI.

(10) *Teoria Semântica*, Madrid, Ed. Alcalá, S/d.

(11) *Sémantique structurale*, Paris, Larousse (1966).

(12) A partir da palavra "enseignement", Saussure demonstra quatro tipos de associações diferentes: 1) com "apprentissage", "éducation", "instruction", etc., ocorre associação por analogia de significados; 2) com "clément", "justément", etc. há semelhança de significantes; 3) com "changement", "armément", etc., a associação tem por base os sufixos; e 4) com "enseigner", "enseignons", etc. a associação tem por base o radical. Cf. *Cours de linguistique générale*. 3.^a ed., Paris, 1955, p. 173.

(13) "Le mot *boeuf* fait penser: 1) à "vache, taureau, veau, cornes, ruminer, beugler", etc.; 2) à "labour, charrue, joug", etc.; enfin 3) il peut dégager, et dégage en français, des idées de force, d'endurance, de travail patient, mais aussi de lenteur, de lourdeur, de passivité". (*L'arbitraire du signe*, in *Le Français Moderne*, t. VIII (1940), p. 195).

pressões fechadas “ruminar uma idéia”, “colocar o carro antes dos bois” e “forte como um boi (ou touro)”, em evidente demonstração de como a noção de campo associativo é importante para explicar as relações das palavras, os diversos processos analógicos, de comparações e de metáforas.

Também da parte de filósofos, psicólogos e sociólogos houve preocupações em torno de tal noção, e vale pôr em destaque aqui as importantes contribuições do filósofo alemão Jost Trier e do sociólogo francês Georges Matoré (14).

Trier é conhecido pela sua preocupação em torno dos conceitos abstratos que se ligam ao domínio da inteligência. Ao estudar, p. ex.º, as noções relativas ao *saber*, no alemão do século XIII e XIV, chegou a observar alterações profundas de estrutura que a simples mudança de um termo não fazia supor. Assim, enquanto no século XIII as palavras fundamentais para a expressão do conhecimento eram “Wisheit”, “Kunst” e “List”, no século seguinte já se encontravam como fundamentais “Wisheit”, “Kunst” e “Wizzen”. Não ocorreu, todavia, como à primeira vista se pode supor, uma simples substituição do último termo, mas em verdade uma profunda alteração decorrente das modificações por que passou a civilização medieval. No século XIII os três termos do *saber* se opunham como representantes dos princípios do Universalismo e do Feudalismo. Este se caracterizava pela oposição “Kunst/List”, o primeiro elemento significando os conhecimentos, as habilidades do homem da Corte, o segundo traduzindo os conhecimentos, as habilidades não-cortesãs. “Wisheit”, por sua vez, como um saber mais amplo, profano ou religioso, podia alternar-se com “Kunst” ou “List”. É uma estrutura que já não se encontra no século seguinte, em razão da própria desintegração do Feudalismo. “List” adquire então o sentido pejorativo de *artifício, engodo, astúcia*, e é substituído por “Wizzen”, que se opõe a “Kunst” para traduzir a noção de *ciência* em relação a *arte*. “Wisheit” não é mais alternante com os outros dois, reservando-se para o conhecimento místico, religioso.

Georges Matoré segue a linha de Trier, mas considera o campo lingüístico dentro de critérios eminentemente sociológicos. Aliás, para ele, a lexicologia é uma disciplina sociológica que se utiliza das palavras. O léxico aparece então como reflexo de todo um comportamento social. E para provar a sua

(14) Cf. S. Ullmann, op. cit. p. 485 e sgts., e P. Guiraud, op. cit. p. 70 e sgts.

tese desenvolve Matoré estudos da linguagem dos mais diversos setores sociais. Sua grande contribuição está no que ele chama de palavras-testemunhas e palavras-chaves. As primeiras são os neologismos que aparecem em determinada época para caracterizar um novo período social e econômico. As palavras-chaves são as palavras testemunhas que surgem como principais nas referidas épocas. Tomando exemplos do próprio Matoré (15), os termos “magasin” e “négociant” teriam funcionado como palavras-testemunhas, na França, por volta da Revolução de 1830, e como palavras-chaves, no mesmo período, os termos “individualisme”, “organisation” e “bourgeois”.

Outros estudos ainda foram feitos sobre os campos semânticos. Há que citar os de Pierre Guiraud que, unindo palavras do ponto-de-vista etimológico, chegou a formar o campo morfo-semântico da palavra francesa *chat* com cerca de 2.000 palavras, posteriormente reduzido a cerca de 300 (16). E vale também pôr em destaque o trabalho de Otto Duchacek, (17) que apresenta um extenso histórico dos estudos realizados, acompanhados de análise crítica, e chega a um esquema próprio com que equaciona o problema:

Campos lingüísticos

palavras

idéias

campo morfológico

campo conceitual

campo sintagmático

campo semântico

O campo morfológico é o estabelecido pelas relações exclusivamente formais das palavras, tais como as relações de homonímia, de paronímia, de radical, de sufixos, etc. As relações do campo sintagmático são as que se realizam na sequência linear do discurso, a partir é claro das mínimas unidades de significação. Dizem respeito, por exemplo, àquelas que se estabelecem entre sujeito e predicado (caiu neve, caiu o me-

(15) Apud S. Ullmann, op. cit., p. 503.

(16) “Les champs morpho-sémantiques”, in *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, Paris, LII, (1956).

(17) “Les champs linguistiques”, in *Philologica Pragensia*, Praha, 1960, 1, III.

nino), verbos e seus complementos (dar saltos e dar um salto), entre substantivos e seus atributos, considerando-se sempre a ligação de determinantes e determinados. O campo conceitual e o campo semântico de O. Duchacek são mais complexos. Assim, *árvore* e *montanha* pertencem ao mesmo campo conceitual porque têm como sema comum o fato de serem elementos da natureza; *beleza* e *coragem*, porque têm em comum serem qualidades humanas. O campo semântico é mais heterogêneo, envolvendo palavras pertencentes a determinadas áreas, tais como as dos nomes de parentesco, partes do corpo humano, trabalhos agrícolas, etc.

Sem haver acordo, portanto, entre os lingüistas, quanto à conceituação e aos limites do campo semântico, predomina como fundamental o fato de que as palavras não funcionam isoladas dos grupos a que pertencem, os quais lhes determinam a significação.

Bernard Pottier, por seu lado (18), só considera campo semântico aquele a que se pode impor um limite. Destaca quatro tipos de relações fundamentais das palavras, muito práticos para uma análise estrutural das significações: a *relação de oposição*, entre termos que se excluem mutuamente no plano paradigmático (cavalo/boi/gato, etc.); a *relação de inclusão*, entre um termo mais geral e incluso e os demais termos de um paradigma, como entre animal e cavalo, boi, etc.; a *relação de participação*, quando um termo é sema de outro, como entre o raciocínio e o homem; e finalmente a *relação de associação*, entre um termo e outros a que ele se prende por ligações psicológicas, sociológicas, afetivas em geral. As três primeiras, que são respectivamente as que tem o *limão*, com a *laranja*, a *fruta cítrica* e a *acidez*, se apresentam como relações mais ou menos constantes, enquanto a última, no caso o limão com o *calor*, é uma relação eventual (19).

Para se caracterizar, por outro lado, os diversos níveis ou camadas de significação, há que se pensar no significado geral de um texto e nas significações particulares que mais contribuem para essa significação geral, provindas de unidades inferiores, como vimos no início, a frase, o sintagma, o léxico e os morfemas.

(18) Op. cit. p. 102, e *Gramática del Español*, Madrid, Ed. Alcalá, (1970), p. 131 e sgts.

(19) Quase todos os exemplos das relações mencionadas foram tirados do artigo "Semântica e lingüística estrutural", de Maria Helena Duarte Marques, in *Revista de Cultura Vozes* n. 7, p. 16.

A distribuição das significações objetivas do texto em campos semânticos ajuda, com a colaboração das ligações das significações gramaticais, a traçar os eixos fundamentais que levam à estrutura significativa básica. Assim, uma significação como a de “falta ou privação” pode proceder de diversos níveis, na crônica “Notícia de Jornal”, de Fernando Sabino (20):

- “O homem morreu *de fome* (falta de alimento)
- “Morreu de fome, *sem socorros*” (falta de assistência)
- “*pobrement*e vestido” (falta de vestimenta suficiente)
- “um homem morre de fome em plena rua, *entre centenas de passantes*” (falta de atenção e de humanidade).

Além disso, também contribuem para a significação geral de um texto os elementos conotativos, entendendo-se aqui conotação, com Herculano de Carvalho (21), como a margem emotiva-volitiva que envolve o significado, ou com Mattoso Câmara Jr. (22), como a parte da significação que corresponde à capacidade da palavra de funcionar para uma manifestação psíquica ou apelo. Então se *lar* e *casa* denotativamente oferecem identidade do significado *local onde se reside*, conotativamente *lar* acresce a margem afetiva que *une as pessoas que moram sob o mesmo teto*. É de certa forma o mesmo que entende Pierre Guiraud (23) pelo nome de valores estilísticos, divididos por ele em valores expressivos e valores sócio-contextuais, estes últimos com a propriedade de evocar certo meio, certo grupo social (ex. os termos “camarada”, “cabra valente”, etc.). A mesma noção está contida nos semas virtuais de B. Pottier (24), como caracterizadores de associações idênticas às que

(20) *A mulher do vizinho*, 4.^a ed., Rio, Ed. Sabiá, (1962), p. 40 a 42.

(21) José G. Herculano de Carvalho, *Teoria da Linguagem*, Coimbra, Atlântica Ed., 1967, T. I, p. 167.

(22) *Dicionário de Filologia e Gramática*, 3.^a ed. ref. e aum., Rio, J. Ozon Ed., S/d., p. 96, verbete “conotação”.

(23) *La Sémantique*, Paris, P.U.F., 1955, p. 26 e sgts.

(24) Para Pottier, *sema* é o traço mínimo distintivo da significação, podendo haver semas *específicos*, isto é, os que caracterizam os componentes particulares de determinado elemento significativo; semas *genéricos*, os traços que ligam determinado elemento a uma classe semântica mais ampla; e semas *virtuais*, os traços que correspondem a associações diversas que se atualizam facultativamente no discurso. O conjunto de semas específicos é o *semema*, dos semas genéricos é o *clasema* e dos semas virtuais é o *virtuema*. Cf. *Linguística moderna y filologia hispanica*, p. 120 e sgts.

partem, por exemplo, do termo “rede” para evocar o elemento do Nordeste.

Colocadas essas considerações teóricas, tentemos ver na prática como delas ou de algumas delas, podemos valer-nos no processo da análise semântica. O texto em causa é o da crônica “Caso de conversa”, de Carlos Drummond de Andrade (25), que transcrevemos a seguir:

CASO DE CONVERSA

A cozinheira abriu a porta da área de serviço. De carteira de identidade e talão de recibos em punho, o desconhecido ofereceu-lhe uma chance extraordinária:

- As empregadas domésticas não são sindicalizadas, não des-
- 5 — contam para Iapês, não têm o menor amparo. Se adoecem, azar delas: o jeito é morrer à mingua. Mas com 300 cruzeiros a senhora terá direito a hospital, operação, medicamentos e tudo mais. Hospital de propriedade exclusiva de domésticas, um estouro.
- Só 300 cruzeiros?
- 10 — — Bem, até o dia 30. Do mês que vem em diante, custa 10.000 cruzeiros. Aproveite enquanto o dólar está a 1.100 e assine este formulário de inscrição.
- Assinar o que? Não sou escritora que nem meu patrão, que vive assinando livro na livraria. Eu mexo é com colher.
- 15 — — Estou vendo que a senhora é desconfiada, no que faz muito bem. Hoje em dia, nem na gente mesmo a gente deve confiar. Mas isto é diferente. Estão aqui as plantas, fotografias da maquete, nomes da diretoria, pessoal de responsabilidade.
- Hospital na planta, moço? É demagogia.
- 20 — — Daqui a pouco vai existir em Coqueiros, sim senhora, e quero só ver o seu vexame quando passar por lá.
- Então me procura mais tarde, que agora estou muito ocupada lavando panela.
- Quando não tiver mais lugar de sócio fundador privile-
- 25 — giado, né? Está assim de candidato. A senhora se arrisca a ficar como sócia cooperadora não privilegiada, sem direito a acompanhante que não paga diária.
- Estou somando? Quem me acompanha é Deus, que nunca pagou diária.
- 30 — — Quer dizer que é solteira.
- Com a graça de Deus.
- Me desculpe se estou avançando o sinal, mas não acho graça de Deus nenhuma nisso.
- Está desculpado. Acontece que não é da sua repartição.

(25) In *Cadeira de Balanço*, 2.^a ed., Rio, Livr. José Olympio, (1968), p. 19 e sgts.

- 35 — — Eu sei. Falei porque desejo o seu bem-estar .
— 'brigada.
— Não tem de quê. Sendo doméstica e solteira, são duas razões pra se defender, assinando este papelzinho.
— Eu, hein? Então o senhor pensa que ilude assim uma
- 40 — mineira de Manhuaçu?
— Uai, a senhorita é mineira? Também sou de lá.
— De lá daonde?
— De Ubá.
— Ara, mineiro querendo tapear mineiro. Estou te estra-
- 45 — nhando, criatura.
— Credo: tapear, eu? E logo uma distinta patricia da Mata. Até parece que foi a luz da minha finada mãe que me guiou até aqui.
— Pra eu te passar 300 cruzeiros?
— Quem falou em 300 cruzeiros? Ela ia fazer uma coisa
- 50 — dessas? Me guiou para meu bem, está na cara. No meio de mil empregadas do Estado do Rio, do Espírito Santo, do Nordeste, por que é que eu vim procurar logo uma moça de Manhuaçu, terra da família de minha santa mãe, que está lá no alto? Me diga, se é capaz? Pra vender esse troço de cota de hospital que
- 55 — uma garota como você não precisa nem vai precisar nunca, e sei lá até se funciona ou se fica no vou-te-contar? Não, ela não me fazia isso. Foi pra te conhecer e fazer nossa felicidade, bem. Mas como é mesmo o teu nome, anjo de Deus no Leblon?
Menos uma cozinheira.

(in Carlos Drummond, *Cadeira de Balanço*)

1. ESTRUTURA DO TEXTO

Fácil será, em relação ao texto em causa, observar a estruturação que configura a importância fundamental do diálogo para a composição total. Fora realmente da parte dialogada, há apenas os dois períodos iniciais (linhas 1 a 3) e o curto período final (linha 59), pertencentes ao narrador e que funcionam respectivamente como introdução e conclusão do discurso, cabendo o desenvolvimento deste ao diálogo entre os personagens *cozinheira* e *vendedor*.

2. CAMPOS ASSOCIATIVOS FUNDAMENTAIS

Levando em conta as relações de contigüidade e de similaridade, por significantes e por significados, ou dito de maneira mais ampla, considerando dentro do texto as possibilidades de ligações sêmicas entre as suas próprias expressões, podemos reunir vocábulos ou expressões fundamentais em torno de seu

núcleo. Assim é possível compor três blocos, que põem em relevo as verdadeiras constelações semânticas, em torno das quais gira a significação principal do texto: o da cozinheira, o do vendedor-conquistador, o da cota do hospital.

O significante “cozinheira” (linha 1) recebe o reforço significativo de “área de serviço” (linha 1), “empregada doméstica” (linha 4), “patrão” (linha 13), “eu mexo é com colher” (linha 14), “agora estou muito ocupada lavando panela” (linhas 22/33), “doméstica” (linha 37), “mil empregadas” (linha 50), com as quais constitui um grupo associativo a caracterizar a personagem feminina.

Outro personagem, o vendedor, se caracteriza a partir do oferecimento de “uma chance extraordinária” declarado pelo narrador (linha 3), definindo-se melhor pelas atitudes que o diálogo revela. É a *iniciativa* que toma na condução da conversa, iniciativa manifesta principalmente pela sua primeira objetiva intervenção (linha 4 e seguintes), ou na vivacidade que dá ao diálogo, que nunca deixa esmorecer. É o *exagero* a que chega, próprio de quem quer empurrar a sua mercadoria e que se manifesta na afirmação de que a cota, valendo no momento 300 cruzeiros, custará “10.000 cruzeiros, do mês que vem em diante” (linha 10), aumento sem dúvida considerável, difícil realmente de acontecer. É a *habilidade verbal* que, se caracteriza por um lado o bom vendedor, por outro acaba por ser o elemento sêmico que conduz naturalmente o personagem “vendedor” a transformar-se no personagem “conquistador”. E como tal o elemento masculino passa então a ser caracterizado, pela negação das próprias atitudes quando vendedor (Cf. linha 49: “Quem falou em 300 cruzeiros?” e linhas 55 e 56), negação em última análise do próprio obstáculo à aproximação dos personagens. Configura igualmente o conquistador o apelo do personagem à memória de sua finada mãe (linha 47), fato que denuncia a percepção da melhor possibilidade do recurso místico. E ainda há de se acrescentar o gradativo caminho para a linguagem mais informal e confiada (cf. linhas 49 a 59).

E por fim a “chance extraordinária”, que assume papel de verdadeira personagem, se caracteriza como *cota de hospital*, com o auxílio de todas as expressões que se lhe referem e que compõem o seu campo associativo: “direito a hospital” (linha 1), “operação” (id.) “medicamentos” (id.) “formulário de inscrição” (linha 11), “planta do hospital” (linha 19), “fotografias da maquete” (linha 17), “papelzinho” (linha 38), “troço de cota de hospital” (linha 54).

3. NÍVEIS DE SIGNIFICAÇÃO

Se a significação global, isto é, a significação do *discurso* está intimamente dependente das significações parciais, ou seja, dos níveis da frase, do sintagma, do léxico e do morfema, será de toda conveniência que, numa análise semântica, o nível significativo do discurso se considere de princípio como hipótese de entendimento, que poderá vir a ser confirmada, ampliada ou mesmo contrariada. Tomemos assim, no nosso texto “Caso de Conversa”, como hipótese inicial de metassemia (26).

“Um contacto comercial levou a uma ligação afetiva” ficando-nos o dever de verificar pelos demais níveis se estará aí de fato a essência significativa do texto.

Ao acompanhar então o nível da frase, não será difícil ao leitor colocar em destaque quatro frases pelo seu maior valor significativo:

- 1.^a —“... o desconhecido ofereceu-lhe uma chance extraordinária” (linha 2)
O *vendedor* ofereceu à *cozinheira* uma *cota de hospital* que representa a proposição de tudo que se desenvolve a seguir.
- 2.^a “Quem me acompanha é Deus, que nunca pagou diária” (linha 28)
É uma afirmação de um dos interlocutores, a *cozinheira*, a fazer entender ao *vendedor* e, obviamente, ao leitor que ela é *solteira*, fato novo, de grande importância para o desenvolvimento posterior da conversa.
- 3.^a “Então o senhor pensa que ilude assim uma mineira de Manhuaçu?” (linha 39)
Outra intervenção da *cozinheira*, em que se revela a sua *região de origem* (Minas), idêntica à do *vendedor*, segundo fato novo que vai influir no andamento do diálogo.
- 4.^a “Menos uma cozinheira” (linha 59)
É a frase que consubstancia a conclusão do episódio e,

(26) Metassemia não tem aqui o sentido de “alteração de significado”, que lhe dá Silveira Bueno (cf. op. cit. p. 111), mas sim o de “redução sêmica que nos permite resumir um enunciado ou um texto”, conforme aparece nos artigos da Revista de Cultura Vozes n. 7.

como tal, dá-lhe a síntese significativa do resultado: a união da cozinheira com o vendedor.

Já os níveis das locuções e do léxico, vale neste texto, por conveniência de método, que sejam abordados conjuntamente, em três itens diversos:

1. A variação de tratamento, por parte do vendedor.

A um leitor atento não escapará, por certo, como elemento importante no dissolver da atitude formal de princípio assumida pelo vendedor, a variação de tratamento que o escritor habilmente coloca nas intervenções daquele personagem. Do tratamento “senhora” da linha 6, ao tratamento “anjo de Deus no Leblon” da linha 57, vai uma longa e gradativa seqüência, a tender para o informal:

- senhora (linhas 6, 15, 20 e 25)
- senhorita (linha 41)
- uma distinta patrícia (linha 46)
- garota como você (linha 54)
- *te* conhecer (linha 56)
- bem (linha 57)
- *teu* nome (linha 57)
- anjo de Deus no Leblon (linha 58).

2. A nomenclatura da cota de hospital.

O título que o vendedor oferece à cozinheira é nomeado no texto por três vezes, pelo próprio vendedor, de três maneiras diferentes. À linha 12 é “formulário de inscrição”, à linha 38 é “papelzinho” e à linha 54 é “troço de cota de hospital”, numa ordem também gradativa, a tender para o depreciativo.

3. O valor polissêmico de algumas palavras.

O que se observa neste item, para o texto em causa, é de menor importância do que o que se disse nos itens anteriores, todavia vale sempre notar em qualquer análise o valor da polissemia, não só pela evidência da importância da estrutura, como também pelo que de sugestivo pode oferecer uma palavra polissêmica. Em nosso texto, mereceriam observação as palavras *hospital*, *operação*, *vexame*, *somando*, *planta*, com destaque para o uso diverso de *hospital*, na linha 7, nas expressões “direito a hospital”, com sentido abstrato, e “Hospital de

propriedade exclusiva de domésticas”, com sentido concreto. Na mesma ordem de idéias, vale também opor o uso do advérbio de modo *assim* da linha 39, ao que faz o autor na linha 25, em que a circunstância traduzida é mais de quantidade. “Está *assim* de candidato” supõe um gesto do interlocutor, com uma das mãos, e é o significado desse gesto que se transpõe para o vocábulo em tal estrutura.

Finalmente, chegando ao nível mínimo da significação, que é o do morfema, parece-nos importante que se leve em conta:

- a) o uso variado dos demonstrativos que determinam as expressões que nomeiam o título do hospital.

linha 11/12 — *este* formulário de inscrição

linha 38 — *este* papelzinho

linha 54 — *esse* troço de cota de hospital

quando se faz evidente que o título oferecido se mantém em mãos do vendedor, do começo ao fim do diálogo, isto é, observa-se sempre a mesma distância entre a pessoa que fala (o vendedor) e o objeto do assunto (a cota), não podendo portanto haver razões gramaticais, mas sim estilísticas, que motivem a variação do pronome deítico.

- b) O uso do sufixo diminutivo na expressão “papelzinho”.

Da mesma maneira a significação gramatical do sufixo diminutivo deixa de ter razão de ser, se se confrontam as várias expressões da cota, compreendendo-se por outro lado um valor expressivo, como o quer Pierre Guiraud, ou um valor conotativo, como o diz Mattoso Câmara Jr.

- c) Caracterizadores da espontaneidade da linguagem oral.

Fatos como “pra, uai, ara, etc.” podem ser observados, com o intuito de evidenciar a maior autenticidade do diálogo, com a intenção de caracterizar a espontaneidade em sua fluência da expressão oral.

4. *RELAÇÕES ACTANCIAIS*

Decorrentes das frases fundamentais observadas acima, poderíamos esquematizar três tipos de relações actanciais importantes, para a estrutura significativa do texto:

1.^a O vendedor oferece uma cota de hospital à empregada

Act.¹

Act.²

Circ.

2.^a A empregada é solteira e mineira (vd. linhas 28 e 39)
O vendedor é também solteiro e mineiro (vd. linhas 41 e 57)

Act.

Atrib.

3.^a O vendedor conquista a empregada

Act.¹

Act.²

A estrutura significativa revela uma alteração profunda. O elemento que figura de princípio como *Actante*² (a cota de hospital), isto é, o objeto da ação do *Actante*¹ (o vendedor), cede o seu lugar, no final, ao elemento que de princípio aparecia como *Circunstante* (a cozinheira). E a alteração decorre do *Atributo* (ser solteiro e mineiro), que envolve a ambos os personagens animados, entre as duas principais relações actanciais.

5. *RELAÇÕES DE OPOSIÇÃO*

A primeira oposição significativa do texto é a que, paradoxalmente, provoca todo o episódio e a sua solução. Um *vendedor* a querer impor o seu artigo, em face de uma *compradora* procurada em hora indevida e que nada quer comprar. É bem explorada essa oposição, avultando daí o obstáculo que é a *cota de hospital*. Se ao vendedor o escritor empresta, como já vimos, as idéias da “iniciativa”, do “exagero”, da “insistência” e da “habilidade verbal”, a *compradora* procurada é esboçada com traços de “desconfiada” (linhas 13 e 15), “preocupada com o seu tempo” (linhas 22/23), enfim como uma pessoa que não quer deixar-se enganar, alguns elementos sêmicos que de certa forma já antecipam a sua origem mineira.

Da resistência da empregada à compra, avulta naturalmente a cota de hospital como obstáculo ao entendimento dos dois personagens humanos e, em consequência, se estabelece a segunda oposição: a empregada de um lado, a cota de hospital de outro. Fica tão acentuada esta oposição que, em face dos elementos comuns que o diálogo oferece (ser mineiro e ser solteiro), o pender para um lado há de corresponder forçosamente ao afastamento do outro, ou, em representação gráfica, a *aproximação* da empregada (vai significar) o *afastamento* da cota:

V.	E	V. + C.H.
(senhora)		este
(senhorita)		formulário
(uma dist. patrícia)		de
(garota)		inscrição
(você)		
(tu)		este
(bem)		papelzinho
(anjo de Deus		
do		esse
(Leblon)		troço de cota de hospital
V. + E	V.	C.H.

Simultaneamente então se percebe, de um lado, um estreitamento de intimidade entre vendedor e empregada, revelada pela variação do tratamento que ele dá a ela, e de outro lado um decisivo afastamento do vendedor em face do que era objeto de sua venda, por reconhecê-lo como obstáculo às suas pretensões para com a empregada. O título do hospital que, de início, era chamado — respeitosamente, com certa distância — de *formulário de inscrição* passa a ser, afetivamente, *papelzinho* e, por último, depreciativamente, *troço de cota de hospital*, aqui ainda com a substituição do determinante demonstrativo *este* por *esse*, a confirmar o afastamento, que não físico, pelo menos espiritual.

6. *RELAÇÕES DE ASSOCIAÇÃO (SEMAS VIRTUAIS)*

Os elementos conotativos que no texto complementam os elementos denotativos, na direção da significação global, podem ser destacados em conformidade com a divisão de Piérre Guiraud para os seus valores estilísticos: os valores expressivos, que evocam emoções, desejos, intenções, etc., e os valores sócio-contextuais, que evocam por contigüidade a imagem dos que empregam as palavras em causa e as situações nas quais estão implicadas:

1. Como valor expressivo, poderíamos pôr em destaque as seguintes noções evocadas pelo texto:

- | | |
|--|---|
| a) Oposição aproximação/afastamento — este/esse | |
| b) Oposição respeito/
afetividade/depreciação | — formulário de inscrição/
papelzinho/troço de hospital |
| c) Idéia de exagero | — (de 300 para 10.000 —
linha 10) |
| d) Idéia de humildade | — (Eu mexo é com colher)
— linha 14 |
| e) Idéia de franqueza
e espontaneidade | — (... agora estou muito
ocupada lavando panela)
— linha 23 |
| f) Idéia de iniciativa | — (princípio do texto) |
| g) Idéia de insistência | — (linha 24) |
| h) Idéia de confiança
e ousadia | — (linhas 49 a 57) |

2. A linguagem sem preocupação formal se manifesta no texto (ainda que o vendedor, no começo, seja formal em certa dose), a caracterizar também o nível social de ambos os interlocutores. Destaque então para as expressões:

- um estouro (linha 8); que nem (linha 13); né (linha 25);
- Estou *somando?* (linha 28); 'brigada (linha 36); pra (linhas 38 e 48); uai (linha 41); De lá daonde (linha 42); Ara (linha 44);
- Está na cara (linha 50); se fica no vou-te-contar (linha 56).

7. RELAÇÕES SÊMICAS FUNDAMENTAIS (27)

Seguindo os esquemas de B. Pottier (28), aqui trabalhamos com os núcleos semânticos fundamentais, em suas relações de oposição (H), de inclusão (C), de participação (W) e de associação (~), para melhor percepção da linha significativa do texto:

empregada	patrão/cota de hospital H C COZINHEIRA W mulher	humil- dade ~ fran- queza /mexo com a colher/ /lavan- do pa- nela/
desconhecido	"compradora" H C VENDEDOR W homem/venda da cota	iniciativa (prin- cípio do texto) insistência (linha 24) ~ exagero (linha 10) habilidade verbal

(27) Nas nossas disposições esquemáticas, valeu-nos muito o trabalho de Dinah Maria I. Callou, "Relações sêmicas num texto de Anibal Machado", *Revista de Cultura Vozes* n. 7.

(28) Cf. Gramática del Español, p. 132 e sgts.

assistência médica (1.6)	C	empregada H COTA DE HOSPITAL W ação de vender/ vendedor	respeito (formu- lário de inscri- ção) afetividade (pa- pelzinho) ~ depreciação (tro- ço de cota de hospital) aproximação (es- te) afastamento (es- se)
estado civil	C	casado H SOLTEIRO W tratamento menos cerimonioso	~ possibilidade de casamento
brasileiro	C	(não-mineiro) H MINEIRO W (apego à região)	~ — possibilidade de melhor entendimento — boa conversa
vendedor	C	ação de vender H CONQUIS- TADOR W /ação ou intenção de conquistar/	~ — habilidade verbal — confiança, ousadia (mudança formal)
comunicação	C	isolamento (solteiros) H DIÁLOGO W duas pessoas	~ — remoção de obstáculo — pontos comuns — concessão — compreensão

— humano	interesse material	
— contínuo	/venda da cota/	
— com- preensão	H C UNIÃO FINAL W vendedor/empre- gada	~ — felicidade — casamento

8. ANÁLISE SÊMICA

Tomando os núcleos semânticos como unidades fundamentais, segue-se também esquematicamente uma análise sêmica, levando-se em conta o que B. Pottier chama de semas específicos, genéricos e virtuais:

<i>Unidades funda- mentais</i>	<i>Semema</i>	<i>Classema</i>	<i>Virtuema</i>
EMPRE- GADA (cozinheira)	a que traba- lha a que cozinha	humano descontínuo	— humildade — franqueza
VENDEDOR (desconhe- cido)	o que vende o que fala bem	humano contínuo	— iniciativa — insistência — exagero — habilidade verbal
COTA DO HOSPITAL	que dá direi- to a assistên- cia médica	descontínuo não-humano	— respeito — afetividade — depreciação — aproximação — afastamento
SOLTEI- RA/O	— estado ci- vil de quem não casou	humano descontínuo	— possibilidade de casamen- to

<i>Unidades funda- mentais</i>	<i>Semema</i>	<i>Classema</i>	<i>Virtuema</i>
MINEIRA/O	— quem nasce em Minas Gerais	humano contínuo	— boa conversa — apego à região
CONQUISTADOR	o que conquista	humano descontínuo	— habilidade verbal — confiança — ousadia
DIALOGO	Conversa entre duas pessoas, com entendimento	humano comunicação contínuo	— procura de pontos comuns — remoção de obstáculos — concessão — compreensão
UNIÃO FINAL	ato de unir-se	contínuo humano	— felicidade — casamento.

9. CONCLUSÕES

Dividimos as nossas conclusões em quatro partes:

1. Valores para o resultado do diálogo

VENDA COTA	(—)
------------	-----

SER SOLTEIRO	(+)
--------------	-----

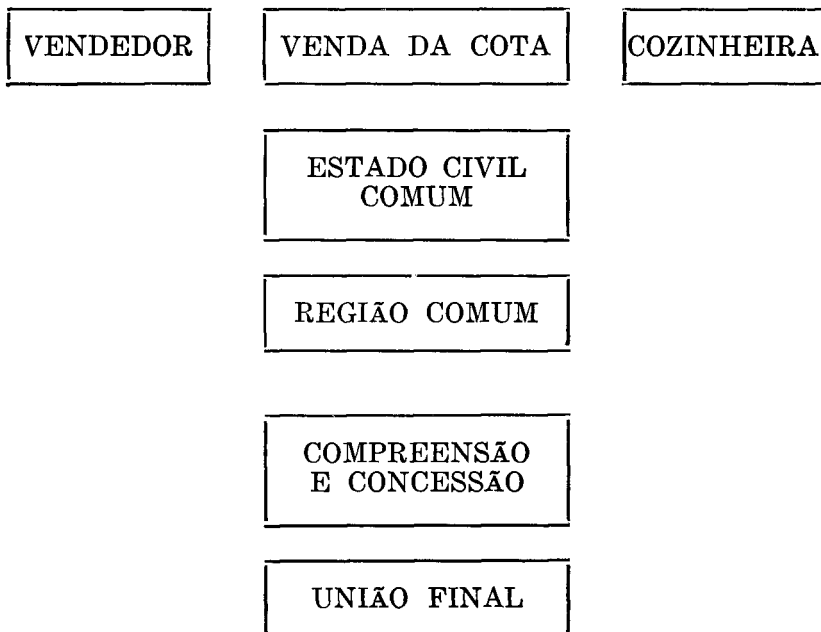
UNIÃO FINAL (+)

SER MINEIRO	(+)
-------------	-----

Considera-se aqui especificamente o *resultado* do diálogo, isto é, o fato positivo da *união final* entre dois personagens para o qual os fatos de “ser solteiro” e “ser mineiro” são positivos, porque mudam benéficamente a direção do diálogo, enquanto a “venda da cota” se mostra como elemento negativo porque, constituindo obstáculo decisivo entre os personagens, nunca os levaria à compreensão alcançada.

2. Seqüência das significações

a)



A *venda da cota* leva o *vendedor* a encontrar a *cozinheira*, mas ao mesmo tempo opõe um ao outro. O diálogo a respeito leva-os a conhecer o *estado civil comum* e, a seguir, a *origem da mesma região*, o que possibilita *compreensão* entre os dois, havendo ao mesmo tempo *concessão* de ambas as partes (ele deixa de vender a ela a cota do hospital, ela abandona o seu emprego), para que cheguem naturalmente à *união final*.

- b) O binarismo homem/mulher, na sua seqüência existencial, da oposição à união, assim se configura no texto:

Homem = desconhecido Ω vendedor Ω conquistador Ω companheiro.

Mulher = empregada Ω cozinheira Ω mineira solteira Ω companheira.

3. Linha do diálogo:

	vendedor			
		homem		
			conterrâneo	
cota		(solteiros)	(mineiros)	união final
			conterrânea	
		mulher		
	compradora			

Ainda que a *venda da cota* tenha sido, como vimos acima, um elemento negativo para o *resultado do diálogo*, o mesmo não acontece se considerarmos o próprio diálogo, do qual a *venda da cota* é a origem, portanto o seu elemento mais positivo. Provocando o início do diálogo, a cota do hospital porém logo assume o papel de elemento distanciador, para os personagens, cuja distância vai diminuindo à medida que o diálogo traz a conhecimento serem solteiros, serem ambos mineiros. O diálogo difícil, entre um vendedor, que quer impor a sua mercadoria, e uma compradora procurada, que não tem nenhum interesse na compra, passa a ser mais fácil entre um homem e uma mulher, dadas outras possibilidades, e mais ainda entre conterrâneos, ciosos da sua facilidade de entendimento.

4. Significação geral (metassemia)

Longe estamos, como vemos, daquela metassemia proposta no princípio: um contacto comercial levou a uma ligação afetiva. Se bem que nessa afirmação haja uma descrição do que sucedeu, a significação do episódio, em sua simplicidade, envolve uma verdade universal: o valor do diálogo como comunicação humana. Não comunicação de contacto, em que bastem os sons das palavras, mas como autêntica comunicação de entendimento, em que as palavras assumem o seu verdadeiro papel de significantes, para que as pessoas melhor se compreendam. Então, da oposição natural em que se encontrem dois desconhecidos, mesmo em situações em que mais se oponham (o vendedor diante de uma empregada ocupada, que não tem interesse algum em comprar), pode o diálogo produzir entendimento, desde que se eliminem os obstáculos iniciais (no caso do texto a venda da cota do hospital) e se procurem os pontos comuns (no caso: serem solteiros e mineiros). E o melhor resultado final há sempre de exigir concessão de ambas as partes (no texto, o abandono da venda da cota, pelo vendedor, e o abandono do emprego, pela cozinheira).

A EPISTOLA LXX DE SÃO JERÔNIMO

Maria Evangelina Soeiro

Sempre associei a iniciativa de se homenagear um intelectual com uma miscelânea de estudos concernentes à sua especialidade ao pensamento de Vieira expresso em seu famoso “Sermão de Santo Antônio”, pronunciado em S. Luís do Maranhão, em 1654, e mais conhecido pelo nome de “Sermão aos Peixes”: “... nas festas dos santos é melhor pregar com eles do que pregar deles.”

E, a meu ver, nenhuma homenagem pode ser mais feliz do que esta, sobretudo quando o homenageado é um antigo Professor. Realmente, que pode haver de mais grato, ao coração de um Mestre, do que comprovar que não pregou no deserto, que suas lições encontraram eco no espírito de seus alunos, nos quais ele conseguiu despertar o mesmo entusiasmo pelos estudos que o apaixonaram?

Distinguida com o lisonjeiro convite para colaborar nesta Miscelânea, meu espírito instintivamente se voltou para aquela tarde memorável de 1955, em que se deu meu primeiro contacto pessoal com o Professor Maurer, então presidente da banca do concurso de Latim, perante a qual eu ia ler a minha prova escrita, cuja primeira parte era a tradução da Ode XV do Livro IV de Horácio. Provinciana, comecei a ler timidamente minha tradução, mas a atenção, o interesse, a serenidade dos membros da banca foram pouco a pouco infundindo-me coragem a tal ponto que saí da sala resolvida a prosseguir no concurso, no qual eu, já detentora de uma cadeira de Português, que não me deixava lazer para os estudos latinos, me aventurara apenas para adquirir experiência, e cujo resultado, no entanto, viria dar novos rumos à minha vida.

Meu primeiro contacto com o Professor Maurer foi uma tradução: é, pois, com uma tradução que quero homenageá-lo.

Alguém um dia me assinalou a Epístola LXX de S. Jerônimo, em que ele defende a legitimidade do conhecimento da literatura profana por parte dos cristãos; li atentamente a carta e ali se me deparou uma frase com que S. Jerônimo, sem o perceber, se caracteriza a si mesmo, ao tentar ressaltar a cultura dos Padres gregos: “não se sabe o que mais se deve admirar neles, se a erudição profana ou a ciência das Escrituras”. Foi essa frase que me veio à mente, quando pensei na escolha de um texto por traduzir para esta Miscelânea. Estudando um autor cristão, inúmeras vezes tive de recorrer aos conhecimentos escriturísticos do Professor Maurer, e, a cada vez, comparando-os com os das letras pagãs, dos quais ele nos havia dado sobejas provas em seu Curso de Especialização, eu me extasiava diante de uns e outros, como S. Jerônimo ante o saber de seus predecessores gregos. Não havia escolha por fazer: a carta de S. Jerônimo se me impunha.

* * *

É sabido que na Antigüidade, nas regiões de intensa assimilação da cultura greco-latina, jamais a Igreja se preocupou, nem mesmo após a paz constantiniana, em manter escolas próprias. Ela se limitou a dar a iniciação dogmática e a formação moral, esta, sobretudo, com a colaboração da família, deixando para a escola tradicional o encargo do preparo intelectual do educando, ainda que o ensinamento dessa escola fosse essencialmente pagão.

Assim sendo, o cristão culto, convertido ou nascido de família cristã, trazia uma sólida bagagem filosófico-literária profana, da qual lhe era muito difícil desfazer-se, ou porque, mau grado seu, o gosto estético o levava continuamente a dessementar-se nas fontes que constituíram o deleite de sua primeira juventude, ou porque, ainda que conseguisse dominar a ânsia desse prazer, lá estava o hábito que o fazia trair sua formação em sua linguagem.

Debalde Cipriano se abstém, em toda a sua obra, de qualquer citação direta de autores pagãos ou de qualquer alusão às obras destes: sua linguagem, repleta de reminiscências literárias profanas, revela sua profunda erudição clássica.

Esse estado de coisas alarmava o espírito de certos cristãos radicais, para quem cristianismo significava um rompimento total com o paganismo. Mas, caso curioso, se muitos se insurgiam contra o uso da literatura clássica por parte dos

cristãos adultos, ninguém se lembrou de interdizer aos jovens a freqüência à escola tradicional, veículo dessa literatura, que destilava, em suas almas tenras, a idolatria e os exemplos nem sempre edificantes da mitologia, que estavam em flagrante contradição com a dogmática e a moral cristã.

Tertuliano, o intransigente por excelência, proíbe o exercício do magistério para o cristão, cuja fé não pode dobrar-se às exigências do programa da escola clássica; mas admite, como um mal necessário, que os jovens sejam iniciados na literatura, “instrumento indispensável para toda a vida”; ao se dar conta do significado dessa literatura, o fiel rejeitá-la-á como alguém que, consciente, aceita o veneno de mãos que inadvertidamente lho oferecem, mas não o bebe ⁽¹⁾.

Alguns Padres da Igreja, admitindo como inevitável o contacto dos jovens com as letras pagãs, entregam-se à tarefa prudente de adverti-los contra os perigos que elas encerram, ao mesmo tempo que lhes abrem os olhos para as verdades nelas contidas; em uma palavra, ensinam-nos a separar o joio do trigo.

São Basílio, encarregado da educação de dois sobrinhos, compõe, para sua orientação, um opúsculo em que lhes dá conselhos sobre a leitura dos escritores pagãos: ela é útil, desde que se faça uma seleção; é preciso saber não confiar a direção de seu pensamento aos autores pagãos, e sim tirar deles tudo o que têm de proveitoso ⁽²⁾.

Por sua vez São Jerônimo, imbuído profundamente da cultura clássica, será atormentado pelo remorso causado pela sedução que sobre ele exercem os autores pagãos. Ardendo em febre, vê-se arrastado ao tribunal divino, onde é acusado de ser ciceroniano e não cristão; aterrorizado, promete renunciar às obras profanas, cuja leitura significaria renegar a Cristo ⁽³⁾. Expondo ao Papa Dâmaso a sua interpretação da parábola do Filho Pródigo, assim explica ele o sentido de *siliquas* com que foi nutrido o rebelde longe da casa paterna: “o alimento do demônio vem a ser os cantos dos poetas, a sabedoria profana, a pompa verbal dos retóricos” ⁽⁴⁾.

(1) Tertuliano, *De idolatria*, 10.

(2) S. Basílio, *Aos Jovens; Como Tirar Proveito das Letras Helênicas*, IV, 1 sqq.

(3) S. Jerônimo, *Epistulae*, XXII, 30.

(4) S. Jerônimo, *Epistulae*, XXI, 13.

No entanto, fundado o seu mosteiro de Belém, ele lhe acrescenta uma escola, onde ensina aos meninos a gramática e a literatura clássica. Seus inimigos atacam-no e acusam-no de quebrar o juramento de seu famoso sonho. Magno, orador da cidade de Roma, no fim de uma carta, como que incidentalmente, lhe pede uma explicação a respeito da citação de autores pagãos em suas obras. S. Jerônimo vislumbra nessa pergunta, inocente na aparência, a crítica subtil de um inimigo, do qual Magno é o ingênuo porta-voz; Jerônimo esclarece-o, ao mesmo tempo que desmascara o verdadeiro autor da questão. É a carta LXX da coletânea de "Epistulae" publicada com o seu nome.

Após uma breve introdução, em que se congratula com Magno pela regeneração de um certo Sebésio, personagem não mencionado alhures (§ 1), S. Jerônimo vai direto à questão (§ 2): a cultura unilateral de Magno o impele a tal pergunta, para a qual ele poderia encontrar resposta no conhecimento das Sagradas Escrituras. No Antigo Testamento, Moisés, os profetas e Salomão apresentaram, em seus livros, elementos tomados às obras dos gentios e, no Novo Testamento, Paulo trai suas leituras clássicas, assim como tira, de uma inscrição pagã, o assunto para defesa de sua fé. Ainda, no Antigo Testamento, encontramos, de maneira simbólica, a lição de como devemos purificar o que os gentios nos oferecem para torná-lo digno do Senhor.

§ 3. Quando discutimos com um pagão, é de bom alvitre servirmo-nos de argumentos extraídos das obras de seus filósofos e poetas, cuja autoridade ele não põe em dúvida, e não das Sagradas Escrituras, que para ele nada significam; Cipriano foi atacado por não ter agido assim, enquanto Orígenes, Metódio, Eusébio, Apolinário, Josefo e Filão usaram dessa tática, que ele também empregaria, não obstante as prováveis críticas, se tivesse de escrever contra Juliano Augusto.

No § 4 Jerônimo passa em revista os Padres e apologistas de língua grega, cujas obras refletem um profundo conhecimento dos filósofos pagãos.

Finalmente, no § 5, chega aos escritores latinos, que não se mostram inferiores aos gregos em erudição. Cita mesmo o presbítero Juvenco, que transpôs os Evangelhos para a poesia.

Ao terminar a carta (§ 6), Jerônimo afirma que só não se serviram da erudição, adquirida na escola e na leitura dos

autores clássicos, aqueles que, como Epicuro, não foram iniciados na literatura. E, por fim, desmascara o inimigo, cuja crítica se dissimula na pergunta ingênua de Magno, a quem ele encarrega de transmitir àquele a sua tirada de polemista violento.

TRADUÇÃO

A Magno, orador da cidade de Roma

1. Que o nosso Sebésio tirou proveito de tuas advertências, soube-lo não tanto por tua carta quanto por seu próprio arrependimento. E, fato extraordinário, sua emenda agradou-nos mais do que seus erros nos haviam magoado. Combateram entre si a indulgência do pai e a piedade do filho, pois que um não se lembra do passado, o outro também promete, para o futuro, fidelidade ao dever. Por isso devemos congratular-nos um com o outro, pois nós recebemos um filho, tu reconheceste um discípulo.

2. Uma vez que me perguntas, no fim de tua carta, por que, em nossas obras, apresentamos às vezes exemplos das letras pagãs e maculamos a brancura da Igreja com a lama dos pagãos, eis uma breve resposta: nunca perguntarias isso, se Túlio não te dominasse inteiramente, se lesses as Santas Escrituras, se percorresses os seus exegetas, com exceção de Volcácio.

De fato, quem poderia desconhecer que, também nos volumes de Moisés e dos profetas, há elementos tomados aos livros dos gentios e que Salomão propôs aos filósofos de Tiro algumas questões e lhes deu respostas a outras? Por isso, no exórdio dos *Provérbios*, aconselha-nos a compreender as expressões da prudência e os artifícios das palavras, as parábolas e a linguagem misteriosa, as máximas dos sábios e os enigmas, que são próprios dos dialéticos e dos filósofos. Mas o apóstolo Paulo também, ao escrever a Tito, empregou um verso do poeta Epimênides: “Cretenses, sempre mentirosos, animais cruéis, gluttons preguiçosos.” Depois Calímaco fez uso de um hemistíquio desse verso heróico. Não é de se admirar se, no latim, a tradução literal não conserva o metro, pois que Homero, vertido para a prosa, na mesma língua, mal apresenta coerência. Também, em outra epístola, Paulo cita um senário de Menandro: “as conversas muito ferinas corrompem os bons costumes”. E, discorrendo diante dos atenienses, no Areópago, chama Arato como testemunha: “pois nós também somos de sua raça”, o que em grego se diz:

e é a parte final de um verso heróico. E, como se isso não bastasse, o chefe do exército cristão, o orador invencível, advogando a causa de Cristo, até a inscrição de um altar, com a qual deparou, faz reverter em argumento de sua fé. Aprendera, de fato, com o herói Davi, a arrancar o gládio das mãos dos inimigos e a cortar a cabeça do orgulhosíssimo Golias com sua própria espada. Lera no *Deuteronômio* que, pela voz do Senhor, fora ordenado que se raspasse a cabeça da mulher cativa, que se lhe cortassem as sobrancelhas, todos os pelos e unhas do corpo e que ela assim fosse desposada (5); que há, pois, de

(5) Na epístola XXI, 13, S. Jerônimo já havia tomado o mesmo argumento.

admirável, se eu, por minha vez, por causa da elegância de sua linguagem e da beleza de seus membros, procuro transformar a sabedoria pagã, de escrava e cativa, em israelita? se o que nela há de idolatria, de sensualidade, de erro, de paixões, ou extirpo ou raspo, e, associado a esse corpo, totalmente purificado, nela gero para o Senhor de Sabaó escravos nascidos em casa? Meu trabalho é útil para a família de Cristo, meu contacto com a estrangeira aumenta o número de meus companheiros de servidão. Oséias recebe como esposa a filha de Debelaim, isto é, dos prazeres, e da meretriz lhe nasce Iezrael, que é chamado “vergôntea de Deus”. Isaías, com uma navalha afiada, raspa a barba e as pernas dos pecadores; Ezequiel, para simbolizar Jerusalém que se prostituía, corta sua própria cabeleira, para que seja eliminado tudo o que nela está desprovido de sentimento e de vida.

3. Cipriano, homem notável por sua eloquência e seu martírio, segundo narra Firmiano, é criticado porque, ao escrever contra Demetrio, apresentou testemunhos dos apóstolos e profetas, que este julgava falsos e sem fundamento, e não, de preferência, dos filósofos e poetas, contra cuja autoridade, como pagão, Demetrio não podia insurgir-se. Escreveram contra nós Celso e Porfírio; ao primeiro Orígenes, ao segundo Metódio, Eusébio e Apolinário responderam com muita energia. Orígenes escreveu oito livros, Metódio estende-se até dez mil versos, Eusébio e Apolinário compuseram vinte e cinco e trinta volumes. Lê-os e ficarás sabendo que nós, ao lado deles, somos muito ignorantes e, após tanto tempo de ociosidade, mal nos recordamos, como que através de um sonho, do que aprendemos quando crianças.

Juliano Augusto, em sua expedição contra os partos, vomitou sete livros contra Cristo e, por coerência com as fábulas dos poetas, dilacerou-se com sua própria espada. Se eu tentar escrever contra ele, proibir-me-ás, penso eu, de repelir esse cão raivoso com as doutrinas dos filósofos e historiadores, isto é, com a maça de Hércules? Aliás, ele já teria sentido, desde o início do combate, o nosso Nazareno — ou como ele próprio costumava dizer — o Galileu e, com as entranhas perfuradas por um venábulo, teria recebido o castigo de sua língua pútrida. Josefo, para provar a antiguidade do povo judeu, escreve dois livros contra Apião, gramático alexandrino, e expõe tantos argumentos dos autores pagãos, que a mim se me apresenta como um milagre como um homem hebreu, educado desde a infância com as letras sagradas, tenha manuseado toda a biblioteca dos gregos. Que poderia eu falar de Filão, que os críticos proclamam ou o segundo Platão ou o Platão judeu?

4. Discorrerei rapidamente sobre cada um destes: Quadrato, discípulo dos apóstolos e prelado da Igreja de Atenas, acaso não apresentou ao imperador Adriano, que visitava os santuários de Elêusis, um livro em defesa de nossa religião e não foi causa de grande admiração a todos, a tal ponto que sua inteligência extraordinária conseguiu serenar uma perseguição tão grave? O filósofo Aristides, homem muito eloquente, ofereceu ao mesmo príncipe sua *Apologética* em favor dos cristãos, totalmente tecida com máximas dos filósofos. Mais tarde Justino, filósofo também, imitou-o e apresentou, a Antonino Pio, a seus filhos e ao senado, um livro contra os gentios, repelindo a pecha de ignomínia da cruz e pregando a ressurreição de Cristo com plena liberdade. Que poderia falar de Melitão, bispo de Sardes, de Apolinário, prelado da Igreja de Hierápolis, de Dionísio, bispo de Corinto, de

Taciano e de Bardesane, de Ireneu, sucessor do mártir Potino, que, em muitos volumes, desvendaram as origens de cada uma das heresias e as fontes filosóficas das quais emanaram?

Panteno, filósofo da escola estoica, graças à fama de sua notável erudição, foi enviado à Índia por Demétrio, bispo de Alexandria, para pregar aos brâmanes e filósofos daquela nação. Clemente, presbítero da Igreja de Alexandria, a meu ver o mais erudito de todos os homens, escreveu oito livros de *Stromata*, igual número de *Hipotiposes*, um outro contra os gentios e ainda os três volumes do *Pedagogo*. Que neles há que não seja douto ou, por outra, que não parta do seio da filosofia? Imitou-o Orígenes, e escreveu dez *Stromata*, comparando umas com as outras as máximas dos cristãos e as dos filósofos e confirmando todos os dogmas de nossa religião com textos de Platão, Aristóteles, Numêncio e Cornuto. Também Milcíades escreveu contra os gentios um volume notável. Hipólito e Apolônio, senador da cidade de Roma, compuseram seus próprios opúsculos. Há também os livros de Júlio, o Africano, que escreveu uma história cronológica, de Teodoro, que depois foi chamado Gregório, homem que, como os apóstolos, possuía o dom dos prodígios e dos milagres, ainda de Anatólio, prelado da Igreja de Laodicéia, dos presbíteros Pânfilo, Piério, Luciano, Malquião, de Eusébio, bispo de Cesaréia, de Eustácio de Antioquia, de Atanásio de Alexandria, também de Eusébio de Êmesa, de Trifílio de Chipre, de Astério de Citópolis, e do confessor Serapião, e ainda de Tito, bispo de Bostra, dos capadócius Basílio, Gregório, Anfíloquio: todos esses a tal ponto guarneceram seus livros de doutrinas e máximas dos filósofos, que não poderias saber o que neles deverias admirar primeiro, se a erudição profana ou a ciência das Escrituras.

5. Chegarei aos latinos. Que há de mais erudito que Tertuliano, que há de mais engenhoso? Sua *Apologética* e seus livros contra os gentios contêm toda a ciência profana. Minúcio Félix, advogado do foro de Roma, no livro que tem como título *Otávio* e em um outro contra os matemáticos — se é que, contudo, o título não oculta o verdadeiro autor — da literatura pagã, que deixou ele passar sem alusões? Arnóbio publicou sete livros contra os gentios e outros tantos seus discípulo Lactâncio, que compôs ainda dois volumes sobre a ira e a obra de Deus; se quiseses lê-los, descobrirás um resumo dos diálogos de Cícero. Pode faltar erudição ao mártir Vitorino em seus livros, contudo não falta desejo de erudição. Com que concisão, com que conhecimento da história universal, com que brilho de linguagem e de pensamento, Cipriano resumiu as razões por que os ídolos não são deuses! Hilário, confessor e bispo de meu tempo, imitou os livros de Quintiliano no estilo e no número e, em um pequeno opúsculo, que escreveu contra o médico Dióscoro, mostrou seu valor literário. O presbítero Juvenco, no reinado de Constantino, expôs em versos a história do Senhor, nosso Salvador, e não temeu submeter às leis da métrica a majestade do Evangelho. Deixarei passar em silêncio os outros, vivos ou mortos, em cujos escritos se revelaram sua capacidade e sua intenção.

6. Não te deixes seduzir inopinadamente pela idéia insensata de que esse processo é lícito contra os gentios, mas que se deve ocultar em outras dissertações, pois que todos os livros de quase todos os escritores, salvo daqueles que, como Epicuro, não estudaram literatura, estão repletos de erudição e de ciência. Aliás, eu acreditaria antes naquilo

que me veio ao espírito enquanto dito: tu não ignoras o que sempre foi de uso entre os homens doutos, mas, por teu intermédio, essa questão me é proposta por um outro que, talvez, por amor às *Histórias* de Salústio, se pudesse chamar Calpúrnio Lanário. Peço-te persuadi-lo a que, desdentado, não inveje os dentes dos que podem comer, e, toupeira, não despreze os olhos das cabras. Como vês, matéria rica para discussão, mas os limites estreitos de uma carta me obrigam a um ponto final.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTANER, B. — *Précis de Patrologie*, Les Précis Salvator, Mulhouse, 1961.
- BASÍLIO, S. — *Aux jeunes gens — Sur la manière de tirer profit des lettres helléniques*, par F. Boulenger, Société d'Édition Les Belles Lettres, Paris, 1952.
- JERÓNIMO, S. — *Lettres*, tomes I et III, par J. Labourt, Société d'Édition Les Belles Lettres, Paris, 1949 e 1953.
- LABRIOLLE, P. de — *Histoire de la littérature latine chrétienne*, 3^e éd. Société d'Édition Les Belles Lettres, Paris, 1947.
- MARROU, H. I. — *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité*, Editions du Seuil, Paris, 1955.
- TERTULIANO — *De idololatria*, Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum, Viena, 1890.

A RECONSTITUIÇÃO DA FÁBULA SCHLEICHERIANA «A OVELHA E OS CAVALOS»

Maria Luísa F. Miazzi

Ao mestre da lingüística
indo-européia em nosso país

Muito se tem comentado a respeito da fábula composta por August Schleicher (1) em indo-europeu, em meados do século passado, à vista dos elementos que então podia oferecer a lingüística indo-européia, com apenas algumas décadas de existência, e da extrema confiança que se começava a atribuir aos princípios da evolução fonética, mais adiante convertidos em “leis” de caráter absoluto pelos neogramáticos.

Poucos, porém, têm tido ensejo de conhecer-lhe o texto e apreciar os aspectos positivos e negativos da imaginosa reconstrução.

- (1) 1821-1868 — Lingüista dedicado especialmente ao campo indo-europeu, lecionou nas Universidades de Praga e Jena (nesta de 1857 até a morte).

É conhecido por sua famosa “árvore genealógica”, relativa aos agrupamentos das línguas indo-européias, pela doutrina dos três estádios da evolução lingüística (monossilábico, aglutinante e flexional), já esboçada por Schlegel, e por ter aplicado ao estudo da linguagem a teoria de Darwin, que o levou a considerar as línguas como organismos naturais que surgem, crescem e morrem, segundo leis fixas (o interesse naturalista já se observa em sua formação primitiva de botânico).

Especialmente, porém, interessa-nos a crença firme nas leis fonéticas, ao ponto de formular uma reconstituição do indo-europeu através da fábula “*Avis akvasas ka.*”.

Seu *Compendium der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen* (Weimar, 1861-1862) representa o segundo passo da lingüística indo-européia, após o trabalho fundamental de Bopp.

Dedicou-se também à história de seu idioma (*Die deutsche Sprache*, Stuttgart, 1860) e especializou-se em línguas eslavas. O lituano, dentre as bálticas, atraíu-o de tal forma que, numa época de exclusivo historicismo, publicou um manual completo da língua viva, composto de gramática, antologia e glossário (*Handbuch der litauischen Sprache*, 2 vol., Praga, 1856-1857).

Com toda a reverência que a figura ímpar da erudição e probidade intelectual do homenageado nos desperta, oferecemos-lhe este trabalho, no campo dos estudos indo-europeístas que, espontaneamente, a par de suas atribuições como Professor Catedrático de Filologia Românica, desenvolveu na Universidade de São Paulo, e no qual tivemos a honra de trabalhar como sua Assistente. A Lingüística Indo-Européia, encargo assumido por ele meramente no afã de beneficiar a escola que formou, está situada entre os cursos de Pós-Graduação atualmente e dela nasceu o Curso de Sânscrito, já em seu quarto ano, uma realidade que inexiste mesmo em algumas universidades estrangeiras.

Aos estudiosos e alunos de lingüística geral, aos de indo-européia e de sânscrito em particular, cremos ser de interesse a publicação desta fábula, com comentários sobre os elementos válidos da reconstituição de Schleicher, mormente antes do advento da escola neogramatical, de que foi precursor, e da famosa *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* (1878) de Saussure, que revolucionou o estudo do sistema vocálico do indo-europeu.

Quase um século após a elaboração dessa fábula (1), a qual permanece até hoje a única tentativa da espécie, Herman Hirt retomou-a (2) com escopo didático, a fim de apontar a seus discípulos os erros em que, levado máxime pelo sânscrito, incorrera seu autor.

Também Carlo Tagliavini, mais conhecido como romanista, numa obra de pouca divulgação entre nós, sobre lingüística geral (3), ao tratar de Schleicher, menciona, a título de curiosidade, apenas o período inicial da fábula, com uma refacção própria, confessadamente inspirada em Hirt. É lastimável que se tenha limitado ao exame de tão reduzida parte, curta como é a fábula, pois teríamos dois textos para colacionar e donde extrair ensinamentos, mas, em verdade, pouco difere sua interpretação daquela exposta pelo insigne indo-europeísta;

(1) Foi publicada *Kuhn-Schleichers Beiträge* 5, 1868, p. 207.

(2) "Der Lautstand der indogermanischen Sprache", cap. III da importante obra *Die Hauptprobleme der indogermanischen Sprachwissenschaft*, M. Niemeyer Verlag, Halle-Saale, 1939, edição póstuma organizada por H. Arntz.

(3) *Introduzione alla Glottologia*, Bolonha, R. Patron, 1.^a ed. 1936, 4.^a ed. 1950.

a divergência maior está no modo de representar alguns fonemas, em especial a vogal reduzida (1).

Eis a fábula de Schleicher com sua atualização, baseada em Hirt, porém apresentada na esteira dos lingüistas ortodoxos, mormente dos modernos como Pokorny, e a respectiva tradução:

AVIS AKVASAS KA

AVIS, JASMIN VARNA NA A AST, DADARKA
AKVAMS, TAM, VAGHAM GARUM VAGHANTAM, TAM,
BHARAM MAGHAM, TAM, MANUM AKU BHARANTAM.

AVIS AKVABHJAMS A VAVAKAT: KARD AGHNU-
TAI MAI VIDANTI MANUM AKVAMS AGANTAM.

AKVASAS A VAVAKANT: KRUDHI AVAI, KARD
AGHNUTAI VIVIDVANT-SVAS: MANUS PATIS VARNAM
AVISAMS KARNAUTI SVABHJAM GHARMAM VASTRAM
AVIBHJAMS KA VARNA NA ASTI.

TAT KUKRUVANTS AVIS AGRAM A BHUGAT.

Reconstituição moderna

OUIS E KUOS K^uE

OUIS IEI ULNA NE EST, DEDORKE E KUONS, TOM,
UOGHOM G^u.RUM UEGHONTM, TOM, BOROM MEG(H) AM,
TOM, GH^uMONM OKU BHERONTM.

OUIS E KUOBHIOS (—MOS) EUEUK^uET: KERG
AGHNUTAI MOI UIDONTEI GH^uMONM E KUONS
AGONTM.

(1) A reconstituição que apresentamos, devido à falta de uniformidade entre os símbolos gráficos adotados pelos autores, segue a do *Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch*, de Julius Pokorny; pessoalmente preferiríamos servir-nos de alguns de uso didático freqüente, e. g. *w.* e *y* para as soantes labial e palatal, ou de mais fácil representação gráfica, e. g. *k'* para a palatal, etc., mas a necessidade de um critério unitário fez-nos optar pelo de Pokorny.

Por motivo de clareza, resolvemos pontuar a fábula, como Schleicher.

EKUOS EUEUK²ONT: KLUDHI, OUEI! KERG
AGHNUTAI UIDONT-BHIOS (—MOS): GH₂MON POTIS
ULNAM OUIOM K²RNEUTI SEBOI G²HERMOM UESTROM
OUIBHIOS (—MOS) K²E ULNA NE ESTI.

TOD KEKLUUOS (?), OUIS AGROM EBHUG.

Tradução literal

(A) ovelha e (os) cavalos

(Uma) ovelha, (na) qual não existia lã (l), viu cavalos: aquele (um deles) conduzindo (um) carro pesado, aquele (outro), (uma) grande carga, (e) aquele (um terceiro) levando (um) homem velozmente.

(A) ovelha disse a (os) cavalos: (o) coração está apertado em mim (2) (que estou) vendo (o) homem (impelindo) fazendo andar (os) cavalos.

(Os) cavalos disseram: “Escuta, ovelha, (o) coração está apertado nos que vêm (têm conhecimento): (o) homem, poderoso, faz (a) lã (das) ovelhas para (uma) roupa quente para si e para (as) ovelhas não existe lã.

Isso tendo ouvido, (a) ovelha fugiu (para o) campo.

Tradução livre

A ovelha e os cavalos

Uma ovelha tosquiada viu três cavalos: dois levavam, respectivamente, um carro pesado e uma enorme carga e o terceiro transportava um homem, à velocidade.

Disse a ovelha aos cavalos: “Estou penalizada por ver o homem forçar os cavalos a andar”.

Responderam estes: “Pois ouve aqui, ovelha, nós sentimos que o poderoso homem faça para si uma roupa quente com a lã das ovelhas, enquanto elas não a têm”.

Tendo ouvido isso, a ovelha escapuliu no campo.

(1) Diríamos hoje: “uma ovelha tosquiada”.

(2) Equivale à expressão: “sinto muito”.

COMENTÁRIOS

AVIS — OUIS “ovelha”

Schleicher baseou-se no scr. *avis* e lit. *avìs*, porém o lt. *ovis* e gr. *ous* asseguram o vocalismo *o* e a soante labial; cf. também a.bl. *ovt-ca*.

AKVASAS — EKUOS (EKUOSES?) “cavalos”

A concordância do scr. *açvas*, avést. *aspa*— com o lat. *equus*, irl. ant. *ech* indica o vocalismo *e* — *o* e uma palatal, que evoluiu regularmente nas línguas de *satem*. Para o gr. *ἵππος*, devemos postular uma combinação da palatal e a soante labial, que produz uma consoante dupla, ao invés da lábio-velar, cujo resultado é uma só consoante (π , τ , κ , de acordo com a vogal precedente).

Uma dúvida subsiste quanto à forma do plural, aqui focalizada. À forma apresentada com reserva por Tagliavini — *ekuoses* — e à de Hirt — *ek'wōses* (o alongamento do *o* temático na forma não contrata só se explica pelo védico) — preferimos com Brugmann, Buck, Mastrelli, Pisani, Krahe e Brandenstein, a forma contrata já para o indo-europeu: *ekuōs*. A opção schleicheriana não asenta sobre o sânscrito clássico *açvas*, mas sobre o védico em *-āsas* (o latim e o grego adotaram a desinência pronominal nos temas em *-ō* e *-ā*).

KA — K^uE “e”

A lábio-velar é postulada pela enclítica do lat. — *que* (*neque*), osco-umbro *p* (*nep*, *neip*), gót. — *h* (*ni-h* = *nicht*), gr. $\tau\epsilon$; dela provêm igualmente o scr. *ca*, avést. *ca* (a confusão normal das velares e lábio-velares nas línguas de *satem* produziria uma velar, porém interveio a palatalização sânscrita).

AVIS — OUIS “ovelha” (ver acima)

JASMIN — IEI “cuja”

A reconstrução de Schleicher está fundamentada exclusivamente no scr. *yasmin*, locat. sing. do relativo *yas*, *yā*, *yat*.

O tema indo-europeu *io, *ia manteve-se especialmente nessa língua e no grego *os*, *η*, *ο* (no frígio aparece também a forma *ios*), enquanto nas demais houve substituição do relativo em geral por formas do interrogativo, como no latim (tema *quo-*, *qua-*), lit. (*kàs*), gót. *a-s*, a.-esl. *kŭ-to*, ou pelo demonstrativo (cf. al. *der*, *die*, *das*).

Com base no dat. fem. grego *η* e no dat. fem. scr. *yāi*, preferem Hirt e Tagliavini um étimo *iēi.

VARNA — ULNA “lã”

Da raiz uel—, uel — e o sufixo —nā, cf. scr. ūrnā, gr. *λῆνος*, dNr. *λανος*, lat. *lāna*, gót. *Wulla*, al. *Wolle*, lit. *vīlna*, a.blg. vl *na*, sérvio *vūna*. Hirt, ao invés de admitir a soante longa, apresenta uma forma *w l nā*, em que o grau reduzido é indicado pelo “jer” do eslavo (1).

Aqui também Schleicher se deixou levar pela fonética sânscrita, posto que atribuiu ao indo-europeu a vibrante que resulta da evolução da soante *l*.

NA — NE “não”

Haveria em indo-europeu duas variantes quantitativas para a negação, indubitavelmente com vocalismo *e*, como atestam o lat. *ne* (*neque*), a.esl. *ne*, lit. *ne*, ant. irl. *ne* (*ne-ch*), e mesmo o gr. *νε-* em adjetivos contratos (*νῆκεστος* “incurável”, de *νε-* e *ακεστος* “curável”); com a longa, lat. *nē* (*nē-quidem*), a.irl. *nī*, gót. *nē*. Somente o indo-irânico apresenta evolução dessa vogal para *a*: scr. *na*, av. *na-*. Uma terceira possibilidade para o indo-europeu, *nei*, tem igualmente representantes; a forma do vocalismo zero manifesta-se na partícula negativa (lat. *in—*, gr. *α—*, *αv—*, a.irl. *in*, etc.).

(1) “Ich habe nun ausgeführt, dass im Indogermanischen zunächst einmal alle nicht haupttonigen kurzen Vokale, por allem e, zu einem schwachen Vokal reduziert sind, den ich mit einem Zeichen des schlawischen Alphabets (jahr) schreibe. Daneben mag auch ein dunkler reduzierter Vokal bestanden haben, geschrieben (jār).” Cf. par. 30, “Der indogermanische Ablaut”, *Der Lautstand*, p. 149.

A AST — EST “era, existia”

3.^a pessoa do sing. do imperf. indicativo de **esmi*, com a vogal alongada por fusão com o aumento, que Schleicher estranhamente separa. Embora só possamos basear-nos para esta reconstrução no gr. dór. *ης* (cf. át. *ην*) e no scr. *ās* (īt) (cf. Krahe, p. 145), ela é geralmente aceita (2).

DADARKA — DEDORKE “viu”

3.^a pessoa do sing. do perfeito de raiz **derk*— “olhar”. O scr. *dadarça* (presente supletivo *páçyati*) e o gr. *δεδορκε* (presente *δερκομαι*) serviram de fundamento à reconstituição. Da mesma forma, opina Hirt, poderiam ter sido escolhidas as formas do aoristo *ειδε* (supletivo de *οραω*) e scr. *ávidat*, da raiz **ueid*—, cf. lat. *videre*.

AKVAMS — EKUONS “cavalos”

Acusat. plural de **ekuo*-, visto acima no caso nominativo. Corresponde ao lat. *equos*, gr. *ιππους*, scr. *açvān* (o —s perde-se no grupo de final absoluta e a vogal temática sofre alongamento secundário).

TAM — TOM “aquele, o”

Acusat. sing. masc. do pronome demonstrativo, cujo tema seria no indo-europeu **so*, **sa*, **tod*. Cf. os acusativos do gr. *τον*, scr. *tam*, gót. *pana*, lat. *is-tum*.

VAGHAM — UOGHOM “carro, veículo”

Da raiz **uegh*— “dirigir” com o vocalismo *o* das formações norminais, conforme apontam o gr. *οχον*, esl. *vozb*. O scrt. *vaham* falseou a reconstrução de Schleicher, que, todavia, inexplicavelmente pressupõe uma longa na vogal da raiz.

(2) “Quand la racine commence par une voyelle, la contraction de l'augment avec la voyelle suivante date de l'époque indo-européenne: * *esm* “eram” de “é *esm*”, skr. *acam*, hom. *ηα*, cf. prés. **esmi*, skr. *ásmi*, gr. *ει μι...*”. (Brugmann, *Gramm.*, p. 513 par. 627).

GARUM — G^u_eRUM “pesado”

Tanto no vocalismo quanto no consoantismo é inaceitável o étimo schleicheriano: trata-se evidentemente de uma lábio-velar, fornecida pelo consenso do scr. *gurum*, gr. βαρυν, lat. *gravis*, gót. *kauru*, etc. A base indo-européia apresenta, além da raiz simples, várias possibilidades dissilábicas (g^uer-, g^uer-, g^uer u-, g^uerī-), além das modalidades de grau reduzido (assim, a forma latina *gravis* reconstitui-se como g^ur -u-is).

Hirt indica esse tipo reduzido como g^w rum e Tagliavini, como g^w_erúm; Hofmann pressupõe a forma *g^u_ereu— para βαρυς (*gurus*, *gravis*, *kaurus*).

VAGHANTAM — UEGHONTM “que carrega, transporta”

Acus. sing. do part. pres. da raiz uegh—, bem visível através do gr. εχοντα, lat. *vehentem*, que mostram o vocalismo da raiz e a soante *m* do acusativo; cf. também a.a.al. *wegant*.

TAM — TOM “aquele, o” (ver acima)

BRARAM — BHOROM “peso”

Acus. sing. de *bhoros (raiz *bher—), reconstruído a partir do scrt. *bharam*, gr. φορον, a.esl. s -bor.

Não cabe o alongamento da vogal radical.

MAGHAM — MEG(H)AM “grande”

Hirt apresenta uma forma **megam*, endossada por Tagliavini; todavia, ela não explica a aspiração do sânscrito. Buck e Hofmann opinam pela base *meg(h), esclarecedora do scr. *mahi*— (o gr. μεγα seria um antigo nom.-acus. sing. neutro, correspondente a essa forma; a partir dele originou-se um masculino com nom. *μεγας* e acus. *μεαν*, acrescentando-se o sufixo —λο—, —λα— aos outros casos).

A raiz meg(h)—/m_eg(h) aplica-se ao scr. mahant—, gr. *μεγας* e lat. *magnus* (*m_eg-no-s).

TAM — TOM “aquele, o” (ver acima)

MANUM — GH_eMON-M (?) “homem”

Termo de duvidosa reconstrução, possivelmente inexistisse na época indo-européia. Schleicher baseou-se apenas no scr. *manu-s*, gót. *manna*, al. *Mann* (da raiz *men?), mas Hirt aproximou-o do lat. *hominem*, gót. *guman*, lit. *zmōgu*, aventando a forma *gh’ mon-m. Esta implicaria em conexão com uma raiz *gh_{ten}-/gh_{tom}-, “terra” (cf. lat. *humus*, de *ghom-, gr. χθων).

AKU — OKU “veloz(mente)”

Para o indo-europeu podemos postular um adjetivo ōkú-s (comp. ōkios, superl. ōkisto-), cujo neutro tem função adverbial. Comparem-se o scr. *ācu-* e avést. *āsu* (com a típica evolução do *k* palatal indo-europeu) ao gr. ωκυ-s, ωκυστος, e mesmo lat. *ōcior*, *ōcissimus*.

BHARANTAM — BHERONTM “levando”, “carregando”

O étimo acima é plenamente assegurado pelo scr. *bharantam*, gr. φερωντα, iat. *ferentem*. Novamente aqui Schleicher decalcou o sânscrito, sem considerar o vocalismo das outras línguas e a impossibilidade da desinência de acusativo haver simplesmente eliminado a nasal final do grego (cf. —*om > —ov, —m > —α).

AVIS — OUIS “ovelha” (ver acima)

AKVABHJAMS — EKUOBHYOS (-MOS) “aos cavalos”

Sempre levado pelo vocalismo sânscrito e desconsiderando a série tríplice “gutural”, Schleicher decalca um dativo plural sobre a desinência sânscrita —*bhyas*, inserindo, porém, uma nasal. Teria desejado reunir ambas as possibilidades consignadas para o dativo-ablativo plurais (sufixos com *bh* ou *m*?)

Hirt prefere a forma com a nasal, chegando a um *ek’womos, de acordo com o germânico e o balto-eslavo (cf. gót. *ái am*, agl.-s. *eohum*).

Não vemos porque optar pela última hipótese: o sânscrito e o latim indicam a primeira, enquanto o grego adota a designação de locativo, e, para o germânico, também se pode postular o instrumental.

A VAVAKAT — EUEUK^uET “disse”

Sempre acreditando no primitivismo do sistema vocálico do sânscrito, Schleicher reconstitui um aoristo com o aumento (alongado!) separadamente da forma verbal, que apresenta redobro. Poder-se-ia pensar no gr. εἶπε (< *ερερεπε) de exata correspondência; também o aoristo scr. *avocat* pode remontar a essa forma de aoristo reduplicado com grau fraco da raiz *uek^u— (*e-ue-uk^u-et) (1).

KARD — KERD (KRD—)

Schleicher propõe uma forma (sempre com *a*), talvez baseado no lat. *cord-is*; Hirt prefere o vocalismo longo (*k'êrd*), à vista do gr. κηρ, a.pr. *seyr*, arm. *sirt*. O gr. καρδια (át.), κραδιη (jôn.) pressupõe a evolução da soante *r*.

AGHNUTAI — AGHNUTAI “está oprimido” (?)

O gr. ἀχνυται “aflige-se” (raiz *agh— “apertar, oprimir”) é a fonte do vocábulo recomposto por Schleicher; no anglo-saxão também houve a palavra ege “medo”, mas não cremos haja suficiência de elementos para uma tal reconstrução.

MAI — MOI “para mim”

Aqui podemos aceitar o étimo de Schleicher, com a ressalva costumeira do vocalismo, porquanto a enclítica do scr. *me*, gr. μοι, lat. *mī* pode justificá-la com acerto.

VIDANTI — UIDONTEI “ao que vê”

Dat. sing. do part. pres. da raiz *uid—; refere-se a *moi*.

(1) A raiz *vac-* do sânscrito clássico era com frequência preterida no védico pela raiz *voc-*, designada por Whitney como uma “quasi-root”, pg. 536, *Sanskrit Grammar*.

O vocalismo do tema participial seria o (tipo *bher-o-nt-, visto acima); o latim apresenta vogal de ligação *-e-* ou o grau zero (ferent-, de *bher-e-nt ou *bher-nt). Quanto à terminação de dativo, aceita-se *ei, por oposição às formas contratas dos temas vocálicos e à desinência *—i* do locativo).

MANUM — GH₂MONM “(o) homem” (ver acima)

AKVAMS — EKUONS “os cavalos”

Novamente aparece o acusativo plural desta palavra. Possivelmente Schleicher tenha apenas acrescido o morfema *-s* à forma de acusativo singular, porém o consenso das demais línguas aponta para uma desinência *—ns* nos temas vocálicos (scr. *açvān*), *-ns* nos consonânticos (scr. *vāc-as*, gr. *ποδας*).

AGANTAM — AGONTM “que impele, que move”

A palatal da raiz *ag-* é assegurada pelo confronto entre o gr. *αγοντα*, lat. *agentem* e o scr. *ajantam*; quanto à vogal temática e à desinência do acusativo singular, ver acima (*bherontm).

AKVASAS — EKUOS “(os) cavalos”

Como no título, Schleicher apresenta este nominativo plural alongado e não contrato. Hirt procede igualmente, reconstruindo uma forma **ek'wōses*, baseada no gót. **ai* ōs (como *dagōs*) e scr. *açvāsas*; o primeiro seria contrato e o segundo só é registrado na língua védica (desin. *—āsas*).

A VAVAKANT — EUEUK^uONT

As considerações feitas a respeito do singular *ā vavakat* repetem-se para este plural (cf. gr. *ειπον*, scr. *avocan*). A desinência secundária de 3.^a pessoa do plural, nos verbos temáticos, é **-ont* (Buck, par. 340).

KRUDHI — KLUDEHI “ouve!”

2.^a pessoa do sing. do imperativo da raiz *kleu-* (kleu-, klū-) no grau zero. A reconstituição fez-se com base no scr. *çrudhi*, o que indica novamente a crença numa única velar e no primitivismo da vibrante, em prejuízo da líquida (cf. também gr. κλυθι). A desinência da 2.^a pessoa ativa *-*dhi* é aceita para os verbos atemáticos.

AVAI — OUEI “ó ovelha!”

Voc. sing. do tema **oui-* no grau pleno (cf. scr. *ave*, lit. *avie*).

KARD — KERD “(o) coração” (ver acima)

AGHNUTAI — AGHNUTAI (?) “está apertado” (ver acima)

VIVIDVANT-SVAS — UIDONT-BHYOS (-MOS)
“aos que vêem?”

Schleicher estabeleceu uma formação participial possivelmente de caráter perfectivo, mas de difícil intelecção: o redobro sugere-nos perfeito, porém o sufixo e a desinência causam estranheza. Em indo-europeu todos os participios ativos eram formados com **-nt-*, à exceção do perfeito, que apresentava o sufixo **-ues-* com gradação: cf. scr. nom. sing. *vidvān*, acus. sing. *vidvānsam* (ambos com *-n-* secundário); babhu-vās; gr. ειδως, -υια, -ος; λελοιπως, -υια, -ος (sufixo **-uōs*, **-us*, **-uos*). O sânscrito constrói também participios perfeitos ativos mediante a junção do sufixo *-vant-* a temas de participios perfeitos passivos formados com *-ta-* ou *-na-*: da *vac-* “falar”, p. pass. *ukta-s*, p. perf. at. *ukta-vant-*. Teriam servido de sugestão a Schleicher?

Hirt prefere um participio presente com valor de perfeito (“den gesehen Habenden”), utilizando-se da desinência *—m—* para a expressão do dativo plural: cf. lit. *sukantēms*.

MANUS — GH_eMON— (?) “o homem”

Nomin. sing. de tema em nasal, possivelmente com a perda desta e alongamento compensatório, cf. al. *hemō*, gót. *guma*, lit. *zmuō*. Para Hirt, *gh mōn*. Schleicher deve ter-se orientado só pelo sânscrito ou, também, pelo germânico, como acima vimos.

PATIS — POTIS “poderoso”

O vocalismo *o* é assegurado pelo lat. *potis*, gr. *ποσις*; o sânscrito, germânico e lituano transformam-no em *a* (scr. *patis*, gót. —*faps*, lit. *pàts*).

VARNAM — ULNA-M

Acusativo singular. Ver acima o Nominativo.

AVISAMS — OUIOM “das ovelhas”

Genitivo sing. de tema em —*i*, cf. gr. *οιων*, lat. *ovium*. Haveria influência do sândi sânscrito na sibilante final?

KARNAUTI — K^uRNEUTI “faz”

3.^a pessoa sing. do presente do indicativo da raiz *k^uer-*, no grau zero, com o sufixo nasal *-neu/-nu-*, cf. scr. *krnoti*, av. *k r naoiti*. A raiz aparece em algumas línguas, mas a reconstrução parece extremamente restrita ao indo-irânico.

SVABHJAM — SEBOI “para si”

Do tema **seue*— do reflexivo indo-europeu, temos o dativo sing. **heboi*, segundo o lat. *sibī*, a. bg. *sebě*, a. pr. *sebbei*, gr. *oi* (?).

GHARMAM — G^uHERMOM

As formas do scr. *gharmas*, gr. *τερμος*, arm. *jerm*, alb. *zjarm*, lat. *formus* (vocalismo fletido), al. *warm*, confirmam o étimo indo-europeu.

Schleicher não considera o caráter lábio-velar da consoante.

VASTRAM — UESTROM “vestido, roupa”

Acus. sing. de **ues-tro-m*, certamente recomposto sobre o scr. *vastram*; cf. também dór. $\Sigma\epsilon\sigma\tau\rho\alpha$ e alto méd. al. *wester*? Da mesma raiz, com diferente sufixo, temos em latim *ves-tis*.

AVIBHJAMS — OUIBHIOS (—MOS?)

Dat. plural do tema **oui*—. Vejam-se os comentários a respeito da desinência casual. Hirt prefere a que apresenta a nasal, remtendo ao lit. *avims*.

KA — K^oE “e”

O consenso do scr. *ca*, gr. $\tau\epsilon$, lat. *ne-que*, evidencia o caráter lábio-velar da consoante indo-européia (tornada velar pela perda do apêndice labial, comum às línguas de *satem*, sofre a palatalização sânscrita).

VARN — ULNA “lã” (ver acima)

NA — NE “não” (idem)

ASTI — ESTI “existe, é”

A recondução à forma epigrafada é segura: lat. *est*, gr. $\epsilon\sigma\tau\iota$, al. *ist*, lit. *esti*. Como sempre, o sânscrito (*asti*) sugeriu a Schleicher o indo-europeu.

TAT — TOD “isto, o”

Acus. sing. neutro do demonstrativo (tema **te-/to-* par ao nom. masc. e fem. e **so-* para o neutro). A forma indo-européia transparece perfeitamente do lat. *(is)tud*, gr. $\tau\omicron$, scr. *tad*, gót. *pat(a)*.

KUKRUVANTS — KEKLUUOS (?) “tendo ouvido”

Poder-se-ia remontar ao indo-europeu somente com base no scr. *çuçravas* (nt. *çuçrūvat*), que deve ter inspirado o

Autor? A sua reconstrução faz pensar num participio perfeito constituído mediante união do sufixo de perfeito *-ues-/uos- (-uot) e o de presente *-nt-.

AVIS — OUIS “(a) ovelha” (ver acima)

AGRAM — AGROM “campo”

Acus. sing. (função de circunstancial?) recomposto sobre o lat. *agrum*, gr. *αγρον*, scr. *ajram* (da raiz *ag*—, que está no gót. *akrs*, al. *Acker*).

A BHUGAT — EBHUGET (?) “fugiu”

3.^a pess. sing. do aoristo da raiz **bheug*—. O grau zero aparece no gr. *εφυγε*, como no lat. *fugio*. *fuga*.

A raiz sânscrita *bhuj*— significa “curvar” (Pokorny não a relaciona com a de “fugir”). Seria esse o sentido adotado por Schleicher (“curvar (sobre) o chão”)?

CONCLUSÃO

O exame da fábula de Schleicher permite-nos reduzir a dois os principais aspectos inaceitáveis de sua reconstrução, respectivamente no vocalismo e no consonantismo:

- 1) predominância da vogal *a* no indo-europeu (inexistência de *e* e *o*), como no sânscrito;
- 2) aceitação de uma única velar (certamente palatalizada antes de vogal homorgânica).

I — De acordo com o sânscrito, Schleicher formulou para o indo-europeu um sistema trivocálico: *a*, *i*, *u*.

Todavia, o alargamento do campo comparativo conduziu os linguistas do final do século (1) a postular a existência, no idioma primitivo, de uma vogal básica *e* (grau normal), o

(1) O sistema vocálico indo-europeu foi entrevisto por Brugmann e firmado por Saussure, na *Mémoire*.

(grau fletido), algumas raízes com *a*, as soantes *i*, *u*, *r*, *l*, *m*, *n* — que assumiam a função vocálica (*i*, *u*, *r*, *l*, *m*, *n*) segundo a posição na palavra — e uma vogal muito breve (considerada soante por alguns), o chevá (). Mais tarde, o confronto de certas anomalias na gradação vocálica (2) levantaria a possibilidade de completar-se o quadro com a assim chamada “vogal reduzida” (° ou *e*).

Esta última e o chevá evidentemente só podiam corresponder à vogal *a* em Schleicher. Quanto às soantes, no caso de *i*, *u*, seguiu ele rigorosamente o sânscrito, pois representava a forma consonantal por *j* e *v*; se, estranhamente, não o seguiu quanto à vibrante *r*, existente nessa língua (cf. *krnoti*), mostrou o apego ao seu modelo no tocante à lateral *l*, que evolui em sânscrito para a vibrante (cf. *urnā*). Tanto no caso da soante *r*, como no das nasais, depois admitidas para o indo-europeu (*m*, *n*), aceita como primitivo o grupo formado pelo desenvolvimento de vogal: *varna*, *bharantam*. No primeiro exemplo, teríamos a acrescentar o alongamento da soante, em contacto com o chevá no grau fraco de raiz dissilábica (*uel-), obviamente desconhecido à época do Autor.

II — Admitem hoje os indo-europeístas em geral a existência de três séries de fonemas, agrupados impropriamente sob o nome de “guturais” (1): palatais, velares e lábio-velares. Como em nenhuma língua indo-europeia aparecem distintos os três grupos, alguns, como Meillet (2), consideram apenas dois, unindo palatais e velares — que só se diferenciam pelo contacto com a vogal subsequente — e mantendo à parte as lábio-velares, isto é, velares providas de um apêndice labial.

Diverge o tratamento desses fonemas conforme se trate de língua de *centum* ou de *satem*, pois nas últimas não subsistem as lábio-velares. No caso particular do sânscrito, a velar obtida pela perda do elemento labial sofre uma palatalização se-

(2) Cf. lat. *quattuor*, gr. *τετταρες*, hom. *πινυρες*; lat. *equus*, gr. *ιππος*; lat. *magnus*, gr. *μεγας*; lat. *nox*, gr. *νυξ*.

(1) O termo refere-se apenas a um aspecto da articulação (cf. lat. *guttur* “garganta”).

(2) “Il n’y a que deux traitements d’un même **k* ancien’ dans un groupe dialectal de l’indo-européen.” *Introd.*, p. 94.

cundária (3); as palatais do sânscrito, portanto, não correspondem exatamente às do indo-europeu.

Para Schleicher não havia tal diferenciação: usou sempre uma velar (*k* surda, *g* sonora), quaisquer que fossem os casos: *ka*, *akvams*, *kard*, *garum*.

Outros pontos de divergência da reconstituição schleicheriana, no concernente à morfologia, dizem respeito em geral à escolha duvidosa de sufixos.

Mesmo a base lexical de algumas reconstruções deixa margem a dúvidas, por serem restritas a domínio lingüístico muito escasso.

Indubitavelmente, porém, a tentativa de Schleicher, única no gênero, tem sido extremamente válida para fins didáticos.

BIBLIOGRAFIA

- BRANDENSTEIN, W. — *Lingüística Griega* (trad. do al.), Gredos, Madrid, 1964.
- BRUGMANN, K. — *Abrégé de Grammaire Comparée des Langues Indo-Européennes* (trad. do al.), Klincksieck, Paris, 1905.
- BUCK, C. D. — *Comparative Grammar of Greek and Latin*, Univ. Chicago, Illinois, 1933.
- GOODWIN & GULICK — *Greek Grammar*, Ginn & Co., N.Y., etc., 1930.
- HIRT H. — *Die Hauptprobleme der indogermanischen Sprachwissenschaft* (ed. Arntz), M. Niemeyer, Halle-Saale, 1939.
- HOFMANN, J. B. — *Etymologisches Wörterbuch des Griechischen*, Oldenbourg, München, 1950.
- KRAHE, H. — *Lingüística Indoeuropea* (trad. do al.), Inst. "Ant. Nebrija", Madrid, 1953.
- MASTRELLI, C. A. — *Elementi di linguistica indeuropea*, s/ 1., 1953.
- MEILLET, A. — *Introduction à l'étude comparative des langues indo-européennss*, Hachette, Paris, 8.^a, 1937.

(3) A chamada "palatalização sânscrita" consiste na passagem das velares *k*, *g*, *gh* a *c*, *j*, *h*. Ex.: a conjunção *ca* resulta de uma velar, na origem lábio-vela *r*, como se deduz de comparação com a enclítica latina *-que*, gr. *τε*).

- MEILLET A. e VENDRYES, J. — *Tratté de Grammaire Comparée des Langues Classiques*, 3.^a ed., Honoré Champion, Paris, 1960.
- PISANI, V. — *Glottologia Indeuropa*, 2.^a ed., Rosenberg, & Sellier, Turim, 1949.
- POKORNY, J. — *Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch*, 2 vols., A. Francke, Berna, 1959.
- RENOU, L. — *Grammaire Sanscrite*, Libr. d'Amérique et d'Orient, Paris, 1961.
- TAGLIAVINI, C. — *Introduzione alla Glottologia*, Bolonha, R. Patron, 4.^a ed. 1950.
- WHITNEY, W. D. — *Sanskrit Grammar*, 7.^a ed., Londres, Harvard, 1950..

FORMAS DE TRATAMENTO E ESTRUTURAS SOCIAIS

Maria Tereza Camargo Biderman

Introdução

Uma comunicação de Roger Brown e Albert Gilman "The Pronouns of Power and Solidarity"¹, apresentada há mais de 10 anos no congresso sobre "Estilo na Linguagem" na Universidade de Indiana constitui um marco na sociolinguística americana contemporânea. Vários trabalhos foram publicados posteriormente nos Estados Unidos, fundamentados na pesquisa pioneira de Brown e Gilman. A leitura desse trabalho e de outros que se lhe seguiram, levaram-me a investigar o problema das formas de tratamento, relacionando-as com as estruturas sociais nas sociedades latinas, particularmente na Península Ibérica e na América Latina.

I. Brown e Gilman apresentam uma visão da sociedade como polarizada entre duas forças: o poder e a solidariedade. Para eles o poder foi a força dominante das formas de relações sociais no passado. Nos tempos modernos essa força se estaria enfraquecendo, substituída por um novo ideal: a solidariedade. Estudaram eles os pronomes de tratamento em algumas línguas das sociedades modernas ocidentais (inglês, francês, italiano, espanhol e alemão), bem como outras línguas da Europa, África e Índia.

As sociedades fechadas do passado morosamente se transformaram nas sociedades abertas do presente. A força de expansão da solidariedade derrubou, ou pelo menos está tomando de assalto os baluartes do poder.

Na Idade Média podem ser encontrados os fundamentos das sociedades fechadas que imperaram outrora na Europa.

(1) *Style in Language*, ed. T. A. Sebeok, Press of M.I.T., 1960, pp. 253-276.

Essas estruturas arcaicas transmitiram-se por séculos de uma geração a outra e ganharam o Novo Mundo, para onde foram levadas pelos colonos europeus, que aí fundaram novas nações, pautadas, porém, no modelo europeu.

A sociedade de estrutura fechada não é, porém, invenção puramente européia medieval. Outros povos, com culturas mui distintas, conheceram os mesmos esquemas sociais e também os mantiveram imutáveis por séculos. Assim a Índia.

Num excelente artigo sobre certas regras de conduta na sociedade indiana, Dhanesh K. Jain² evidencia a força da semântica do poder na sua sociedade. O "status" social de cada um dos membros da diáde humana no diálogo, determina as regras que devem ser observadas por cada um deles. Numa relação simétrica — ambos os interlocutores são iguais — o mais velho receberá os títulos e o tratamento de respeito condizente com a sua idade. A escala de títulos por ele alistada inclui 12 itens!³ Na escala do poder o rei e o líder religioso encontram-se no topo da hierarquia social. Eles receberão sempre um tratamento de respeito e a sua relação com outro indivíduo será sempre assimétrica. Curiosa nessa semântica dos comportamentos, a relação assimétrica: homem-mulher. A mulher é sempre inferior. Na relação conjugal ela deve respeito ao marido e o trata com um pronome de nível imediatamente superior ao que recebe. Se recebe *tum* dá *tum* ao marido; se recebe *tum*, dá *ap*. Como inferior que é, não pode manifestar sentimentos como raiva e irritação contra o marido. Ele pode discutir e gritar com ela, usando formas de tratamento de outra categoria, como p.ex., mudar o pronome de tratamento de *tum* para *tu*. Ela, po-

(2) "Verbalization of Respect in Hindi" in *Anthropological Linguistics*, vol. II n0. 3, March 1969, ps. 79-97.

(3) Ordem descendente dos títulos segundo a hierarquia de mais alto respeito:

- 1) hakeem *doctor* + *sahab*
- 2) hakeem + *ji*
- 3) *shri* + nome próprio
- 4) Mr. + nome de família
- 5) Mr. + nome próprio
- 6) *babu* + nome próprio
- 7) nome de família + *sahab*
- 8) nome próprio + *sahab*
- 9) nome de família + *babu*
- 10) nome próprio + *babu*
- 11) nome de família + *ji*
- 12) nome próprio + *ji*

rém, só manifestará os seus sentimentos de indignação através do choro.

Na Europa, nos séculos que se seguiram à Idade Média, preservaram-se costumes do passado e os sinais lingüísticos que veiculavam essas formas de comportamento.

A aristocracia feudal expandiu-se em clubes aristocráticos dos potentados renascentistas. Na Itália, as cortes das senhorias locais de ducados, cidades, marquesados e condados. Na França, na Península Ibérica, Alemanha e Áustria, Inglaterra, as cortes dos soberanos e alguns que outros fidalgos locais, formaram os clubinhos dos eleitos em cada uma dessas sociedades fechadas. Esteriotiparam-se comportamentos, considerados “bem” entre os diferentes membros dessa aristocracia e os seus clientes burgueses. Cunharam-se formas de tratamento, utilizando as já existentes e criando-se outras que correspondiam aos novos refinamentos da sociedade “afluente” da época. As cortes dos príncipes italianos constituem exemplo notável. Em meio àquela sociedade de lazer dos poderosos é que encontramos um nunca acabar de regras de boa educação, de bom comportamento, de etiqueta “tout court”. A linguagem escorreita e os comportamentos elegantes encheram muitos e muitos manuais, livros de cabeceira dos aristocratas. Os “galateos”, “cortesãos”, “livros de bons costumes” são os maiores “best-sellers” desse tempo. *Il Cortegiano* do conde Baldesar Castiglione (cortesão da corte de Urbino) teve 101 edições no século XVI; 14 no século XVII, 10 no séc. XVIII e 15, no XIX! Traduções em várias das línguas “civilizadas” da Europa de então: espanhol, francês, alemão, inglês e latim. Além das 52 edições italianas, foi impresso na Espanha, França, Inglaterra, Alemanha e Países Baixos.

Um fóssil desse passado aristocrático pode ser reconhecido em todas as sociedades ocidentais que se nutriram da mãe Europa: a etiqueta. Toda sociedade diferenciada em classes, insiste em cultivar uma etiqueta que individualize a elite da massa. Em francês, em hindi, em inglês e em português há formas de tratamento que distinguem os aristocratas e a “alta sociedade”. Até nos Estados Unidos que se considera um modelo de igualitarismo entre as sociedades modernas, se cultiva a etiqueta. E não só na “corte” de Washington. Vale a pena folhear um livro americano de etiqueta como o *Vogue's Book of Etiquette* para se formular uma idéia sobre esse traço comum das elites de todos os tempos ^{3a}.

O ideal igualitário "Liberté, égalité, fraternité" dos revolucionários franceses não conseguiu romper os diques da tradição consuetudinária. Só aparentemente e na superfície, foi atingida a estrutura social dos tempos feudais e monárquicos. As relações sociais no século XIX permaneceram mais ou menos estáticas. A corte napoleônica ressuscitou os faustos e os ritos do comportamento aristocrático. Contudo, a semente da solidariedade universal tinha sido plantada. No século XX ela está germinando e atingindo a maturidade de árvore adulta.

II.

A) 1. Na Romênia medieval quando se constituíram os padrões literários e normativos das línguas românicas modernas, a estrutura social exibia três distintos "status": a nobreza, o clero e o povo. As relações entre esses estados eram evidentemente assimétricas. Estando as duas primeiras no topo da sociedade, a elas era devido o respeito e elas exerciam autoridade. Outra forma de relação assimétrica é a então existente entre os dois sexos e, no interior da família patriarcal, entre pais e filhos.

Poderíamos esquematizar assim essas relações:

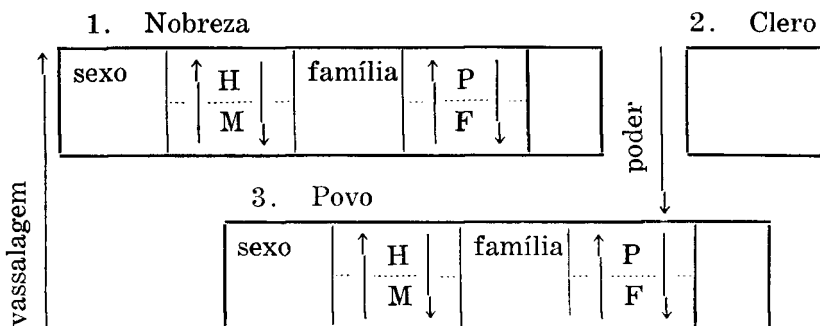


Fig. 1 — O membro de cada díade que está no alto representa o princípio de supremacia.

O tratamento entre as classes e os membros de cada díade obedeciam ao esquema geral proposto por Brown e Gilman: a relação de poder prevalecendo e a assimetria de poder claramente indicada pela forma de tratamento usada.

Na *Crônica de D. Afonso Henriques*, Frei Antônio Brândão ⁴ fornece curiosas informações sobre tratamentos e poder. Comenta ele que, nos começos das monarquias lusitana e castelhana, não se usava o título de *Dom*, a não ser quando referindo o rei e seus filhos legítimos. Assim, p.ex., o conde de Castela, Fernão Gonçalves, apesar de senhor absoluto, nunca recebeu tal título. Isso porque *Dom* derivando de *dominus*, isto é, <senhor> não se aplicava nem aos maiores príncipes e governadores. No final do século XII, porém, os cronistas começam a usá-lo referindo os ricos-homens e senhores feudais, embora impropriamente. No século XIII se generaliza ainda mais. Entretanto, até D. Afonso V foi privilégio limitado por el-rei. Nesse tempo multiplicaram-se os títulos de conde, marquês e duque e, junto com esses, o de *Dom*.

À medida, pois, que a nobreza se vai ampliando, os privilégios estendem-se a mais e mais indivíduos; por conseguinte, se desgastam. No começo da Renascença o *Dom*, p.ex., já não era mais que uma forma respeitosa e elegante para alguém endereçar-se a um fidalgo. Com o passar do tempo e com a expansão ainda maior do antigo círculo concêntrico da nobreza, ele se aplicará cada vez mais indiscriminadamente. No século XVIII já nem mais distingue apenas nobres:

“Don es el amo de una casa; Don, cada uno de sus hijos; Don, el domine que enseña gramática al mayor; Don, el que enseña a leer al chico; Don, el mayordomo; Don, el ayuda de cámara, Doña, la ama de las llaves, Doña, la lavandera... así son más los dones de cualquiera casa, que los del Espíritu Santo (.....)”

No hay duda que es estravagante el número de los que usurpan el tratamiento de *Don*; abuso general en estos años, introducido en el siglo pasado y prohibido expresamente en los anteriores.” ⁵

No século XIX Juan de Arona satirizava a extensão do título de *Dom* até mesmo à criadagem de Lima, muitos deles descendentes de escravos. Atribui tal paradoxo aos “males grotescos da democracia”.

Quando os nobres começaram a usurpar o título de *Dom* aos monarcas, esses passaram a reivindicar outros que se lhes aplicasse privativamente. Francisco Rodrigues Lobo apresenta uma pitoresca visão da usurpação de títulos entre as classes:

(4) Edição de A. de Magalhães Basto. Pôrto, Civilização, 1945, pp. 259-263.

(5) Cadahalso, *Cartas Marruecas*, apud Juan de Arona, *Diccionario de Peruanismos*. Lima, Librería Francesa Científica. J. Galland, 1882, pp. 188-189.

“Nas palavras se quiseram os Reis levantar mais com os títulos divinos; e de *mercê* e *senhoria*, que era o seu próprio lugar, subiram a *Alteza*, que era só de Deus, e depois a *Majestade*; e ainda, se se puderam chamar *Divindade* e *Omnipotencia*, me parece que o fizeram. Aos iguais tratamos de *mercê*, com que fomos tomando o que os reis deixaram; e ficou-se o *vós* e a brandura dêle para os amigos(...)”⁶

2. Na Idade Média a sociedade era estática nas suas inter-relações, utilizando um conjunto simples de formas de tratamento. A Renascença trará consigo a primeira amplificação da sociedade do topo, particularmente na Itália, onde a burguesia do dinheiro substituiu-se ou somou-se à nobreza de nascimento. Além disso, os senhores e príncipes italianos foram geralmente mecenas que se fizeram cercar da “inteligência” contemporânea e dos artistas locais. A clientela das numerosas cortes da Itália renascentista, com o servilismo que caracteriza essa forma de relação, desenvolveu um maneirismo de tratamento complexo entre a senhoria local e os seus cortesãos. Um exemplário de cartas do século XVI⁷ evidencia a profusão dos títulos com que os cortesãos se tratavam entre si: “Maestro, Reverendo, Signor, Signor mio, V.S., Ilustrissimo, Illustrissimo Signore, Vostra Illustrissima Signoria, Vostra Eccellenza, Reverendissimo e Magnifico, Loro Signorie Reverendissime, Madama, Vostra Maestà, Serenissima Regina, Il Re Cristianissimo, Vostra Santità”.

No artigo *excellence* do seu dicionário francês do século XVI, Edmont Huguet transcreve o comentário irônico de Des Périers sobre o maneirismo italiano da época: “Un italien (...) va dire a l’abbé sans oublier les reverences, excellences et magnificences...”⁸. Os verbetes *eccellentissimo*, *eccellenza* do *Vocabolario degli Accademici della Crusca* (1886) abundam desses tratamentos espigados nos documentos literários da Renascença.

Para testemunhar o clima de relações de um cortesão com um senhor de quem é vassalo, vamos transcrever passagens de uma carta de Bibbiena (1470-1520), cliente dos Medici,

(6) *Côrte na aldeia*. Ed. de Afonso Lopes Vieira. Lisboa, Sá da Costa, 1959, p. 235. O autor escrevia em 1618.

(7) Giuseppe Guido Ferrero, *Lettere del Cinquecento*. Torino, Unione Tipografica — Editrice Torinese, 2.^a ed., 1967.

(8) *Dictionnaire de la langue française du seizième siècle*. Paris, Didier, 1946.

e futuro cardeal Bibbiena por ordem e graça do papa Medici, Leão X.

Carta a Giuliano de' Medici (filho de Lorenzo il Magnifico e irmão de Leão X), casado recentemente:

“Or come potrò io, Illustrissimo Signor mio caro, con penna esprimere l'estremo piacere che ha preso Nostro Signore, il Reverendissimo e Magnifico vostri ⁹ le vostre sorelle, tutta la Corte ¹⁰, ma un vostro creato più che ciascuno, della contentezza, della soddisfazione e del giubilamento di V.S. del tanto nobile desiderato maritaggio? ¹¹ e più che d'altra cosa del piacervi e del satisfarvi così estremamente la Illustrissima vostra consorte? (.....)

Vi dico, patrone, che voi non potreste imaginarvi con quanto desiderio Sua Eccellenza è aspettata e desiderata. (.....) (Vespuci) Ha solamente baciato i santi piedi a Nostro Signore, la cui Santità lo ha visto, accolto e baciato con quella tenerezza que faria voi parendole veder la Eccellenza vostra. (.....) ¹²

Io non son con che parole ringraziar vostra Eccellenza, si dell'amorevole lettera che m'ha scritta di sua mano, si dell'opera fatta per lei in ponermi in grazia con gl'illustrissimi Signori cognato e consorte. Sforzerommi con la servitù e con l'opere mie verso le loro Eccellenze far si che conoscano ch'io non sono meno osservante e obediende alle loro Eccellenze che io mi sia a Nostro Signore e a Vostra Signoria: e ho anche speranza che elle non mi ameranno punto meno di quello che si faccia o Sua Santità o Vostra Eccellenza.” ¹³

Observa-se aí a humildade hipócrita e o servilismo do cortesão para com os membros da família Medici.

O código das relações normativas nas cortes, foi definido à perfeição no “best-seller” do conde Baldesar Castiglione. Nos diálogos que aí se entabulam entre alguns cavalheiros e damas da corte de Urbino, as personagens tratam-se sempre com cortesia e respeito, referindo-se umas às outras como: “il Signor Ottavian Fregoso”, “la Signora Duchessa”, “il Signor Gaspar”, “la Signora Emilia”, “Madonna Costanza”. Quando não são nobres, os burgueses enobrecidos, são messer Bibbiena, messer Roberto. O pronome de tratamento é *voi*, acrescido das formas respeitosas já indicadas.

(9) Leão X, papa.

(10) A corte papal em Roma.

(11) Giuliano de' Medici casara-se com Filiberta di Savoia.

(12) Vespucci fôra enviado por Giuliano ao papa.

(13) *Lettere del Cinquecento*, o.c., ps. 95-99.

Formas de tratamento respeitosas e até servis como *Maestà, Santità, Eccellenza, Signoria*, derivadas de abstratos, já foram utilizadas no latim medieval eclesiástico. A Renascença italiana apenas multiplicou essas formas como vimos. Outras cortes da época, como a inglesa, adotaram algumas formas: *Your Excellency, Your Grace, Master*.

Na Itália, no século XVI, os títulos honoríficos são normalmente acompanhados da forma verbal na 3.^a pessoa sing. Generalizam-se, pouco a pouco, como padrão mais respeitoso do que *voi*, porque indireto. Essa forma indireta, aliás é velha como a bíblia. Assim Jacó dirigindo-se a Esaú no livro do *Gênesis*: "É pra achar graça aos olhos do meu senhor" (XXXIII, 8).

Além dos títulos, passa a ser comum na Itália renascentista o uso de formas pronominais da 3.^a pessoa — *ella, lei* — para substituir *voi*¹⁴. Tal prática começa a ser corrente em outras culturas românicas: na Espanha e em Portugal circulavam tanto como na Itália. Aparentemente na França tal forma indireta de tratar causava estranheza no século XVII, pois Antoine Oudin comenta na sua *Grammaire Espagnole* (1659), que os espanhóis usam *el* (3.^a p.) e *vuestra merced* (3.^a p.) dirigindo-se ao interlocutor¹⁵, ao invés da 2.^a p. como em francês. Entretanto, no mesmo século, Molière dirigindo-se a Luís XIV e tratando-o por *Sire, Votre Majesté*, usa sempre a 3.^a p.¹⁶. Por conseguinte, o rei era tratado dessa forma indireta, mais cortês e talvez mais servil.

Quando as cortes italianas entraram em decadência aquela profusão de títulos honoríficos consuetudinários seguiram a mesma sorte. Entretanto, alguns se mantiveram na cultura italiana e em outras culturas latinas que os importaram da

(14) Oliver M. Johnston — "*Ella, lei, and la* as polite formas of address" in *Modern Philology*. vol. one, 1903-1904. Chicago, The University of Chicago Press, 469-475.

(15) "Les Espagnols ont une manière de parler à la seconde personne, usant de cet article *el* et *le* ON (sic) lieu de *vos* ou de *vuestra merced*, d'autant que *vos* estant parole abiecte, s'use encore moins que nous n'usons *tu* en François; mais ce titre de *vuestra merced* estand aussi trop pour toutes François; ce titre de *vuestra merced* estand aussi trop pour toutes sortes de gens, ils on ce moyen qui est ceste troisième personne, prenant l'article *el* et *le*, comme dit est, exemple: "Si *el* quiere hazerlo"; "y *él* qué ha dicho?"", apud Plá Cárcelos "La evolución del tratamiento de *vuestra merced*" in *Revista de Filología Española* X (1923), p. 249.

(16) Placets au Roi (présenté au Roi sur la comédie du Tartuffe)...*Théâtre choisie de Molière*. Par E. Thirion, Paris, Hachette, 1899, ps. 203-209.

Itália. *Sua Eccellenza* vai desaparecendo no século XVII e *lei* e *ella* triunfam como formas quase exclusivas de tratamento cortês em italiano. Contemporaneamente a cultura italiana ainda se caracteriza por um conjunto de regras de polidez entre os membros da sociedade, sobretudo se superiormente situados na hierarquia social. E *lei* é hoje a forma universal de tratamento cortês.

5. Na França as formas de tratamento foram sempre mais simples, mesmo ao tempo do preciosismo que Molière ridiculariza nas *Précieuses Ridicules*. Desde a Idade Média o tratamento mais comum entre os nobres, “les gens de qualité”, era *vous*, trato de iguais. O *tu* aparece como variante estilística nos momentos de emoção, ou para marcar a intimidade. “Só as classes inferiores servem-se apenas de *tu*”¹⁷. O *vous* se estende como marca de “*bienséance*”, bons costumes, e no “*grand siècle*” quase elimina *tu* totalmente na linguagem dos salões¹⁸. Sofisticação e servilismo de títulos não encontraram guarida nas cortes e salões parisienses, apesar do intenso italianismo que sofreram ao tempo de Henrique II, casado com a florentina Catarina de Medici. *Il Cortegiano* foi também um livro célebre nesses salões preciosos, seguido por numerosas paráfrases “made in France”: *Guide des Courtizans* (1606), *Gentilhomme de Cour* (1611), *Traité de Cour* (1616), *Bienséance de la conversation entre les hommes* (1618), *Secrétaire à la mode* (1641) e o mais célebre deles: *L'Honnête Homme où l'art de Plaire à la Cour* (1630). Na segunda metade do século XVII os salões elegantes de conversação mundana e requintada deixam de ser um privilégio detido apenas por aristocratas de nascimento, para se tornar moda entre todas as elegantes, nobres ou plebéias. Molière caracterizou um deles no que tinham de ridículo na sua comédia sobre as preciosas. Sirva a passagem seguinte de ilustração.

“Magdelon (ao pai): Ah! mon père, ce que vous dites là est du dernier bourgeois, Cela me fait honte de vous oïr parler de la sorte, et vous devriez un peu vous faire apprendre le bel air des choses.

(.....)

Magdelon: Mon Dieu, que vous êtes vulgaire! Pour moi, un de mes étonnements, c'est que vous ayez pu faire une fille si spirituelle que moi.

(.....)

(17) W. Meyer-Lübke, *Grammaire des langues romanes*. tome 3ème.: Syntaxe. Austria, Stechert E Co, 1923 (reprint), p. 113.

(18) *id.*, *ib.*, p. 114.

Cathos: Il est vrai, mon oncle, qu'une oreille un peu délicate pâtit furieusement à entendre prononcer ces mots-là." ¹⁹

A linguagem da "bienséance" proscreeu uma série de tópicos e de vocábulos como inadequados para os "beaux-esprits". Contudo, apesar desse ideal preciosista da conversação galante, as formas de tratamento propriamente ditas não sofreram uma inflação pedante como aconteceu na Itália. Com exceção dos títulos aplicados ao rei — "Sire, Majesté, Votre Majesté, Monseigneur" — os nobres não recebem formas de tratamento específicas, além de *Monsieur*, *Madame* et *Mademoiselle* que continuam a ser o tratamento cortês de todos os tempos. Seria porque a França da Renascença só conheceu uma corte, a corte real? Seria porque o francês é mais orgulhoso e menos servil?

As formas de tratamento são as mesmas básicas de sempre: *tu* (para inferiores e também para íntimos, ou para marcar a emoção) e *vous* entre as pessoas bem nascidas (para iguais).

A assimetria entre o *tu* e a 3.^a pes. (para superiores) é curiosamente ilustrada na fábula de La Fontaine "Le loup et l'agneau":

"Dit cet animal plein de rage:
Tu seras châtié de la temerité.
— Sire, répond l'agneau, que votre majesté
Ne se mette pas en colère;
Mais plutôt qu'elle considère
Que je me vas désaltérant
Dans le courant,
Plus de vingt pas au-dessus d'elle;" ²⁰

Muitas vezes, La Fontaine apostrofou os poderosos e particularmente o protótipo do poder ilimitado — o rei Luís XIV — nas suas fábulas, evidenciando, como nessa fábula, que a humildade e as razões do súdito nada podem contra a arbitrariedade do poder.

A língua francesa marcava a diferença das posições hierárquicas pelo uso assimétrico de *tu* (superior ao inferior) e *vous* (inferior ao superior). No caso de uma autoridade máxima na escala hierárquica — o rei — também se passou a usar a 3.^a p., acompanhada de formas de tratamento como

(19) Molière, o.c., ps. 44-45, 48-49.

(20) *Fables de La Fontaine*. Ed. para Charles Aubertin. Paris, Belin Frères, 1891, p. 90.

Sire e Votre Majesté, como nessa fábula de La Fontaine. Esse uso, porém, durou enquanto durou a monarquia na França.

Quanto ao pronome *tu*, a Revolução Francesa triunfante, quis fazer dele uma bandeira dos seus ideais igualitários. Brunot informa que o “Comité du Salut Public” adotou o “tutoyement” como símbolo da igualdade entre os cidadãos (brumário do ano II)²¹. Entretanto, o decreto oficial não conseguiu mudar os costumes arraigados na sociedade, pois não se muda o comportamento dos indivíduos por meio de um decreto oficial. *Vous* e *tu* continuaram lado a lado. Se a pesquisa de Brown e Gilman revelou que o *tu* está-se expandido à custa do *vous* porque a solidariedade entre os homens está relegando ao arcaísmo as relações de poder dominantes anteriormente, talvez o *vous* um dia venha a ser uma antigüidade de museu como o *thou* inglês.

Apesar do vendaval da revolução, as populações continuavam a ser as mesmas, imbuídas dos mesmos costumes de sempre. Na França daqueles tempos não se incorporaram elementos alienígenas em número bastante elevado, para alterar o sistema anterior, muito embora as idéias revolucionárias tenham contestado o sistema. Se considerarmos o sistema dual dos pronomes de tratamento em francês ao longo da sua história, o que mais impressiona é a permanência inalterável desse sistema desde os longínquos tempos dos romanos até os dias de hoje! Mais de 2.000 anos de existência do mesmo sistema:

latim — tu, vos

francês — tu, vous

Tal sistema seria um “primitivo” universal? Inversamente, como explicar o sistema único do inglês com *you*?

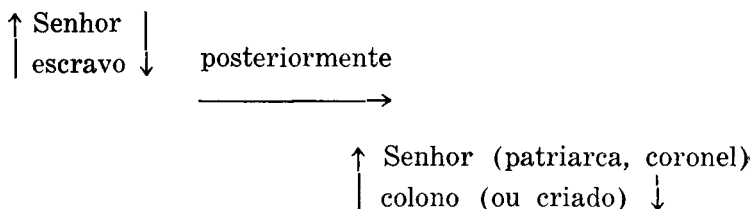
5. A estrutura social e os padrões de comportamento trazidos para a América Latina foram basicamente os mesmos existentes na Península Ibérica ao tempo da colonização. Nasquelas sociedades européias o poder era uma coordenada básica das relações entre os cidadãos. Assim ele também figurará como uma força polarizadora na organização das relações. No Novo Mundo, porém, a forma de dominação que se estabeleceu

(21) Ferdinand Brunot — *La Pensée et la langue*. 3ème. éd. revue. Paris, Masson, 1953, p. 272.

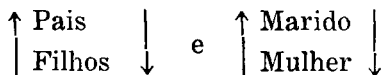
foi ainda mais extremada: a escravidão de fato, ou de direito. Talvez porque os colonos portugueses e espanhóis que imigraram, fossem indivíduos da classe média inferior, da classe baixa e muitos deles marginais indesejados nas suas pátrias de origem; talvez por isso as relações de poder aqui tenham sido mais extremas. Uma vez que um indivíduo nunca teve poder, quando o tem é mais arbitrário do que quem sempre o teve. Por outro lado, a população dominada e escravizada eram povos alienígenas para o colono europeu: o índio e o negro africano.

Dominando outros indivíduos, o imigrante europeu pobre repetiu o esquema que sofrera. Donde se estabeleceram relações assimétricas na sociedade colonial latino-americana. Algumas dessas diádes foram:

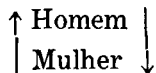
1. Relações de trabalho:



2. Relações familiares:



3. Relações entre os sexos:



Provido a maioria desses colonos europeus das zonas rurais da Ibéria, eles trouxeram consigo as velhas formas medievais de relação, fundando a família patriarcal, ainda hoje típica do mundo latino-americano. J. Roberto Moreira²²

(22) *Educação e desenvolvimento do Brasil*. Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. Rio, 1960, n.º 12, ps. 129-149.

traça o retrato da família patriarcal brasileira, retrato esse que se pode generalizar para a América Latina: *a mãe*:

"Casando-se cedo, às vezes já aos doze anos de idade, a senhora se via confinada, isolada e sem capacidade de governo doméstico. As escravas tudo faziam para ela e por ela.

A figura da mulher branca, pálida e fraca, é uma constante da literatura brasileira dos séculos XVIII e XIX. Fraca e tímida, ignorante e submissa ao marido. Servida por escravas, quase não tinha outro papel social do que o da procriação." (.....)

o filho:

"Se conseguia chegar aos 5 anos de idade, o menino se via solto na propriedade rural, em completo lazer, sem escola e sem obrigações. Transformava-se, então, num verdadeiro menino-diabo, com jogos e brincadeiras sadistas. "Pelos nossos matos — dizia um padre católico de então — é lastimosa a educação dos meninos."

E tão logo chegavam à puberdade, uma completa liberdade sexual lhes era assegurada com as negras, as crioulas das fazendas, liberdade essa que, às vezes, associava, à atividade sexual, práticas sadistas.

Selvagem e mau, o mocinho das fazendas só devia uma obediência: ao pai. Este, quando a idade própria chegava, lhe escolhia, aprazava e realizava o casamento. Também êle, o pai, decidia se era ou não conveniente mandá-lo para um colégio, fazê-lo padre ou bacharel." (.....)

a filha:

"Quanto às mocinhas, tão logo atingiam os 12 anos ou 13 anos, começavam com a mãe e as mucamas, a preparar o enxoval do casamento. (.....) Ela, a mocinha, como a mãe, vivia reclusa na casa grande, preservada a sua inocência e virgindade para o casamento. Casar e criar filhos era o seu destino." (.....)

o pai:

"Mas, por tãda parte, a figura dominante do "pater-familias" como autoridade suprema do clan familiar era um fato. E nesse clan uma verdadeira estratificação social se operava: um núcleo central de classe superior, os agregados, feitores, afilhados e filhos bastardos (geralmente mestiços) do patriarca, como classe média e os escravos como classe inferior." ²³

(23) Esse esquema enraizou-se tão solidamente que hoje, nos meados do século XX, ainda se encontram resíduos dêle. Passei minha infância e juventude no final dos anos 30 e na década de 40, vivendo numa casa grande do Vale do Paraíba num ambiente que era basicamente esse descrito por Roberto Moreira. E apesar de ser o Vale do Paraíba, era o estado de S. Paulo e não outras regiões do Brasil!

Outro dado curioso sobre as relações humanas entre as diádes apontadas acima: o juízo formulado por um espanhol dos séculos XVII-XVIII sobre os seus contemporâneos. Tal esquema vale para as sociedades arcaicas da América Latina, ainda hoje, em várias regiões:

“no matrimônio o marido é tirano
a mulher é escrava
o criado é servo” ²⁴

A estrutura de poder existente na América Latina fez com que perdurassem nessas sociedades formas de tratamento dependentes das relações assimétricas, assunto que trataremos na próxima unidade.

B. Estudo diacrônico

1. Formas de tratamento no mundo de fala espanhola. Espanha:

1. Idade Média

	Rei	Nobre	Povo
Rei	vos, tu	vos (2)	vos
Nobre	vos	vos	vos (3)
Povo	tu	tu	tu (?)

- (2) acompanhado de vocativos como: señor
- (3) acompanhado de vocativo como: señor, mi señor, señora, mi señora, señora buena, etc.
- (?) não encontrei documentação suficiente sobre as relações entre as pessoas do povo, porque os autores geralmente fazem falar a classe aristocrática.

(24) Fray Benito Jeronimo Feijóo, *Teatro Crítico Universal* in *Antología General*, Del Río, II, 1960, p. 10.

2. Século XVI

	Rei	Nobre	Povo
Rei	tu	vuestra Majestad, señor 3. ^a p.)	Vuestra Majestad, tu, real Alteza (3. ^a p.) (2)
Nobre	vos, tu	tu, vos (2. ^a p.) (1) vuestra merced (3. ^a p.)	vos
Povo	tu	tu	tu

A)

1) Há que distinguir aqui algumas relações assimétricas:

↓ Pai	↑ vos, vosotros (2. ^a p.), vuesa merced, señor, mi señor, etc. (3. ^a p.)
↓ Filho	
↓ Marido	↑ → tu, vos, señora, mi señora (dama)
↓ Mulher	→ tu, vosotros, vuestra merced (3. ^a p.), señor y marido
↓ Tio	↑ → tu
↓ Sobrinho	→ vos, señor, señor tío (3. ^a p.)

2) Essas formas de tratamento são geralmente acompanhadas dos vocativos: señor, rey y supremo señor, gran señor (3.^a pes.).

Observações:

1. *vos* é singular, ou forma plural de endereçamento a uma audiência de mais de um, em todos os níveis.
2. *tu* pode marcar a superioridade (do homem sobre a mulher, p.ex.), ou movimentos emotivos: o desprezo, p.ex.

3. numa *Colección de Autos, Farsas y Coloquios del siglo XVI* (ed. Léo Rouanet, Madrid, Librería Murillo, 1901), encontra-se um tumulto de formas de tratamento, nem sempre respeitando o esquema básico da relação assimétrica de poder. Atribuo isso ao fato de os seus autores serem anônimos, provavelmente gente do povo que não usava de um sistema sempre coerente.

3. Século XVII e XVIII

	Rei		Nobre, Classe alta		Povo	
Rei	tu, V. Majestad (3. ^a p.)		vos, señor, Vues- tra Majestad, Vuestra Alteza (3. ^a p.)		Vuestra Majestad	
Nobre, classe alta	I tu	I vos, v. merced	I tu (1)	I vos, señor, caballero, v. merced, usted	I tu (2)	I usted, vos, v. merced, señor, V. Exc.
Povo	tu, vos (?)		tu, vos (3)		D tu, vos	D vosotros (4)

Comentários a esse quadro:

1. I → Se as relações são íntimas (marido e mulher; relações amorosas; pais e filhos; tios e sobrinhos): *tu* (em cruzamento com a variante da 2.^a p. pl. *os*).
2. Quando se trata de um velho criado, íntimo, como um aio.
3. No ato de sedução de uma mulher do povo, um nobre pode passar a tratá-la por *tu*, como trataria a uma mulher íntima da sua classe.
4. Dirigindo-se a desconhecidos.

No seu artigo muito bem documentado sobre a evolução do tratamento de “vuestra merced” José Pla Cárceres²⁵ coletou uma série de testemunhos sobre o uso de *vos* no século XVI e XVII e a razão porque *usted* substituiu *vos* como forma cortês de tratamento. No começo do século XVII tratar de *vos* um fidalgo corresponderia a uma ofensa. Vamos transcrever apenas duas testemunhas da época. No *Galateo español* (1593), o mais famoso tratado de costumes do século XVII por Lucas Gracián Dantisco se lê:

“Porque la fuerza del uso es grandísima y en semejantes casos se debe tener por ley; y así quien *llamase de vos a otro*, no siendo muy más calificado, le menosprecia y hace ultraje en nombrarle, pues se sabe que con semejantes palabras llaman a los peones y trabajadores.”²⁶

Ambrosio de Salazar acrescenta essa informação:

“Sepa que los españoles reciben un bofetón cada vez que los tratan de *vos*, y aunque sea un açacán tiene por punto de honra que nos lo traten bien. (.....) Quando se habla o trata a alguno de *vos* lo tiene a afrenta muy grande.”²⁷

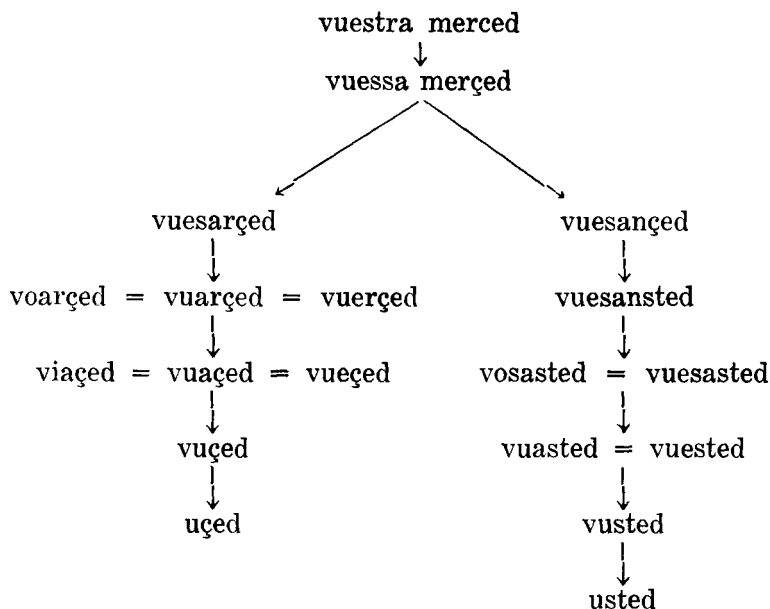
Assim vemos que no século XVII *vos* passa a denotar dois valores: 1) tratamento dado a um inferior, um criado, p.ex.; 2) tratamento dado a amigo íntimo, ou pessoa com que se tem familiaridade. Logo a casa de tratamento de cerimônia e respeito fora deixada vazia no sistema. Daí o preenchimento dessa necessidade por uma forma mais longa “vuestra merced”, que já surgira no século anterior. Tal forma fazia-se acompanhar da 3.^a p. sing., embora muitas vezes seja acompanhada da 2.^a p. pl., nessa época de transição de um padrão a outro modelo, o que sucede ao longo de todo o século XVII. Com “vuestra merced” usava-se o pronome da 3.^a p. sing. como já notamos. É nesse século XVII que o uso frequente de “vuestra merced” ocasionou mudanças fonéticas sucessivas nesse termo, mudanças que resultaram na forma pronominal atual *usted*. A longa cadeia de etapas sucessivas foi seguida por Pla Cárceres no artigo citado. Ele documentou nada menos que as seguintes formas: *vuesanced*, *vuesarced*,

(25) “La evolución del tratamiento de “vuestra merced”” in *Revista de Filología Española* X, (1923), ps. 245-280.

(26) *Galateo español*. Madrid, Atlas, 1943, p. 57. Quase todo o capítulo XII “Ceremonias por obligación” trata das formas de tratamento na Espanha de então.

(27) apud Pla Cárceres, *ib.*, p. 247.

vuarged, voarged, vuerced, vuaged, vueged, vuasasted, vuasted, vuested, vassuncê, vosancê, voaged, voazê, boacê, vuazê, voarzê, vuezê! Propõe ele o seguinte quadro sinótico para a evolução de “vuestra merced”²⁸:



O uso indiferenciado de *vos* numa sociedade tipicamente estruturada em classes, máxime com uma nobreza no topo, ocasionou o desgaste do valor social dessa forma de tratamento, com a conseqüente necessidade de criar uma nova forma que correspondesse aos brios aristocráticos da classe superior.

Por outro lado, os fatos referidos explicam o largo uso de *vos*, disseminado pela América Latina, fenômeno que se costuma chamar de “voseo”. Por certo, a América Latina foi colonizada pela classe baixa da Península Ibérica nos tempos da colônia. Esses colonos rústicos trouxeram provavelmente o seu sistema tripartido: {*tu — vos — vuestra merced* > *usted*}.

(28) *Ib.*, p. 280. Pia Cárceres compulsou a obra de 42 autores e gramáticos dos séculos XVI e XVII para formular tal hipótese.

Em algumas regiões o sistema era {tu, usted}, como foi o caso do Peru, onde esse é hoje o sistema vigente. Em largas porções da América Espanhola, porém, tem-se hoje um sistema misto {tu-vos, usted} como é o caso da Argentina e até certo ponto do Chile²⁹. Esse sistema misto implica em predomínio do *tu* (Chile), ou do *vos* (Argentina) como forma de tratamento familiar, informal. Isto é, há cruzamentos entre o pronome sujeito dominante (*tu* ou *vos*) e formas verbais ou formas oblíquas de outro pronome. Assim na Argentina: “Tú sabés”, “vos recuerdas”, “¿Vos te acordás de aquel caso, no es cierto?” Frida Weber no seu artigo sobre as formas de tratamento em Buenos Aires³⁰ comenta que o uso de *tu* se deve à pressão da escola, sendo pois, algo de artificial introduzido e alimentado pela escolarização³¹. Eis um traço típico da filosofia educativa na América Latina no que concerne o ensino da língua nacional. Continuamos todos a pautar-nos por um modelo peninsular ideal que não corresponde, via de regra, à nossa realidade lingüística local. Se o sistema em Madrid é {tu, usted} esse deve ser considerado o padrão “correto” e é ele que deve ser ensinado na escola. A questão pronominal pode suscitar um paralelo perfeito, no que concerne Brasil e Portugal. Parece-me que continuamos a ter mentalidade de colônia, ainda quando se trata de gramática normativa.

A realidade argentina, porém, é o uso de *vos* como pronome informal. “Tutear” aí é tratar de *vos*. Vale a pena transcrever essa passagem de Frida Weber:

“El uso de *vos* se puede considerar general hoy en Buenos Aires. Sean cuales foren los motivos y las circunstancias en que su empleo llegó a las capas superiores, hoy se extiende a todas las clases sociales. Las excepciones son individuales. Vos se usa habitualmente entre quienes tienen confianza, entre iguales y de superior a inferior, en este caso con el doble valor de destacadador de distancia o con tono protector, cariñoso. Por ser forma familiar tiene uso corriente entre

(29) “Geografía del voseo” in E. F. Tiscornia, *La lengua de “Martín Fierro”*, BDH, Instituto de Filología, Buenos Aires, 1930, p. 289.

(30) Frida Weber, “Fórmulas de tratamiento en Buenos Aires” in *Revista de Filología Hispánica*, año III, no. 2 (1941), p. 107.

(31) “Como es prácticamente seguro que a principios de siglo (XX) el único pronome familiar usado oralmente por los hablantes nativos de la región fuera *vos*, debemos explicarnos la alternancia con *tú* como una manifestación del conflicto entre el uso coloquial y la norma literaria vigente.” M. B. Fontanella de Weimberg, “Pronombres en el español bonaerense” in *Boletín del Instituto Caro Y Cuervo*. T. XXV. Enero-Abril, 1970, no. 1, ps. 13-14.

quienes se tratan sin formulismo. Así entre los jóvenes parecería haber una tendencia cada vez más sostenida al uso de *vos* en oposición a *usted* en el trato amistoso." ³²

Vinte nove anos após esse estudo de Frida Weber, M. B. Fontanella de Weimberg, observando a evolução do uso de *vos* na região de Buenos Aires, dos começos do século XX aos dias atuais, concluiu que a tendência ao uso exclusivo *vos* se está concretizando em meio às gerações jovens. Para a juventude é hoje a forma universal de tratamento em todos os níveis e entre os dois sexos. O uso de *usted* restringiu-se consideravelmente. Os jovens nem mesmo tratam os pais por *usted* como soía acontecer na sociedade de outros tempos, a não ser nos meios rurais e provincianos.

Por conseguinte, do sistema espanhol inicial {tu, vos} há apenas resíduos. Os sistemas equivalentes hoje são: {tu, usted} na Espanha, Peru, México, Chile, etc. e {vos, usted} na Argentina.

Os dados de frequência do espanhol peninsular ³³ não revelam oposição substancial entre o uso dos dois pronomes na Espanha dos anos 1920-1940:

	uso	frequência absoluta	dispersão
tú	389,03	1928	20,17
usted	365,55	1574	23,22

Pena é que não tenhamos dados estatísticos similares para o espanhol argentino para verificar até que ponto as relações de poder e respeito, ou as de solidariedade têm precedência em uma ou outra sociedade. Seja como for, o estudo de Weimberg confirmou a tese de Brown e Gilman sobre a extensão da solidariedade em detrimento das relações de poder para uma secção da sociedade argentina.

2. Formas de tratamento no mundo de fala portuguesa.

(32) Frida Weber, o.c., ps. 106-107.

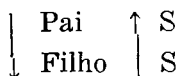
(33) A. Juilland and E. Chang-Rodriguez, *Frequency Dictionary of Spanish Words*. The Hague, Mouton, 1964.

A. Idade Média

	Rei		Nobre		Povo	
Rei	I vós (1)	I tu	vós, senhor		vós, senhor (2)	
Nobre	vós		I, S vós	I, S tu (3)	vós, senhor	
Povo	tu		I tu, vós	I tu	D vós	D tu

Comentários a esse quadro:

- (1) Como superior aqui entende-se a relação:



- (2) Os elementos da plebe que entram em contacto com os soberanos são, geralmente, criados mui chegados, comoaios, amas, com os quais se têm relações afetuosas, via de regra. (Refiro-me à documentação que nos chegou às mãos, em geral, obras literárias). Pode-se dizer o mesmo, até certo ponto, com relação a nobres e povo.
- (3) No caso, a mulher. O “status” da mulher na sociedade feudal é paradoxalmente ambíguo. De um lado, ela é um objeto da propriedade do homem, quer na relação {pai-filha}, quer na relação {marido-mulher}. Logo, submissa e inferior, temendo a autoridade do homem que tem total controle sobre o seu comportamento. Atente-se a algumas passagens da *Demanda do Santo Graal* (fins do séc. XIV).

— Conversam uma donzela (princesa) e sua ama, no episódio conhecido como “Tentação de Galaaz”:

“Quando a donzela viu que sua ama o queria dizer a seu padre, foi muito espantada, ca havia mui grã medo, ca era mui bravo e de forte coração.”

(.....)

"Entom lhe disse a dona:

(.....) Certas, se o teu padre souber, todo o mundo nom te poderá valer, que te nom tolhe a cabeça." ³⁴

— A donzela da família converte-se num símbolo da honra ou desonra do homem (patriarca ou esposo):

"— Ai, donzela! Mal aconselhada sodes; metede mentes em vossa fazenda, e catade a alteza do vosso linhagem e de vosso padre, e fazed que nom prendam desonra per vós." ³⁵

Na relação <marido-mulher> o mesmo esquema se repete. Pode-se constatar o poder do homem sobre a esposa, nesse cantar d'amigo, em que uma mulher casada, enamorada de outro homem se queixa:

"Quisera vosco falar de grado,
ai meu amigu'e meu namorado,
mais non ous'oj'eu con vosc'a falar,
ca hei mui gran medo do irado;
irad'haja Deus que me lhi foi dar.

Nas estrofes seguintes o dístico final insiste nesse sentimento de temor do marido, por causa dos amores clandestinos da esposa — trata-se de uma espécie de refrão com ligeiras variantes estilísticas:

"ca hei mui gran medo do mal-bravo;
mal-brav'haja Deus quen me lhi foi dar," etc. ³⁶

Por um mecanismo de sublimação, porém, a mulher transforma-se num ser superior, objeto de culto na literatura trovadoresca. Aliás, esse esquema não é exclusivamente literário. Nas sociedades arcaicas da América Latina, ainda se observa a mesma dualidade ambígua:

Homem		S	→ relação de poder, de fato
Mulher	↓	S	
Mulher		S	→ relação idealizante, emocional
Homem	↓	S	

No episódio "A fonte da Virgem" na mesma *Demanda do Santo Graal* o donzel Nabor trata a donzela por *vós* e recebe *tu* ³⁷. O inverso já teria conotação totalmente diversa, uma intensa emoção amorosa, ou desprezo. Observe-se, p.ex.,

(34) apud S. Spina, *Presença da Literatura Portuguesa*. Era Medieval, S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966, p. 65.

(35) Id., ib., p. 68.

(36) Id., ib., p. 36.

(37) *A Demanda do Santo Graal*. Augusto Magne (ed.). M E S. Instituto Nacional do Livro, 1944, vol. I, p. 402.

a mudança de *vós* para *tu* no diálogo entre Galaaz e a donzela princesa no episódio citado da “Tentação de Galaaz”.

— O Cavaleiro sem mácula, tenta convencer a enamorada princesa de que não devem ter relações amorosas, por causa da honra dela e por causa do seu voto de castidade. (dêle) Tratava-a por *vós* e ela também lhe dava o *vós* como convinha a uma dama da sua condição dirigindo-se a um cavaleiro. No momento em que a princesa se apresta a suicidar-se à vista do cavaleiro esquivo, exclama Galaaz:

“— Ai, boa donzela! Sofre-te um pouco e nom te mates assi, ca eu farei todo teu prazer.” ³⁸

O *tu* era, pois, marca dupla: 1) intimidade, afeto, emotividade; 2) inferioridade. O *vós*: 1) marca de não-intimidade, distância; 2) respeito, superioridade.

Num desafio entre dois segréis — Pero da Ponte e Afonso Eanes (séc. XIII), ambos se tratam por *vós*, sendo ambos homens do povo. O *vós* marca aqui o respeito.

2. Século XVI ³⁹

	Rei		Nobre		Povo	
Rei	I, S vós	I tu	El-Rei DD., Senhor, Vossa Alteza, Vossa Majestade (3. ^a p.)		Senhor, Vossa Alteza, Vossa Majestade (3. ^a p.)	
Nobre	vós		S vós, senhor, V. mercê	S, E, I tu (1)	vós, senhor, vossa mercê, vossa senhoria (3. ^a p.)	
Povo	tu		I tu	I vós (2)	D vós, V. mercê	D tu

(1) Entende-se aqui por inferior (S) a relação {mais moço-mais velho}, como entre filho e pai.

(38) S. Spina, o.c.o., p. 69.

(39) Na correspondência dos soberanos com o papa pode dar-se essa circunstância em que o rei se dirige a alguém que lhe é superior. Como no caso específico do rei D. João III, que usa a 3a. pl. para o papa.

$$\begin{array}{c} \text{tu} \left\{ \begin{array}{l} \text{Pai} \\ \text{Filho} \end{array} \right. \uparrow \text{vós, senhor} \end{array}$$

- (2) Um nobre trataria um inferior, um criado, p.ex., por *tu*, mas um inferior com quem não tem trato familiar por *vós*, se é bem educado e quer marcar a distância entre ambos.

3. Séculos XVII e XVIII

	Rei	Nobre, classe alta		Povo, classe baixa	
Rei	I, S vós tu	vós, Senhor, Vossa Alteza, Sua Majestade (3. ^a p.)		Senhor, Vossa Alteza, Vossa Majestade (3. ^a p.)	
Nobre, classe alta	vós	S, D (1) Senhor, Vossa Mercê	S, I tu, vós, você (2)	vós, Senhor, Senhor D., Vossa Mercê, Vossa Senhoria, a menina, etc.	
Povo, classe baixa	tu	S tu, vós, você	D vós	S, D sô mestre, sô amigo, vós, você	I, S tu, vós, você

- (1) *D* significa: desconhecido ou pessoa conhecida mas com quem não se tem intimidade.
- (2) *Você* como tratamento intermediário entre *tu* e *Vossa Mercê* apareceu provavelmente no século XVIII. Não encontrei documentação anterior. Como coexiste no século XVIII com *Vossa Mercê* e com valor ligeiramente diferente, não sei se teria derivado da evolução de *Vossa Mercê* como pretendem alguns etimologistas como José Pedro Machado. Quando se considera as inúmeras variantes de *Vossa Mercê* levantadas por Plá Cárceres na literatura dos séculos XVI, XVII e XVIII, outra hipótese pode ser aventada. O tratamento de *Vossa Mercê* deve ser importado da Espanha. Ora, no final do século XVI e primeira metade do século XVII, Portugal

estava sob o domínio espanhol. Além disso, as relações entre as sociedades portuguesa e espanhola sempre foram muito intensas e estreitas desde os tempos medievais. Compare-se agora variantes espanholas como: *voaçed*, *vueged*, *vassuncê*, *vuaçed*, *voazé*, *vuazé*, *vuezé*, todas registradas por Cárceres. Note-se quão vizinhas se encontram foneticamente de *você*. *Vassuncê* do repertório de Cárceres também se encontra nos meios rurais portugueses e brasileiros, a par com *Vosmecê* e *ocê*. Essa última hoje freqüente na fala urbana brasileira de vários níveis. Talvez *você* simplesmente represente uma daquelas variantes que corriam na Espanha senão em toda a Península Ibérica. Na seqüência das etapas sucessivas o *usted* espanhol ficou como forma de respeito, substituindo *vós*. E *você*, ou substituiu a forma familiar *tu* (Brasil), ou ficou como intermediário entre a intimidade (*tu*) e o formalismo (*o senhor*, *V. Excia.*) (Portugal).

4. Século XIX (Portugal e Brasil)

	Rei, Imperador		Nobre, classe alta			Povo, classe baixa
Rei, Imperador	S, I se- nhor, meu pai	S, I tu	Vossa Alteza, Vossa Majestade, Senhor			Vossa Al- teza, Vossa Majestade, Senhor
Nobre, classe alta	I se- nhor (3. ^a p.)	I meu amigo, o mar- quês, você (3. ^a p.)	S, D Se- nhor (1) V. Excia.	Ig, D você (2)	Ig, I tu, (3) você	Senhor, V. Senhoria, Sinhô, Sinhá, etc.
Povo, classe baixa	tu		tu, você			tu, você

(1) Algumas dessas formas de tratamento eram exclusivas da linguagem escrita como: Exmo. Sr. Dr., Exmo. Sr. (?), na pena de um Machado, p.ex. (Cf. Epistolário). Pelo menos, não há continuidade de uso dessas formas na linguagem oral no Brasil do século XX, embora elas circulem no Portugal contemporâneo, ainda que circunscritamente.

(2) Até meados do século XIX *você* circunscreve-se ao trato do superior ao inferior, a saber: 1) critério de idade (pais a filhos, tios a sobrinhos); 2) de posição (magistrado a cidadãos comuns, professor a aluno); 3) iguais não íntimos, ou de relação assimétrica (homem e mulher, quando primos). Assim o atestam escritos de Machado de Assis, Manoel Antônio de Almeida, Martins Pena.

(3) No Brasil ocorreu a substituição do *tu* por *você*, como forma de tratamento familiar e íntima, fato que se deve ter processado na virada do século XIX para o XX. A correspondência de Machado dá testemunho desse fenômeno social e lingüístico⁴⁰. Até os anos 70 Machado usava *tu* com os íntimos, de modo geral. No final do século XIX e começo do XX serve-se quase exclusivamente de *você*. O fato mais significativo a esse respeito encontra-se na sua correspondência com seu amigo Salvador de Mendonça. Machado tratava-o por *tu* até 1901; passa então a usar *você*, apesar de conservar possessivos da 2.^a pessoa. Com outros amigos íntimos como J. Nabuco e José Veríssimo, porém, o trato comum sempre foi *você*. Suspeito que o *tu* trocado anteriormente com Salvador Mendonça, se relacione com a origem desse amigo (português). Um século depois, nesse último quartel do século XX, o tratamento na 2.^a p. está quase extinto no Brasil, apesar de vários vestígios. Um deles: o uso do pronome oblíquo *te* e dos possessivos *teu*, *tua*, etc. no interior do sistema da 3.^a p. (*você*). Lembre-se que no Rio Grande do Sul o uso de *tu* é corrente mas acompanhado das formas verbais da 3.^a p. Não será por influência dos países vizinhos de fala espanhola como o Uruguai? O uso esporádico de *tu* que se ouve no Rio de Janeiro parece-me artificial, isto é, resultante

(40) Machado de Assis, J. M., *Obra Completa*. Afrânio Coutinho (ed.). Rio de Janeiro, Aguillar, 1962, vol. III.

de uma tendência “esnober” em certos indivíduos que pretendem “falar carioca”⁴¹.

5. Século XX

A) Portugal

Superior S	Íntimo (I)		Não-íntimo (I)		S*(3)	
			V. Excia.			
	H	+ o se- nhor	— o me- nino (1)	+ o senhor		— o menino (1)
	M	a se- nhora	a me- nina	a senhora		a menina (2)
Igual Ig.	tu		Fami- liar você	Distante (D)		
				o se- nhor	o me- nino (1)	
Inferior S	tu			a se- nhora	a me- nina (2)	
				você		

(1) “O menino”: o seu uso se relaciona com a idade biológica; até a adolescência, em geral. Usa-se também o

(41) Em algumas personagens de Nélson Rodrigues (*Teatro quase completo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965) aparece isoladamente um que outro *tu* e formas verbais da 2.ª p. do sing. Talvez possam ser atribuídas aos mesmos resíduos que apontamos acima. Na correspondência de Monteiro Lobato — *A barca do Gleyre* (S. Paulo, Brasiliense, 1959) — também há traços do cruzamento na fala popular da 3.ª p. com pronomes e formas da 2.ª p. (*te, teu, tua*).

nome próprio com o verbo na 3.^a p. como forma de tratamento nessas circunstâncias.

(2) “A menina”: mais extensivo do que o masculino, tanto se refere à idade biológica como ao “status” de jovem não-casada. Pode aplicar-se também à senhora casada, para indicar o respeito de um inferior (criada, p.ex.) por uma jovem senhora. Usa-se também o nome próprio com o verbo na 3.^a p. como forma de tratamento nessas circunstâncias ⁴².

(3) S* = Supra-Superior.

B) Brasil

	Íntimo (I)	Não-íntimo (I)	
Superior S	H o senhor	o senhor	
	M a senhora (1)	a senhora	
Igual IG	você	o senhor (2) H	você
		a senhora M	
Inferior S	você	você (3)	

(1) O tratamento de *o senhor, a senhora* dado a um íntimo (superior), aos pais, p.ex., já não é generalizado no Brasil contemporâneo. Nas áreas urbanas das grandes cidades, em meio à geração jovem, trata-se os pais de você. Assim também se está verificando no Brasil o mesmo que Brown e Gilman observaram para algumas culturas européias como a francesa, a italiana, a alemã e que qualificaram como a extensão da semântica da solidariedade em detrimento da se-

(42) Infelizmente este artigo já estava impresso quando vim a conhecer o excelente trabalho do Prof. L. F. Lindley Cintra: *Sobre Formas de Tratamento na Língua Portuguesa*. Lisboa, Edições Horizonte, 1972.

mântica do poder. E que Weimberg constatou estar sucedendo em Buenos Aires no presente.

(2) Quando se trata de alguém da mesma classe social e contemporâneo etário o tratamento “o senhor, a senhora” pode alternar com “você”. Geralmente as pessoas de educação mais conservadora e de ambientes mais refinados utilizam o tratamento mais formal e menos familiar. Trata-se pois, de regra flutuante, dependendo dos imponderáveis da personalidade individual.

(3) No caso de um inferior, pessoas que preferem estabelecer distâncias por não apreciarem familiaridade, podem também utilizar *o senhor, a senhora*, ao invés de *você*. Ou então, por se tratar de um empregado mais velho do que o patrão, o chefe (a patroa, o chefe) o tratamento de mais respeito pode ser utilizado.

De uma maneira geral, é digna de nota a simplificação a que se procedeu no Brasil, mas não em Portugal, com relação às formas de tratamento. E a tendência brasileira é para ampliar a área coberta por *você*. Parece-me que a discrepância entre os sistemas português e brasileiro pode ser assim explicada, até certo ponto. A sociedade brasileira pode ser tida como uma sociedade aberta e a portuguesa, como uma sociedade fechada. Além de não receber periodicamente novos fluxos de imigrantes (caso do Brasil) Portugal tem-se mantido quase à margem do mundo moderno. O relativo fechamento das fronteiras às “mãs” influências do exterior, política adotada pelo governo português nesses últimos 35 anos, acarretou para o país insulação, com respeito às idéias e padrões de comportamento, que caracterizam a sociedade internacional do pós-guerra. Assim, a portuguesa é uma sociedade arcaica cujos padrões e relações interpessoais já de há muito desapareceram nas outras sociedades européias, mesmo no mundo latino mais conservador, em geral. No Brasil, existem muitos núcleos conservadores e até mesmo fósseis de outras eras porque nesse país várias épocas históricas coexistem

no presente. Entretanto, existe forte tendência na sociedade brasileira para assimilar e absorver os padrões dos países desenvolvidos. Seria interessante avaliar o alcance da influência americana na vida brasileira contemporânea. Não resta dúvida de que somos dos povos que mais avassaladoramente se têm deixado absorver pelo modelo da "grande sociedade" dos Estados Unidos da América. A mera observação dos grandes centros brasileiros confrontados com as metrópoles portuguesas, evidenciará a disparidade que ora mencionamos.

Nos primeiros contactos com a sociedade portuguesa, o brasileiro sofre um forte impacto por causa do formalismo do português e em virtude da variada gama de tratamento entre os indivíduos e as classes sociais. Algumas formas de tratamento como *V. Excia.*, *V. Senhoria*, que, para nós, são esteriótipos amorfos da escrita comercial e burocrática, vivem no trato humano em Portugal. Na fala brasileira aparecem raramente e apenas em situações muito formais como: discursos e defesas de tese em universidades.

No Brasil, de fato, só temos dois pronomes de tratamento: 1) *you* (familiar); 2) *o senhor* (formal) que correspondem ao par {tu, vós} ou {T, V} conforme a caracterização de Brown e Gilman. Entre os títulos relativamente freqüentes, temos: *doutor* (quase exclusivo de médicos) e *professor* (ambientes escolares e universitários). O português usa *doutor* e o *sr. doutor* com freqüência e indiscriminadamente. Para determinada classe de pessoas é tratamento obrigatório.

Quanto à escala de pronomes de tratamento em Portugal, é tripartida como se viu no quadro da pág. 352: {tu, você, o senhor}. Os portugueses possuem, por conseguinte, uma gradação intermediária entre a familiaridade e o formalismo, desconhecida no Brasil.

Os dados estatísticos de John Duncan⁴³ para o português peninsular dos anos 1920-1940 fornecem o seguinte balanço:

	uso	freqüência absoluta	dispersão
tu	17,31%	151	11,46%
você	29,33%	183	16,03%
o senhor	157,61%	240	65,67%

(43) *Frequency Dictionary of Portuguese Words*. Stanford, 1970 (não publicado ainda).

Nessa amostra imparcial da linguagem portuguesa contemporânea os números que quantificam o uso, falam por si. A altíssima frequência relativa de *o senhor* constitui um índice do formalismo dessa sociedade. Note-se a baixa porcentagem do pronome da intimidade e da familiaridade: *tu*. Infelizmente, formas como *V. Excia.*, *V.S.* foram eliminadas dos cálculos finais por Duncan. Entretanto, examinando o *corpus* de que ele se serviu na sua análise do português contemporâneo, encontrei essas formas em amostras da linguagem teatral ⁴⁴.

Infelizmente os únicos dados quantitativos para o português brasileiro não podem ser confrontados com os valiosos dados de Duncan que foram tratados por padrões rigorosamente estatísticos. O *corpus* do *Graded Work Book of Brazilian Portuguese* (GWBBP) ⁴⁵ foi composto segundo critérios discutíveis. Seus autores não procederam ao cálculo de parâmetros importantes como a dispersão e o uso. A título de curiosidade, consideremos algumas formas de tratamento que aí comparecem. O total de palavras que compunham o *corpus* original (GWBBP) sendo de 1.200.000 de texto seguido, poderemos estabelecer algumas regras de 3, para tentar uma comparação grosseira. Teríamos:

	frequência absoluta	porcentagem
tu	2.680	0,22%
você	1.389	0,11%
dr.	742	0,06%

Aparentemente esses dados não coincidem “in totum” com o que foi dito acima. O problema, porém, fica em suspenso até que se tenham dados mais fidedignos para o português brasileiro ⁴⁶.

(44) O trabalho de Duncan registra também uso relativamente frequente do possessivo *vosso*, apesar da inexistência de *vós*.

(45) Brown, Carr e Shane, *A Graded Word Book of Brazilian Portuguese*. New York, Crofts 1945.

(46) Essa contagem de que nos servimos (cf. 45.) estranhamente não inclui *o senhor*, *a senhora*. Em compensação registra as mais variadas e curiosas formas como: *mecê*, *mme.* (madame), *nhá*, *nhô*, *sá*, *o seu*, *seu*, *sinhá*, *sinhô*, *vós*, *vosmecê*, *vosso*.

Quanto a *você*, um estudo estatístico do tipo do de Duncan aplicado a uma amostragem brasileira dos anos 40 a 70, seguramente indicaria um alto índice de uso para esse pronome. Deve-se ressaltar também que a forma complemento *te* que contribui com mais da metade das ocorrências de *tu* no GWBBP, deve ser incluída entre as variantes do pronome *você* porque, na verdade, forma sistema com esse pronome.

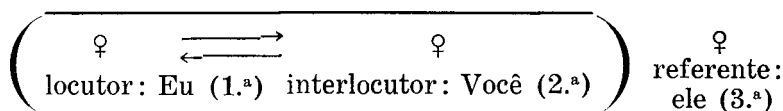
Em 1931, Cláudio Basto afirmava que o uso de *você* em Portugal era de bom tom e estava na moda⁴⁷. Entretanto, “dantes, diz ele, *você* — assim como *vossemecê* — evitava-se com pessoas de cerimônia”. Seja como for, *você* ainda não tem, em Portugal, o uso generalizado que tem no Brasil. E *vossemecê* é dialetal tanto em um, como em outro país. Também se registram outras variantes dialetais como: *vosmecê*, *vosmincê*, *vassuncê*, *vancê*, *mecê*, *ocê*, *cê*. Com exceção de *ocê* e *cê* que correm na fala das grandes áreas urbanas brasileiras, creio que as outras formas estão condenadas ao desaparecimento em virtude dos modernos meios de difusão da “norma culta” pelo território brasileiro.

O *senhor* coexiste com muitas corruptelas e variantes em Portugal (*sinhôr*, *siôr*, *siô*, *sôr*, *sô*, *s'nhor*, *nhor*), como no Brasil (*sinhô*, *siô*, *nhôr*, *nhozinho*, *nhonhô*, *nhô*, *sô*, *seu*). Algumas delas caracterizaram a fala dos negros no Brasil colonial. Antecedendo o nome próprio, ou de família, *seu* é altamente freqüente no Brasil moderno (*Seu Antônio*, *Seu Correia*). As variantes femininas correspondentes já se rarefazem hoje. Meu avô ainda chamava sua esposa respeitosamente de *Sá Tereza*, conforme os padrões da aristocracia rural dos começos do século por ele representada. Nas tabelas do GWBBP contra um total de 57 para *Sá*, tem-se 237 para *Seu*, *O Seu*. Para a mulher a forma respeitosa de tratar é usar *dona* antecedendo o nome: *Dona Maria*. Às vezes tal uso tem um sabor popularesco. *Dom* desapareceu da fala brasileira, sobrevivendo exclusivamente no tratamento dado aos bispos: *Dom Aloísio*.

Se admitirmos que *você* e o *senhor*, no Brasil, preencheram as casas vazias deixadas pelos extintos {*tu*, *vós*} do sistema anterior, aquelas formas devem ser consideradas como legítimas representantes da 2.^a p. — a pessoa com que se fala — coincidindo as formas verbais da 2.^a e da 3.^a pessoas.

(47) “Formas de tratamento, em português” in *Revista Lusitana*, XIX (1931), pp. 183-191.

Logo proporia para a fala brasileira o esquema:



Sistema pronominal

Paradigma verbal	Sujeito	Objeto
1. ^a p. falo	1. ^a p. eu	1. me, mim, comigo
2. ^a p. fala	2. ^a p. você	2. te, ti, contigo, lhe, lo, se, si, consigo
3. ^a p. fala	3. ^a p. ele	3. se, si, consigo

O sistema português já seria mais complexo. Por um lado, em Portugal também se usa de uma forma indireta de tratamento, desconhecida no Brasil. O uso do referente (3.^a p.) como substitutivo respeitoso da 2.^a p. (não só de *você*, o *senhor*, mas também de *tu*). Exs.

“O pai está aborrecido?” (interlocutor: o pai do locutor)

“A mãe quer açúcar?”

“A Luzia não vai sair?”

III. A estrutura social depende das relações estabelecidas entre os indivíduos. Assim, tudo se resume a relações interpessoais.

Consideremos algumas das dimensões fundamentais das relações interpessoais:

1. O contexto primordial é o da família, quer entendida como família nuclear, quer como família estendida.

No caso das sociedades latinas e particularmente nas Américas Hispânica e Portuguesa as relações entre os indivíduos partem do contexto familiar. Como nesses países a estrutura familiar é a da família extensa, numerosíssimas são as formas de tratamento que definem as relações entre os seus membros. Alguns autores estudaram as formas de tratamento entre os membros de uma família no Chile, no Peru e na Argentina ⁴⁸. Todos eles organizaram e discutiram

grandes listas estilísticas para “marido e mulher”, pais e filhos”, “filhos e pais”, “irmãos entre si”, “tios e tias”, etc. Um traço comum se evidencia: o grande número de tratamentos afetivos de que essas línguas se servem; esse fato dá testemunho da profundidade das relações entre os membros do clã familiar. No Brasil, se nos dispuséssemos a fazer algo de semelhante, seguramente encontrar-se-ia vasto arsenal estilístico, pois as estruturas da nossa sociedade se assemelham às desses três países em questão. Na América Latina, também se parecem, via de regra, as relações estabelecidas com pessoas do serviço doméstico e com amigos, conhecidos e desconhecidos.

O lugar social dos filhos e da mulher nessas sociedades ainda têm ressaibos da estrutura patriarcal, com o “Pater-famílias” (o coronel da Casa Grande no Brasil), presidindo no topo e movendo os cordéis das relações das bases, como já tivemos ocasião de assinalar. Entretanto, em todos quatro países mencionados, tal estrutura de poder sofreu grandes abalos nos tempos atuais. Um estudo sócio-lingüístico acurado de tipo diacrônico, poderia revelar quando e como o sistema começou a mudar. Aparentemente o processo de mudança já se iniciou há muito mais que um século. Talvez no Brasil as mudanças sejam mais recentes que no Chile, Peru e Argentina. O citado artigo de Sologuren revelou uma pista muito curiosa: um texto do final do século XVIII com o curioso título “Carta escrita a la Sociedad de Amantes del País sobre el abuso de que los hijos tuteen a sus padres”⁴⁹:

“La confusión de este alborozado cumplimiento me impidió el parar la atención en las expresiones inocentes de mis hijos. Calmado el primer tumulto de los afectos, oí que todas estas criaturas me trataban de *tú*. Admiréme, y pregunté a Teópiste de donde nacia esta novedad tan opuesta a los principios de crianza, que yo había dejado entablados antes de mi viaje. Respondióme éste fríamente: “Que mis hijos habían estado en casa de Democracia su madre durante mi ausencia; y que allí les habían enseñado lo que es común a todos las clases de ciudadanos.” Creció mi admiración: pregunté a algunos amigos se era positiva esta costumbre en Lima, y tuve el desconsuelo de quedar cerciorado de que la

(48) Luisa Eguiluz, “Fórmulas de tratamiento en el español de Chile”, in *Boletín de Filología*. Tomo XIV, Universidad de Chile, 1962, ps. 169-233. Javier Sologuren, “Fórmulas de tratamiento en el Peru”, in *Nueva Revista de Filología Hispánica*. Año VIII, n.º 3, ps. 241-267.

(49) *Mercurio Peruano*, 16 de enero de 1791, ps. 36 ss., apud Sologuren, ps. 247-8.

mayor parte de las madres, tías y abuelas, no sólo sigue esta baja práctica de hacerse tutear de los hijitos que las rodean, sino también la patrocina y la sostiene... (.....) Sirvanse Vms. de preguntar en mi nombre a todas las Madamas que piensan en esto como Democracia: ¿Qué idea tienen del respeto filial, y de la superioridad paterna? Si nuestro idioma tiene los tratamientos confidenciales con separación de los de reverencia, ¿por qué los hemos de confundir? ¡Por qué hemos de acostumbrar a los hijos a que hablen a su madre en el mismo tono que a su esclava, y a que no distingan a su padre de su caletero? Finalmente ¿por qué miran como afecto de amor en los padres una condescendencia que es tan contraria a la subordinación, y aun a la buena política de las gentes?"

Essa longa citação mostra como se imputou à democracia o desmantelamento dos costumes patriarcais. Mais uma vez se constata que a semântica da solidariedade está solapando o edifício do poder que constituía outrora o fundamento das relações sociais.

Resumindo: as pessoas do diálogo compõem hoje os seguintes sistemas de diádes pronominais nas sociedades ibero-americanas:

Espanha	→	{tu, usted}
Peru	→	{tu, usted}
Chile	→	{tu, usted}
Argentina	→	{vos, usted}
Brasil	→	{você, o senhor};

só Portugal apresenta um sistema tripartido: {tu, você, o senhor}.

Assim, *vós* desapareceu de todas essas sociedades, conservando-se, enquanto forma, apenas na Argentina, com o valor, porém, de T e não de V (caracterização de Brown e Gilman).

2. Para concluir o quadro das relações interpessoais, falta referir a comunicação com a divindade.

Observam-se fatos curiosos no tocante às formas de tratamento dadas à divindade e aos santos nas culturas cristãs ocidentais. O *Pai Nosso*, oração comunitária muito antiga na cristandade, foi estabelecida na segunda pessoa do singular (T) desde as origens. Assim nas versões canônicas do Novo

Testamento é essa a forma de tratamento, tanto em grego como em latim:

πατερ ημων ο εν τοις ουρανοις.

αγιαστω το ονομα σου

Pater noster qui es in caelis;

Sanctificetur nomen tuum. (Versão da Vulgata, 383. D.C.).

Nas línguas neo-latinas tivemos traduções discordantes. Enquanto o francês e o português preferiram a forma respeitosa (V), o espanhol e o italiano preferiram a de intimidade (T). Quanto ao inglês, desde as mais remotas versões (dialetos anglo-saxão de 900 D.C., aproximadamente) era a forma T (= Thou) a que imperou. É verdade que só depois da conquista normanda, os saxões adotaram uma forma mais respeitosa (*ye = you*), copiada do francês⁵⁰. Forma essa que fez sistema dual com *thou* nos tempos medievais mas que acabou suplantando-o definitivamente na Renascença, permanecendo *you* como único pronome de tratamento em inglês. Contudo, a linguagem eclesiástica seguiu usando *thou* para a divindade, traço arcaizante das versões bíblicas anteriores a 1923 e 1927, datas das primeiras impressões em linguagem moderna. Aliás, a igreja tem sido uma força conservadora a manter os hábitos lingüísticos do passado. Maxime a Igreja de Roma (católica) e a Igreja da Inglaterra. Na Igreja Romana e rígida estrutura de poder hierárquico funciona como força de inércia para manter inalteráveis os costumes de outros tempos. As confissões protestantes romperam com esse círculo fechado de coisas e assim é que, na França, p.ex., adotaram o *tu* para dirigir-se à divindade, já no séc. XVI, contrastando assim como o *vous* canônico da Igreja Católica. Os cânticos religiosos dos huguenotes no século XVI utilizaram a 2.^a p. sing. (T)⁵¹. Os meados do século XX assistiram pela primeira vez a um dramático abalo na tradição católica romana, a partir do Concílio Vaticano II. Como consequência, as conferências nacionais de bispos começaram a reformular totalmente as liturgias de outrora. Assim é que em 1965 o episcopado francês decidiu que o pronome de tratamento a ser usado nas preces comunitárias devia ser o *tu* e não o *vous*.

(50) Stidston, *The Use of Ye...*, Stanford U., 1917, ps. 2-8.

(51) Henri-Léonard Bordier — *Le Chansonnier Huguenot du XVI.^e Siècle*. Slatkine Reprints, Genève, 1969. (Réimpression de l'édition de Paris et Lyon, 1870-1871).

Num artigo intitulado “Tutoyer Dieu” de uma revista católica da época, encontramos a seguinte argumentação para justificar tal mudança de atitude:

“Le principal argument en faveur de ce parti, c'est qu'il assure la continuité des formules proprement liturgiques avec les textes bibliques, notamment les psaumes. Depuis nombre d'années déjà, les Bibles françaises emploient le tutoiement envers Dieu, le Christ, les saints, conformément à l'usage de toutes les langues anciennes. Si les oraisons ou les chants de la messe appartiennent à d'autres genres littéraires, ils n'en sont pas moins étroitement inspirés de la Bible, et il n'y a pas de raison impérieuse pour y employer un langage différent.

Il ne s'agit que d'une coutume, qu'il serait vain de fonder sur de hautes considérations théologiques. Aussi les répugnances que l'on peut éprouver à interpeller Dieu de cette manière ne viennent-elles que de nos habitudes.

On ne peut dire que le vouvoiement est plus respectueux, tandis que le tutoiement serait une marque de familiarité, sinon de vulgarité!”⁵²

Hoje a catolicidade romana está absorvendo alguns dos conceitos protestantes já estabelecidos no século XVI. Hoje se faz a apologia de relações mais humanas e diretas com Jesus Cristo, da forma como se trata um membro íntimo da família, rejeitando assim a hierárquica distância consagrada pela Igreja de Roma no passado. Essa atitude tem-se difundido em todas as latitudes onde se vivem as práticas católicas.

No português brasileiro registra-se uma verdadeira miscelânea entre os arraigados hábitos do passado e os novos conceitos do presente. As mais recentes versões da bíblia impressas no Brasil misturam a 2.^a p. sing. e a 2.^a p. pl. (a tradicional), embora nenhuma tenha ido tão longe a ponto de usar o *você*, único pronome real da intimidade no Brasil! Os salmos que constituem o mais rico manancial de preces da Igreja geralmente estão vertidos na 2.^a p. sing. (T), embora alguns haja que tratam Deus por *vós*. As preces estereotipadas ainda continuam a ser ditas na 2.^a p. pl. (V) como o *Pai Nosso*. As longas liturgias das grandes festas como Páscoa e Natal oferecem uma amostra complexa desse conflito entre o arcaico e o novo, entre a tradição consagrada e o gosto pelas novas formas, mais espontâneas e naturais, condizentes

(52) *La Vie Spirituelle*. CXII, Janvier 1965, n.º 512, p. 181.

com uma prática religiosa mais vivida do que adotada como arquétipo social. Na década de 60 muitos libretos foram publicados no Brasil contendo sugestões para celebrações litúrgicas e paralitúrgicas. Num deles⁵³ podemos respigar um bom exemplário do conflito entre a tradição fixa e a língua viva. Encontram-se aí misturadas as duas formas de tratamento de 2.^a p. (*tu* e *vós*) e de 3.^a p. (*você*). A divindade e os santos (a Virgem Maria) são tratados ora por *tu*, ora por *vós*, ora por *você*. O *vós* e o *tu* representam versões canônicas das preces e leituras bíblicas; o *você* figura nas livres criações paralitúrgicas. De fato, *você* é o único pronome aceitável para quem pretende dar verossimilhança aos fatos descritos nos evangelhos quando os revivem em representações paralitúrgicas nos tempos atuais.

Em suma: um imenso e pesado corpo como o da Igreja Católica Romana move-se com lentos e difíceis movimentos para a frente. A lentidão das mudanças nessa comunidade religiosa universal acarreta formas de comportamento conflitantes. No Brasil, o paradoxo testemunha pelo sepultamento definitivo do pronome *vós* para brevemente, pois a Igreja ainda era a última trincheira em que o *vós* disputava ao *você* e ao *tu*, o seu lugar ao sol.

Nas práticas católicas argentinas registrei incongruências parecidas com essas que se vêem no Brasil. As preces bíblicas (os salmos, p.ex.) mantêm o *tu* da tradição canônica espanhola da bíblia. Quanto ao cânon da missa, o *tu*, dado ao sacerdote, contrasta com o *usted* dirigido à assembléia dos fiéis:

"Sacerdote: El Señor esté con ustedes.

Todos: Y con tu espíritu.

Sacerdote: Escucha, Señor, esta oración de tu pueblo que se alegra profundamente, mientras celebra la venida de tu Hijo único, que es la luz de las naciones."⁵⁴

Claro está que a hierarquia eclesiástica argentina (católica) ainda não se decidiu a adotar o pronome *vos* da intimidade, por lhes parecer talvez desrespeitoso.

(53) Frei Sílvio de Meneses Pôrto e Anita Dulci — *Os ramos solidários com o tronco*. (Subsídios paralitúrgicos para a Semana Santa). Petrópolis, Vozes, 1968.

(54) Juan José Rossi — *Cambia la Iglesia?* Buenos Aires, 1965, p. 106.

Parece que as religiões sentem a necessidade de manter uma linguagem sagrada própria. Linguagem essa que constitui um sinal de contradição inerente a um divino que se quer inserir no humano. De um lado a Igreja Católica quer ter um pé na terra, dialogar com os homens usando da sua linguagem; e de outro, ela quer participar de uma eternidade atemporal. Daí o conflito — a língua vivendo no tempo, evolui e se altera com o volver dos séculos e com o passar das gerações. As formas de tratamento mudam porque as sociedades mudam. A comunidade eclesial, porém, tenta o difícil equilíbrio de viver dentro e fora do tempo. Cremos que os poucos dados que recolhemos sobre a utilização litúrgica de algumas línguas, corroboram a tese de Brown e Gilman de que a solidariedade das relações humanas está alterando as relações de poder do passado, até mesmo na cidadela, outrora inexpugnável, da Igreja Católica Romana.

BIBLIOGRAFIA

- (1) ALORNA, Marquesa de. *Inéditos. Cartas e outros escritos*. Seleção, prefácio e notas de Hernani Cidade. Lisboa, Sá da Costa, 1941.
- (2) ALTMAN, G. and Riska, A. 'Towards a Typology of Courtesy in Language' in *Anthropological Linguistics*. ps. 1-10.
- (3) ALVES, Henrique L. *Sua Excelencia o Samba*. S. Paulo, Palma, 1968.
- (4) ARONA, Juan de. *Diccionario de Peruanismos*. Lima, Librería Francesa Científica J. Galland, 1882.
- (5) BASTO, Cláudio. 'Formas de tratamento em Português' in *Revista Lusitana*., XIX (1931), ps. 183-191.
- (6) BELLO, Andrés. *Gramática de la lengua castellana*. Paris, Roger y Cernoviz, 1908.
- (7) *The Book of the Courtier* by Count Baldesar Castiglione (1528). Translated from the Italian by' Leonard Eckstein Opdycke. New York, Charles Scribner's Sons, 1903.
- (8) BORDIER, Henri-Leonard. *Le chansonnier huguenot du XVI.^e siècle*. Slatkine Reprints, Genève, 1969 (Réimpression de l'édition de Paris et Lyon, 1870-1871).
- (9) BOURDICHON, Jean. *Les heures d'Anne de Bretagne*. Bibliothèque Nationale (Manuscrit latin 9474). Editions Verve, Paris, 1946.

-
- (10) BRANDÃO, Frei António. *Crónica de D. Afonso Henriques*. Porto, Civilização, 1945.
- (11) BROWN, Carr and Shane. *A Graded Word Book of Brazilian Portuguese*. New York, Crofts, 1945.
- (12) BROWN, Roger and Gilman, Albert. "The Pronouns of Power and Solidarity" in *Style in Language*, ed. por T. A. Sebeok, Press of M.I.T., 1960, ps. 253-276.
- (13) BRUNOT, Ferdinand. *La pensée et la langue*. 3ème. ed. revue. Paris, Masson, 1953.
- (14) BUCHLER, Ira R. "The Analysis of Pronominal Systems: Nahuatl and Spanish" *Anthropological Linguistics*. Vol. 9. n.º 5, May 1967, ps. 37-43.
- (15) BUCHLER, Ira R. and Freeze, R. "The Distinctive Features of Pronominal Systems" *Anthropological Linguistics*. Vol. 8. n.º 8, Nov. 1966, ps. 78-105.
- (16) CEGALLA, D.P. *Novíssima antologia da língua portuguesa*. I. Ozon Editor, Rio,s/d.
- (17) CEJADOR y Frauca, J. — *Vocabulario Medieval Castellano*. Madrid, Librería y Casa Editorial Hernando, 1929.
- (18) CIOGLIA, Leão e Parisse, Luciano. *Foi posta a mesa*. Petrópolis, Vozes, 1966.
- (19) COELHO, Joaquim Guilherme Gomes. *Obras de Julio Dinis*. II. Porto, Lelo Irmãos, s/d.
- (20) *Colección de Autos, Farsas y Coloquios del siglo XVI*. Ed. de Léo Rouanet. Madrid, Librería Murillo, 1901.
- (21) DEL RÍO, Angel y Del Río, Amelia A. *Antología general de la literatura española*. I e II. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1960, 2.ª ed.
- (22) *A Demanda do Santo Graal*. Ed. por Augusto Magne. M E S. Instituto Nacional do Livro, 1944, vol. I.
- (23) DUNCAN, John. *Frequency Dictionary of Portuguese Words*. Stanford, 1970 (não publicado ainda).
- (24) EGUILUZ, Luiza. 'Fórmulas de tratamiento en el español de Chile' in *Boletín de Filología*. Tomo XIV, Universidad de Chile, 1962, ps. 169-233.
- (25) *Fables de La Fontaine*. Ed. por Charles Aubertin, Paris, Belim Freres, 1891.
- (26) FENWICK, *Vogue's Book of Etiquette*. New York, Simon and Schuster Inc, 1948.

-
- (27) FERRERO, Giuseppe Guido. *Lettere del Cinquecento*. Torino, Unione Tipografica-Editrice Torinese, 2.^a ed., 1967.
- (28) FREIRE, Maria da Graça. *As noites de Salomão Fortunato*. Lisboa, Contemporânea Portugália Editora, 1964.
- (29) GRACIÁN Dantisco, Lucas. *Galateo español*. Madrid, Atlas, 1943.
- (30) HJELMSLEV, Louis. 'La nature du pronom' (1937) in *Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague*. Vo. XII. *Essais linguistiques*. Naturmetodens Sproginstitut. Nordisk Sprog-og Kulturforlag. Copenhague, 1959, ps. 192-198.
- (31) HUGON, Paul D. *Pater Hemon*. (Our Father). 63 Versions of the Lord's Prayer. Los Angeles, L. R. Ervin, 1936.
- (32) HUGUET, Edmont. *Dictionnaire de la langue française du seizième siècle*. Paris, Didier, 1946.
- (33) JAIN, Dhanesh K. 'Verbalization of Respect in Hindi' in *Anthropological Linguistics*. Vol. II. n.º 3, March 1969, ps. 79-97
- (34) JOHNSTON, Oliver M. 'Ella, lei and la asPolite Forms of Address' in *Modern Philology*. Vol. one, 1903-1904. Chicago, The University of Chicago Press, ps. 469-475.
- (35) JUILLAND, A. and Chang-Rodriguez, E. *Frequency Dictionary of Spanish Words*. The Hague, Mouton, 1964.
- (36) KANY, C. E. *American-Spanish Syntax*. 2nd. Edition. The University of Chicago Press, 1951.
- (37) *Letters of John III, King of Portugal (1521-1557)*. Ed. by J. D. M. Ford Cambridge, Massachusetts, Harvard J. Press, 1931.
- (38) *Il Libro del Cortegiano*. del Conte Baltesar Castiglione. Ed. por Vittorio Cian, Firenze, Sansoni, 1947.
- (39) LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na aldeia*. Ed. de Afonso Lopes Vieira. Lisboa, Sá da Costa, 1959.
- (40) MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obra completa*. Ed. por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro, Aguilar, 1962.
- (41) MACHADO DE ASSIS, J. M. *Theatro*. W. M. Jacksom Inc., Rio de Janeiro, S. Paulo, P. Alegre, 1944.
- (42) MEYER-LUBKE, W. *Grammaire des langues romanes*. Tome 3ème.: Syntaxe. Austria, Stechert & Co., 1923 (reprint).
- (43) MIGUÊIS, J. Rodrigues. *A escola do paraíso*. Lisboa, Estudos Cor, 1961.

- (44) MOLINER, Maria. *Diccionario de uso del español*. Madrid, Gredos, 1967.
- (45) MONGRÉDIER, Georges. *La vie littéraire au XVII.^e siècle*. Paris, Tallandier, 1947.
- (46) MONTEIRO LOBATO, J. B. *A barca do Gleyre*. S. Paulo, Brasiliense, 1959.
- (47) MOREIRA, J. Roberto. *Educação e desenvolvimento*. Centro-Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. Rio, 1960, n.º 12.
- (48) MURRIET, Pedro M. *El lenguaje peruano*. Tomo I. Lima, 1936.
- (49) NÓBREGA, Manuel da. *Curtus do Brasil*. (1549-1560). Publicações da Academia Brasileira. Rio de Janeiro, Officina Industrial Graphica, 1931.
- (50) *No tempo dos bandeirantes*. Vol. XXIV da coleção 'Departamento de Cultura'. S. Paulo, 1939.
- (51) PLA CÁRCERES, José. 'La evolución del tratamiento de vuestra merced' in *Revista de Filología Española*, X (1923), ps. 245-280.
- (52) PORTAL, Ismael. *Del pasado limeño*. Lima, Librería e Imprenta Gil, 1932.
- (53) PORTO, Frei Silvío de Meneses e Dulci, Anita. *Os ramos solidários com o tronco*. (Subsídios paralitúrgicos para a Semana Santa). Petrópolis, Vozes, 1968.
- (54) RANGEL, Alberto. *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*. S. Paulo, Francisco Alves, 1916.
- (55) RODRIGUES, Nelson. *Teatro quase completo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.
- (56) ROGUET, A.-M. 'Tutoyer Dieu' in *La vie spirituelle*. CVII, Janvier, 1965, n.º 512, ps. 181-184.
- (57) ROSSI, Juan Jose. *¿Cambia la Iglesia?* Buenos Aires, 1965.
- (58) RUBIN, Joan. 'Bilingualism in Paraguay' in *Anthropological Linguistics*. Vol. 4. n. 1, January 1962, ps. 52-58.
- (59) SILVA, António José da. *Obra completas*. Lisboa, Sá da Costa, 1957.
- (60) SOLOGUREN, Javier. 'Fórmulas de tratamiento' en el Peru' in *Nueva Revista de Filología Hispánica*. Ano VIII, n.º 3, ps. 241-267.

-
- (61) SPINA, Segismundo. *Presença da Literatura Portuguesa*. Era Medieval. S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- (62) STIDSTON, R. O. *The Use of Ye in the Function of Thou in Middle English Literature* from Ms. Auchinleck to Ms. Vernon (A Study of Grammar and Socioal Intercourse in Fourteenth-Century England). Stanford University, 1917.
- (63) *Théâtre choisi de Molière*. Par E. Thirion. Paris, Hachette, 1899.
- (63) TISCORNIA, E. F. *La Lengua de 'Martin Fierro'*. B D H, Instituto de Filología, Buenos Aires, 1930.
- (64) *Vocabulario degli Accademici della Crusca*. 5.^a impressione. Firenze, Galileiana di M. Cellini, 1886.
- (65) WEBER, Frida. 'Fórmulas de tratamiento en Buenos Aires' in *Revista de Filología Hispánica*. Ano III, n.º 2, (1941), ps. 105-139.
- (66) WEIMBERG, M. B. Fontanella de. 'Pronombres en el español bonaerense' in *Boletín del Instituto Caro y Cuervo*. T. XXV. Enero-Abril, 1970, n.º 1.

O GERÚNDIO ROMÂNICO

Estudo histórico-descritivo

Odette G. L. Altmann de Souza Campos

É com uma satisfação toda especial que escrevemos o presente trabalho, que é uma parte da nossa tese de doutoramento apresentada junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da U.S.P. (1), nesta miscelânea dedicada ao Professor Doutor Theodoro Henrique Maurer Jr., devido ao fato de que foi ele que nos sugeriu o tema e nos indicou os passos iniciais a seguir. É indiscutível que sua execução não teria sido possível se não fosse a paciente e dedicada orientação do Professor Doutor Isaac Nicolau Salum, que o substituiu nesta árdua tarefa.

O estudo de toda a problemática do gerúndio nas línguas românicas é muito extenso, principalmente se a encararmos desde sua origem no latim clássico. Limitar-nos-emos, portanto, a apresentar as principais construções do gerúndio nessas várias fases sem nos atermos a qualquer tipo de pormenores.

A exemplificação latina e românica aqui apresentada foi extraída parcialmente dos compêndios por nós estudados e, parcialmente, dos textos por nós pesquisados, que se encontram ambos mencionados na bibliografia.

Quando se observa o conjunto das línguas indo-européias, verifica-se que o gerúndio é uma forma particular da língua latina, enquanto outras formas nominais que lhe são próximas, como o gerundivo e o particípio presente, têm uma amplitude maior dentro do conjunto destas línguas. O gerundivo existe

(1) Campos, O. G. L. S. — *“O gerúndio no português (estudo histórico-descritivo)”*, Tese de Doutorado apresentada junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Araraquara, 1972.

também no osco e no umbro (2) e o particípio presente tem uma amplitude muito maior no conjunto destas línguas, tendo adquirido um grande desenvolvimento no grego (3).

A função do gerúndio e, em parte, a do gerundivo é a de completar a flexão do infinitivo, uma vez que este não tem flexão própria e só ocorre com valor nominal no nominativo e no acusativo, não se encontrando, normalmente, na língua escrita, precedido de preposições. Completam, ainda, a flexão do infinitivo as duas formas do supino, em *-tum* e *-tu*, de uso menos genérico do que o gerúndio e o gerundivo e reservadas para determinadas construções.

A diferença fundamental entre o gerúndio e o gerundivo é que este último é usado normalmente quando se tem objeto direto, ficando o primeiro reservado para as construções intransitivas. Esta é a distinção mais simples entre essas duas formas, mas isso não significa que seja constante nem absoluta. Quando o objeto for representado por um pronome, na forma neutra, ou por um adjetivo, usa-se o gerúndio em vez do gerundivo. Ex.:

"Vtetur utroque; sed altero *in narrando* aliquid uenuste, altero..." (Cic., *Or.*, XXVI, 87).

Usará ambos, mas um *ao expor* algo com elegância, o outro

Quanto à distribuição do emprego do gerúndio e do gerundivo, nos vários casos da declinação, temos o seguinte:

a) No genitivo e no ablativo sem preposição, é facultativo o uso de uma ou de outra forma, quando há objeto; não havendo, só se emprega o gerúndio.

"Tum Caesar: Equidem, inquit, Crasse, ita sum cupidus... te... *audiendi*..." (Cic., *De Or.*, II, 4, 16)

Então, disse César: na verdade, Crasso, estou tão desejoso de *ouvir-te*...

(gerúndio, genitivo, com objeto)

b) No acusativo e no ablativo preposicionados, no genitivo precedido por *causa* e *gratia* e no dativo, encontra-se o

(2) Weerenbeck, B. H. J. — *Participe présent et gérondif*. Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion, 1927, pág. 225.

(3) Meillet, A. e Vendryes, J. — *Traité de grammaire comparée des langues classiques*. 2.a ed., Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion, 1953, § 502-503.

gerúndio quando o verbo não tem objeto e o gerundivo, quando o verbo se constrói com objeto:

“...quas ego mihi semper *in administranda republica* proponens animum et mentem meam ipsa cogitatione hominum excellentium conformabam.”

(Cic., *Pro Arch.*, VI, 14)

“...e eu, colocando-os sempre diante de mim *ao administrar a república*, moldava o meu espírito e a minha mente no próprio pensamento destes homens excelentes.

(gerundivo, ablativo preposicionado, com objeto)

De todos esses casos do gerúndio e do gerundivo que constituíam a flexão do infinitivo, conservou-se nas línguas românicas apenas o ablativo do gerúndio, que deixou de ser empregado como uma forma integrante da flexão do infinitivo. Para preencher esta lacuna, essas mesmas línguas utilizam-se do infinitivo preposicionado. É provável que ele já tenha sido utilizado no latim vulgar, mas é muito difícil provar sua extensão aí, porque é muito escassa sua ocorrência nos textos tardios.

“Sufficit enim monacho duas tunicas et duas cucullas habere, propter noctes et propter *lauare* ipsas res...”

(*Regra de S. Bento*, 55, p. 600-601)

Com efeito, basta ao monge *ter* duas túnica e duas capas, por causa das noites e para levá-las...

“...carnem dare *ad manducare*.”

(*Vetus Jo.*, 6, 52, apud Borciez, E. — *Elem. ling. rom.* § 120)

dar carne *para comer*.

Obs.: Na *Vulgata*, na mesma passagem, temos: “...carnem suam dare *ad manducandum?*” (*Vulg.*, Jo., 6, 53)

O ablativo do gerúndio teve um certo destaque entre os demais casos desde o período arcaico, pois foi empregado com mais frequência que os demais casos desde a fase mais remota do latim (4). É por este motivo que alguns estudiosos como Ribezzo (5) e Weerenbeck (6) concluíram que este foi seu caso original, do qual se desenvolveram os demais.

(4) Leumann-Hofmann-Szantyr — *Lateinische grammatik*. Zweiter Band, Syntax und Stilistik, Verlag, C. H. Beck, Munchen, 1965, § 201.

(5) Ribezzo, F. — *Sull'origine del gerundio e del gerundivo italico*, in *Rivista indo-greco-italica*, 1926, n.º 10, pág. 86.

(6) Weerenbeck, B. H. J. — *op. cit.*, pág. 259-261.

O ablativo do gerúndio indica, normalmente, no período clássico, o meio ou o instrumento com que se realiza a ação. Acredita-se que esse tenha sido seu sentido original, porque é com essa conotação que vamos encontrá-lo na maior parte dos exemplos do período arcaico e clássico. Ocasionalmente aparece exprimindo causa, tempo ou modo, mas, ainda assim, permanece e predomina a idéia de instrumento. Cabe ao participípio presente a expressão de todas essas circunstâncias que acompanham a ação principal.

"Tu coniux, tibi fas animum
temptare *precando*."
(Vg., *E.*, IV, 113)

Quanto a ti, esposa, podes son-
dar teu espírito com tuas *súplicas*.

"Ventus enim fit, ubi est *agitando*
percitus aer."
(Lucr., *R.N.*, VI, 685)

Com efeito, o vento se produz,
quando o ar foi posto em movi-
mento *por agitação*.

Quanto ao participípio presente, este é uma forma adjetiva do verbo, que se refere sempre a um determinado termo da oração ou ainda pode formar construções com sujeito próprio — o ablativo absoluto. Exprime todas as circunstâncias da ação principal, como o tempo, a causa, a concessão, o modo, com exclusão do meio e do instrumento, que eram privativas do ablativo do gerúndio:

"Igitur Vagenses, quo Metellus
initio *Iugurtha pacificante* prae-
sidium inposuerat... principes
ciuitatis inter se coniurant..."
(Sal., *Iug.*, LXVI, 2)

Portanto, em Vaga, onde Metelo,
no início havia colocado uma
guarnição, *enquanto Iugurta tra-*
tava da paz... os cidadãos mais
importantes da cidade tramam
uma conspiração...

"— At ut oculus, sic animus se
non *videns alia cernit*."
(Cic., *Tus.*, I, 27, 67)

— Mas, como olho, assim é a al-
ma, embora não se *vendo*, distin-
gue as outras coisas.

A distinção existente entre o ablativo do gerúndio e o participípio presente, que era rigorosa no período clássico, desfez-se no período tardio, onde era comum o uso de uma forma pela outra.

"...quod... *in redeundo* cum
idem pomerium transiret, auspi-
cari esset oblitus..."
(Cic., *Nat. Deor.*, II, 4, 11)

...porque... *ao voltar*, como
atravessasse o pomério, tinha-se
esquecido de tomar os auspícios...

(gerúndio preposicionado)

(*in redeundo* = *rediens*)

"...quae filii Israhel tetigerant
eundo uel redeundo ad montem
Dei..." (Per. Aeth., p. 45, 10)

...que os filhos de Israel toca-
ram *quando foram* ou *quando*
voltaram do monte de Deus...

(*eundo* = *euntes*)

(*redeundo* = *redeuntes*)

Se os textos escritos nos mostram que era possível usar-se o gerúndio com as funções e valores do particípio presente, provavelmente esse emprego já era comum na língua falada desde época bem mais antiga. Acrescentando-se a isso o fato de que praticamente só o gerúndio permaneceu nas línguas românicas, podemos acreditar que apenas ele tenha existido na língua do povo, pelo menos na fase imediatamente anterior à cisão do Império. Conseqüentemente, o gerúndio já teria começado a exprimir os valores e funções do particípio presente, desde o latim vulgar do Império.

Deste modo, vamos encontrar o gerúndio nas línguas românicas empregado com uma flexibilidade muito maior do que no latim clássico, porque além de ter adquirido as funções do particípio presente, desenvolveu outras que existiam em forma incipiente no particípio presente ou mesmo nunca pertenceram a esta forma verbal.

Podemos distinguir cinco grandes tipos de gerúndio nas línguas românicas:

a — circunstancial

b — adjetivo

c — coordenado

d — equivalendo a um verbo num modo finito

e — perífrases com o gerúndio

a — Gerúndio circunstancial

O gerúndio circunstancial encontra-se, nas línguas românicas, exprimindo as várias circunstâncias de modo, tempo, causa, concessão e ainda eventualmente, de conseqüência e de finalidade da ação principal.

Não nos deteremos aqui nessas várias possibilidades semânticas que o gerúndio circunstancial pode exprimir, para

examinarmos apenas como ele se apresenta nas línguas românicas.

Quanto ao sujeito, o gerúndio circunstancial pode ter o mesmo sujeito da oração principal, pode construir-se com sujeito próprio ou ainda sem sujeito, se o verbo que está no gerúndio for impessoal. As línguas românicas apresentam identidade de tratamento com referência ao sujeito da oração gerundial, com exceção do francês que emprega o particípio presente quando a oração de gerúndio tem sujeito próprio. Ex.:

1) com o mesmo sujeito da oração principal

"Ouvindo o tiro e os latidos, sinhá Vitória pegou-se à Virgem Maria e os meninos rolaram na cama, *chorando* alto." (Ramos, G., *Vidas Secas*, 108)

"— ¿Usted? — exclamó don Pedro, *poniéndose* en pie." (Unamuno, M., *Tres novelas ejemplares y un prólogo*, VIII, 61)

"Il monta, *en corrigeant* mieux les remous, grâce aux repères qu'offraient les étoiles." (Saint-Exupéry, A. — *Vol de Nuit* XVI, 139)

"— Che così e così! — lo interrompe, *gridando*, il presidente." (Pirandello, L., *Novelle per un anno*, vol. IV, X, 152)

"Adierile usoare de vint intrau, rătăcind, ca răsufliările umbrelor celor dusi." (Sadoveanu, M.-*Opere*, I, 33, *apud* Acad. Pop. Rom., *Gram.*, § 221, a, 1.)

— Você? — exclamou D. Pedro, pondo-se de pé.

Ele subiu, *contornando* melhor os redemoinhos, graças aos sinais que ofereciam as estrelas.

Que assim e assim! interrompe-o, *gritando*, o presidente.

Os sopros suaves de vento entravam, *errando*, como as respirações da sombra dos que se foram.

2) com sujeito próprio

"Concordava mesmo que de vez em quando, ele não *estando* em casa, evidentemente, voltasse a recebê-las, como na véspera, para um chazinho." (Sabino F. I., *O homem nu*, 80).

"Mañana, *permitiéndolo* Dios, comenzaremos el viaje." (Gili y Gaya, S.-*Curso Sup. Sint. Esp.*, § 149)

Amanhã, *Deus permitindo*, começaremos a viagem.

"... domani, *tempo permettendo*,
partiremo."
(Palazzi, F.-Nov. *Gram. Ital.* p.
271)

...amanhã, o *tempo permitindo*,
partiremos.

"Ea prefăcându-se a plânge si a
fi bolnavă, Smeul se că s'a iutit."
(Ispirescu, P. — *Legende sau Bas-
mele românilor*, apud Sandfeld,
Kr. e Olsen, H. — *Syntaxe...*
Vol. I § 276)

*Simulando ela chorar e estar do-
ente*, Smeul arrependeu-se de ter
se apressado.

No francês, temos:

"*Dieu aidant, nous vaincrons.*"
(apud Grevisse, M. — *Le bon
usage*, § 803)

Deus ajudando, nós venceremos.

3) sem sujeito, com verbos impessoais

"— A natureza da gente é que nem borracha... *Havendo* precisão, que
jeito? dá prá tudo..." (Queiroz, R., *O Quinze*, XVIII, 77)

O gerúndio circunstancial pode vir precedido de prepo-
sições, sendo a mais comum a proveniente da forma latina *in*,
mais usada em certas línguas como o francês, onde sua pre-
sença se tornou obrigatória desde 1679, usada em alguns ca-
sos, no português, no espanhol, rara no italiano (7) e inexis-
tente no romeno (8).

No espanhol, a presença da preposição *en* faz com que o
gerúndio indique uma anterioridade imediata em relação à
oração principal (9). No português, seu uso é bastante ex-
tenso no período arcaico, passando a restringir-se no período
moderno, onde se emprega apenas junto a determinados verbos:

"...e eles, *en lidando* cõ estes VIII mil, uijnhã quanto podiã, e ferirõ nas
III aazes tédudas."
(III livro de *Linhagens*, in *Crestomatia arcaica*, 39)

"...tanta foi a dor que houve e o amor que per meo das azes, caualgada
em huma mula, *sem leuando-a* homem por renda, e só por razom das

(7) Migliorini, B. — *Storia della lingua italiana*. Firenze, Sansoni, 1963,
pág. 633.

(8) Sandfeld, Kr. e Olsen, H. — *Syntaxe roumaine*. Paris, Librairie E. Droz,
1936, Vol. I, § 272-279.

(9) Bello, A. e Cuervo, R. J. — *Gramática de la lengua castellana*. 4.^a ed.,
Buenos Aires, Editorial Sopena, Argentina, S.R.L. [1954], pág. 439-440.

(pedras) que lançauam da huma parte e da outra homem nem molher nom ousaua d'ir em pos ella.”

(*Relação da Vida da Gloriosa Santa Isabel*, in *Crestomatia arcaica*, 31)

“...e em se tratando de pessoas jurídicas, não podem distribuir bonificações a acionistas...” (“*Estado de Minas*, 30/11/67, 1.º, 13)

“En fin del otoño se volvió el rey a Sevilla con intento de, *en pasando* el invierno, juntar una grande flota y hacer la guerra por el mar.”

(Mariana, Pe. J. de, *Historia General de España*, XVIII, 2, *apud* Bello, A. e Cuervo, R.J. — *Gram.*, p. 439-440)

“Je regarde *en rêvant* les murs de ton jardin...”

(Musset, A., *La nuit d'août*, 47)

No fim do outono, dirigiu-se o rei para Sevilha, com a finalidade de, *passando* o inverno, juntar uma grande frota e fazer a guerra pelo mar.

Sonhando, eu olho os muros de teu jardim...

“...*in leggendo* quel tenero vostro Sonetto.”

(Monti, V., (*Lettere*) a Rosini, 1818, *apud* Migliorini, B. — *Storia della lg. it.*, p. 633)

...*lendo* aquele seu soneto terno.

No francês, há vestígios de emprego de outras preposições junto ao gerúndio, em expressões petrificadas, tais como: *de mon vivant*, “estando eu vivo”; *à son corps défendant*, “contra-vontade”; *à bon escient*, “em conhecimento de causa”; *être* ou *se mettre sur son séant*, “estar ou pôr-se sentado” (10).

b) Gerúndio adjetivo

A função adjetiva, que era própria do participio presente no latim, expandiu-se nas línguas românicas, apesar da condenação que lhe fizeram alguns gramáticos portugueses como Júlio Moreira (11) e Epiphânio da Silva Dias (12) e espanhóis como Criado de Val (13).

(10) Bidois, G. e Bidois, R. — *Syntaxe du français moderne*. 2.ª ed., Paris, A. e J. Picard, 1971, Vol. I, § 794.

(11) Moreira, J. — *Estudos da língua portuguesa*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1907, pág. 92-100.

(12) Dias, A. E. S. — *Syntaxe histórica portuguesa*. 1.ª ed., Lisboa, Livr. Clássica Ed., [1959].

(13) Criado de Val, M. — *Fisonomia del idioma español*. Madrid, Ed. Aguilar, [1954], pág. 85-92.

“Encarquilhou as pálpebras *contendo* as lágrimas, uma grande saudade espremeu o coração...” (Ramos, G., *Vidas Secas*, 149-150)

“...el autor describe a D. Quijote *acometiendo* a los molinos de viento.”

(*apud* Gili y Gaya, S — *Curso Sup. Sint. Esp.*, § 148)

...o autor descreve D. Quixote atacando os moinhos de vento.

“C’était une poule faisanne, escortée de ses poussins, *piquant* dans les nids de fourmis ces oeufs blanchâtres...”

(Daudet, A., *apud* Wagner R. e Pinchon, J.-Gram, § 361)

Era uma fêmea de faisão acompanhada por seus filhotes *brincando* nos ninhos de formigas aqueles ovos esbranquiçados...

“Al far del giorno io avevo davanti a me, in ginocchio, un soldato nemico di cavalleria, *chiedendomi* la vista.”

(Garibaldi, G., *Memorie*, 281, *apud* Migliorini, B., *op. cit.*, p. 710)

No começo do dia, eu tinha diante de mim, de joelhos, um soldado inimigo de cavalaria, *pedindo-me* a vida.

Văzu pluta unditei *miscandu-se*.”

(Ispirescu, P., *Legende sau Basmele românilor*, 418, *apud* Sandfeld, Kr. e Olsen, 4 — *Syntaxe rom.*, vol I, § 277.)

Viu a cortiça do anzol *movimentando-se*.

O francês apresenta uma particularidade em relação às demais línguas românicas: quando o gerúndio adjetivo se refere ao sujeito da oração, usa-se tanto o gerúndio como o particípio presente. Quando se refere ao objeto direto, emprega apenas o particípio presente.

Quanto ao gerúndio adjetivo que indica qualidades permanentes, limitamo-nos aos dados da língua portuguesa, uma vez que não os encontramos nos textos românicos por nós pesquisados bem como nas gramáticas dessas mesmas línguas:

“Dedé — “ABC da Mulata Esmeralda”, romance completo *contendo* toda a vida de Esmeralda desde o nascimento...”

(Gomes, D., *O pagador de Promessas*, ato II, cena II, 89)

“Há nas paredes quadros antigos, “crayons”, *figurando* efigies de capitães-mores de barba em colar.”

(Lobato, M., *Cidades Mortas*, 137)

E ainda, na linguagem administrativa:

"O ministro das comunicações, sr. Carlos de Simas, disse ontem que não assinou até o momento nenhuma portaria *regulamentando* o estabelecimento do sistema de TV a cores..."

(Folha de São Paulo, 6/8/68, 1.º, 8)

"A 15 de maio foi publicado o decreto n.º 217 do Marechal Deodoro da Fonseca então presidente da República, *autorizando* a companhia a funcionar nos termos de seu estatuto..."

(Jornal da Bahia, 22/8/67, 1.º, 2)

c) Gerúndio coordenado

Nas línguas românicas, além das funções acima vistas, o gerúndio pode coordenar-se a um verbo num modo finito.

Modifica-se, portanto, todo o relacionamento do gerúndio em relação ao verbo principal. Passa a justapor-se ao verbo principal em vez de subordinar-se a este. Registramo-lo no português, espanhol, italiano e romeno. Ex.:

"O ponto alto das solenidades será um grito de carnaval em frente ao clube recreativo, iniciado às 19 horas, *seguindo-se* às 22 horas, um baile comemorativo da posse da nova diretoria..."

(Jornal de Alagoas, 15/11/67, 6)

"El pobre sufría con que a su hijo no se le llamase sino el marqués. Y huyendo de casa, dió en refugiarse en la Catedral. Otras veces salía, *véndose* no se sabía adónde."

(Unamuno, M., *Tres novelas ejemplares y un prólogo*, 86)

(*yéndose* = e ia)

O pobre sofria com o fato de que a seu filho não se lhe chamassem senão "o marquês". E fugindo de casa, começou a refugir-se na Catedral. Outras vezes saía, *indo* não se sabia aonde.

"Per non provocare nuove risate, il presidente fece le altre interrogations, *rispondendo da sè a* ognuna..."

(Pirandello, L., *Novelle per un anno*, vol. IV, X, 146)

Para não provocar novas risadas o presidente fez as outras interrogações, *respondendo* ele mesmo a todas...

(*rispondendo* = e respondeu)

"...toate fetele si femeile cele tinere isi gaseau intr'una de lucru la conac, *intorcându-se*, seara cu legături la subsuoară."

(Marino-Moscu, *Făclii în noapte*, 14-15, *apud* Sandfeld, Kr. e Olsen, H. — *op. cit.*, Vol. I § 272)

Todas as moças e mulheres jovens trabalhavam afanosamente na casa grande, *voltando* à noite com embrulhos sob o braço.

(*intorcându-se* = e voltavam)

d) Gerúndio equivalendo a um verbo no modo finito

Além disso, o gerúndio pode adquirir tal independência sintática, que chega a equivaler a um verbo num modo finito, mesmo sem vir coordenado a outro verbo finito. Este fato ocorre principalmente em descrições dotadas de grande vivacidade onde a afetividade justifica a ausência da forma verbal pessoal. Encontramo-lo também no português, espanhol e italiano, não sendo registrado nas gramáticas romenas e francesas consultadas.

"Estivera na escola, sim. Era uma casa tosca detrás do cais, a professora *rimando* sonetos de amor... a garotada *contando* aventuras da pesca, *falando* a língua estranha dos marítimos, *fazendo* apostas sobre corrida dos barcos." (Amado, J., *Mar Morto*, 51)

"Y volvíó, empujado y guiado por Raquel, a frecuentar la casa Lapeira. Con lo que les ensanchó el alma a la hija y a sus padres. Y más cuando adivinaron sus intenciones. *Empezando* a compadecerse como nunca de la fascinación bajo que vivía."

(Unamuno, M., *Tres novelas ejemplares y un prólogo*, II, 38)
(*empezando* = começaram)

"*Spronando* con le lance su le cosce// E con spade *ferendo*//, Cavagli *anitrendo*// Tagliando e *abattendo*..."

(Sacchetti, F., *Cacce in Novelle*, *apud*, Skerlj, S., *Synt. part. pres. et ger. v. ital.*, § 771, nota 1)

E voltou, levado e guiado por Raquel, a frequentar a casa Lapeira. Com o que alegrou a alma da filha e de seus pais.

Ainda mais quando adivinharam suas intenções. *Começando* a compadecer-se como nunca da fascinação sob a qual vivia.

Excitando com as lanças sobre as coxas, // *Ferindo* com as espadas, // Cavalos *relinchando*, // *Cortando* e *derrubando*...

(= *excitavam... feriam... relinchavam... cortavam... derrubavam*)

Para o francês, encontramos um único exemplo, com o particípio passado, o que nos leva a crer que essa mesma construção possa verificar-se também com o particípio presente.

"Le commandant Alias, en fin de compte, rentrait en poche son revolver, ce revolver *ayant pris* tout à coup, à ses propres yeux, un aspect trop pompeux, comme un sabre d'opéra-comique."

(Saint-Exupéry, A., *Pilote de Guerre*, XIII, 95)

O comandante Alias, finalmente, recolhia no bolso seu revólver *tendo tomado*, de repente, a seus olhos, um aspecto muito pomposo, como um sabre de ópera cômica.

(*ayant pris* = tinha tomado)

Na Península Ibérica, o gerúndio pode ainda figurar em orações exclamativas:

“— Então, D.^a Iaiá, a senhora me *escondendo* as novidades!”
(Palmério, M., *Vila dos Confins*, XXVI, 238)

“¡Una casa *ardiendo*!” Uma casa *pegando* fogo!
(Bello, A. e Cuervo, R.J.-*Gram*, p. 441)

No português, registramos ainda o gerúndio em orações interrogativas, que possuem conteúdo afetivo bastante acentuado:

“Leleco — Que é isso, Zé Gato? *Dando* pulo de costas por causa de uma violinha? ...” (Callado, A., *Forró no engenho Cananéia*, ato I, 40)

“— *Perdendo* a classe, hem, coronel?” (Palmério, M., *Vila dos Confins*, XXX, 281)

Obs.: Nessas orações, normalmente o sujeito não vem expresso.

Perífrases verbais

Quanto às perífrases, as línguas românicas não apresentam a mesma uniformidade de tratamento que se observou no que diz respeito às orações circunstanciais e mesmo às adjetivas.

No francês, como já tivemos ocasião de observar, formam-se perífrases com os auxiliares *être* e *aller* e a forma do particípio presente, enquanto que em todas as outras línguas românicas é o gerúndio que é empregado na formação destas mesmas perífrases.

Podemos separar os verbos que entram na formação de perífrases em verbos de repouso e de movimento. Entre os primeiros temos *estar*, que forma perífrases no português, espanhol e italiano, *a fi*, apenas no romeno e *ser*, comum no português arcaico, raro no moderno.

Quanto aos verbos de movimento, *ir* forma perífrases com o gerúndio, no português e espanhol, *vir*, no português, no espanhol e no italiano, *andar*, também no português, no espanhol e no italiano.

Estas construções com o gerúndio exprimem o aspecto imperfectivo da ação, podendo ainda acrescentar-se a este o incoativo, progressivo, iterativo ou terminativo, dependendo

da perífrase, do semantema do verbo que está no gerúndio, ou ainda de outros vocábulos que a precedem ou seguem.

Além destas, que são as mais comuns nas línguas românicas, temos aquelas em que o verbo auxiliar conserva, em parte, seu sentido original. Podemos considerar como tais as formadas com *ficar*, *começar*, *principiar*, *acabar*, *terminar*, *prosseguir*, *continuar*, *sair* e *viver*, no português; *quedar*, *empiezar*, *proseguir*, *continuar*, *salir*, *seguir*, *vivir*, no espanhol; *cominciare*, *finire*, *continuare*, *seguire* e *vivere*, no italiano.

Passaremos, agora, ao estudo de cada um dos tipos em particular.

I) *Verbos de repouso*

Com esses verbos, a perífrase indica, de um modo geral, a atualização da ação, isto é, que a ação se dá no momento em que se fala. Dependendo do semantema do verbo ou de outras partículas que se antepõem ou pospõem, podem acrescentar-se outros aspectos, que, neste caso, não dependem da perífrase em questão.

1) *estar*:

"Fabiano *estava se cansando* à toa." (Ramos, G. — *Vidas Secas*, 84)

"Don Juan — Me *estás matando*,
Quelina..."
(Unamuno, M., *Tres novelas
ejemplares y un prólogo*, IV, 47)

Dom Juan — *Estás me matando*,
Quelina...

"Tutto ciò che era vero si *stava
rendendo* vero, e tutto ciò che era
immaginato, era perduto per sem-
pre."
(Delfini, A., *I Racconti*, 67)

Tudo isto que era verdadeiro *estava
se tornando* verdadeiro, e tudo
isto que tinha imaginado, estava
perdido para sempre.

2) *a fi*:

"... ce o *fi gândind* sluga?" (Slavici, I., *Pădureanca în Novela*, 83)

...o que estaria fazendo a empre-
gada?

apud Sandfeld, Kr. e Olsen, H.-op. cit., vol. I, § 278)

3) *ser*:

"Chicó — João, não *é duvidando* não, mas como é que esse gato desco-
me dinheiro?" (Suassuna, A.-*Auto da compadecida*, 90)

II) *Verbos de movimento*

Os verbos de movimento conservam, até certo ponto, seu sentido original, na formação das perífrases. Assim, as formadas com *ir* indicam uma ação progressiva ou imperfectiva, as com *vir* a continuidade, a progressão ou a repetição e as com *andar* exprimem essencialmente a repetição da ação.

1) *ir*:

“No trem, na estação de Quixadá, Conceição auxiliada por Vicente, *ia acomodando* Dona Inácia.” (Queiroz, R. — *O Quinze*, 23)

“La bola *iba engrosando* a medida que rodaba.”
(Pereda, J., *Don Gonzalo*, XIII, fim, apud Spaulding, R. K. — *The Spanish...* § 115, c)

A bola *ia aumentando* à medida que rolava.

2) *vir*:

“Dolor — Uma semana que você *vem acusando* o Manoel, jogando o Geraldo contra o pai.” (Andrade, J.-*Vereda da salvação*, ato I, 24)

“...hace mucho tiempo que lo *viene* (usted) *haciendo*.”
(Palacio Valdés, A., *La alegría del Capitán Ribot*, XIII, 915)

...faz muito tempo que (você) o *vem fazendo*.

“La rivista sulla quale / scrivevano, *veniva instaurando* l'ingiustificabile modo di scrivere oscuro...”
(Delfini, A., *I Racconti*, 58)

A revista, sobre a qual *escreviam*, *vinha instaurando* o injustificável modo de escrever obscuro...

3) *andar*:

“Cláudio — Vocês *andam incensando* essa menina, vocês estão redondamente errados...” (Almeida, P.-*Santa Marta Fabril*, ato III, cena 1,100)

“— *Te andava buscando*, Martita.”
(Palácio Valdés, A., *Marta y María*, VIII, 64)

— *Andava te buscando*, Martita.

“Via via *andavo ricostruendo* la mia strada e quello che mi era accaduto.”
(Delfini, A., *I Racconti*, 244)

Aos poucos eu *andava reconstruindo* o meu caminho e aquilo que me tinha acontecido.

III) *Verbos semi-auxiliares*

As perífrases formadas com os verbos semi-auxiliares conservam, em grande parte, o sentido original destes, como podemos observar:

1) *ficar e quedar:*

"*Ficamos tomando refresco de maracujá para acalmar os nervos...*" (Braga, R.-*A cidade e a roça*, 172)

"*Luisa se quedó mirando a su hermana mayor, y ésta dijo...*" (Unamuno, M., *Tres novelas ejemplares y un prólogo*, 81)

Luisa ficou olhando para sua irmã maior e esta disse...

2) *começar, empezar, cominciàre:*

"*E o projeto de ir para a Capital? Começa bajulando o prefeito e acaba enterrado nestes cafundós, como o Dr. Macedo...*" (Andrade, D.-*Contos de aprendiz*, 90)

vertendo para o

espanhol

italiano

Empieza adulando el alcade...

Comincia adulando il sindaco...

3) *principiar:*

"*Principiou historiando o direito criminal desde o Pitecantropo Erecto, com estações em Licurgo e Vedas, Moisés e Zend-Avesta.*" (Lobato, M.-*Cidades mortas*, 186)

4) *acabar, terminar, finire:*

"*Mas acabou confessando que entre as cidades do interior a que mais gostava era mesmo Blumental.*" (Moog, V.-*Um rio imita o Reno*, III, 44)

vertendo para o italiano:

Ma finì confessando che tra le città di provincia quella che più gli piaceva era proprio Blumental.

"*Encourado — ... Termina desmoralizando tudo.*" (Suassuna, A.-*Auto da compadecida*, 175)

No espanhol, prefere-se, neste caso, a construção com o infinitivo preposicionado.

5) *prosseguir, continuar, seguir, seguire e vivere:*

"... o povo que acorreu a Monte do Carmo *prosseguiu comemorando o fato.*" (Norte de Goiás, 15/1/68, 6)

"*Prossiguió recitando oraciones hebraicas.*"

(Pérez Galdós, B., *Misericordia*, II, 70, apud Lyer, S.-op. cit., p. 169)

Prosseguiu recitando orações hebraicas.

"*Continuou andando.* Mas sua vontade era voltar." (Machado, A.-*Laranja da China*, 165)

"La chacha Victoria habia sido, u (sic) *continuó siendo* hasta la muerte, naturalmente sentimental y curiosa."

(Valera, J., *El comendador Mendoza*, 10, apud Leyer, S.-op. cit., p. 168)

A ama Vitória havia sido e *continuou sendo* até a morte naturalmente sentimental e curiosa.

"*Continuava dettando* le ultime frasi d'una lettera da mandarsi a Bologna."

(Grossi, T., *Marco Visconti*, VIII, apud idem, ibidem, 169)

Ele *continuava ditando* as últimas frases de uma carta para / ser mandada a Bolonha.

"... *seguió hablando.*"

(Valera, J., *El comendador Mendoza*, 116, apud Lyer, S.-op. cit., p. 168)

... *continuou falando.*

6) *sair:*

"Her Wolff simulou distração. Para que lutar com Marta, se *saía* / sempre *perdendo?*" (Moog, V.-*Um rio imita o Reno*, X, 111)

"Y lo montó y *salió* el pez *nadando como el viento.*"

(Espinosa, A. M., *Cuentos populares españoles*, II, 335)

E montou-o e o peixe *saiu nadando* como o vento.

7) *viver, vivir e vivere:*

"*Vivia trabalhando* como um escravo." (Ramos, G.-*Vidas secas*, 40)

Vertendo para o espanhol e para o italiano:

Vivia trabajando como un esclavo.

Viveva lavorando come un schiavo.

Pela observação dos exemplos encontrados nas gramáticas consultadas e mesmo em alguns textos, podemos concluir que é nas perífrases que o gerúndio apresenta a maior diferença entre as várias regiões da România.

O romeno, que nos empregos acima vistos não apresentou nenhuma peculiaridade em relação com as demais línguas românicas, nas perífrases, difere das demais, apresentando um tipo único de perífrases, as formadas com *a fi*. O francês, por sua vez, só forma essas construções perifrásticas com o particípio presente, com os auxiliares *être* (só no período arcaico) e *aller* (também no período moderno). As línguas onde essas perífrases se desenvolveram mais são o português, o espanhol e o italiano, encontrando-se aí essas construções com verbos de estado e de movimento.

Quanto aos verbos denominados semi-auxiliares, é difícil fazer afirmações sobre sua participação na formação das perífrases, devido ao fato de normalmente as gramáticas serem omissas a seu respeito. Seria necessário, para isso, uma pesquisa mais extensa nos textos de cada uma das línguas românicas.

Conclusão

Por esse breve apanhado, pudemos observar que as línguas românicas apresentam uniformidade, no que diz respeito ao uso do gerúndio. Algumas diferenças que se observam dizem respeito apenas a pormenores, não afetando o conjunto, que é, por si, bastante homogêneo.

Houve, portanto, uma expansão no uso do gerúndio em todos os sentidos. Esta se deu em construções que já existiam no latim clássico de modo incipiente, tais como o gerúndio circunstancial, ainda em outras que não eram conhecidas de modo algum no latim, como o gerúndio que equivale a um verbo finito ou a uma oração exclamativa ou o que forma perífrases com verbos auxiliares. Este desenvolvimento foi, em parte, favorecido pela perda do particípio presente nas línguas românicas, mas foi muito mais além, chegando a tornar comuns, em certas línguas do grupo, construções que existiam apenas em forma embrionária ou mesmo que não ocorriam com o particípio.

Textos Utilizados na Exemplificação

I) obras latinas

CÍCERO — *De Natura Deorum*. London, W. Heinemann, 1961, The Loeb Classical Library.

- CÍCERO — *De Oratore*. Paris, Les Belles Lettres, 1950, 1957.
- CÍCERO — *Pro Archia*. Paris, Les Belles Lettres, 1959.
- CÍCERO — *Tusculanes*. Paris, Les Belles Lettres, 1960.
- LUCRÉCIO — *De Rerum Natura*. Paris, Les Belles Lettres, 1955.
- Perigrinatio Aetheriae* — Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum
— Viena, Academiae Litterarum Caesariae Vindobonensis, Vol.
XXXVIII, 1898.
- SALÜSTIO — *Bellum Iugurthinum*, Paris, Les Belles Lettres, 1968.
- VIRGÍLIO — *Eneida*, Paris, Les Belles Lettres, 1956.
- SILVA NETO, S. Edição crítica da *Regra de São Bento*, in *Revista Brasileira de Filologia*, Tomos I — II, Rio de Janeiro, 1959/60.
- Bíblia sagrada* — Traduzida da *Vulgata* e anotada pelo P.^e Matos Soares,
6.^a ed. São Paulo, Ed. Paulinas, /1954/.
- E. BOURCIEZ — *Éléments de Linguistique romane*. 4.^a ed., Paris, Librairie C. Klincksieck, 1956.

II) Gramáticas

a) das Línguas Românicas em Geral

- LYER, S. — *Syntaxe du gérondif et du participe présent dans les langues romanes*. Paris, Librairie E. Droz, 1934.

b) do Espanhol

- BELLO, A. e CUERVO, J., *op. cit.*

- GILI Y GAYA, S. — *Curso superior de sintaxis española*. 9.^a ed., Barcelona, Ed. Billograf, 1970.

- SPAULDING, R. K. — *Syntax of the spanish verb*, New York, Holt, Reinehart and Winston, 1964.

c) do Francês

- GREVISSE, M. — *Le bon usage*. 7.^a ed., Gembloux, Bélgica, Ed. Duculot, 1959.

- WAGNER, R. L. e PINCHON — *Grammaire du français* (classique et moderne). Paris, Livr. Hachette/1962/.

- WARTBURG, W e ZUNTHOR, P. — *Precis de syntaxe du français contemporain*. Berne, Ed. A. Francke, /1947/.

d) do Italiano

- MIGLIORINI, B. — *op. cit.*

PALAZZI, F. — *Novissima grammatica italiana*. Casa Editrice Giuseppe Principato, Milano, 1953.

SKERLJ, S. — *Syntaxe du participe présent et du gérondif en vieil italien*. Paris, Librairie Ancienne H. Champion, 1926.

e) do Romeno

Academia Republicii Populare Romine — *Gramatica limbii române*. 2.^a Ed., Bucuresti, Editura Academiei Republicii Populare Romine, 1964, Vol. I.

SANDFELD, Kr. e OLSEN, H. — *Op. cit.*

III) Obras das Línguas Românicas

a) Espanhol

ESPINOSA, A. M. — *Cuentos populares españoles*. Stanford, EUA, Stanford University, 1924.

PALACIO VALDÉS, A. — *La alegría del Capitan Ribot*, in *Obras escogidas de A. Palacio Valdés*, 3.^a ed., Madrid, Ed. Aguilar, 1942.

PALACIO VALDÉS, A. — *Marta y Maria*, in idem, 3.^a ed., Madrid, Ed. Aguilar, 1942.

UNAMUNO, M. de — *Tres novelas ejemplares y un prólogo*. II ed., Madrid, Espasa-Calpe S.A., /1964/.

b) Francês

MUSSET, A. — *La nuit d'aout* in *Poésies nouvelles*. Paris, Classiques Garnier, 1962.

SAINT-EXUPÉRY, A. de — *Pilote de guerre*. Paris, Gallimard, /1942/.

SAINT-EXUPÉRY, A. de — *Vol de nuit*. Paris, Gallimard, /1931/.

c) Italiano

DELFINI, A. — *I Racconti*. 1.^a ed., Milano, Garzanti, /1963/.

PIRANDELLO, L. — *La verità in Novelle per un ano*. Firenze, R. Bemporad & figlio, Ed., /1922/, Vol. IV.

d) Português Arcaico

NUNES, J. J. — *Crestomatia arcaica*. 7.^a ed., Lisboa, Livr. Clássica Editora, /1970/.

e) Português Contemporâneo

1) Peças de Teatro

ALMEIDA, A. P. de — *Santa Marta Fabríl S.A.* São Paulo, Livr. Martins Editora S.A., 1955.

ANDRADE, J. — *Vereda da Salvação*. São Paulo, Ed. Brasiliense, /1965/.

GOMES, D. — *O pagador de promessas*. 3.^a ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, /1967/.

SUASSUNA, A. — *Auto da Compadecida*. 4.^a ed., Rio de Janeiro, Livr. Agir Editora, 1964.

2) Contos

ANDRADE, C. D. de — *Contos de aprendiz*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, Editora do Autor, /1963/.

BRAGA, R. — *A cidade e a roça*. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Editora, 1957.

LOBATO, M. — *Cidades Mortas in Urupês, outros contos e coisas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943.

MACHADO, A. de A. — *Laranja da China in Novelas paulistanas*. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Editora, 1961.

3) Romances

MOOG, V. — *Um rio imita o Reno*. 7.^a ed., Porto Alegre, Ed. Globo, /1957/.

PALMÉRIO, M. — *Vila dos Confins*, 9 ed., Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Editora, 1966.

QUEIRÓZ, R. de — *O quinze*. 7.^a ed., Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Editora, 1966.

RAMOS, G. — *Vidas secas*. 6.^a ed., São Paulo, Livr. Martins Editora, /1960/.

4) Jornais

Estado de Minas de 30/11/67

Folha de São Paulo de 6/8/68

Jornal da Bahia de 22/8/67

Norte de Goiás de 15/1/68

**DOCUMENTOS DO
SEMINÁRIO SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

APRESENTAÇÃO

De 30 de agosto a 3 de setembro de 1971, realizou-se o Seminário sobre a Pós-Graduação em Letras, promovido pelo Departamento de Letras que edita esta revista, no contexto da "XIII Semana da Faculdade".

Constou o Seminário de relatórios lidos e debatidos em mesas-redondas; os textos apresentados e uma súmula dos debates são publicados neste volume.

O programa estava assim organizado: dia 30, às 9,00 hs., Dr. Newton Sucupira — "A Pós-Graduação e o MEC" (não foi apresentado, pois o Relator deixou de comparecer), às 14,00 hs., Dr. Eduardo D'Oliveira França — "A Pós-Graduação na USP"; dia 31, às 9,00 hs., Dr. Antonio Cândido — "Teoria da Literatura e Pós-Graduação", às 10,30 hs., Dr. Massaud Moisés — "Literatura Portuguesa e Pós-Graduação", às 14,00 hs., Dr. Luís Alfredo Bosi — "Literatura Brasileira e Pós-Graduação"; dia 1.º, às 9,00 hs., Dra. Martha Steinberg — "Língua e Literatura em Língua Inglesa e Pós-Graduação", às 10,30 hs., Dr. Albert Audubert — "Língua e Literatura Francesa e Pós-Graduação", às 14,00 hs., Dra. Aida Costa, "Língua e Literatura Latina e Pós-Graduação"; dia 2, às 9,00 hs., Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues — "A Pós-Graduação em Lingüística no Museu Nacional", Dr. Cidmar T. Pais — "A Pós-Graduação em Lingüística na Universidade de São Paulo", às 14,00 hs., Dr. Isaac Nicolau Salum — "Filologia Românica e Pós-Graduação", Dr. Segismundo Spina — "Língua Portuguesa e Pós-Graduação". Apresentaram-se ainda duas comunicações livres: Ataliba T. de Castilho — "Pós-Graduação e Planejamento da Pesquisa Lingüística", e João Décio — "A Pós-Graduação em Literatura Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília." Como se pode ver, os trabalhos cobriram os seguintes campos: A Organização dos Novos Cursos de Pós-Graduação (dia 30), A Pós-Graduação na Área de Literatura (dia 31), A Pós-Graduação na Área de Línguas Clássicas e Modernas (dia 1.º) e A Pós-Graduação na Área de Lingüística (dia 2).

No ato da instalação do Seminário, presidido pela Dra. Olga Pantaleão, Diretora da FFCL de Marília, usou da palavra o Dr. Paulo A. Froehlich, Professor-Chefe do Departamento de Letras, o qual pronunciou o seguinte discurso:

"Minhas senhoras, meus senhores:

Na qualidade de Professor-Chefe do Departamento de Letras desta Faculdade, organismo promotor deste Seminário sobre a Pós-Graduação em Letras, cabe-me o privilégio de saudar todos os participantes deste

conclave, em particular aqueles que procedem de pontos distantes, como é o caso das delegações de Santa Catarina e de Minas Gerais.

Permitam-me que em rápidas palavras declare as motivações que levaram nosso Departamento a tomar a iniciativa que nos reúne a todos nesta "XIII Semana da Faculdade".

Já foi dito em ocasião anterior que duas linhas de atuação têm marcado nossos trabalhos: a preocupação com a formação do professor secundário e a promoção da pesquisa.

No atendimento ao primeiro dos objetivos, temos procurado harmonizar nossos programas de ensino, e já por três vezes convocamos "Encontros de Mestres" em exercício na área de influência desta Escola, i.é, a Alta Paulista; assim, em 1961, 1963 e 1965, discutimos aqui os problemas que o magistério em grau secundário envolve, e aventamos soluções, ajudados por nossos Colegas daquele nível de ensino. Enormes mudanças marcaram de 1965 até esta parte a problemática do ensino secundário em nosso Estado. Tão profundas, que uma corajosa retomada de posição se faz necessária. Esta Chefia tem considerado, a tal respeito, a necessidade inadiável de realizar sondagens no setor específico, empreender reuniões conjuntas com o setor didático de nosso Departamento de Educação, reformular nossos programas de ensino e nossos objetivos, e assim não deixar sem resposta os espíritos jovens que têm procurado esta Casa, em busca de sólida e atualizada formação profissional. Outra não poderia ser nossa atitude, diante do crescimento de nosso discipulado, que representa hoje 35,7%, num total de 381 alunos sobre os 1.067 de nossa Faculdade, embora isto não seja dito com o intuito de promover só o nosso Departamento mas para enaltecer toda a Faculdade.

Do andamento da pesquisa neste Departamento temos dado continuidade da prestação de contas por intermédio de nossa revista, a ALFA, hoje com 14 números publicados, estando o décimo quinto no prelo. Todos os Professores Titulares de nosso Departamento são doutorados, sendo a única exceção preenchida pela figura ilustre do conhecido escritor Osman Lins, da disciplina de Literatura Brasileira, na qual temos realizado uma experiência frutífera, consistente em associar aos nossos trabalhos a figura de um criador de literatura. Com efeito, o Prof. Osman Lins sucedeu naquela disciplina ao poeta Décio Pignatari.

Para avaliar o andamento da Lingüística em nosso país, convocamos em 1966 o I Seminário de Lingüística de Marília, que contou com a colaboração da figura exponencial e saudosa do Doutor Joaquim Mattoso Câmara Jr., além dos não menos ilustres nomes de Theodoro Henrique Maurer Jr., Nelson Rossi, Aryon Dall'Igna Rodrigues, Julio Garcia Morejón, Manuel Dias e Geraldo Cintra, entre outros. Os relatórios então apresentados e as discussões realizadas foram publicadas no número 11 de nossa revista.

Os membros do Departamento estão hoje empenhados em projetos de pesquisa de certa magnitude. A Professora Titular de Filologia Românica, Dra. Maria Teresa Camargo Biderman, empreende um estágio na Universidade da Califórnia, em Palo Alto, onde aprimora seus conhecimentos em Lingüística Computacional; o Professor Ataliba Teixeira de Castilho, Titular de Língua Portuguesa, é co-responsável, ao lado do Doutor Isaac Nicolau Salum, pela execução do Projeto de Descrição da Norma Lingüística Culta na cidade de São Paulo; como se sabe, esse

projeto abrange as cidades de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre, além da capital paulista, estando o Projeto sob os auspícios do Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Línguas e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. O Prof. Paulo A. Froehlich, Titular da Disciplina de Lingüística, está empreendendo, juntamente com o Centro de Estudos Japoneses da USP, projeto de pesquisa de descrição do japonês falado no Brasil, especialmente no aspecto sociolingüístico.

Vários de nossos professores têm viajado para o Exterior, no gozo de bolsas de estudos; a Disciplina de Literatura Portuguesa tem editado em Portugal trabalhos de seus Profs., João Décio e Carlos A. Iannone..

Preparamo-nos agora para dar um passo mais difícil, com o qual sonham tantas de nossas Escolas Superiores. Refiro-me aos cursos de Pós-Graduação, que representam o coroamento das atividades de pesquisa, e um dos mais sérios desafios que o Governo Federal lançou aos educadores responsáveis do País.

Temos buscado um meio de servir a comunidade que sempre acompanhou com estimulante carinho nossas iniciativas, estudando o melhor modo de participar do momento renovador representado pela instalação de cursos de Pós-Graduação.

Algumas iniciativas tomamos; assim, alguns de nossos professores se associaram à FFCL de Araraquara e à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, para a ministração conjunta de cursos de Pós-Graduação em Lingüística e em Língua Portuguesa. Um convênio foi preparado, aprovado pelas Congregações das unidades mencionadas, estando agora em estudos na Coordenadoria do Ensino Superior deste Estado.

Mas a matéria é por demais vasta para resolver-se por meio de um simples convênio. Pensamos assim em convocar uma reunião que permitisse o debate amplo do assunto — e o nosso convite contou logo com a generosa aceitação dos relatores convidados e dos senhores participantes, aos quais desejamos apresentar nossos agradecimentos mais cordiais.

Não demorem, pois, o exame da matéria. Permitam-me apenas, reiterando votos de reconhecimento a todos que fidalgamente nos prestigiaram com seu apoio e o prestígio do seu nome, em particular o Doutor Eduardo D'Oliveira França, Presidente da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, e membro da Coordenação Central de Pós-Graduação da mesma Universidade, permitam-me, dizia, externar de público nosso agradecimento às entidades locais que nos facultaram esse encontro: à Direção da Faculdade, na pessoa da Doutora Olga Pantaleão, ao Conselho Municipal de Cultura, na pessoa do Professor Sílvio Pereira Guimarães, sempre tão acessível às nossas iniciativas, numa demonstração vívaz da colaboração da Prefeitura Municipal de Marília, e à nossa Colega, Professora Josephina Chaiá, pela simpática colaboração com que sempre nos distinguu.

Muito Obrigado."

A seguir, procedeu-se à leitura do Regulamento do Seminário, vazio dos seguintes termos:

"XIII SEMANA DA FACULDADE"

Regulamento do Seminário sobre a Pós-Graduação em Letras

Das Inscrições

Art. 1.º — A ficha de inscrição é o único título de participação ativa, dando direito de voto nas mesas-redondas do "Seminário sobre a Pós-Graduação em Letras".

§ 1.º — As inscrições serão feitas perante a Comissão respectiva, que as acolherá até o primeiro dia de trabalho.

§ 2.º — Consideram-se observadores, sem direito de voto, todos aqueles que, não estando inscritos, desejem assistir às sessões de trabalho.

Art. 2.º — Os participantes regularmente inscritos farão jus a um atestado de participação desde que tenham comparecido a pelo menos seis sessões de trabalho.

§ Único — A anotação da freqüência far-se-á no início de cada sessão, bastando que o participante se identifique junto aos membros da Comissão de Inscrições.

Das Sessões de Trabalho

Art. 3.º — Os trabalhos do "Seminário sobre a Pós-Graduação em Letras" constarão de mesas-redondas nas quais serão apreciados relatórios a apresentar por relatores previamente convidados.

Art. 4.º — As mesas-redondas terão a seguinte organização:

a) Abertura dos trabalhos pelo Presidente da sessão, indicado no programa oficial.

b) Apresentação do relatório em trinta minutos.

c) Intervalo de dez minutos, durante os quais os participantes que desejarem debater o relatório se inscreverão junto ao Presidente; cada interveniente assume o compromisso de enviar à mesa, posteriormente, suas intervenções por escrito, para facilitar os trabalhos da Secretaria do Seminário.

d) Reaberta a sessão, o Presidente dará a palavra aos intervenientes pela ordem de inscrição; cada participante disporá de três minutos para sua intervenção.

e) Ouvidas as intervenções, poderá o relator responder a elas, tendo os participantes direito a uma réplica.

f) Finalizando a sessão, formulará o Presidente as moções que julgar oportunas, e as submeterá, junto com as que os participantes apresentarem, à votação dos presentes; considerar-se-á aprovada a moção que for acolhida por dois terços dos presentes.

Art. 5.º — Serão acolhidas contribuições livres dos participantes, desde que relativas ao temário e aprovadas pelo Professor-Chefe do Departamento de Letras.

Da Publicação das Atas do Seminário

Art. 6.º — Os relatórios, contribuições livres, moções aprovadas e súmulas dos debates serão publicados com exclusividade em número especial da revista ALFA, órgão do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

Terminados os relatórios e os debates, foram discutidas e aprovadas as seguintes moções:

“Os participantes do Seminário sobre a Pós-Graduação em Letras promovido pelo Departamento de Letras da FFCL de Marília, tendo tomado conhecimento de problemas gerais como falta de pessoal credenciado e insuficiência de condições materiais que estão envolvendo a implantação dos Cursos de Pós-Graduação, sugerem:

- 1) que as Universidades sede dos Centros Regionais de Pós-Graduação referidas no Decreto n.º 67.350, de 11-2-1970, convoquem um seminário de que participem os responsáveis pelos cursos já existentes objetivando configurar e instalar os referidos centros, entendidos como organismos autônomos devotados à pesquisa de alto nível;*
- 2) que as entidades financiadoras da pesquisa dispensem tratamento prioritário aos projetos de implantação desses cursos, concedendo facilidades para o treinamento e intercâmbio de pessoal, bem como a aquisição de bibliografia e equipamentos e a concessão de bolsas de estudos para alunos pós-graduandos;*
- 3) que as Universidades, Faculdades Isoladas e órgãos da administração universitária concedam todas as facilidades ao estabelecimento dos convênios a que se refere a legislação em vigor, sem os quais julgam impossível a instalação dos cursos e centros referidos”.*

A parte social do Seminário constou de apresentação do Coral do Centro de Estudos Germânicos da Faculdade, sob a regência da Profa. Ruth de Andrade, e de um coquetel, organizado pela Profa. Josephina Chaia. O Departamento de Letras aqui deixa consignados seus melhores agradecimentos pela colaboração prestada por essas professoras.

A PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (*)

Eduardo D'Oliveira França

I. Resumo do regulamento sobre a Pós-Graduação aprovado pela Universidade de São Paulo.

II. Críticas a essa regulamentação:

1. A legislação desconhece a realidade, que não foi suficientemente avaliada antes que saíssem as Portarias do Conselho Federal de Educação sobre a matéria.

2. A regulamentação da Pós-Graduação estabelece que a pesquisa também possa ser escolarizada. Ora, há uma diferença muito grande entre *cursos*, mais fáceis de organizar e de ministrar, e *pesquisas*, de uma promoção mais complexa.

3. Como essa regulamentação foi imposta antes de uma avaliação da realidade, surgiram círculos viciosos de difícil solução. Por exemplo: para progredir na carreira universitária é preciso que o professor se doutore. Para doutorar-se, tem de frequentar os cursos de Pós-Graduação. Mas para lecionar nesses cursos, é preciso que os professores sejam doutorados. Com isto, dificulta-se a ascensão na carreira docente (o que não ocorria pelo regime antigo) e a formação dos corpos docentes dos cursos de Pós-Graduação. As Universidades estão com problemas na instalação dos cursos de Pós-Graduação porque não há recursos humanos para tal.

INTERVENÇÕES

1. Prof. Wilton Cardoso: a Universidade de São Paulo não depende do credenciamento do Conselho Federal de Educação para instalar seus cursos de Pós-Graduação?

(*) Publica-se um resumo da exposição sem revisão do Autor.

2. Prof. Paulino Vandresen:

Um dos aspectos abordados em sua conferência foi a escassez de recursos humanos e a exigência legal, muito rígida, em sua opinião, de conseguir professores titulados para os cursos de pós-graduação.

Há realmente escassez de recursos humanos com a titulação exigida pela legislação vigente. Mas, isto, a meu ver, não significa "a priori", a inexeqüibilidade do sistema proposto pelo MEC.

Os recursos humanos existem. Embora escassos e esparsos aqui e lá.

Há algumas possíveis soluções para o problema da massa crítica:

1. Levantamento e cadastramento dos recursos humanos existentes. Há muitos professores com doutorado que não puderam ser aproveitados por causa da estrutura administrativa de nosso sistema universitário. Outros estão em regime de 12 horas apenas. Outros atuando em pequenas Faculdades do Interior dos Estados.

Só após uma pesquisa desta natureza poderemos afirmar se os recursos humanos para iniciar um programa de pós-graduação existem ou não. Em levantamento desta natureza em Santa Catarina encontramos pessoas, com doutorado, que não estão atuando em sua área, outros sem regime de dedicação exclusiva, outros atuando em cursos de graduação no Interior do Estado. Reunindo estes elementos, conseguimos em Santa Catarina a massa crítica para curso de Mestrado, dentro das exigências do MEC.

2. Permuta de Professores.

Quando não houver condições de reunir inicialmente a massa crítica exigida, pode-se montar um esquema de permuta de professores entre programas de regiões diferentes, através de convênios.

3. Cursos de Verão permitindo reunir professores de outros centros universitários nacionais ou estrangeiros. Estes cursos permitiriam o treinamento de professores que atuam nos cursos de graduação. Tais cursos na área de Lingüística vinham sendo ministrados sob os auspícios da "Ford Foundation" com o nome de "Instituto Brasileiro de Lingüística". Infelizmente, por falta de apoio financeiro, não se realizou o último IBL programado para Recife. Prática semelhante ocorre na América Latina desde 1966 quando se realizou o "I Instituto Lingüístico da América Latina". O que está faltando para esta prática é situá-lo no contexto da pós-graduação, no sentido de que qualquer programa aceite os créditos conferidos por estes cursos. Cursos de Verão assim sistematizados são patrocinados nos EEUU pela "Linguistic Society of America", com ótimos resultados.

4. Professores Visitantes, brasileiros ou estrangeiros é outra possibilidade de resolver o grande problema da falta de recursos humanos para os cursos de pós-graduação. As entidades que estão planejando a implantação da pós-graduação deverão incluir recursos financeiros para esta finalidade em seus orçamentos.

5. Professores estrangeiros.

Os salários brasileiros são competitivos em relação a alguns países. Doutores destas nações poderiam ser atraídos para universidades

brasileiras. Existem, é claro, os problemas de comunicação que, entretanto, não são intransponíveis.

6. Planejamento dos recursos humanos.

É verdade que faltam Doutores para formar professores. Faltam porque não foram planejados. Gostaria de citar um exemplo de formação de recursos humanos, embora fora da área de Letras — a Faculdade de Engenharia de UFSC (hoje Centro Tecnológico) é uma das mais novas do Brasil. Em 1962, ano da federalização da UFSC, não existiam engenheiros para o magistério na referida faculdade. Nem existiam estrangeiros para outras funções no Estado, daí a necessidade de criar uma Faculdade de Engenharia. Começou a referida Faculdade com professores de Porto Alegre que iam e vinham pela Ponte Aérea Florianópolis-Porto Alegre. Antes que a primeira turma se formasse, foram contratados jovens engenheiros de Porto Alegre para fazer o Mestrado no Exterior com vistas a um melhoramento de nível dos cursos de graduação. Quando estes voltaram, os que estavam lecionando foram fazer pós-graduação enquanto os mestres suportavam a dura sobrecarga de docência. Inspirado no que viram nos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, o corpo docente resolveu partir para a pós-graduação. Havendo somente Mestres, importaram Doutores do Canadá, Inglaterra, Egito, China, Índia, ... enquanto o pessoal da casa partia para o Doutorado. Num prazo relativamente curto, numa cidade onde não havia engenheiros para formar o corpo docente de uma faculdade, funciona hoje o Centro Tecnológico, considerado "Centro de Excelência" para Engenharia Mecânica e Engenharia Eletrônica, pelo CNPq. Com este planejamento, os cursos de pós-graduação não só contam com farto funcionamento do exterior, como também não temem as exigências da legislação em vigor, pois as massas críticas já existem.

3. Prof. Ataliba T. de Castilho: a regulamentação da Pós-Graduação prevê uma distinção entre "área de concentração" e "disciplinas do domínio conexo". Parece que na Universidade de São Paulo está-se identificando "área de concentração" a "cadeira". Não deveria ser diferente? As áreas de concentração não deveriam resultar da associação de várias disciplinas afins?

4. Profa. Olga Pantaleão: com referência à regulamentação atual da Pós-Graduação levanta as seguintes objeções: a) Por que se passou a imitar o sistema norte-americano, que está sendo contestado no próprio país de origem? Devia-se ter estudado nossas condições, planejando tais cursos em consonância com a nossa realidade. b) O regime de adaptações para os alunos ainda não preparados para acompanhar os cursos de Pós-Graduação não deveria ter sido previsto. Se o aluno não pode acompanhar tais cursos, deve ser rejeitado.

5. Prof. João de Almeida: os cursos de graduação e de pós-graduação não deviam ser separados, o que vai ocorrer se se puser em prática o preceito segundo o qual os professores de Pós-Graduação trabalhariam exclusivamente nesse nível. Retirar os melhores professores dos cursos de Graduação será condenar este nível a um inevitável rebaixamento.

NOTA DA REVISTA: Por lamentável falha técnica, deixaram de ser gravadas as respostas dadas pelo Prof. Dr. Eduardo D'Oliveira França.

TEORIA DA LITERATURA E PÓS-GRADUAÇÃO (*)

Antônio Cândido de Mello e Souza

1. Os cursos de Especialização e de Pós-Graduação surgiram de um modo bastante aleatório. Nota-se uma flutuação dos critérios que presidiram à sua organização.

2. No caso específico da Teoria da Literatura o curso de Pós-Graduação oferece muitos riscos, o maior dos quais está na “formação de especialistas em assuntos gerais”.

3. Características da Pós-Graduação em Teoria da Literatura pelo regime antigo:

a) Durante o primeiro ano o aluno era levado a fazer cursos estranhos ao currículo de Letras, tais como: Teoria e História do Cinema, Estética, Sociologia da Literatura, História da Arte.

b) Durante o segundo ano, estudava as Teorias Críticas, após o que os bons alunos eram encaminhados para a elaboração de uma tese.

c) Em resumo, tinha-se atingido certa maturidade nesse trabalho. As novas exigências da Pós-Graduação são comparativamente menores, e a única diferença está em que a tese se tornou obrigatória.

4. A Pós-Graduação em Teoria da Literatura pelo regime novo: houve uma reorganização dos cursos, por força dos novos dispositivos, de que resultou a criação de uma área denominada Teoria da Literatura e Literatura Comparada.

(*) Publica-se um resumo da exposição, sem revisão do Autor.

a) A Pós-Graduação em Teoria da Literatura é incomodamente nova: só há no Brasil e na Alemanha. Por toda parte só se pós-gradua em Literatura Comparada. Em São Paulo, os cursos de Pós-Graduação em Teoria da Literatura dão preferência a temas da Literatura Brasileira.

b) Quanto aos cursos ministrados em 1971 (a CPG chama "disciplina" aos "cursos", o que é um erro; "Imagens do Guarani", por exemplo, é uma disciplina para a CPG): os cursos desejados são cinco:

— Teorias Críticas (As Teorias da Análise Literária; História das Idéias Críticas);

— Teoria dos Gêneros Narrativos (O Foco Narrativo; Estrutura da Narrativa Curta);

— Teoria dos Gêneros Poéticos;

— Literatura Comparada (os cursos dados neste setor mantêm o mesmo título, acrescido de um subtítulo para atender à visão da CPG);

— Relacionamento da Literatura com outras áreas (Literatura e Psicologia, etc.).

c) Quanto à elaboração da dissertação ou tese: o estabelecimento da exigência de uma dissertação logo de entrada é precoce; devia-se aguardar um amadurecimento do candidato. Na USP as dissertações distribuem-se pelos seguintes setores:

— Problemas Gerais da Teoria da Literatura;

— Problemas históricos da Teoria da Literatura;

— Problemas teóricos à luz da Literatura Brasileira (exemplos: Crítica de José Veríssimo; A Organização Narrativa em Guimarães Rosa; O Estilo de Machado de Assis e o Liberalismo brasileiro);

— Problemas teóricos à luz da literatura estrangeira.

INTERVENÇÕES

1. Suzana Camargo: Quais as condições para ingresso num Curso de Pós-Graduação, e qual sua duração?

R. — Os candidatos são entrevistados, avaliando-se o nível da instituição de que procedem, a qualidade de seus professores, o currículo do aluno, seus conhecimentos na matéria, habilidade em ler em línguas estrangeiras e tempo disponível. Após a aceitação pelo professor, faz-se necessária também a aceitação pela CPG. Quanto à duração do curso, tudo depende do plano de trabalho de cada um.

2. Prof. Salvatore D'Onofrio: Por que faltam na programação dos cursos de Pós-Graduação em Teoria da Literatura e Literatura Comparada cursos sobre Literatura Clássica?

R. — Porque faltam professores nessa área, e porque, dada a grande fermentação que se verifica na Teoria da Literatura contemporânea, deve-se dar uma atenção maior às literaturas contemporâneas.

3. Profa. Ângela Vaz Leão: Que Cursos de Lingüística foram considerados vantajosos para a Teoria da Literatura?

R. — Lexicologia Estrutural, Fonética e Fonologia.

A PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA PORTUGUESA

Massaud Moisés

1. Inevitavelmente, o tópico que me foi destinado dentro da Semana da Faculdade de Marília deste ano, pressupõe umas considerações preliminares. Como a preparar os restantes aspectos da discussão, ajudam a discernir e a esclarecer.

Primeiro que tudo: sob pena de conduzir a resultados medíocres, o exame dos problemas relativos aos estudos pós-graduados em Literatura Portuguesa implica todo o sistema de pós-graduação, tal a interdependência entre a disciplina em si e as entidades superiores, desde o Departamento (de Clássicas e Vernáculas, Românicas, Neolatinas ou que outra denominação possa ter) até a própria Universidade. Em suma: parece-me inócuo pensar na pós-graduação numa disciplina sem levar em conta o curso na sua totalidade, em qualquer dos níveis assinalados.

Em segundo lugar: dado que os cursos de pós-graduação somente agora vêm sendo instalados no Brasil, toda consideração a respeito parece girar em torno do que *devem ser*, mais do que em torno do que *são*. Equivale a dizer que o debate acabará fatalmente padecendo de um caráter abstrato ou teórico.

2. Posto o que, passo ao assunto em pauta. Antes de mais nada, importa frisar que vou apresentar um depoimento, e depoimento baseado na minha própria experiência, processada sobretudo na Universidade de São Paulo, antes da regulamentação final dos cursos de pós-graduação, e em Universidades norte-americanas. Sempre me pareceu que a pós-graduação constitui o rótulo genérico dos cursos que o estudante frequenta depois do bacharelado, tendo em vista a obtenção dos títulos de Mestre e de Doutor. Sem qualquer parentesco com os anteriores cursos de aperfeiçoamento e especialização,

visam a propiciar a estudantes mais bem dotados ou altamente interessados, preparo que lhes faculta realizar carreira docente na esfera superior. Em suma: trata-se de formar professores para o ensino universitário, e estimular, sempre que possível, as vocações para a pesquisa, no caso literária, a fim de coibir os abusos reinantes, gerados pela improvisação. Foi com esse espírito que iniciei a pós-graduação em Literatura Portuguesa, em 1966, na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, cujo andamento se relata a seguir.

Considerando que o estudante de pós-graduação em Literatura Portuguesa, durante o bacharelado, deve ter estudado a matéria pelo menos quatro semestres;

Considerando que também trava conhecimento com a disciplina no curso secundário;

Considerando que eu exigia um pré-requisito de mais dois semestres (o 4.º ano do curso seriado), ou adaptação equivalente (curso complementar, paralelo ao fundamental);

acreditava, como ainda hoje, que a pós-graduação em Literatura Portuguesa não deve ser extensiva mas intensiva, ou seja, há de oferecer um campo restrito dentro da panorâmica histórica da disciplina, no qual o estudante se concentrará por um longo lapso de tempo.

Resolvido esse problema metodológico, defrontava-me com outro: qual área escolher? Uma de minha predileção, ou/e que atendesse ao arbítrio dos estudantes? Propus-lhes o exame da época do Simbolismo, em parte para satisfazer-lhes o desejo de trabalhar em literatura moderna, em parte pelas características *sui generis* que a quadra ostenta. Aceita a proposta em primeira instância, apresentei-lhes os seus demais aspectos. Em vez de estudar os autores principais — Antônio Nobre, Camilo Pessanha, Eugênio de Castro, Raul Brandão —, mais ou menos classificados e conhecidos, deteríamos nossa atenção na análise dos secundários. Cada um dos membros do grupo escolheria um deles para objeto de sua tese de Mestre.

Qual a vantagem na opção dessa alternativa? Parecia-me, e ainda me parece, que o ensino universitário das Letras não escapa de um círculo vicioso: por motivos óbvios, estudam-se apenas os nomes consagrados, de que resulta a assimilação involuntária das opiniões cristalizadas e, não raro, a confirmação ou aceitação do *status quo*. Evidentemente, há

que tentar romper o círculo fechado, e assim tenho procurado fazer nos meus cursos na Universidade de São Paulo, mas as possibilidades de saída nem sempre se tornam exequíveis, dentro das condições normais do nosso ensino superior. As mais das vezes, o aluno abandona o seu curso de Letras sem desenvolver toda a sua capacidade crítica e sua independência de juízo. Camões é um grande poeta, sim senhor, mas por que? Qual o valor de Eça de Queirós? Ainda que o trabalho do estudante conduza a ratificar a verdade estatuída pela convenção, largo passo deu se utilizou em plenitude sua faculdade de julgar, sem sujeitar-se servilmente às afirmações de autoridades indiscutíveis.

De qualquer modo, seria (é) inconcebível que um futuro professor na disciplina veja reduzido seu trabalho à tarefa de armazenar juízos alheios. Se nem no curso secundário é de desejar tal procedimento, que se dirá ao nível superior.

Portanto, os estudantes de pós-graduação exercitariam suas possibilidades críticas analisando escritores ainda não estratificados: investigando-os com o máximo de rigor possível, poderiam concluir que de fato o esquecimento era merecido. Mas, nesse caso, a ilação viria acompanhada de uma justificativa eloqüente, isto é, a tese, ou dissertação, e não apenas a sentença definitiva de um historiador da Literatura: ter-se-ia, pois, a prova exigida, — que noutra parte não se encontraria —, e só isso garantiria a utilidade do resultado obtido. E também se poderia chegar à conclusão oposta, ou seja, retificar a idéia crítica passada em julgado, e o autor menor ascender a um plano superior, mercê de igual tratamento rigoroso.

Por outro lado, o estudante efetuaria todo um levantamento bibliográfico, desde obras raras e impressas até revistas e, quiçá, manuscritos, etc., quer no encaço de arrolar o que o autor teria escrito, quer o que a seu respeito se vem publicando. Assim procedendo, o estudante desdobraria outros aspectos de sua personalidade intelectual: seria obrigado a um trabalho de busca e rebusca, onde tivesse notícia de se achar algum material útil. Ver-se-ia compelido a vencer a força da inércia, que costuma atraí-lo sempre que idealiza encontrar tudo arrumado e pronto na biblioteca da sua escola e/ou da cidade em que vive. Dar-se-ia conta de que semelhante trabalho requer tempo e pertinácia, mas acabaria colhendo a satisfação da descoberta de material novo ou escassamente freqüentado.

Por certo, tinha eu plena consciência de que lidava com estudantes brasileiros e envoltos por uma série de dificuldades materiais, empenhados no exame de autores situados fora das suas fronteiras geográficas e históricas, para não dizer culturais. Entretanto, acreditava, como ainda hoje, que tais empecilhos devem servir de acicate e não de desânimo: para que algo de sólido, literariamente falando, resulte da rotina docente e da investigação, é mister transformar os obstáculos em estímulos. Do contrário, tudo continua como dantes e a prospecção que temos de fazer na Literatura Portuguesa não adianta uma polegada.

Ainda mais: poderiam oferecer uma contribuição nova acerca desses autores secundários, na medida em que fariam uma leitura descomprometida, e em que pudessem compulsar um material informativo porventura só existente no Brasil. Lembro, de passagem, que muitos escritores portugueses do século XIX colaboraram em jornais do Rio de Janeiro, como, por exemplo, Moniz Barreto, cuja obra crítica dorme, em considerável volume, no *Jornal do Comércio*, à espera de um pesquisador de fôlego ou interessado.

Na preparação da sua tese, o estudante haveria de empreender, necessariamente, uma série de leituras, vinculadas ao autor e/ou tema selecionado, à época em que o mesmo se insere e às áreas afins. Entendo por “áreas afins” aquelas que se conectam diretamente com o assunto da tese, desde a teoria literária até a Filosofia ou Ciência. Desse modo, ao elaborar sua dissertação o estudante poderia ir revendo seus conhecimentos literários e sistematizá-los, decerto pela primeira vez. Natural, pois, que a tese assumisse, e deva assumir, nessa perspectiva, importância capital. Estou em dizer que o núcleo do curso de pós-graduação, assim entendido, consistiria na redação da tese e nas providências que lhe dizem respeito.

Dada a especial conjuntura em que transcorreu a referida pós-graduação em nível de Mestrado, desenvolveram-se dois cursos dentro da Literatura Portuguesa, acerca do valor em Poesia e do valor em Prosa, ambos de duração anual, e que prolongavam, de algum modo, a Literatura Portuguesa III ou do 4.º ano, no sistema seriado. Objetivavam colocar em discussão, no espaço da Literatura Portuguesa, o problema do valor, referido ao texto poético e ao texto em prosa, tendo como propósito reexaminar as bases de que partíamos, estudantes e eu, para avaliar a época do Simbolismo.

A par de tais cursos, eminentemente problematizantes, os estudantes assistiram a dois outros, de apoio, alargamento e formação: um, de Estética, acerca do *Art Nouveau*, e outro, de História de Portugal, abrangendo os anos entre 1890 e 1915. Na escolha dos cursos, optou-se pelo critério da concentração e afinidade e da colaboração interdepartamental e mesmo interfaculdades, de vez que o professor de Estética pertencia à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, e o de História de Portugal, ao Departamento de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma Universidade.

Apesar de tudo, creio que o curso funcionou satisfatoriamente, haja vista o interesse permanente dos alunos e a qualidade das teses de Mestrado que foram apresentadas, em torno de Gomes Leal, Antônio Patrício e Antônio Maria Lisboa.

4. Com fundamento nessa experiência, podemos passar ao exame dum projeto de pós-graduação em Letras — Literatura Portuguesa. Antes de tudo, sou de parecer que se separem o Mestrado e o Doutorado, como, aliás, parece que se pensa fazer. Mas acredito que a separação deva ser mais radical, ao menos num pormenor. Ou seja, entendo que deva haver um Mestrado em Vernáculos (ou equivalentes), com uma área de opção, e um Doutorado na área de concentração (no caso, Literatura Portuguesa).

Vejam como funcionaria: o estudante se matricularia no Departamento (Vernáculos), e não na disciplina, em que desejasse tirar o Mestrado e, posteriormente, o Doutorado. Optaria por uma disciplina de sua preferência (Literatura Portuguesa, por exemplo), na qual elaboraria sua tese. Assim, estaria inscrito no curso de Mestrado do Departamento de Vernáculos, tendo como área de concentração uma de suas disciplinas básicas. Admitindo que lhe fossem exigidos seis cursos, três seriam obrigatórios — Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa, e três facultativos, de uma lista que o Departamento lhe apresentaria todo início de ano ou semestre letivo. Quer os cursos fundamentais, quer os optativos procurariam atender ao duplo objetivo de coopear na montagem da tese e de aprimorar a formação do estudante.

Transposto o Mestrado, o aluno prosseguiria os estudos, já agora no setor escolhido, digamos, Literatura Portuguesa. Elaboraria a tese e assistiria a cursos tendo-a em vista exclu-

sivamente: o propósito seria alcançar o máximo de convergência e aprofundamento. Entendo que, ao atingir esse ponto, estarão assentes os alicerces para um trabalho que deve gerar uma colaboração original no campo da Literatura Portuguesa. Daí que os cursos devam confluir para a formulação da tese e não serem de caráter formativo (no sentido em que os de Mestrado o são), ressalvada a hipótese de o estudante necessitar de algum curso suplementar, a critério do Orientador.

5. Em síntese, teríamos o seguinte:

I — MESTRADO (em VERNÁCULAS)

1. *Matérias Básicas (3)*
 - a) Língua Portuguesa
 - b) Literatura Brasileira
 - c) Literatura Portuguesa
2. *Área de Concentração:* uma das Matérias Básicas.
3. *Matérias Optativas (3)*
 - a) Teoria da Literatura
 - b) Lingüística
 - c) Estética
 - d) Teoria do Conhecimento
 - e) Etc.

II — DOUTORAMENTO (em LITERATURA PORTUGUESA)

1. Cursos de Literatura Portuguesa e/ou de “áreas afins”, relacionados com a tese.
2. Elaboração da tese.

6. Note-se, à guisa de conclusão e esclarecimento, que este projeto de pós-graduação se apresenta em seus contornos gerais: contém um sumário, um esquema, que implica o debate a seguir. De onde ficarem de lado, propositadamente, aspectos de menor importância, ou que dizem respeito ao sistema todo de pós-graduação, como os pré-requisitos, a carga horária, a duração dos cursos, etc.

INTERVENÇÕES

1. Prof. Ataliba T. de Castilho: Como o relator vê a vinculação do aluno às pesquisas do professor?

R. — É de utilidade nos projetos de caráter editorial, tais como o preparo de dicionários de literatura, ou nos estudos sistematizados de uma época literária. Nas demais circunstâncias a pesquisa deve ser uma atividade pessoal.

2. Prof. Wilton Cardoso: Discorda da recomendação de que se estudem autores secundários e da consideração da Literatura Portuguesa como literatura estrangeira; acha que se deve insistir em suas relações com a Literatura Brasileira, pois no contexto românico a Literatura Portuguesa sai perdendo.

R. — A recomendação do estudo de autores secundários diz respeito aos trabalhos de mestrado, ficando os autores de maior importância para o doutorado. Aceita que não se deve desvincular a Literatura Portuguesa da Brasileira.

3. Prof. João Décio: Como vê uma articulação entre a Universidade de São Paulo e as Faculdades do Interior (Assis, Marília, Araraquara) para a ministração de cursos de Pós-Graduação?

R. — Admite a possibilidade do aproveitamento de docentes das Escolas do Interior, mas indica que há centros pouco entrosados com outros.

4. Prof. Onosor Fonseca: Indaga sobre se a propositura de um tema ao aluno mestrando não representaria um bloqueio de outras áreas não incluídas no temário proposto.

R. — Propõe-se o tema sempre após uma consulta aos alunos. Feita a consulta, decide-se pela concentração em determinado movimento literário, como o Simbolismo, por exemplo. Após isso, cada pós-graduando operará com determinado autor do movimento escolhido, estando previstas alterações. Não acha desprezível a experiência de trabalharem todos numa mesma área, num primeiro estágio de pesquisa. Após isso, naturalmente cada qual adotará um rumo próprio.

5. Prof. Salvatore D'Onofrio: Como encara a instalação de cursos de Pós-Graduação no Interior, com a ajuda da Universidade de São Paulo?

R. — Acha inexequível, dada a inevitável duplicação de trabalhos que isso representaria.

A PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA (*)

Alfredo Bosi

Eu tinha pensado em apresentar o curso de pós-graduação em Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo de modo que talvez pudesse valer para outros tipos de pós-graduação. Por isso, esta exposição vai jogar com o geral e o particular, isto é, vai pensar sempre em termos de objetivos da pós-graduação como um todo e descer à exemplificação da Literatura Brasileira nos casos necessários.

Dividi esta exposição em quatro itens: O primeiro dirá respeito aos objetivos da pós-graduação em geral. O segundo, à composição ou estrutura do curso de pós-graduação, isto é, qual seria a composição do programa de pós-graduação, no caso de Literatura Brasileira. Num terceiro momento falarei alguma coisa dos métodos de pós-graduação. Finalmente, no quarto item, falarei sobre as possibilidades da pós-graduação, mesmo fora de Literatura Brasileira. E para os debates ou para as perguntas, eu gostaria que se pudesse respeitar estes itens, para que eu fizesse pontos de referências mais precisos no momento da resposta: objetivos, composição, métodos e possibilidades da pós-graduação.

Quanto aos objetivos, parece-me que são dois. A pós-graduação visa a preparar o pessoal universitário habilitado e visa também a formar pesquisadores de alto nível. Temos o pessoal docente e temos também os pesquisadores. Mas até o momento, os professores pesquisadores da Universidade de São Paulo e das demais universidades de São Paulo, estão inteiramente assoberbados de trabalhos didáticos, e o tempo que sobra para as pesquisas é muito pouco. Então, o pesquisador

(*) Texto constituído a partir das gravações, sem revisão do Autor.

solitário atualiza-se como pode com a bibliografia. Se tem a felicidade de ser bem dotado pela natureza, ou produz alguma coisa nova ou então se tem a sorte de sair do país, conhece alguma bibliografia atual, mas não se pode dizer que seja a universidade que lhe dê essas possibilidades; é sempre um esforço individual, até agora tem sido assim. Creio que a pós-graduação visa justamente a suprir isto, a dar alguma coisa a essas pessoas que podem produzir, mas que nas condições atuais não conseguem ir além de dar boas aulas, o que aliás já é muito. Seja como for, a pós-graduação objetiva realmente contribuir para a formação do pessoal docente e do pesquisador de alto nível, sem sobrecarregar essas pessoas de um esforço pessoal. Ora, porque a pós-graduação quer ser uma atividade de preparação de professores e de pesquisadores de alto nível, ela não pode ser considerada um curso de aperfeiçoamento, um curso de especialização. Aqui realmente acho que nós chegamos na Universidade de São Paulo a um consenso a respeito do nível da pós-graduação. É preciso distinguir entre um curso de aperfeiçoamento, um curso de especialização e um programa de pós-graduação. Até agora demos cursos de especialização. Eles, na verdade, deram alguns frutos, mas se esgotaram naquele ano de preparação. Ao passo que se nós montarmos um currículo pleno, um currículo completo de pós-graduação em que as matérias básicas, as matérias complementares sejam dadas em nível superior, então realmente estaremos formando uma geração de professores dos professores, isto é, estaremos formando uma nova plataforma na universidade brasileira, que corresponde simetricamente ao curso de graduação, que forma professores do curso médio. É claro que há sempre a alternativa de pesquisa e da graduação individual, pois nem todos têm a vocação e as possibilidades de efetivamente serem professores universitários. Mas enfim, há em algumas áreas a margem ampla de pesquisa. E como se sabe, só um curso de pós-graduação é que pode preparar pesquisadores. Eu acho que isto é outro ponto pacífico: a pós-graduação é a solução da pesquisa no Brasil, dentro da universidade. Isto em oposição àquilo que sempre houve e de que nós absolutamente não estamos isentos que é o autodidatismo. Tenho muito respeito pelos autodidatas, e acredito que nós de forma alguma deveríamos caminhar para um tipo de universidade que não olhasse com menoscabo os autodidatas. No campo específico da Literatura Brasileira, quanto não devemos a uma Lúcia Miguel Pereira, a um

Augusto Maia, a um Agripino Grieco, a um Cavalcante Proença, a um Mário da Silva Brito! Seria muito lamentável que desaparecessem os autodidatas; na verdade, muitas vezes eles dão um pouco de trabalho para a gente, na medida que são pessoas muito apaixonadas, muito categóricas, pessoas que se apaixonaram por um tema só, e acreditam que só aquilo seja importante. Também em geral eles improvisam, mas isso acontece igualmente nas universidades. Até o presente momento as teses de doutoramento, que são uma prova palpável da pesquisa universitária, representam exclusivamente o talento individual dos candidatos. É rara a universidade que conta com corpo de professores que possa apoiar efetivamente uma tese de doutoramento e acompanhá-la desde o princípio. Acredito que a pós-graduação tenha como um dos objetivos justamente o de criar condições para que o trabalho de pesquisa não seja mais o resultado do talento individual, ou da fortuna do candidato, mas que realmente ela seja um instrumento democrático, um instrumento liberal de abertura a todos os que queiram pesquisar, que queiram pensar. Isto é muito importante na medida em que nações como a nossa acabam tendo uma idéia falsa de uma elite intelectual. A elite tem que vir por si própria, através do esforço de gerações; não deve ser uma construção imposta pelas limitações da sociedade. No caso específico da literatura brasileira, pode-se dizer que tudo está por fazer na linha da pós-graduação, descontados os esforços individuais dos escritores e críticos. Há muitas áreas que estão à espera de pesquisadores e quase se poderia dizer que na literatura brasileira acontece alguma coisa como na historiografia brasileira. Capistrano de Abreu dizia que a História do Brasil tinha a fragilidade de um castelo de cartas; visto de longe, o conjunto era imponente, mas bastava aproximar-se um pouco e roçar naquela construção e tudo ruiria, tal a falta de documentação, tal a falta de lições críticas, tal a falta de interpretações idôneas. Na literatura brasileira há ainda muita coisa a fazer, há muitos textos a serem simplesmente reeditados, há toda uma literatura da época colonial, que só agora está conhecendo revisões e edições lúcidas. Há um número muito grande de revistas do modernismo e mesmo anteriores, que poderiam ser reestudadas, pois as conhecemos quase só de nome. As revistas do modernismo estão sendo agora estudadas no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, em teses de mestrado. Nos cursos básicos isso não se poderia fazer. Os cursos básicos são cur-

sos de comunicação, de transmissão daquilo que já se conhece. O professor de curso básico procura expor o que já é sabido. Dificilmente pode inovar quanto ao conteúdo; para inovar ele precisa pesquisar, precisa ter condições e essas condições não são dadas no curso básico. Então é um círculo vicioso que acaba realmente desgastando muito o professor universitário sério, que percebe, depois de alguns anos, que ele está se repetindo. Então, aquilo que ele sempre criticou nos professores mais velhos, no fundo acaba sendo a sua fatalidade. Ele não tem tempo de renovar-se ou de pesquisar, e a cultura que manipula é a cultura de todos, enfim é a cultura transmissível. Ora, se isto é fatal do curso básico, a única solução só pode ser dada fora daí, portanto, na pós-graduação.

Eu falei de áreas na literatura brasileira, que poderiam ser revistas; pensemos mesmo em nossos grandes poetas, um poeta como Gregório de Matos, poeta fundamental para o conhecimento do barroco. Recentemente saiu uma edição na Bahia da obra de Gregório de Matos, vários volumes publicados pela Janaína Editora. Ora, não vou entrar no mérito dela, não fiz uma análise e para isso precisaria cotejá-la com as outras edições. Mas por coincidência num concurso de livre docência na Universidade de São Paulo, feito com muito brilho, aliás, pelo Professor Carlos Garbuglio, o texto de aula foi a análise de um soneto de Gregório de Matos. Então ele, muito escrupuloso, procurou nas vinte e quatro horas que precediam o exame levantar o melhor texto daquele soneto, que corria, aliás, em várias antologias. E durante a aula ele nos expôs a nós, perplexos, que estávamos aceitando as últimas edições de Gregório de Matos como primeira prova filológica de exaço e de boa lição, que entre o texto da editora Janaína e o texto de Afrânio Peixoto (que nunca primou pela perfeição bibliográfica) havia oito diferenças! Oito diferenças de linguagem, de pontuação, de leitura, num único soneto de Gregório de Matos! Em geral, pelo que ele expôs, a última edição era bem pior do que as anteriores, isto é, a edição que deveria ser definitiva, era bastante inferior como exatidão às edições publicadas pela Academia Brasileira de Letras, em circunstâncias menos favoráveis, em que a Filologia no sentido de edótica ou de crítica, não tinha chegado ao ponto a que deveria ter chegado hoje. Então vejam como nós não podemos confiar nas chamadas últimas edições de obras completas e de autores já clássicos. Quem poderia realmente fazer isso, quem poderia rever as edições? Equipes de pós-graduação, professc-

res que acolham por mestrado alguma coisa técnica, alguma coisa modesta, que é a leitura de um poeta do ponto de vista filológico, sem falar naturalmente naquilo que é ambição maior, que é a reinterpretação de toda a literatura brasileira, através enfim dos métodos que ela possa apresentar com a Sociologia, com o Folclore, com as demais artes e assim por diante. Mas enfim, naquilo que é o material básico sobre o qual trabalhamos, há tanto o que fazer. E realmente só se poderá fazer isso em nível de pós-graduação. É pensando em tudo isso, pensando na necessidade de preparar, de habilitar realmente os alunos, que se impõe uma estrutura, que passo agora a expor.

O ideal realmente é criar uma pós-graduação em que haja uma grande diversificação de matérias complementares. E acredito que já tenha sido exposto pelos professores que me precederam o esquema da pós-graduação, de toda pós-graduação, o esquema segundo o qual existe um núcleo na área de concentração, no caso seria a área de concentração em Literatura Brasileira, e uma constelação de áreas e de matérias complementares. Na Universidade de São Paulo todos nós professores de pós-graduação recebemos o elenco de centenas de disciplinas, e no caso específico das Ciências Humanas e Letras, de dezenas de disciplinas que eventualmente interessarão como complementares. E como se faz a escolha dessas matérias? Não se pode compor um currículo único, rígido. O que se deve fazer é sondar o interesse do pós-graduando. Então vemos que um aluno de pós-graduação inscrito e aceito, que esteja sobre minha orientação, diga que quer fazer uma edição de Augusto dos Anjos; este é um exemplo real. Já que o objetivo vai ser este, então eu, em comum acordo com o candidato, devo indicar certas matérias complementares que lhe dêem a formação específica. Felizmente a Universidade de São Paulo conta com o Professor Segismundo Spina, que dá aula de Edótica, matéria que ele deverá cursar. Isto vem demonstrar que é essencial que o pós-graduando tenha em mente algum tema de sua preferência, quando se apresenta à entrevista de pós-graduação. Ele não pode dizer que gosta de tudo. Já que é necessário escolher, selecionemos aqueles que já têm em mente alguma coisa. Não é preciso que tenham uma pesquisa pronta na cabeça, mas que tenham certa preferência, e que nos quatro anos de Letras tenham mostrado que preferem a relação entre Literatura e Sociedade, ou a relação entre Literatura e Folclore, ou tenham certo

gosto pela Estilística ou pela Métrica, ou pela Historiografia Literária, etc. O seu currículo será montado em torno desta preferência. Não há um currículo a não ser na área de concentração. E a área de concentração conta com três ou quatro professores que darão os seus cursos. São três ou quatro doutores em Literatura Brasileira, que durante dois anos se revezarão e darão seus cursos. Estes cursos são monográficos, necessariamente no caso de Literatura Brasileira. Apenas para exemplificar, haverá um semestre de curso sobre "Idéias Críticas" dado pelo Professor José Aderaldo Castelo, um semestre dado pelo Prof. Carlos Garbuglio, em torno do romance de Guimarães Rosa e eu entrarei no último semestre com um curso sobre a poesia de Jorge de Lima. Então nós temos poesia, romance e crítica. Isso corresponde talvez a 40% ou 35% dos créditos globais, que o aluno deve perfazer até o fim do curso. O mais importante é a pesquisa que ele vai fazer, aquela pesquisa que conduzirá ao mestrado. E do outro lado, as matérias complementares, que serão outros tantos semestres, que podem ser contemporâneos ao curso que ele deve fazer.

O mestrado não fica sendo um trabalho exaustivo, alguma coisa a mais, na medida em que as matérias do curso complementar auxiliarão os alunos a compor o mestrado ou o doutorado.

Particularizarei agora um pouco o curso de pós-graduação em literatura. Nós planejamos, além desses cursos básicos de crítica, poesia e romance, um semestre de leituras brasileiras básicas. Essa é uma idéia que nasceu na área da Sociologia e eu achei tão feliz que resolvi levá-la para as Letras. Supõe-se que o aluno, embora admitido em pós-graduação, seja um aluno de carne e osso, cheio de falhas, cheio de limitações, enfim, que os alunos não têm homogeneidade de cultura. Isto é uma verdade que não se pode ignorar. No caso das Ciências Naturais é fácil testar, vamos dizer, a amplitude dos conhecimentos de um candidato que faz Física ou Matemática; pelo menos creio que seja fácil. No caso das Ciências Humanas e das Letras, é bastante difícil de sondar, tanto o conhecimento como a ignorância do aluno. Então achei importante propor ao aluno de pós-graduação, antes de mais nada, a leitura de obras fundamentais de cultura brasileira. Antes de ele se abalar a fazer uma pergunta ou mesmo assistir aos cursos monográficos, ele deveria fazer um semestre que contaria naturalmente crédito, destas leituras que seriam básicas.

Trata-se de obras fundamentais em Sociologia, em História, Etnografia, em História Literária, em Folclore, obras clássicas, como: *As Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, *Interpretação do Brasil* de Gilberto Freire, *Formação de Literatura Brasileira* de Antônio Cândido, as partes teóricas da *Presença da Literatura Brasileira* de Antônio Cândido e Aderaldo Castelo, *A Geografia dos Mitos Brasileiros* de Câmara Cascudo, *As Narrativas Pias Populares* de Oswaldo Elias Xidieh, *O Caráter Nacional Brasileiro* de Joaquim Pereira Leite, *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira* de Maria Isaura Pereira de Queirós, *A Contribuição à História da Idéia no Brasil* de Cruz Costa, *A Teoria da História do Brasil* de José Honório Rodrigues e parte de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, as histórias literárias de Sílvio Romero e José Veríssimo, enfim, tudo isso que em geral se pressupõe que o aluno conheça. O método de leitura dessas obras é muito simples. Toda semana o aluno faz o fichamento de cada uma dessas obras; em cada semana o aluno faz o fichamento do essencial dessas obras e depois se faz um seminário livre em que os pós-graduandos apontam os problemas principais de cada um desses livros. Quer dizer, na verdade esse seminário é uma forma de controle da leitura. O fichamento é alguma coisa muito mecânica que pode não levar a repensar o livro. É uma forma de controle que acho necessária no caso, e também uma forma de abrir os horizontes. Cada uma dessas obras abre em leque o conhecimento do Brasil. Uma obra como a de Sérgio Buarque de Holanda faz repensar todo o Brasil Colonial, suas características étnicas e culturais de formação portuguesa e mestiça do Brasil. A obra de Gilberto Freire, *Interpretação do Brasil*, faz com que também se repense o problema de mestiçagem, e se verifique até que ponto ele é mesmo importante. As histórias literárias de Sílvio Romero, José Veríssimo e Antônio Cândido, fazem com que a gente pense no problema de metodologia; são obras de autores diferentes, de perspectivas diferentes e que naturalmente enriquecem e iluminam os aspectos diferentes do fenômeno literário.

Em suma, esse é um semestre que se podia chamar de cultura geral brasileira. Não é um semestre especializado e é bom que não seja, porque depois dele é que haverá muito tempo para estudar as coisas do ponto de vista monográfico. Então seria muito bom pensar sempre (isto é uma idéia, como eu disse, que obtive de empréstico a outro Departamento da Universidade) pensar sempre num primeiro semestre de lei-

turas bem gerais, qualquer que seja a disciplina, em leituras para que o aluno passe depois a trabalhar em determinado método, sabendo situar este método. Agora, por exemplo, está em voga o estudo estrutural. É claro que é um método feliz, sobretudo no momento da análise. Na interpretação ele rende pouco. Ora, um curso que se apoiasse exclusivamente na metodologia estruturalista poderia produzir uma raça muito perigosa de gente. Então é bom a gente situar esse todo entre tantos outros que têm outras pretensões e rendem outras perspectivas.

A mesma coisa ocorre em Literatura Brasileira. A Literatura Brasileira é uma espécie de terra de ninguém e todo mundo quer dizer alguma coisa; é muito bom levantar as características dos principais métodos. Enfim, produzir no aluno esta noção de continuidade histórica. Ele está pensando em Machado de Assis, ele tem que falar em Machado de Assis, mas atrás dele houve uma problemática, houve um pensamento maduro que será o seu ponto de referência. E como, voltando aos objetivos iniciais, queremos formar professores universitários e não especialistas mais ou menos estreitos, este curso é um verdadeiro contraveneno à idéia de especialização precoce. Depois virá a especialização, e esta pausa é necessária; nós vivemos num regime de divisão de trabalho, que podemos lamentar, mas que é realmente o clima em que estamos instalados. A vida toda do candidato será um caminho para maior especialização. Então, que pelo menos nesse semestre ele possa pensar com vagar noutras perspectivas.

Depois deste curso geral ele passa a ver os vários cursos monográficos e particulares. Há um sistema de crédito que eu não gostaria de debater aqui. Além de ser um assunto de contabilidade intelectual, seria penoso ver os créditos produzirem no aluno essa ânsia de chegar aos trinta, quarenta, cinquenta. Enfim, será uma coisa que rebaixa o trabalho intelectual. Mas enfim, nós não vamos fugir ao crédito porque a coisa já chegou pronta e a gente vai fazer o que é possível para abrigar um pouco este sistema. Uma das divergências que a matéria suscita é a quantidade de créditos a atribuir a certos tipos de trabalho.

Queria falar agora sobre as possibilidades que o curso tem em São Paulo. O curso exige uma grande sobrecarga de trabalho dos professores, e todos são professores também do curso

de graduação, onde há classes numerosas, de 200 a 300 alunos; quer dizer, não está montado de uma maneira satisfatória. Aqui realmente não dá para fazer propaganda, porque o curso é composto de pessoas que vivem também em função do curso de graduação. Não existe ainda o luxo, mas o luxo necessário, de dois currículos e dois corpos docentes. Então os professores vão se multiplicar, vão dar mais horas de trabalho, mas é necessário começar e começar bem. E quanto às perspectivas, eu acredito que em São Paulo, um dos pontos positivos é a existência do Instituto de Estudos Brasileiros. Ele não é um instituto ligado propriamente à Seção de Letras, aos vários departamentos que hoje constituem a Seção de Letras. O Instituto é separado, faz parte da Universidade, mas não tem nenhuma relação jurídica com os Departamentos de Letras Vernáculas Modernas, ou os Departamentos de Linguística e de Letras Orientais. É uma entidade que congrega todas as áreas de interesse brasileiro da Universidade. O conselho que dirige este Instituto é constituído pelo professor de Artes Brasileiras da Faculdade de Arquitetura, o de Economia Brasileira na Faculdade de Economia, o de Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia, e o de professor que dá História das Idéias no Brasil, qualquer que seja o instituto a que ele pertença. Enfim, é um instituto cuja finalidade é promover os estudos brasileiros em qualquer área. E felizmente houve doações generosas no início de sua carreira e também aquisições muito felizes, como a biblioteca de Almeida Prado, que foi um dos maiores especialistas em história colonial. Temos também a biblioteca de Mário de Andrade com mais de 17.000 volumes, com a sua discoteca e a sua pinacoteca já organizadas e fichadas. Essas duas bibliotecas e mais outros livros e revistas que estão sendo comprados dão a plataforma para os nossos pesquisadores. É possível realmente propor a um pesquisador, a um aluno que queira fazer o mestrado, uma pesquisa em torno da crítica do começo do século. Ele encontrará todo o material, todas as revistas e os textos e as informações. É possível propor um estudo sobre as revistas, como eu já disse, este é um programa do professor Castelo que eu endosso plenamente e que já está em realização. Alguns pesquisadores já fizeram dissertações de mestrado em torno de revistas a respeito do simbolismo, como a *Nova Cruzada de Rosa Cruz* e revistas do modernismo como *Festa* que já foi inteiramente fichada e analisada e agora já publicada, e *Lanterna Verde*, e há para as grandes revistas do modernismo como o *Klaxon*, como *Terra Roxa* e *Outras Terras*,

como *Estética*, como a *Revista Nova*, mesmo as revistas de Minas, a *Verde*, a *Revista do Rio Grande do Sul*. Há planos para o estudo sistemático dessas revistas em forma de mestrado, alguns dos quais já foram editados. *Lanterna Verde* acabou de sair; a *Nova Cruzada* acabou de sair também. Nem todas as revistas são de alto valor literário. Convenhamos que algumas delas são revistas de grupos provincianos e interessam mais a uma historiografia literária meticulosa, do que a uma revisão da história da literatura brasileira. Mas para algumas revistas do modernismo, penso em *Klaxon*, penso em *Antropofagia*, a reedição com notas, a apresentação de conteúdo, a situação histórica, eram tarefas essenciais, sem as quais a gente acabaria repetindo o que se sabe, o que os manuais dizem. Acredito que este tipo de pesquisa seja frutuoso, não é o único, também não acho que a gente deva de forma alguma em circunstância alguma forçar o aluno a pesquisar o que quer que seja. A pesquisa só se realiza mesmo quando há um mínimo de paixão. Quando o aluno se apresenta com um gosto pronunciadamente teórico ou então de análise ou interpretação literária, se ele quer estudar as estruturas narrativas de Guimarães Rosa, as estruturas narrativas de Clarice Lispector ou então o estilo de um poeta lírico, ou enfim, qualquer que seja o tema, é preciso orientar, é preciso dar a bibliografia, é preciso encetar este diálogo que é a pós-graduação. Mas muitas vezes o aluno pode render mais inicialmente numa pesquisa do tipo historiográfico, isto é, ele ainda não tem margem cultural para uma reinterpretação de um autor. Neste caso eu acho que um material dessa qualidade à sua disposição, é realmente uma sorte para ele e para a nossa historiografia literária. Apenas mais uma idéia; num instituto assim organizado, isto é, num instituto que conta com especialistas de todas as áreas, é possível planejar alguma coisa que me é muito cara: uma futura pós-graduação que acabe tendo como área de concentração o fato em si mesmo da história cultural brasileira. E acredito que São Paulo poderá ter elementos, no futuro, de ser um centro de pós-graduação não só regional, mas nacional, quem sabe mesmo internacional de cultura brasileira, graças a essas bibliotecas e à estrutura do Instituto.

INTERVENÇÕES

1. Suzana C. Neves: Qual é a sua opinião sobre a elaboração da tese de doutoramento sem que o candidato passe pelo mestrado?

R. — A legislação admite essa possibilidade, mas acho que é mais recomendável começar pelo mestrado, na medida em que esse nível de estudos pós-graduados pode iniciar o candidato numa série de técnicas de pesquisa e análise do material. No caso dos estudos brasileiros, um exemplo de dissertação de mestrado seria o levantamento de uma revista modernista, com a elaboração de uma antologia de seus textos. O doutorado já representa um esforço de interpretação do material, e só com uma cultura mais adulta se pode chegar a ele.

2. Profa. Ângela Vaz Leão: salienta as qualidades do relatório e manifesta sua admiração pelo trabalho realizado pelo relator. Destaca que o plano apresentado pelo Prof. Bosi tem a vantagem de demonstrar que é possível associar a legislação à prática dos cursos.

3. Prof. Wilton Cardoso: secunda as palavras da Profa. Ângela Vaz Leão, enaltece o espírito científico do grupo responsável pelo ensino da Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo, na pessoa do Prof. José Aderaldo Castello, e destaca a única falha do relatório não ser susceptível de levantar objeções.

A PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E LITERATURA EM LÍNGUA INGLESA

Martha Steinberg

Quero em primeiro lugar agradecer ao Prof. Paulo A. Froehlich a honra de me ter convidado para participar desta experiência, que julgo acima de minhas forças, mas que procurarei desempenhar do melhor modo possível. Na realidade, eu não previa que esta mesa-redonda tivesse uma circunferência tão ampla assim.

O que tenho a dizer segue o roteiro sugerido em carta que me foi enviada com o convite. O curso de Língua Inglesa e Literaturas Inglesa e Norte-Americana organizou-se, em nível de Pós-Graduação, em área chamada "Estudos Anglo-Americanos". Tentamos, já no ano passado, instalar um curso que seria denominado de Letras Modernas, abrangendo todos os cursos oferecidos pelas antigas Cadeiras de Inglês, Alemão, Francês, Italiano e Espanhol, mas isto não foi aceito pela Comissão Central de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. Houve então um desmembramento e cada antiga Cadeira, pelo menos as que contavam com massa crítica suficiente, organizou o seu próprio curso de Pós-Graduação. A área de Estudos Anglo-Americanos oferece cursos e tem orientadores de tese em Literatura Inglesa, Norte-Americana e Língua Inglesa.

No campo literário, seguindo uma tendência que vem do antigo curso de Pós-Graduação (que ocasionalmente conduzia à redação de uma tese) as teses são de dois tipos:

a) Estudos comparativos de autores ingleses ou norte-americanos, com autores brasileiros, como, por exemplo, Graciliano Ramos e Steinbeck. São, por assim dizer, estudos arbitrários, uma vez que tratam de aspectos literários ou sociológicos comparáveis em grande escala de autores.

b) Estudos de influências inglesas ou americanas em autores brasileiros, como, por exemplo, Whitman em Ronald de Carvalho, Sterne em Machado de Assis.

Essa orientação deverá permanecer, pois encontramos duas dificuldades para estudos de um só autor: falta de bibliografia e o fato de que num autor já consagrado dificilmente encontraremos um aspecto novo ou que ainda não tenha sido explorado, e num autor recente as variações críticas são muitas, constituindo-se num estudo inseguro e perigoso para quem está apenas se iniciando na carreira da crítica e da pesquisa.

No campo lingüístico, nota-se também um grande interesse por parte dos alunos em estudos comparativos. A ausência quase total de estudos desta natureza, no Brasil, tanto no campo da Fonologia, como na da Morfologia e da Sintaxe, oferece uma ampla variedade de escolhas. Um trabalho original, não comparativo, dentro das atuais correntes da Gramática Gerativa-Transformacional, é de execução mais difícil, visto que os alunos trazem do curso de graduação apenas um ano de Lingüística Geral, de modo que temos de começar da estaca zero. Esperamos sanar essa falha incluindo, já para o ano, os cursos oferecidos pela área de Lingüística em nosso elenco de disciplinas do domínio conexo.

Há também a possibilidade de estudos comparativos com outras línguas, como o francês, o alemão, etc., embora eu não creia que haja muito interesse.

Outra possibilidade é a aplicação de estudos lingüísticos em literatura, seja no estudo de dialetos ou falares regionais, seja na análise da poesia.

Os nossos cursos se iniciaram em agosto e não houve ainda escolhas definitivas deste ou daquele tema, primeiro porque não queremos impor temas, e segundo porque para muitos alunos este é o primeiro contacto com a Lingüística, e eles realmente ainda não sabem muita coisa.

Relativamente ao planejamento dos cursos de concentração para este ano, organizamos os seguintes:

1. American English: estudo comparativo do inglês britânico e do inglês norte-americano, mostrando as influências e processos lingüísticos que conduziram à constituição das duas variantes.

2. Morphemics and Syntax: análise dos constituintes imediatos.

3. O Teatro nas Ilhas Britânicas no séc. XX.

4. O Teatro Norte-Americano no séc. XX, com ênfase especial em O'Neil.

5. Phonetics and Phonemics of English.

Cada um dos cursos consta de uma aula teórica e de um seminário por semana, exigindo, ademais, um mínimo de quatro horas de estudo ou preparo. Cada disciplina semestral dá seis créditos.

Quanto às disciplinas do comínio conexo, dependemos, naturalmente, do que as outras áreas oferecem. No caso do inglês, estamos naturalmente interessados em cursos de Literatura, Sociologia, Filosofia, Arte, História, Lingüística, Português e outras línguas. A escolha para o aluno dependerá do tipo de trabalho que estiver desenvolvendo. Para este ano, pudemos incluir em nosso elenco apenas treze disciplinas, que já estavam aprovadas quando organizamos o nosso curso:

1. A ficção de Guimarães Rosa
2. Análise literária geral
3. Byron no Brasil
4. A originalidade da tragédia de Sêneca
5. A poesia de Jorge de Lima
6. A sátira no teatro alemão
7. Estruturas sintáticas do alemão
8. Evolução das idéias críticas na literatura
9. O expressionismo através do gênero epistolar
10. O pensamento estético e o pensamento crítico na Itália
11. Teoria da poesia; invenção poética e crítica da realidade
12. Teoria dos gêneros narrativos
13. Principais autores da língua alemã

Como já dissemos anteriormente, esperamos ampliar esse elenco, principalmente com as disciplinas oferecidas pelas áreas de Lingüística e Língua Portuguesa.

Quanto ao problema do recrutamento de professores, não o tivemos praticamente, pelo menos para a instalação do curso, pois a Disciplina de Língua e Literatura Inglesa e Norte-americana conta com um livre-doente e três doutores, além de um professor visitante, patrocinado pela Fulbright, este sempre de Literatura Norte-Americana.

O problema real que enfrentamos é o da falta de fontes bibliográficas. A Biblioteca Central e a do Curso de Inglês contam com as obras clássicas da Literatura Inglesa e Norte-Americana. É mais rica em obras da Literatura Norte-Americana, dadas as doações tanto do Consulado dos Estados Unidos, como da Comissão Fulbright. Em Lingüística não temos quase nada. Contamos com a colaboração da Biblioteca da União Cultural Brasil-Estados Unidos, das de outros cursos de outros departamentos, como o de Línguas Indígenas e Lingüística, e da minha própria. Temos assinaturas de dezessete periódicos, que estão com a coleção interrompida, pois houve corte de verbas destinadas a esse fim, e assim nos faltam muitos números. Destaco as seguintes revistas: PMLA, Hudson Review, Sawanee Review, Kenyon Review, Suplemento Literário do Times, American Literature, Comparative Literature e Journal of English and German Philology.

INTERVENÇÕES

1. Prof. Ataliba T. de Castilho: Gostaria de conhecer a opinião da Profa. Martha Steinberg sobre a introdução da Lingüística Aplicada em nossas Universidades. Tem-me parecido que as instituições particulares de ensino de línguas estrangeiras dão mais atenção às descobertas dessa ciência do que nossos cursos universitários.

R. — Parece que há interesse nisso, de parte das cadeiras de Língua Inglesa e Francesa, mas não contamos com pessoal docente especializado. Por isso, os cursos de língua têm-se desenvolvido ainda de maneira tradicional, infelizmente. E toda vez que se convida um professor estrangeiro para ministrar curso, a preferência tem recaído na literatura. Em suma, acho que há entre nós necessidade de uma divulgação maior da Lingüística Aplicada.

2. Profa. Solange: Qual é o número total de créditos exigidos no Curso de Pós-Graduação em Língua e Literatura Inglesa, e qual a proporção?

R. — O número total de créditos é de trinta, subdivididos em matéria de concentração e de domínio conexo; estas devem perfazer o total de um terço.

3. Prof. Paulino Vandresen: Quais são as preocupações em seu curso com respeito à metodologia do ensino do inglês como língua estrangeira? Há cursos voltados para a tecnologia aplicada à Educação, utilização de laboratórios, métodos audiovisuais, instrução programada e coisas assim?

R. — Esse tipo de preocupações aparece em nosso curso de Fonética Contrastiva. Temos à nossa disposição o laboratório da União Cultural Brasil-Estados Unidos, para onde levo os alunos sempre que necessário. Mas nem sempre tal programação pode ser desenvolvida a contento, pois muitos dos alunos pós-graduandos trabalham e seu tempo é escasso.

4. Prof. Onozor Fonseca: Tenho observado que a interpretação do curso de Pós-Graduação varia de matéria para matéria, sobretudo numa possível divisão desse curso em dois estágios, sendo o primeiro o de mestrado e o segundo o de doutorado. Como sua disciplina encara este problema?

R. — Geralmente o aluno não traz uma bagagem suficiente para iniciar-se imediatamente num verdadeiro curso de Pós-Graduação. Assim, no primeiro semestre levamo-lo a tomar contacto com o que vai estudar e pode fazer. Há casos em que se faz necessária uma adaptação mais extensa, e então o enviamos a cursos avançados de graduação. Em outras situações o aluno, por estar melhor preparado, parte diretamente para o curso de doutorado.

LÍNGUA E LITERATURA FRANCESA E PÓS-GRADUAÇÃO (*)

Albert Audubert

Agradecemos inicialmente o convite que nos foi feito pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, e a oportunidade que nos é dada de falar sobre um tema muito importante.

Teria sido muito melhor ter havido esse tipo de reunião antes de saírem os regulamentos de Pós-Graduação, pois nunca fomos consultados, pelo menos que eu saiba, no Departamento de Letras da USP. A Pós-Graduação foi algo que caiu de cima, e não parece adaptada a nossos estudos. Aliás, as perguntas que foram feitas há pouco à Prof.^a Marta Steinberg parecem refletir os desentendimentos que no início fizeram sentir-se. Acho que sempre podemos fazer algumas reformas, para melhoria do sistema, mas tudo deve ser amplamente debatido.

Queria começar por algumas considerações de caráter geral para depois passar ao Francês especificamente, pois acho que a filosofia da coisa deve ser examinada.

Parece que foi esquecida uma coisa primordial: o antigo curso chamado de Especialização. Esse curso com duração de 2 anos, era ministrado aos professores do ensino secundário e aos que iam especializar-se no ensino superior. Não havia mestrado e os alunos já faziam a tese diretamente. Esses antigos professores do secundário, que vinham fazer nossos cursos e que não tinham a menor idéia de prosseguir no ensino superior, agora se acham fora do jogo e não podem se especializar. Acho isso uma falha enorme, pois foi esquecida a maior parte do exército. Ele não se compõe apenas de ofi-

(*) Texto tirado das fitas, sem revisão do Autor.

ciais, mas estamos tratando só deles e temos esquecido o sub-oficial e o soldado também, que contam muito no exército.

Perguntou-se aqui se se pode ministrar na Pós-Graduação uma prática do ensino audiovisual. Isso não é do domínio da área do ensino superior, pois faz parte da formação de um bom professor do ensino secundário. Caberia perfeitamente em um curso de Especialização, e não em um curso superior voltado para a redação de tese de Mestrado ou de Doutorado.

Para inscrever-se na Pós-Graduação vieram vários candidatos e entrevistei alguns: uns conhecia bem, outros menos. No formulário que tínhamos de preencher havia algumas perguntas tais como a emoção do candidato, a sociabilidade; isso é difícil de ser respondido em alguns minutos. Mas, por exemplo, há o item "objetivos futuros". Muitos desses candidatos disseram que queriam se aperfeiçoar em Francês e assim se tornarem professores melhores no ensino secundário. Vou aceitar esse candidato ou não? Eu duvidei bastante: eles não queriam fazer tese. Não é todo mundo que tem vocação para o ensino superior, e o nosso novo sistema só foi feito para os candidatos a uma tese, ao ensino superior. E os outros? Acho que seria muito bom haver a possibilidade de escolher ou deixar aparecer a vocação nos candidatos, por meio de um ano de tronco comum, no qual poderíamos ver com eles, se realmente têm possibilidade de pesquisa para o ensino superior, ou se eles vão continuar se aperfeiçoando com alguns cursos de cultura geral e de aplicação para o ensino secundário.

Podemos agora retomar os dados e talvez modificar um pouco isso. É nesse ambiente de mal-estar, a que me referi há pouco, que aparece esse curso. Tenho a impressão de que, para nós, de Letras, esse curso não se aplica à realidade do nosso ensino e das nossas necessidades. Acho que não pode haver um hiato entre o ensino secundário e o superior, principalmente agora com a reforma que o Brasil está fazendo, uma reforma que visa dar maiores possibilidades aos alunos de participar da educação. Como está agora, chegando ao fim do ensino superior há uma elitização logo no início. Acho que deveria ser aberta a possibilidade a todos para ver se eles são feitos realmente para o ensino superior, se têm a possibilidade de aí continuar. Esse pessoal que começa agora o curso já está com a obrigação de escolher o tema a pesquisar porque vai ter que, tão logo no início, escolher orienta-

dores sem conhecê-los muito bem. Nossos antigos alunos já conhecem os professores, mas alguns que vieram do Interior, não. Havendo o ano comum, daria possibilidade de refletir e pensar um pouco e de escolher melhor.

Outro problema é o da carga horária; agora temos de preencher a exigência de ministrar um curso médio por horas: 1.440 para o Mestrado, 2.880 para o Doutorado. Mas não temos o hábito de aferir por este modo os nossos trabalhos no setor de Letras. Dentro desse esquema novo, um curso de Língua e Literatura Francesa — dentre aqueles todos que o aluno tem de fazer — compõe-se de doze semanas.

De outro lado, como organizar um curso de Língua e Literatura Francesa num país como o Brasil? Seria uma pretensão enorme pensar que podemos concorrer com os estudos na França, que podem ser feitos na Biblioteca Nacional, na Biblioteca da Sorbonne, na Cidade Universitária Francesa, etc. Mas, pensando no país em que estamos, um país que foi e é muito ligado à França, desde o início, há a possibilidade de se fazer muita coisa nova e original. Deve-se tentar estabelecer um tipo de pesquisa que interesse ao mesmo tempo ao Brasil e à França, seja na língua, seja na literatura. Eis algumas sugestões: o problema da Literatura comparada tradicional, as chamadas *influences*.

Não sou especialista em Literatura Brasileira, mas sei qual foi a importância da Literatura Francesa sobre o Romantismo e os movimentos ulteriores; o Brasil ainda precisa fazer o trabalho crítico de estabelecimento de texto, que já foi feito na França no século passado. É aqui que vamos nos ligar com os colegas da Universidade, ou seja, com as cadeiras de Teoria Literária, Literatura Comparada e Literatura Brasileira, e isto já estamos fazendo no curso de Francês da USP. Trouxe alguns trabalhos que foram feitos com o Prof. José Aderaldo Castello, de Literatura Brasileira, em colaboração conosco. O Instituto de Est. Bras. da USP comprou a biblioteca de Mário de Andrade e todo o acervo da casa de Mário de Andrade, importantes instrumentos para esse gênero de trabalho. Tenho aqui o trabalho da Prof.^a Maria Alice de Faria, da Universidade Federal de Santa Catarina, que é um confronto entre Álvares de Azevedo e Alfred de Musset. Essa tese representa uma honra para o nosso Departamento, pois ganhou o prêmio de crítica literária "Governador do Estado" no ano passado e vai ser publicado agora. Seria interessante ler algumas linhas do prefácio dessa professora

porque isso nos dá uma orientação: "O presente trabalho nasceu do desejo de ilustrar afirmações sobre a influência de Musset sobre Álvares de Azevedo, repetidas desde a morte do poeta. São chavões que vão se repetindo, que são escritos em literatura, mas ninguém foi ver de perto o que acontecia. Iniciada a pesquisa dentro de uma orientação tradicional em literatura comparada, através da leitura e comparação da obra dos dois poetas, do estudo das respectivas biografias, do meio em que viveram, da formação cultural e intelectual, tudo dentro da documentação existente, surgiram, e em seguida se ampliaram uma série de dificuldades. Ao invés de encontrar facilmente a decantada influência, começaram a se evidenciar diferenças, particularmente no terreno da expressão literária, dificultando sempre mais a comparação. Por outro lado, em particular, no estudo dos temperamentos, esboçaram-se aproximações, que, ao que tudo indicava, não dependiam necessariamente de influências literárias, diretas, no sentido lato que lhe dão os comparatistas tradicionais, mas da própria constituição individual dos poetas, posteriormente elas se confirmaram como inegáveis afinidades de temperamento humano-literário, sobretudo do desdobramento da personalidade, e as atitudes quase coincidentes de adolescentes em face de alguns problemas de afirmação e reação ao mundo adulto. O estudo das fontes literárias de Álvares de Azevedo, muito deficiente ainda quanto à documentação e estudos críticos, não nos dava margem para se afirmar categoricamente que essas coincidências provinham de imitações diretas de Musset. Assim, mudei a orientação anteriormente adotada e coloquei o problema não mais apenas em base de influências, mas também no de afinidades, o que veio abrir um campo mais amplo de pesquisas e também mais moderno". Outro trabalho está sendo feito no nosso curso por uma assistente, sobre José de Alencar e Chateaubriand. Justamente ela está vendo que tipo de crítica vai usar. Acho que qualquer que seja o método crítico moderno usado, por ex., as teses sociológicas bastante discutíveis, mas interessantes, de Goldmann até Roland Barthes, passando por Bachelard, pela crítica temática, tudo é válido e muito interessante.

Nosso colega, Prof. Alvaro Lorencini, aqui presente, fez um outro tipo de trabalho, que foi escolher um autor francês e dentro desse autor, uma obra. Preparou assim seu ótimo trabalho sobre *Germinal* de Zola, onde estudou "*La comparaison, la métaphore, l'image, dans le Germinal, de Zola*".

No mês que vem teremos a defesa de uma tese que vai ser uma das mais brilhantes, sobre Lautreamont, esse poeta maldito, do qual não se tem biografia nenhuma. A autora é a Professora Leila Perrone, que muita gente conhece pelos artigos que escreve para o Suplemento Literário de O Estado de São Paulo. Ela mostra que todas as tentativas de crítica aplicadas a Lautreamont, à obra de Lautreamont não deram em nada. Então, propõe uma nova leitura de Lautreamont, à luz do que se faz hoje em dia, de mais atualizado. Esse trabalho, acho, vai ter uma grande repercussão fora do Brasil também.

Agora, com sua licença, passaríamos a outra parte que seriam as nossas relações com a Lingüística, uma vez situada nossa colaboração com colegas de Literatura Brasileira e Teoria Literária. A esse propósito, estou me lembrando agora de reflexões que faziam alguns amigos meus que vieram convidados ao Brasil, o Prof. Kurt Baldinger, e mais tarde o Prof. Bernard Pottier. Eles me perguntavam sempre, por que os pesquisadores do Brasil não estudavam o português do Brasil ou as línguas dos índios do Brasil ou do Paraguai. Em nosso caso específico, poderíamos comparar o português ao francês, dentro da linha moderna da Lingüística Contrastiva. Uma Assistente da Disciplina de Língua e Literatura Francesa da USP está comparando o sistema das preposições das duas línguas. Os sistemas português e francês são uma fonte perpétua de dificuldades para os alunos: quando é que se diz, *à, de, pour, par*? Podia-se também comparar os respectivos sistemas fonéticos, o processo das derivações e outros assuntos.

Uma terceira linha de trabalhos são os estudos estilísticos, em que pouca coisa está feita. Meu colega Victor Ramos e eu, estamos com a idéia de publicar um estudo comparado de estilística do francês e do português. Algo assim no gênero da *Stylistique comparée de l'anglais et du français*.

Finalizando, quero dizer que estas idéias são as primeiras que nos ocorreram nesta fase de organização de Pós-Graduação em Francês. Só com o tempo poderemos avaliar sua exequibilidade.

INTERVENÇÕES

1. Ataliba T. de Castilho: Não acha que Especialização e Pós-Graduação poderiam coexistir, um curso complementando o outro? Por

exemplo, se o candidato à Pós-Graduação apresenta certas aptidões mas não está ainda bem amadurecido, não seria o caso de encaminhá-lo para um curso de Especialização?

R. — Exatamente, e ainda há pouco encaminhamos à administração proposta nesse sentido.

2. Zelinda T. G. Moneta: Como situa no curso de Pós-Graduação o problema da orientação metodológica e didática? Nada ouvi a esse respeito durante sua exposição.

R. — Realmente, não constou de minha exposição, mas dentre os cursos ministrados há aqueles que focalizam tais questões, como o do Prof. Fabre, por exemplo. Insistimos no problema da metodologia da pesquisa científica, não, porém, no das técnicas de ensino de uma língua estrangeira.

3. Suzana Camargo: Qual será a repercussão nos planos de pós-graduação em Francês da retirada dessa língua em nossos cursos secundários?

R. — Exigirá do candidato um preparo mais intensivo.

4. Onozor Fonseca: ao que estou informado, a tendência é a de supressão de todas as línguas estrangeiras, que passariam a ser ministradas em centros especializados, provavelmente privados.

LÍNGUA E LITERATURA LATINA E PÓS-GRADUAÇÃO

Aída Costa

Desejo, de início, agradecer o honroso convite que me fez esta Faculdade para participar da “Semana da Faculdade”, neste ano de 1971.

Congratulo-me vivamente com o seu “Departamento de Letras” pela escolha, para a sua “XIII Semana da Faculdade”, de tema tão oportuno como “A Pós-Graduação em Letras”.

Aceitei com satisfação o encargo de falar em nome da Área de Letras Clássicas da Universidade de São Paulo, apesar da onerosa tarefa docente de que aí me desincumbo, no momento, não só em atenção à gentileza do convite, como também para gozar da oportunidade deste agradável contacto com a Faculdade de Marília, que nos é tão cara, a nós da Faculdade de São Paulo, pelo que ela representa de extensão da nossa Universidade e pela amizade pessoal que nos aproxima dos colegas daqui.

Aos colegas de Marília, os meus agradecimentos. Aos ilustres colegas de outras Faculdades do Estado e de outras Universidades do País, a minha saudação cordial e a expressão da minha felicidade por encontrá-los aqui, para uma troca de idéias sobre assunto de tão grande interesse, neste instante em que as Universidades brasileiras procuram novos rumos, buscando sua plena realização em moldes próprios, informados, ao mesmo tempo, da experiência das tradicionais universidades européias e americanas e dos postulados imperativos da realidade brasileira.

Escusem-me ultrapassar os limites do tema que me foi atribuído: “Língua e Literatura Latina e Pós-Graduação”. Acontece que, por exigência do próprio “Regulamento dos Cur-

sos de Pós-Graduação” da Universidade de São Paulo, deveram as disciplinar reunir-se em áreas de concentração, o que levou a um planejamento conjunto os setores de Língua e Literatura Latina e Língua e Literatura Grega.

Desse modo, os Professores Dr. José Cavalcante de Sousa e Dr.^a Gilda Reale Starzynski, de Grego, e eu, de Latim, credenciados para ministrar cursos de Pós-Graduação, trabalhamos juntos no planejamento dos cursos da Área de Concentração e de Domínio Conexo, segundo critérios comuns, de acordo com expectativas comuns.

Era indispensável que assim o fosse. Se o candidato à Pós-Graduação em determinada área de concentração pode fazer, livremente, opções, dentro dela, era não só necessário que, em sua planificação, estabelecêssemos um denominador comum, que chegássemos a uma orientação única, como também é natural que, à realização dos cursos, presidam critérios semelhantes e direções paralelas.

Dáí por que me propus dar-lhes ciência da organização dos cursos da *Área de Concentração de Letras Clássicas*, com a devida vênia dos senhores Professores de Grego, e não apenas, dos cursos relativos ao campo específico de Língua e Literatura Latina.

Penso, aliás, poder, dessa maneira, não só apresentar-lhes uma visão mais exata do planejamento da Pós-Graduação em Língua e Literatura Latina, particularmente, mas ainda propiciar-lhes imagem mais completa dos trabalhos e do funcionamento dos cursos, que começaram a ser ministrados a primeiro de agosto deste ano.

* * *

A “Comissão de Pós-Graduação” da “Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas” aprovou e a “Coordenação Central de Pós-Graduação” da Universidade de São Paulo autorizou o funcionamento dos seguintes cursos de pós-graduação em Letras Clássicas:

Área de concentração

A *Área de concentração de pós-graduação em Letras Clássicas* ofereceu, para os seus dois primeiros semestres de funcionamento, as seguintes disciplinas:

1 — “A problemática dos Cantos IV e VI da *Eneida*”, a cargo da Prof.^a Dr.^a Aída Costa.

2 — “Originalidade da tragédia de Sêneca”, a cargo da Prof.^a Dr.^a Aída Costa.

3 — “Hesíodo e a poesia didática na Grécia arcaica”, a cargo da Prof.^a Dr.^a Gilda Reale Starzynski.

4 — “Elaboração do conceito da “psyqué”, no *De anima* de Aristóteles”, a cargo do Prof. Dr. José Cavalcante de Sousa.

Área de domínio conexo

A *Área de domínio conexo* oferece, dentro do plano aprovado, à opção dos candidatos à Pós-graduação em Letras Clássicas, as disciplinas seguintes:

1 — “Análise literária geral. Os fundamentos da análise literária”, a cargo do Prof. Dr. Antônio Cândido de Melo e Sousa.

2 — “Literatura e Estética: O pensamento estético e o pensamento crítico na Itália: Momentos essenciais”, a cargo do Prof. Dr. Alfredo Bosi.

3 — “Teoria dos gêneros narrativos: O foco narrativo”, a cargo do Prof. Dr. Antônio Cândido de Melo e Sousa.

4 — “Teoria da poesia: Invenção, Poética, Crítica da realidade”, a cargo do Prof. Dr. Alexandre Costa Barbosa.

5 — “A doutrina do belo no *Fedro* de Platão”, a cargo do Prof. Dr. José Cavalcante de Sousa.

6 — “Sociedade, Personalidade e Cultura”, a cargo do Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrade Coelho.

7 — “Problemas da personalidade através da literatura”, a cargo do Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrade Coelho.

8 — “Camões épico”, a cargo do Prof. Dr. Segismundo Spina.

9 — “A figura humana na *Divina Comédia*”, a cargo da Prof.^a Dr.^a Francesca Cavalli.

10 — “Edótica”, a cargo do Prof. Dr. Segismundo Spina.

I — *Área de concentração* — Têm os cursos da “Área de concentração”, cada um, a duração de um semestre escolar, isto é, de 12 semanas.

Sua carga horária semanal é de 6 horas de trabalho, assim distribuídas:

2 horas de aula expositiva.

2 horas de seminário.

2 horas de colóquio.

Poderia parecer, à primeira vista, que os cursos da “Área de Concentração” da pós-graduação em Letras Clássicas por nós oferecidos, para os dois primeiros semestres letivos, não se apresentam como uma unidade.

Teria, talvez, essa objeção razão de ser, se se considerassem os cursos em questão de acordo com rigoroso critério temático e de especialização. Outra, contudo, é, ao que nos parece, a norma conveniente, em se tratando da cultura greco-latina.

Do ponto de vista temático, cabe lembrar, por exemplo, que o estudo da Epopéia e da Tragédia, no campo do Latim, da Poesia Didática e da Filosofia, no campo do Grego, têm subjacente uma área comum, da pesquisa filológica, da Antropologia, da História, da Religião, da Mitologia, da Lingüística, nos diversos ângulos de abordagem dos textos em questão, abordagem, que se fará, no caso do Latim, pelo menos, com mais ênfase, principalmente segundo critérios propriamente literários, da estética clássica e moderna.

É claro que mais sensível se apresentaria a unidade temática se os nossos cursos gravitassem em torno de um mesmo gênero literário — usamos, aqui, a expressão “gênero literário” segundo a concepção clássica antiga — e o estudássemos nas suas manifestações gregas e latinas.

Acontece, todavia, que como responsáveis pelo ensino do Grego e do Latim da Faculdade de São Paulo, não poderíamos deixar de considerar também o caráter supletivo que convém imprimir aos cursos de pós-graduação.

Efetivamente, as literaturas latina e grega, pela sua dimensão e complexidade, não podem ser estudadas, em sua

totalidade, nas duas aulas semanais que lhes são reservadas durante os três ou quatro anos do curso de graduação. O critério por nós adotado é o dos cursos monográficos que, a par de uma visão panorâmica que permite um rápido contacto com os autores e os textos mais representativos de cada época, pretende estudar, com a profundidade possível, um gênero literário, autor ou obras representativas de certo momento literário, em cada ano do curso de graduação.

Abandonando o velho esquema do mero estudo da história da literatura, os nossos cursos monográficos de graduação visam, sobretudo, a dar método de trabalho, de análise de texto, de crítica literária, das grandes obras literárias gregas e latinas. Não ambicionam — nem poderiam fazê-lo, de modo algum — cobrir todos os campos da Literatura Latina ou Grega.

Embora não tenham também os cursos de pós-graduação a veleidade dessa cobertura total, objetivam, entretanto, estender os conhecimentos dos pós-graduados a áreas ainda não exploradas ou pouco pesquisadas, se não completando, pelo menos, subsidiando, o estudo universitário das literaturas grega e latina.

No que se refere à especialização, não pode causar estranheza que estudos gregos e latinos, não só se reúnam em uma mesma área de concentração, como ainda que se ajustem num plano unitário, do ponto de vista do pensamento e da cultura, que, na perspectiva do humanismo clássico, é realidade indiscutível.

Helenistas e latinistas trabalham em dois campos especializados, mas não propriamente distintos, campos não só limítrofes mas também complementares dentro da cultura greco-latina. Como entender-se a literatura latina se não a partir do pensamento criador grego? Como completar-se o estudo da literatura grega se não na sua assimilação e adaptação pelo espírito romano?

Cumpra ainda justificar que tenha nossa preocupação recaído em estudos de literatura e não de língua. É que, nos quatro anos do curso de graduação, os candidatos aos diplomas de Latim e Grego costumam adquirir conhecimentos lingüísticos, que, se não são exaustivos, são, pelo menos, suficientes para o tratamento intelectual do texto e o eventual prosseguimento, sem dependência da orientação de um professor, do

estudo da gramática histórica, da lingüística clássica, da métrica, da estilística.

Além disso, o estudo crítico literário dos textos nos cursos de pós-graduação, como, aliás, nos de graduação, por força da necessária discussão estilística, exige embasamento lingüístico, semântico, sintático e até morfológico, que complementa e aprofunda os conhecimentos de língua antes adquiridos pelo graduado.

II — *Área de domínio conexo*

Os cursos da “Área de domínio conexo” foram selecionados dentre os cursos oferecidos pelas demais áreas de concentração da “Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas”.

O critério que presidiu à nossa escolha foi o de subsídio e complementação, quer no setor metodológico, quer no setor informativo, envolvendo vários Departamentos da Faculdade.

Nessa linha, estão os cursos de Teoria literária, de Sociologia, de Filosofia, de Línguas modernas.

Se nossa escolha deveu recair — como não podia deixar de ser — sobre cursos de pós-graduação oferecidos por outras áreas de concentração, a “Área de domínio conexo” por nós proposta, não se apresenta necessariamente como composição ideal. Realmente, ela não satisfaz plenamente as nossas necessidades de complementação e extensão programática. Nem por isso, todavia, as disciplinas indicadas deixam de ser, não só oportunas, como também de grande validade para os cursos da nossa área de concentração, por seu caráter auxiliar e complementar.

Estão os candidatos à pós-graduação, aliás, obrigados a apenas dois desses cursos da área de domínio conexo, o que exclui, na prática, uma composição “ideal”.

A opção deve ser orientada pelo professor responsável. Nem sempre, contudo, poderemos usar plenamente desse direito, neste momento em que damos início aos cursos de pós-graduação pelo novo regime. São os nossos alunos professores militantes no magistério secundário e superior, com encargos profissionais de que não podemos deixar de tomar conhecimento, razão pela qual nos vemos na contingência, muitas vezes, de ceder a justas alegações de incompatibilidade de horário.

Na verdade, não nos pareceria razoável imposição, nossa, nesse domínio, que viesse impedir-lhes o trabalho profissional, tanto mais que a pós-graduação é, atualmente, exigência absoluta do magistério superior.

Considerando, aliás, essa situação de fato, é que aceitei, para o curso da área de concentração que iniciei há pouco, o número elevado de 9 candidatos.

III — *Planejamento da pesquisa: temas de mestrado e doutorado*

Alterando a ordem dos itens que nos foram propostos na elaboração do presente relatório, de propósito, procuramos explicar e justificar a organização dos nossos cursos antes de expor os nossos desígnios referentes ao planejamento da pesquisa, à escolha dos temas de mestrado e doutorado, “tendo em vista um desenvolvimento programado e atendidas as condições locais”.

Em relação aos temas de mestrado, na área do Grego e do Latim, orientando-nos a preocupação de atender às necessidades brasileiras no domínio da cultura greco-latina, concentramo-nos principalmente, na carência de textos, que tanto dificulta o ensino universitário das Letras Clássicas no Brasil. Faltam-nos edições brasileiras de obras gregas e latinas. Há, atualmente, é verdade, um certo número de traduções em língua portuguesa, muito poucas, porém, de nível universitário.

Em vista dessa situação, por todos conhecida, é plano nosso, dos responsáveis pelos cursos de pós-graduação em Letras Clássicas, sugerir aos candidatos, por nós orientados, como matéria da dissertação de mestrado, tradução comentada e anotada, precedida de estudo histórico-crítico de obra escolhida pelo candidato sob nossa orientação.

É plano que se propõe, o Prof. Cavalcante, que está ministrando, este semestre, o curso de pós-graduação em Grego.

Foi o plano por mim proposto aos meus atuais alunos de pós-graduação, a cada um dos quais caberá a tarefa de traduzir, comentar e anotar uma tragédia de Sêneca, trabalho que será precedido de estudo histórico-crítico da peça em questão. Posto em execução o referido plano, teremos, como resultado prático, dentro de dois a três anos, a tradução comentada e anotada da obra dramática completa de Sêneca o

que, espero, venha a constituir apreciável contribuição aos estudos latinos, entre nós.

No que concerne aos temas de doutorado, os cursos por nós oferecidos na área de concentração dão oportunidade à discussão da problemática de setores especiais das literaturas grega e latina, tendo em vista posições atualizadas em face das várias questões que essa problemática envolve.

A colocação crítica em relação a essa problemática tende, naturalmente, a despertar os alunos para o questionamento de certos aspectos particulares, que poderão vir a constituir-se em temas das teses de doutoramento.

Se se quer exemplificar, pode lembrar-se, como o fez o Prof. Cavalcante, ao trocar idéias comigo a propósito do assunto, que um diálogo de Platão, exige, ao lado de uma abordagem propriamente literária, uma complementação filosófica destinada a dar condições para uma devida avaliação de sua arte, reflexo de sua teoria, ou que um texto de Hesíodo, além de suscitar a lição tradicional sobre os diversos aspectos de sua arte e sua possível relação com textos modernos, reclama conhecimento de história, religião, antropologia, lingüística.

Do mesmo modo, no setor Latim, previ, para o primeiro semestre dois enfoques especiais da *Eneida*: o IV e o VI Livros.

Com o enfoque do IV Livro, pretendi, não só dar a conhecer o chamado "intermezzo" lírico da *Eneida*, com todo o seu significado humano, mas, principalmente, pôr em relevo as suas conotações históricas e culturais, assim como a criatividade de Vergílio, sua originalidade romana em face da epopéia grega, em geral, sua acuidade psicológica, em particular, e o novo significado do amor, o amor obstáculo.

Com o enfoque do VI Livro pretendi caracterizar melhor a intemporalidade da epopéia, vê-la, na sua integridade, por cima das contingências do tempo e do espaço, compreendendo-a em toda a sua extensão, abrindo, assim, ao questionamento geral ou particular dos alunos, toda uma problemática filosófica, com suas origens platônicas ou pitagóricas, com suas raízes antigas, pré-homéricas, e universais.

No curso do segundo semestre, a tragédia de Sêneca, além de todo o vasto campo de exploração literária, em geral, da arte dramática, em particular, transplantada da Grécia para Roma desde o III século antes de Cristo por Lívio Andronico,

e aí aclimatada por dramaturgos de língua latina, oferece inesgotáveis temas de discussão no que se refere ao contributo étnico-cultural do próprio autor. O fenômeno “Senequismo”, relativamente tão próximo de nós, e tão pouco conhecido de nossos estudantes, dá oportunidade a novas perspectivas de compreensão da cultura ocidental, abrindo possibilidades de pesquisas talvez ainda não previstas.

O fato de os cursos que oferecemos serem, por si mesmos, capazes de abrir novos horizontes para a investigação dos candidatos ao doutorado não significa que nós, os professores de Grego e de Latim, responsáveis pelos cursos de pós-graduação em Letras Clássicas, vamos fechar a questão em torno de temas relacionados com esses cursos. Ao contrário, estamos dispostos a não só aceitar como também a incentivar qualquer projeto de pesquisa, desde que não ultrapasse os limites de nossa área nem exceda a capacidade de trabalho dos seus proponentes. Isso, porque há um princípio que é de toda a conveniência adotar, o de atender a preferências pessoais e aproveitar experiências individuais, desde que sejam efetivamente válidas.

Chegamos, afinal, ao ponto crucial, do formulário que os colegas de Marília nos apresentaram: as fontes de informação bibliográfica.

Em relação ao Grego a situação da sua biblioteca especializada é excepcionalmente boa em confronto com a do Latim, o mais pobre dos “primos pobres”, que somos os dos Departamentos de Letras da Universidade.

Se não fossem as nossas bibliotecas particulares, evidentemente que não teríamos condições de trabalhar como professores universitários.

O estudante enfrenta uma penúria de livros verdadeiramente calamitosa. Faltam textos básicos em número suficiente. Faltam fontes de informação bibliográfica acessíveis a todos os alunos.

A primeira proposta de trabalho que fiz ao iniciar o curso de pós-graduação, em agosto último, foi o de um levantamento bibliográfico dentro da nossa área de trabalho, abrangendo o Estado de um modo mais amplo, não só a cidade de São Paulo. Como a metade dos alunos de pós-graduação em Latim é de outras cidades, haverá a possibilidade de, pelo menos, sabermos que encontrar e onde encontrar, se não em todo o Estado de São Paulo, pelo menos em algumas de suas cidades.

Esse levantamento bibliográfico parcial deverá ser confrontado com um levantamento bibliográfico total.

A importação de livros, que é inevitável e que se está fazendo, agora, inicialmente, em relação aos textos básicos, deverá estender-se às obras de informação, em geral, à venda em outros países, relativos aos cursos ministrados, aos temas da dissertação do mestrado, primeiro, da tese de doutorado, depois.

Suponho ter respondido dentro das minhas possibilidades, aos quesitos que me foram apresentados.

Agradeço mais uma vez o honroso convite dos colegas de Marília, e a oportunidade que me proporcionaram de conversar com eles e com os demais colegas aqui vindos para este encontro, sobre o tão palpitante assunto da pós-graduação em nossas universidades.

INTERVENÇÕES

(NOTA DA REVISTA: em virtude de falha técnica no gravador, deixaram de constar as respostas dadas pela Profa. Dra. Aida Costa. Ainda assim se transcrevem as perguntas, dado seu interesse).

1. Salvatore D'Onofrio: manifesta sua apreensão pelos cursos de Pós-Graduação em línguas clássicas, dado o baixo nível dos atuais cursos de graduação nessas línguas.

2. Mauro Quintino de Almeida: indaga sobre a publicação dos textos preparados durante os cursos e sobre se há algum controle dos temas em desenvolvimento pelos pós-graduandos.

3. Cidmar T. Pais: dado o interesse da Lingüística pela tipologia das línguas, indaga se há algum projeto de apresentar na área da Pós-Graduação em Língua Latina cursos sobre a estrutura funcional dessa língua.

4. Ângela Vaz Leão: indaga sobre a quantidade de alunos que procuram Língua Latina como curso de concentração, e quantos o fazem como curso do domínio conexo. E visto que ambos os interesses podem estar representados numa mesma classe, pergunta sobre como se poderia contornar as dificuldades surgidas de um ambiente não heterogêneo. Com respeito à indagação do Prof. Mauro Quintino de Almeida, informa que o registro de temas de pesquisa é obrigatório na Universidade Federal de Minas Gerais, dele encarregando-se o respectivo Conselho de Pesquisa. Informa que os materiais ali guardados estão à disposição de um organismo como o Conselho Nacional de Pesquisas, para os fins de ordenação e informação.

A PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA NO MUSEU NACIONAL (*)

Aryon Dall'Igna Rodrigues

O programa que temos na Universidade Federal do Rio de Janeiro funcionando no Museu Nacional não é o primeiro programa de pós-graduação em Lingüística organizado no país. Ele foi antecedido pelo programa que funcionou entre 1963 e 1965 na Universidade de Brasília e do qual chegaram a resultar neste curto lapso de tempo três mestrados. O programa sobre o qual fui convidado a falar nesta oportunidade, organizou-se justamente, ou pelo menos entre outras coisas, para procurar preencher a lacuna que estava sendo deixada pelo esvaziamento do programa de Brasília. Com a crise por que passou a Universidade de Brasília, especialmente no fim do ano de 1965, com a retirada de praticamente todo o corpo docente que até então se encontrava na Universidade, os programas de pós-graduação lá se desfizeram quase todos, e isto aconteceu com o de Lingüística. Nenhum membro do corpo docente continuou na Universidade, e praticamente nenhum aluno de pós-graduação continuou também. De modo que ficou uma preocupação entre os lingüistas que estavam vinculados a esse programa de Brasília, de encontrar uma oportunidade de dar continuidade à experiência iniciada. Essa oportunidade foi achada quando a então Divisão, hoje Departamento de Antropologia do Museu Nacional, convidou o principal responsável pelo programa anterior, para planejar um programa análogo no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e especificamente no Museu Nacional, que é uma unidade dessa universidade. Esse programa foi planejado nos anos de 1966-67 e deu início às suas atividades docentes em

(*) Texto retirado das fitas de gravação, sem revisão do Autor.

março de 1968 sob o nome de "Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Rio de Janeiro". Hoje está com outro nome, "*Programa Unificado de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*". A introdução do termo "Unificado" se deve ao fato de que agora o programa reúne as atividades do Museu Nacional com as atividades específicas de Lingüística da Faculdade de Letras da mesma Universidade. Hoje o programa tem uma base nessas duas unidades da UFRJ. Para dar-lhes uma idéia das motivações e da natureza do programa, vou permitir-me ler-lhes uma parte de uma exposição feita para outra ocasião, mas que, parece-me, vem bem a propósito para atender a solicitação que me foi feita, de trazer uma informação acerca do Programa Unificado da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em artigo publicado há alguns anos, procuramos enumerar algumas das principais tarefas que se oferecem aos especialistas em Lingüística no Brasil. Essas tarefas foram apresentadas a partir de uma distinção básica entre Lingüística Pura e Lingüística Aplicada. As tarefas de Lingüística Pura, de ordem estritamente científica, podem ser englobadas nas três classes seguintes:

1.º) documentação e análise descritiva e interpretativa das línguas faladas no Brasil, incluindo as diversas variedades da língua portuguesa;

2.º) levantamento, descrição e interpretação das situações de contato de língua, situações de bilingüismo, de aquisição de uma segunda língua, inclusive as situações de contato de variedades da língua portuguesa;

3.º) classificação e estabelecimento da história das línguas e de suas variedades, inclusive em função de seus contatos e mútuas influências.

As tarefas da classe 2 pressupõem em parte, a realização das da 1.ª classe, e as da 3.ª dependem grandemente, daquelas duas anteriores. As três classes implicam na concepção de modelos teóricos e na elaboração de métodos, sempre que se apresentem situações peculiares.

No âmbito da Lingüística Aplicada, isto é, da aplicação dos conhecimentos resultantes da investigação pura à resolução de problemas de ordem prática, uma grande série de tarefas pode ser mencionada, a qual é, em princípio, uma série aberta, em que incluem contribuições potenciais a problemas

de ensino de línguas, de alfabetização, de elaboração ou reformulação de sistema de escrita, de tradução, de desenvolvimento de terminologias técnicas, de documentação, de comunicações, de logopedia, etc. Todas as três ordens de tarefas puramente científicas constituem, em princípio, alvos visados por um programa que se destina basicamente à formação de professores pesquisadores de lingüística. A principal e mais decisiva contribuição de um programa assim para o tratamento dos problemas de ordem prática está na formação de pessoal bem informado e bem treinado na Lingüística como tal e na condução de pesquisas básicas. Entretanto, há certos problemas de ordem institucional, no Brasil, que têm de ser tomados em consideração no estabelecimento dos objetivos de um programa de Lingüística. De um lado, está o fato de disposições legais terem tornado obrigatório o ensino de lingüística em todos os cursos de formação de professores de língua (portuguesa e estrangeiras) para o ensino médio, no momento, 1962, em que o país já contava com cerca de 90 desses cursos nas faculdades de filosofia e/ou letras, mas não contava senão com raríssimas pessoas capacitadas a ensinar Lingüística. Desde então, o número de cursos ou faculdades subiu para cerca de 140, enquanto que o aumento de professores capacitados foi mínimo. Assim, há no país uma necessidade de muito mais de 100 professores de Lingüística para posições que, à falta de pessoal capacitado, são ocupadas improvisadamente com grave prejuízo para os objetivos visados pela medida legal de 1962, que teve em vista, antes de tudo, a introdução de um componente essencial para atingir uma melhor formação de professores de língua. De outro lado está a flagrante deficiência do ensino institucionalizado da língua materna e das línguas estrangeiras nas escolas oficiais e privadas, deficiência para a qual contribuem muitas causas, inclusive de natureza sócio-econômica, mas que se deve também à quase completa falta de informação técnica lingüística na fixação dos objetivos, na programação e na execução do ensino. Problemas dessa natureza e extensão não podem deixar de ser tidos em conta por nenhum programa de formação de lingüistas no Brasil. Diante disso, o Programa Unificado de Pós-Graduação em Lingüística propõe-se os seguintes objetivos: formar lingüistas, pesquisadores e potencialmente professores de Lingüística; promover a pesquisa lingüística básica; tornar acessíveis os resultados da pesquisa básica relevantes para o ensino do Português e das línguas estrangeiras; contribuir para o treinamento avançado dos professores de língua portuguesa e de

línguas estrangeiras. Para a satisfação desses objetivos, o mais adequado dentro da nova sistemática da Universidade brasileira é um programa de ensino pós-graduado e pesquisa que opere em dois níveis de especialização, o de mestrado e o de doutorado. Um programa dessa natureza tem como tarefas específicas o ensino teórico e prático, a condução de pesquisas dirigidas vinculadas à elaboração de dissertações e teses, e a realização de pesquisas básicas. O ensino deve ser ministrado em aulas expositivas e em seminários, em aulas práticas e em treinamento de campo e eventualmente em cursos de leituras e conferências. As pesquisas vinculadas a dissertações e teses serão realizadas essencialmente pelos estudantes que hajam adiantado suficientemente o seu programa de cursos de forma a poderem operar com os conceitos, técnicas e métodos necessários para investigarem temas lingüísticos. Tal investigação será conduzida sob a orientação de um dos professores do programa, competente para a respectiva área. As pesquisas ligadas a dissertações de mestrado serão de âmbito mais modesto e serão, em regra, mais dependentes da orientação do professor, devendo a dissertação resultante servir, antes de tudo, de demonstração do domínio, por parte do seu autor, dos conceitos, técnicas e métodos básicos da área escolhida, assim como de sua capacidade de aplicá-los numa investigação determinada e de expor adequadamente os resultados obtidos. As pesquisas ao nível de doutorado deverão demonstrar sobretudo a capacidade de realizar com maior independência pesquisa original de particular relevância na respectiva área. As pesquisas básicas serão programadas e executadas pelos membros do corpo docente do programa, como atividade complementar de suas tarefas docentes.

As atividades de ensino preparam os alunos para o empreendimento de pesquisas. A condução da pesquisa e a elaboração da dissertação levam-nos a firmar, integrar e completar os conhecimentos adquiridos nos cursos. Assim em regra, um candidato só estará apto a assumir sua própria pesquisa depois de acumular um certo número de créditos em cursos de instrução. Poderá, entretanto, antes disso participar de tarefas ligadas a pesquisas realizadas pelo corpo docente, o que lhe dará treinamento paralelo ao dos cursos. Disso poderá frequentemente resultar a conveniência de atribuir a um aluno a investigação de um detalhe significativo de um projeto maior, como seu próprio projeto vinculado à dissertação ou tese. Por outro lado, a prática e os resultados

não só das pesquisas básicas mas também das realizadas pelos doutorandos ou mesmo por candidatos ao grau de mestre fornecerão novos conhecimentos que, segundo sua natureza e significação, serão incorporados aos cursos e contribuirão para a formação de novos estudantes. O treinamento a ser proporcionado pelo Programa compreende uma faixa de conhecimentos lingüísticos básicos, e outras de conhecimentos mais avançados e diferenciados. Na primeira incluem-se os conceitos, técnicas e métodos fundamentais da Lingüística, sem os quais não se pode capacitar ninguém a raciocinar cientificamente sobre problemas lingüísticos. Aí se incluem, também, obviamente, atividades destinadas a desfazer concepções preconcebidas acerca da linguagem e a desenvolver atitudes objetivas e lógicas indispensáveis para a formação do espírito científico. Na segunda faixa, necessariamente mais ampla, na verdade, em princípio ilimitada, incluem-se os conhecimentos mais especializados dos diversos campos em que se subdivide o conhecimento lingüístico, tratados em diversos graus de detalhe e de aprofundamento.

Entre as disciplinas da faixa básica, estão necessariamente uma introdução sistemática aos conceitos e métodos fundamentais da lingüística sincrônica, a fonética articulatória acústica, a análise fonológica, a análise morfológica e os elementos básicos dos estudos da sintaxe, a história das principais correntes de pensamento lingüístico. Na faixa mais avançada incluem-se necessariamente cursos nas áreas de teoria fonológica, teoria gramatical, semântica, lingüística diacrônica, treinamento para o trabalho de campo descritivo, dialetologia, estruturas de línguas particulares, lingüística aplicada ao ensino do português e lingüística aplicada ao ensino de línguas estrangeiras. O programa prevê proporcionar especialização nos graus de mestrado e de doutorado. Até o momento se limitou conscientemente a admitir candidatos ao grau de mestre, visto que só poderá operar eficientemente ao nível de doutorado quando tiver atingido maior amplitude e estabilidade em seu corpo docente. Não obstante isso, desde meados de 1970, foi decidido aceitar poucas inscrições para doutorado, de candidatos muito bem qualificados, mas que, por circunstâncias de sua vida privada e/ou profissional não podem aceitar um período de estudos no exterior para o mesmo fim. Presentemente, atendendo basicamente a candidatos ao grau de mestre, o Programa trata de manter uma oferta de pelo menos 8 cursos por semestre, dos quais cerca de 90%

da faixa básica e os outros mais avançados. A oferta destes últimos, entretanto, tem estado em parte condicionada às áreas de competência dos professores disponíveis, ao mesmo tempo em que tem exigido de certos professores uma sobrecarga que não pode ser mantida sob pena de limitarem suas atividades de pesquisa.

Para que possa passar a promover o doutoramento, necessita o Programa de expandir a sua oferta de cursos e, ao mesmo tempo, terá de assegurar que essa oferta se torne o menos possível circunstancial. De 1972 a 1974, quando se espera conseguir razoável estabilidade do corpo docente, dever-se-á aumentar a oferta de duas disciplinas por ano.

O Programa Unificado de Pós-Graduação em Linguística tem de objetivar autonomia quanto às suas metas, visto que presentemente não há outros programas a recorrer (este documento é um pouco anterior ao dia de hoje) ou a que possam recorrer seus alunos para complementar o treinamento nele ministrado, exceto em casos muito especiais, como por exemplo: quanto a noções matemáticas, a princípios de lógica, ou a técnicas computacionais. Enquanto o Programa tiver de impor-se grandes restrições na admissão de candidatos ao doutoramento, é desejável e necessário que continue tendo a sua tarefa complementada por universidades estrangeiras, que possam receber jovens já portadores do grau de mestre para programa de doutorado, e mesmo depois desse período será desejável encaminhar ou para programa completo de doutorado, ou para um período mais curto de estudo, estudantes que possam beneficiar-se de orientação e cursos que o Programa Unificado não possa oferecer.

Também estágios de membros do corpo docente em universidades ou institutos de pesquisa estrangeiros serão desejáveis. Em princípio, quaisquer universidades estrangeiras que disponham na ocasião de bons departamentos de Linguística, de bons programas de doutoramento ou de excelentes condições de trabalho, serão elegíveis. No caso peculiar de Linguística, a maior oferta de possibilidade está nos Estados Unidos da América do Norte (University of Texas, Indiana University, University of California at Los Angeles, University of Washington, University of New York at Buffalo, University of Michigan, University of Chicago, Massachusetts Institute of Technology, etc.). Mas também o Canadá, por exemplo, University of Ottawa, Montreal, a Inglaterra, a Alema-

nha, a França, a Suécia, etc., podem oferecer excelentes oportunidades de treinamento conforme as áreas ou especialidades almejadas. Tanto o treinamento dado no Programa Unificado de Pós-Graduação em Lingüística como o que recebem os bolsitas no exterior, sendo dirigidos basicamente para a formação de pesquisadores independentes em Lingüística, contribuem essencialmente para a realização das pesquisas mais urgentes no país que são as de documentação, análise e interpretação das línguas e variantes lingüísticas faladas no país, do que dependem fundamentalmente o equacionamento e a solução dos problemas de comunicação e ensino mais importantes. Está aí este documento feito para certos fins programáticos de desenvolvimento do Programa e não para esta ocasião. Evidentemente qualquer referência aqui à situação fora do programa está mudando dia a dia, e esta reunião é um dos sinais disto. Forçosamente grande parte das universidades está se compenetrando da necessidade de levar adiante atividades pós-graduadas na área da Lingüística, e assim é que há no momento vários programas montados e lutando pela sua institucionalização, mormente diante das normas federais que, segundo fui informado, já foram discutidas amplamente aqui e que, se por um lado têm a virtude de terem trazido vários princípios de seriedade para a organização deste novo ciclo de estudos universitários, que é o pós-graduado aqui no Brasil, de outra parte têm imposto certos óbices muito sérios para o desenvolvimento de qualquer programa não só na área específica da Lingüística nem na mais genérica das Letras, mas em geral. Creio que todos os que estão se defrontando com o problema de equacionar as situações práticas de cada universidade com as normas federais, estão tendo de lutar com esses aspectos. Para completar a idéia de que estamos fazendo no Programa Unificado de Pós-Graduação em Lingüística, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, convirá que eu lhes apresente alguns dados esquemáticos sobre os nossos cursos. Vou escrever no quadro rapidamente o elenco de cursos que estamos praticando, no momento e que vou dispor segundo diferentes modalidades. Nós estamos oferecendo essencialmente mestrado em Lingüística. Estamos permitindo aos alunos optar por diversas modalidades: uma modalidade é o mestrado com ênfase em Lingüística Descritiva; outra com ênfase em Lingüística Aplicada ao Português; outra, Lingüística Aplicada ao Francês, Lingüística Aplicada ao Inglês e, outra, Lingüística Aplicada a Línguas Indígenas.

Cursos de Lingüística da Universidade Federal do Rio de Janeiro

I) Modalidade: Lingüística Descritiva

Curso Propedêutico: Introdução à Lingüística

Preparação Específica: Fonética
Fonologia I
Fonologia II
Modelos de Análise Sintática ou
Morfológica e Sintaxe
Sintaxe Transformacional
Semântica
Trabalho de Campo
Análise do Português

Preparação Complementar: Sociolingüística
Estrutura do Francês/Inglês
Análise do Português II
Lingüística Indígena

II) Modalidade: Lingüística Aplicada ao Português

Curso Propedêutico: Introdução à Lingüística

Preparação Teórica: Fonética
Fonologia I, II
Modelos de Análise ou Morfologia
e Sintaxe
Sintaxe Transformacional

Preparação Específica: Análise do Português I, II
Lingüística Aplicada ao Ensino do
Português

Preparação Complementar: Lingüística Histórica
Lingüística Comparativa
Sociolingüística
Contatos Lingüísticos
Semântica

III) Modalidade: Lingüística Aplicada: Inglês

Curso Propedêutico: Introdução à Lingüística

Preparação Teórica: Fonética
Fonologia I, II
Modelos de Análise ou Morfologia
e Sintaxe
Sintaxe Transformacional

Preparação Específica: Análise do Português I
Estrutura do Inglês
Lingüística Aplicada ao Ensino do Inglês

Preparação Complementar: Semântica
Análise do Português II
Morfologia e Sintaxe ou Modelos de Análise

IV e V) Modalidade: Lingüística Aplicada: Francês

Lingüística Aplicada: Inglês

Este é um esquema que, tal como os esquemas anteriores dos quais este veio a surgir, tem caráter para nós eminentemente experimental. Estamos enfrentando uma tarefa nova, e temos de estar cômicos de que todo o trabalho que se vai realizando neste âmbito tem de ser tido como uma experiência a ser revista a cada momento. Implicitamente lhes dei a modalidade de Francês, e apenas estou poupando-os da modalidade indígena e da modalidade histórica. Temos uma modalidade histórica que se contrapõe mais nitidamente à descritiva, quer dizer, tem os mesmos componentes de preparação teórica, de fonética, de fonologia I, fonologia II, modelos de análise ou morfologia e sintaxe. O aluno fazendo uma, satisfaz o requisito, não precisa fazer o outro. A histórica como preparação específica inclui a Lingüística Histórica, a Lingüística Comparativa e os Contatos Lingüísticos; e como preparação complementar, Estruturas do Francês ou do Inglês ou do Português e Semântica. Este elenco de disciplinas se encaixa num modelo de programa que é, nos seus traços gerais, aquele modelo ditado pelo Conselho Federal de Educação e que é praticamente o modelo mais freqüente nas universidades norte-americanas. Nós estamos realizando esse modelo com um requisito mínimo para cada estudante de 30 créditos para o mestrado. Nos casos de doutorado, são 60 créditos. E desses 30 créditos do mestrado, 24 pelo menos devem ser obtidos em cursos. Evidentemente, aí nós solicitamos ao candidato que vá além disto, mas o requisito mínimo é de 24 créditos em cursos e até 6 créditos podem ser computados pelo trabalho na dissertação. A experiência que estamos tendo nestes 3 anos de trabalho (agora já vamos para 3 e meio), tem mostrado que certos mínimos que desde o início tínhamos definido, são utópicos, na situação real que temos. Por exemplo: pre-

víamos que o tempo mínimo (e isso está nas previsões de quase todos os programas) para o mestrado seria de um ano, mas na prática, nenhum candidato consegue fazer em um ano, mesmo se a gente se restringisse (como estávamos restringindo até há pouco) a exigir, a ficar no mínimo de 24 créditos, isto é, 8 cursos de 3 créditos, 8 cursos de 3 horas de aulas semanais e mais a carga correspondente a outras 6 horas extraclasse, por semestre. Agora estamos com uma exigência que de jeito nenhum é atendida em 2 semestres. Temos o limite de carga que só pode ser quebrado em casos excepcionais, isto é, quando com conhecimento do candidato, pode-se avaliar que ele vai dar conta de mais do que isso, nós temos o limite máximo de inscrição por semestre em 12 créditos, isto é, 4 cursos de 3 créditos. Em princípio não permitimos que um aluno se sobrecarregue mais do que isto. E por outro lado, para ser aluno regular é necessário estar inscrito em pelo menos 6 créditos (para manter o "status" de aluno regular). Então entre 6 créditos e 12 créditos é a carga de cada aluno regular durante o semestre. Um problema que conviria comentar e que pode ser de interesse de todos, é o do curso propedêutico. É uma necessidade que se sente em nosso ambiente pela deficiência dos conhecimentos específicos de nível subgraduado que trazem os estudantes. Na realidade, um programa de pós-graduação em Lingüística, não deveria oferecer um curso de Introdução à Lingüística e nem provavelmente certos outros cursos de natureza elementar dentro do âmbito específico da Lingüística, por exemplo um curso de fonética articulatória em que se explicam os primeiros elementos de fonética articulatória — funcionamento do aparelho fonador, etc. Isto idealmente deveria ter sido aprendido no nível subgraduado, no que chamamos "curso de formação", de licenciatura. Entretanto, a maior parte das instituições brasileiras que oferecem cursos de Letras (e portanto a disciplina de lingüística no nível subgraduado), oferecem essa disciplina de maneira improvisada, aquela improvisação decorrente do grande número de faculdades que teve que dar Lingüística num momento em que não havia quem desse. Essa situação vai persistir durante muito tempo ainda, e as instituições que superarem essa situação serão uma minoria durante muito tempo, dentro das 140 ou 150 instituições que temos hoje.

Estatisticamente o problema se agrava, até que os cursos de pós-graduação possam fornecer a esse mercado de trabalho

enorme que está se criando pessoal adequadamente habilitado. Mas enquanto isso não se dá, o pessoal que concorre à pós-graduação tem formação muito heterogênea e predominantemente deficiente. Então é necessário, dentro dos próprios cursos de pós-graduação, fornecer o que devia ter sido dado antes. A questão que se põe é esta: fornecer isto com crédito ou sem crédito graduado? Nós, no nosso programa, do ano que vem em diante, não daremos mais crédito para cursos de introdução. Resolvemos deixar a introdução como uma complementação do curso de formação. Então, se o candidato vem com boa formação da universidade de onde saiu não precisa de introdução. Se não, ele faz a introdução e faz menos cursos de créditos, naquele primeiro semestre, para depois então entrosar-se. Talvez a nossa medida para o ano que vem, de não atribuir crédito ao curso propedêutico seja ainda muito tímida. Lembro a situação por exemplo do Canadá: a Universidade de Ottawa está oferecendo pós-graduação em Lingüística desde há uns poucos anos e também (porque lá também não havia cursos de Lingüística no nível subgraduado, ou em grande parte das universidades não havia) sentiu a necessidade de estabelecer um curso propedêutico. Mas foram muito além do que nós poderíamos considerar razoável no momento — o curso propedêutico deles exige dos alunos 2 semestres propedêuticos ao mestrado. Só depois de passar um total de cerca de 8 cursos é que o aluno é admitido como aluno de mestrado. Eles estão procurando fazer o mestrado deles equivalentes aos de melhor nível nas universidades norte-americanas, hoje em dia. É preciso não esquecer que as universidades norte-americanas quanto à Lingüística evoluíram nos últimos 20 anos de uma situação não muito parecida com a nossa, mas com certas analogias: quando em nenhum curso subgraduado se ensinava Lingüística, o aluno ia ter o seu primeiro contato com a Lingüística quando entrava na escola graduada — no programa de pós-graduação. Então, em pós-graduação qualquer coisa de Lingüística era válida para dar crédito de pós-graduação. Hoje, grande parte das universidades oferece aos alunos do nível subgraduado a possibilidade de acumular uma boa carga de créditos em Lingüística especificamente, e os departamentos graduados passaram a ser muito mais exigentes. Só selecionam os candidatos dentre os que já vêm com boa bagagem de Lingüística e começam em nível muito mais alto. O esforço do Canadá é de procurar desde logo oferecer mestrado equivalente ao norte-americano, o que permite o intercâmbio de alunos.

Creio que nós temos que caminhar para algo parecido, se quisermos também um mestrado, e doutoramento em seguida, em termos compatíveis com os padrões atingidos na área específica de Linguística nas universidades estrangeiras onde melhor se pratica a Linguística. Evidentemente não podemos começar querendo estar no melhor padrão internacional, mas evidentemente devemos perseguir esse padrão. Permitam-me ainda comentar mais alguma coisa das experiências que temos tido, com respeito aos alunos. Não é só num programa de pós-graduação como o nosso que se nota a falta de conhecimentos prévios em Linguística por parte dos alunos que acorrem a inscrever-se, pois observa-se a falta de uma preparação mais genérica. Em geral o aluno egresso da maior parte das Faculdades de Filosofia e/ou Letras ressentem-se da falta de disciplina intelectual, não sabe estudar, não sabe explorar a bibliografia, não sabe utilizar os instrumentos mais gerais de trabalho intelectual. Evidentemente não estou me referindo nem a alunos específicos de faculdade A, nem da faculdade B, mas nesse mar de faculdades que há no Brasil, predomina esse tipo de situação, e quando a gente recebe o pessoal que quer fazer pós-graduação (e freqüentemente são alunos que têm uma curiosidade intelectual mais desenvolvida que os leva a ir adiante), mesmo candidatos que têm tudo para ser brilhantes, têm deficiências nisso, que são deficiências dos cursos prévios por onde passaram. Temos observado que desde a escola secundária até a licenciatura, não há normalmente uma fase onde alguém ensine a estudar, onde alguém ensine a pensar, salvo raras exceções. Isto faz uma diferença enorme. Nós, por exemplo, que estamos compelidos no nosso programa especificamente a trabalhar com uma participação bastante grande de colegas estrangeiros, professores norte-americanos, britânicos ou outros, vemos o choque que se dá entre as expectativas de professores acostumados a outros ambientes universitários, e os alunos. O Professor espera muito mais independência de estudo de parte dos nossos alunos e eles lhes parecem completamente perdidos, desinteressados ou preguiçosos, quando não é o caso. É que simplesmente o professor espera que fazendo uma referência a algo, o aluno vá perseguir essa referência, e o nosso aluno não está preparado para isto. Ele anota a referência e guarda bem no seu caderno. Esse é o sistema brasileiro geral. Isto também produz um "handicap" negativo bastante grande para um programa de pós-graduação poder partir de e manter-se num nível alto.

Outro tipo de experiência que poderá ser útil aos que estão interessados em pensar e discutir a pós-graduação na nossa área, é com respeito à constituição do corpo docente. Quando nós começamos em 1968, tínhamos uma situação que nos parecia razoavelmente segura. Dispúnhamos de dois professores brasileiros com doutorado, ambos trabalhando profissionalmente em Linguística; além desses, de dois outros brasileiros com grau de Mestre obtido no exterior em Linguística e de mais um elemento sem pós-graduação formal mas com estudos após a graduação feitos de maneira informal no próprio Museu Nacional, seja com Mattoso Câmara Jr., seja com alguns membros no "Summer Institute of Linguistics" que aí deram cursos específicos para estagiários. Pareceu-nos que tínhamos um núcleo brasileiro razoável para lançarmos o programa de Pós-Graduação, e tínhamos a certeza de podermos contar com a colaboração de colegas estrangeiros com Doutorado. Entretanto, o Conselho Federal de Educação, um ano depois de iniciado o programa, baixou as normas para credenciamento dos programas, exigindo que só podia dar curso de pós-graduação quem tivesse o grau de Doutor. Então ficamos na situação de ter que deixar de lado os que fizeram mestrado na Pennsylvania ou na Columbia University ou onde quer que seja e procurar qualquer um que tivesse o doutorado na Faculdade de Filosofia de Cachoeira de Macacu, ou não sei onde. Felizmente o Conselho Federal de Educação não estabeleceu critérios rígidos quanto à proporção de professores. Se fossem muito rígidos quanto a isso, nós também estaríamos credenciados. E a nossa situação se agravou depois, com o falecimento de Mattoso Câmara Jr., que era um dos seus dois professores Doutorado em Linguística. E se nós temos podido trabalhar com pelo menos três professores com Doutorado cada semestre é porque dois são estrangeiros, e são estrangeiros visitantes, o que não dá estabilidade ao Programa. Então o Programa tem o problema muito sério de estabilizar o seu corpo docente, de incorporar pessoal brasileiro com Doutorado. Evidentemente, aquela saída anedótica da Cachoeira do Macacu ou Conceição-do-Mato-Dentro, ou o que seja, não nos interessa, é lógico, mas temos que nos prover de professores que possam se radicar. Com a necessidade, passamos a ter contratos com visitantes por prazos mais longos. Isso nos permite trabalhar muito melhor. A estabilidade do corpo docente, de cada membro do corpo docente no Programa não é tão importante na oferta de cursos. Tendo um professor que trabalha por um semestre, ele nos permite dar dois cursos além do que daria-

mos sem ele, e nos ajuda a manter uma oferta alta de cursos que garante a versatilidade do Programa e uma liberdade de opção para os alunos. Mas, o professor a curto prazo em geral não pode assumir a orientação de dissertações. Mas ele começa a conhecer os seus alunos para poder decidir conscientemente que aceita o compromisso de orientar o aluno X, e já está fazendo as malas para ir embora. Entretanto, se não providenciarmos a formação de novos brasileiros ao nível de doutorado, esse esquema poderá romper-se a qualquer momento. Por isso, uma das atividades do Programa tem sido a de selecionar e encaminhar para o exterior candidatos ao Doutorado. É um investimento a longo prazo, porque normalmente num bom departamento de Lingüística nos Estados Unidos, um candidato para completar o processo de Doutorado leva dois anos e meio, três anos. Felizmente estamos podendo mandar várias pessoas para fora e esperamos que até 1975 tenhamos um corpo docente estável, com gente com Ph. D. Nosso Programa inspira otimismo; temos conseguido manter uma oferta de oito cursos por semestre, alguns até com onze cursos. Mas o que nos preocupa mais no Programa é justamente a sua estabilidade, e é possível que outros programas que surjam venham a sofrer o problema. E o que temos no Brasil? Já agora em Lingüística, fora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo, que organizou a Pós-Graduação em Lingüística com um corpo de professores que já estava sediado no antigo Departamento de Filologia Românica e Lingüística, estamos vendo surgir vários programas completamente novos: na PUC do Rio Grande do Sul, na PUC de São Paulo, na PUC do Rio de Janeiro, na Federal Fluminense em Niterói, e na Universidade Estadual de Campinas. Todos esses programas poderão sofrer por causa da precariedade e escassez do corpo docente.

INTERVENÇÕES

1. Participante não identificado: Por que o Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro não inclui entre os cursos de Lingüística Aplicada uma modalidade consagrada à Língua Alemã?

R. — Por falta de pessoal, não por falta de interesse. Naturalmente um desenvolvimento desejável do Programa incluirá além do Alemão, o Russo, o Japonês, para ampliar a oferta de possibilidades. Mas por ora não há recursos humanos nem materiais.

2. Prof. Paulo A. Froehlich: Quais as oportunidades de bolsas de estudos oferecidas aos pós-graduandos em seu Programa?

R. — As bolsas podem ser obtidas junto a diversos órgãos, tais como a CAPES, o CNPq, o Conselho de Ensino e Pesquisa da UFRJ; aos alunos originários de São Paulo a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo tem concedido bolsas. O próprio Programa Unificado de Cursos de Pós-Graduação de minha Universidade dispõe de uma pequena cota de bolsas, graças a um fundo próprio. Naturalmente essas modalidades de bolsa não são semelhantes: as da FAPESP são as mais ricas do país; as das demais instituições mencionadas em geral chegam a 50% do que a FAPESP proporciona. A dificuldade na obtenção de bolsas no país está em que é preciso vinculá-las a um projeto definido de pesquisas, e ao candidato recentemente ingresso num programa de pós-graduação ainda é dado definir-se por um tema. Então seu Orientador fica em dificuldades para encaminhar a questão junto ao organismo financiador da pesquisa. Acrescente-se a isto a natural dificuldade de previsão do rendimento do trabalho intelectual por parte de quem solicita a bolsa. Também a diferente época de recebimento das propostas de bolsa por parte das instituições cria embaraços: às vezes dá para assegurar uma bolsa logo iniciado o curso, às vezes é necessário aguardar todo um semestre, ficando o candidato desamparado durante esse período.

A PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (*)

Cidmar Teodoro Pais

Quero em primeiro lugar agradecer ao Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, pelo amável convite e a disposição de “sofrerem-me”, como se diz em latim, por meia hora. Queria aqui apresentar a área de Pós-Graduação em Lingüística que funciona este ano. Antes de mais nada, é bom lembrar que nos outros anos e desde 1960, houve uma Pós-Graduação em Lingüística Românica e Indo-Européia e a partir de 1968 também uma de Lingüística Geral, pós-graduações que funcionavam com um número razoável de alunos e que tinham uma estrutura sólida, um pouco diferente da atual, mas com muitos contatos com ela, a tal ponto que vários desses cursos foram revalidados como créditos para o novo regime. Já existe, trazida por professores europeus que vieram em 1934 para a USP, uma tradição de pesquisa que permitiu (para falar apenas do último triênio) que nós tivéssemos um concurso de cátedra, dois de livre docência, uns seis de doutoramento e uns oito mestrados pelo “regime antigo”. Começamos este ano um novo projeto de acordo com as normas federais, que são exigentes, e de acordo com uma Portaria do Reitor da USP que conseguiu ser ainda mais exigente. Um dos problemas que se põem gravemente para qualquer Pós-Graduação em Lingüística no Brasil é a inexistência de uma estrutura acadêmica que forme lingüistas em cursos de graduação. Nós não temos ainda no Brasil nenhuma licença de Lingüística, tal como existe, por exemplo, na Universidade de Paris, na Universidade de Aix-en-Provence, Strasburgo, Besançon, Montpellier, e outras.

(*) Texto retirado das fitas de gravação, sem revisão do Autor.

Atualmente há três projetos de criação de Licenciatura em Lingüística no Brasil: o da Universidade Federal de São Carlos, o da Universidade Estadual de Campinas e o da Universidade de São Paulo.

Enquanto não dispusermos de uma licença de Lingüística, teremos de aceitar como material de trabalho as pessoas formadas em Letras, e que tiveram às vezes um ano de Introdução à Lingüística com três aulas semanais. Na USP temos dois anos de Lingüística no curso de graduação, o que não é suficiente para permitir um curso de Pós-Graduação que não seja de iniciação. Nós não temos um curso propedêutico como o Rio de Janeiro, temos um regime de adaptação, realizado no curso de graduação, em geral no quarto ano de Lingüística.

Passarei agora a apresentar nosso curso. Nós temos um regime que se compõe de pesquisa e cursos. Todo aluno deverá fazer uma série de cursos semestrais, chamadas disciplinas semestrais, distribuídas pela área central e pelas áreas complementares. As áreas complementares têm como objetivo completar a formação do aluno em vista à elaboração de uma tese e impedir a formação do especialista que sabe quase tudo sobre quase nada. A Faculdade de Filosofia da USP tem 22 áreas de Pós-Graduação e todas estas áreas oferecem disciplinas centrais para eles e que são complementares para nós. Além disso, há alunos nossos fazendo complementares no Instituto de Psicologia, no Instituto de Educação, no Instituto de Matemática. Entre as disciplinas complementares contamos mais ou menos com 60 matérias em campos tais como Língua Portuguesa, as outras línguas e literaturas, a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia, a Psicologia, a Matemática, a Geografia, a História, etc. Apenas para dar alguns exemplos eu lembrarei que uma das associações mais espontâneas procurada pelos próprios alunos é a de Lingüística e Teoria Literária. Há alunos que fazem, por exemplo, curso de Lógica ou de Semiologia no Departamento de Ciências Sociais. Há alguns que estão em Matemática. De modo que cada um escolhe as complementares de comum acordo com o orientador, e considerando a sua linha e a sua preferência. Uma série de cursos que entrarão a partir de setembro, constituem a complementação mais natural à Lingüística no Brasil, que é a série de Língua Portuguesa. Só aí nós teremos mais 8 complementares, de modo que a nossa lista vai se alongando.

Na área central nós oferecemos este ano um elenco ainda limitado de 14 opções — aqui vou apenas ler, porque os interessados depois podem endereçar-se à USP e nós mandaremos uma apostila mimeografada com esses cursos, os programas e uma ficha dos docentes, que é um currículo abreviado, para que o aluno possa bem escolher o seu orientador. A lista este ano — esta lista muda todos os anos — compõe-se de 14 opções: 1) A Contribuição Lingüística do Cristianismo na România, 2) Algumas Grandes Tendências da Lingüística Contemporânea, 3) ... Gramática Transformacional, 4) Análise das Inovações Cristãs no Vocabulário Românico, 5) Aspectos da Etno-Lingüística, 6) Unidade Mínima Semântica-funcional, 7) Estudos de Estrutura do Romeno, 8) Fonética e Fonologia, 9) Lexicologia Estrutural, 10) Modelos de Psicolingüística, 11) Problemas e Métodos da Sociolingüística, 12) Problemas de Lexicologia, 13) Problemática das Línguas Indígenas Brasileiras, 14) Problemática do Estudo do Tupi, 15) Psicolingüística e Linguagem. Os alunos devem escolher 4 deles para compor o elenco de cursos centrais de Mestrado ou 6 no caso de Doutorado. Tais cursos não definindo os campos da Lingüística que nós estamos oferecendo: Lingüística Românica, Lingüística das Línguas Indígenas, Sociolingüística, Psicolingüística e Lingüística Computacional. Para isso nós contamos este ano com 7 docentes, dos quais um é Professor Titular, o Prof. Isaac Nicolau Salum, que cuida da Lingüística Românica, dois livre-docentes, um deles em Antropologia Lingüística que é o Prof. Carlos Drummond, em Etnolingüística e em Línguas Indígenas o Dr. Erasmo de Almeida Magalhães, em Sociolingüística o Dr. Paulo A. A. Froehlich, em Psicolingüística a Prof.^a Doutora Geraldina Ritter, do Instituto de Psicologia, em Sintaxe a Dra. Maria Tereza Camargo Biderman, e finalmente em Lingüística Geral, em Fonética e Fonologia e Lexicologia Estrutural o autor desta comunicação.

Os cursos atrás mencionados são desvinculados do orientador; se o orientador achar que o aluno não deve fazer nenhum curso dele e mandar fazer só os dos outros, pode. Os cursos constam de aulas teóricas semanais, seminários de discussão e grupos de trabalho.

Além dos cursos, o aluno faz pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica e tem seminários de pesquisa e colóquios. O seminário de pesquisa é uma cópia do "Séminaire du Troisième Cycle" da França em que cada semana, em princípio, um mes-

trando ou doutorando faz a apresentação da sua pesquisa aos colegas. Fala da bibliografia, dos métodos, dos planos, do que encontrou, das dificuldades, durante 40 minutos, após o que, recebe as críticas e sugestões dos colegas durante duas horas.

Previamente a esta fase, há uma orientação coletiva em que se ensina aos alunos como fazer pesquisa, como estudar, como fazer pesquisa bibliográfica, como levantar os dados, como organizar um fichário, como tratar esses dados e até como planejar a redação da tese, o que não impede que os alunos tenham entrevistas individuais semanais ou de 15 em 15 dias, dependendo do ritmo de cada um.

É claro que para fazer pesquisa bibliográfica, de campo, assistir aos cursos — cursos que têm carga horária grande, porque incluem aulas teóricas e seminários e grupos de trabalho para os trabalhos de laboratório, quando é o caso, e para a redação da tese, o aluno precisaria fazer o curso em tempo integral, se quisesse aproveitar-se do regulamento que lhe permite defender o mestrado num ano, o doutorado em dois. Teria então que dar mais ou menos 50 horas semanais de trabalho, sendo 30 destas na Faculdade. Caso só disponha de um dia por semana, levará quatro anos, e dois anos se dispuser de dois dias por semana. Em suma, o currículo apresenta características de flexibilidade no que toca à escolha dos cursos e no que toca ao ritmo que o candidato imprime às suas pesquisas.

Quanto a equipamentos, estamos instalando um Laboratório de Fonética com aparelhos ingleses modernos. O Laboratório permitirá a separação do atual curso de Fonética e Fono-logia em dois: Fonética Experimental e Fono-logia.

Entre os temas ora em desenvolvimento enumerarei os seguintes: "A Neutralização Taxo-Sêmica no Verbo", "Problema do arquilexema, arquitaxema", "A Acultura Japonesa em São Paulo", "O Tratamento do Léxico feito em Computador", "Tratamento Fonético-Fonológico, Regional", tivemos uma tese de Fono-logia feita com métodos matemáticos, com aplicação do teste de Pierson, e ainda "O Desenvolvimento Fonético-Fonológico na Criança".

A respeito da distribuição dos créditos, computamos 15 horas por crédito. Os alunos devem fazer para o mestrado 120 créditos, isto é, 1.440 horas e para o doutoramento 240

créditos ou 2.880 horas no mínimo. Dessas horas, no caso do mestrado, temos a seguinte distribuição: 30 créditos ou 560 horas, para cursos na área central e complementar, 30 créditos (560 horas) para a apresentação da tese (redação), e outras 60 para pesquisa bibliográfica, de campo, busca e orientação de dados, leituras programadas, participação em seminários e colóquios, inclusive estágios no estrangeiro ou outras Faculdades igualmente credenciadas no Brasil. No caso de doutoramento temos 240 créditos, dos quais 40 em curso, 100 de pesquisa (de campo, tratamento de dados e atividades subsidiárias, consultas às bibliotecas) e 100 pela apresentação da tese. A tese de mestrado é defendida perante banca de três membros, a de doutoramento permite 5, cada qual arguindo durante meia hora, prorrogável a critério da banca. Antes de passar à defesa de qualquer tese, há um exame de qualificação em que uma banca de 5 doutores examina o aluno a respeito dos cursos que ele fez. São cursos de qualificação. E há exigência, para mestrado, de proficiência em uma língua estrangeira (Alemão, Inglês ou Francês) e no caso de doutorado, duas línguas.

Contamos atualmente com 70 candidatos, dos quais alguns, tendo o mestrado velho, portanto, tendo já 120 créditos, partiram para o doutorado (mais ou menos uns 8) e os outros fazem mestrado. Acreditamos assim, ter uma perspectiva de produção para daqui a dois anos, de cerca de 10 defesas de tese de doutorado no ano que vem e mais 10 no outro, e mestrado em número um pouquinho maior.

Eu queria relembra-los dois aspectos que me parecem importantes num país como o nosso, em que as verbas são magras no que toca ao ensino e à pesquisa.

O primeiro é que nosso curso de pós-graduação em Lingüística foi criado com docentes doutores, todos já em tempo integral e que ganhavam o mesmo ordenado sem o curso de Pós-Graduação, ou ganhando ordenado idêntico depois do curso de Pós-Graduação. De modo que a Lingüística, como todas as outras, foi criada sem ônus, sem nenhuma alteração orçamentária, com grave prejuízo para os docentes.

O segundo aspecto que creio ser mais importante é que é perfeitamente utópico querer mandar para o estrangeiro todos os professores ou futuros professores de Lingüística de todas as faculdades do Brasil. Isso custaria uma fortuna,

cerca de trezentos dólares mensais, para cada aluno. Por ora só se pode enviar os mais bem dotados, na esperança de que venham a integrar nossa equipe de trabalho. Eis aqui, em síntese, como tem sido o curso de Pós-Graduação em Lingüística na Universidade de São Paulo.

INTERVENÇÕES

1. Tizuko Yokoyama: Quais são os requisitos exigidos para admissão no Curso de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade de São Paulo?

R. — Publica-se inicialmente um edital pelo Diário Oficial, convocando os candidatos. Na Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, o candidato preenche formulários, indicando que Orientador gostaria de ter, escolhendo-o de uma lista que lhe é apresentada, e anexando seu curriculum vitae. De posse das inscrições, cada Orientador ou recusa *in limine* o candidato, ou marca com ele uma entrevista, por meio da qual verifica seu nível intelectual, vocação, inclinação para a pesquisa e motivações para o curso. O candidato pode ser aceito com ou sem exigências de complemento de sua formação — o que se faz em cursos avançados de graduação. Após a aceitação, o Orientador deve comunicar sua escolha à Comissão de Pós-Graduação, à qual incumbe ratificar ou não a matrícula.

2. Dalton Girotti: Como encara os cursos de Especialização em Lingüística desenvolvidos no Interior? Tais cursos valem créditos num programa de Pós-Graduação?

R. — É preciso distinguir os interesses dos cursos de Especialização daqueles dos de Pós-Graduação. A Especialização está voltada para a melhoria do nível do candidato enquanto professor secundário, enquanto que a Pós-Graduação destina-se à formação e aperfeiçoamento do professor universitário. É importante que se multipliquem os cursos de Especialização para que possa haver uma divisão mais adequada dos interesses dos candidatos; atualmente, a inexistência de Especialização na USP implica, em parte, numa demanda maior dos cursos de Pós-Graduação, por candidatos nem sempre interessados na vida universitária. Por tudo isso, e ainda à vista de exigências do próprio Conselho Federal de Educação, os cursos de Especialização não podem contar créditos para os de pós-graduação, a despeito de seu nível. A única relação entre esses cursos está em que um candidato com Especialização tem maiores possibilidades de ingresso na Pós-Graduação.

3. Suzana Camargo: o Centro Residencial da Universidade de São Paulo, CRUSP, hospeda alunos pós-graduandos?

R. — Sim; e podem também tomar refeições no restaurante universitário.

FILOLOGIA ROMÂNICA E PÓS-GRADUAÇÃO (*)

Isaac Nicolau Salum

A Pós-Graduação que está sendo realizada na USP a partir de abril ou maio deste ano resulta de uma portaria da Reitoria de há dois anos atrás, naturalmente resultante da mesma da legislação federal. E o nosso regulamento de Pós-Graduação foi aprovado há treze meses. Houve trabalho da Coordenação Central, houve trabalho das Comissões de Pós-Graduação, mas não se pensou em dotações nem nos problemas.

Os atuais cursos de Pós-Graduação vieram por imposição de cima, para suprir uma necessidade importante que é a preparação de professores para o ensino superior. Na USP, e estou vendo que nas outras Faculdades tal não aconteceu, eles se justapuseram aos cursos de Especialização, de modo que estes desapareceram. O curso de Pós-Graduação é altamente seletivo, e visa a formar professores para o magistério superior: mestrado ou doutorado.

A natureza dos antigos cursos de Pós-Graduação, que equivalem aos atuais de Especialização, onde eles existem, é diferente. Os cursos de Especialização são cursos de aperfeiçoamento, abertos a um público muito maior e não são seletivos, ou, se são seletivos, não são altamente seletivos, não levam ao mestrado nem ao doutorado, e preparam professores para melhor resolver a tarefa de docentes do ensino secundário. O nosso regulamento de Pós-Graduação, constante de sessenta artigos, apenas no artigo 57 fala em cursos de Especialização, dizendo o seguinte: "As disciplinas de Pós-Graduação podem ser facultadas a alunos matriculados exclusivamente em cursos de Especialização". Essa palavra acho que entrou por se ter

(*) O texto a seguir é um resumo das observações feitas pelo A., em sua exposição.

burlado a vigilância, porque se insistiu em que o termo *especialização* não entrasse, para não baixar o nível da Pós-Graduação. Ponderou-se naquela ocasião, e ainda se pondera, que um curso de Especialização existente, com maior número de alunos, daria muito melhor critério para escolha dos candidatos à Pós-Graduação. Creio, pois, que estes dois motivos justificam a manutenção de bons cursos de Especialização. Em primeiro lugar, os cursos de Especialização atingem a um maior volume de professores secundários, que precisam melhorar e aprofundar conhecimentos, renovar métodos de trabalho e receber informações bibliográficas para a sua atuação no ensino médio. Em segundo lugar, eles oferecerão aos orientadores melhores critérios para a admissão de orientadores de Pós-Graduação, pois estes cursos são uma espécie de “funil” de onde é mais fácil o candidato um pouco acima de medíocre sair pela frente. O que acontece agora é que, não havendo outra oportunidade, corremos o risco de formar mestres que depois não possam aproveitar bem o seu mestrado, como muito freqüentemente acontecia com as Faculdades de Direito quando não havia diversificação de cursos superiores.

Ora, eu tenho a impressão de que essa alteração ocorreu no momento em que os cursos de Especialização ainda mais se impunham. Porque com o crescimento e a democratização do ensino secundário e superior, uma coisa extremamente boa entre nós, o nível do ensino secundário baixou, como no Estado de São Paulo baixou o nível do primário. Houve um tempo em que o Estado de São Paulo tinha um primário de alto nível, mas depois que ele passou a ser primário de três turnos — de manhã, ao meio-dia e à tarde — o nível do ensino primário baixou, o número de horas baixou, e a conseqüência disso era naturalmente má preparação para o ensino secundário. Vinham os cursos de admissão, mas de uns anos para cá adotou-se o sistema de se abrirem as portas da admissão para o curso secundário, e o nível do curso secundário baixou. É por isso que os cursos de Especialização teriam agora importante papel a desempenhar.

Com o abaixamento de nível, o ensino superior também sofre as conseqüências. Nós já devíamos ter pensado que pelo menos alguns colégios dos grandes centros deviam oferecer um pouco de opção entre Alemão e Inglês, ou entre Francês e Alemão, entre Francês e Italiano, e não só opção entre línguas, mas também entre línguas e outras matérias — Geografia, História e Grego, por exemplo — para haver possibilidade de se ensinar um pouco de Grego nos grandes estabelecimentos.

Porque o ensino superior de línguas começa com analfabetos em Latim, analfabetos em Grego, analfabetos em Alemão, fato agravado pela superlotação de nossas classes e pela não ampliação dos quadros docentes e das instalações.

Entrando agora mais diretamente em meu tema, gostaria de observar que os nossos cursos de Pós-Graduação em Letras ficaram muito dentro, ainda, de um regime de cadeiras, ao passo que nas outras secções da Faculdade, como as de História, Geografia e Sociologia, a organização é mais departamental.

Não sei se essa organização foi a melhor. O Departamento de Letras da Faculdade se dividiu em três: o Departamento de Lingüística e Línguas Orientais, o Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, e o Departamento de Línguas Modernas. A inclusão das Letras Orientais no Departamento de Lingüística deve-se à inexistência — por ora — dos professores titulados necessários à instalação de um Departamento.

Filologia Românica ficou no Departamento de Lingüística e Línguas Orientais. O termo “filologia” é sabidamente muito elástico. Podemos tomá-lo como essencialmente o estudo dos textos, quer do ponto de vista do seu estabelecimento, quer do ponto de vista da sua explicação histórico-literária. Ou então como estudo lingüístico, e é neste sentido que temos utilizado esse termo em nossa Universidade, centrando nossa atenção no estudo diacrônico, lingüístico-histórico.

No momento, dados os escassos conhecimentos do Latim por parte dos nossos alunos, faz-se necessário insistir antes nos estudos sincrônicos.

As dificuldades encontradas no Curso de Pós-Graduação em Filologia Românica são em larga medida comuns a toda a Universidade: excesso de alunos, ausência de ampliação dos quadros docentes, poucos recursos bibliográficos, corpo discente desassistido quanto a bolsas, e por isso mesmo muito encarregado de trabalhos fora da Universidade. Nesse quadro, os cursos de Pós-Graduação representam para nós uma sobrecarga tremenda, pois sua instalação — como já se disse aqui — foi feita sem o comprometimento de novos recursos financeiros.

A estas dificuldades acrescenta-se a natureza de uma ciência como a Lingüística, sujeita atualmente a novidades permanentes. A necessidade de atualizar-se por meio de revis-

tas especializadas esbarra na falta angustiante de tempo e na falta dos meios de informação.

A Filologia Românica, disse eu, entrou pelo setor de Letras como Lingüística Românica, isto é, Lingüística Comparativa. Acontece que as línguas românicas continuam vivas, e uma delas que muito nos interessa, é o português. Então, podemos fazer no plano histórico a Lingüística Comparada, e no plano sincrônico a Lingüística Contrastiva. Eu creio que a Lingüística Comparada tem a sua validade: em alguns lugares já está passando a ojeriza que provocou. Se nós agüentarmos um pouco, é possível que ela passe de todo, porque se, como se diz, o importante é ver como a língua funciona, isto se dá no uso da língua. Para ensiná-la, eu creio que saber um pouco também da evolução não fará mal a ninguém, sobretudo se usarmos para explicar a evolução, linguagem menos hermética do que a que às vezes se usa para fazer a descrição da língua. Eu não tenho, de maneira nenhuma, ojeriza por Lingüística moderna; sou um leitor da Lingüística moderna, mas às vezes me aborreço com o excesso de equações e com as limitações impostas pela seleção de um *corpus* fechado. Acho que a gramática transformacional teve o mérito de nos livrar da tirania do *corpus* ao insistir na competência do falante.

A Lingüística Românica não pode ser infiel à orientação diacrônica, embora possa e deva acoroçoar um pouco com trabalho sincrônico do ponto de vista contrastivo. A orientação dos cursos de graduação consiste em dar orientação metodológica, e um pouco de história externa, partindo da descrição do latim vulgar. É o que se pode dar com um ano de Filologia Românica, em caráter optativo, para alunos semilatinizados.

No nível de Pós-Graduação, o que é que se pode dar? Este ano propus como programa uma tese que fiz em 1954, sobre a contribuição lingüística do Cristianismo na România, pensando que ia ter todo o sábado inteiramente livre para uma revisão total da documentação patrística. Mas as incumbências burocráticas da Universidade não me permitiram concluir essa revisão. Naturalmente teremos em anos próximos que tratar um pouco de problemas gerais de história externa, problemas avulsos de história interna (digamos, no plano dos determinantes, no plano dos substantivos, dos adjetivos, dos verbos, dos relacionantes). E contrastivamente, podíamos tomar um dos blocos, a Ibéria, por exemplo, ou a Gália, ou a Itália, fazer um pouco de estudo geral e alguns grandes con-

trastes, como, já antes da instituição da Lingüística Geral na Faculdade, o Prof. Theodoro Henrique Maurer Jr. fazia com Lingüística Românica nos cursos de Pós-Graduação, falando sobre composições e semelhanças dos blocos, e depois das línguas internas dos blocos.

Quanto à orientação dos trabalhos, acho que a proposição de temas para dissertações e teses devia ser feita numa mesa-redonda, dentro de um levantamento harmônico e com a possibilidade de controlar os resultados.

Outro elenco de temas de grande importância proviria do estudo estilístico de nossos autores. Não estou pensando em levantamentos estatísticos ou computacionais, mas tão-somente em trabalhos sólidos, mesmo dentro de uma metodologia tradicional, porque, como disse o Prof. Manuel Alvar em São Paulo, a metodologia tradicional ainda não está esgotada.

O problema da originalidade para mim põe-se da seguinte maneira: não se deve requerer originalidade absoluta nas dissertações de mestrado, mas exigir-se caráter pessoal na visão dos problemas, na organização da matéria e rigor de método expositivo. Muitos temas já discutidos podem ser retomados, e sempre uma luz nova pode iluminar os caminhos já percorridos. Naturalmente, no caso do doutoramento, deve-se exigir algo mais pessoal, e no caso da Filologia Românica, algo que coloque o português na ordem do dia. Nesse sentido, podemos tomar um de dois caminhos: ou um estudo comparativo dos fatos românicos, com um centro harmônico na România — e nesse caso tratamos de todos os fatos, qualquer que seja a sua origem — ou um estudo comparativo “excêntrico”, com o ponto de referência colocado na România Portuguesa (Portugal e Brasil) — e nesse caso concentramos nossa atenção num fato do português, daí deslocando a nossa atenção para o mesmo fato em outras línguas românicas.

Os trabalhos desse tipo podem ter uma parte diacrônica e outra sincrônica, pois não sou dos que opõem uma visão a outra. A parte diacrônica seria comparativa, e a sincrônica, contrastiva. O que é necessário é não se misturarem métodos.

Estas reflexões procedem de um primeiro semestre de experiência em pós-graduação. Esperemos que os demais semestres sejam um pouco melhores. Caso contrário a pós-graduação em Filologia Românica continuará sofrendo dos males atrás apontados.

LÍNGUA PORTUGUESA E PÓS-GRADUAÇÃO

Segismundo Spina

I. A Pós-Graduação e a Especialização

Os Cursos de Pós-Graduação, das mais notáveis e promissoras iniciativas introduzidas no sistema universitário brasileiro, e ora em fase de implantação no País, foram paulatinamente definidos pelo Conselho Federal de Educação, desde o Parecer 977/65, de dezembro de 1965, até ao Decreto Federal 67.350, de 6 de outubro de 1970. Promissora, se pensarmos que no domínio dos cursos humanísticos atravessamos uma fase verdadeiramente crítica, atingida como está a formação humanística por um violento processo de massificação do ensino e conseqüentemente de vulgarização e declínio da cultura do espírito. Promissora, porque, com tais cursos, se esboça a esperança de criarmos, a médio prazo, uma espécie de superestrutura universitária, em que terá lugar novamente o exercício da alta cultura, especialmente da cultura desinteressada. Vemos, na instituição dos Cursos de Pós-Graduação, se bem conduzida e não malsinada por derivações estranhas à sua natureza, o único caminho de recuperação do ensino superior, queremos dizer, de sobrevivência do nosso sistema universitário. É por esse motivo que, quando ainda não suspeitávamos do mais alto alcance dessa medida, imaginávamos e até propunhamos a extensão dos referidos Cursos ao pessoal do ensino médio; hoje estamos reformulando este ponto de vista. Se a abertura dos Cursos de PG aos professores do magistério secundário lhes proporciona uma oportunidade de renovação e atualização de seus conhecimentos (e com isso as Faculdades de Letras estarão cumprindo uma de suas finalidades precípuas), por outro lado é inevitável que tal hibridismo no funcionamento desses Cursos acabe por desvirtuar o seu objetivo fundamental, por conseguinte, descambe num retrocesso ao velho sistema da Pós-Graduação. A heterogeneidade viria

fatalmente acarretar uma baixa no rendimento didático dos Cursos de PG.

Ninguém mais do que nós se convence da necessidade de mantermos permanentemente uma plataforma de encontro com os Colegas do ensino secundário; mas, os Cursos de Especialização, previstos inclusive no Regimento dos Cursos de PG, deverão ter a sua autonomia e ser instituídos no momento em que as Faculdades de Letras dispuserem de recursos materiais e condições pedagógicas para o seu funcionamento.

II. *A Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa*

Um depoimento ou relatório acerca da Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa exigiria indiscutivelmente basear-se em alguma experiência realizada. Ora, até o presente momento, como é notório, a Coordenadoria Central dos Cursos de PG da USP não exarou o despacho final autorizando o funcionamento deste Curso, cujo Processo já tramita há mais de nove meses. Diante disso, qualquer pronunciamento sobre a matéria só pode ser feito à base de mera informação de como tal Curso foi concebido e estruturado.

É claro que, quando da organização dos Cursos de PG na Faculdade de Letras da USP, não tínhamos ainda aquela postura inicial que expusemos preliminarmente; mas isso não impediu, entretanto, que a estruturação do Curso de PG na Área de Filologia e Língua Portuguesa pudesse atender ao seu objetivo fundamental (a formação de docentes e pesquisadores de nível universitário), não obstante as inúmeras dificuldades enfrentadas, das quais a mais séria dizia respeito à carência de "massa crítica" nessa área dentro da Universidade de São Paulo. A fim de obviar essa deficiência de pessoal altamente qualificado para integrar a referida Área, propusemos a inclusão, através de convênios ou de outra forma legal, de elementos de comprovada estatura científica, recrutados dos Institutos Isolados do Ensino Superior do Estado, instituições essas que nada menos são que um prolongamento da Universidade de São Paulo. Esperançosos, então, de que, não só as autoridades universitárias encarregadas da supervisão dos Cursos de PG, mas também aquelas que dirigem os destinos dos Institutos Isolados compreendam a necessidade dessa colaboração, propusemos à Egrégia Comissão Central o seguinte esquema como instituição da Área de Filologia e Língua Portuguesa:

1. ÁREA

1.1. Filologia e Língua Portuguesa

1.2. Relação das disciplinas da área de concentração:

1.2.1. A Edótica

1.2.2. A problemática da oração

1.2.3. A versificação românica e medieval portuguesa

1.2.4. A língua literária portuguesa

1.2.5. Problemas da sintaxe verbal portuguesa

1.2.6. Técnicas de análise sintática

1.3. Relação das disciplinas de domínio conexo:

1.3.1. A unidade mínima semântico-funcional

1.3.2. Fonética e morfologia

1.3.3. Problemas e métodos da sócio-lingüística

1.3.4. A contribuição lingüística do Cristianismo na România

1.3.5. Aspectos da etno-lingüística

1.3.6. Problemática do estudo do Tupi

1.3.7. Problemática das línguas indígenas brasileiras

1.3.8. Lexicologia estrutural

1.3.9. Problemas de lexicologia

É evidente que a seleção das disciplinas de domínio conexo recaiu predominantemente na Área de Lingüística e por razões óbvias: hoje é inadmissível o estudo dos idiomas nacionais desvinculado dos modernos métodos lingüísticos; o estudo de uma língua, com a manutenção da Filologia e com o apoio dos procedimentos técnicos da Lingüística moderna, parece-nos uma forma ideal, de vez que uma e outra (a Filologia e a Lingüística) possibilitam uma visão integral de toda a problemática da língua portuguesa, na sua história e no seu

sistema. A língua não é apenas um instrumento de fala ou comunicação, mas um instrumento de criação estética e um testemunho das conquistas culturais de uma civilização. Sabemos que a definição é elementar ou acadiana; mas com ela pretendemos apenas lembrar que não podemos marginalizar a investigação filológica, vítima como está sendo do mais ostensivo e deliberado esquecimento.

III. *Cursos instrumentais*

Como Cursos instrumentais, a Área de Filologia e Língua Portuguesa deveria manter permanentemente o ensino de Disciplinas auxiliares que visassem à investigação científica no campo das Humanidades. Daí a realização de cursos como o de *Edótica*, o de *Metodologia da pesquisa* e o de *Bibliografia e Documentação*. O Curso de Edótica teria por finalidade formar uma equipe de filólogos voltados para a organização de textos críticos da literatura portuguesa e nacional, em especial das épocas medieval, clássica e colonial; o Curso de Metodologia da pesquisa, que infelizmente aparece diluído nos chamados “colóquios de pesquisa” de todas as Áreas, destinar-se-ia a ensinar todos os procedimentos técnicos e científicos exigidos na elaboração dos trabalhos universitários; o Curso de Bibliografia e Documentação teria por finalidade transmitir aos orientandos um conhecimento relativo da ciência Diplomática e das normas modernas de citação documental no aparato bibliográfico das teses e monografias. Não se explica que até hoje, por exemplo, a obra poética de um Gregório de Matos — como a de tantos outros — não tenha logrado a sua edição canônica, definitiva, quando temos há vários anos conhecimento cabal da existência de mais de uma dezena de códices dos séculos XVII e XVIII da poesia do grande poeta colonial; não se entende que as nossas publicações ainda não se tenham enquadrado rigorosamente nas normas internacionais e nacionais de referência bibliográfica, cuja consciência define de antemão todo e qualquer trabalho científico; por outro lado, até hoje a elaboração de teses e monografias tem sido relegada ao arbítrio pessoal ou tem ficado inteiramente à mercê de nossas idiosincrasias profissionais, para não dizermos à mercê da pura improvisação técnica. É tarefa urgente que professores categorizados e com longa experiência do ensino superior se encarreguem de oferecer aos seus orientandos cursos dessa natureza, em que o pesquisador seja adestrado nas técnicas de execução dos trabalhos de grau, desde a orien-

tação da leitura, o fichamento de obras lidas, o conhecimento dos centros de documentação do País e do estrangeiro, a utilização de arquivos e bibliotecas, até ao domínio da estrutura formal e dialética do seu trabalho e à preparação de sua defesa perante bancas examinadoras.

Com o funcionamento normal e bem orientado das disciplinas da Área de Concentração, das de domínio conexo e das três disciplinas instrumentais, temos a certeza de conduzir o ensino, a pesquisa e a carreira universitária dentro de altos padrões científicos e técnicos. A Área de Filologia e Língua Portuguesa encarregar-se-ia do Curso de Edótica e facultativamente do Curso de Metodologia da pesquisa; a cargo de uma Bibliotecária credenciada ficaria o Curso de Bibliografia e Documentação.

IV. *Campos ou sugestões para a elaboração de teses e monografias*

É notório também que, com a renovação dos métodos lingüísticos, os estudos dos idiomas nacionais se beneficiaram consideravelmente, oferecendo assim inúmeras perspectivas para a elaboração de dissertações ou monografias de Mestrado e teses de doutoramento. Poderíamos dizer, até, que tudo o que foi feito no campo da Língua Portuguesa está sujeito a reformulações; e o que ainda há por fazer, na Língua e na Filologia, é seara inesgotável. A título de sugestão, e de algumas sugestões apenas, acerca de temas abordáveis pela investigação lingüística e filológica com relação à Língua Portuguesa, diríamos que todos os seus setores, desde a Fonologia até à Semântica e à Estilística, oferecem temas para trabalhos de grau. Áreas há, evidentemente, que são inóspitas e quase inteiramente fechadas à investigação lingüística e filológica — como é o caso da versificação. Na verdade, dificilmente poderemos falar em teses, se excetuarmos a Filologia dentro do seu conceito mais moderno (como disciplina que, através dos textos, visa a reconstituir a fisionomia espiritual de um autor, de uma época ou de uma civilização) (vejam-se, por exemplo, as obras fundamentais de Huizinga e de Erich Auerbach, *Mimesis* e *O declínio da Idade Média*). As ciências que não possuem uma vocação interpretativa, via de regra não ultrapassam os limites do estudo monográfico e da pura investigação. Não vemos como realizar uma tese no campo da Fonologia, da Lexicologia ou da Sintaxe, porque em tais

áreas a pesquisa dificilmente consegue ir além do mero levantamento ou da simples verificação. Porém, se não considerarmos com o rigor que seria necessário, isto é, se não pensarmos na distinção escolarística mas fundamental entre teses e monografias, estudos e contribuições, dissertações e tratados, achegas e relatórios, poderíamos aventar algumas hipóteses de trabalho, que a experiência posterior dos Cursos de PG ampliaria certamente. E seriam estas:

1. Na *Lexicologia*: a organização de vocabulários ideológicos do português arcaico; de vocabulários poéticos (ex.: voc. da lírica camonianana, da sátira etc.), glossários do português clássico, barroco, neoclássico.

2. Na *Dialetologia*: trabalhos lingüístico-etnográficos de linguagens regionais ou profissionais (a linguagem de cidades, de pescadores ou lavradores de determinada região) etc.

3. Na *Morfossintaxe*: estudo de processos e estruturas lingüísticas — como a aposição, as fórmulas interjectivas, a linguagem afetiva, a expressão da negativa ou da interrogativa, a tautologia no português arcaico etc.

4. Na *Sintaxe*: estudos parcelares acerca da sintaxe arcaica portuguesa.

5. Nas *linguagens especiais*: linguagem de imprensa, linguagens técnicas, profissionais, de grupo; linguagem de autores (em poesia ou prosa) etc.

6. Na *Estilística*: os processos imagéticos e metafóricos do português antigo; as matrizes idiomáticas (tópica) de autores ou de movimentos literários etc.

7. Na *Semântica*: estudos de famílias de termos (por exemplo: as designações árabes na vida rural portuguesa etc.).

A Filologia — já o dissemos —, através da Edótica, propiciaria o campo fértil das edições críticas de textos e autores, em especial dos trovadores galego-portugueses e dos autores brasileiros do período colonial.

Outros campos poderiam também oferecer temas para estudos — como o da Ortoépia e o da Sociologia da linguagem. A propósito deste último, uma pesquisa já está em anda-

mento nas Disciplinas de Lingüística e de Língua Portuguesa da USP: os níveis de linguagem do século XVI através da dramaturgia vicentina.

São Paulo, 30 de agosto de 1971

INTERVENÇÕES

1. Paulino Vandresen: dada a escassez de professores de Língua Portuguesa para o curso de Pós-Graduação, não se poderia aproveitar aqueles de Lingüística que ministrassem cursos de estrutura do português?

R. — Sucede que também na área de Lingüística há escassez de professores.

2. Aryon Dall'Igna Rodrigues: problema semelhante se observou no Rio de Janeiro. Precisamos ministrar cursos de Língua Portuguesa com pessoal do curso de Lingüística, pois a Faculdade de Letras não estava em condições de oferecê-los, com a única exceção do Prof. Celso Cunha. Assim, nossos cursos de Português I (Fonologia e Estrutura Fonológica do Português, vistos pelo método estrutural) e Português II (Morfologia e Sintaxe vistas pelo enfoque transformacional) servem tanto aos alunos de Pós-Graduação em Lingüística, quanto aos de Língua Portuguesa.

PÓS-GRADUAÇÃO E PLANEJAMENTO DA PESQUISA LINGÜÍSTICA

Comunicação livre

Ataliba T. de Castilho

Introdução

1. O texto que se vai ler compreende duas partes: o problema da Pós-Graduação relacionado com o da Graduação, e dados para o planejamento da pesquisa lingüística num curso de Pós-Graduação.

Na elaboração deste trabalho aproveitei alguns elementos de um artigo que escrevi para o Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*, em que examinei o desenvolvimento da Lingüística na América Latina e no Brasil, extraíndo desse cotejo algumas lições acaso aplicáveis ao planejamento da pesquisa lingüística entre nós.

Graduação e Pós-Graduação em Letras

2. É sabido que as Faculdades de Filosofia surgiram no Brasil entre 1934 e 1939 e estavam destinadas à integração da Universidade, à promoção da pesquisa desinteressada e à formação de professores secundários¹. Esses objetivos serviram durante algum tempo, dadas as condições então vigentes: concepção elitista do ensino, pouca diversificação das carreiras profissionais, etc. O primeiro objetivo não pôde ser atin-

(1) Sobre a história das Faculdades de Filosofia, sua crise, e propostas de reforma, ver a bem escrita sùmula de Thales de Azevedo — *As Funções da Faculdade de Filosofia*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1966, e nosso artigo "A Reforma dos Cursos de Letras", *Alfa* 3 (março de 1963), 5-38.

gido, pois as Escolas mais antigas repeliram a função integradora da Faculdade de Filosofia.

As condições modernas exigem que se faça uma revisão corajosa da função que está reservada às Faculdades de Filosofia, ao estilo da que se empreendeu em Brasília, por ocasião do "Simpósio sobre a Estrutura das Faculdades de Filosofia" (1963). Com efeito, não me parece possível discutir os problemas da Pós-Graduação tal como ela foi definida recentemente, sem que algo se diga a respeito dos cursos de graduação numa Faculdade Isolada como a nossa.

Se atentarmos para a situação criada pela explosão do discipulado acadêmico dos últimos anos (e conseqüente abaixamento de nível, pois nem todos os alunos procedem de um ambiente cultural razoável), e ainda pela ampliação e diversificação do mercado de trabalho e enorme desenvolvimento da ciência (exigindo a extensão da escolaridade), concluiremos que as antigas atribuições da Faculdade de Filosofia devem ser revistas, destinando-se os cursos de graduação à profissionalização, e os de Pós-Graduação à pesquisa desinteressada. Obviamente não defendo para estas Faculdades o papel de meros transmissores da cultura, sem qualquer intenção formativa. Acredito apenas que elas deveriam engajar-se mais decididamente na tarefa da formação do magistério primário e secundário — transformando-se em Faculdades de Educação — e praticando aquele tipo de pesquisa aplicada descrito por Valnir Chagas:

"() o ensino e a pesquisa não podem, realmente, deixar de responder a problemas específicos das comunidades, seja preparando profissionais de que dependem para o seu progresso, seja buscando soluções que permitam maior e melhor utilização dos recursos naturais e humanos para a promoção do bem-estar geral. Do ponto de vista universitário essa atitude "prática" se legitima a partir do momento em que a projeção da escola no meio a ela própria reflui como dados para novas investigações, possibilitando conhecimentos que se acrescentam ao acervo pré-existente e enriquecem o ensino" ².

Por outras palavras, precisamos esclarecer nossos objetivos, para uma ação mais eficaz. Daqui a necessidade de dis-

(2) Valnir Chagas — "Faculdade de Educação e Renovação do Ensino Superior", *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 105 (janeiro/março de 1967), 105.

tinguir “Faculdade de Educação” de “Centros de Pós-Graduação”.

3. Entendo que a Faculdade de Educação, por estar mais decididamente voltada para a formação do magistério, apresentaria diversas vantagens:

a) Formando o professor primário, levaria a encarar de um modo mais científico a difícil tarefa do ensino nesse nível, cujos resultados têm fundas repercussões nos níveis superiores.

b) Possibilitaria uma articulação mais decidida com o curso secundário e sua realidade tão cambiante nos dias que correm, formando professores para esse nível. Pareceria ridículo — se não fosse verdade — que Faculdades como as de Filosofia nem sempre dispõem de um Colégio de Aplicação, raras vezes se interessam pelo professorado já em exercício, ignoram as novas condições do ensino, em suma, desconhecem a problemática da atividade para a qual estão formando profissionais!

c) Uma Faculdade de Educação teria condições de integrar seus Departamentos (dado o objetivo comum), programar seus cursos de modo mais decididamente profissionalizante, sem prejuízo dos trabalhos de pesquisa aplicada já aludidos, necessários à formação do espírito de observação e à criatividade próprios dos verdadeiros educadores. Como atividades complementares, poderia promover anualmente seminários, cursos de aperfeiçoamento e jornadas pedagógicas, voltadas para o acompanhamento dos progressos no campo da educação, bem como para a experimentação de novos métodos e a avaliação do rendimento escolar. Afinal, todas essas iniciativas inadiáveis que as atuais Faculdades de Filosofia não atacam nunca, por estarem repartidas entre objetivos tão distintos (como a pesquisa pura e a formação de professores secundários), ou, o que é pior, por absoluta falta de imaginação e de liderança, e por cômodo imobilismo.

A Faculdade de Educação aqui proposta não se assemelha à que vem descrita na bibliografia corrente entre nós; ela seria apenas o resultado da transformação das atuais Faculdades de Filosofia *Isoladas*.

Não seria também uma simples mudança de rótulo, pois toda uma série de preocupações hoje represadas nos Cursos de

Educação se expandiriam pelos demais cursos (normalmente conhecidos por “cursos de conteúdo”), pondo fim às soluções atuais, inteiramente inadequadas à formação profissional dos docentes. Naturalmente este não é o melhor momento para o desenvolvimento destas idéias, algo descosidas, de que já me ocupei, aliás, no artigo citado na nota 1.

A solução que proponho também não representa o fim das Faculdades de Filosofia tal como foram concebidas originalmente. Acho que é inteiramente válida a idéia de ministrar formação humanística e básica a todos os alunos de uma Universidade em instituições como a Faculdade de Filosofia. Neste particular, concordo inteiramente com as seguintes ponderações de Paulo de Almeida Campos:

“Quando, portanto, se vai transformar em sedição lugar-comum a afirmação de que as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras falharam em seus mais caros propósitos, necessário se torna que deixemos bem claros os exatos limites dessa crítica, referindo-a não ao *plano original de sua concepção, que esse afinal jamais foi executado*, porém às evidentes distorções que se lhe impuseram pela força da rotina e ao sabor dos interesses em choque”³.

E para que os alunos das Faculdades de Educação (isoladas) pudessem igualmente beneficiar-se de uma formação básica, podia-se recorrer ao “ciclo básico”, exigido, aliás, pela legislação vigente⁴.

Esta não é, repito, a ocasião para desenvolver melhor as propostas para o aprimoramento de nossos cursos de graduação; quero deixar claro, tão somente, que de seu encaminha-

(3) Paulo de Almeida Campos — “Faculdade de Educação na Atual Estrutura Universitária Brasileira”, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 118 (abril/junho de 1970), 344. A análise extremamente realista que o A. faz das Faculdades de Filosofia, bem como as sábias ponderações que expende a propósito das Faculdades de Educação tornam indispensável a leitura do artigo citado. Todavia, parece-me que os planos de estruturação das Faculdades de Educação aqui transcritos não resolvem os problemas levantados, pois à primeira vista parecem uma simples ampliação dos atuais Departamentos de Pedagogia (ou de Educação, como são chamados em algumas Faculdades) ao nível de Faculdade. Esclareço que os planos a que aludo não são de autoria do Prof. Almeida Campos.

(4) Sobre o “ciclo básico”, solução recente para um problema que levou os educadores a falar em Ano Universitário, Ano Vestibular, e até mesmo em Colégio Universitário, v. os pareceres de N. Sucupira e R. Maciel, publicados no volume *O Ciclo Básico* (1.º Ciclo Geral de Estudos), editado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Florianópolis, Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1971.

mento acertado dependerá o futuro dos novos cursos de Pós-Graduação.

4. Os Centros de Pós-Graduação acolheriam das Faculdades de Filosofia o objetivo elevado de promover a pesquisa desinteressada, ampliando nossos conhecimentos e formando pessoal habilitado para o magistério superior. Para uma compreensão mais clara do que entendo por Centros de Pós-Graduação, precisarei historiar brevemente a instituição dos novos cursos de Pós-Graduação (§ 5), bem como indicar os pressupostos que julgo necessários à sua instalação (§ 6).

5. Os cursos de Pós-Graduação, recentemente definidos pelo Conselho Federal de Educação e ora em fase de implantação no país, não encontram paralelo na história da universidade brasileira, tais e tantas são as inovações ali propostas.

Os primeiros estudos sobre a matéria foram motivados pela necessidade de definir a Pós-Graduação, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional da seguinte forma:

“Art. 69 — Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos:

a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e obtido classificação em concurso de habilitação;

b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma;

c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos” (Lei n.º 2.024, de 20 de dezembro de 1961).

Solicitou o Ministro da Educação e Cultura que o Conselho Federal de Educação esclarecesse a natureza dos cursos de Pós-Graduação, e os regulamentasse. A tarefa foi cometida ao Prof. Newton Sucupira, que redigiu a “Definição dos Cursos de Pós-Graduação”, transformada no Parecer CFE 977/65⁵.

(5) O Parecer foi aprovado a 3-12-1965, publicado na *Documenta* 44 (dezembro de 1965) 67-96, e republicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 100 (outubro/dezembro de 1965), 415-433. Até a data de sua apresentação, não tinha ficado esclarecido se o Conselho Federal de Educação tinha competência para conceituar os cursos de Pós-Graduação e fixar as respectivas características. A matéria foi regulamentada três dias após, por meio do Art. 25 da Lei 4881-A (Estatuto do Magistério Superior, válido para as unidades federais de ensino).

Esse documento historia a origem dos cursos de Pós-Graduação em universidades estrangeiras, refere sua necessidade atual, em face do desenvolvimento da Ciência, e indica suas principais direções, o mestrado e o doutorado, considerados como atividades de pesquisa escolarizada, e não mais solitária. Segundo Newton Sucupira, devem os cursos de graduação voltar-se para a profissionalização do estudante, reservando-se à Pós-Graduação "o desenvolvimento da ciência e da cultura em geral, o treinamento de pesquisadores, tecnólogos e profissionais de alto nível", pois se considera "ilusório pretender-se formar no mesmo curso o profissional comum, o cientista e o técnico de alto padrão". Por isso mesmo, "a pós-graduação de modo algum pode ser considerada educação de massa". Distinguem-se neste documento os cursos de Pós-Graduação de caráter regular e elevadas pretensões, dos de especialização e aperfeiçoamento, menos ambiciosos e não necessariamente sistemáticos. Uma relação das características dos novos cursos de Pós-Graduação finaliza o trabalho, cujo alto interesse é desnecessário ressaltar aqui.

De 3 a 5 de novembro de 1966, convoca o Conselho Federal de Educação o "Seminário sobre o Ensino Universitário" para discutir dois temas: a administração da Universidade e os cursos de Pós-Graduação; foi encarregado deste tema o Conselheiro Rubens Mário Garcia Maciel, que examinou as proporções atuais e perspectivas futuras do problema, seus aspectos legais e regulamentares, comentando detidamente o Parecer 977/65. As manifestações do Prof. Rubens Maciel, bem como os comentários dos participantes do Seminário concorreram para o esclarecimento da matéria, e firmaram o princípio de que os novos cursos deveriam ser credenciados pelo Conselho Federal de Educação, dentro de normas a estabelecer⁶.

A 28 de novembro de 1968 sai a Lei n.º 5.540, que substituiu toda a parte de ensino superior da Lei de Diretrizes e Bases. São introduzidos alguns esclarecimentos nos cursos a ministrar: os cursos de especialização e aperfeiçoamento serão "abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalentes", enquanto os de extensão e outros serão "abertos a candidatos que satis-

(6) O texto de Rubens Maciel, bem como uma súmula dos debates, saiu na *Documenta* 64 (dezembro de 1966), 101-158; a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* republicou o relatório de Rubens Maciel, "Cursos de Pós-Graduação", n.º 105 (janeiro/março de 1967), 91-101.

façam os requisitos exigidos" (Art. 17). Outras precisões encontram-se nos Artigos 24 e 25:

"Art. 24 — O Conselho Federal de Educação conceituará os cursos de pós-graduação e baixará normas gerais para sua organização, dependendo sua validade, no território nacional, de os estudos neles realizados terem os cursos respectivos credenciados por aquele órgão".

"Art. 25 — Os cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros serão ministrados de acordo com os planos traçados e aprovados pelas universidades e estabelecimentos isolados".

Em virtude desse diploma, e também por via das conclusões do "Seminário sobre o Ensino Universitário", prepara-se o Parecer CFE 77/69, de autoria do Prof. Newton Sucupira, contendo as normas para o credenciamento, organização e regime didático-científico dos cursos de Pós-Graduação⁷. É de capital importância o Art. 16, que prevê a melhor forma para o atendimento das exigências formuladas para o funcionamento desses cursos: "Será permitido, a juízo do CFE, a formação de consórcios ou o estabelecimento de convênios entre instituições com o propósito de ministrar, em nível de maior eficiência, o mesmo curso de Pós-Graduação".

Esse credenciamento diz respeito ao reconhecimento federal do título concedido, a julgar pelo Art. 1.º — "Para que seus diplomas gozem de validade em todo o território nacional, os cursos de pós-graduação devem ser credenciados pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968". De outro lado, esse Parecer não anula expressamente o de n.º 461/66, em que se lê "A aprovação dos cursos de pós-graduação de que trata o Parecer 977/65 é uma espécie de *referendum* do Conselho, com a finalidade de assegurar certo controle na implantação dos cursos pós-graduados. A rigor, os estabelecimentos não são obrigados a pedir essa aprovação, mas o Conselho se reserva o direito de somente reconhecer como válidos os cursos que foram por ele aprovados. Tanto os estabelecimentos federais como quaisquer outros podem solicitar a aprovação do Conselho⁸. Legislação posterior especifica, contudo, que sem o credenciamento federal não há possibilidade de financiamento por órgãos governamentais (Decreto 63.343, de 1-10-1968, § 2.º do Art. 4.º).

(7) V. *Documenta* 98 (fevereiro de 1969), 128-132, republicado no *Boletim Informativo da CAPES* 195 (fevereiro de 1969).

(8) V. *Documenta* 59 (agosto/setembro de 1966), 37.

Paralelamente, iniciativas eram tomadas objetivando garantir aos novos cursos bases operacionais razoáveis.

Lembre-se a interessante proposta do Prof. Paulo de Góes relativa à constituição dos "Centros de Pesquisa e Treinamento Avançado" ⁹.

Publicou-se depois o Decreto 63.343, já mencionado, que dispõe sobre a instituição dos Centros Regionais de Pós-Graduação. Eis aqui alguns artigos desse Decreto, suficientes para dar claramente a medida do interesse e da preocupação do Governo Federal com respeito à nova Pós-Graduação:

"Art. 1.º — Serão criados, mediante convênio com universidades ou instituições de nível equivalente, Centros Regionais de Pós-Graduação ()".

Art. 2.º — A CAPES, articulada com o Conselho Nacional de Pesquisas, competirá adotar as providências para que sejam criados os Centros Regionais de Pós-Graduação, na forma definida neste Decreto".

"Art. 5.º — No processo de instalação dos Centros Regionais de Pós-Graduação, a CAPES se articulará especialmente com o Conselho Nacional de Pesquisas e com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, este representado pelo Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC)".

Segue-se o Decreto 64.085, de 11 de fevereiro de 1969, que provê sobre a instituição da Comissão Executiva do Programa de Implantação dos Centros Regionais de Pós-Graduação, "encarregada de coordenar as providências necessárias à implantação e ao desenvolvimento do sistema de pós-graduação no país". Parece ter sido extinta por força do Art. 5.º do Decreto 67.350, de 6 de outubro de 1970.

O Decreto 67.350 dispõe sobre a implantação dos Centros Regionais de Pós-Graduação, definido como o "conjunto de cursos de Pós-Graduação, de Mestrado e Doutorado, credenciados pelo Conselho Federal de Educação, funcionando coordenada e organicamente, e correspondendo a determinada região do País" (Art. 1.º). Também este Decreto prevê o estabelecimento de convênios: "Art. 11 — A criação dos Centros far-se-á mediante convênio em que serão fixadas normas gerais de funcionamento e coordenação". O Art. 10 especifica quais serão os centros mencionados: "Serão criados inicialmen-

(9) V. *Documenta* 51 (abril de 1966), 75-90.

te cinco Centros Regionais de Pós-Graduação, correspondentes às regiões Norte-Nordeste, Centro-Leste, Centro-Oeste, Sul e ao Estado de São Paulo. § único — Os Centros de que trata este artigo terão por sede, respectivamente, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade de São Paulo”.

Enquanto se desenvolviam tais estudos na esfera federal, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Museu Nacional, contando com subsídios da Fundação Ford e o apoio do Instituto Lingüístico de Verão, vinham ministrando desde 1968 um curso de Pós-Graduação em Lingüística, cuja organização se aproximava das normas ora vigentes. Aproveitando a curta experiência que se desenvolvera na Universidade de Brasília por volta de 1964, incluía esse curso entre suas exigências a da frequência a cursos e seminários num total de 24 créditos, e a redação de uma tese de mestrado que valia 6 créditos (cada crédito equivalia a 3 horas de trabalho por semana durante um semestre). Foram ministrados cursos de Lingüística Descritiva, Lingüística Histórica, Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas; o Diretor do Programa tem sido o Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues.

Sobrevindo as novas normas relatadas atrás, procedeu-se às alterações necessárias, incluindo-se planos para o doutoramento de alguns dos membros do próprio corpo docente. Esta será, aliás, a maior dificuldade que os Centros de Pós-Graduação enfrentarão, pois todos os docentes de seus cursos devem ser portadores do grau de doutor, pelo menos. Os novos cursos da UFERJ compreendem duas partes: Curso Propedêutico de Iniciação à Lingüística, e cursos propriamente ditos: Lingüística Descritiva, Lingüística Aplicada ao Ensino do Português/Inglês/Francês, Lingüística Histórica, Lingüística Indígena.

No Estado de São Paulo, o recém-criado Departamento de Lingüística da Universidade Estadual de Campinas tem convidado professores franceses a ministrar cursos de nível pós-graduado.

A PUC de São Paulo vem igualmente ministrando alguns cursos, ainda não credenciados pelo Conselho Federal de Educação, e voltados mais especificamente para a Lingüística Aplicada.

ção conjunta de cursos de Pós-Graduação. Após várias discussões, optou-se por uma solução mista em relação à proposta pela Comissão desta Faculdade, acima indicada. Tal solução consistia em associar duas Faculdades do Interior, a de Araquara e a de Marília, à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em convênio de caráter experimental, válido por dois anos, objetivando a ministração conjunta de cursos de Pós-Graduação nas áreas de Lingüística e Língua Portuguesa. O texto respectivo foi aprovado pelas Congregações das Escolas envolvidas, mas a Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo, à qual se acham sujeitas as Faculdades Oficiais Isoladas, o indeferiu ¹¹.

6. Constituem pressupostos para a implantação dos novos cursos de Pós-Graduação a efetiva instalação dos Centros preconizados pela legislação vigente, dotando-os de pessoal docente, bibliotecas e equipamentos adequados, e procedendo a uma seleção criteriosa do corpo discente.

É inegável que os Centros de Pós-Graduação constituem a infra-estrutura dos cursos a ministrar. Daqui a necessidade de se debater cuidadosamente a natureza dessa nova entidade universitária, esclarecendo seus contornos, ainda um tanto nebulosos.

Deve-se observar desde logo que não se trata propriamente de mais uma Faculdade ou Instituto Central nos moldes dos que conhecemos; aliás, a institucionalização dos Centros seria um verdadeiro desastre, dado o pendor de nossas unidades uni-

- (11) O convênio citado reunia diversas condições para sua aprovação; além de amplamente amparado na legislação acima indicada, poderia ter contado com o apoio da própria Secretária da Educação, Dra. Esther de Figueiredo Ferraz, que declarou, quando investida nas funções de Diretora do Ensino Superior: "Estas atividades (pós-graduadas) parecem constituir excelente oportunidade para se atenuar aquela condição de "isolados", contida na própria denominação dos institutos de ensino superior não reunidos sob administração universitária comum. Se for possível — e acreditamos que o seja — estabelecer entre as diversas faculdades e escolas isoladas que pretendem entrar no campo da pós-graduação um entrosamento, uma coordenação, distribuindo-se os encargos segundo as possibilidades e a potencialidade de cada uma, atingiremos, a um tempo, aquele objetivo de interpenetração e o de maior eficiência. Concentre-se e robusteca-se um ou mais setores de estudos avançados em cada instituto; reúnam-se as equipes de professores e alunos de diferentes escolas; promova-se a permuta e o intercâmbio de materiais e de recursos humanos; criem-se, enfim, condições para a "cross fertilization", a emulação construtiva, a formação do espírito universitário". Outra não era a intenção de nossa Escola. Cf. *Documenta* 64 (dezembro de 1966), 144.

versitárias para a burocratização, o imobilismo, a reação à mudança e conseqüente criação de muitos direitos (e poucos deveres). Os textos legais que aludem aos Centros de Pós-Graduação devem ter previsto a dificuldade; o Decreto 63.343, de 1-10-1968, estabelece que tais centros serão criados mediante convênios com universidades ou instituições de nível equivalente (Art. 1.º). O Decreto 67.350, de 6-10-1970, não fez por menos:

“Art. 1.º — Entende-se por Centro Regional de Pós-Graduação o conjunto de cursos de pós-graduação, de Mestrado e Doutorado, credenciados pelo Conselho Federal de Educação, funcionando coordenada e organicamente, e correspondendo a determinada região do País.

Art. 2.º — Os Centros Regionais de Pós-Graduação serão instituídos em número compatível com a política nacional de pós-graduação e terão por sede uma universidade. § 1.º — Na estruturação de cada Centro serão aproveitadas todas as possibilidades de ensino pós-graduado em sua área de influência, incluindo-se instituições estaduais ou particulares, respeitado o princípio de não duplicação dos meios para fins idênticos. § 2.º — Mediante entendimentos específicos, entidades pertencentes a diferentes Centros poderão prestar serviços mútuos de colaboração para o funcionamento de cursos de pós-graduação”.

Levando em conta essa orientação, precisa a administração universitária conceber e instalar um organismo autônomo, que conceda aos seus membros ampla liberdade de ação no planejamento e execução dos trabalhos. Em sua qualidade de instituição de pesquisas e cursos avançados, seria essa como que “super-Universidade” algo semelhante a instituições congêneres do estrangeiro, que demonstraram sua exeqüibilidade (no caso específico da Linguística, lembraria dois símiles latino-americanos, o Instituto Caro y Cuervo, da Colômbia, e o Colégio do México). É preciso, em suma, que se idealize uma instituição desburocratizada, que se justifique pelo trabalho produzido e não pelo atendimento às miudezas e instabilidades de nossos regulamentos universitários.

Seu pessoal poderia ser recrutado entre os professores da Capital e do Interior que se mostraram capacitados para o trabalho em questão; dispensados da docência nos cursos de graduação de suas escolas (às quais, todavia, continuariam funcionalmente ligados, e encarregados de orientar o pessoal remanescente) e postos à disposição do Centro de Pós-Graduação, tais professores ensejariam a instalação, sem maiores ônus para o Estado, de um verdadeiro centro de pesquisas,

justificando sua permanência nessa condição unicamente em termos de trabalho realizado.

É desnecessário dizer que o corpo docente deve exercer suas atividades em regime de dedicação exclusiva; esse regime foi instituído no Estado de São Paulo por volta de 1960, e assim não se verificam aqui, absolutamente, estas condições descritas por Aryon Dall'Igna Rodrigues: "() remuneração reduzida, que obriga o professor a assumir demasiados compromissos, não concessão de oportunidade ao professor para trabalhar na escola fora das aulas dedicadas estritamente às aulas ()" ¹².

É evidente que precisamos aperfeiçoar a instituição do tempo integral; num trabalho de 1969 reclamei contra o fato de que nem sempre se tem entendido esse regime de trabalho como um investimento na pesquisa ¹³. E a um investimento deve corresponder necessariamente uma produção. O tempo integral em São Paulo teve como resultado a formação de um corpo docente universitário sensivelmente mais titulado que em outras partes do país, com reflexos no estímulo e na ativação de diversos setores da pesquisa, mas é preciso que ocorra agora uma fusão de propósitos à volta de projetos comuns, a melhor prova de maturidade que os órgãos governamentais e a comunidade esperam de seus núcleos universitários.

Ainda quanto ao corpo docente, devia-se estudar a implantação do ano sabático em nossos hábitos universitários, para permitir a atualização dos conhecimentos por meio de estágios no estrangeiro. A Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, tanto quanto estou informado, planeja preencher essa lacuna, facilitando aos professores orientadores de cursos de Pós-Graduação permanências de quatro meses em centros internacionais de pesquisa. Deve-se buscar, igualmente, concretizar a figura do Professor Visitante, já prevista em nossos regulamentos, bem como estabelecer convênios de intercâmbio de professores com universidades estrangeiras.

Os Centros de Pós-Graduação precisarão também de bibliotecas e equipamentos; deve-se constituir um fundo bibliográfico constantemente atualizado, e dotado das principais revistas especializadas. Em nosso Estado, devia-se promover a

(12) Cf. "Sobre a Lingüística e o Ensino de Línguas no Brasil", *El Simposio de Cartagena*, Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1955, p. 118.

(13) "A Descrição do Português Culto", Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*, edição de 23-3-1969.

fusão dos acervos atualmente dispersos em várias cadeiras da Universidade, bem como organizar-se um catálogo-dicionário que repertoriasse a bibliografia especializada recolhida nas Faculdades do Interior.

Para divulgar os trabalhos desenvolvidos, fundar-se-ia uma revista que, ademais, garantiria um suprimento de publicações, a título de intercâmbio. Apenas para informar, lembro que uma revista não especializada em Lingüística, como a *Alfa*, órgão do Departamento de Letras desta Faculdade, mantém intercâmbio com mais de 140 publicações especializadas, procedentes de 46 países.

Quanto ao equipamento (laboratório de fonética experimental, laboratório de línguas), deve ser adquirido aos poucos, à medida que se formem os especialistas necessários à sua utilização. Aqui mesmo em São Paulo já se perdeu um incipiente laboratório de fonética por falta de pessoal adequado.

Na seleção do corpo discente, devia-se dar preferência aos candidatos já ligados ao magistério universitário, ou em vias de fazê-lo. E para canalizar melhor os interesses, devia-se permitir que alguns cursos acolhessem a matrícula de alunos interessados na Pós-Graduação *lato sensu*, isto é, candidatos que venham em busca de aperfeiçoamento e especialização, sem maiores ambições. A hipótese, aliás, foi acolhida por um membro do Conselho Federal de Educação, a Dra. Esther Figueiredo Ferraz, nestes termos:

"Entendemos que há interesse em estimular e facilitar o processo de *educação continuada* — de crescente importância nesta época de vertiginoso progresso da ciência e evolução da cultura. Além dos casos que se enquadram nos cursos de aperfeiçoamento, extensão ou especialização, outros haverá de pessoas interessadas em cursar *apenas algumas disciplinas* dos cursos pós-graduados, sem ambicionar o grau acadêmico. Resguardados os interesses das escolas e assegurado que não se confundirão tipos diferentes de cursos, parece razoável admitir a matrícula de estudantes com pretensões diversas das alimentadas pelos que se vão tornar Mestres ou Doutores" ¹⁴.

Aos alunos mais capacitados podia-se conceder bolsa de estudos, buscando as entidades financiadoras da pesquisa dar prioridade aos projetos a desenvolver em cursos de Pós-Graduação. Somente seriam enviados ao estrangeiro os alunos interessados em programas ainda não contemplados por algum

(14) *Documenta* 64 (dezembro de 1966), 143.

curso no país. Outra possibilidade seria a de utilizar os alunos bolsistas como auxiliares de ensino na própria Universidade, prática tão comum num país desenvolvido como os Estados Unidos.

O Planejamento da Pesquisa Lingüística nos Cursos de Pós-Graduação

7. Poderíamos caracterizar o desenvolvimento da Lingüística no Brasil com uma palavra apenas: imaturidade. Imaturidade por diversas razões:

a) Apenas em 1962 a Lingüística foi incluída como matéria básica obrigatória em todos os currículos de Letras do país. Passados nove anos, ainda não se resolveram alguns problemas básicos relativos à implantação da nova disciplina, tais como preparo de pessoal adequado, criação de centros universitários especializados, fundação de associações acadêmicas ativas e edição de pelo menos uma revista especializada, de alto nível. Se observarmos o que se passava na América Latina unicamente no que respeita à constituição de centros de estudos, notaremos que na década de 20 fundou-se o Instituto de Filologia de Buenos Aires, na de 30, o Instituto de Filologia de Lima e o Colégio de México, na de 40, os Institutos de Filologia de Santiago e de Caracas, e o Instituto Caro y Cuervo de Bogotá, e na de 50, o Instituto de Filologia de Montevidéu. Desses, apenas o primeiro desapareceu, mas foi substituído por outro em 1949.

b) A quase inexistência de pessoal adequado e de atmosfera propícia ao trabalho, dadas as carências indicadas, gerou outros males, como numa seqüela:

— não conseguimos criar uma ciência própria, e, assim, temo-nos limitado a glosar teorias lingüísticas desenvolvidas em centros mais adiantados do estrangeiro;

— temos demonstrado uma notável inclinação pela última “moda lingüística”, com prejuízo daqueles setores do conhecimento que tinham sido razoavelmente desenvolvidos graças aos esforços de alguns denodados pesquisadores patricios; com isso, é escassa nossa tradição científica, nunca se continuam tarefas começadas, nem se concluem projetos específicos, perecendo tudo no mar do individualismo e da falta de planejamento;

— o apego aos modelos originários de culturas mais desenvolvidas tem levado nossos poucos pesquisadores a optar

por temas pouco interessantes à cultura nacional, postergando-se aqueles fundamentais e inadiáveis; a dificuldade em desenvolver semelhantes temas no ambiente universitário brasileiro é fonte de muitos desenganos e é o responsável pelo não surgimento até aqui de centros estáveis de organização da pesquisa.

c) A associação desses fatores explica por que não tenham surgido até aqui manuais de iniciação à Lingüística mais acurados, nem livros de texto que facilitem o ensino em nossas populosas classes (estou pensando em trabalhos como os de Manuel de Paiva Boléo, *Lições de Filologia Portuguesa*, 1953, Tristano Bolelli, *Per una storia della ricerca linguistica*, 1965, e os muitos *Readings in Linguistics* das universidades americanas); também por isso não se constituíram fundos bibliográficos apreciáveis, e assim nossas leituras continuam assistemáticas e sujeitas às facilidades que só o acaso traz.

Não vejo uma solução única para esses problemas; não obstante, a quantidade de seminários havidos e o interesse crescente que a Lingüística tem despertado entre nós representam um estímulo para tentar novos caminhos, e uma grave responsabilidade para os que possam de algum modo canalizar as intenções e levá-las a bom termo.

Seria preciso criar uma mentalidade nova entre os professores de Lingüística do país, propiciar meios mais eficazes de informação científica, vitalizar um organismo como a Associação Brasileira de Lingüística, da qual tanto se espera. Sobre tudo, será necessário planejar e executar cuidadosamente os novos cursos de Pós-Graduação, que representam na hora atual a saída mais apreciável para o desenvolvimento efetivo e o amadurecimento da Ciência da Linguagem entre nós.

8. Na organização dos cursos e no planejamento das pesquisas pós-graduadas no Centro de Pós-Graduação de São Paulo, é preciso admitir como pressuposto o estabelecimento dos convênios já mencionados, bem como a associação das disciplinas de Lingüística, Filologia Românica, Língua Portuguesa e Línguas Indígenas numa só área de concentração, e, ainda, a organização dos temas de trabalho a propor, de modo a garantir um desenvolvimento harmonioso da ciência, dentro de projetos prévia e claramente estabelecidos.

A fusão das antigas cadeiras numa só área de conhecimento, tão desejável em trabalhos deste tipo, vem, aliás, sugerida na própria programação deste "Seminário sobre a Pós-Graduação em Letras". Dependerá, entretanto, de muitos es-

forços, devendo-lhe corresponder um diagnóstico realista das tarefas a cumprir. Apesar de terem legalmente desaparecido, é grande ainda a vitalidade das cátedras, o que tem sido muito sensível nesta fase de organização de cursos de Pós-Graduação. A esperada associação de disciplinas afins não ocorreu, ressurgindo o velho individualismo que poderá pôr em risco o desenvolvimento dos projetos de pesquisa, absolutamente indispensáveis quando se trata de Pós-Graduação.

Com relação aos projetos mencionados, seria conveniente que sua organização fosse associada de algum modo aos próprios cursos a ministrar, de tal forma que o corpo docente, representativo de diferentes correntes teóricas, estivesse ao mesmo tempo vinculado a projetos específicos. Por outras palavras, organizando cursos, estariam os Centros de Pós-Graduação propondo uma visão particular da própria Lingüística; selecionando projetos, estariam orientando o desenvolvimento dessa ciência em nosso meio, dada a decorrente fixação de prioridades.

Por tudo isso, na organização do curso de Pós-Graduação em Lingüística que passo a expor ao debate dos interessados, a) consideram-se associadas todas as disciplinas que tratam do fenômeno da linguagem; b) indicam-se cursos em diversos níveis, ficando entendido que as opções dos candidatos devem, na medida do possível, abarcar uma espécie de cada nível; c) junto com os cursos menciono resumidamente, a título de sugestão, os projetos que podem ligar-se a eles. O caráter premeditadamente sumário desta parte tem o objetivo de estimular o debate, sem o qual as afirmações que acaso fizesse assumiriam inevitavelmente um ar de indesejável prematuridade.

A) INICIAÇÃO À LINGÜÍSTICA

Curso de caráter propedêutico que será necessário ministrar dada a precariedade do ensino em nossas Faculdades de Letras, tomadas como um todo. O desenvolvimento desse curso deveria levar-nos ao preparo de bons manuais de iniciação e de leituras selecionadas, para exame em classe.

B) CURSOS BÁSICOS

1. *Teoria Lingüística*: denominação geral para um elenco de cursos entendidos como subsídios para uma História da Lingüística, que será o projeto ligado a estes cursos. É vital

que o pós-graduando tenha uma visão geral do desenvolvimento da ciência a que se dedica e que seja habilitado a refletir mais detidamente sobre tendências e figuras dessa ciência — tanto é certo que a própria História da Linguística vai-se constituindo em disciplina autônoma! Relaciono alguns cursos:

- a) Linguística Histórica: comparatistas e neogramáticos.
- b) Idealismo Linguístico.
- c) Dialetoлогия Geral.
- d) O pensamento linguístico de Ferdinand de Saussure.
- e) Os Estruturalismos (Escola de Genebra, Círculo Linguístico de Praga, Escola de Paris, Escola de Copenhague, Escola Americana, compreendendo os mecanicistas, Trager e Smith, Hockett e Gleason, etc.).
- f) A gramática gerativa-transformacional de Chomsky.
- g) A norma gramatical e a língua padrão.

2. *Linguística Histórica*

- a) A formação de uma língua românica.
- b) A formação do português europeu; o português medieval.
- c) História do Português do Brasil, constituindo um projeto em que se examinaria sistematicamente o português seiscentista e a evolução de sua estrutura até nossos dias.

3. *Linguística Descritiva*

- a) Fonologia: métodos de análise.
- b) Morfossintaxe: métodos de análise.
- c) Lexicologia e Semântica.
- d) Descrição do português culto, com a adoção do projeto especificado no libreto *Projeto de Estudo da Norma Linguística Culta de Algumas das Principais Capitais do Brasil*, Marília, Conselho Municipal de Cultura, 1970.
- e) Dialetoлогия brasileira, buscando-se executar tarefa análoga à de Nelson Rossi com aplicação aos falares rurais de São Paulo.
- f) Estrutura de uma língua românica.

- g) Estrutura de uma língua não indo-européia, de preferência indígena, concorrendo assim para o desenvolvimento da Lingüística Indígena. Os resultados aqui obtidos seriam de enorme valia, dado seu caráter complementar, para o estudo histórico do Português do Brasil.

C) *CURSOS COMPLEMENTARES*

1. Estilística; projeto: estudo da formação da língua literária portuguesa e de sua matização no Brasil.
2. Filologia de textos arcaicos e modernos.
3. Teoria Literária.
4. História da Literatura.
5. Antropologia.
6. Etnologia.
7. Psicologia.
8. Matemática e Estatística.
9. Sociologia.

Muito precisaria ainda ser dito, pois a matéria, pela sua novidade, comporta longas discussões. Na verdade, se exce- tuarmos a sessão dedicada ao estudo da Pós-Graduação em Li- teratura Portuguesa, situada no contexto do "II Encontro Na- cional de Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa" Belo Horizonte, julho de 1971), esta será a primeira vez que se enseja um debate amplo sobre a Pós-Graduação em Letras; mas, como o assunto é ainda mais amplo, oxalá outros encon- tros sejam convocados para que se dê continuidade a um diá- logo apenas começado.

A PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA PORTUGUESA NA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MARÍLIA

Comunicação livre

João Décio

A extrema dificuldade que os alunos apenas graduados pelas Faculdades de Filosofia, têm encontrado para conseguir aulas nos estabelecimentos de ensino oficial do Estado, obriga-os naturalmente a tentar vencer as barreiras criadas pela concorrência.

Acabam reconhecendo eles que a simples conclusão de um curso não resolve o problema intelectual e muito menos o problema de ordem profissional. Surge a necessidade de realizar cursos de extensão universitária, de aperfeiçoamento, de especialização ou de pós-graduação, que lhes permitam, num sentido pragmático, adquirir mais pontos para vencer a referida concorrência.

Ora, é no respeitante aos cursos de pós-graduação que pretendemos nos pronunciar, agora, nesta continuação de uma série de artigos sobre o ensino da Literatura Portuguesa numa Faculdade de Filosofia da rede oficial, no caso na de Marília.

Um curso de pós-graduação em Literatura Portuguesa exige uma série de requisitos, que naturalmente constituem a rigorosa seleção das capacidades intelectuais e as possibilidades de tempo, tanto no tocante ao professor que vai orientar os cursos de pós-graduação, quanto aos alunos que vão frequentá-los.

Da parte dum professor que pretenda ministrar curso de pós-graduação em Literatura Portuguesa, vários são os requisitos imprescindíveis. Primeiro: que tenha excelente formação no campo da Literatura Portuguesa e da Teoria da Lite-

ratura. Não se compreende que um professor que lecionasse Literatura Portuguesa ou qualquer outra literatura, não domine os conceitos básicos do campo da teoria como os de conto, poesia, romance, novela, épica, lírica, etc.

Outro requisito é que o professor de Literatura Portuguesa que se propõe a ministrar cursos de pós-graduação tenha larga experiência no campo da pesquisa e da docência.

Não se pode compreender que um professor que vá orientar um trabalho de pesquisa, através de aulas ou de entrevistas, não tenha realizado os seus próprios trabalhos, não tenha feito concursos, não tenha ministrado cursos de extensão universitária, sem o que é praticamente impossível a orientação de cursos de pós-graduação, e muito menos teses de mestrado ou de doutoramento.

Há, regra geral, exigência de que o professor que vai ministrar cursos de pós-graduação, tenha, no mínimo o título de doutor, isto é, tenha realizado pelo menos um trabalho de longo fôlego sob orientação de um especialista na sua área de trabalho.

Mas, voltemos à realidade do curso de pós-graduação pensando agora na capacitação dos candidatos a esse tipo de curso. Para um aluno que pretenda fazer curso de pós-graduação, são necessários alguns requisitos dentre os quais saliento os seguintes: devem possuir eles um conhecimento em profundidade da história da Literatura Portuguesa; devem ter um conhecimento razoável dos principais fatos da História de Portugal e de sua cultura. Devem ter conhecimentos de Teoria da Literatura, pois é imprescindível que dominem os conceitos básicos de literatura, ficção, poesia, romance, novela, conto, etc. Ainda, mais, é necessário que tenham cursado especificamente Literatura Portuguesa durante três anos, ou seis semestres. É preciso que além de dominar o panorama da Literatura Portuguesa, eles tenham realizado pelo menos quatro cursos monográficos (pensando-os em cursos de profundidade), que já o obrigaram à pesquisa, ao levantamento e aproveitamento de bibliografia especializada. Ainda mais, é necessário que tenham redigido algumas resenhas senão críticas, informativas, de algumas obras literárias e além disso é necessário que saibam fichar os tópicos de uma obra literária. Portanto, há um longo caminho a percorrer antes que um licenciado por uma Faculdade de Filosofia possa realmente estar em condições intelectuais de ingressar num curso de Pós-Graduação. Além do mais, é preciso que o aluno (bem como o professor) trabalhem em tempo integral, quer dizer, possam dedicar todos

os dias, dois períodos do dia às aulas, entrevistas, orientações de pesquisas e de bibliografia.

Ademais, é necessário, imprescindível mesmo que a Instituição (no caso, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras ou o Instituto de Letras) conte com recursos materiais, isto é, bibliotecas, salas de leituras, salas especiais para professores, mas que possam receber seus alunos e possam orientá-los com todos os recursos exigidos pelo ensino da Literatura.

Atendidos todos esses requisitos, ou melhor, pré-requisitos para elaboração de um curso de pós-graduação, pensemos nele em si, dentro do campo que nos interessa especialmente aqui, a Literatura Portuguesa.

Acreditamos que um curso de Pós-Graduação deva ter duas direções: a realização de um trabalho de pesquisa, numa área delimitada, com orientação estreita do professor, através de aulas, entrevistas, sessões de estudo, pesquisas em bibliotecas. Daí resultaria naturalmente a elaboração e a redação de trabalhos de pesquisas de maior ou menor extensão: resenhas informativas e críticas, artigos, ensaios, dissertações ao final do curso, que seria o crédito final e mais importante para a conclusão do trabalho. Atribuídos os créditos ou as notas, seria conferido o título de pós-graduação. No caso do trabalho em Literatura Portuguesa, o aluno deveria satisfazer às exigências de trabalhos preliminares que constituem um processo de adestramento dos alunos ao conteúdo em si do curso de pós-graduação. Assim, é possível que ocorra o caso do aluno que, além dos créditos específicos na cadeira de Literatura Portuguesa, possa precisar de aprofundar estudos paralelos em disciplinas como Teoria da Literatura, História de Portugal ou Cultura Portuguesa, para que possa dar maior fundamentação aos cursos da disciplina específica.

Além dessa direção da Pós-Graduação, que leva à redação de um trabalho de longo fôlego (com contribuição original, com orientação bibliográfica e com métodos e técnicas de pesquisa) o aluno poderá levar mais adiante sua pesquisa, realizando o que chama de Tese de Mestrado, que concluída será defendida diante de uma banca de três ou cinco membros, de que é presidente nato o orientador da tese.

Quanto à carga horária exigível ela varia consoante se considerem trabalhos dentro da Faculdade, ou trabalhos em casa ou em centros de pesquisa. Pensando em termos de que o aluno deva dedicar duas horas por dia à pós-graduação, é possível pensar que nos dois anos (um terceiro levaria à elaboração da tese de mestrado), o aluno será obrigado a 800 horas

de dedicação à pesquisa somente dentro da Faculdade. Outras tantas 400 horas deverão ser exigidas em trabalhos em casa ou nos centros de pesquisa outros, além da Faculdade.

A exigência, assim, para elaboração de cursos de Pós-Graduação, que podem ou não conduzir à tese de mestrado, será gradativa. Quanto à elaboração de tese de mestrado cremos nós, deva ter em média o mínimo de dois anos, o máximo de três anos, e exigirá leitura de cuidada e escolhida bibliografia, a escolha de um tema original e a orientação semanal através de entrevistas. Haverá exigência de que toda semana o pós-graduado apresente a sua atualização, através do fichamento de leituras, em torno do tema proposto para o mestrado.

Acreditamos que um curso de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa possa apresentar os seguintes aspectos positivos: 1.º — permite ao pós-graduado dominar a História da Literatura Portuguesa, bem como compreendê-la no estudo dos textos fundamentais; rever as falhas no campo da Teoria da Literatura, da História de Portugal, bem como a História de sua cultura; 2.º — enfronhar-se nos métodos e técnicas de pesquisa dos problemas literários, junto às bibliotecas e outros centros especializados; 3.º — adquirir conhecimentos que permitam mais facilmente a conquista de bolsa de estudos, e que mais facilmente permitam a realização com sucesso dos cursos de ingresso ao magistério cada vez mais complexos, difíceis e mais concorridos.

Ademais, o pós-graduado que realizou um curso proveitoso e que chegou a redigir e defender uma tese de mestrado, é um candidato em potencial (pelo menos tem qualidades para isso) a uma colocação numa Faculdade de Filosofia oficial.

São vantagens intelectuais e materiais que permitirão àqueles que fizerem curso de pós-graduação, passarem naturalmente na frente dos que deixaram o tempo correr, ficaram na rotina do ensino secundário, enfadonha e esterilizante.

Quanto à realização do trabalho em si, como poderia se operar no campo da Literatura Portuguesa? O professor e o candidato ao curso de pós-graduação fariam uma entrevista preliminar em que poderia se verificar o domínio no campo da Literatura Portuguesa e em disciplinas próximas: Teoria da Literatura, Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa, Cultura Portuguesa e História de Portugal. No tocante à Literatura, conviria verificar e valorizar a leitura dos textos básicos da literatura mundial: as obras de Homero, de Vergílio, a *Divina Comédia* de Dante, *O Paraíso Perdido* de John Milton, *Dom Quixote* de Cervantes, algumas peças de Shakespea-

re, o romance de Proust e os de James Joyce, pelo menos o *Ulisses*. Quer dizer, o professor verificaria a cultura literária num sentido mais amplo, do candidato à Pós-Graduação.

Aceito o candidato, será necessário acertar o trabalho em si. Escolher uma linha de originalidade, num tema ou num autor da Literatura Portuguesa é o primeiro passo. Quais os temas ou autores que poderiam ser abordados? Temas como: "As grandes linhas da poesia portuguesa", "A personagem, o tempo, o foco narrativo na evolução do romance em Portugal", "A poesia de Fernando Pessoa", tema exploradíssimo mas que ainda dá margem a um número grande de artigos, ensaios, teses e outros trabalhos; o romance moderno em Portugal, que ainda não foi estudado como se faz necessário. Por exemplo, a proposição de estudos temáticos e da técnica romanesca em autores como Vergílio Ferreira, Fernando Namora, Augusto Abelaira, Almeida Faria, Maria Isabel Barreno, Faure da Rosa, José Régio, José Rodrigues Miguéis, dentre os romancistas, e Herberto Helder, Eugênio de Andrade, João José Cochofel, Alexandre O'Neill, Reinaldo Ferreira dentre os poetas.

Devemos pensar, por exemplo, que outros momentos da Literatura Portuguesa ainda estão por estudar, como a geração da Presença, a geração neo-realista, em termos de suas tônicas, sua temática, seus autores.

Assim é que a pesquisa em Pós-Graduação deve ser um processo de inovação de temas, autores e momentos de Literatura Portuguesa. Claro que os estudos monográficos devem ser valorizados e destacados. Por exemplo, o estudo do conto de José Rodrigues Miguéis, ou de José Régio; ou da poesia de Herberto Helder.

Por outro lado, autores, que embora sendo de nomeada ficaram esquecidos dada a presença de enormes montanhas literárias, podem e devem ser considerados. Assim é que a obra novelística de Almada Negreiros (da geração do "Orpheu") que está sendo reeditada, ainda não mereceu um estudo de longo fôlego.

A tradicional "Semana da Faculdade", realizada anualmente, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, em 1971 está entregue ao Departamento de Letras que, na oportunidade (de 30 de agosto a 3 de setembro), debaterá o problema da Pós-Graduação nas áreas de Lingüística e Literatura.

No tocante aos dois campos, figuras da maior expressão foram consultadas e a maioria delas acedeu em comparecer a

Marília para discutir o problema que realmente é de grande alcance. Possivelmente participarão professores de Teoria da Literatura, Literatura Portuguesa e Brasileira, no tocante ao aspecto literário, além de outros que debaterão no campo da Lingüística, Língua Portuguesa, Latim e Línguas e Literatura estrangeiras modernas.

A pergunta que se põe inicialmente é como equacionar, ao nível administrativo e didático, a criação de um curso de pós-graduação, no nosso caso particular, de Literatura Portuguesa.

É sabido que a autorização para a criação e funcionamento dos cursos de Pós-Graduação é exclusiva do Conselho Federal de Educação, que impõe uma série de condições, para que o empreendimento se efetive. Assim, como pode a área de Literatura Portuguesa pleitear e conseguir tal autorização?

Em primeiro lugar, são imprescindíveis a experiência e capacidade dos professores que vão ministrar referidos cursos. Em segundo lugar, cumpre assinalar as condições didáticas e materiais da Escola, seja ela uma Faculdade de Filosofia ou um Instituto de Letras.

Pessoal especializado e em número suficiente para ministrar cursos de Pós-Graduação é o que se impõe inicialmente, não só na disciplina específica como nas áreas de domínio conexo. Em segundo lugar, um curso de pós-graduação deve começar com um número pequeno de candidatos, digamos, dez alunos, para que se promova uma experiência durante dois ou três anos.

É preciso lembrar que, comparativamente, dez alunos de Pós-Graduação exigem um esforço igual ao exigido por 120 alunos de graduação, pela concentração e pela presença constante de orientando-orientado no encaminhamento para o Mestrado ou Doutorado.

Pelo exposto até o presente, em geral é mister deslocar os professores mais experimentados e categorizados em termos de títulos, para ministrarem tão-somente cursos de Pós-Graduação, o que implicaria, pelo menos na ocasião da instalação, da duplicação de pessoal. Ora, aqui sim está o nó do problema. Há dificuldade em encontrar pessoal habilitado para ingressar no ensino superior, com vistas a este reforço imprescindível. Claro está, a instalação exige também, obviamente, enorme esforço de verba orçamentária.

Quanto ainda ao problema do pessoal especializado para ministrar curso de Pós-Graduação, é possível, após a realização

da entrevista do professor da disciplina com o candidato, verificar-se a necessidade de um aprimoramento, um aperfeiçoamento em outras áreas. Se for o caso (e o será em muitas oportunidades), professores com disponibilidade nessas outras áreas poderão ser consultados para ministrarem cursos paralelos ou complementares.

Cumpre, neste caso, que o curso de Pós-Graduação não se circunscreva a uma disciplina, mas abranja uma área maior que se convencionou chamar de “domínio conexo”. No caso que estamos apreciando, o de Literatura Portuguesa, no “domínio conexo” entrariam normalmente disciplinas outras como Teoria da Literatura, História de Portugal, História da Cultura Portuguesa, História da Arte e eventualmente Literatura Brasileira. É preciso, portanto, verificar se nestas áreas, os professores dispõem de tempo para cuidar dos seus afazeres específicos e ainda para colaborar nas áreas de domínio conexo. Como se está a ver, o curso de Pós-Graduação deve se desenvolver como um verdadeiro trabalho de equipe e é assim que ele deve se impor com relação à maioria das Universidades e das Faculdades de Filosofia da rede estadual de ensino. E há aqui que resolver o problema das arestas entre os professores, pesquisadores, orientadores de curso de Pós-Graduação, pois eles podem ter dos referidos cursos os mais variados conceitos e interpretações.

A realização do curso de Pós-Graduação, por outro lado, deve consistir no desenvolvimento de certas atividades, impossíveis de serem realizadas no de simples graduação, como por exemplo, na iniciação no campo da pesquisa, no caso na de Literatura Portuguesa.

Quanto às duas direções dos cursos de Pós-Graduação, parece ser unânime a idéia em torno do Mestrado e do Doutorado. Aquele se opera através de cursos, ao final dos quais o candidato se propõe à defesa de uma monografia, uma dissertação, com tema original ou não, enquanto que o Doutorado implica numa problemática bem mais ampla.

Em primeiro lugar, alguns aceitam a idéia de que o Mestrado deva ser obrigatório para todo o candidato ao Doutorado enquanto outros desvinculam completamente um curso de outro. Particularmente, se queremos pensar numa carreira de pesquisa e de docência com caracteres de real seriedade, temos de aceitar a idéia de que antes de realizar o seu Doutorado, o candidato deve realizar a linha do Mestrado. Para nós, este deve ser um requisito para a conquista daquele.

Quanto à essência de ambos, há diferenças fundamentais. Enquanto o Mestrado é um trabalho orientado exclusivamente por um professor, ao final do qual o candidato redige uma breve dissertação que será defendida diante de uma comissão examinadora constituída por três membros em sessão secreta, o Doutoramento se resolve numa longa e exaustiva caminhada, por vários anos, na discussão ou solução de um tema original, portanto não perfilhado. A originalidade não predomina no Mestrado. Por outro lado, pela sua própria dimensão e importância, o Doutoramento exige uma atenção permanente, do candidato e do orientador, com entrevistas semanais, discussões "tête-à-tête"; neste caso, não só o orientador deve possuir maior envergadura como dispor de mais tempo (um professor, em princípio, somente poderá orientar uma tese de Doutoramento, se dispuser, bem como seus auxiliares, de tempo integral), para dedicar-se à orientação dos candidatos ao título de "Doutor".

Se nos trabalhos que conduzem ao Mestrado, podemos pensar em equipe, em seminários de grupos, não assim no Doutorado. Aqui, a orientação há que ser direta, individual, contínua, ininterrupta. Ainda, em outro ponto diferem os dois tipos de cursos de Pós-Graduação. O Doutorado se resolve numa pesquisa em que a originalidade é imprescindível, enquanto que o Mestrado não exige tal. A título de informação, lembre-se o que ficou estatuído como exigência à conquista do grau de Mestre na Universidade de São Paulo: o candidato ao Mestrado pode apresentar uma bibliografia crítica, uma edição anotada de uma obra, um mapeamento de dados ou trabalho equivalente.

De qualquer forma, as atividades que conduzem ao Mestrado ou ao Doutorado devem constituir rigorosamente pesquisas, isto é, não devem reduzir-se elas a meras aulas, seminários, mas na elaboração de trabalhos numa hierarquia: desde as resenhas informativas, resenhas críticas, artigos, ensaios, até se atingir a dissertação de Mestrado e à tese de Doutoramento.

Isto no tocante à orientação em si dos trabalhos que levam às escaladas iniciais no campo da pesquisa. Agora, pode-se perguntar: Qual a utilidade do Mestrado ou do Doutorado, para os que o realizam? A que conduzem tais trabalhos? Quais as vantagens no campo puramente intelectual ou na vida prática? Intelectualmente as vantagens são muito grandes, porque a realização dos dois níveis do curso de Pós-Graduação praticamente constitui o início das atividades de pesquisa

e o domínio de suas técnicas. No sentido prático abrem ou podem abrir eventualmente as portas para a carreira universitária no campo da pesquisa ou da docência, num momento em que se expande enormemente o número de Escolas de nível superior, especialmente as Faculdades de Filosofia.

Contudo, para que haja real e completo aproveitamento dos concluintes dos cursos de Mestrado e Doutorado, faz-se mister que as disciplinas das Faculdades de Filosofia se expandam. Tal processo demanda primeiramente a existência de pessoal capacitado a lecionar e orientar pesquisas no curso superior e aqui deverão ser aproveitados os elementos que já concluíram cursos de Mestrado e de Doutorado. Outro requisito é a necessidade da existência de condições materiais de trabalho (bibliotecas, salas especiais, recursos audiovisuais, salas ambiente para seminários e debates e salas para leitura de aparelhos de microfilmes), sem o que é impraticável a efetivação de trabalhos sérios como são os que conduzem ao Mestrado e ao Doutorado.

Quanto à relação orientador-orientando, é mister que haja um contacto permanente, através de entrevistas, em que se vai discutir o conteúdo da dissertação ou da tese, em que se acentue também a orientação no campo da bibliografia.

Estas são algumas das idéias que nos surgiram e que informam a criação, instalação e o funcionamento dos cursos de Pós-Graduação ao nível do Mestrado ou do Doutorado.

Mas, nesta altura, surge um problema tão grave quanto básico: o das condições e das possibilidades de instalação dos cursos. Duas idéias têm norteado os interessados, no que tange às Faculdades da rede estadual de ensino. A primeira consiste no estabelecimento de convênio entre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília e a Universidade de São Paulo. A segunda, na associação de várias Faculdades de Filosofia, de uma determinada região, conjugando esforços de pessoal, de recursos de material de consulta e de pesquisa. Assim, poder-se-ia organizar equipes de professores que ministrassem cursos de Pós-Graduação, nesta associação de Faculdade, de caráter regional. No primeiro caso, e mesmo no segundo, o mais prático seria pensar no deslocamento de professores e evitar-se o desolcamento de alunos. Se se tratar de Faculdades próximas, também a segunda hipótese poderia ocorrer.

Até o momento, são estas nossas idéias iniciais sobre o problemático curso de Pós-Graduação, que adquire cada vez maior importância no âmbito do ensino superior.



Abertura do Seminário (da esquerda para a direita): Dr. Paulo A. Fincellich, Professor-Chefe do Departamento Prof. Silvío Pereira Guimarães, da Delegacia Regional de Ensino de Marília; Prof. Dr. Eduardo D'Oliveira França, Prof.^a Dra. Olga Panfaleão, Diretora da Faculdade Prof.^a Dra. Angela Vaz Leão, da Universidade Federal de Minas Gerais; Prof. Dr. Paulino Vantreser, da Universidade Federal de Santa Catarina; Prof. João Nunes Miranda, da Delegacia Regional de Ensino de Marília, representando o Secretário da Educação do Estado de São Paulo.



Dr. Paulo A. Froehlich, Professor-Chefe do Dep. de Letras.



Prof. Dr. Eduardo D'Oliveira Franca



Prof. Dr. Antonio Cândido e Dra. Nelly Novaes Coelho.



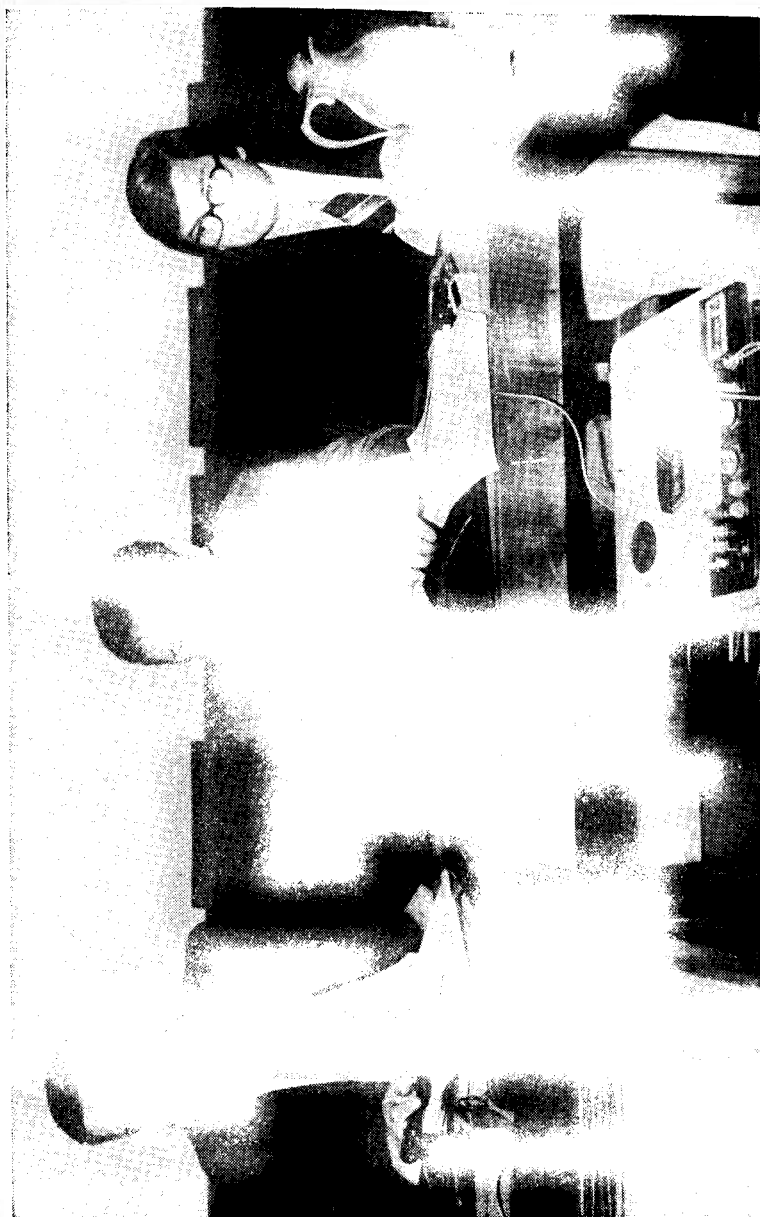
Prof. Dr. Massaud Moisés e Dr. João Décio.



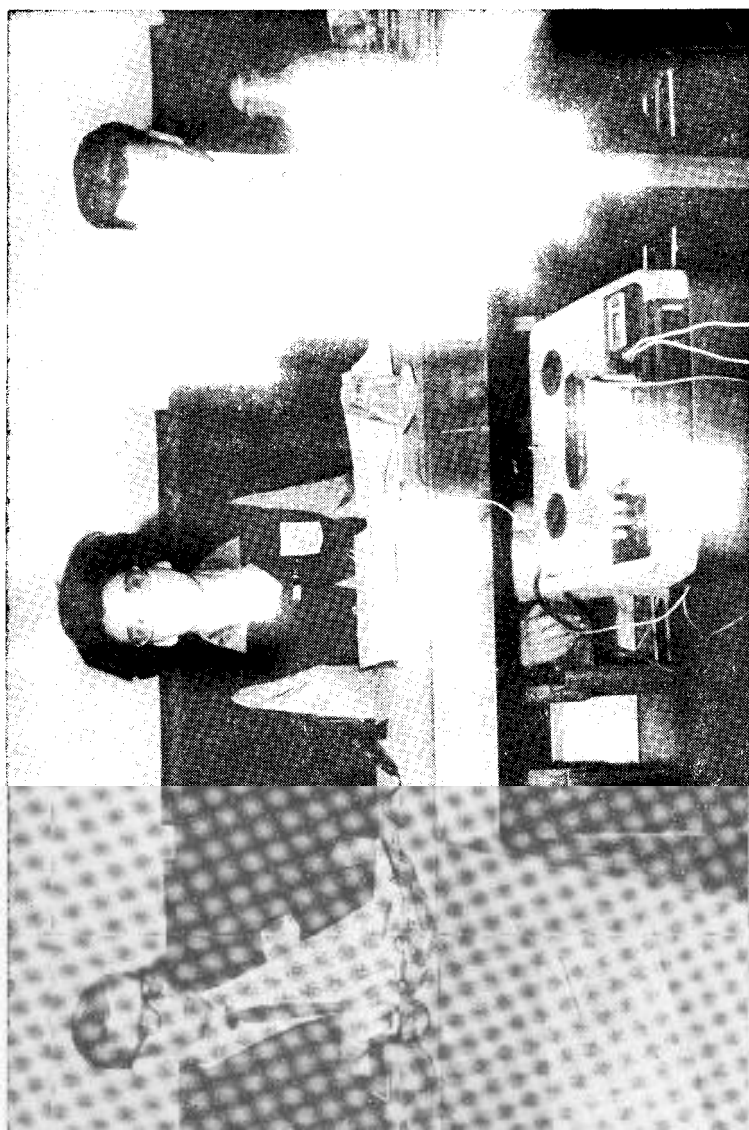
Prof. Dr. Alfredo Bosi e Prof. Osman Lins.



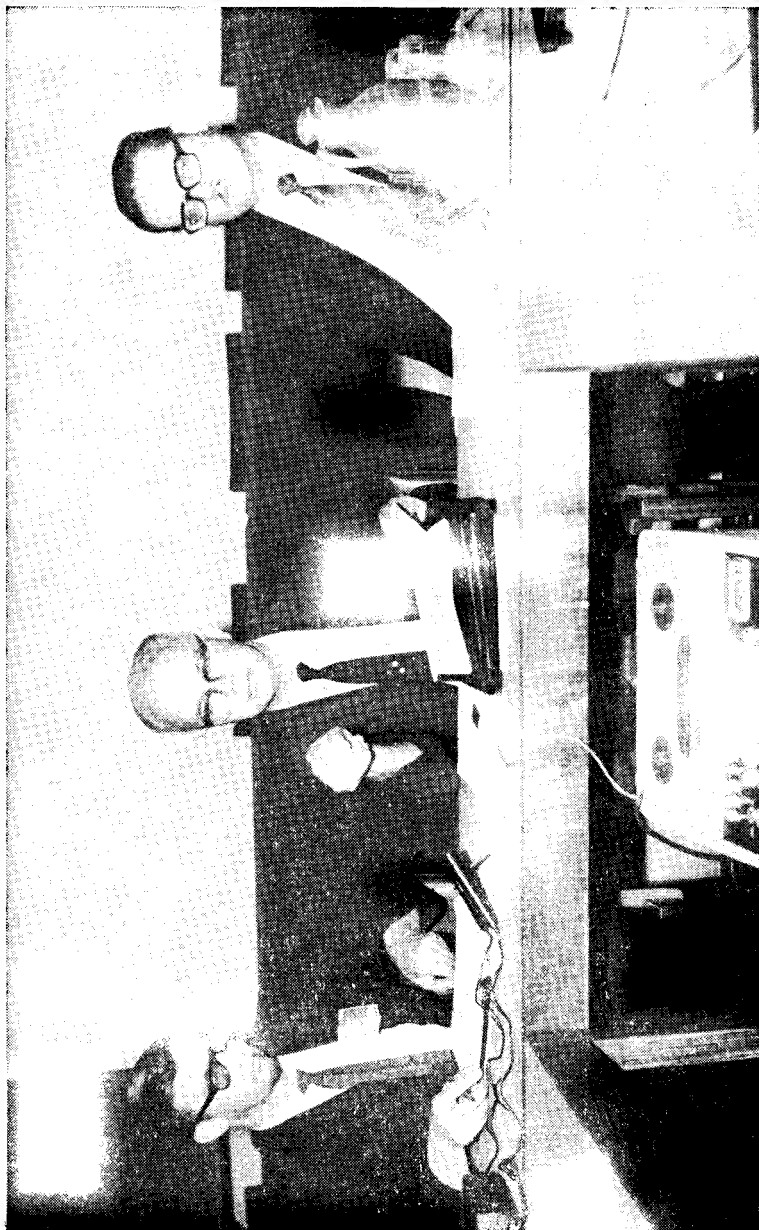
Dra. Martha Steinberg, Prof.^a Silvia Mussi da Silva Claro e Dr. Paulo A. Froehlich.



Drs. Albert Audubert, Robert Daudé e Paulo A. Froehlich.



Prof. Tina Achi Costa, Drs. Enzo Del Carratore e Paulo A. Froehlich.



Drs. Ayrton Dall'Igna Rodrigues, Cidmar T. Pals e Paulo A. Froehlich.



Prof. Dr. Segismundo Spina e Dr. Ataliba T. de Castilho.



Parte da assistência que acompanhou os trabalhos do Seminário sobre a Pós-Graduação em Letras.



Coral do "Centro de Estudos Germânicos" da FFCL de Marília.

LIVROS E REVISTAS

FRYE, Northrop — Anatomia da Crítica, São Paulo, Cultrix, 1973, 362 pp.

O problema dos mitos, dos arquétipos e dos gêneros literários tem sido uma preocupação constante de determinados setores da crítica especializada, no sentido de dar-lhe novas dimensões bem como de estabelecer distinção entre o fato literário e outros campos da cultura.

O presente trabalho de Northrop Frye, ora traduzido para o português compreende uma introdução polêmica e quatro ensaios que são os seguintes: 1. Crítica histórica: Teoria dos modos; 2. Crítica ética: teoria dos símbolos; 3. Crítica Arquetípica: Teoria dos mitos e 4. Crítica retórica: Teoria dos gêneros.

Na introdução polêmica, Frye apresenta já algumas idéias básicas e dentre elas a missão ou o dever do crítico que primeiramente deve ler muitos textos literários, para obter um levantamento que o leve a um processo indutivo no seu campo de trabalho.

Outro requisito apontado pelo A. é que se torna imprescindível a aquisição de alguns valores que configurem uma filosofia de vida, em que esteja alicerçada a posição crítica. Assim mais, é nessa altura que Frye defende a idéia de que a crítica é evidentemente uma forma de arte e os que não concordam com isso, situam-na, não criteriosamente, como uma atividade parasitária da literatura, com o que, é óbvio, o A. não concorda.

Mais adiante, quando fala em atitude indutiva e dedutiva, aparece a preocupação com o fato de a crítica literária poder ser considerada uma ciência, como um objeto e sujeito a determinadas leis. Parece que a crítica como arte tem mais possibilidade de ser impressionista e como ciência oferece mais condições de ser objetiva, como ocorre com a atividade estruturalista, por exemplo. Aliás, impressionista e estruturalista parecem ser as únicas possibilidades de abordagem da coisa literária.

Há ainda, no livro em questão, uma preocupação acentuada com situar bem a crítica literária, seu objeto, seu alcance, eliminando o que seja abordagem meramente biográfica, histórica ou sociológica da literatura.

Northrop Frye enfatiza a importância da crítica, em geral, porque as artes, com exceção da literatura, são todas mudas e não podem falar de si mesmas e, portanto, cedem passo à crítica que é arte (ou/e ciência) que pode dizer alguma coisa.

Ainda mais, Frye procura afastar a idéia de que a crítica seja uma mera atividade parasitária da literatura, de que o crítico escreve porque não é capaz de criar. Ora, a crítica constitui uma forma de criação

(ou recriação) e se revela como um discurso diferente do discurso literário (romance, poesia, conto) e, portanto, dentro desta linha de idéias, desapareceria o apregoadado parasitismo da crítica.

Como se pode notar, já nesta introdução, muito curiosa e procedentemente chamada polêmica, o A. chama a atenção para o problema da criação artística, da atividade crítica, suas limitações, potencialidades e possibilidades.

Outra idéia importante apresentada por Northrop Frye relaciona-se com as matérias vizinhas à crítica literária e com as quais esta tem de se relacionar, embora mantendo a sua especificidade e autonomia do seu processo de pensar. Ainda mais, o A. defende a idéia de que no fundo os juízos de valor são todos subjetivos, na medida em que podem ser defendidos e transmitidos indireta e não diretamente e que se tornam aceitos e parecem objetivos, resolvendo-se assim a crítica como levantamento de valores.

Na página 28, Northrop Frye apresenta as características do que impropriamente chama de crítica biográfica. E aqui, coloco a primeira restrição. Pergunto: poder-se-á falar em crítica biográfica sem que estejamos laborando em erro ou visão distorcida da realidade?

A propósito do assunto, assim se expressa Northrop Frye:

“Há dois tipos de juízos de valor, comparativos e positivos. A crítica baseada em valores comparativos cai em duas divisões principais, conforme a obra de arte seja considerada como um produto ou como algo que se possui. A primeira desenvolve a crítica biográfica, que relaciona a obra de arte fundamentalmente com o homem que a escreve. Podemos chamar a outra de crítica tropológica; e preocupa-se principalmente com o leitor contemporâneo”.

Em outros capítulos, Northrop Frye trata dos mitos, dos arquétipos, dos modos de ficção em prosa, a trágica, a cômica, dos símbolos, como imagem e como signo, como mônade, num aprofundamento cada vez maior na crítica da prosa e da poesia.

Livro fundamental para os que desejam se atualizar no campo de temas dos mais importantes para o estudioso da literatura e da crítica literária, *Anatomia da Crítica* se revela como das obras mais abrangentes dos últimos tempos e se constitui em imprescindível e inadiável leitura.

JOÃO DÉCIO

MOISÉS, Leyla Perrone — *A Falência da Crítica*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1973, 176 pp.

Um breve quanto substancioso trabalho eis o que nos apresenta a A., rastreado todo o processo (e processos) críticos em torno da

controvertida figura do poeta Lautréamont. L. P. M. repassa amplamente as atitudes críticas surgidas até a Atualidade, passando pela posição ética, biográfica, psicológica, temática, estruturalista e outras, diante da obra literária.

Numa visão geral resulta que L. P. M. mantém-se numa atitude isenta de ânimos, racional, cartesiana, fundamentada num processo de amadurecimento e de tomada de consciência gradativa da coisa literária, particularizada aqui para a poesia de Lautréamont.

Na introdução a A. foca problemas relativos à pobreza de dados biográficos do citado poeta, fixando apenas que "autor e obra estão marcados com o selo da estranheza" (p. 9).

A A. lucidamente assinala as raízes a que está presa a obra de Lautréamont, destacando especialmente a presença de uma atitude surrealista e freudiana e em particular a importância da obra em si e das possibilidades que fornece a uma variada abordagem crítica.

Outro problema focado por L. P. M. é o relativo ao parasitismo da crítica, no ver de alguns, mas evidentemente todo o seu trabalho revela preocupação em assinalar que há posições críticas mais válidas e outras menos válidas.

A propósito de Lautréamont, aproxima-se como vida e como obra (especialmente na poesia) de Baudelaire e Rimbaud, naquilo que têm de maldito e de obra breve e reveladora de uma total estranheza diante da vida e do mundo.

E no presente trabalho, os *Cantos de Maldoror* e as *Poesias* de Lautréamont servem de pretexto para a A. estudar a validade dos vários tipos de crítica. É o que se lê à página 15:

"Eis o que nos levou a tomar Lautréamont como objeto privilegiado para servir de teste aos métodos da crítica literária. A crítica, mais do que Lautréamont, constitui o verdadeiro objeto de nossa indagação."

Embora rastreando as várias críticas com relação a Lautréamont, nota-se que são poucas as vezes que a A. ilustra suas afirmações sobre o poeta e seus textos, vale dizer, as *Poesias* e os *Cantos de Maldoror*, o que mostra realmente que estamos diante de um livro que fundamentalmente se trata de crítica literária, do que análise de texto poético.

Embora tenha consultado um grande número de obras sobre Lautréamont e sobre a crítica, a A. respinga aqui e ali, algumas considerações sobre as várias posições da crítica, ficando o poeta em questão, em plano secundário. Portanto, como se está a ver, a *Falência da Crítica* oscila entre o exame do texto de um poeta e a teoria da crítica, pendendo, evidentemente mais para este último aspecto. O trabalho não é exaustivo, nem no tocante ao estudo da crítica nem na análise de Lautréamont. Seria a presente obra de L. P. M. uma dessas que ficam a meio do caminho?

No capítulo intitulado "A Crítica da Perplexidade", a A. focando os *Cantos de Maldoror* e as *Poesias*, acentua a sensação de espanto

e de estranheza que se apodera dos críticos, através do depoimento de Alfred Sircos:

“O primeiro efeito produzido pela leitura desse livro é o espanto: a ênfase hiperbólica do estilo, a estranheza selvagem, o vigor desesperado da idéia, o contraste entre esta linguagem apaixonada e as mais insossas elocubrações de nosso tempo, lançam inicialmente o espírito numa profunda estupefação” (pp. 18-19).

Mais adiante a A. assinala o problema moral: exaltação do Mal pelo Mal ou para valorizar o Bem, colocando o dedo no aspecto fulcral dos *Contos de Maldoror*.

No capítulo “A Crítica do Gosto e do Desgosto”, a A. constata a posição de Rémy de Gourmont que se situa no primeiro aspecto e a de Léon Bloy que se insere na segunda posição e am ambas L. P. M. assinala que pesa um intenso subjetivismo que distorce a visão equilibrada da obra literária, acentuando:

“O crítico impressionista (Bloy e Gourmont no caso) trabalha com várias categorias, algumas puramente subjetivas (afinidades ou idiossincrasias) e outras que visam incluir a obra na sociedade (categorias éticas e estéticas)” (p. 27).

Ainda nesse capítulo, L. P. M. assinala as posições desencontradas de artistas, poetas e prosadores, que ou não tinham ouvido falar sequer no nome de Lautréamont ou julgavam nula sua influência e outros que incensavam a obra do poeta.

O maior mérito da A. foi, assim, desenterrar do esquecimento ou do quase esquecimento, um autor que, pelo significado e pelo exótico da obra, formaria o já assinalado trio de poetas “malditos”, ao lado de Baudelaire e de Rimbaud. Aqui sim, está bem o papel da crítica em fazer reaparecer os artistas que imerecidamente (muitas vezes à conta de serem “malditos”) foram lançados ao ostracismo.

Mais adiante a A. situa a obra de Lautréamont diante da crítica impressionista, simbolista e tradicionalista e conclui que nenhuma destas posições poderia entender bem a obra do poeta:

“Lautréamont não podia ser compreendido nem pelos continuadores da tradição clássica, nem pelos críticos de impressão, nem pelos decadentistas, muito linfáticos para apreciar um poeta da revolta ativa” (p. 31).

O capítulo “A Crítica da Razão Impura” inicia-se com duas idéias opostas, uma de Giuseppe Ungaretti e outra de Rémy de Gourmont, o primeiro assinalando a presença de uma lógica excessiva em Lautréamont e o segundo a ausência da consciência do processo lógico.

Nesse capítulo a A. tece uma série de considerações sobre o problema da lógica e da loucura, mostrando que Lautréamont foge do discurso tradicional e apela para um desvio da linguagem que configura mesmo o processo de alienação.

Contudo, o poeta tem a sua lógica que é baseada na loucura, no inconsciente coletivo, que é a não aceitação dos padrões tradicionais, no campo da poesia. A propósito L. P. M. cita um texto de Duvernois que assim se pronuncia sobre o assunto:

“Lendo o estilo caótico do conde de Lautréamont, por exemplo, um homem de gosto verá imediatamente o que produz um pensamento do qual a reflexão está ausente e que é levado por um vento de loucura; ele notará que as frases não são ligadas entre si por aquele elo lógico e sólido que se encontra em todos os grandes clássicos” (p. 39).

No capítulo seguinte, “A Crítica Ética”, em que se coloca o problema do Bem e do Mal a A. aplica mais diretamente aos *Cantos* e começa afirmando que tal tipo de crítica é exercida por pessoas que já têm seu “próprio sistema de valores e um programa de ação correspondente” (p. 43), concluindo por ser esta uma posição partidária e de censura diante do fato literário. Depois de estudar com certa detença a posição dos críticos que se situam dentro desta perspectiva moral, seja ela filosófica ou religiosa, conclui por afirmá-la sempre uma violação da autonomia da obra literária. No geral, a A. assinala que os preocupados com a dimensão ética e moral de Lautréamont, condenaram a obra, sejam os *Cantos*, sejam as *Poesias*.

Estudando a “crítica biográfica” páginas adiante, L. P. M. lembra que Lautréamont é o tipo do artista que põe em choque a validade de tal posição, já que praticamente não há quase dados biográficos. Como sair do impasse, dentro desta perspectiva? Com muita propriedade, lembra a A.:

“Lautréamont é um objeto privilegiado para por em crise esse gênero de crítica, ou antes, para tornar evidente uma crise permanente. Lautréamont é um escritor sem biografia, já que não podemos considerar uma biografia três atestados (de nascimento, de batismo e de óbito), seis cartas de negócios (a primeira a um crítico, três aos editores e duas a um banqueiro), algumas citações entre os prêmios de fim de ano nos liceus de Tarbes e de Pau, vagas lembranças num depoimento de um colega de escola (recolhidas depois de transcorridos sessenta anos)” (pp. 51-52).

A idéia fundamental da A. é que seria impossível pensar-se numa crítica meramente biográfica para estudar Lautréamont, o que mostra a falácia de tal crítica se rigorosamente pudéssemos considerá-la como tal.

Ainda mais, a inexistência de biografia de Lautréamont, rigorosamente falando, colaborou para que se passasse a um estudo imanente da obra literária, o que mostrou que não são imprescindíveis (nem necessários) os dados biográficos, para a compreensão da obra literária.

No capítulo em questão, a A. analisa o estudo biográfico realizado por Peyrouzet e o trabalho de tal natureza, mas também preocupa-se com as *Poesias* e os *Cantos* levado a efeito por Pleyner acerca de quem conclui:

"Pleynet não é, por princípio, um crítico biográfico, e é mesmo com certa satisfação que ele atesta a inexistência de uma biografia de Lautréamont, o que lhe permite passar mais rapidamente ao estudo dos problemas da obra" (p. 59).

Os capítulos seguintes, num processo de tomada progressiva da obra literária (no caso a de Lautréamont), L. P. M. passa pela crítica, mistificadora, ocultista, a das fontes, a psicológica e psicanalítica, a temática, a marxista, a estruturalista, a semiológica, encerrando com a autocrítica.

Conclui pela maior validade da crítica estruturalista e semiológica, em que está inserida, para alguns, a crítica temática.

Como se poderá ver, a A. lucidamente se propõe ao estudo das possibilidades e limitações de vários tipos de crítica, num estudo altamente científico e caracterizadamente de pesquisa. Pesquisa pela investigação calma e percuciente, pesquisa pela originalidade, pela contribuição, pelo processo de amadurecimento em torno da teoria da crítica e da obra de Lautréamont.

Indiscutivelmente, se trata de obra indispensável não só pelo aproveitamento do passado, por revelar um estado de espírito e uma norma de ação (requisitos da verdadeira pesquisa), em termos de uma atuação no presente e também por quase profeticamente saber vislumbrar o futuro:

"Vemos então chegar o momento do encontro, o momento em que a crítica e literatura, tendo o mesmo objetivo, a mesma atitude e os mesmos meios, se fundirão finalmente na escritura e correrão todos os riscos dessa "experiência inaugural" (p. 166).

Resta ainda acrescentar a outros valores deste presente trabalho a preocupação de desenterrar Lautréamont, poeta injustamente esquecido, e de mostrar aquilo que tem realmente valor em sua obra literária.

Ao fim e ao cabo este *A Falência da Crítica*, confirma Leyla Perrone Moisés, como das mais finas, sutis e profundas estudiosas da Crítica Literária e da Literatura Francesa.

JOAO DÊCIO

NAMORA, Fernando — Os Clandestinos, Porto Alegre, Editora Globo, 1973, 200 pp.

— Novamente Fernando Namora no mundo do romance, agora com este *Os Clandestinos* que constitui uma revisão e um aprofundamento do romancista em algumas figuras da sociedade lisboeta, especialmente as situadas na camada pequeno-burguesa, limitadas por uma série de fatores.

Os Clandestinos destaca a figura de Vasco Rocha, pintor, cuja infância marcada de frustrações vem a produzir um adulto instável, inseguro diante a vida de sua profissão. Casado com Maria Cristina, vem a conhecer Jacinta, "o vício de sua vida", com quem mantém relações íntimas na casa de Bárbara, figura insinuante de mulher que possui em Lisboa, uma casa para encontros fortuitos.

Criaturas burguesas num contexto burguês, incapazes de gestos, atitudes e ações para superar a neutralidade imposta por uma aceitação passiva e pacífica da ordem das coisas. Vasco Rocha, sofrendo o peso de uma infância destorcida e as restrições de ordem social, limita-se a gastar-se e desgastar sua arte e a impurificá-la com uma atitude passiva, diante de Maria Cristina, Jacinta e Bárbara.

Romance de personagens de horizontes limitados, no limitado horizonte de Lisboa, com os seus Chiados, que vêm desde Eça de Queirós, de toda a pasmaceira da capital que ainda parece viver num interminável e incurável provincianismo.

Se nem *O Homem Disfarçado* e *Domingo à Tarde* podem ser considerados romances de amor, *Os Clandestinos*, é, antes de tudo um romance em que os amores e o amor estão sempre presentes e mais evidentemente na direção do sexo, do erótico, na relação Vasco Rocha, : Jacinta.

Romance de encontros escusos, em ambientes escusos, a repetir em parte, a problemática que Eça já havia evidenciado n'*O Primo Basílio* e n'*Os Maias*, nos célebres "Paraíso" e "Toca", respectivamente.

O nome do romance tem procedência, porque realmente se opera a clandestinidade na realidade física da personagem, em termos de sua ambientação e principalmente em torno da vivência psicológica e erótica do ser. E para as personagens do romance, o viver clandestinamente no plano do corpo e do espírito parece constituir-se numa constante atração, evidenciando sempre a ilusão de que Vasco Rocha e Jacinta possam superar e vencer a rotina, o provincianismo e o preconceito. E a "vitória", a superação se verifica em que as personagens abandonam o esquema do provincianismo, libertando-se apenas na direção erótica, que não é acompanhada de uma libertação no plano do espírito. E como o sexo constitui na verdade algo envolvente, ao invés de libertarem-se como pretendem, as personagens acabam criando mais um laço de aprisionamento, na medida em que se escravizam a um vício, difícil de se libertar, que é o exagero do sexo, sem o aprofundamento da exigência de ordem espiritual. E é nesse sentido que vemos o pintor Vasco Rocha se afundar no caos, e a Arte que poderia ser um processo de salvação, de ressurreição do ser, acaba sendo destruída, ou diminuída e por aqui a personagem não se salva. Não se salvando nesta direção, e não tendo outros valores (como de resto, quase todas as outras personagens do romance), acaba naufragando numa mediocridade, fracassando na vida, e na arte.

Mas, evidenciando na relação Vasco Rocha: Jacinta, a vivência erótica, num extremo oposto, o romancista revela-se um fino analista do que poderia ser o verdadeiro e profundo sentimento amoroso, quando lembra:

"Não fales assim, peço-te! Amor é um homem e uma mulher olharem-se com um olhar transparente, e calmo. La-

vado. Sem nada por detrás. Nem azedume, nem acusações, nem perguntas. O amor é isso e os silêncios que não precisam de voz e não parecem silêncios". (p. 66).

Fernando Namora amplia a problemática dos seus romances anteriores, tornando mais explícitos temas como os da comunicação, da solidão, da presença da asfixiante rotina da vida das personagens, da morte, da velhice.

Por outro lado, Namora acentua a posição das personagens que, ao invés de procurarem compreender-se e promover-se umas às outras, buscam a crítica destrutiva e isto se nota em Jacinta e em Maria Cristina na direção de Vasco e especialmente na primeira e reciprocamente, embora com menos intensidade, na direção de Vasco para Jacinta e Maria Cristina. As presenças das personagens uma às outras em geral constituem um processo doloroso, nesta busca de destruição psicológica de parte a parte. Opera-se um processo de verdadeiro desprezo das duas figuras femininas com relação a Vasco e no sentido de anular-lhe ou de lhe diminuir a dignidade, o valor. Consequência disto é a clandestinidade no romance que aparece em várias direções: no deslocamento psicológico em torno da hesitação de Vasco, entre Maria Cristina e Jacinta, e no ambiental, na passagem pela Espanha onde Vasco conhece Núria e com a qual vive um rápido mas inesquecível romance:

"Haviam sido pai e filha — a Núria das longas e negras crinas — a abrigá-lo uns dias em casa, a acompanhá-lo na passagem dos Pireneus. Núria troçara de certas precauções de Vasco: "Você fala castelhano como um madrilenho — assim falasse o catalão, isso sim! — e a sua boina tem o retinto *salero* galego. Esteja tranquilo que ninguém desconfiará que é estrangeiro." (p. 83).

Igualmente, *Os Clandestinos* se constitui num romance preocupado com arte e com os artistas. Vasco Rocha é um escultor, Malafaia se dedica à pintura, Alda é uma poetisa e como as personagens de uma Abelaira, igualmente as de Namora, neste romance, gostam um pouco de arte, um pouco de sociedade, um pouco muito de sexo, mas se acham desligadas ou inconscientes de uma dimensão mais profunda dos seres, das coisas e da vida.

Namora já começa a abandonar a ficção preocupada com a problemática do médico e da medicina, verificável em *O Homem Disfarçado e Domingo à Tarde*, para irradiar mais abrangentemente no meio artístico e cultural, incidindo numa dimensão social militante, revelando ecos do seu chamado romance neo-realista e de que são exemplos claros, *As Minus de São Francisco*, *A Noite e a Madrugada*, e *Fogo na Noite Escura*. Como se pode ver, num sentido determinado, há em *Os Clandestinos* um progresso com relação a seu romance citadino anterior, mas opera-se também uma volta, através da retomada de uma consciência e uma atitude marcadamente neo-realista. O passo à frente se situa especialmente no estabelecimento de uma ampliação da problemática, agora incidindo, com maior profundidade, em aspectos como os da solidão, da velhice, da morte, do silêncio e do amor.

Obra maior na já solidificada carreira de ficcionista de Fernando Namora, *Os Clandestinos* constitui leitura obrigatória para os estudiosos e interessados em geral no melhor e mais abrangente que nos apresenta o romancista.

JOÃO DÉCO

CRUZ, Liberto — **José Cardoso Pires**, Lisboa, Editora Arcádia, 1972, 283 pp.

A editora Arcádia de Lisboa inicia uma série de antologias de Autores modernos da Literatura Portuguesa e o primeiro a ser apresentado é José Cardoso Pires, figura das mais importantes na Atualidade no campo do romance, do conto, do teatro e do ensaio.

Encarregou-se Liberto Cruz da análise crítica e da seleção de textos do presente volume. A título de curiosidade, é bom lembrar que a citada editora deverá lançar na mesma linha antológica, Fernando Namora e Vergílio Ferreira prefaciadas respectivamente por Taborde de Vasconcelos e João Palma Ferreira.

O livro divide-se em cinco partes sendo que a primeira é uma introdução crítica à obra de José Cardoso Pires. Esta introdução está dividida em quatro itens sendo que no primeiro Liberto Cruz faz um levantamento dos temas sob o título de "Caminhos e Caminheiros" e tenta explicar o estilo neo-realista e toda influência de outras literaturas tais como a americana e a italiana. No segundo item, o A. procede a um estudo sobre "O mundo dos desocupados" onde distingue dois grupos: os passivos que aceitam e não se revoltam contra um determinado padrão e os ativos que agem e lutam contra uma determinada classe e dentro destes dois grupos inclui personagens das obras de José Cardoso Pires tais como a velha Liberata, o bando de garotos e o tio Aníbal que estão dentro do grupo dos "desocupados passivos" e no grupo dos "desocupados ativos" vamos encontrar o soldado Dois-Sessenta e Três, Odete e o irmão e a jovem de *A Semente Cresce Oculta*.

No item três, "A Ambiência dos desocupados", que nos parece ser o mais importante, Liberto Cruz propõe-se a um estudo das personagens e da construção da obra de Cardoso Pires, em especial, *Cartilha do Marialva*, *O Hóspede de Job*, e *O Delfim* e finalmente no item quatro "No reino do Delfim" o A. de detém num estudo da ambiência, tempo, personagens e tema que gira em torno da problemática social do referido romance.

Numa segunda parte, Liberto Cruz nos traz uma cronologia biográfica e bibliográfica sobre o referido Autor e nas quatro últimas partes faz uma seleção de textos dos contos, novela, ensaio, teatro e dos romances *O Delfim* e *O Hóspede de Job*.

No presente trabalho, Liberto Cruz se propõe a uma análise crítica e esta expressão já nos põe um problema. Se bem nos parece, há um levantamento de dados ligado à problemática social nos romances *O Hós-*

pede de Job, O Delfim e na novela *O Anjo Acorado*, na peça de teatro *O Render dos Heróis*, no ensaio *Cartilha do Marialva* nos Contos. A novidade apresentada por Liberto Cruz reside na fixação do mundo e da ambiência dos desocupados pois no mais, outros como Alexandre Pinheiro Torres se debruçaram mais profundamente no autor de *O Delfim*.

Se vemos bem, parece-nos que Liberto Cruz limitou-se a um levantamento dos desocupados que constitui um dos temas sociais do romance, do conto e do teatro de Cardoso Pires e nessa linha fixou a evolução da obra de Autor em estudo. Ainda mais a atitude em alguns momentos é demasiado impressionista e bastaria exemplificar com apenas um trecho da introdução quando o crítico afirma "ainda que fosse essa a intenção do romance, tão moderna e clássica é a sua fabulação, tão engenhosa a forma como se apresenta e sabe interessar o leitor, que a história valia a pena ser lida." pp. 44.

Se ainda o julgamento não está a nos trair, certa atitude descritiva aparece na introdução de Liberto Cruz, o que constitui naturalmente um processo de aligeiramento dos problemas. Há momentos, contudo, em que Liberto Cruz vai ao fundo da questão, quando afirma "Em vez de vir para a cidade contar o paraíso perdido dum mundo fantástico que, com frequência, o escritor acaba por deturpar devido ao contacto com outras terras e outras gentes, José Cardoso Pires surpreende em plena cidade esse mundo cruel e alienado. Assim, num contexto urbano, a realidade das suas histórias ganha uma dimensão nacional e atinge simultaneamente todas as classes. Em vez de se ocupar e de se conder numa classe, de bater e rebater a mesma tecla, o autor faz com que as histórias vão mais longe e desvendem várias situações da vida portuguesa, enquanto deixam a claro as razões e as causas desse estado de coisas." p.14.

Mas voltemos à expressão "análise crítica" e este termo deveria implicar um julgamento positivo ou negativo da obra literária e, portanto, na atribuição de valores. Ora, teria Liberto Cruz mostrado em termos de valor ou de valores o que é importante e o que não o é na obra de Cardoso Pires? Parece-nos que não, mas chegou perto.

Era necessário que ele nos mostrasse a importância maior ou menor dos temas, das personagens, do tempo, da ação e do espaço na ficção de Cardoso Pires, um trabalho que além da análise se propôs a um estudo crítico.

Quer-nos parecer que Liberto Cruz se limitou a um levantamento de dados relativos a temas, personagens e ambientes o que configura o processo analítico. Restaria dar o passo mais importante que era o do julgamento de tais elementos e até aqui não chegou Liberto Cruz.

Quanto à seleção de textos parece-nos que procedeu bem, muito especialmente com relação aos contos. Contudo, no respeitante a *O Delfim* cremos que poderia ter procedido com mais rigor. Realmente há no início deste romance, trechos que mereciam constar da presente antologia.

Embora nos pareça ter falhado nesta parte pela sentida ausência de um texto antológico que não seria difícil de ser conseguido de *O Anjo Acorado*, o presente trabalho se reveste de interesse para os estudiosos da obra de José Cardoso Pires.

ABELAIRA, Augusto — **A Palavra é de Oiro**, Lisboa, Bertrand, 1973, 2ª ed., 158 pp.

Augusto Abelaira, autor de vários romances como: *Os Desertores*, *Enseada Amena*, *A Cidade das Flores*, *As Boas Intenções*, *Bolor*, De um livro de contos (*Quatro paredes nuas*) e duas peças de teatro, *O Nariz de Cleópatra* e *A Palavra é de Oiro* retorna com a segunda edição desta última. Abelaira, entretantes prepara a novela *O Triunfo da Morte* e o romance, *Pré-História*.

Em *A Palavra é de Oiro* que Abelaira classifica como comédia (são dois atos e um prólogo) o interesse principal reside na preocupação com a problemática da palavra, a sua necessidade, suas possibilidades e limitações. Nos romances *Enseada Amena* e *Bolor*, das melhores criações do A. já se observa uma preocupação com o desgaste das relações entre as personagens, provocado pelo uso abusivo da palavra e das palavras. Naquelas oportunidades, Augusto Abelaira defendia a idéia de que a palavra serviria antes para o desentendimento e o afastamento entre as personagens que ao seu entendimento e aproximação.

Agora, nesta peça de teatro, *A Palavra é de Oiro*, uma comédia, o A. se preocupa com a palavra de uma maneira originalíssima, imaginando esta curiosa situação: se as pessoas tivessem de pagar impostos pelas palavras ou tivessem por isso mesmo de economizá-las da mesma forma que se economiza a água, ou a energia elétrica, com certeza as pessoas fariam o essencial, usariam a palavra para dizer tão-somente o que cumpre dizer, sem estarem a falar desbragadamente.

Nós, tentando reagir à curiosíssima idéia de Abelaira, nos interrogamos sobre quais as palavras essenciais e como e quando e onde dizê-las. Se o livro não resolve o problema, não obstante, o apresenta de maneira a mais enfática possível.

No prólogo da peça aparecem algumas personagens importantes, especialmente Santini, Lúcia, sua filha, Abu Zaid, e o primeiro é que tem a originalíssima idéia de patentear a palavra e as palavras, cobrando através de contadores de palavras para se promover uma economia da mesma forma que se faz com a gasolina e o trigo. Sua teoria vai ser ouvida por Abu Zaid, personagem lembrada por Santini, para ser o financiador de seu invento.

A certa altura da peça diz Santini:

Numa época de planificação e consciência social, como a nossa, impõe-se uma inteligente regulamentação quanto ao uso do valores. As palavras gastas ao bel-prazer de cada qual, eis um vício herdado lamentavelmente das nefastas doutrinas liberais. p. 23.

Além de Santini e Abu Zaid, aparecem outras personagens de interesse como Guilhermina, mulher de Santini, o patrão de Santini, o Prof. Beckman, Artur Martinez, Stirck, Adriano, Inês, três trabalhadores, três transeuntes, dois futebolistas, dois conspiradores e um espectador.

Santini é um espertalhão que resolve comercializar com as palavras e com isso vem a conseguir grande fortuna e todas as outras personagens, espões, revolucionários, traidores e aproveitadores, giram em torno de sua privilegiada família (de Santini) e só ela pode utilizar-se das palavras sem pagar imposto, pois delas tirou a patente.

Configura-se em *A Palavra é de Ouro* um quadro bastante esquemático da vida de cada ser humano que luta pela própria sobrevivência e em torno deles sempre se encontram os invejosos, os traidores, os espões, que lutam contra certo tipo de exploração.

Abelaira deixa-nos bem clara sua necessidade de comunicação através de uma crítica mista de ironia e comicidade exatamente em torno do uso das palavras com o objetivo do entendimento. Ele investe contra o uso indiscriminado que dificulta o processo de comunicação e que acaba afastando os seres uns dos outros:

Ah! as palavras não se devem dizer! Como seria feliz o mundo se não existissem, se apenas houvesse o silêncio! Assim é a fingir: não se pode falar, mas as palavras existem e foram feitas para que os homens sofram. Feitas para separarem os homens uns dos outros, para abrirem um fosso entre mães e filhas, para... pp. 136/137.

Toda a trama se organiza em torno da infelicidade gerada pela sociedade que pelo mau uso das palavras acaba por destruí-las e aos homens que se prendem dentro de si e se amordaçam na sociedade construída por eles próprios.

Santini é a encarnação do explorador que mantém as aparências diante da sociedade e ele próprio critica a vida burguesa a qual está ligado, a uma vida cômoda onde encontra a artificial felicidade.

- A ameaça do escândalo, hem?
- Nem mais nem menos.
- Pois que façam escândalo!
- Não é possível! ...Que diriam as más línguas?

Miguel Santini metido numa embrulhada de saias!...

É preciso que, Miguel Santini apareça como exemplo: o extremoso pai, o extremoso marido, o amigo do lar... Penso mesmo se Miguel Santini não deverá ter mais filhos. Uma família numerosa impõe certa responsabilidade... p. 127.

No prólogo apresentam-se Lúcia, Abu Zaid e Santini. Abu Zaid apresenta-se como uma personagem que vem despertar nas outras sentimentos, instintos que a estas ainda não se revelaram. Ele é o "bicão" aproveitador de oportunidades e completamente desapegado das coisas materiais.

Abelaira utiliza-se de um tom extremamente irônico ao apresentar Abu Zaid que simboliza a classe dos "bicões" e aproveitadores dentro da sociedade.

- Desculpe-me... o Senhor tem o dinheiro?
- Perdão! Para que estaria eu aqui se o tivesse?

Deve haver qualquer mal-entendido... Se tivesse o dinheiro estaria aqui a falar-lhe nessa grandeza de ânimo? p. 16.

Abu Zaid dá uma lição de vivência a Santini que caracteriza bem uma classe de homens burgueses, homens de negócios que deixam de viver sua verdadeira vida para viverem em função do bem material e de acordo com as normas de uma sociedade.

No 1.º ato apresenta-se o professor Beckman e o Catedrático Martinez que faz uma pesquisa em torno do desaparecimento das palavras.

Como? Não lhe disseram? Estou a investigar em bases científicas o curioso fenómeno do progressivo desaparecimento das preposições e das conjunções...

...A linguagem despoja-se cada vez mais. Eliminados os adjetivos, os substantivos desaparecerão também. pp. 39.

Martinez mostra-se ora vaidoso, ora humilhado, ora dogmático e faz toda uma teorização em torno de Leibniz, Esopo, etc. Mas com o possível desaparecimento da palavra e em consequência, da própria fala, qual seria a posição do mundo? Desapareceria também? Talvez não desaparecesse o mundo, a terra, os homens, mas com a perda da fala surgiria então um novo meio de expressão através dos gestos e só assim os homens conseguiriam obter o "domínio da espiritualização".

Poderia dizer-se que o aparecimento da palavra foi um avanço da civilização mas não uma descoberta da felicidade do homem.

A grande maioria das palavras, se não todas, são inúteis! Para falar com franqueza. A palavra em si mesma é inútil, é algo de anti-natural. p. 41.

Lúcia apresenta-se incrédula, desinteressada, irônica com relação aos projetos do pai e defende a liberdade da palavra pois "onde não há palavras não há idéias, não há coisas..." e consequentemente não existirão os sentimentos, os homens e o "mundo em que o amor não é possível".

Guilhermina por sua vez vê as palavras não mais como um simples instrumento de comunicação, de solidariedade entre os homens mas sim um elemento de desentendimento, de separação das pessoas, e essas já não falam para se entenderem mas sim para se desentenderem pois não sabem selecionar as palavras e assim não chegam a utilizar um mesmo código.

No 2.º ato, além de Beckman, Santini, Martinez e Abu Zaid, aparecem ainda dois trabalhadores e os conspiradores e aqui Abelaira procura enfatizar a desigualdade social pela liberdade de atuação dentro da sociedade. Os trabalhadores não têm direito de expressar uma idéia pois precisam manter-se em seus lugares como homens educados.

Como se está a ver, em síntese e em conclusão, *A Palavra é de Ouro* de Augusto Abelaira, revela-se como uma peça que alia o humor à seriedade (e por isso se torna mais sério) no tratamento de um tema que cada vez adquire maior importância no contexto da Literatura Portuguesa e que cada vez tem merecido tratamento diferente conforme o

autor, romancista ou poeta: a comunicação. A diferença é que Abelaira parte de uma idéia originalíssima em torno da palavra e das palavras e dá-lhes um tratamento especialíssimo, inesperado, inusitado.

Pela originalidade do tema e pela profundidade com que o trata, Abelaira renova enormemente o tema da comunicação, dá-lhe novas tintas através do tratamento da importância da palavra e do silêncio.

Obra indispensável para os que acompanham a trajetória de Abelaira e para os que se preocupam com os mais relevantes problemas da personagem de ficção e do ser. É o mínimo que se pode dizer deste *A Palavra é de Ouro*.

JOÃO DÉCIO

LURDES ANDREASSI

FEHÉR, Ferenc — O Romance está morrendo? — Editora Paz e Terra S/A, 1ª edição, Rio de Janeiro, 1972, pp. 83.

Ferenc Fehér, discípulo de Lukács surge em oposição ao seu mestre, com um novo livro como contribuição à teoria do romance; este livro é: *O romance está morrendo?*

Leandro Konder na introdução ao livro diz que "este ensaio de Ferenc Fehér se desenvolve em firme polêmica com a *Teoria do Romance*, obra publicada por Georg Lukács em 1916".

Ferenc Fehér quer mostrar com este seu ensaio que a forma romance não morreu visto ainda o grande interesse que vem despertando no público "apesar do *Ulysses*, apesar do empenho das sucessivas ondas "vanguardistas", apesar de Adorno e Goldmann, apesar do "anti-romance" e apesar das debilidades dos defensores do romance."

O romance não é uma forma morta e consumida pelo público mas sim uma forma renovada que conseguiu produzir muito e se impor cada vez mais e entre seus inovadores estão *O Dom Tranquilo* de Chokolov, *A Montanha Mágica* de Thomas Mann e *A condição Humana* de André Malraux.

Fehér em seu ensaio tenta nos mostrar com o devido rigor teórico o que é o romance, como surgiu, sua evolução e mais importante ainda, toda sua transformação durante os séculos, desde seu aparecimento até nossos dias.

A forma literária romance tende a ser substituída por uma forma narrativa mais curta o que poderíamos identificar com o conto e essa substituição é importante e também uma necessidade do homem moderno, pois com a evolução, com o progresso do mundo atual muito se tem restringido o tempo para o homem e isso impõe uma redução também no romance.

Lukács impõe o romance como uma tarefa não resolvida, uma forma problemática que teve sua origem num ambiente também problemático que foi o mundo burguês. E assim, Ferenc Fehér, tentado explicar a revalorização da forma narrativa, coloca de um lado o grupo conservador no qual ele está situado em oposição ao grupo da vanguarda que impõe uma idéia de desaparecimento do romance que nasceu com a burguesia, teve seu ponto alto no século XIX e continua evoluindo, transformando-se e criando seu próprio mundo.

O que morreu, pode-se dizer, foi o romance tradicional, mas a forma narrativa continua e continuará a existir desde que o homem existe e sente necessidade de exprimir suas idéias, seus sentimentos e suas sensações.

O romance que antes procurava focalizar e apresentar uma sociedade e consequentemente seu herói como produto de uma sociedade, hoje gira exclusivamente em torno das idéias deste herói, de seus problemas interiores, de seu "eu", não social mas individual. O herói torna-se então extático, não age mas apenas pensa e aprofunda suas idéias em torno de seu "eu" e é esta uma tentativa de maior aproximação do real. Esta forma narrativa desprende-se daquele mundo irreal, imaginário e vai gradativamente transformando-se e aproximando-se do mundo real, do ser humano, acompanhando assim a evolução do próprio mundo e com ele vem a tocar mais diretamente o Homem e seus problemas interiores.

A forma tradicional do romance sofreu profundo abalo e vimos desaparecer todo o encadeamento lógico dos fatos, a coerência psicológica, a interpretação racional da realidade, todas estas convenções que surgiram dentro da estrutura narrativa através da burguesia.

Ferenc Fehér mostra, então, em seu ensaio, toda a evolução do romance desde a epopéia, o romance histórico e chega ao romance moderno que apresenta uma ilógica nos fatos e acrescenta que "a mais reles das epopéias era um produto do espírito coletivo, todo um grupo de homens reconhecia nela suas próprias preocupações, suas experiências vividas, seu destino. O romance, ao contrário, comporta sempre o risco de se tornar — no sentido mais estreito e deletério do termo — uma história privada".

O romance, surgindo com o movimento romântico que lutou por sua liberdade pessoal, vem retratar de início uma sociedade tipicamente burguesa pois estava em ascensão a burguesia mas esses laços da sociedade familiar são rompidos dando então destaque ao homem não como produto do meio mas o homem enquadrado em seu tempo. Com a decadência da burguesia surge a necessidade de expressão do mais íntimo do ser humano e a forma narrativa começa a girar em torno do homem de seu inconsciente, de seu "eu" mais profundo e vem desvendar os mistérios do inconsciente do ser humano.

"Essa libertação do tradicional e da herança foi seguida pela criação de pequenas comunidades humanas livremente consentidas; na maior parte do tempo, o que ocorria era o processo que podemos balizar como o anonimato crescente do herói do romance. Sabe-se cada vez menos sobre a origem, a família, o passado do herói e torna-se notório que os nomes, que nos primeiros tempos do romance possuíam uma grande força de

caracterização, perdem todo seu poder, não se ligando, mais ou menos estreitamente, às figuras que os carregam”.

E neste sentido o romance adquire sua total liberdade de criação e leva a considerar não mais o herói e suas ações mas as consequências destas ações, os seus efeitos positivos ou negativos tal como serão rotulados pela sociedade. E assim, através da modificação de forma e conteúdos do romance, a tendência geral desta forma narrativa é para uma maior interiorização do ser, da personagem em questão e desta forma dar maior verossimilhança à vida focalizada neste mundo recriado.

Esta narrativa interessa-se cada vez menos pelos fatos objetivos, pelas atividades exteriores de seus personagens, para exprimir as formas de relações humanas, os sentimentos e suas sensações.

Goethe assim se expressa: “O romance é o conjunto de todos que forma a humanidade” e Ferenc Fehér acrescenta que esta observação de Goethe deveria ser “colocada, à guisa de epígrafe, na primeira página de todos os romances.”

A importância do livro de Ferenc Fehér reside em nos levar a pensar sobre o problema crucial da crise ou da possível morte não só do romance como também da própria literatura e como extensão, da pintura, da música e de outras artes. No caso do romance, contudo, pensamos nós, enquanto for impossível pensar num mundo fora da Arte, idéia defendida por Vergílio Ferreira em alguns de seus ensaios especialmente em *Carta ao Futuro* e *Espaço do Invisível*, continuará a existir. Para se aferir da importância deste problema é só propor-se a seguinte hipótese: imagine-se que a partir de amanhã não haja mais música (popular ou clássica), pintura, poesia, romance, literatura, escultura, dança, arquitetura, a Arte enfim. Teria sentido um mundo em tais termos? Outro aspecto se admitirmos (e não é fácil fugir disso) que o romance é uma consciência do mundo ao nível dos sentimentos, das sensações, das idéias, num sentido totalizante, enquanto vivermos haverá sempre a necessidade de um mundo onde haja arte, o romance ou outra forma narrativa que o substitua tem de existir. Ainda mais, enquanto tivermos necessidade de mundos iguais ou melhores que o nosso (para nos revermos neles e também nos consolar-mos com ele) o romance ou outra forma narrativa que implica na criação de outros mundos, não pode perecer.

Afinal, três idéias, duas extremas e uma equilibrada parecem brotar de toda esta problemática em torno da crise do romance. A primeira é que a morte do romance (e por extensão de toda literatura) é iminente e é questão de tempo; outra, que o romance continua a ser a forma literária burguesa e à burguesia destinada; outra, mais coerente, que o romance tem-se alterado, tem evoluído e que poderá se alterar ainda mais. Veja-se que o romance tendo começado como simples história romanesca e sentimental e de caráter pessoal, subjetivo, individual, no romance romântico evoluiu para um enquadramento social e moral da personagem, onde ela respondia às questões como e onde, no romance realista. Em seguida, tenta responder aos porquês, como ocorre com o romance presencista na Literatura Portuguesa, iniciando-se aí o romance de introspecção, de análise vertical das personagens, para encaminhar-se para um romance existencialista ou ro-

mance de situação até atingir os estágios do romance do absurdo, ou do anti-romance e do "nouveau-roman".

Em síntese e em conclusão, o romance verdadeiro já não é mera expressão burguesa para descanso e entretenimento de burgueses, mas antes um sério compromisso com a vida. Enquanto houver necessidade de tomada de consciência, de uma forma narrativa totalizante do ser e dos seus problemas e enquanto houver necessidade da arte, o romance ou qualquer forma narrativa que o substitua, tem de existir, para que haja sempre mundos iguais (e se possíveis melhores que os nossos) em que nos possamos rever e com que possamos nos consolar.

O que se pode prever é uma alteração radical da forma literária romance, mas não a sua total extinção ou em outras palavras, a sua morte. O que ocorre é que o romance deixou de ser apenas entretenimento para se transformar num sério e inadiável compromisso com a vida.

JOÃO DÉCIO

LURDES ANDREASSI

DOUTORAMENTOS NO DEPARTAMENTO DE LETRAS

Em 9 de agosto de 1973 *Mauro Wanderley Quintino de Almeida*, professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, defendeu Tese de Doutorado perante a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A Banca Examinadora compunha-se dos seguintes Professores Doutores: Aida Costa, Gilda Maria Reale Starzynski, Eurípedes Simões de Paula, Cidmar Theodoro Pais, da Universidade de São Paulo, e Enzo Del Carratore, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

Introdução ao estudo do pensamento de Tácito é o título do trabalho apresentado. Com o propósito de continuar reflexões anteriores feitas na dissertação de mestrado (*Les idées morales dans les premières oeuvres de Tacite*, Lyon, França, 1964), procurou-se reunir aí vários textos de Tácito que pudessem levar a uma série de observações sobre o grande Historiador. Essas observações deveriam, em última análise, cristalizar-se numa *introdução ao estudo do pensamento* de Tácito.

Assim e com esse fito é que se partiu de considerações sobre o pensamento político do Historiador. Na verdade, referências como a que se encontra no início do *Agrícola* (III, 1), no tocante à liberalidade política de Nerva e Trajano, levaram a estabelecer-se a política como ponto de partida para as demais considerações sobre o seu pensamento. Essas considerações, por sua vez, conduziram a pôr em evidência que os conceitos filosóficos de Tácito, quer de ordem metafísica, quer de ordem ética, decorrem, naturalmente, da sua visão política.

* * *

Doutorou-se pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, o *Prof. Clóvis Barleta de Moraes*, Assistente da Disciplina de Língua Portuguesa.

A tese, intitulada *Contribuição ao Estudo das Orações Subordinadas Adjetivas nas Línguas Românicas*, foi defendida a 20 de setembro de 1973, perante banca examinadora composta pelos Professores Doutores Isaac Nicolau Salum (orientador), Teodoro Henrique Maurer Júnior, Segismundo Spina, Carlos Drummond e Ataliba Teixeira de Castilho.

O trabalho, que pode ser considerado uma seqüência da dissertação de mestrado (estudo das orações adverbiais nas línguas românicas), pretendeu ser, como aquele, histórico-comparativo. O português, a que coube a parte do leão nesse estudo, foi tomado como centro geográfico

excêntrico na România, do qual se partiu para considerações sobre as línguas românicas mais conhecidas entre nós: espanhol, italiano e francês. A disposição da matéria que pareceu ser a melhor foi partir dos assuntos, estudá-los em cada língua, e dividir as línguas em suas diferentes épocas. Considerou-se em primeiro lugar a linguagem intelectual, e depois a afetiva juntamente com fatos estilísticos.

O objetivo do trabalho foi estudar a linguagem literária escrita; mas fizeram-se referências aos diversos níveis ou registros de linguagem e também à linguagem falada, quando esta diferia da linguagem escrita. Pretendeu-se que o trabalho fosse descritivo, e não prescritivo. Todavia, procurou-se mostrar que alguns fatos foram alterados pela ação "disciplinadora" de gramáticos.

O conteúdo do trabalho, em pormenor, é o seguinte:

P A R T E P R I M E I R A

CAPÍTULO PRIMEIRO

- A) Considerações gerais. A oração adjetiva; formas e origem.
- B) Funções sintáticas e valores semânticos das orações adjetivas.
 - a) Restritivas (sentido particularizante e função de adjunto adnominal)
 - b) Explicativas (sentido generalizante e função de aposto)
 - c) Noções de indeterminação, dúvida, possibilidade, e o uso dos modos verbais
 - d) Denotação de noções adverbiais (causa, concessão, etc.) nas adjetivas explicativas
- C) Estudos referentes às orações adjetivas

CAPÍTULO SEGUNDO

Os relativos e o antecedente

- A) Etimologia dos relativos
 - a) Temas indo-europeus e os relativos latinos
 - b) Relativos no latim vulgar e na fase arcaica das línguas românicas
 - c) Relativos românicos
- B) O antecedente
 - a) Palavra determinada
 - b) Todo o pensamento anterior; o relativo de coordenação

- c) Omissão do antecedente
- d) Retomada do antecedente na oração principal

P A R T E S E G U N D A

CAPÍTULO PRIMEIRO

Sintaxe dos relativos

- A) Funções dos relativos
 - a) Função conectiva e função pronominal
 - b) Funções sintáticas dos relativos na oração adjetiva
- B) Usos e empregos dos relativos
 - a) Que, qui, che, chi
 - b) O qual, el cual, il quale, lequel
 - c) Quem, quien
 - d) Cujo, cuyo
 - e) Quanto, cuanto
 - f) Cui, quoi, quiconque
 - g) U, onde, donde, adonde, ove, où, dont
 - h) Como
 - i) Quando, cuando

CAPÍTULO SEGUNDO

Casos de concordância

- A) Concordância do antecedente e do relativo
- B) Concordância do verbo com o relativo “que”
- C) Concordância do verbo com o relativo “quem”

P A R T E T E R C E I R A

CAPÍTULO PRIMEIRO

- A) Inversões
- B) As adjetivas alatinadas

CAPÍTULO SEGUNDO

- A) O relativo universal
- B) Orações entrelaçadas
 - a) Substantivas-adjetivas
 - b) Adverbiais-adjetivas
 - c) Adjetivas-adjetivas
- C) Anacoluto nas orações adjetivas

Conclusão

Bibliografia

* * *

Doutorou-se pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília o Prof. *Osman da Costa Lins*, Titular de Literatura Brasileira da mesma Faculdade.

A tese, intitulada *Lima Barreto e o Espaço Romanesco*, foi defendida a 8 de dezembro de 1973, perante banca constituída dos Profs. Drs. Alfredo Bosi (Orientador), Antonio Cândido de Mello e Souza, Nelly Novaes Coelho, João Alexandre Barbosa e Maria Teresa Camargo Biderman.

O Autor propõe uma base teórica, contribuindo inclusive com uma nomenclatura, para o problema do espaço e da ambientação no romance, aplicando tudo isto ao estudo da obra romanesca de Lima Barreto, em particular à obra "Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá". Os três capítulos iniciais estabelecem o perfil literário de Lima Barreto; os três seguintes ocupam-se do espaço no romance em geral; o último concentra-se no estudo do espaço na obra acima referida.

* * *

DISSERTAÇÕES DE LICENCIATURA NO DEPARTAMENTO DE LETRAS

Durante o ano letivo de 1972 apresentaram dissertações de licenciatura no Departamento de Letras os seguintes alunos: Cleusa R. Z. Pedroza, Evlyn Sucaria e Darci D. Monici — "Aspectos da linguagem popular em Ubirajara"; Maria Ângela B. Soila e Maria Luísa Martins Costa — "Linguagem e Religião no Distrito de Jafa"; Maria Aparecida F. Furtado e Virginia M. Kachan — "A linguagem da cultura do bicho-da-seda"; Marilena M. Guimarães, Mécia Brandão Siqueira e Yolanda B. de Aquino — "A linguagem popular em Ocaucu".

Em 1973 os quartanistas estudaram a linguagem dos colegiais da cidade de Marília, procedendo a gravações em estabelecimentos do primeiro e segundo graus da cidade e da periferia. O material levantado ensinou os seguintes estudos: Amarilis V. Calçada e Maria José Nucci — “O artigo e o nome”; Antonia Mariscal e Valfredo Cintra — “Os pronomes pessoais e o tratamento”; Maria M. Ottoboni e Dyva Nicolau Mussi — “Os pronomes possessivos e demonstrativos”; Rachel Reis Alves e Regina Lúcia O. Losasso — “Os pronomes relativos, interrogativos e indefinidos”; Rosa Maria Gomes Monteiro e Belanice Belisário — “Formas verbais simples e compostas”; Ivete Maria Lucas e Keuko Numasawa — “Perífrases verbais”; Aurea Mansano Jorente e Roosevelt Barro — “Os advérbios”; Vera Lúcia Valente e Raul Lobo — “As preposições e as conjunções”; Maria Lúcia Lopes Miranda e Maria Cássia Nardi — “Inventário do léxico por campos semânticos”; Lúcia Eneida Mattar e Antonio Carlos Basso — “A formação das palavras”.

* * *

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM LETRAS

Em 1973 foram ministrados os primeiros Cursos de Especialização em Letras da Faculdade: Paulo A. Froehlich — “Sociolinguística”; João Décio — “Poesia e prosa na moderna Literatura Portuguesa”; Ataliba T. de Castilho — “Introdução à Linguística Portuguesa”. Os alunos — trinta no máximo em cada turma — acompanharam dois semestres de aulas e seminários, e realizaram monografias orientadas pelos professores responsáveis.

* * *

NOTICIÁRIO DA DISCIPLINA DE LITERATURA PORTUGUESA

A disciplina de Literatura Portuguesa promoveu, de 10 a 12 de outubro de 1972, um Curso sobre Camonologia, comemorando os quatrocentos anos da publicação d'*Os Lusíadas* de Camões. Pronunciaram as palestras o Prof. Spina da Universidade de São Paulo (“Camões e o plano Olímpico”); o Prof. Fernando Mendonça da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (“Estudo Comparativo entre *Os Lusíadas* de Camões e a *Mensagem* de Fernando Pessoa”) e o Prof. João Décio da FAFI de Marília (“Apresentação da Obra Camoniana”). Tal Curso foi organizado pelos professores João Décio e Lurdes Andreassi, colaboradora da disciplina e dirigido pelo primeiro.

O Prof. João Décio, Titular de Literatura Portuguesa da FAFI de Marília pronunciou uma conferência sobre a poesia de Herberto Helder, na 2.^a reunião de Professores de Literatura Portuguesa no Estado de São Paulo, especialmente convidado para representar a

Faculdade de Marília. A conferência foi organizada pelos professores João Décio e Lurdes Andreassi e ilustrada com comentários de poemas e com audição de discos gravado pelo próprio poeta.

O Professor Carlos Alberto Iannone solicitou afastamento por 2 anos das funções de Prof. Assistente de Literatura Portuguesa da FAFI de Marília, a partir de 1.º de Março de 1973. Por indicação do Professor Titular passou a substituí-lo a Professora Lurdes Andreassi que já há cerca de dois anos e meio vinha prestando colaboração voluntária à disciplina de Literatura Portuguesa nas atividades de pesquisa e docência.

A disciplina de Literatura Portuguesa instalou e pôs em funcionamento a partir de 1.º de março de 73 o Curso de Especialização ministrado pelo Prof. João Décio sendo o 1.º dedicado ao estudo da Literatura Portuguesa Moderna ao qual estão assitindo 32 alunos.

A Cadeira tem dado ênfase especial às atividades de pesquisa e dentre estas especialmente a elaboração de resenhas informativas e eventualmente críticas. A espinha dorsal do Curso, no entanto, é a elaboração individual de uma tese orientada pelo Prof. Titular para ser levada a posterior defesa.

O Prof. Massaud Moisés foi convidado para em agosto de 73 fazer uma preleção seguida de Seminário, para os alunos de Especialização, naquela área.

No 2.º semestre de 73, a convite da Cadeira deverá vir a Marília a Prof.^a Leila Perrone da USP para uma preleção no Curso de Especialização sobre "Estruturalismo e Literatura".

Como se recorda, a referida Prof.^a, em 5 de junho de 72, esteve em Marília pronunciando uma conferência sobre assunto de sua especialidade.

Os Professores Carlos Alberto Iannone, João Décio e Lurdes Andreassi apresentaram dentro de uma abordagem histórica, bibliográfica e crítica os volumes de "Os Imortais de nossa Literatura" (incluindo autores brasileiros e portugueses), coleção editada pela Editora Três de São Paulo.

Os Professores João Décio e Lurdes Andreassi publicaram em *Ocidente* — Revista portuguesa de cultura, no n.º 410 de junho de 72, o artigo: "Retorno ao Romance Eterno: Dom Casmurro de Machado de Assis". Tal trabalho foi reproduzido na Revista *Estudo Geral* da FAFI de Avaré.

O Professor João Décio publicou na revista *Letras de Hoje* da PUC do Rio Grande do Sul o artigo "Breve incursão no romance e no ensaio de Vergílio Ferreira". Neste mesmo n.º o Professor Carlos Alberto Iannone publicou o trabalho "A Literatura Ultramarina e a crítica brasileira".

No N.º 11 da Revista *Letras de Hoje* da PUC do Rio Grande do Sul, o Professor João Décio publicou o trabalho "Dois Estudos sobre

Literatura Portuguesa", um sobre o romance de Carlos de Oliveira e outro sobre a poesia de Herberto Helder.

Nesse mesmo n.º João Décio e Lurdes Andreassi comparecem com uma resenha crítica sobre a décima edição da *Literatura Portuguesa* de Massaud Moisés.

É ainda nesta publicação que João Décio assina duas outras resenhas críticas sobre *Os Passos em volta* de Herberto Helder e outra versando *21 ensaios sobre Eugênio de Andrade*.

João Décio pronunciou em 28 de agosto de 72 uma conferência em Vitória no Espírito Santo sobre a "Poesia Lírica de Camões" encerrando um ciclo de conferências alusivas aos quatrocentos anos da publicação de *Os Lusíadas*.

Ainda o Professor João Décio foi convidado e vai colaborar no *Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária* dirigido por João José Cochofel, cujos seis primeiros fascículos já foram editados.

Os Professores João Décio, Carlos Alberto Iannone e Lurdes Andreassi vão colaborar no Dicionário de Literatura Portuguesa que o Prof. Dr. Massaud Moisés, Titular da referida Disciplina da Universidade de São Paulo, está organizando.

Em julho de 1973, os Profs. João Décio e Lurdes Andreassi ministraram na Universidade Federal do Espírito Santo, um curso de cinco dias sobre a Poesia de Fernando Pessoa.

O Prof. João Décio deverá apresentar no III Encontro Nacional de Professores de Literatura Portuguesa, no Recife, uma comunicação sobre a "Situação da Literatura Portuguesa no contexto escolar brasileiro", a convite do Prof. Joel Pontes, organizador do conclave.

O Prof. João Décio está ultimando seus preparativos para o Concurso de Docência-Livre na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, sobre a obra de Eça de Queirós.

O Prof. Dr. Soares Amora, Ex-Catedrático da Universidade de São Paulo (atualmente aposentado), foi consultado sobre a possibilidade de vir a Marília, para um colóquio com os alunos de Especialização em Literatura Portuguesa.

Está no prelo em Portugal, um ensaio de autoria de João Décio sobre a obra de José Régio, poeta e romancista português recentemente falecido.

* * *

Esteve em Marília, ministrando uma conferência e fazendo um colóquio com os alunos de Especialização em Literatura Portuguesa, o Prof. Dr. Massaud Moisés, Titular da Universidade de São Paulo, da Disciplina de Literatura Portuguesa. Abordou o tema "A Prosa Portuguesa de 1923 a 1973".

* * *

PROJETO DE ESTUDO CONJUNTO E COORDENADO DA NORMA LINGÜÍSTICA URBANA CULTA NO BRASIL

Reuniram-se em Salvador, de 17 a 21 de julho de 1972, sob os auspícios da Universidade Federal da Bahia e com a colaboração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal de Pernambuco, os responsáveis pela execução do Projeto de Estudo Conjunto e Coordenado da Norma Lingüística Urbana Culta no Brasil (NURC), Professores Albino de Bem Veiga (PA), Isaac Nicolau Salum e Ataliba Teixeira de Castilho (SP), Celso Ferreira da Cunha (RJ), José Brasileiro Tenório Vilanova (RE) e Nelson Rossi (SSA) e os representantes das equipes de pesquisadores Maria Teresa Lopes Garcia da Silva (SP), Maria do Perpétuo Socorro de Oliveira Demasi, Maria Helena Duarte Marques e Maria Nazaré Lins Soares (RJ), Maria Núbia da Câmara Borges, Glécia Benvindo Cruz e Maria da Piedade Moreira de Sá (RE) e Nadja Maria Andrade, Suzana Alice Cardoso, Carlota da Silveira Ferreira, Judith Mendes de Aguiar Freitas, Jacyra Mota, Vera Lúcia Sampaio Rollemberg (SSA) e Rosa Virginia de Mattos Oliveira e Silva (SSA).

As 10 (dez) sessões de trabalho (em um total aproximado de 40 (quarenta) horas) realizaram-se no Laboratório de Fonética do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, presididas alternadamente pelos responsáveis de cada cidade e deram cumprimento à seguinte agenda:

Data	Turno	Presid.	Temário
2ª feira, 17	manhã	SSA	Leitura de relatórios: discussão/aprovação; agenda
	tarde	PA	Léxico
3ª feira, 18	manhã	PA	Léxico
	tarde	SP	Fonética-Fonologia
4ª feira, 19	manhã	SP	Fonética-Fonologia
	tarde	RJ	Política e viabilidade do Projeto
5ª feira, 20	manhã	RJ	Morfo-sintaxe
	tarde	RE	Constituição do <i>corpus</i> e utilização dos materiais
6ª feira, 21	manhã	RE	Constituição do <i>corpus</i> e utilização dos materiais
	tarde	SSA	Acordos finais, ata, etc.

1. *Relatórios da situação do Projeto NURC em cada uma das cinco cidades*

Foram apresentados pelos professores Albino de Bem Veiga, Ataliba Teixeira de Castilho, Maria Nazaré Lins Soares, José Brasileiro Vilanova e Nelson Rossi os relatórios da situação do *Projeto NURC* nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador que constituem, respectivamente, os anexos 1, 2, 3, 4 e 5 deste Relatório.

2. *Discussão do Guia-Questionário*

2.1 *Léxico*

Tendo sido anteriormente distribuída, pelo Rio de Janeiro, a consolidação das áreas semânticas 1 a 9, e apresentadas pelas cidades de São Paulo, Recife, Salvador, conforme resolução n.º 1/IV Reunião Nacional [RJ] 1971, através de correspondência, propostas de alterações, foram examinadas observações de caráter geral e de caráter específico.

De *caráter geral* foram apreciadas as observações: (1) disparidade no tratamento das diversas áreas semânticas no que diz respeito aos acréscimos em relação ao *Questionário Provisional* para o espanhol; (2) ausência de uniformidade na apresentação ortográfica no que se refere a estrangeirismos.

De *caráter específico* as referentes a (a) acréscimos, (b) traduções do espanhol e (c) supressões.

2.1.1 *Decisões*

1. Manutenção de todos os acréscimos, considerando-se o caráter auxiliar e orientador do *Questionário*, na tarefa dos documentadores.

2. Revisão ortográfica de todas as áreas semânticas no que diz respeito à grafia de estrangeirismos, a ser executada pelo RJ, que se incumbirá de inventariá-los, remetendo a cada cidade a sua proposta de representação no português, ficando estabelecido que, aquelas cidades que não se manifestarem no período que antecede à 6.ª Reunião Nacional dão por aprovada a proposta recebida.

3. Aprovação das áreas semânticas de número de 1 a 7, ficando a redação final para ser tratada na VI Reunião Nacional.

4. Estudo de emendas às áreas semânticas 8 e 9.

5. Remessa ao RJ, até 30/novembro/72, de sugestões de emendas ainda referentes às áreas semânticas 8 e 9 e às áreas 10 a 20 distribuídas nesta reunião, que serão apreciadas na VI Reunião Nacional.

2.2 *Fonética e Fonologia*

Tendo sido feita por Salvador a revisão da parte do *Questionário* referente a Fonética e Fonologia, foram propostas e aprovadas as seguintes alterações de caráter geral: (a) supressão das explicações em grifo referentes à nomenclatura utilizada pelo *Questionário Provisional* e aquelas consideradas anteriormente necessárias, como orientadoras

de discussões; (b) alterações da transcrição dos exemplos, tendendo a uma simplificação dos segmentos não ilustrativos do item em questão; (c) inclusão de uma nota preliminar que relacione o guia-questionário à existência de uma fita-amostra das realizações descritas; d) inclusão de exemplos e itens que se mostraram necessários à descrição.

2.2.1 *Decisões*

1. Aprovação dos itens desde 1.1.1 a 1.1.3.8, que dizem respeito aos fonemas vocálicos /i/, /e/, /ɛ/ e /a/.

2. Preparação de um exemplar do Questionário de fonética e fonologia, contendo as modificações aprovadas nesta reunião e propondo outras, a ser remetido a cada uma das cidades no menor prazo possível.

3. Exame, por cada uma das cidades, do exemplar complementado e remessa a Salvador, no prazo de até *quatro* meses a partir do recebimento, de sugestões que deverão ser apreciadas na próxima reunião.

2.3 *Morfo-sintaxe*

1. A abordagem deste capítulo do Questionário ateve-se a um balanço coletivo do trabalho até então feito.

2.3.1 *Decisões*

1. Remessa a Porto Alegre até 30 de novembro/72 de observações aos itens 2.1.1 (substantivo) e 2.1.2 (adjetivo).

2. Discussão, na VI Reunião Nacional, das observações aos itens 2.1.1 e 2.1.2 que tenham sido enviadas a Porto Alegre.

2.4 As discussões sobre o guia-questionário se encerraram com a determinação de prioridades nos compromissos até então estabelecidos e assim fixados

LÉXICO	RJ	RE SSA	SP	PA
FONÉTICA	SSA	RJ	SP	SP RE
MORFO-SINTAXE	PA	PA SSA	RE	RJ

estabelecendo-se ainda, a criação, caso se faça necessário, de uma sub-comissão para apreciar as emendas apresentadas fora dos prazos estabelecidos.

3. Política e viabilidade do Projeto

Em cumprimento à resolução n.º 7/IV Reunião Nacional/RJ/71, discutiu-se a viabilidade de um financiamento comum às cinco cidades para execução do *Projeto*, tendo sido proposto e aprovado:

1. O Ministério de Educação e Cultura como órgão financiador a ser principalmente solicitado.

2. O estabelecimento de etapas para a execução do *Projeto* visando a facilitar a obtenção de financiamento.

3. Solicitação de financiamento através de programa fundamentado de execução para um período de três anos, a ser redigido pelo Coordenador eleito e enviado a cada cidade, para apreciação, até setembro próximo.

4. Como subsídio a esse programa, os responsáveis pela execução do *Projeto* se comprometeram a remeter ao Coordenador, até 10 de agosto próximo, uma estimativa de suas necessidades no tocante a pessoal, material, equipamento e instalações.

4. *Metodologia dos inquéritos*: constituição do *corpus*; utilização dos materiais

Foram discutidos: (a) distribuição proporcional informantes/horas, (b) distribuição proporcional entrevista/áreas semânticas, (c) fixação de percentual de informantes filhos de pais não nascidos na cidade em que se executa o *Projeto*, (d) uniformização dos quadros de controle das gravações e das áreas semânticas abordadas, (e) o apêndice ao Relatório apresentado por PA (anexo 6), tendo sido tomadas as seguintes decisões:

1. adoção da tabela de distribuição proporcional informantes/horas apresentada pelo RJ e que constitui o anexo 7;

2. adoção da tabela de distribuição proporcional entrevistas/áreas semânticas, distribuída pelo RJ e que constitui o anexo 8;

3. fixação em 40% do máximo a ser admitido de informantes de pais não nascidos na cidade em que se executa o *Projeto*;

4. consulta aos responsáveis pela execução do *Projeto* em Madrid, México e Buenos Aires, sobre o percentual de informantes filhos de pais não nascidos nessas cidades. A correspondência a respeito será enviada pelo Prof. Nelson Rossi com solicitação de resposta diretamente ao novo coordenador;

5. adoção do quadro de controle das gravações e áreas semânticas abordadas que se elaborou no RJ e constitui o anexo 9;

6. nos inquéritos do tipo DID (a) tratar de todas as áreas semânticas nas três faixas etárias, (b) nas áreas semânticas que venham a ser abordadas em outras entrevistas, tentar preencher as lacunas da aplicação anterior, ainda que se trate de informante de outra

faixa etária, (c) em princípio, limitar cada entrevista a uma área semântica;

7. agrupar as 20 áreas semânticas em 5 (cinco) grandes áreas, assim distribuídas

grupo	I	—	áreas	de	1 a 4
	II	—	"		4 a 6
	III	—	"		7 a 10
	IV	—	"		11 a 14
	V	—	"		16 a 20

para efeito de aplicação dos inquéritos do tipo D₂.

8. adiamento dos registros definitivos do tipo Gravação secreta (GS), considerando-se recomendável que sejam executados a título experimental;

9. restrição ao mínimo inevitável de interferências do documentador durante a recolha do material desaconselhando-se a entrega de roteiro escrito ao informante, ou comunicação prévia da área a ser abordada;

10. sem prejuízo das resoluções anteriores a respeito, representação em código escrito das gravações do modo julgado mais aconselhável em cada cidade, considerando-se que todo tratamento dado à versão datilográfica deve ser cautelosamente considerado para que não se venha a comprometer no futuro a verdadeira abordagem do material recolhido que visa a uma descrição *da língua oral*;

11. admissão de professores de letras como informantes para documentação de elocuições formais;

12. adoção de um sistema unificado de identificação das fitas magnéticas, cabendo a Salvador apresentar, no mais curto prazo, uma proposta desse sistema;

13. utilização das gravações antes do fim da constituição do *corpus*, somente feita em cada cidade nas seguintes condições: (a) por membros das equipes que trabalharem no *Projeto*, (b) após a centésima hora de gravação na cidade, (c) só para fins didáticos ou de comunicações a serviço de divulgação do *Projeto*, (d) em nenhuma hipótese para dissertações de mestrado ou tese de doutoramento.

5. *Acordos finais*

1. Foi eleito o Prof. Celso Ferreira da Cunha para coordenador do *Projeto NURC*, até 21/julho/1974;

2. Ficou decidido que a VI Reunião Nacional se realize em Porto Alegre sob os auspícios do Instituto de Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Páscoa de 1973, a depender dos entendimentos do responsável pela execução do *Projeto* naquela cidade;

3. Será feita pelo atual coordenador às Universidades do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Pernambuco e pelo ex-coordenador, responsável pela execução do *Projeto* na Bahia, à Universidade Federal do Rio de Janeiro solicitação de que, no programa e no horários de trabalho de seus professores, seja levada na mais alta conta a participação no *Projeto*;

4. Aprovou-se a publicação de um segundo opúsculo que atualize as informações sobre o andamento do *Projeto* a partir da III Reunião Nacional (RE/71) nos termos propostos pela Circular de 11/jan/1972.

6. Ao se encerrarem os trabalhos da V Reunião Nacional do Projeto NURC ficam registrados agradecimentos ao Conselho Municipal de Cultura de Marília (SP), aos Magníficos Reitores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal de Pernambuco, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, à Rice University (Houston, Texas) e muito particularmente ao Magnífico Reitor da Universidade Federal da Bahia, que têm assegurado com sua contribuição o andamento do Projeto no Brasil.

* * *

GRUPO DE ESTUDOS DE LINGÜÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (GEL)

O GEL realizou em 1972 e 1973 quatro seminários.

O *VII Seminário* teve lugar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Sagrado Coração de Jesus, em Bauru, de 18 a 23 de maio de 1972, sob a presidência do Prof. Izidoro Blickstein.

Foram apresentadas as seguintes conferências: Alceu Dias Lima — “Contribuição da Lingüística para os estudos clássicos”; Brian Head — “Perspectivas da Sociolingüística para o ensino do vernáculo”; Francisco da Silva Borba — “Técnica da análise sintática”; Cidmar T. Pais — “Custo e rendimento da comunicação e expressão”; Isaac Nicolau Salum — “Análise estrutural de um texto”; Izidoro Blickstein — “Perspectivas da Semiologia”; Nellyse M. Salzedas — “Técnica de Comunicação e Expressão”.

Ao longo do seminário, que contou com grande frequência de professores e alunos das Faculdades de Letras paulistas e de algumas do Paraná, funcionaram ainda as seguintes mesas-redondas: Paulo A. Froehlich e José de Almeida Prado — “Morfologia”; Francisco da Silva Borba — “Metodologia Científica e sua Aplicação na Lingüística”; Ataliba T. de Castilho, João Alves Penha, João de Almeida, Ignácio Assis Silva, Rafael Hoyos e Vandersí Santana — “Preparo de uma coletânea de textos de Lingüística e Língua Portuguesa para uso nos Cursos de Letras”.

* * *

O *VIII Seminário do GEL* foi patrocinado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araçatuba, tendo ocorrido entre 26 e 29 de outubro de 1972.

Foram pronunciadas as seguintes conferências: Ignácio Assis da Silva — “Contribuição da semântica estrutural para o estudo do texto literário”; John Robert Schmitz — “A aplicação da Gramática Transformacional ao ensino do Português e do Inglês”; Rafael Hoyos — “Contribuição da Lingüística para uma teoria da tradução”; Brian F. Head — “Contribuição da Lingüística para o ensino do Português”; Maria Tereza C. Biderman — “Lingua e desenvolvimento”; Erasmo d’Almeida Magalhães — “Contribuição da Lingüística para o Estudo e Classificação das Línguas Indígenas”; Isaac Nicolau Salum — “Abordagem sintático-semântica de um texto”; Francisco Gomes de Matos — “Lingüística, Histórias em quadrinhos e ensino de línguas”; Eduardo Peñuela Cañizal — “Linguagem gestual, signo e matriz”; Mariana Laura B. Brant Ribeiro — “O universo verbal de Guimarães Rosa”.

Mesas-redondas: Maria Ângela Russo Abbud — “Sintaxe”; com a mesma comissão do seminário anterior, realizou-se outra reunião para o preparo da coletânea de textos ali referida; Francisco da Silva Borba — “Metodologia Científica e sua aplicação na Lingüística”.

* * *

O *IX Seminário do Gel* realizou-se na Faculdade “Auxilium” de Filosofia, Ciências e Letras de Lins, de 28 a 30 de junho de 1973.

Do programa constaram três cursos, ministrados a alunos de graduação daquela Faculdade e da região: “Lingüística Geral: conceitos básicos, problemas e métodos” (Profs. Izidoro Blickstein, Rafael Hoyos e Paulo Froehlich); “Lingüística e Língua Portuguesa” (Profs. Isaac Nicolau Salum, Ataliba T. de Castilho, João de Almeida e Nildemir Ferreira de Carvalho); “Lingüística e Semiologia” (Profs. Alceu Dias Lima, Tieko Yamaguchi, José Perozin, Jesus Antônio Durigan e Salvatore D’Onofrio).

Foram realizadas mesas-redondas sobre “Metodologia Científica e sua aplicação à Lingüística” (Prof. Francisco da Silva Borba), “Lingüística e Língua Portuguesa” (diversos) e duas conferências: Isolna B. Viana — “Para um estudo literário”; Wanda Abrantes — “Problemas lingüísticos”.

* * *

O *X Seminário do GEL* realizou-se na Faculdade de Ciências e Letras de Avaré, de 18 a 20 de outubro de 1973.

Uma nova sistemática nas mesas-redondas foi implantada nesse seminário: três professores encarregaram-se de uma breve exposição sobre o tema, seguindo-se os debates, dirigidos por um coordenador. Indicam-se a seguir os temas dessas mesas-redondas, e os encarregados: “Tem sido adequada a transposição de termos e noções de Lingüística para a Teoria Literária?” (Coord.: Prof. João de Almeida; Expositores: Profs. Álvaro Lorencini, Wilcon Joia Andrade, Eduardo P. Cañizal e Rodolfo Ilari); “É possível ensinar Latim dentro da orientação da Lingüística Moderna?” (Coord.: Prof. José Amaral de Almeida Prado;

Expositores: Profs. Enzo Del Carratore, Alceu Dias Lima, Flávio Di Giorgio e Antonio Silveira Mendonça); "Em que medida a moderna Lingüística contribui para o estudo da sintaxe portuguesa?" (Coord.: Prof. João Alves Penha; Expositores: Profs. Ataliba T. de Castilho, Telmo Correia Arraes e Nildemir F. de Carvalho); "Filologia Românica: Filologia ou Lingüística?" (Coord.: Prof. Rafael E. Hoyos; Expositores: Profs. Isaac Nicolau Salum, Maria Tereza C. Biderman e Maria Lúcia Sampaio); "Por que não se faz um Atlas Lingüístico no Estado de São Paulo?" (Coord.: Prof. Carlos de Assis Pereira; Expositores: Profs. Francisco da Silva Borba, Cidmar Teodoro Pais, José Luís Casagrande e Erasmo D'Almeida Magalhães); desse grupo formou-se uma comissão para prosseguir no exame da matéria.

Foram ministrados cursos de Lingüística Geral em dois níveis: "Conceitos Básicos" (a cargo dos Profs. Clélia Cândida Spinardi Jubran, Vandersi P. Santana, Mercedes Sanfelice Risso, Pedro Teodoro de Rezende, Elvira Wanda Vagones, Wladimir Olivier, Clóvis B. de Moraes); "Problemas Diversos" (a cargo dos Profs. Wilcon Joia Pereira, José Luís C. Casagrande, Ignácio Assis da Silva, Dino Preti, Yara Frateschi Vieira, Izidoro Blickstein, Carlos Franchi e Brian F. Head).

* * *

VI SEMINÁRIO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA

O Centro Universitário de Brasília, o Centro de Lingüística Aplicada do Instituto de Idiomas Yázigi de São Paulo e a Associação Brasileira de Lingüística promoveram em Brasília, de 31 de julho a 2 de agosto de 1972 o VI Seminário Brasileiro de Lingüística, cujo programa adiante transcrevemos:

Mês	Dia	Hora	
Julho	31	09:30	Abertura do Seminário — Local: Auditório da Escola Normal de Brasília.
		10:30	Conferência: A LINGÜÍSTICA NO CONTEXTO SÓCIO-EDUCACIONAL BRASILEIRO — Prof. Francisco Gomes de Matos — Centro de Lingüística Aplicada do Instituto de Idiomas Yázigi — São Paulo. Coquetel.
		14:00	A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LINGÜÍSTICA — Prof. Aryon D. Rodrigues — Universidade Federal do Rio de Janeiro.
		16:00	A DIALETOLÓGIA URBANA E O PROJETO DA DESCRIÇÃO DA NORMA LINGÜÍSTICA CULTA NO BRASIL — Prof. Ataliba T. de Castilho — Faculdade de Filosofia de Marília.

Mês	Dia	Hora	
Julho	31	17:00	GRAMÁTICA CONSTRUTURAL — Prof. Eurico Back — Universidade Católica do Paraná.
		20:00	Lançamento da Gramática Construtural da Língua Portuguesa, dos Professores Eurico Back e Geraldo Mattos — Editora FTD — Profs. da PUC do Paraná.
			Apresentação do Dicionário da Academia de Letras da Editora Bloch pelo Prof. Arnaldo Niskier — Diretor do Departamento de Jornalismo e Diretor do Centro de Humanidades da Universidade do Estado da Guanabara.
Agosto	1	08:00	ASSEVERAÇÃO E NÃO ASSEVERAÇÃO EM PORTUGUÊS — Prof. ^a Leila Bárbara — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
		09:00	A FORMAÇÃO DE TRADUTORES E INTERPRETES DA UNIVERSIDADE DE VIENNA — Prof. Heinrich A. W. Bunse — Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
		10:30	AS TRÊS GRAMÁTICAS: UMA UNIDADE NA TRINDADE — Prof. Augustinus Staub — Universidade de Brasília — Centro Universitário de Brasília.
	2	08:00	TAREFAS DA SOCIOLINGÜÍSTICA NO BRASIL — Prof. Paulino Vandresen — Universidade Federal de Santa Catarina.
		09:00	O ENSINO DO PORTUGUÊS NA TELEVISÃO — Prof. Isidoro Blickstein — TV-2 Cultura, Fundação Anchieta — Universidade de São Paulo.
		10:30	A LÍNGUA PORTUGUESA NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO INTEGRADA — Prof. ^a Célia Marques — Divisão Cultural da Editora Abril.
		20:00	Encerramento solene. Local: Auditório da Escola Normal de Brasília.

PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE O ARCIPRESTE DE HITA

O Arcipreste de Hita, figura principal da Idade Média espanhola, é hoje um dos problemas fundamentais e apaixonantes da literatura e do pensamento espanhóis. Com o propósito de coordenar e discutir o conhecimento atual sobre o "Libro de Buen Amor" e seu contorno histórico e geográfico, e também como homenagem ao que o Arcipreste representa, convocou-se este Primeiro Congresso Internacional sobre o Arcipreste de Hita, que se desenvolveu entre 21 e 24 de junho de 1972 em Madrid, Guadalajara e Hita.

Informações sobre as comunicações apresentadas podem ser obtidas na OFINES, Avenida de los Reyes Católicos, Instituto de Cultura Hispánica, Madrid-3.

* * *

CURSO INTRODUTÓRIO E CURSO DE PESQUISAS EM SEMIÓTICA

Realizou-se em Urbino, na Itália, em julho de 1972, o curso acima, como promoção do "International Center for Semiotics and Linguistics" e a "Università degli Studi Urbino".

O curso é de interesse de pesquisadores em Lingüística, Literatura, Antropologia, Folclore, Psicologia Social, etc. As pessoas interessadas neste trabalho podem obter informes junto ao Centro Internazionale di Semiotica e di Linguistica, Università degli Studi, Piazza del Rinascimento 7, 61029 Urbino, Itália.

* * *

CONGRESSO NACIONAL DE LITERATURA, LÍNGUA E LINGÜÍSTICA

Realizou-se de 4 a 9 de setembro de 1972, na Cidade Universitária (USP) o congresso acima, cujo temário incluía os seguintes itens: Lingüística Geral e Aplicada, Campo Relacional da Lingüística, Linguagem, Comunicação e Expressão, Língua Portuguesa, Teoria da Literatura, Literatura Portuguesa e Brasileira, Línguas e Literaturas Estrangeiras, o Ensino de Língua, Lingüística e Literatura nos níveis de primeiro e segundo graus e superior.

O Congresso, organizado pelos Departamentos de Letras da Universidade de São Paulo e pelo Grupo de Estudo e Pesquisa para o Ensino do Português segundo sua circular n.º 2, forneceu informações aos interessados através de Difusão Cultural da Reitoria da USP, Cidade Universitária.

Além das conferências, diversos grupos especiais foram organizados: Celso Pedro Luft — “Aplicação da Lingüística ao Ensino do Português”; Humberto Novelino — “A Gramática Transformacional e o Ensino do Inglês”; Suzana Beaudet — “Aplicação da Lingüística ao Ensino do Francês”; Pedro Bonilha Regueira — “A simbolização fonética: pontos divergentes”; John Schmitz — “Aplicação da gramática transformacional ao ensino do Português”; Margot Levy Mattoso — “Aplicação da Lingüística ao ensino da Literatura Americana”; Silvio Elia — “Lingüística Teórica”; Eunice Pontes — “O Auxiliar no Português”.

* * *

SOCIEDADE BRASILEIRA DE LÍNGUA E LITERATURA

De 17 a 21 de julho de 1972 a Sociedade Brasileira de Língua e Literatura promoveu seu *IV Congresso*, realizado na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O programa estava assim organizado:

Parte I — Conferências

Dia 17 — 9 horas — Entrega de credenciais aos congressistas regularmente inscritos;

10 horas — *Conferência*: Luís de Camões e a Língua Portuguesa do Século XVI — Silvio Elia;

11 horas — Leitura de comunicações;

15 horas — *Conferência*: Os Gêneros Literários e sua Problemática — Afrânio Coutinho;

16 horas — Leitura de comunicações.

Dia 18 — 10 horas — *Conferência*: A Língua Portuguesa nos Cursos de Pós-Graduação — Olmar Guterres da Silveira;

11 horas — Leitura de comunicações;

15 horas — *Conferência*: A Literatura na Era da Imagem — Eduardo Portella;

16 horas — Leitura de comunicações.

Dia 19 — 10 horas — *Conferência*: A Língua Portuguesa nos Cursos de Graduação — Jairo Dias de Carvalho;

11 horas — leitura de comunicações;

15 horas — *Conferência*: Epistemologia e Crítica Literária — Euryalo Cannabrava;

16 horas — Leitura de comunicações.

Dia 20 — 10 horas — *Conferência*: A Filologia Românica para Professores de Ensino Médio — Matilde Matarazzo Gargiulo;

11 horas — Leitura de comunicações.

15 horas — *Conferência*: Existencialismo e Ficção em *Alegria Breve* — Leodegário A. de Azevedo Filho;

16 horas: leitura de comunicações.

Dia 21 — 10 horas — *Conferência*: Normas de Editoração da Pesquisa — Mario Camarinha da Silva;

11 horas — Leitura de comunicações;

15 horas — *Conferência*: Luís de Camões e a Literatura Portuguesa do Século XVI — Fernando Mendonça;

16 horas — leitura de comunicações;

17 horas — Sessão plenária de encerramento e entrega de diploma.

Parte II

Sessões de Estudo

As sessões de estudo serão realizadas a propósito da leitura de comunicações, obedecendo-se ao seguinte temário:

A — *Linguística*: Origem e evolução dos estudos lingüísticos — As modernas correntes lingüísticas — Aplicação da lingüística ao ensino de Português.

B — *Filologia*: Problemas e métodos — O Ensino da Língua — Contribuição da lingüística.

C — *Literatura Brasileira*: Formação da consciência literária no Brasil — Possibilidades e obstáculos da linguagem literária brasileira — Modelos europeus e sua redução.

D — *Literatura Portuguesa*: Origens — Formação de uma consciência literária — Transposição e redução de técnicas literárias estrangeiras.

O V Congresso da mesma Sociedade teve lugar no Rio de Janeiro, de 16 a 20 de julho de 1973 com o seguinte programa:

PARTE I — DEBATES

Dia 16 — 9 horas — Entrega de credenciais aos congressistas regularmente inscritos.

10 horas — SEMIÓTICA E SEMIOLOGIA. Relator: Sílvio Elia (P.U.C.) Debatedores: Abílio de Jesus (U.E.G.) e Carlos Eduardo Uchoa (U.F.E.).

15 horas — O PONTO DE VISTA DA NARRATIVA E SUA PROBLEMÁTICA. Relator: Afrânio Coutinho (U.F.R.J.). Debatedores: Gilberto Mendonça Teles (P.U.C.) e Nelson Rodrigues Filho (U.E.G.).

Dia 17 — 10 horas — A IMAGÍSTICA NA POESIA ROMÂNTICA BRASILEIRA. Relator: Antônio de Pádua (F.A.H.U.P.E.). Debatedores: Hamilton Elia (F.A.H.U.P.E.) e Maximiano de Carvalho e Silva (U.F.F.).

15 horas — O ROMANCE PORTUGUÊS: DIMENSÕES DE SUA MODERNIDADE. Relator: Leodegário A. de Azevedo Filho (U.E.G.). Debatedores: Fernando Mendonça (Fac. de Letras de Assis) e Júlio Carvalho (U.E.G.).

17 horas — Leitura de comunicações.

Dia 18 — 10 horas — SEMÂNTICA ESTRUTURAL. Relator: Mônica Rector, (P.U.C.). Debatedores: Sílvio Elia (P.U.C.) e Walmírio Macedo (A.U.S.U.).

15 horas — A POESIA PORTUGUESA: DIMENSÕES DE SUA MODERNIDADE. Relator: Fernando Mendonça (Fac. de Letras de Assis). Debatedores: Antônio Basílio Rodrigues (U.E.G.) e Maria Aparecida Ribeiro (U.E.G.).

17 horas — Leitura de comunicações.

Dia 19 — 10 horas — COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO SEGUNDO A NOVA LEI DE ENSINO. Relator: Jairo Dias de Carvalho (U.E.G.). Debatedores: Layla da Silveira Thomaz (E.I.E.) e Maria Augusta do Coutto Bouças (E.I.E.).

15 horas — TEORIA DO SIMBÓLICO EM MACHADO DE ASSIS. Relator: Antônio Sérgio Mendonça (U.F.F.). Debatedores: Ivany Batista de Oliveira (GB) e Marco Aurélio Luz (U.F.F.).

17 horas — Leitura de comunicações.

Dia 20 — 10 horas — ESTRUTURALISMO E TEORIA DA LITERATURA. Relator: Luís Costa Lima (P.U.C.). Debatedores: Carlos Henrique Escobar (U.F.F.) e José Maria de Sousa Dantas (Gama Filho).

15 horas — A QUESTÃO DA PRODUTIVIDADE POÉTICA. Relator: Eduardo Portela (U.F.R.J.). Debatedores: Nadiá Paulo Ferreira (U.E.G.) e Mário Camarinha da Silva (U.F.R.J.).

17 horas — Sessão plenária de encerramento, distribuição gratuita de livros e entrega de diplomas.

PARTE II — SESSÕES DE ESTUDO

A — Lingüística Geral e Portuguesa. Coordenador: Silvio Elia (P.U.C.).

B — Teoria da Literatura. Coordenador: Antônio Sérgio Mendonça (U.F.F.).

C — Literatura Brasileira. Coordenador: Liba Beider, (U.F.R.J.).

D — Literatura Portuguesa. Coordenador: Leodegário A. de Azevedo Filho (U.E.G.).

COMISSÃO DIRETORA

Olmar Guterres da Silveira — Leodegário A. de Azevedo Filho —
Jairo Dias de Carvalho — Ivan Villon — Antônio Sérgio Mendonça.

* * *

**ESTADO DO PARANÁ PROMOVE O V SEMINÁRIO
NACIONAL DE LITERATURA**

O Governo do Estado do Paraná, a Fundação Educacional do Estado do Paraná e o Instituto de Letras e Artes da Universidade do Paraná promoveram de 18 a 21 de dezembro de 1972, em Curitiba, o V Seminário Nacional de Literatura, que contou com a seguinte programação:

Dia 18 — 16,00 horas

Instalação do V SEMINÁRIO NACIONAL DE LITERATURA
pelo Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação e Cultura
Dr. Roberto Linhares da Costa

17,00 horas

Tema: O Conto de MACHADO DE ASSIS
Conferencista: Dirce Côrtes Riedel

18,00 horas

Sessão de Estudos

20,30 horas

Tema: O Conto de RAUL POMPEIA
Conferencista: Maria Luiza Ramos

21,30 horas

Sessão de Estudos

Dia 19 — 15,00 horas

Tema: O Conto Pré-Modernista de ARTHUR AZEVEDO a
MONTEIRO LOBATO
Conferencista: Professor Gilberto Mendolça Telles

16,00 horas
Sessão de Estudos

17,00 horas
Tema: O Conto Modernista de MÁRIO DE ANDRADE
Conferencista: Nelly Novaes Coelho

18,00 horas
Sessão de Estudos

20,30 horas
Tema: O Conto modernista de ALCANTARA MACHADO
Conferencista: Maria Alice Faria

21,30 horas
Sessão de Estudos

Dia 20 — 15,00 horas
Tema: O Conto de GUIMARÃES ROSA
Conferencista: Paulo Rónai

16,00 horas
Sessão de Estudos

17,00 horas
Tema: O Conto de CLARICE LISPECTOR
Conferencista: Affonso Romano de Sant'Anna

18,00 horas
Sessão de Estudos

20,30 horas
Tema: O Conto GAUCHESCO
Conferencista: Guilhermino Cesar

21,30 horas
Sessão de Estudos

Dia 21 — 16,00 horas
Tema: Situação do Conto Atual
Conferencista: Paulo Hecker

17,00 horas
Sessão de Estudos

* * *

I SEMINÁRIO DE LINGÜÍSTICA DA PARAIBA

A Faculdade de Filosofia da Universidade Regional do Nordeste e o Centro de Linguística Aplicada do Instituto de Idiomas Yázigi de São Paulo promoveram em Campina Grande, de 1 a 3 de março de 1972 o "I Seminário de Linguística da Paraíba", que contou com as seguintes conferências, além de mesas-redondas: Francisco Gomes de Matos —

"Os Princípios fundamentais da Lingüística Contemporânea", Adair Palácio — "A Lingüística e o ensino da comunicação escrita em Português", José Elias Barbosa — "A Natureza e os objetivos das pesquisas lingüísticas", Humberto Lobo Novelino — "Novas perspectivas nos estudos lingüísticos", Cleusa Menezes — "A Lingüística e a formação do professor de língua portuguesa", Augustinus Staub — "Conceitos básicos da Lingüística a serviço do professor do vernáculo e das línguas estrangeiras", Geraldo Mattos — "O conceito de significado".

* * *

JOURNAL OF INDO-EUROPEAN STUDIES

A partir de janeiro de 1973 começou a sair a publicação acima, voltada para servir como meio para o intercâmbio e a síntese de informações derivadas da Arqueologia, Antropologia Histórica, Mitologia, Filologia, com ênfase especial na correlação sincrética de materiais relativos à estrutura social, normas e costumes das sociedades de fala indo-européia, tanto pré-histórica quanto histórica.

A Comissão de Editoração conta com os Profs. Marija Gimbutas, da Califórnia, Raimo Anttila, de Helsinque, Edgar Polome, do Texas, e Roger Pearson, do Mississipe.

Colaboração e pedidos de subscrição devem ser enviados a Journal of Indo-European Studies, Box 5224, University of Southern Mississipi, Hattiesburg, Mississipi 39401, USA.

* * *

LÍNGUA E LITERATURA: NOVA REVISTA DE LETRAS

Esta revista registra com prazer o aparecimento do primeiro número de *Língua e Literatura*, editado em 1972, "revista dos Departamentos de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo."

A revista é dirigida pelo Prof. Dr. Erwin Theodor Rosenthal, Titular de Língua e Literatura Alemã daquela Faculdade, e conta ainda na Comissão de Redação, além do Diretor, os Profs. Drs. Isaac Nicolau Salum, Chefe do Dep. de Lingüística e de Línguas Orientais e Professor Titular de Filologia Românica, e Segismundo Spina, Titular de Língua Portuguesa.

O número inaugural traz colaborações de Isaac Nicolau Salum, M. e C. Quintino de Almeida, Cidmar T. Pais, Albert Audubert, Antonio Cândido, Gilda M. R. Starzinski, Julio Garcia Morejón, Erwin Theodor, Vitor Ramos, Boris Schnaiderman, Neide de Castro Smolka, Leyla Perone Moisés, Lígia Leite, além de resenhas bibliográficas.

Língua e Literatura deseja intercambiar com publicações congêneres, bastando escrever ao Diretor, Caixa Postal 8105, 01000 São Paulo, Capital.

CONSTRUTURA: REVISTA DE LINGÜÍSTICA, LÍNGUA E LITERATURA

A Editora FTD e o Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica do Paraná lançaram em 1973 o primeiro número de sua revista trimestral, dirigida pelo Prof. Geraldo de Mattos.

O número inaugural lançou o "Manifesto da Lingüística Construtural" que toma todo esse primeiro fascículo, constando dos seguintes itens: Paralinguagem, Metalinguagem, Sinal Lingüístico, Variáveis e constantes, Significante, O Significado é uma Construtura, Articulação dos Sinais e Criatividade. A revista é distribuída por intercâmbio ou assinaturas; endereço: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica do Paraná, Rua XV de Novembro 1004, 80.000 Curitiba — Paraná, Brasil.

BIBLIOGRAFIA DE BOCCACCIO EM PREPARO

A Boccaccio Bibliography for the period 1938-1974 is currently being prepared under the general direction of Professor Enzo Esposito of the University of Rome and will include editions and translations of the works of Boccaccio, as well as critical studies (books, articles, and reviews). The American (North, Central, and, South) section has been entrusted to Professors Christopher Kleinhenz and Charles Szabo of the University of Wisconsin (Madison), who, in the interest of completeness, kindly request that those scholars whose work has appeared in lesser known or relatively inaccessible periodicals send offprints or pertinent bibliographical information (date and pagination, please!) to Prof. Kleinhenz, Department of French and Italian, Van Hise Hall 618, The University of Wisconsin, Madison, Wisconsin 53706. U.S.A.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

A) REVISTAS

ACME: Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università degli Studi. Milano.

1971, 24: 2-3 (maggio-diciembre)
1972, 25: 1 (gennaio-apile) 2 maggio-ago)

AMERICAN LITERATURE. Duke University Press Gifts and Exchanges — Durham — North Carolina 27706.

1971, 42: 4
1971, 43: 1, 2, 3
1972, 43: 4
1972, 44: 1 (march), 2 (may), 3 (nov)

ANNALI DELL'ISTITUTO UNIVERSITARIO ORIENTALE. Sezione Romanza. Napoli.

1971, 13
1972, 14: 1, 2
1973, 15: 1

a) AREA and Culture Studies Tokyo.

1972, n.º 22

b) ARIEL: a review of the arts and Sciences Jerusalem

1971, n.º 29

ARIZONA QUARTELY

1971, 27: 1-4
1972, 28: 1, 2, 3 (autumn), 4 (win)

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO. Aveiro (Portugal)

1971, 145 a 148
1972: 149 (jan-mar), 150 (abr-jun)

AUTORES: Boletim da Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses. Lisboa.

1971: 55 a 60
1972: 62, 63, 64, 65, 66, 61

BEIRA ALTA. Edição da Junta Distrital de Viseu

1971, 30: 1 a 4
1972, 31: 1, 2, 3-4

BIBLIOGRAFIA ARGENTINA DE ARTES Y LETRAS.

1970, n.º 47/48 (jul-dez)

BOLETIM. Instituto Brasil-Estados Unidos.

1971, n.º 319, 321 a 323
1972, n.º 326, 327, 328, 329, 330
1973, n.º 331

BOLETIM DO CENTRO DE ESTUDOS PORTUGUESES, Univ. Fed. do Paraná

1972, n.º 5 (jul), 6 (ago), 7 (set), 8 (out), 9 (nov)

BOLETIM DO GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA. Porto Alegre

1971, n.º 20, 21

BOLETIM DO INSTITUTO LUÍS DE CAMÕES. Órgão do Inst.º Luis de Camões. Macau

1971, 10: 3-4

BOLETIM INFORMATIVO. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

1971, n.º 21, 22, 23
1972, n.º 24, 25

BOLETIM INTERNACIONAL DE BIBLIOGRAFIA LUSO-BRASILEIRA. F. C. Gulbenkian

1971, 12: 1, 2, 3

BOLETIM DA SOCIEDADE DE DE LINGUA PORTUGUESA. Lisboa

1971, n.º 7 a 11
1972, n.º 13, 14, 15, 16, 17, 18

BOLETIM DA SOCIEDADE DE ESTUDOS DE MOÇAMBIQUE. L. Marques

1969, 33: 160/161
1970, 39: 162/163, 164/165

BOLETIM DE ESTUDOS LATINOAMERICANOS. Centro de Estudios y Documentacion Latino Americanos. Universidad de Amsterdam.

1971, n.º 11
1972, n.º 12 (jun)

BOLETIN DE FILOLOGIA. Publicaciones del Departamento Español.
Facultad de Filosofia y Educacion. Universidad de Chile.

1965, Tomo 17
1971, Tomo 22

BOLETIN DE FILOLOGIA ESPAÑOLA. CSIC.
1971, n.º 38/39, 40/41

BOLETIN DEL INSTITUTO DE ESTUDIOS ASTURIANOS. Oviedo.
1971, Ano 25, n.º 72,73

BRACARA AUGUSTA. Revista Cultural da Câmara Municipal de
Braga.
1970, 24: 57/58 (jan-dez)

BRITISH BULLETIN OF PUBLICATIONS ON LATIN AMERICA
1972, n.º 47 (out)

BULLETIN DE L'INSTITUT FONDAMENTAL D'AFRIQUE NOIRE.
Dakar.

1966, 28: 1, 2
1967, 29: 1-4
1968, 30: 1-4
1969, 31: 1-4
1970, 32: 1-4
1971, 33: 1-4
1972, 34: 1, 2

CADERNOS DA PUC. Rio
1969, n.º 2, 3
1971, n.º 4, 5, 6

CAPEs. Rio de Janeiro
1971, n.º 218 a 229
1972, n.º 230, 231, 233

CASOPIS PRO MODERNI FILOLOGI
1971, 53: 1 a 4

COLOQUIO
1971
1972

THE COLUMBIA FORUM. N. York.
1971, 1: 1
1972, 1: 2, 3, 4

COMMETATIONES HUMANARUM LITTERARUM. Finlândia

1972, T. 49

COMPARATIVE LITERATURE

1971, 13: 4

1972, 14: 2, 3, 4

CONVERGÊNCIA: Revista da Academia de Letras do Triângulo Mineiro

1972, n.º 3

COMPUTERS AND THE HUMANITIES.

1971, 5: 3, 4, 5, 6

1971, 6: 2

1972, 6: 3, 4, 5

1972, 7: 1, 2

CUADERNOS HISPANOAMERICANOS. Madrid

1971, n.º 253/254, 255, 256, 257/258

1972, n.º 259

CUADERNOS DE LA CATEDRA MIGUEL UNAMUNO

1971, Vol. 21

CURRICULUM. Fundação Getulio Vargas

1971, 10: 3

DEUTSCHE UNTERRICHT FUR AUSLANDER. Goethe Inst. München

1959, 9: 2-3, 4, 5-6

1960, 10: 1-3

1966, 16: 1-2

1968, 18: 3-4

DIALOGO. Embaixada Americana

1971, 4: 1, 3, 4

1972, 5: 1, 2, 3

&ETC. Lisboa

1973, n.º 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

EDUCACION: Universitätsbibliothek Tübingen.

1971 n.º 3, 4

1972 n.º 5, 6

ESPAÑOL ACTUAL. Ofines. Madrid

1971, n.º 18, 19 20
1972, n.º 21, 22

ESTUDOS LEOPOLDENSES

1971, n.º 17, 18, 19
1972, n.º 21, 22
1973, n.º 23

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS. Revista da Univ. Federal de Pernambuco

1971, 11: 1, 2, 3
1972, 12: 1, 2

ETUDES ANGLAISES ET AMERICAINES: Travaux du Centre d'Etudes Anglaises et Americaines.

1972, Vol. 5

ÉTUDES GERMANIQUES. Travaux du Centre d'Etudes Germaniques.
1972, Vol. I

GARCIA DE ORTA. Revista da Junta de Investigações do Ultramar

1969, 17: 4
1970, 18: 1-4
1971, 19: 1-4

GIL VICENTE: Guimarães

1971, 22: 1 a 8, 11, 12
1972, 23: 1 a 12
1973, 24: 1/2

GLOSSA: A Journal of Linguistics. Simon Fraser University. Department of Modern Languages.

1971, 5: 1, 2

GRALHA. Departamento de Letras. Faculdade de Filosofia. Arapongas-PR

1971, n.º 1

HARVARD LIBRARY BULLETIN. Harvard University Press

1971, 19: 1 a 4
1972, 20: 1, 2

HARVARD EDUCATIONAL REVIEW

1971, 41: 4
1972, 42: 1, 2, 3, 4

HELMANTICA. Universidade Pontificia. Salamanca

1971, 22: 67, 69

1972, 23: 70, 71, 72

HISTORIA. Deutsche Forschungsgemeinschaft. Bad Godesberg., Alemanha

1971, 20: 1, 2/3, 4, 5/6

1972, 21: 1, 2, 3

HORA. Curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora

1972, 2: 2

HUMANITAS. Instituto de Estudos Clássicos. Faculdade de Letras de Coimbra

1969-1970, vol. 21/22

INTER-AMERICAN REVIEW OF BIBLIOGRAPHY; Washigton.

1971, 21: 1 a 3, 4

1972, 22: 1, 2/3

INSTITUT FUR AUSLANDSBEZIEHUNGEN. Sttutgart.

1971, 21: 2, 3

1972, 22: 1, 2

O INSTITUTO. Revista Científica e Literária. Coimbra.

1972, n.º 135

L'INFORMATION. Bulletin Quotidien d'Information édité par l'Office Latine-Américain. Paris.

1972, 24 ème année, n.º 6.177

JORNAL DE LETRAS

1971, n.º 246 a 256

1972, n.º 257 a 260, 261 a 266, 267

1973, n.º 268, 269, 270

JORNAL UNIVERSITÁRIO. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

1971, ano 3 n.º 5 a 8, 10, 11, 9

ano 4 n.º 3, 4, 1

1972, ano 4 n.º 9, 10, 5, 6, 7, 12

ano 5 n.º 1

THE JOURNAL OF THE ALABAMA ACADEMY OF SCIENCE. Alabama

1970, 41: 1, 2, 3, 4

1971, 42: 1

KOREA JOURNAL. Korean National Comission for Unesco

1972, 12: 4, 5, 6, 8, 10

LSA BULLETIN: Secretariat of the Linguistic Society of America.

1970, n.º 43, 47

1971, n.º 51

1972, n.º 52, 53, 54

LETRAS DE HOJE. Pontificia Universidade Católica do RS

1967, n.º 1

1968, n.º 2

1969, n.º 3, 4

1970, n.º 5

1971, n.º 6, 7, 8-9

1972 n.º 10

1973, n.º 11 2

LITTERA

1971, n.º 2, 3

1972, n.º 4, 6

MANUSCRIPTA. Saint Louis University

1971, 15: 1 a 3

1972, 16: 1, 2

THE MIDWEST QUARTERLY. Pittsburg

1971, 12: 2 a 4

MODERN PHILOLOGY. The University of Chicago Press

1971, 68: 3

69: 2

1972 69: 3, 4

70: 1, 2

MODERN LANGUAGE QUARTELY

1971, 32: 1, 2, 3, 4

1972, 33: 1, 2, 3

Die NEUEREN SPRACHEN: Verlag Moritz Disterweg.

1971, 70: 1 a 12

1972, 71: 1, 2, 3,4 a 11, 12

1973, 72: 2

NEW LETTERS

1971, 38: 1 a 4

1972, 39: 1, 2

NORDESTE: Revista de la Facultad de Humanidades

1969-1971, n.º 11/13

NOTES AFRICAINES. Inst.º Afrique Noire

1971, n.º 129 a 132

1972, n.º 133-135

NOTICIAS CRISTIANAS DE ISRAEL

1971, 21: 4, 1, 2

1972, 23: 1, 3-4

NOTICIAS DE PORTUGAL. Secretariado Nacional de Informações.
Lisboa,

1971, 1238 a 1286

1972, 1287 a 1307, 1309 a 1332, 1308, 1333 a 1339

1973, 1340 a 1343, 1344 a 1346, 1347 a 1353.

NUEVA REVISTA DI FILOLOGIA HISPANICA

1971, Tomo 20, n.º 1

PHILOLOGICA

1972, Vol. II

PHILOLOGICA PRAGENSIA. Academia Scientiarum Bohemoslovaca.

1971, 14: 1 a 4

1972, 15: 1, 2

PHILOLOGICAL QUARTERLY.

1971, 50: 1 a 4

1972, 51: 1, 2

PORTUGALIA. Edição do Clube Português

1971, n.º 9, 8, 10

1972, n.º 11, 12

THE REVIEW OF ENGLISH STUDIES. A Quarterly Journal of English Literature and the English Language.

1972, vol. 13: 89, 91, 92

1973, vol. 24: 93

REVISTA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS.
Univ. Fed. Pernambuco.

1970, Vol. I n.º 2

REVUE DES LANGUES ROMANES. Université de Montpellier. Faculté des Lettres et Sciences Humaines.

1971, T. 69, fasc., 1, 2

1972, T. 80, fasc., 1,

REVUE ROUMAINE DE LINGUISTIQUE. Academie de La Republique Socialiste de Roumanie.

1971, 16: 1 a 3

1972, 17: 1, 2, 3, 4

RLA: Revista de linguística teórica y aplicada

1965, 3: 1

1966, 4: 1

1967,

1968, n.º 6

1969, n.º 7

1970, n.º 8

1971, n.º 9

1972, n.º 10

SEARA NOVA: Lisboa

1971, n.º 1503 a 1514

1972 n.º 1515 a 1518, 1520 a 1524, 1519, 1525

1973 n.º 1527, 1528

SICULORUM GYMNASIUM: Facoltà di Lettere e Filosofia.

1971, n.s.a. XXIV, n.º 1

SOBRE LINGUA E LITERATURA. Dep. de Letras da FFCL Sto. Tomás de Aquino.

1972, n.º 1

SOUTHERN SPEECH COMMUNICATION JOURNAL.

1971, 37, n.º 1

THE SOUTHERN QUARTERLY

1972, 10: 3

THE SOUTHERN REVIEW

1971, 7: 1 a 4

1972, 8: 1 a 4

SYMPOSIUM. Revista da Univ. Católica de Pernambuco

1971, ano XIII, n.º 1

1972, ano XIX n.º 1

THESAURUS. Boletim del Instituto Caro y Cuervo

1971, 26: 1 a 3

1972, 27: 1 a 3

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Centro de Estudos Portugueses

1971, vol. I, n.º 3

UNIVERSIDADE PONTIFÍCIA BOLIVARIANA

1971, 32: 111

1972, 33: 113

UNIVERSITAS. Revista Alemana de Letras

1971, 8: 4, 9, 1 a 3

1972, 9: 4, 10, 1 2

UNIVERSITAS HUMANISTICA. Pontificia Univ. Javeriana

1972, vol. 3

THE UNIVERSITY REVIEW

1967, 34: 2

1968, 34: 3, 4, Vol. 35: 1 a 4

1969, 36: 1, 2

1970, 36: 3, 4

37: 1, 2, 4

1971, 37: 3

THE VIRGINIA QUARTERLY REVIEW

1971, 47: 1 a 4

1972, 48: 1 a 4

1973, 49: 1

WESTERN HUMANITIES REVIEW

1971, 25: 1, 2, 4

1972, 26: 1, 2, 4

WISCONSIN ACADEMY OF SCIENCES ARTS AND LETTERS

1971, 59: 1 a 50

1972, 60

B) LIVROS

AGENCIA GERAL DO ULTRAMAR. Lisboa

1. Brigadeiro Antônio Lopes dos Santos — *Problemas de Cabo Verde*. Situação Controlada. 1971.
2. J. M. da Silva Cunha — *Cabora Bassa...Who will benefit by it?*. 1970.
3. Rodrigo Emilio — *Paralelo BF S às audições do Índico*. 1971.
4. Jorge Ferreira — *Saudade Macua*. 1971.

5. Honorinda Cerveira — *Kiangala*. 1971.
6. Gastão Sousa Dias — *Pioneiros de Angola*. 1971.
7. A. Luís Vaz — D. António Barroso. 1971.
8. Luciano Cordeiro — *Diogo Cão*. 1971.

FACULDADE ANCHIETA DE S. PAULO

9. Cadernos de Formação e Cultura, n.º 14.

FACOLTA DI LETTERE DI GENOVA. Inst.º de Filosofia Classica e Medievala.

10. Virginia Guazzoni Foà — *La libertà del mondo greco I*. 1972.
11. Francesco Della Corte — *Opuscula II*. 1972.

GRIFO EDIÇÕES

12. Giacomo Bradesco Goudemand — *Étude comparative des prépositions en Français et en Portugais*. 1969.

GRUPO GENTE NOVA — C. Postal 1096 — Belo Horizonte.

13. *Juventude*. A idade das opções e da integração. Cadernos de Formação e Cultura. Nova série. N.º 5. Vol. II, fasc. 1, 1970.
14. *As relações psicológicas entre adolescentes*. Cadernos de Formação e Cultura, Nova Série, n.º 6, Vol. II, fasc. 2, 1970.
15. *Dicionário crítico do Moderno romance brasileiro*, n.º 1 (A-J).
16. *Suplemento Bibliográfico*. 1971.
17. *Brasil — Ficção 70*. 1971.
18. *Homem e mulher, o drama da convivência. O moderno romance brasileiro*. 1971.

JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR. Lisboa

19. Alfredo Héctor Wilensky — *La administración de justicia en África continental portuguesa*. 1971.
20. Fernando Galhano — *Esculturas e objectos decorados da Guiné Portuguesa no Museu de Etnologia do Ultramar*. 1971.
21. Ernesto Veiga de Oliveira — *Apontamentos sobre museologia, museu Etnológico*. 1971.
22. Jorge Dias — *Estudos do carácter nacional português*. 1971.
23. F. Xavier di Faria — *Os solos da ilha de Santiago*. 1970.
24. Richard Patte — *África do Sul, vizinha de Portugal*. 1971.
25. *Curso de Geologia do Ultramar*, Vol. II, 1970.
26. J. A. Cruz e Silva — *Contribuição para o estudo dos helmintes parasitas dos vertebrados de Moçambique*. 1971.
27. Antonio Correia de Pinho — *Glossário dos mais úteis termos, expressões, abreviaturas, símbolos usados na indústria do petróleo*, 1972.
28. Vimala davi / Manuel de Seabra — *A literatura indo-portuguesa*. 1971.
29. Idem — *A literatura indo-portuguesa. Antologia*. 1971.
30. Carlos Lopes Cardoso — *Dos sistemas primitivos de formação de cereais usados no Distrito de Moçambique*. Subsídios. 1971.
31. Luís Augusto de Souza — *Sobre a mulher lunda-quioça (Angola)* 1971.

LATIN AMERICAN COLLECTION — University of Texas Library.
Austin, Texas, 78712

32. Marvin Goldwert — *Democracy, militarism & nationalism in Argentina 1930-1966*. 1972.

LOUISIANA STATE UNIVERSITY STUDIES. Baton Rouge.

33. Gresdna Ann Doty — *The career of Ms. Anne Brunton Merry in the American Theatre*. 1971.

SOCIETAS SCIENTIARUM FENNICA

34. Terje Enkvist — *The History of Chemistry in Finland. 1828-1918*.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU — STA.
CATARINA

35. *I Simposio de Lingua e Literatura*. 1970.

UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA

36. Ilar Garotti — *Universidade: da técnica ao humanismo*. 1972.
37. Adelia Adão Carneiro — *Arte e Comunicação*. 1972.

UNIVERSIDADE NACIONAL DE LA PLATA. Faculdade de Humanidades y Ciencias de la Educacion.

38. *Gustavo Adolfo Becquer*. 1971.

UNIVERSITY OF THE STATE OF NEW YORK

39. *Equal Opportunity for woman*. 1972.
40. *A Review of Operating Expense Proposals*. 1972.
41. *Matier's Degrees in the State of New York 1969-1970*. 1972.
42. *Full State Funding of Elementary and Secondary Education in New York State*. 1972.

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

44. T. R. Schellenberg — *Manual de Arquivos*. 2.^a ed. Publicações do Arquivo Público da Bahia.
45. *Anais da I Conferência de Educadores do Distrito Federal*. 1966.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA

46. Stuart A. Schlegel — *Tiruray — English Lexicon*. 1971.
47. W. R. Johnson — *Luxuriance and economy: Cicero and the Alien Style*. 1971.
48. Eric Lawrence Gans — *The discovery of illusion Flaubert's early works, 1835-1837*. 1971.
49. Terrence Kaufman. *Tzeltal phonology and morphology*. 1971.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA

50. R. H. Rodgers — *Petri Diaconi: Orten et vita Iustorum Cenobii casinensis*. 1972.

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

51. Jose Maria Gonzales Reboredo — *El folklore en los castros gallegos*. 1971.
56. *Tendencias actuales de la educacion*. Curso de la Cátedra "Barrie de la Maza", La Coruña. 1971.
57. José Maria Fernandez Catón — El archivo del hospital de los Reyes Catolicos de Santiago de Compostela. Inventario de fondos. 1972.
58. Manuel C. Diaz y Diaz — *Liber de ordine creaturatum*. Un anónimo irlandés del siglo VII. Estudio y edicion critica. 1972.
59. Maria del Carmen Pallares Mendez / Ermelindo Portela Silva — *El bajo valle del Miño en los siglos XII y XIII*. Economia agraria y estructura social. 1971.

THE UNIVERSITY OF IOWA

60. Lawrence J. Eilers — *The Vascular flora of the Iowan Area*. The Univ. of Iowa Studies in Natural History, vol. XXI, n.º 5, june 1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Recife

61. Oscar Mendes — *Tempo de Pernambuco...Ensaio crítico*. 1971.
62. Gileno de Carli — *Política de desenvolvimento do Nordeste*. 1971.
63. Jaime C. Diniz — *Músicos pernambucanos do passado*. 1971. Vol. II.
64. Nilo Pereira — *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. 1970.
65. Manuel Correia de Andrade — *Movimentos em Pernambuco: setembro e novembro*. 1971.
66. Maria do Carmo Barreto Campello de Melo — *Música do silêncio*. 1971.
67. Theresa Catharina de Goes Campos — *A TV nos tornou mais humanos?* 1970.
68. R. de Barros Coêlho — *Anatomia Patológica das Afecções Hepáticas*. 1971.
69. José Cavalcanti Neves — *Advogado, sempre advogado*. 1971.
70. Deborah Brennand — *O cadeado negro*. 1971.
71. Joaquim de Souza Leão — *O Marquês de Olinda*. 1971.
72. Iêda Lage Passos Guaraná — *Veleiro no mar azul*. 1971.
73. Cláudio Moreira Bento — *A grande festa dos lanceiros*. 1971.
74. Máximo Campos — *As emboscadas da sorte*. 1971.
75. Veloso Costa — *Alguns aspectos históricos e médicos do Recife*. 1971.
76. *Presença da Universidade no interior*. Coordenadora geral Haydée Ribeiro Teixeira. 1971.
77. Newton Sucupira — *Princípios da Educação de Grau Médio na Lei de Diretrizes e Bases*, 1964.
78. Diversos — *Estudo de Problemas Brasileiros*, 1971.
79. Leonardo Dantas Silva — *Bandeira de Pernambuco*, 1972.
80. Palhares Moreira Reis — *Introdução à Ciência Política*, 1972.
81. *Catálogo Geral do Curso de Graduação*, 1972.
82. Walter Medeiros — *Vento Noroeste*. Ensaio dialetológico, 1970.
83. Danilo Fragoso — *Velhas ruas do Recife*. 1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS

- 84 — Edwin Muir — *A estrutura do romance*. s.d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

85. Vicente C. de Miranda — *Glosario Paraense*. 1968.

UNIVERSITÉ LAVAL

86. *Leçons de linguistique de Gustave Guillaume, 1948-1949*, Publiées par Roche Valin. Structure sémiologique et structure psychique de la langue française I, 1971.
87. Idem — *Psyco-systématique du langage. Principes, Méthodes et applications, I*, 1971.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

88. Wilson Chagas — *A inteira voz*. 1971.
89. Dionisio Fuertes Alvarez — *Casa Mourada*. 1961.
90. Idem — *A missão do mestre*. 1956.
91. Idem — *Acta y Espiritu Hispanicos*, 1958.
92. Idem — *Poesia y Belleza*, 1950.
93. Idem — *O espelho e a face*. 1964.
94. Idem — *Terra Habitada*, 1958.
95. Idem — 1972.

OUTRAS ENTIDADES

96. *II Congreso Internacional para la enseñanza del español*. Conclusiones, delegados, informe geral. Ministerio de Asuntos Exteriores, Direccion General de Relaciones Culturales, Madrid, 1971.
97. Giuseppe Carlo Rossi — *Letteratura Brasiliana*. Perfil storico, antologia. Napoli, Casa Editrice Cymba, 1971.
98. *Antologie moderní brazilské literatury*. Doc. Dr. Zdenek Hampl, CSC. Praha, Statní Pedagogické nakladatelství, 1969.
99. Livio A. C. Devicienti — *Técnica de la traducción*. La Plata, 1970.
100. Francisco José Monteiro Salles — *Tomás Alves* (seus escritos), 1971.
101. Alberto Pinto Basto — *The Schmer*. Vartage Press, New York 1971.
102. Giannangeli, Liliana — *Contribucion a la Bibliografia de Jose Mar-mol*.
103. Tannenbaum, Frank — *Filosofia del Trabajo*.
104. Kühnemann, W. — *Soldatenausdrücke und Soldatensarkasmen in den MHD.Epen bei Besonderer Berücksichtigung von Wolframs "Willehalm"*.
105. Werner Arnold — *Stil + und Formelemente der Liturgie in der neueren französischen Dichtung*.
106. Bolnow, R. — *Der metaphorische Gebrauch geometrischer Begriffe im Französischen*.
107. Vasquez, C. Q. — *El dominio de San Martin Pinario ante la Desamortización*.
108. *Dicionário critico do moderno romance brasileiro*.
109. Alvarez — J. J. M. — *Gramática de las Inscripciones Delficas*.
110. Iglesias, M. L. P. — *La Granaderia en la Provincia de Pontevedra*.
111. *Los Panegiricos de Corippo*.

ÍNDICE

MISCELÂNEA DE ESTUDOS DEDICADOS AO PROFESSOR THEODORO HENRIQUE MAURER JR.

<i>Apresentação</i>	7
Isaac Nicolau Salum — <i>A Semana Judeo-Cristã</i>	17
Antônio Cândido — <i>Timidez do Romance</i>	61
G. D. Leoni — <i>Contribuição do Dialeto Napolitano ao Italiano Moderno</i>	81
D. João Mehlmann O.S.B. — <i>Cena Pura</i>	85
Segismundo Spina — <i>Divagações Terminológicas</i>	107
Ataliba T. de Castilho — <i>Rumos da Dialetologia Portuguesa</i>	115
Clóvis B. de Moraes — <i>Alguns Tipos de Orações Subordinadas Adverbiais</i>	157
Erminio Rodrigues — <i>Contribuição para uma Onomasiologia do Português do Brasil</i>	233
Francisco da Silva Borba — <i>Esboço de Fonologia Diacrônica</i>	245
Izidoro Blickstein — <i>Hinduismo, Lingüística e Semiologia</i>	245
João de Almeida — <i>A Significação Lingüística e sua Análise</i> ..	289
Maria Evangelina Soeiro — <i>A Epístola LXX de São Jerônimo</i> ...	313
Maria Luísa F. Miazzi — <i>A Reconstituição da Fábula Schleicheriana "A Ovelha e os Cavalos"</i>	321
Maria Tereza Camargo Biderman — <i>Formas de Tratamento e Estruturas Sociais</i>	339
Odette G. L. Altmann de Souza Campos — <i>O Gerúndio Românico</i> ...	383

DOCUMENTOS DO SEMINÁRIO SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO
EM LETRAS

<i>Apresentação</i>	405
Eduardo D'Oliveira França — <i>A Pós-Graduação na Universidade de São Paulo</i>	411
Antônio Cândido — <i>Teoria da Literatura e Pós-Graduação</i>	415
Massaud Moisés — <i>A Pós-Graduação em Literatura Portuguesa</i> ..	419
Alfredo Bosi — <i>A Pós-Graduação em Literatura Brasileira</i>	427
Martha Steinberg — <i>A Pós-Graduação em Língua e Literatura em Inglesa</i>	439
Albert Audubert — <i>Língua e Literatura Francesa e Pós-Graduação</i> ..	445
Aída Costa — <i>Língua e Literatura Latina e Pós-Graduação</i>	451
Aryon Dall'Igna Rodrigues — <i>A Pós-Graduação em Linguística no Museu Nacional</i>	461
Cidmar Teodoro Pais — <i>A Pós-Graduação em Linguística na Universidade de São Paulo</i>	477
Isaac Nicolau Salum — <i>Filologia Românica e Pós-Graduação</i>	483
Segismundo Spina — <i>Língua Portuguesa e Pós-Graduação</i>	489
Ataliba T. de Castilho — <i>Pós-Graduação e Planejamento da Pesquisa Linguística</i>	497
João Décio — <i>A Pós-Graduação em Literatura Portuguesa na FFCL de Marília</i>	517
<i>Documentação Fotográfica</i>	526

LIVROS E REVISTAS

Northrop Frye — <i>Anatomia da Crítica</i> (João Décio)	541
Leyla P. Moisés — <i>A Falência da Crítica</i> (João Décio)	542
Fernando Namora — <i>Os Clandestinos</i> (João Décio)	546
Liberto Cruz — <i>José Cardoso Pires</i> (João Décio)	549
Augusto Abelaira — <i>A Palavra é de Oiro</i> (João Décio e Lurdes Andriassi)	551
Ferenc Fehér — <i>O Romance está morrendo?</i> (João Décio e Lurdes Andriassi)	554

NOTICIÁRIO	559
------------------	-----

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS	585
-----------------------------	-----

Não se devolverão os originais encaminhados espontaneamente à Direção da Revista.

A Direção reserva-se o direito de uniformizar os originais quanto à ortografia e aos critérios bibliográficos da revista.

As opiniões emitidas em artigos são de exclusiva responsabilidade dos signatários.

Toda correspondência deve ser enviada ao Diretor da revista, Prof. Ataliba T. de Castilho, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Caixa Postal 420, 17500 Marília, SP.

Man bittet um Austausch

Pede-se permuta

Pidese canje

On demande l'échange

ALFA

Caixa Postal 420

17500 Marília, SP - Brasil

Separatas da revista ALFA

1. **Miscelânea de Estudos Dedicados ao Prof. R. H. Aubreton.** Marília, FFCL, 1966.
2. Joseph van den Besselaar — **Uma Sátira Maliciosa de Sêneca.** Marília, FFCL, 1967, Coleção «Estudos», n.º 11.
3. Ataliba T. de Castilho — **A Sintaxe do Verbo e os Tempos do Passado em Português.** Marília, FFCL, 1967, Coleção «Estudos», n.º 12.
4. Ataliba T. de Castilho — **Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal na Língua Portuguesa.** Marília, FFCL, 1968, Coleção «Teses», n.º 6.
5. Salvatore D'Onofrio — **Os Motivos da Sátira Romana.** Marília, FFCL, 1968, Coleção «Teses», n.º 7.
6. Alexandrino E. Severino — **O Papel da Personagem: o Herói do Código nos Romances de Ernest Hemingway.** Marília, FFCL, 1968, Coleção «Estudos» n.º 14.
7. Alexandrino E. Severino — **Fernando Pessoa na África do Sul.** Vol. I, Contribuição ao Estudo de sua Formação Artística. Marília, FFCL, 1969, Coleção «Teses» n.º 8.
8. Landon Lockett — **Uso do Infinitivo num Corpus de Português Coloquial Brasileiro.** Marília, FFCL, 1969, Coleção «Estudos», n.º 17.
9. Alexandrino E. Severino — **Fernando Pessoa na África do Sul.** Vol. II, A Educação Inglesa e a Obra de Fernando Pessoa. Marília, FFCL, 1970, Coleção «Teses» n.º 8.